

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Camila Montevechi

AS FACES DO ATIVISMO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL:
Diferentes sentidos para a corrupção e consequências para a democracia
(2013-2018)

Belo Horizonte
2024

Camila Montevechi

**AS FACES DO ATIVISMO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL:
Diferentes sentidos para a corrupção e consequências para a democracia
(2013-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Feres de Faria

Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas

Belo Horizonte
2024

320	Montevecchi, Camila.
M781f	As faces do ativismo anticorrupção no Brasil [manuscrito]
2024	: diferentes sentidos para a corrupção e consequências para a democracia (2013-2018) / Camila Montevecchi Soares. - 2024.
	395 f. : il.
	Orientadora: Claudia Feres Faria.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1.Ciência política – Teses. 2. Corrupção - Teses.
	3.Movimentos sociais - Teses. I. Faria, Claudia Feres.
	II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 21ª/2024 DA DEFESA DA TESE DA ALUNA CAMILA MONTEVECHI SOARES

Realizou-se, no dia 10 de dezembro de 2024, às 09:30 horas, na sala 3025, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da tese, intitulada "AS FACES DO ATIVISMO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL: Diferentes sentidos para a corrupção e consequências para a democracia (2013-2018)", elaborada e apresentada por CAMILA MONTEVECHI SOARES - número de registro 2019664610, graduada no curso de GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Claudia Feres Faria - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Eduardo Moreira da Silva (DCP/UFMG), Prof. Marcelo Kunrath Silva (UFRGS) - Videoconferência, Profa. Ana Claudia Chaves Teixeira (Unicamp) - Videoconferência, Profa. Ana Luíza Melo Aranha (United Nations Global Compact) - Videoconferência. A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feres Faria**, Chefe de departamento, em 11/12/2024, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Chaves Teixeira**, Usuário Externo, em 12/12/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Moreira da Silva**, Professor do Magistério Superior, em 13/12/2024, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Kunrath Silva**, Usuário Externo, em 13/12/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luíza Melo Aranha**, Usuária Externa, em 16/12/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3733151** e o código CRC **029BC1CB**.

Dedico esta tese:
À minha avó, Maria, quem eu perdi durante o doutorado;
Aos meus filhos, Bethânia e Augusto, quem eu ganhei no mesmo período.

AGRADECIMENTOS

Eu entrei na graduação na USP em 2006 e não era só a juventude que ditava a alegria daquela geração de calouros, mas era também por cursar políticas públicas em um país que pulsava entusiasmado por elas, pela participação social, por uma “democracia consolidada”. Fiz amigas para sempre, a quem rendo os primeiros agradecimentos. Obrigada, meninas!

Anos depois, eu e um monte de gente querida entramos no doutorado na UFMG num momento de desesperança e como que pelas portas dos fundos da faculdade de filosofia, com algumas bolsas e pouco incentivo. Mas juntos atravessamos essa fase, a saudade e uma pandemia. Agradeço demais a vocês, por tudo, em especial aqueles que seguiram mais próximos: Mariana Castro, Marcos Assis, Luísa Longuinho e Aglaé Tumelero.

Já são quase 6 anos dessa jornada, e muitas pessoas especiais para serem lembradas.

Agradeço à minha orientadora, Claudia Feres Faria, que mesmo com todos os percalços nunca desistiu de mim, e me deu forças pra seguir. A melhor que eu poderia ter em tempos turbulentos: assertiva nas escolhas acadêmicas, paciente nos textos espaçados, humana no acolhimento. Obrigada por tudo! Aproveito para lembrar, com saudade, e agradecer aos meus eternos orientadores do mestrado na Fundação João Pinheiro, Ricardo Carneiro e Flavia Brasil, que semearam o campo da democracia em mim.

Agradeço a todos os meus professores do DCP, tão brilhantes e inspiradores, e aos órgãos de fomento à pesquisa científica, CAPES e FAPEMIG, pelo apoio financeiro por meio da concessão das bolsas de estudos. Agradeço à equipe administrativa da pós-graduação do PPGCP/UFMG, em especial ao Alessandro, sempre pronto e gentil.

Agradeço aos meus colegas da CGE-MG, de onde veio toda a inquietação sobre o tema de pesquisa e, no caso da Ana Elisa Jardim, Andrezza Santos, Patrícia Giudice e Juliana Aschar, também agradeço a amizade e o carinho.

Os capítulos empíricos da tese trouxeram o conhecimento e a disponibilidade de muita gente. Foram feitos a muitas mãos. Na análise de rede social, contei com o apoio fundamental do professor Antônio Ribeiro e do professor Eduardo Moreira Silva. Nas raspagens de dados das mídias digitais, colegas da *Quaest* atenderam prontamente meu pedido e disponibilizaram muito mais do que eu seria capaz de analisar, com rigor e solidariedade. Agradeço ao professor Felipe Nunes e aos colaboradores Jonatas Varela e Lucas Amorim. Em seguida, dois colegas me ajudaram a trabalhar esses dados, dispondo tempo, conhecimento e paciência. Obrigada, Breno Marisguia e Renan Diniz. Agradeço ao Jorge Mairink, cientista social e amigo que vasculhou repertórios de ação política e me ajudou a organizar esses dados. Agradeço à Mari Castro, de novo, e à Elieny Silva pela paciência nos fichamentos de textos tão longos e complexos.

Agradeço, com carinho, a algumas conversas de corredor e de Internet despreziosas que me destravaram em momentos decisivos e me deram incentivo para bancar caminhos

importantes na tese. Obrigada, Priscila Dionízio, Letícia Birchall, Nayla Lopes, Raquel D'Albuquerque e Luciana Andrade.

Essas últimas, junto com a Mel Veneroso e a Nathalia Porto, foram revisoras, confidentes e babás dos meus filhos para que minha versão acadêmica pudesse trabalhar. Vocês são luz na minha vida. Obrigada!

Pessoalmente, fui atravessada por mil intercorrências nos últimos anos, com glórias e desafios que me desafiaram ao limite e me mostram a quem render graças neste momento de, finalmente, fechar este capítulo da minha vida. Sou mãe de duas crianças extraordinárias que me presentearam com a existência durante o doutorado. Então, foi em casa onde precisei de mais apoio e colo. E encontrei! Nenhum agradecimento será suficiente a duas pessoas: Edir Montevechi e Marina Montevechi, minha mãe e tia. Obrigada, obrigada, obrigada por tudo, pelo amor e sabedoria ancestral que a gente sabe de onde vem*.

Agradeço, também, ao meu pai, Edu; à minha sogra, Marta, e minhas cunhadas, Nádia e Denise; à minha sobrinha, Helena. E todas as pessoas que estiveram na minha casa nessa grande rede de apoio nos últimos anos, como o Albertinho, a tia Mari e toda a família Rodrigues. Agradeço ao meu avô*, Gilberto, que tinha uma letra linda e gostava de escrever, de quem, talvez, eu tenha puxado algum dom.

Por fim, agradeço ao Gui, meu companheiro da vida, que sonhou junto comigo esse título e fez dele um grande projeto de família. Juntos, vimos nascer nossos dois filhos, Bethânia e Augusto, que tumultuaram a redação da tese da melhor maneira possível. Sonho com dias mais calmos e lindos para nós quatro daqui pra frente. Amo vocês. Obrigada por tudo que já construímos e por mais essa conquista.

RESUMO

A bandeira contra a corrupção desponta de tempos em tempos no Brasil como um problema público, fortemente controverso e disputado na sociedade civil. Pode ser mobilizado por uma parcela do ativismo para desafiar o *establishment* político, como aconteceu no período de 2013 a 2018, da “primavera brasileira” à eleição de Bolsonaro, que marca a ascensão de uma crise da democracia. Para esse recorte temporal específico, o objetivo da tese é analisar o ativismo contra a corrupção no Brasil, no âmbito da sociedade civil, evidenciando as disputas de sentido em torno do tema da corrupção e as consequências para a democracia. Chamo de “virada societal” esse olhar para a sociedade civil nos estudos sobre corrupção, um tema que é tradicionalmente vinculado ao campo institucionalista. Convergindo teoricamente as disciplinas de análise política pré-decisional, do processo político e da filosofia pragmatista, além do enquadramento interpretativo, a tese parte de duas premissas: de que “*existem movimentos e movimentos*” – os públicos são diferentes, divergentes, conferem significados variados para a corrupção e fazem emergir novas percepções coletivas sobre o problema –; e de que “*nem todo movimento...*” – o ativismo nem sempre vai romper com a ordem vigente, a depender de como mobilizam sentidos para o problema. Inicialmente, a análise empírica promove um mapeamento das unidades de análise, os públicos, que são formados por organizações, movimentos, coletivos e outros grupos que têm o combate à corrupção entre seus objetivos definidos ou que se valem dessa bandeira para promover sua militância política. Foram identificados cerca de 500 públicos atuantes entre 2013 e 2018, em duas arenas – a das redes de *advocacy* e a digital –, dos quais foram selecionados oito para a *frame analysis*. As categorias de análise se inspiram no “*core frame tasks*” de Snow e Benford (1988) – diagnóstico, prognóstico e motivacional –, e são combinadas com três sentidos formulados para a corrupção – republicano, gerencialista e populista. As análises permitiram encontrar (i) duas faces do ativismo anticorrupção, que mobilizam sentidos diferentes para o problema, isto é, as organizações de *advocacy* e os movimentos de direita; (ii) o primeiro grupo mobiliza quadros republicanos – corrupção é o “avesso da República”, cuja culpa é de um “adversário histórico”, que afeta “os cidadãos de direitos”; (iii) o enquadramento gerencialista constitui um ponto de encontro, de conforto normativo e institucional, para os dois públicos; e (iv) os movimentos de direita mobilizam quadros populistas – corrupção tem “nome e CNPJ” ou é um “balaio de indignações”, promovida pelos “inimigos da nação”, que afeta “os cidadãos de bem”. Concluo, por fim, que é (v) esse último que contribui para a escalada autoritária e violenta do ativismo anticorrupção no período estudado e fere princípios democráticos importantes, como de igualdade e justiça social, pluralismo político e a legitimidade institucional.

Palavras-chave: corrupção; anticorrupção; ativismo societal; sociedade civil; movimentos sociais; problemas públicos; enquadramento interpretativo; populismo; republicanismo; gerencialismo; democracia.

ABSTRACT

The fight against corruption emerges from time to time in Brazil as a public problem, highly controversial and debated in civil society. It can be mobilized by a part of the activism to challenge the political establishment, as happened in the period from 2013 to 2018 – from the so-called “Brazilian spring” until the election of Bolsonaro –, which is marked by academics as the rise of a “crisis of democracy”. Regarding this specific period, the objective of the thesis is to analyze activism against corruption in Brazil, within civil society, highlighting the disputes of meanings surrounding the issue of corruption and its consequences for democracy. The “societal turn” seeks to leverage civil society as a heuristic element in the studies about corruption, considering it as a missing point in the traditional institutionalist collection. Based on the theoretical convergence of the pre-decisional political analysis, political process and pragmatist philosophy, yet to the interpretative frame analysis, the thesis begins with two premises: “there are movements and movements” – the publics are different, divergente, give varied meanings to corruption and stimulate new collective perceptions about it –; and “not every movement...” – activism will not always break with the current order, depending on how they mobilize meanings for the problem. The empirical analysis promotes a mapping of the units of analysis, the “publics”, which are organizations, movements, collectives and other groups that have the fight against corruption as a central objective or use this issue to promote their political activism. Around 500 publics were identified, active between 2013 and 2018, in two main arenas – the advocacy networks and the digital arena–, of which eight were selected for in-depth analysis. The analysis categories are inspired in the concepts of “core frame tasks”, by Snow and Benford (1988) – diagnostic, prognostic and motivational – and are combined with three “ideal type” meanings for corruption – republican, managerialist and populist. The analyses revealed (i) “two faces” of anti-corruption activism, that mobilize different meanings for the problem, that is, advocacy organizations and right-wing movements; (ii) while the first group mobilizes republican frames – corruption as the “reverse side of the Republic”, promoted by a “historical adversary”, which affects “citizens with rights”; (iii) the managerialist framing consists in a meeting point that gives normative and institutional comfort for both publics; and (iv) the right-wing movements mobilizes populist framing – corruption has a “name and ID” or is a “basket of indignation”, promoted by the “enemies of the nation”, which affects “the good citizens”. I conclude, finally, that it is (v) the last one that generates an escalation of authoritarianism and violence in anti-corruption activism and violates important democratic principles, such as equality and social justice, political pluralism and institutional legitimacy.

Keywords: corruption; anti-corruption; societal activism; civil society; social movements; public problems; interpretative frame analysis; populism; republicanism; managerialism; democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Combinações de modelos teóricos da tese	77
Figura 2. Rede de advocacy anticorrupção no Brasil (rede two-mode de organizações e eventos).....	143
Figura 3. Rede one-mode de sobreposição de eventos da rede de advocacy anticorrupção	145
Figura 4. Ilhas da rede de sobreposição de eventos.....	146
Figura 5. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nas principais organizações – vértices com maior valor de centralidade	147
Figura 6. Rede one-mode de co-afiliação de organizações da rede de advocacy anticorrupção, com ênfase nas organizações mais centrais	149
Figura 7. Comunidades da rede one-mode de co-afiliação de organizações.....	150
Figura 8. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos MCCE, Consocial e RETPS	154
Figura 9. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos ABRACCI e Unidos Contra a Corrupção	155
Figura 10. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos Movimento pela Transparência Partidária, Pacto pela Democracia e Contra mudanças na LAI	156
Figura 11. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nas organizações que conectam o Pacto pela Democracia e o Movimento Transparência Partidária	157
Figura 12. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase no evento 10 medidas MPF e no coletivo Vem pra Rua	158
Figura 13. Extrato/ recorte da rede one-mode de eventos com ênfase no evento 10 medidas MPF	158
Figura 14. Extrato/ recorte das comunidades da rede one-mode de co-afiliação com ênfase na posição do coletivo Vem pra Rua e na comunidade	159
Figura 15. Extrato/ recorte da rede one-mode de co-afiliação com ênfase na posição da CGU.....	160
Figura 16. Nuvem de palavras resultante da base de dados dos repertórios de ação do Grupo 1	293
Figura 17. Nuvem de palavras resultante da base de dados dos repertórios de ação do Grupo 2	294

Figura 18. Recorte do folhetim da época: “Roubo, lama e mistério”	351
Figura 19. Linha do tempo das coincidências entre a proeminência da bandeira contra a corrupção e as inflexões democráticas	353
Figura 20. Manchete de um dia antes da Revolução de 1930	355
Figura 21. Manchete da Tribuna da Imprensa, de 1954, pouco antes do suicídio de Getúlio Vargas	356
Figura 22. Protesto durante a ditadura do Estado Novo mostra relação estreita dos trabalhadores com Getúlio Vargas	357
Figura 23. Capa do Livro Negro da Corrupção, publicado pelo O Globo em 25 de setembro de 1954.....	358
Figura 24. Imagens e jingles da campanha de Jânio Quadros de 1960	360
Figura 25. Manchete do jornal Estado de S. Paulo, de 3 de abril de 1964, designando os golpistas como “democratas”	362
Figura 26. Manchete sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada em São Paulo em 19 de março de 1964.....	363
Figura 27. Manchete do Jornal do Estado de 23 de junho de 1983 dá evidência à corrupção, em plena Ditadura Militar.....	365
Figura 28. Manchete da revista Veja de 1989, quando apoiou a candidatura de Fernando Collor, e manchete de 1992, quando apoiou o seu impeachment	369
Figura 29. Registro do movimento Caras Pintadas de 15 de setembro de 1992	371
Figura 30. Cerimônia de posse, respectivamente, de FHC (1995), de Lula (2003) e de Dilma Rousseff (2011)	373
Figura 31. Imagem da matéria “Derrota Histórica” mostra um antes e depois de Lula	377
Figura 32. Manifestações de junho de 2013 – pautas difusas, contra a corrupção e contra o PT	381
Figura 33. Impeachment nas ruas e nas instituições.....	386

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O problema público da corrupção em marcos históricos (1920-2018) – problema, atores envolvidos e padrão de controvérsia na sociedade civil	57
Quadro 2. Correspondências entre os modelos teóricos da tese e as categorias de análise empíricas.....	76
Quadro 3. Framework que combina aspectos da (crise) da democracia e os enquadramentos republicano, gerencialista e populista da corrupção.....	115
Quadro 4. Roteiro do mapeamento dos públicos anticorrupção.....	121
Quadro 5. Definições estruturais do desenho de rede social	132
Quadro 6. Eventos mapeados na ARS que mobilizam organizações em prol de agenda de combate à corrupção	135
Quadro 7. Volume dos dados coletados	168
Quadro 8. Descrição de variáveis categóricas adicionais e classificações possíveis	169
Quadro 9. Ranking de perfis com mais engajamento digital por ano	175
Quadro 10. Cronologia dos acontecimentos das jornadas de junho de 2013	181
Quadro 11. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês, entre os meses que cercam as jornadas de junho de 2013 (excluindo comunidades do FB).....	184
Quadro 12. Cronologia dos acontecimentos do impeachment de Dilma Rousseff em 2015-2016	186
Quadro 13. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês de 2016, entre os meses que cercam o impeachment de Dilma Rousseff (exclui comunidades do FB) ...	188
Quadro 14. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês de 2018, entre os meses que cercam a campanha eleitoral para a Presidência da República.....	195
Quadro 15. Públicos da arena de advocacy selecionados para análise.....	201
Quadro 16. Públicos da arena digital selecionados para análise	202
Quadro 17. Correspondências entre os modelos teóricos da tese e as categorias de análise empíricas.....	206
Quadro 18. Volume dos dados coletados	209
Quadro 19. Amostragem: quantidade de posts por organização	210
Quadro 20. Síntese dos enquadramentos republicano, gerencialista e populista por categorias de análise	211

Quadro 21. Quantidade de repertórios de ação levantados por organização	215
Quadro 22. Exemplo de quadro para registrar repertórios de ação aplicado ao caso do MCCE.....	216
Quadro 23. Organização da seção de resultados: nome da subseção e categorias de análise	217
Quadro 24. Achados da análise republicana por categoria e respectivos diálogos com a democracia.....	309
Quadro 25. Achados da análise gerencialista por categoria e respectivos diálogos com a democracia.....	312
Quadro 26. Achados da análise populista por categoria e respectivos diálogos com a democracia.....	315

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número total de posts por ano, considerando todos os perfis	171
Gráfico 2. Total de primeiros perfis criados entre os anos de 2013 e 2018	171
Gráfico 3. Criação de primeiros perfis por ano e por natureza do grupo pesquisado ...	172
Gráfico 4. Criação de primeiras páginas de comunidades do Facebook por ano e por posicionamento político (direita x esquerda x neutro)	173
Gráfico 5. Média de engajamento digital (valor normalizado) por natureza de perfil, por ano (até 2022)	177
Gráfico 6. Perfis que se destacam em média de engajamento digital para cada natureza de perfil e em todos os anos	178
Gráfico 7. Média de engajamento digital (normalizado) das comunidades do Facebook pesquisadas por posicionamento político, por ano	179
Gráfico 8. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2013 (somente comunidades do FB)	183
Gráfico 9. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2016 (somente comunidades do FB)	191
Gráfico 10. Engajamento digital (valor normalizado) por posicionamento político por mês de 2016, para 3 comunidades importantes do Facebook	192
Gráfico 11. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2018 (somente comunidades do FB)	197
Gráfico 12. Engajamento digital (valor normalizado) por posicionamento político por mês de 2016, para 4 comunidades importantes do Facebook	200
Gráfico 13. Representação gráfica da distribuição de publicações, por enquadramento, para cada organização estudada	219
Gráfico 14. Representação gráfica dos sentidos dos “problemas” (cada enquadramento) por grupo de organizações	224
Gráfico 15. Representação gráfica das “vítimas” pela corrupção para cada enquadramento, por grupo	250
Gráfico 16. Representação gráfica dos “culpados” pela corrupção para cada enquadramento, por grupo	263
Gráfico 17. Representação gráfica dos sentidos das soluções para o problema por grupo de organizações	280

Gráfico 18. Representação gráfica das linguagens mobilizadas para cada enquadramento, por grupo 296

Gráfico 19. Frequência das publicações em respectivas categorias de análise – em número absoluto – por grupo pesquisado e por enquadramento 308

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais vértices da rede two-mode e respectivos valores normalizados de centralidade.....	148
Tabela 2. Valores de centralidade dos vértices mais importantes da rede one-mode de organizações	149
Tabela 3. Ranking de engajamento digital pelo valor normalizado, para todos os perfis, entre todos os anos (2013-2018).....	176
Tabela 4. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todas as naturezas de perfil, considerando todos os meses de uma vez	182
Tabela 5. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todas as naturezas de perfil, considerando todos os meses de 2016 de uma vez	189
Tabela 6. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todos os tipos de perfil, considerando todos os meses de 2018 de uma vez	196
Tabela 7. Quantidade e percentual de repertórios de ação levantados por organização.....	292
Tabela 8. Principais tipos de repertórios de ação por grupo.....	292
Tabela 9. Síntese dos achados da pesquisa: os tipos encontrados por enquadramento e por variável e a distribuição das publicações de cada grupo entre eles	307

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ABRACCI – Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade.
ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AGU – Advocacia-Geral da União
AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil
AMA – Amigos Associados (organizações locais)
AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
ARS – Análise de Rede Social
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BHTRANS – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CGU – Controladoria Geral da União
CIT – Central Internacional dos Trabalhadores
CLAD – Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo
CLP – Centro de Liderança Pública
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CTPCC – Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FB – Facebook
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIFA – Federação Internacional de Futebol
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCCO – Fórum de Combate à Corrupção

FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IFC – Instituto de Fiscalização e Controle
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas
IPD – Índice de Popularidade Digital
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JN – Jornal Nacional
LAI – Lei de Acesso à Informação
LAPOP – Latin American Public Opinion Project
MASP – Museu de Arte de São Paulo
MBL – Movimento Brasil Livre
MCC – Movimento Contra Corrupção
MCCE – Movimento Contra a Corrupção Eleitoral
MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento Endireita Brasil
MIAC – Molduras Interpretativas da Ação Coletiva
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MPD – Ministério Público Democrático
MPF – Ministério Público Federal
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPM – New Public Management
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OAS – Construtora OAS
OCC – Organização de Combate à Corrupção
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OGP – Parceria sobre Transparência Governamental (Open Government Partnership)
OKB – Open Knowledge Brasil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSB – Observatório Social do Brasil
OSC – Organização da Sociedade Civil
OUP – Oxford University Press
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDRAE – Plano Diretor da Reforma Administrativa do Estado
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PF – Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PGR – Procuradoria-Geral da República
PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPS – Política Nacional de Participação Social
PP – Partido Progressista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RETPS – Rede de Transparência e Participação Social
RJ – Rio de Janeiro
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SNPS – Sistema Nacional de Participação Social
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Transparência Internacional
TMS – Teoria dos Movimentos Sociais
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP – Teoria do Processo Político
TPP – Teoria do Processo Político
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
TV BRASIL – Televisão Brasil
UBES – União Brasileira dos Estudantes
UCC – Unidos Contra a Corrupção
UDN – União Democrática Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnaSUS – União Nacional dos Auditores do SUS
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
VpR – Vem pra Rua
W3C – World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1. O PROBLEMA PÚBLICO DA CORRUPÇÃO: CONCEITOS E HISTÓRIA NO BRASIL	31
1.1 O estudo da corrupção e a parte descoberta: o papel da sociedade civil	32
1.2 Os problemas públicos e o ativismo societal anticorrupção: bases teóricas para a investigação.....	36
1.2.1 O pragmatismo político e os diálogos com a Ciência Política	38
1.2.2 Públicos e problema público na teoria do processo político.....	43
1.2.3 Arenas públicas e o ativismo societal anticorrupção.....	51
1.3 Os públicos: unidades de análise da pesquisa.....	53
1.4 O problema público da corrupção na história do Brasil (1930 – 2018).....	55
CAPÍTULO 2. AS DISPUTAS DE SENTIDOS (ENQUADRAMENTOS) PARA A CORRUPÇÃO	66
2.1 A análise de enquadramento: conceitos e aplicações	67
2.1.1 A análise de enquadramento e os estudos dos movimentos sociais	70
2.1.2 Componentes da análise de enquadramento.....	73
2.2 Os enquadramentos para a corrupção: “tipos ideais” a partir da literatura.....	77
2.2.1 Enquadramento republicano.....	77
2.2.2 Enquadramento gerencialista.....	91
2.2.3 Enquadramento populista	104
2.3 Notas sobre a (crise da) democracia e <i>framework</i> de análise	112
CAPÍTULO 3. MAPEAMENTO DOS PÚBLICOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL (2013-2018)	118
3.1 MAPEAMENTO – PARTE 1: Públicos da rede de <i>advocacy</i> – Análise das redes de afiliação	121
3.1.1 Os públicos e as redes de <i>advocacy</i>	122
3.1.2 Metodologia: Análise de rede social	126
3.1.3 Análises e resultados	133
3.2 MAPEAMENTO – PARTE 2: Públicos da arena digital – Análise do engajamento nas redes sociais	162
3.2.1 Os movimentos sociais (de direita) e a Internet.....	163
3.2.2 Metodologia: Análise de engajamento digital	165
3.2.3 Análises e resultados	170
3.3 Conclusões sobre o mapeamento e seleção de casos	201
CAPÍTULO 4. OS SENTIDOS DA CORRUPÇÃO NOS PÚBLICOS ANTICORRUPÇÃO – UMA ANÁLISE EMPÍRICA DOS ENQUADRAMENTOS	203
4.1 Operacionalizando a análise de enquadramento	204
4.1.1 Síntese dos tipos ideais – republicano, gerencialista e populista – por categoria de análise.....	210
4.2 Operacionalizando a análise dos repertórios de ação	212
4.3 Análises e resultados.....	217
4.3.1 O ativismo anticorrupção em duas faces	217
4.3.2 Definição do problema: muitos sentidos disputados	223
4.3.2.1 Problema republicano: corrupção é o avesso da república.....	224
4.3.2.2 Problema gerencialista: corrupção é impunidade e prejuízo	232
4.3.2.3 Problema populista (A): corrupção tem nome e CPF (ou CNPJ).....	237
4.3.2.4 Problema populista (B): corrupção e o balaio de indignações	241

4.3.3 As vítimas da corrupção: dos cidadãos de direitos aos cidadãos de bem	249
4.3.3.1 Vítima republicana: o cidadão de direitos	250
4.3.3.2 Vítima gerencialista: o cidadão gerente/ cliente.....	254
4.3.3.3 Vítima populista: o cidadão de bem	256
4.3.4 Os culpados pela corrupção: do adversário histórico ao inimigo da nação	262
4.3.4.1 Culpado republicano: o adversário histórico	263
4.3.4.2 Culpado gerencialista: os criminosos perante a lei.....	265
4.3.4.3 Culpados populistas: os inimigos da nação	270
4.3.5 As soluções para o problema: da mobilização democrática à alternativa salvacionista	279
4.3.5.1 Solução republicana: o engajamento cívico	281
4.3.5.2 Solução gerencialista: a caixa de ferramentas	284
4.3.5.3 Solução populista (A): para um problema simples, uma solução simples #foraPT	287
4.3.5.4 Solução populista (B): Bolsonaro, o líder salvacionista.....	290
4.3.6 O quadro motivacional da ação coletiva: repertórios e linguagem na escalada do autoritarismo.....	291
4.3.6.1 Os repertórios de ação: de propositivos a disruptivos	291
4.3.6.2 Linguagem republicana: informar e conscientizar	296
4.3.6.3 Linguagem gerencialista: vigiar e punir	298
4.3.6.4 Linguagem populista: irônica, radical e violenta.....	301
4.3.7 Consequências dos quadros anticorrupção para a democracia	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	320
REFERÊNCIAS	331
APÊNDICE I - O problema público da corrupção e as inflexões democráticas no Brasil (1930 – 2018)	349

INTRODUÇÃO

Nos idos dos anos 1990, depois de uma onda de renovação democrática impulsionada pela Constituinte e pelas eleições diretas, adiadas há muito pela Ditadura Militar, o Brasil experimentou um momento de efervescência da sociedade civil com o movimento Caras Pintadas. A juventude ocupava as ruas das principais cidades brasileiras e estampava nos jornais em protestos pacíficos e criativos, cheios de simbolismo e patriotismo. Tinha os rostos pintados com as cores da bandeira nacional, gritava palavras de ordem e exigia justiça e o fim da impunidade política. Na época, a corrupção foi um tema central para atizar a opinião pública e provocar as instituições políticas, levando à renúncia do então presidente Fernando Collor após uma tramitação exitosa para o seu *impeachment*. A democracia saiu desse movimento intacta e fortalecida. O ativismo ficou mais forte. O combate à corrupção ganhou corpo com novas legislações, instrumentos de controle e entidades civis engajadas na causa.

Corta para 2013. Depois de uma onda de aprofundamento da democracia que incluía formas deliberativas e participativas de governo nunca antes vistas na história, que carregavam com elas a esperança de uma democracia consolidada, a sociedade experimentou um novo período disruptivo. Aconteceu a “primavera brasileira”, um ciclo de protestos que trouxe à tona demandas populares de espectro abrangente e pressão às instituições políticas. Desfile de cores verde e amarela, mesmos símbolos patrióticos e mesmos repertórios de ação de duas décadas antes. E o tema da corrupção novamente em pauta, liderando o ativismo e aquecendo a opinião pública. A presidente em exercício, Dilma Rousseff, sofreu *impeachment* pouco tempo depois. Tudo aparentemente igual. Mas dessa vez a democracia saiu em frangalhos, com uma crise inédita na Nova República. Desacreditada, enviesada e vulnerável a ponto de absorver quadros políticos antirrepublicanos.

O que aconteceu? O que mudou no ativismo da sociedade civil que repercutiu de forma tão diferente sobre a democracia vigente? Os anos que se seguiram após a onda de manifestações de junho de 2013 foram mostrando a erosão do regime com o acirramento da polarização política e os sucessivos ataques às instituições, até desaguar na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder em 2018. Pergunto-me, então, como a militância das

organizações da sociedade civil e movimentos sociais podem ter contribuído para essa inflexão democrática. Só que me interessa, especialmente, pela bandeira contra a corrupção, um *issue* específico do ativismo que foi um grande agregador de descontentamentos, sentimentos, estratégias e práticas políticas entre os anos 2013 e 2018. Não tenho a pretensão de fazer um estudo histórico comparativo, nem responder sobre o todo do ativismo, mas sobre nuances da bandeira contra a corrupção que podem ter incidido de formas diferentes sobre a democracia nesse período, que alguns acadêmicos brasileiros designam como de “crise da democracia” (AVRITZER, 2019; BAGGIO, 2019; MIGUEL, 2019).

Essas inquietações surgiram enquanto eu atuava como servidora pública de um órgão de controle interno estadual, no auge da operação Lava-Jato, momento em que todos os olhares estavam voltados para as instituições e para expedientes burocráticos como a Lei Anticorrupção. “E a sociedade civil nesse processo?” – me perguntava. “Se existe uma militância anticorrupção no Brasil, onde ela está e o que está fazendo? Será que estão atribuindo o mesmo sentido policialesco, punitivista e, por vezes, caricato para o assunto, como mostra o noticiário regularmente?” Esse olhar específico é o que chamo na tese de “virada societal”, um estudo que quebra o monopólio das instituições como instrumento heurístico e passa a considerar o poder de agenda e o processamento dos problemas pela sociedade civil. Afinal, como um tema tão polêmico pode ser estudado apenas do ponto de vista institucional? Um tema com marcas tão expressivas na opinião pública que sua percepção afeta até mesmo o apetite da sociedade em relação ao regime democrático – em 2019, 35% dos brasileiros acreditavam que a tomada de poder pelos militares seria justificável em um cenário de muita corrupção (LAPOP, 2019).

É nesse ponto que defino propriamente o objeto de estudo da tese: o ativismo societal anticorrupção, que se refere ao ativismo da sociedade civil no reconhecimento, tematização, disputa e endereçamento do problema da corrupção – “a parte descoberta” dos estudos sobre corrupção, discorrida logo na primeira seção da tese. Chamar a corrupção de “problema público” parece óbvio se levado em conta o contexto turbulento dos anos estudados, com a queda de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018, ambos popularmente associados à corrupção. Mas a designação é, também, conceitual-formal. Eu me apoio no pragmatismo político e na sociologia dos

problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017) para aferir sobre o caráter propriamente *público* do tema da corrupção: o problema constitui-se de *públicos*, o que reflete a pluralidade da ação coletiva, e em *público*, o que significa que o tema é publicizado, disputado e genuinamente controverso nos seus sentidos.

Esse conceito de problema público da corrupção vai se combinar ao longo da tese a outro igualmente relevante: o conceito de “enquadramento interpretativo”, notadamente no ponto em que ele é apropriado pela literatura dos movimentos sociais – inspirado no ensaio bibliográfico de Silva, Cotanda e Pereira (2017). Os enquadramentos são um artifício muito utilizado pelos movimentos sociais para informar e mobilizar o público, pois funcionam como atalhos para organizar uma determinada percepção da realidade. Para Snow e Benford (1988), eles são esquemas de interpretação que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’” e dispõem de três componentes orientados para o manejo e endereçamento dos problemas públicos: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional. Eu empresto dos autores esses componentes para designá-los como categorias de análise da pesquisa.

Eu parto de duas premissas que me são caras no decorrer do estudo da bandeira contra a corrupção: primeiro, de que “*existem movimentos e movimentos*”, ou seja, que os públicos são diferentes, divergentes, conferem significados variados para a corrupção e fazem emergir novas percepções coletivas sobre o problema em questão; e, segundo, de que “*nem todo movimento...*”, ou seja, de que o ativismo nem sempre contribui para colapsar a ordem vigente, a depender de como os públicos mobilizam sentidos para o problema. Dessa forma, não cedo a generalizações, para o bem ou para o mal, pois não creio que exista um padrão monolítico na militância política da sociedade civil. Isso confronta uma visão elitista da democracia e dos movimentos sociais segundo a qual haveria um suposto “componente natural” do ativismo em atentar contra o regime. Que a ruptura da ordem estaria no DNA dos movimentos sociais. Por isso, a todo tempo eu busco mostrar as nuances da militância política.

“Quais são, então, as faces do ativismo anticorrupção no Brasil entre 2013 e 2018?” Se trata de uma pergunta retórica para o objetivo principal da pesquisa, que é *analisar o*

ativismo contra a corrupção no Brasil (2013-2018), no âmbito da sociedade civil, evidenciando as disputas de sentido em torno do tema da corrupção e eventuais consequências para a democracia. Para alcançá-lo, lanço mão dos seguintes objetivos específicos: (i) mostrar a incidência histórica do problema público da corrupção no Brasil, desde a configuração da sociedade civil (pós-1930), e como ele é ativado de tempos em tempos por grupos específicos para desafiar o *establishment* político; (ii) mapear quem são os públicos anticorrupção atuantes entre 2013 e 2018, desvendando sua atuação plural, e selecionar as organizações e movimentos que se destacam no universo encontrado; e (iii) analisar os diferentes sentidos que esses públicos selecionados atribuem para a corrupção e suas consequências para a democracia. Tais consequências são compreendidas como repercussões do ativismo, positivas ou negativas, na dimensão simbólica da democracia, porque o olhar não é voltado para uma repercussão normativa ou institucional, mas para como a ação coletiva pode incidir sobre ideias, sentimentos, valores e percepções da sociedade.

Só que eu não quis refletir sobre os sentidos e as consequências mencionadas fazendo um processo indutivo, apenas, mas também dedutivo, ou seja, partindo de formulações teóricas sobre a corrupção para embasar a análise de dados e inferir sobre as molduras interpretativas utilizadas. Eu encontrei na literatura especializada algumas fronteiras de sentidos para a corrupção, que organizei em três diferentes enquadramentos: o republicano, o gerencialista e o populista. O primeiro sentido dispõe sobre a corrupção como a violação de princípios republicanos, levando-se em conta aspectos de justiça, direitos, igualdade, liberdade e governança democrática. O segundo limita a problematização a expedientes mais burocráticos, legalistas e economicistas, emprestando do mundo privado a lógica individualista de olhar para o problema. E o terceiro é o enquadramento mais simplista e caricato da corrupção, que esvazia o problema a partir de uma abordagem reducionista e personificada, ao mesmo tempo que radical e autoritária no endereçando a inimigos políticos. Esses quadros funcionam como “tipos ideais” por onde as organizações e movimentos navegam com mais ou menos intensidade.

Bom, mas de quais organizações e movimentos estou tratando? Enquanto unidades de análise da pesquisa, são considerados organizações, movimentos, coletivos e outros

grupos que têm o combate à corrupção entre seus objetivos definidos ou que se valem dessa bandeira para promover sua militância política. Uso o termo “ativismo societal anticorrupção” como uma chave semântica abrangente por onde se contempla toda a sorte de organizações. Busco estirar a seleção para além dos movimentos sociais, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Contra a Corrupção (MCC), e representar as diferenças substantivas dos públicos, suas complexidades e heterogeneidades, de modo a incluir, também, organizações profundamente institucionalizadas, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ou capítulos regionais de instituições internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas e a Transparência Internacional Brasil.

O Capítulo 3 desta tese é dedicado a esse grande mapeamento de públicos do combate à corrupção, que atuaram no Brasil especialmente entre 2013 e 2018. O levantamento parte de uma pergunta simples: por onde andava o ativismo societal anticorrupção? Onde havia públicos atuando pela causa? Uma resposta intuitiva é de que estavam por aí, Brasil afora, promovendo ações de fomento à integridade e controle (interno, horizontal ou social), por meio de encontros e articulações presenciais ou à distância; e estavam também por aí, no metaverso, inflamando a opinião pública e mobilizando a sociedade para o conflito. Essas respostas abrem várias oportunidades empíricas e dão origem ao levantamento exploratório em duas arenas públicas: as redes de *advocacy* e promoção da integridade, onde as organizações da sociedade civil empenham articulações cooperativas e propositivas; e o universo digital, onde movimentos sociais, sobretudo de direita, viralizam conteúdos e buscam engajar o público.

Cada arena recebeu um tratamento metodológico específico: para explorar a primeira, utilizo a metodologia de Análise de Rede Social (ARS) da Sociologia, com foco na análise de redes de afiliação; enquanto na segunda arena utilizo o Índice de Popularidade Digital (IPD) desenvolvido pela Quaest Consultoria e Pesquisa, que também foi uma parceira importante deste estudo na coleta de dados em larga escala. No Capítulo 4, eu utilizo, prioritariamente, a análise de enquadramento interpretativo e, de forma complementar, a análise de repertório de ação, ambas para inferir sobre os sentidos imputados pelos movimentos à corrupção. Considerando essa configuração multi-métodos da tese, as técnicas de pesquisa são apresentadas junto à análise correspondente, na mesma seção e

capítulo. A exceção é a própria análise de enquadramento, que é prestigiada em todo o percurso porque vai mais além da técnica, inspirando a pergunta de pesquisa e atravessando toda a construção do conhecimento.

E dessa maneira eu mergulhei nas unidades de análise e me deparei com números expressivos: 13 grandes articulações de *advocacy* anticorrupção, chamados pelo método de ARS de “eventos”; 418 organizações mapeadas; 977 conexões na rede de afiliação; 94 conexões na rede de sobreposição; e 25.500 conexões na rede de co-afiliação. Essas conexões são oportunidades de encontro, interação e intensificação de laços dos mais diversos, por onde ideias e sentidos para a corrupção podem fluir entre os atores. O *data scraping* da arena digital, por sua vez, fez uma extração em larga escala das mais de 300 mil linhas de publicações das páginas de organizações e movimentos nas 4 redes sociais. Foram estudados 74 perfis, quase 4 mil observações de engajamento digital, de *posts* que chegaram, somados, a 220 milhões de compartilhamentos. Oito públicos mostraram marcadores importantes nos dois métodos utilizados e foram selecionados para a análise de enquadramento do último capítulo, cuja base de dados continha mais de 25 mil textos de publicações. Uma amostra recortou, por fim, 741 textos para serem analisados, além de outros materiais que foram incorporados à análise, como 270 referentes aos repertórios de ação e alguns documentos formais publicados pelas organizações. O processo de seleção de casos foi intenso, portanto, assim como a coleta de dados, e ambos forma embalados por métodos e dados que em si já trouxeram análises interessantes para a tese.

Chego ao último capítulo, o Capítulo 4, com essa bagagem para estudar, finalmente, os sentidos que esses públicos atribuem para a corrupção, supondo um encadeamento prosaico para o ativismo: muda o sentido, muda o efeito. De um problema estruturante da sociedade brasileira a um problema esvaziado e caricato há uma distância radical de sentidos para a corrupção. Quando, por exemplo, ela deixou de ser associada à pobreza? Essa era a tônica de uma discussão originária na rede de *advocacy* nos anos 1990 e que perdeu força no período estudado. Quando, então, ela passa a ser associada a um suposto avanço da esquerda e seus projetos de dominação e de poder? Essa é, por outro lado, a tônica do discurso de um público emergente que buscou hegemonia no universo digital a partir de 2013.

A tese vai mostrar que esses públicos coexistem na luta contra a corrupção sem travar uma oposição entre si, mas uma controvérsia interpretativa e generalizada de sentidos. O grupo emergente, cujas lideranças são majoritariamente de direita, navega pelos sentidos valendo-se da ressonância radical do tema da corrupção às forças conservadoras que, em boa medida, caracterizam a sociedade brasileira, e de uma coleção de recursos do populismo que são eloquentes, disruptivos e autoritários. A discussão sobre a democracia está apoiada, assim, nos próprios enquadramentos interpretativos, por meio dos quais se problematiza, por exemplo, os efeitos dos sentidos populistas sobre as salvaguardas institucionais e, principalmente, extrainstitucionais (KLANDERMANS; MAYER, 2006; ROCHA, 2018; AVRITZER, 2019; SOLANO, 2019).

Para fechar esta introdução, a tese seguirá organizada em quatro capítulos, que resumo a seguir.

- No primeiro, apresento as bases teóricas para a investigação: o lugar do ativismo da sociedade civil nos estudos acadêmicos sobre a corrupção – “a parte descoberta” dos estudos –; a definição de problemas públicos e suas interfaces com o processo político; e um sobrevoo sobre a história do Brasil, com o recorte específico na temática da corrupção, para contextualizar como ela sempre esteve presente, mas sempre de forma intermitente e controversa, variando conforme os ânimos de lideranças, da sociedade e dos projetos políticos em vigor.
- No segundo, discorro sobre teorias e práticas da análise de enquadramento e como se conectam com a perspectiva de sentidos; depois, formulo três enquadramentos para a corrupção – republicano, gerencialista e populista –; e faço notas sobre a (crise da) democracia.
- No terceiro, desenvolvo o mapeamento dos públicos anticorrupção e a seleção de casos relevantes para a análise em profundidade. Divido o levantamento em duas seções, cada uma dedicada a uma arena pública específica – arena das redes de *advocacy* e arena digital –, a partir de métodos e técnicas de pesquisa adequados para cada universo – a análise de rede social (ARS) e a análise de engajamento digital, respectivamente.

- No quarto e último capítulo, defino as categorias de análise a partir da *frame analysis* e retomo as formulações dos enquadramentos republicano, gerencialista e populista; faço notas sobre os repertórios de ação e como serão incorporados de forma complementar no estudo; para, finalmente, confrontar com os dados dos públicos e inferir sobre os sentidos que atribuem para a corrupção. Ao final, retomo as notas sobre a crise da democracia, colocando em forma de *framework*, para confrontar os achados do capítulo e fazer considerações sobre como a atuação dos públicos pode gerar consequências (positivas ou negativas) para a democracia vigente.

CAPÍTULO 1. O PROBLEMA PÚBLICO DA CORRUPÇÃO: CONCEITOS E HISTÓRIA NO BRASIL

A corrupção é um fenômeno que dispõe de diversidade de abordagens teórico-metodológicas para cercar analiticamente o problema. Cotejar seus conceitos, implicações e soluções tem sido uma agenda de pesquisa importante desde a década de 1950 e um dos grandes desafios para acadêmicos das ciências sociais e políticas mundo afora. No entanto, restam ainda algumas lacunas teóricas que merecem atenção. O ativismo da sociedade civil, responsável por mobilizar a bandeira contra a corrupção, disputar definições e significados sobre o problema e endereçá-lo, raramente é estudado; quase nunca é trazido à tona nos estudos como um importante motor para desafiar o *establishment* político, algo que, aí sim, é recorrente no Brasil desde 1930. Curiosamente, esse marco das primeiras manifestações da bandeira como problema público coincide com a formação de uma ideia de sociedade civil no país.

O objeto “corrupção”, então, é estudado pioneiramente aqui sob a chave do ativismo societal, da literatura dos problemas públicos e da literatura dos movimentos sociais. Compreender a corrupção sob essa perspectiva é, antes de mais nada, filiar o presente estudo entre aqueles que se fundamentam nessas teorias, colocando a sociedade civil organizada e múltiplas formas de ação coletiva no centro das escolhas conceituais e empíricas da tese. Por isso, para além da contribuição empírica de caracterizar detalhadamente os públicos e os sentidos mobilizados para a bandeira anticorrupção, e da contribuição contextual e datada (2013-2018), a tese pode preencher essas lacunas teóricas e/ou levantar novas perguntas de pesquisa.

Neste primeiro capítulo, serão apresentadas as bases teóricas para a pesquisa sobre o ativismo anticorrupção. A primeira seção discute o lugar pouco prestigiado do ativismo da sociedade civil nos estudos acadêmicos sobre a corrupção. A segunda apresenta as definições de problemas públicos por meio de aportes teóricos do pragmatismo político e da sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017). A terceira seção dispõe sobre as unidades de análise da pesquisa: o “ativismo societal anticorrupção” como um guarda-chuva semântico para a composição dessas unidades, traduzindo-se nos públicos que

mobilizaram essa luta nos anos estudados. A última seção faz uma retomada histórica, de 1930 a 2018, de momentos em que a corrupção irrompeu no cenário nacional, acompanhou a efervescência da sociedade civil e os ânimos para a democracia, o que antecipa achados sobre como são intercambiáveis e flutuantes os significados da pauta anticorrupção.

1.1 O estudo da corrupção e a parte descoberta: o papel da sociedade civil

Obras de intérpretes importantes da contemporaneidade já foram publicadas com o intuito de ratificar a origem da corrupção, os determinantes para seu lastro e suas consequências e efeitos. É o caso de “A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social”, de Filgueiras (2006); “Corrupção: ensaios e críticas”, de Avritzer *et al* (2008); “A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema”, de Brei (2008); “Quem transgride o quê?”, de José Murilo de Carvalho (2008); “A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil”, de Pinto (2011); e “As raízes da corrupção no Brasil: estudo de casos e lições para o futuro”, de Furtado (2015). O compilado publicado por Avritzer e demais organizadores (2008), por exemplo, dá a dimensão da diversidade de enquadramentos possíveis para estudar o fenômeno: a corrupção é localizada na teoria política de Platão à Weber, nas tradições políticas do liberalismo, republicanismo, socialismo, totalitarismo e democracia, nos dilemas conceituais desde o patrimonialismo, passando pela noção de esfera pública, até a ideia de transparência pública, na cultura – teatro, cinema, canção popular e até carnaval –, no sistema político, nas instituições como um todo e no arcabouço de controle da corrupção. A sociedade civil tangencia o debate como ator de direitos, aquele que deveria participar da construção do interesse público, se beneficiar de um sistema político íntegro e exercer controle social para fiscalizar governos.

Na produção brasileira de artigos acadêmicos, muitos pesquisadores se dedicam a estudar a corrupção sob o expediente positivista da Ciência Política, inserindo o tema, com frequência, dentro dessa chave cartesiana de causas e efeitos, como variável independente, explicativa. Na plataforma *Scielo*, a busca¹ pela palavra “corrupção”

¹ Informações sobre a pesquisa na plataforma *Scielo*:

devolve como resultado um número muito limitado de estudos do campo do ativismo societal. Dos 161 estudos publicados entre 1991 e maio de 2020, respeitados os critérios de pertinência da pesquisa², a maior parte se inscreve na área de economia e administração de empresas, com 21%, e um número considerável reflete as áreas de comportamento político (18%), instituições e administração pública (17%) e opinião pública e mídia (14%), todos, de certa forma, filiados à Ciência Política mais ampla. Os ensaios estritamente teóricos ocupam 11% do total, enquanto 7% tratam de questões correlatas como transparência, acesso à informação e governança e 6% são da área de Direito e Justiça. O menor percentual, de apenas 3%, é aquele relacionado a artigos que se inscrevem teoricamente no campo da sociedade civil, ativismo e movimentos sociais, com nove estudos. Um deles é o artigo de Jacques Marcovitch, “Como salvar a política?”, de 2018, para quem a resposta à tal pergunta está no protagonismo da sociedade civil em encabeçar uma mobilização cívica necessária ao Brasil e “propor efetivos mecanismos de governança para imunizar o Estado contra os métodos de saque e uso indevido do erário” (MARCOVITCH, 2018, p. 14).

Nos estudos da área de economia e administração de empresas, a corrupção quase sempre aparece como variável explicativa para fatores nocivos ao desenvolvimento do setor privado brasileiro: como a corrupção afeta o mercado de capitais (PADULA; ALBUQUERQUE, 2018), as decisões de investimentos das firmas brasileiras

-
- i) foi realizada em maio de 2020, retornando como *output*, portanto, artigos produzidos desde os primeiros registros na plataforma, em 1991, até tal data;
 - ii) a palavra-chave "corrupção" gera como *output* não só artigos onde ela aparece estritamente no título, mas todos os artigos onde ela e termos associados aparecem no título, resumos e palavras-chave. Exemplos: “Ministério Público, Lava-Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional” (KERCHE, 2018); “Nem indicação política, nem cooperação: a importância da autonomia do TCU no controle de recursos públicos federais transferidos aos municípios” (FONSECA, 2019);
 - iii) fez-se um recorte nas áreas temáticas das “ciências humanas” e “ciências sociais aplicadas”, excluindo áreas como “ciências da saúde”, “engenharias” e “linguística, línguas e arte”;
 - iv) na classificação, foram utilizadas categorias “outros” e “não se aplica”, correspondendo, respectivamente: outros - corrupção associada à violência, como violência policial, narcotráfico, paramilitares; estudos sobre educação, paraísos fiscais e outros temas; estudos bastante regionalizados, de contextos externos; etc. Exemplos: “Oligarquia, poder político y narcotráfico en Colombia: los casos de Medellín, Santa Marta y Muzo” (VELASCO, 2018); “Corrupção urbanística em sistemas de planejamento e gestão urbanos: um estudo de caso” (BORGES, 2019). não se aplica - análise de obras de literatura; religião; história; etc. Exemplos: “Algumas reflexões sobre a Ética Desportiva” (MOREIRA, 2008); “As mulheres de Misael: corrupção de menores, atentados ao pudor e atos libidinosos na Comarca de Ribeirão Preto, 1871 a 1942” (de TILIO, 2005).

² Ver rodapé anterior e considerar que foram excluídos do cálculo percentual o ponto iv, isto é, os artigos classificados como “outros” ou “não se aplica” pela pesquisadora.

(PELLICANI, 2017), o crescimento e grau de eficiência das empresas (ROCHA *et al*, 2016), os níveis de empreendedorismo dos estados brasileiros (MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015), até a percepção moral dos colaboradores diante de dilemas éticos no interior das organizações, no âmbito do *compliance* (SANTOS; GUEVARA; AMORIM, 2013).

O mesmo ocorre nos estudos da área de comportamento político. Regularmente definem a corrupção, nesse caso, a percepção da corrupção, como variável explicativa: como ela afeta a confiança nas instituições (POWER; JAMISON, 2005), a participação política (BONIFÁCIO; FUKS, 2017), o (des)alinhamento partidário (BORBA *et al*, 2018), o voto e a reeleição (CASTRO; NUNES, 2014; RENNO; AMES, 2014; BATISTA, 2013; SPECK, 2003), entre outros. No campo de opinião pública e mídia, alguns estudos buscam problematizar relações entre mídia e política inserindo a cobertura de casos de corrupção como objeto principal. Por meio da análise discursiva de repertórios interpretativos dos meios de comunicação, discutem a construção de escândalos políticos, do mensalão à Lava-Jato, denunciam o viés da mídia e problematizam sua atuação política (BARROS; LEMOS, 2018; DAMGAARD, 2018; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016).

No campo das instituições, os estudos se concentram sobremaneira nas capacidades e entregas da administração pública: como a corrupção afeta a implementação de políticas públicas (OLIVIERI *et al*, 2018), a alocação de gastos governamentais (CALDAS *et al*, 2016), o comportamento da burocracia (FILGUEIRAS; ARANHA, 2011), entre outros. E problematizam a estrutura de *accountability*: o papel dos sistemas de controle interno e externo e dos órgãos fiscalizadores (GARCIA; TEODÓSIO, 2020; FONSECA, 2019; KERCHÉ, 2018) e os efeitos das operações de combate à corrupção para a soberania, política e democracia (AVRITZER; MARONA, 2017). Alguns estudos (4%) que associam corrupção a aspectos de Justiça se desvinculam do campo das instituições – e da Ciência Política como um todo – quando mobilizam o Direito como inscrição teórica principal.

Em geral, sabe-se pouco sobre o ativismo societal da bandeira contra a corrupção e a organização da sua militância política. O tema foi tangenciado na produção acadêmica nacional recente quando da tentativa de compreender as redes e as ruas nas manifestações

de junho de 2013 e de 2015 e 2016 a favor da queda da ex-presidente Dilma Rousseff (TATAGIBA *et al*, 2015; MENDONÇA *et al*, 2016; GONDIM, 2016; GOHN, 2016; PINTO, 2017; ROCHA, 2018; TELLES, 2019; SOLANO, 2019; PINHEIRO-MACHADO, 2019), inclusive diagnosticando mudanças estruturais no padrão de mobilização e associação da sociedade civil e consequências para o campo participativo (AVRITZER, 2017). A corrupção aparece com frequência nas análises, mas sem um enquadramento exclusivo, como um dos sintomas entre outros (antipetismo, antipartidarismo etc) que fazem eclodir o ciclo de protestos. A exceção é o texto de Telles (2019), que garante o enquadramento exclusivo com o enfoque na relação entre a corrupção e a eclosão de protestos e em como o juízo que os cidadãos fazem a respeito dos partidos políticos, instituições e programas do governo incumbente poderiam oferecer indícios da expansão do pensamento conservador no país.

Não bastasse a cobertura reduzida dos estudos e o fôlego explicativo limitado, a disciplina é uníssona sobre os problemas de mensuração da corrupção. De acordo com Abramo (2005), em “Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção”, muitos dos estudos disponíveis seriam empreendidos em bases frágeis porque as implicações observáveis da corrupção quase sempre são extraídas a partir da percepção dos indivíduos, e menos em dados que estimam o volume propriamente dos desvios de recursos e a magnitude dos prejuízos para a sociedade. Ainda que a pesquisa empreendida nesta tese não busque propriamente mensurar corrupção, ela se debruça sobre evidências nas unidades de análise (organizações, movimentos ou grupos/coletivos de combate à corrupção), analisando em profundidade um grupo selecionado de movimentos que milita pela causa anticorrupção, evidenciando os sentidos mobilizados em suas práticas e comunicações. A pesquisa observa menos os fenômenos institucionais e mais os sentidos atribuídos para a corrupção por atores da sociedade civil no contexto de crise em que esse issue foi tão mobilizado. Espero, dessa maneira, que a parte descoberta do estudo da corrupção seja então descortinada.

Se junho de 2013 inaugura, por assim dizer, uma nova efervescência na *contentious politics* de natureza ainda por ser decifrada, com a ocupação expressiva das redes e ruas para uma horda de “novos” atores de direita, e com possíveis consequências para a democracia, a corrupção como bandeira e sua militância merecem um olhar especial. É

importante deixar fluir essas inquietações, desvendar porque chegamos ao Brasil de Bolsonaro em 2018, quando a esperança de uma democracia consolidada deu lugar ao seu colapso desolador. Algo aconteceu de 2013 em diante que tumultuou a democracia vigente, o que levou autores a designar o período como “crise da democracia” (AVRITZER, 2019; BAGGIO, 2019, entre muitos outros). Esse diagnóstico, nada inócuo, não pode ser separado da bandeira da corrupção com seus múltiplos sentidos que mobilizou uma verdadeira caça às bruxas no sistema político e na sociedade.

1.2 Os problemas públicos e o ativismo societal anticorrupção: bases teóricas para a investigação

“confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática.” (CEFAÏ, 2017, p. 188)

A elaboração é de Daniel Cefaï (2017) sobre a obra clássica de John Dewey, *The Public and its problems* (1927), pioneiro no argumento sobre a dinâmica coletiva que faz emergir duplamente na vida social um *problema* e um *público* associado a esse problema. Sob esse paradigma, a afirmação de que “corrupção é um problema público” deixa de ser óbvia. Parece tão simples que poderia ser cunhada pelo ser humano mais apartado do estudo da política. De tão intuitiva, poderia escapar daqui sem grandes teorizações. Mas há lastro acadêmico que sustente a afirmação, não engajado teoricamente de forma exclusiva pela Ciência Política, mas pelas Ciências Sociais mais ampla.

Para definir corrupção como um problema público, este capítulo se inspira em aportes teóricos do pragmatismo político e da sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017), da cultura dos problemas públicos e do interacionismo simbólico (GUSFIELD, 1981), do

construtivismo social (GUSFIELD, 1981; FUKS, 2000) e da noção de enquadramento interpretativo ou de molduras interpretativas (GUSFIELD, 1981; SNOW; BENFORD, 1988; GOFFMAN, 1991). E na esteira do conceito de problema público, cujo elemento central é a ação pública, teoriza-se sobre as faces do ativismo societal para combatê-lo, conexão importante com literatura dos movimentos sociais, sobretudo com as teorias do processo político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; CEFĂÎ, 2009; ALONSO, 2009).

No âmbito da sociologia pragmatista, um problema, para ser entendido como problema público, necessita de um atributo que também parece óbvio: o público, ou os públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD; 1934), que constituem uma multiplicidade de atores que percebem o problema mesmo quando não são diretamente relacionados a ele e são chamados a agir. A configuração de um problema público, sucintamente, requer o cumprimento de três requisitos principais, que serão destrinchados ao longo das próximas páginas: primeiro, deve haver um processo de reconhecimento, delimitação ou o que Gusfield chama de “tematização” do problema; segundo, o tema deve ser objeto de controvérsia e disputa em arenas públicas por uma pluralidade de públicos – a “dimensão societal” do problema segundo Gusfield (1981) e o desdobramento em “processo político” para Cefăi (2009; 2017); e terceiro, deve haver um esforço de resolução e endereçamento dos problemas. Esses atributos podem ser localizados na luta anticorrupção que se forjou no Brasil nos anos estudados, como um problema elaborado e percebido coletivamente que afeta todos os cidadãos em diferentes chaves de sentido.

Esses aportes teóricos podem ser frutíferos para a análise do ativismo societal anticorrupção para o da corrupção na medida em que tem potencial de explicar:

- i. Como se atribuem sentidos para a corrupção a partir de diferentes conceitos e significados para o problema, dividindo a sociedade civil em tipos diferentes de públicos – os públicos não são generalizáveis, havendo, sim, “*movimentos e movimentos*”, ou seja, movimentos diferentes;
- ii. Como “*nem todo movimento*” ou modelo de ativismo acaba gerando efeitos colaterais à democracia como formularam as teorias elitistas da democracia, rompendo com a ideia de que o abalo ao regime é um “componente natural” de qualquer tipo de ativismo (HUNTINGTON, [1968] 1975);

- iii. Como a temática é problematizada e encaminhada de forma intencional e, por isso, não se pode supor a neutralidade dos atores em torno dela. Na interpretação de Moraes, Andion e Pinho (2017, p. 848), “o interesse público não precede a ação, mas resulta dela e é construído por meio de embates, conflitos e controvérsias entre diversas posições”. Os pragmatistas colocam ênfase na prática e experiencição do problema pelos atores – assim, o interesse público se desenha no “caminho” do processo político;
- iv. Como o problema da corrupção pode gerar um mal-estar coletivo a ponto de encadear consequências para além das instituições formais de *accountability*, extrapolando a formação da agenda governamental e fomentando, por exemplo, a polarização da sociedade, o antipluralismo e o autoritarismo;
- v. Como o mal-estar só de tempos em tempos adquire um *status* de “generalizado” – um mal-estar generalizado –, cuja universalização é intencional, instrumental, oportunista e flutuante.

Os pontos enunciados serão explorados ao longo desta seção.

1.2.1 O pragmatismo político e os diálogos com a Ciência Política

Curiosamente, foi na filosofia pragmatista que os primeiros teóricos das políticas públicas, área que se tornou autônoma na Ciência Política, apoiaram suas definições iniciais, como foi o caso de Harold Lasswel (1936) em “Política: quem ganha o quê, quando, como”. Nessa ocasião, o autor definiu as políticas públicas como a materialização do “ato de governar” (ANDION *et al*, 2017). O olhar pragmático oferece uma orientação para a ação nas políticas públicas, em detrimento de uma concepção normativa de “bom governo”, que é algo que aproxima os campos. Porém, ao mesmo tempo, a ação é tratada na análise política como sendo fortemente associada “aos agentes do Estado ou do seu aparelho administrativo (muitas vezes compreendidos como uma coisa só) e àquilo que estes decidem ou não fazer, para usar a celebre definição de Dye (1972)” (Ibidem, p. 371). Essa assumpção, por sua vez, afasta os campos, uma vez que o pragmatismo foca na experiencição dos atores, enquanto o estudo das políticas públicas, contrariamente, tende a superestimar as prerrogativas estatais. Essa incorporação parcial do olhar sociológico acaba incitando diálogos controversos entre a sociologia dos problemas públicos e a disciplina de análise política.

O ruído se inicia com uma ideia reducionista sobre formação de agenda pública, que compõe os estudos de políticas públicas. A formação de agenda é um aspecto central da ação, mas não aquela perspectiva que se limita a uma fase dentro de esquemas modelares e cíclicos da análise das políticas públicas. Muitos estudos dessa área utilizam a abordagem dos ciclos como ferramenta heurística para descrever e explicar fases que seriam “hipoteticamente sequenciais e relativamente autônomas” (DE SOUZA CAMPOS, 2018, p. 2) – agenda, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Os estudos também costumam dispor de modelos e subsistemas que buscam descrever como problemas e soluções são encadeados e processados – cíclico, institucional, elitista, da escolha racional, incremental, “sondagem mista”, *public choice*, sistêmica, “múltiplos fluxos”, “equilíbrio pontuado”, entre outros (HOWLETT; RAMESH; PEARL, 2013). Essas ferramentas acabam superestimando a linearidade (ou a circularidade) das políticas públicas, supondo que um problema é “agendado” a partir de certos ritos e, então, colocado para ser desferido pelo executivo incumbente, muitas vezes por meio de uma série de expedientes legislativos e burocráticos.

Ocorre que o chamado *agenda-setting*, no âmbito dos estudos sobre o processo pré-decisional, de processamento de demandas à assunção de responsabilidades estatais, evoluiu da análise de tais esquemas modelares e cíclicos para a análise do processo decisório de forma bem mais complexa. Brasil e Capella (2015) apresentam uma visão holística e democrática de *agenda-setting* que considera o caráter efetivamente *público* dos problemas, sua intensidade e potencial de mobilização, onde grupos plurais são interpelados pela sagacidade dos temas, seu apelo e popularidade. A grande questão do conceito de *agenda-setting* governamental é “compreender de que forma temas existentes na sociedade passam a ser entendidos como questões que chamam a atenção dos formuladores de políticas, ou seja, a maneira como se dão os processos pré-decisórios (CAPELLA, 2004 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2015, p. 53). Mesmo os modelos de análise como o de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (1984), o do Equilíbrio Pontuado de Frank Baumgartner e Bryan Jones (1993) e as Coalizões de Defesa de Paul Sabatier (1988) dão espaço à investigação sobre o trânsito de ideias, símbolos e interpretação dos públicos na formulação da agenda e das políticas públicas (BRASIL; CAPELLA, 2015). O processo pré-decisório, para eles, se constitui em uma arena onde “atores distintos

duelam, por meio de discursos, argumentações e construções de imagem de problemas e soluções, em busca de ganhar a atenção do público e dos formuladores de política” (Ibidem, p. 58-59).

Pelos argumentos de Brasil e Capella (2015) pode-se observar que onde parecia haver um ruído na interface entre a Ciência Política e a sociologia dos problemas públicos, encontrou-se, na verdade, algumas aproximações importantes. Na análise das políticas públicas, sobretudo nas fases pré-decisionais, levam-se em conta também dimensões societais que são caras à sociologia pragmatista, tais como:

- i. a dimensão do debate público, por onde se admite o construtivismo social dos problemas públicos, cuja concepção é fundamentada no reconhecimento subjetivo dos atores (FUKS, 2000);
- ii. o reconhecimento e a elaboração de um problema social pelo público e a associação disso com intervenções consideradas aceitáveis pelos envolvidos direta ou indiretamente na sua elaboração (GUSFIELD, 1981; ROCHEFORT; COBB, 1994 *apud* DE SOUZA CAMPOS, 2018).
- iii. uma noção de mobilização de opinião, seleção de alternativas e resolução de problemas que recusa o elitismo democrático e reconhece o pluralismo dos agentes na atividade política (DAHL, 1956; SCHATTSCHNEIDER, 1960 *apud* BRASIL; CAPELLA; 2015).
- iv. o reconhecimento da *argumentative turn* (virada argumentativa) na formulação de políticas públicas na qual questões (*issues*) e problemas públicos são elaborados discursivamente sob uma razão comunicativa (FUKS, 2000; FISCHER, 2003)³ e que valoriza a expansão de sistemas integrados de deliberação pública e participação popular (FARIA; CUNHA, 2012);
- v. a ideia de que na caracterização e processamento dos problemas estão embutidos o conflito em torno de temas (*issues*) e o próprio exercício do poder (SCHATTSCHNEIDER, 1960 *apud* BRASIL; CAPELLA; 2015).

³ Para Fuks (2000, p. 88), na abordagem argumentativa de definição de assuntos públicos seria disposto um quadro de referências – “formas de argumentar, ver, conceituar, enquadrar assuntos” – para orientar o debate público. Essas referências “passam a integrar o depósito das ideias que alimentam o senso comum”. Fischer (2003, p. 183), por sua vez, fala de como as decisões políticas têm que ser politicamente legitimadas por meio de um processo de justificação – um processo contínuo de salvaguarda de legitimidade de interpretações normativas e planos de ação – em todos os estágios do ciclo político, incluindo na fase pré-decisória, na caracterização do problema. Essa fase “depende de práticas profundamente retóricas e interpretativas”.

As abordagens sobre *agenda-setting* reconhecem, dessa maneira, que questões políticas não são produzidas necessariamente ou apenas dentro do governo. Também podem nascer em outras esferas do “mundo da vida”. Mas nota-se a ênfase na produção de questões políticas, de onde elas vêm. E seu processamento? Com qual direção os problemas são encaminhados? O governo continua sendo, sob essa perspectiva, o grande receptor das demandas, a autoridade central para responder pelos problemas e o agente do qual se cobram medidas resolutivas, tendo em vista que a política pública é, em essência, o resultado propriamente da atividade política. Seria o produto final de uma cadeia de processamentos da situação problemática à sua solução para a sociedade, sendo o governo aquele agente que teria o potencial generalizante, de alcance em massa de uma solução.

O governo tanto está na essência da política pública que ele é o protagonista da sua definição enquanto campo de estudo: para Lynn (1980), política pública é o conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos; para Mead (1995), se trata de um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; para Rua (1997), se trata de um campo da ciência política que cuida de analisar o resultado programático da atividade política. Na conhecida frase de Dye (1972), política pública é aquilo que o governo decide fazer ou não fazer. E o autor completa:

Governos fazem muitas coisas. Eles regulam os conflitos dentro da sociedade; (...) distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais aos membros da sociedade; e eles extraem dinheiro da sociedade, na maioria das vezes sob a forma de impostos. Assim, as políticas públicas podem regular o comportamento, organizar burocracias, distribuir benefícios ou extrair impostos - ou todas essas coisas ao mesmo tempo. (DYE, 1972 [2013], p. 3)

Existe a expectativa indiscutível da atuação governamental, a preponderância do Estado como destinatário final de uma onda de indignação e reivindicação. É justamente nesse ponto onde mais se afastam os campos da análise política e da sociologia dos problemas públicos, uma vez que os últimos não atribuem tamanha centralidade à responsabilidade estatal. Para o problema da corrupção, por exemplo, a luta de grupos plurais, em diferentes arenas de disputa, mira alvos distintos valendo-se dos mais diversos sentidos, numa força que mobiliza sentimentos, visões de mundo, identidade, e também recursos, redes e estratégias. Nem sempre o destino almejado é a política pública, o enfrentamento

institucional do problema ou o processamento pelas casas legislativas e estruturas do Executivo.

A análise complexa do processo pré-decisional é importante, mas acaba tomando como certo que o produto final da ação pública é feito apenas no gabinete de magistrados, legisladores ou gestores executivos. Entendemos que ela é feita *também* nos gabinetes. A corrupção como problema público nasce na ação pública, que, para a sociologia política pragmatista, é compreendida como ação coletiva (CEFAÏ, 2007 *apud* MORAES; ANDION; PINHO, 2017; CEFAÏ, 2017), e isso reflete o endereçamento multifocal do problema. A ideia de ação pública como ação coletiva não reduz o enfrentamento subjacente da corrupção a ritos de encadeamentos lineares que transformam a agenda política, provocada pelas instituições, em decisões *indoors*. Mas a ideia de ação coletiva credencia atores da sociedade civil a fazer parte da problematização e do enfrentamento do problema – algo compatível com os apelos notáveis da bandeira e da militância política, sobretudo a efervescência de grupos de direita, e com o nível de sensibilização social que a temática alcançou nos anos que antecederam a eleição de Jair Bolsonaro.

A sociologia política da ação pública faz novos aportes teóricos que contribuem para reflexões sobre a recomposição do Estado (MORAES; ANDION; PINHO, 2017), assim como a própria Ciência Política promove o debate sobre governança pública a partir dos anos 2000 que “aponta transformações na pilotagem da ação pública, enfatizando a influência de diferentes atores e redes, e de diversas escalas decisórias que estabelecem entre si relações de cooperação e também de concorrência (ANDION *et al*, 2017, p. 371). No ponto da recomposição do Estado, Lascoumes e Le Galès (2011 *apud* MORAES; ANDION; PINHO, 2017) destacam três rupturas fundamentais provocadas pelo campo: primeiro, muda o enfoque das decisões de representantes eleitos e burocratas para os processos de ação pública; segundo, neutraliza uma visão unitária de Estado e passa a considerar outros atores que compõem a ação pública; e, por fim, rompe com uma concepção linear e evolucionista das políticas públicas, passando a considerar outros processos que interpelam a ação pública, seus conflitos e contradições. Em síntese, os estudos desse campo de recomposição do Estado lançam luz sobre a ação pública enquanto ação coletiva, que é integrada por atores governamentais e não governamentais (MORAES; ANDION; PINHO, 2017). “Trata-se de examinar as articulações entre as

regulações institucionais e as regulações políticas, entre o que é e não é governado pelas políticas públicas” (Ibidem, p. 847).

O que foi exposto até aqui aponta para um achado importante: existe, enfim, uma “virada societal” na resolução de problemas públicos que tira o monopólio das instituições e distribui o poder de agenda e endereçamento dos problemas aos públicos da sociedade civil, numa luta política que é da ação e do discurso, do mundo físico e virtual, e de atores originais e emergentes, portanto complexa e genuinamente cheia de controvérsias. O olhar para virada societal do combate à corrupção tira os holofotes das instituições de *accountability*, das operações especiais como a Lava-Jato, da Lei Anticorrupção e de outros expedientes burocráticos para entender como os públicos da sociedade civil originais e emergentes disputam sentidos para a corrupção, fazem emergir novas percepções coletivas sobre o problema social em questão e podem, a depender de como organizam e efetivam sua militância política, contribuir para colapsar o sistema democrático. Esses públicos não são meros expectadores, que observam com apatia o problema da corrupção enquanto forças-tarefas de controle policiais e políticos profissionais buscam endereçar o problema para o bem ou para o mal. A tese procura substituir as instituições como instrumento heurístico, tirar das sombras os grupos que compõem a sociedade civil e transformá-los em unidades de análise da pesquisa.

1.2.2 Públicos e problema público na teoria do processo político

A temática das mobilizações coletivas sempre foi debatida com atenção no interior das ciências sociais, reacendendo de tempos em tempos reflexões importantes sobre a sociedade civil e a potência da ação coletiva para (re)formular problemas públicos. As diferentes vertentes teóricas trazem para o centro do debate, recorrentemente, uma disputa conceitual em torno da noção de “público”⁴ (ANTUNES, 2000; CEFAÏ, 2009; ANDION

⁴ Jürgen Habermas, por exemplo, recolocou o tema na agenda acadêmica na década de 60 partindo de uma definição de público articulada ao princípio de publicidade que foi a gênese de uma cadeia posterior de repercussões críticas acerca do conceito de “esfera pública”, como nos trabalhos de Cohen e Arato (1992), que organizam o conceito de sociedade civil, seu nível institucional e lugar de socialização “de costas para o Estado (e para o mercado)”; de Fraser (1997), que alertou para a existência de públicos subalternos que limitam o potencial de democratização da esfera pública; ou de Warner (2002), que dispõe sobre a existência de “contrapúblicos” que desobedecem conscientemente às regras de decoro instituídas pelos públicos dominantes da esfera pública.

et al, 2017), como nas teorias da esfera pública (HABERMAS, 1984; FRASER, 1997) e da sociedade civil (COHEN; ARATO, 1992). Em todas as diferentes vertentes, atores coletivos e/ou individuais são capazes de levantar problemas e agir coletivamente de forma cooperativas ou contestatórias para resolvê-los.

Foi a partir dos anos de 1990 que se recuperou uma noção antiga de público, da obra clássica de Dewey, *The Public and its problems* (1927)⁵, que ofereceu contribuições pragmatistas para a sociologia da ação coletiva⁶. A partir dessa referência, “foi uma ecologia da experiência e da ação pública que se desenhou, como fundamento de uma democracia centrada na definição e na resolução de problemas públicos” (CEFAÏ, 2017, p. 188). Essa noção de público inspirou, também, debates sobre como a ação de reconhecimento e endereçamento desses problemas públicos conduz os públicos ao processo político, muitas vezes de forma contenciosa – uma seção do trabalho do sociólogo francês Daniel Cefaï sobre ensinamentos do pragmatismo político carrega justamente o título “Da situação problemática ao processo político” (Ibidem, p. 188). A teoria do processo político (TPP)⁷ é uma abordagem centrada na ação coletiva dos públicos que se consolidou nos anos 1980 e integra a literatura dos movimentos sociais, tendo como grandes expoentes Charles Tilly e Sidney Tarrow. Assim, como se forma o problema e o que motiva a ação constituem um vínculo profícuo entre a teoria dos problemas públicos e dos movimentos sociais.

Na TPP, os teóricos adicionam uma explicação histórico-cultural ao desenvolvimento dos movimentos a partir da chamada “dinâmica de contenda” – uma ação política contenciosa ou baseada em confronto ou conflito – da obra clássica *Dynamics of Contentions*, de McAdam, Tarrow e Tilly (2001). O que entendem por confronto político é a forma de

⁵ O texto seminal de Dewey trata da relevância dos públicos, da formação de problemas públicos, de regimes de engajamento para dar sentido a esses problemas e apresentar resoluções e, por fim, a importância de todas essas questões combinadas para a consolidação de Estado democrático.

⁶ Esse movimento foi compreendido por uma espécie de refundação das ciências sociais na Europa que se iniciou na década de 1980, quando foi resgatada a filosofia pragmatista americana da antiga Escola de Sociologia de Chicago para explicar o público a partir do “*nexus* da prática”, isto é, da prática e da experiência dos indivíduos (ANTUNES, 2000; CEFAÏ, 2009; FREGA, 2016 *apud* ANDION *et al*, 2017).

⁷ A Teoria do Processo Político desponta como resposta à abordagem institucionalista da mobilização de recursos, para dar ênfase à dimensão política, cultural e conflitiva do movimento social.

organização da vida social que suplanta “as barreiras convencionais que definem ‘Estado’ e ‘sociedade’ como duas entidades coesas e monolíticas” (ALONSO, 2009, p. 56) e que situam o conflito a partir do antagonismo entre os chamados “detentores de poder”, da classe política, e os “desafiantes”. O foco não é a fronteira ou o *locus* de atuação, como nas teorias da sociedade civil que separam as duas esferas, mas na presença do conflito. Os “repertórios de ação”, enquanto “interações episódicas” dessa dinâmica contenciosa, como protestos, greves e manifestações, por exemplo, também são um conceito relevante para o processo político e serão debatidos e operacionalizados no capítulo empírico da tese – Seção 4.2.

Para a perspectiva pragmatista, é na prática contestatória, propiciada pela atmosfera adversa dos problemas públicos, que se formam os “públicos”. Públicos se multiplicam e diversificam na dinâmica de problematização e publicização dos problemas públicos (CEFAÏ, 2017). Esse público pode ser constituído de atores ou instituições, de argumentos, interesses e posições. Não é “quem”, mas a expressão de um dos “lados” da discussão. Sua essência é a própria pluralidade e conflitualidade, sua indefinição objetiva:

o ‘público’ não é tanto um organismo social ou político como uma forma estranha de vida coletiva, que emerge ao redor de um problema ao mesmo tempo em que o constitui. Atores individuais, organizacionais e institucionais participam de um esforço coletivo para definir e controlar a situação percebida como problemática (CEFAÏ, 2002, p. 66-67 *apud* ANTUNES, 2020, p. 58).

Os públicos suscitam divergências em relação às visões de mundo, fazendo ascender na dinâmica de problematização e publicização diferentes opiniões e conflitos de interesses.

O conflito político, seguindo o esquema analítico contido em Dewey e em Robert E. Park, apresentado por Cefaï (2017), “pode dar vazão a comportamentos de multidão (*crowd*) — a face sombria do comportamento coletivo (*collective behavior*) —, mas pode também dar origem a um público”, isto é, “quando dois campos se enfrentam em torno de um problema dirigindo-se a um auditório”. O conflito, nessa dinâmica, não é necessariamente desestabilizante, mas pode se converter em “discussão racional”, em “mobilização de comunidade” ou em práticas de “formação de opinião”. O que importa na abordagem pragmatista do conflito político é que a situação de crise pode ser criativa, “e essa

dinâmica de publicização, enquanto modifica o jogo legal e político, tem efeitos que repercutem na ordem moral — nos usos, crenças e costumes” (CEFAÏ, 2017, p. 190).

A perspectiva pragmatista ajudou a descolonizar o modo de pensar dos sociólogos da ação coletiva presos às teorias da ação racional, que traduzem a ação como a agregação dos interesses dos atores racionais, ou ainda inclinados a superestimar a cultura e a identidade como nas teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (CEFAÏ, 2009). Nessa perspectiva, a ação coletiva seria composta por uma heterogeneidade de públicos e regimes de ação e engajamento (Ibidem, 2009; ANDION *et al*, 2017), onde os atores são “confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, [...]. E, sobretudo, dispõem de uma capacidade de julgamento estético, moral e político” (CEFAÏ, 2009, p. 15).

Sob o olhar pragmatista, a construção de um problema público não se dá ao acaso. Não é “natural” e despretensiosamente que eles surgem e são debatidos na esfera pública. Existe um movimento de configuração dos problemas, de reconhecimento, definição, mobilização e interpretação ao longo do tempo que é fortemente orientado para a ação pública e para o processo político: os problemas públicos têm “uma história que os modulam e os orientam de forma determinante para a ação pública” (LASCOUMES e LE GALÈS, 2011, p. 67 *apud* MORAES; ANDION; PINHO, 2017, p. 847). Esse movimento molda a percepção dos indivíduos, como enxergam, como se sentem afetados pelo problema e como, na ação coletiva, pode gerar um mal-estar coletivo a ponto de gerar consequências que extrapolam a formação da agenda governamental.

Anunciada a noção de “público” da filosofia pragmatista, a pergunta que desponta naturalmente na sequência é o que são os problemas públicos, afinal? Ou, antes ainda, como uma situação considerada problemática transforma-se, de fato, em um problema público? Para Cefaï (2002 *apud* ANTUNES, 2020) uma situação problemática é aquela em que há uma espécie de “reviravolta” no curso ordinário dos acontecimentos, “condição conturbada e que inicialmente pode não ser clara, gerando um desconforto emocional ou indignação moral, assim como boatos de reprovação”. Essa situação “vai progressivamente se tornando uma questão de identificação e reconhecimento,

categorização e estabilização, por parte de um movimento coletivo, construindo assim um problema público” (ANTUNES, 2020, p. 63). Dessa forma, a situação problemática caminha para a apreensão prática, cognitiva e normativa pelo público, adquirindo uma significação geral, passível de ser “reenquadrada em relação às ideias, relacionada a precedentes, religada a causas, imputada a intenções” (CEFAI, 2018, p. 4 *apud* ANTUNES, 2020, p. 63). Esse processo filia-se à emergência de um processo social propriamente, que, segundo o sociólogo, envolve uma ação coletiva de “associação, cooperação, comunicação, discussão, investigação e experimentação, com o intuito de definir, delimitar e controlar a situação problemática” (Ibidem, p. 63).

O ponto crucial da passagem de uma situação problemática para o *status* de problema público é quando os atores que antes experimentavam a situação como uma “desordem indeterminada”, percebida como privada e restrita, passam a percebê-la numa escala maior, em diferentes cenas e aspectos da vida pública, adquirindo o patamar “de uma questão que merece o foco da atenção pública e exige seu enfrentamento por meio de ações públicas” (ANTUNES, 2020, p. 63). Assim, “uma situação problemática só pode assumir a forma de um problema público a partir do momento em que os participantes deixam de lado seus regimes de conduta habituais, elaborando uma experiência reflexiva” (Ibidem, p. 64).

Nesse ponto, os elementos do problema são destrinchados e circunscritos, os culpados são apresentados, são feitas indagações sobre as origens, eventuais efeitos e os significados do problema para a vida pública. As indagações vêm de diversas formas, como “inquérito policial, reportagem jornalística, investigação judiciária, experimentação científica, audiência parlamentar, relatório de organização não governamental” (ANTUNES, 2020, p. 59), buscando imputar significados ao problema, testar e nivelar entendimentos sobre seus limites aceitáveis, estabilizando um nível de (in)tolerância para o distúrbio, além de promover articulações caras ao processo político de litígio (CEFAI, 2017).

As indagações não são um elemento trivial na definição de problemas públicos segundo a filosofia pragmatista. Para o precursor da discussão, John Dewey, o problema é como objeto matemático de uma situação indeterminada que é, ela mesma, “o ponto de partida de qualquer indagação, ou seja, uma situação indeterminada [...] se torna problemática no

próprio processo de indagação” (DEWEY 1993 [1938], p. 105 *apud* BRANDÃO, 2019, p. 56). O que constitui o problema público é o próprio ato de questionar coletivamente uma dada situação: “é a própria questão levantada para investigação, consideração, discussão, tomada de decisão ou encaminhamento de solução”. Nessa perspectiva originária da discussão, “um problema para existir precisa ser percebido e, conseqüentemente, ele só se torna digno do qualificativo ‘público’ quando é percebido por pessoas que não estão diretamente relacionadas a ele” (Ibidem, p. 56). Esse é um ponto comum em quase todos os intérpretes subsequentes, qual seja, que o problema público é essencialmente a expansão dos afetados originários do problema para um público maior.

Fuks (2000, p. 84) afirma que a definição de uma determinada questão social, uma vez alcançado o *status* de “assunto público”, “deixa de ser monopólio exclusivo dos segmentos originalmente responsáveis por sua promoção”, e passa a ser caracterizado numa arena política de disputa para identificar as causas, atribuir responsabilidades, avaliar a gravidade da situação e propor soluções. E Cefaï vai além, argumentando que ao expandir a problematização além do círculo original por onde o reconhecimento da questão passou, ela transforma-se em processo político, abrindo diálogo fecundo com as teorias dos movimentos sociais. Para o autor, quando a dinâmica “de problematização e de publicização ultrapassa o círculo das pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas, ela assume o caráter de um processo político”. Isso acontece porque a questão problemática “rompe com o consenso cognitivo e moral que via de regra prevalece. Não tem a ver com uma lógica tácita de acomodamento social ou de assimilação cultural, mas com o conflito aberto em torno de problema” (CEFAÏ, 2017, p. 190).

Quando um caso de corrupção vem à tona, como um desvio de recursos que deveriam ser aplicados na qualidade do transporte público, por exemplo, a indignação moral e as indagações vêm de públicos que não necessariamente dependem desse tipo de serviço público. Como diz Cefaï (2017, p. 191), “a constituição de um problema público não está totalmente no agir, mas também no padecer e no compadecer”. Os públicos podem, nessa medida, “experimentar sensações de desolação, sofrimento, luto, indignação, frustração,

aflição, quando na verdade não estão expostos a nenhuma ameaça”. Simplesmente “sentem-se tocados pelo trabalho de crianças no outro extremo do mundo”, por exemplo.

No trabalho seminal de Joseph Gusfield, “*The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*”, de 1981, o autor se dedicou a mostrar a “cultura dos problemas públicos”, dentro de uma abordagem construtivista e do interacionismo simbólico, partindo do pressuposto de que, para se designar um problema público como tal, é necessário adquirir uma “dimensão societal”, ou seja, “tornar-se assunto de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratada pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições, ou dos movimentos sociais” (LANÇA, 2000, p. 116). O autor reconhece que disputas subjetivas podem construir interpretações e sentidos diferentes para a ação pública, algo que complexifica a análise política e de políticas públicas nos ciclos heurísticos que predominam na literatura (DE SOUZA CAMPOS, 2018).

Numa projeção cultural, os públicos disputariam permanentemente uma definição subjetiva para o problema, desnaturalizando a definição como dada, líquida e certa e apostando, ao contrário, no seu caráter mutável, transitório, intercambiável e, por vezes, instrumental. Gusfield, dessa maneira, “reintegra a abordagem [dos problemas públicos] às relações sociais e políticas” (DE SOUZA CAMPOS, 2018, p. 3), levando em conta que os problemas estão sujeitos a (re)interpretações constantes e a quebras, inclusive, de consensos na ordem simbólica. Quando, por exemplo, a corrupção deixou de ser associada à pobreza? Houve, claramente, um abalo no consenso moral e cognitivo do problema. Assim, a preocupação central do argumento de Gusfield parece ser explicar justamente “como uma determinada configuração de significados relativos a um tipo de situação se tornam incontestáveis” a ponto de alterar o que chama de “responsabilidade causal e política” (*responsibility*) e a “propriedade” (*ownership*) do problema (GUSFIELD, 2012 [1989] *apud* BRANDÃO, 2019, p. 57).

A noção de propriedade é especialmente importante para o *issue* corrupção porque diz respeito aos sujeitos que estão investidos de autoridade para enunciar que uma situação é problemática ou que existe um problema público. É quem detém a capacidade de criar ou guiar o processo de indagação e definição pública do problema. Dessa prerrogativa deriva

o poder de descrever e prescrever o problema, o que é objeto de muitas disputas políticas e controvérsias. Além disso, a ideia de “propriedade” permite analisar quem são os atores que se apropriam do problema ou quem busca renegá-lo (GUSFIELD, 2009 *apud* TEREZINHA, 2014). O problema público pode, inclusive, “perder a propriedade”, algo bastante comum na dinâmica da ação coletiva: “quando os significados de um problema são contestados e disputados, a ‘propriedade’ é ameaçada e, à medida que a contestação cresce e ganha publicidade, é possível que o estado de consenso moral associado à propriedade do problema seja rompido”. Isso ocorre por meio de “de operações dramáticas, narrativas e retóricas”, capazes de “abalar o consenso de ordem simbólica que sustenta sua propriedade” (GUSFIELD, 1981; 2012 *apud* BRANDÃO, 2019, p. 58).

No caso da corrupção, algo parece ter acontecido nesse consenso de ordem simbólica que rompeu com a propriedade do problema. Quem no passado ocupou a discussão original da temática no Brasil deixou de protagonizá-la, de certa forma, e as autoridades sociais investidas para falar sobre o tema perderam força nos anos em análise nesta tese. Ocorreu um rompimento da problematização para além do círculo original e a quebra do monopólio exclusivo dos públicos originalmente responsáveis por sua promoção, em diálogo com Cefaï (2017) e Fuks (2000), respectivamente. Sabe-se que nos anos 1990, por exemplo, o movimento pela ética na política, as comunidades de base, os partidos de esquerda e outras organizações da sociedade civil lideravam o debate público sobre o combate à corrupção no Brasil. Esse público “proprietário” originário foi perdendo força, em meio à reconfiguração da esfera pública, principalmente a partir de 2013, e com eles também perdeu força a crítica da corrupção como associada às elites e à profunda desigualdade social, passando a associá-la ao partido da situação e ao sistema político como um todo.

Para Gusfield (1981), os problemas públicos possuem uma “carreira”, isto é, “a interpretação dos fenômenos como prejudiciais ou danosos pode sofrer variações ao longo do tempo, seja pela incorporação de acontecimentos novos ou por mudanças na percepção das condições conjunturais ou estruturais que afetam o problema” (DE SOUZA CAMPOS, 2018, p. 5). Nesse ponto, a carreira da temática da corrupção é longa, sinuosa, cheia de reviravoltas, profundamente societal, no sentido da disputa política, e marcante em toda a história do Brasil, como será mostrado na Seção 1.4, mais adiante.

Ela já foi escândalo midiático, já foi força-tarefa das instituições de *accountability* horizontal, já foi grupos de trabalho de ONGs, já foi passeata, todos padrões absolutamente distintos de ação para lidar com o problema. Ela já teve linguagem acessível, outras vezes nem tanto, como o emprego de tantos jargões técnicos e gerencialistas no *advocacy* legislativo. Ela já derrubou governos, outras vezes “não fez nem cócegas” na carreira política dos investigados. A corrupção esteve sempre presente, mas sempre de forma controversa.

1.2.3 Arenas públicas e o ativismo societal anticorrupção

Os estudos pragmatistas valorizam a questão da formação de arenas públicas a partir dos públicos e seus problemas. As arenas se constituem, essencialmente, como um lugar prioritário onde a ação coletiva, no “*nexus* da prática” e na experiência dos atores, se origina, se desenvolve e se dissemina (ANTUNES, 2000; CEFAÏ, 2009; FREGA, 2016 *apud* ANDION *et al*, 2017). Seguindo a tradição de Dewey, as arenas públicas seriam como “‘laboratórios de política’ compostos por atores individuais, organizacionais e institucionais que se comprometem num esforço coletivo de identificação e gestão de problemas públicos” (ANDION *et al*, 2017, p. 376).

Nessa perspectiva, em que a experiência dos atores assume posição central na ação coletiva, as arenas públicas são os locais onde essa experiência multifacetada acontece, como um “*patchwork* de maneiras de julgar, de ver o mundo e de existir” (MORAES; ANDION; PINHO, 2017, p. 848). As arenas públicas são, assim, o espaço social de atuação dos públicos, o *locus* onde a ação coletiva propriamente acontece. Mesmo que se dividam em mais de uma arena ou coparticipem de diversas delas, existe aquela onde os públicos de fato “se encontram”, se reconhecem, de forma mais genuína.

Em sintonia com a teoria do processo político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001) – diálogo inescapável com a literatura dos movimentos sociais nesse breve levantamento teórico – para quem o conflito é pressuposto no endereçamento de situações problemáticas, a arena pública é entendida, também, “como um espaço de confrontação entre diferentes posições a respeito de um problema público que se esforçam por interpretá-lo e estabilizá-lo” (CEFAÏ, 2002 *apud* MORAES; ANDION; PINHO, 2017, p.

848). Não são lugares de confronto aberto despropositado, do conflito pelo conflito, mas direcionado à resolução de problemas e, ainda, de “ajuste recíproco e de ordenamento de comportamentos (Ibidem, p. 848).

Para Cefaï (2017, p. 200), “uma arena pública é diferente de um mercado (lógica do lucro por meio da troca), de um campo (lógica de dominação entre grupos sociais) ou de uma ágora (lógica da argumentação e da deliberação)”. Se constitui essencialmente como uma “arena social”, onde “atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso”. É interessante que nesse ponto, embora se diferenciem⁸, o autor destaca pontes possíveis entre a “ágora” de Habermas e o pensamento pragmatista, dispondo sobre “passarelas entre pragmatismo e pensamento da democracia deliberativa”, especialmente porque em ambas as correntes a ação coletiva empreende uma lógica da argumentação e deliberação⁹.

A dinâmica argumentativa, a comunicação, o discurso e os dissensos – isto é, a busca não pelo consenso propriamente, mas pelos conflitos que visam ao interesse público –, são elementos essenciais do que se constitui como arena pública. Ela é, segundo Cefaï (2017, p. 204), “coproduzida como um fórum de discussões: o fato de que os pontos de conflito tenham de ser defendidos e justificados e de que as posições adversas devam ser criticadas e invalidadas implica operações de avaliação, deliberação e julgamento”. Nas arenas públicas, as ações coletivas permeadas pelas disputas de visões de mundo podem assumir formas diferentes, que variam de acordo com o ambiente e tipo de fórum. São lugares de disputas as mais variadas arenas, tais como: “polêmica jornalística, processo judiciário, controvérsia científica, batalha política ou arbitragem administrativa e se concretizam em

⁸ O conceito de arenas públicas segundo o pragmatismo político se afasta da noção de esfera pública cunhada e empreendida por Habermas (1984), Cohen e Arato (1992) e Arendt (1991) segundo os quais os seus princípios constitutivos se dão de forma relacional, a partir da demarcação de limites com a esfera privada. Os pragmatistas neutralizam o caráter formal e normativo da esfera pública da matriz habermasiana e a coloca a serviço da experiência dos atores, que na prática significa não uma separação, mas um constante intercâmbio entre as esferas (CEFAÏ, 2017; ANDION *et al*, 2017). O pragmatismo não define essas fronteiras de forma tão demarcada; pelo contrário, como o enfoque da ação coletiva está nas práticas, elas transitam de uma esfera para outra, se mesclam, se sobrepõem, se confundem.

⁹ A ponte do pragmatismo sociológico se dá num requisito específico da disciplina argumentativa habermasiana, que diz respeito à “ecologia da razão pública”. Na já mencionada *argumentative turn*, fica claro que o processo de justificação pública, na filosofia habermasiana, busca pretensões de validade e legitimidade que disciplinam a ação pública na arena social (HABERMAS, 1984; FISCHER, 2003).

meetings contraditórios, audiências parlamentares, manifestações de rua, conjecturas e refutações nas revistas, discursos de defesa, editoriais ou reportagens” (CEFAI, 2017, p. 204).

Em todos os casos, a comunicação assume um lugar relevante, operada fundamentalmente pelo discurso. Para Cefaï (2017, p. 203), a comunicação é o grande vetor da cooperação e da competição entre os públicos nas arenas, uma vez que “toda ação que visa a transformação da ordem pública deve recorrer a formas e a conteúdos de raciocínio e argumentação, sempre adaptados a ambientes específicos, a jogos estratégicos, a linguagens especializadas e a públicos interessados”. Não seria bem o ato de comunicar pura e simplesmente, mas toda a articulação de pensamentos e visões de mundo orientados para a ação pública que se desdobra a partir e por ela, “com seus lugares atribuídos, seus papéis ratificados, suas implicações autorizadas, seus envolvimento apropriados, seus formatos, vocabulários e gramáticas”. Esse olhar pragmatista da comunicação nas arenas públicas dialoga com a análise de *frames* de Erving Goffman¹⁰, a partir do qual se definem estratégias de produção e recepção de informações pelos públicos que se envolvem no jogo político, com o intuito de ampliar a mobilização social, de forma modulada e intencional. O diálogo, que na verdade aproxima a perspectiva do enquadramento interpretativo da experiência social e a sociologia dos problemas públicos, ficará mais claro no próximo capítulo da tese.

Por hora, a pergunta que orienta a tese e deve ser respondida é: qual o papel das arenas públicas no ativismo societal anticorrupção? Quais são os *loci* prioritários de atuação dos públicos que militam essa bandeira no Brasil? O Capítulo 3, de mapeamento das unidades de análise, vai apresentar arenas nas quais os públicos atuam prioritariamente.

1.3 Os públicos: unidades de análise da pesquisa

Tendo em vista os aportes teóricos apresentados, constituem as unidades de análise desta pesquisa organizações, movimentos/ coletivos e outros grupos que têm o combate à

¹⁰ Trata-se do livro de Erving Goffman chamado de “*Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*”, de 1974. Foi editado no Brasil apenas no ano de 2012, com o título “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise” (SILVA *et al*, 2017).

corrupção entre seus objetivos definidos ou que se valem dessa bandeira para promover sua militância política. Elas compõem um conceito abrangente de “ativismo societal anticorrupção” utilizado nesta tese, primeiro, para designar o ativismo da sociedade civil, em contraposição a outras formas de ativismo, como o da burocracia federal e das instituições de *accountability* horizontal. Por isso, ao focalizar na dimensão societal, a tese se insere alternativamente à produção crítica em série na Ciência Política sobre os efeitos e problemas da operação Lava-Jato na dinâmica democrática e em outras variáveis dependentes, buscando analisar o ativismo da sociedade civil e sua produção de sentido sobre a corrupção.

Em segundo lugar, o ativismo societal é um guarda-chuva semântico para todos os públicos que serão considerados no estudo. Essa abrangência revela não um acidente na escolha das unidades de análise, mas justamente um estiramento intencional no escopo dessa seleção para contemplar o máximo possível de públicos e obedecer ao arcabouço teórico complexo, como: a ideia pragmatista de que nos públicos cabe uma grande diversidade de atores (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017; BRANDÃO, 2019; ROCHA; MEDEIROS, 2021); a ideia de que os “ativismos”, no plural, dizem respeito a uma multiplicidade de modelos organizacionais que podem caracterizar a ação coletiva, com relativa fluidez institucional (DIANI; DELLA PORTA, 2006); a ideia de que as “redes de ativistas” abarcam interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações (DIANI, 1992); e a ideia de que as “redes da sociedade civil” manifestam a força reivindicativa da ação coletiva a partir da diversidade cultural (SCHERER-WARREN, 2005; 2011). Esses últimos dois pontos serão aprofundados oportunamente na Seção 3.1.1 do mapeamento de públicos.

Em diálogo com a fluidez institucional colocada por Diani e Della Porta (2006), o estiramento no escopo da seleção de unidades de análise da tese também se baseou na noção de “ecologia associativa” de Warren (2001), para quem existe uma constelação de organizações, movimentos e coletivos que organiza a militância com diferenças substantivas, dispondo de complexidades e heterogeneidades de organização, funcionamento, filiação, acesso a recursos e inspirações para a tematização da causa associada. A luta contra a corrupção dispõe de grupos de várias origens, natureza jurídica, vocação e tipo de atuação. O citado estiramento faz com que o levantamento alcance até o

terceiro setor, isto é, organizações não governamentais e organizações da sociedade civil profundamente institucionalizadas como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), além de capítulos regionais de instituições internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas e a Transparência Internacional Brasil. Expande, assim, a noção de ativismo societal para além dos movimentos sociais.

Supõe-se que essa diversidade estrutural e organizativa dos públicos, as unidades de análise da pesquisa, também se manifeste na diversidade de significados imputados ao problema da corrupção, com enquadramentos que informam os públicos de forma heterogênea. Dessa maneira, os sentidos atribuídos para o problema público seriam tão pouco homogêneos quanto os modelos organizacionais.

1.4 O problema público da corrupção na história do Brasil (1930 – 2018)

Esta seção busca mostrar como o tema da corrupção irrompe e se organiza de tempos em tempos no Brasil como um “problema público”, segundo a literatura apresentada ao longo do capítulo (GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; 2017). Com essa inspiração, busca recontar episódios em que uma ideia de “desordem indeterminada” passa a ser percebida em maior escala e fomenta uma experiência reflexiva da sociedade civil, que exige atenção pública e resolução. Portanto, quando passa a se caracterizar como um problema público, alcançando um *status* de significação geral contra o interesse coletivo sobre o qual a sociedade civil deve se posicionar e agir, normalmente de forma contenciosa.

É possível encontrar casos remotos, lá do Brasil Colônia, para ilustrar isso que parece óbvio: a corrupção sempre existiu no Brasil. De fato, sua presença pode ser destacada em toda a história. No século XX, a tematização na sociedade civil sobre a corrupção esteve no “mar de lama” de Getúlio Vargas, na vassourinha da campanha de Jânio Quadros, no fantasma comunista e no golpe militar de 1964, no *impeachment* do Collor (1992) e da Dilma (2016), no escândalo do Mensalão, na “Primavera Brasileira” de 2013, na prisão do ex-presidente Lula e em alguns outros casos. Todas essas passagens são narradas em detalhes no Apêndice I da tese. Por hora, para compor o argumento deste capítulo teórico, parece suficiente apresentar o quadro a seguir, que resume os marcos históricos de 1930

a 2018 e indica, para cada um, se a bandeira contra a corrupção assumiu ou não uma configuração de problema público.

Quadro 1. O problema público da corrupção em marcos históricos (1920-2018) – problema, atores envolvidos e padrão de controvérsia na sociedade civil

Período histórico	Problema de corrupção	Atores envolvidos	Corrupção como problema público?
Década de 1920 – Movimentos tenentistas e a moralização da política	Os movimentos tenentistas exigiam a moralização da política e denunciavam a corrupção atávica das elites.	Júlio Prestes, elite política, militares.	NÃO. Os movimentos tenentistas reivindicavam a moralização da política e contavam com apoio militar, mas a sociedade civil estava em um estágio incipiente, o que acabou por enfraquecer o movimento.
1930 - Revolução de 1930 e a corrupção eleitoral	A corrupção eleitoral foi um dos estopins da revolução. A oposição de Minas Gerais, liderada pela Aliança Liberal, acusava o candidato Júlio Prestes, apoiado por Washington Luís e o sistema político dominante, de fraude nas eleições, justificando o golpe de Getúlio Vargas e seus aliados.	Getúlio Vargas, Júlio Prestes, Washington Luiz, elites políticas, Aliança Liberal.	PARCIALMENTE. A ideia de sociedade civil passa a se consolidar nesse período. Era ainda muito limitada em termos de poder e representação, mas já disputava narrativas de combater a corrupção e as práticas oligárquicas dominantes, confrontando o sistema político a exigindo a mobilização por reformas.
1945-1954 – "Mar de Lama" e Suicídio de Vargas	A corrupção se tornou um tema candente no debate político, com denúncias constantes e o uso da expressão "mar de lama" pela oposição de Getúlio Vargas. O “Livro negro da corrupção” foi publicado após o suicídio do presidente, como um mergulho nos bastidores do governo e denúncias envolvendo figuras varguistas.	União Democrática Nacional (UDN), Getúlio Vargas.	SIM. A participação da sociedade civil teve várias fases nos governos de Getúlio Vargas, caminhando do apoio popular no início aos conflitos e oposição no Estado Novo e no governo eleito em 1951. Havia uma rede de clientelismo, autoritarismo, favorecimento político e polarização que inflamava o debate público, forçando a renúncia do presidente.
1954-1964 - Golpe Militar e Combate ao Comunismo	A narrativa de combate à corrupção e ao comunismo foi utilizada para justificar o golpe militar de 1964, com eventos como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".	Jânio Quadros, João Goulart, militares, UDN.	SIM. A mobilização popular, especialmente pela elite empresarial e setores conservadores, foi crucial para sustentar as ações golpistas, com forte apoio às pautas moralistas.

1964-1985 - Ditadura Militar e a Contradição do Combate à Corrupção	O período é marcado por contradições: discurso moralista <i>versus</i> práticas corruptas; "Livro branco da corrupção": promessa de Castello Branco de expor corrupção dos governos anteriores, que nunca se concretizou; Corrupção moral a partir da "linha dura" da ditadura, que praticou até torturas.	Presidentes-militares em exercício, como Castello Branco, e atores envolvidos em esquemas de corrupção, como Ademar de Barros e Carlos Langoni.	NÃO. Foi um período de forte repressão em que as mobilizações da sociedade civil aconteceram à margem do sistema, como uma resistência revolucionária. A repressão em si, os escândalos de corrupção, como o envolvimento de bancos públicos com privados, e os casos de tortura, foram aparecendo e acabaram por minar a legitimidade do regime. Mas não foi um período fértil para a tematização pública de problemas.
1983-1988 - Combate à Corrupção na Nova República	Durante o período da Nova República, o movimento "Diretas Já" destacou a demanda popular por democracia, que incluía o combate à corrupção; O "Livro branco da corrupção" foi uma promessa não cumprida, evidenciando a falência da abordagem do regime militar, que focava em uma moral pública falha.	Os generais da Ditadura Militar, políticos como Ulysses Guimarães, e a população civil.	SIM. A sociedade civil se mobilizou em larga escala, participando ativamente do movimento "Diretas Já", que visava a restauração da democracia e a luta contra a corrupção.
1992 - <i>Impeachment</i> de Fernando Collor	O termo "O caçador de marajás" retratava Collor como um combatente da corrupção, mas seu governo se mostrou repleto de escândalos, culminando em seu <i>impeachment</i> (na verdade, forçando sua renúncia); O escândalo envolvendo PC Farias e o movimento "Caras Pintadas" evidenciaram a indignação popular contra a corrupção.	Fernando Collor, seu ex-tesoureiro PC Farias, a mídia, e os jovens que participaram do movimento "Caras Pintadas".	SIM. A sociedade civil, especialmente os estudantes e movimentos sociais, organizaram protestos massivos, expressando sua indignação contra as irregularidades praticadas pelo governo e exigindo a saída de Collor.

1992 – 2002 – Casos de corrupção nos governos Itamar Franco e FHC	O período é marcado por escândalos de corrupção, especialmente o caso dos "Anões do Orçamento", que revelou um esquema complexo de desvio de verbas, envolvendo diferentes atores do governo e do setor privado; Corrupção nas privatizações, tráfico de influências e os “grampos do BNDES”.	Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, parlamentares, empreiteiras (Odebrecht), Amarribo, MCCE, CNBB.	NÃO. A sociedade civil se organizou para reagir à corrupção, mas o espírito era mais de edificação de entendimentos e normas do que de quebra de consenso, sendo a corrupção tratada como “valência”, um conceito neutro que estava no discurso de A a Z do espectro político. A OAB e a CNBB lideraram esforços de mobilização e controle social, resultando na criação de comissões de investigação que buscavam <i>accountability</i> . Nesse período nasceu o MCCE, que buscou a criação de leis para combater práticas corruptas, como a Lei da Ficha Limpa.
2006 – Mensalão no Governo Lula	O escândalo do Mensalão envolveu o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, membros do PT e aliados políticos, e teve forte repercussão na mídia, com reportagens da <i>Veja</i> e declarações do deputado Roberto Jefferson.	Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Jefferson, Dilma Rousseff.	PARCIALMENTE. A sociedade civil se mobilizou de forma limitada, com o movimento "Cansei" surgindo em 2007 como uma tentativa de protesto contra a corrupção e a insatisfação com o governo, mas teve pouca expressão no cenário nacional.
2013-2016 – Jornadas de Junho, Petrolão e <i>Impeachment</i> de Dilma	Ocorreu a "primavera brasileira", as jornadas de junho de 2013, que simbolizaram um momento de intensa mobilização popular; o “Petrolão”, o grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobras; e a Operação Lava-Jato, as investigações subsequentes que revelaram a profundidade da corrupção no governo.	Dilma Rousseff, movimentos da sociedade civil como o Passe Livre (MPL), membros do judiciário, como Sergio Moro, setores da extrema direita.	SIM. A sociedade civil, inicialmente mobilizada por questões como o aumento das tarifas de transporte, expandiu sua pauta para incluir demandas anticorrupção. As manifestações de junho de 2013 refletiram a insatisfação com a corrupção e o sistema político, atingindo também o governo de Dilma. A pressão popular se intensificou, mobilizando milhões nas ruas e consolidando um movimento contra a corrupção que culminou na deposição da presidenta.

2016-2018 – Ascensão e contradições do bolsonarismo e prisão do Lula	O "bolsonarismo" é um fenômeno político de extrema-direita com retórica liberal-conservadora associada à figura de Jair Bolsonaro; Prisão de Lula, condenado pelas investigações da Operação Lava-Jato; Eleições marcadas por polarização política, discursos de ódio e discursos anticorrupção; Já nos primeiros ensaios de governo os aliados mergulharam em escândalos como “rachadinha” e “orçamento secreto”.	Jair Bolsonaro e seu clã, Fabrício Queiroz e organizações da sociedade civil como a ONG Transparência Internacional.	SIM. A sociedade civil se colocou em litígio a partir de grande polarização política entre apoiadores e opositores a Bolsonaro. Dividiu narrativas e opiniões sobre a prisão de Lula e depois sobre os escândalos envolvendo o governo recém-eleito de Bolsonaro. Parte do ativismo foi crítico, denunciando retrocessos na transparência e no combate à corrupção.

Fonte: Elaboração própria.

É possível verificar, a partir do quadro, duas questões: (i) ao mesmo tempo em que a corrupção está presente em toda a história, não é sempre que se configura como problema público, ou seja, um problema tematizado, publicizado e controverso na sociedade civil e opinião pública; e (ii) não é sempre que o problema público contribui para as inflexões democráticas, em seus avanços e retrocessos, mas o potencial para que isso ocorra é grande e evidente. O olhar panorâmico pela história do Brasil entre os anos de 1930 e 2018 mostra os momentos em que a luta anticorrupção teve proeminência e a notória coincidência entre ela e os ciclos alternados de vitalidade e recessão democrática, em um movimento que Avritzer (2019) chama de “pêndulo da democracia”. O uso também pendular da bandeira mostra um *looping* de “aquece e esfria” a depender o humor de quem quer tomar o poder: “pode-se dizer que a corrupção era quase um mantra para destonar os ocupantes do poder ou derrubar um regime” (PINHO; SACRAMENTO, 2018, p. 181).

Existem dois momentos emblemáticos em que a configuração do problema público da corrupção se combina a recessões democráticas: no golpe militar de 1964 e nas consequências da “primavera brasileira” a partir de 2013, com a ascensão de um grupo de extrema-direita. Em relação ao primeiro, o alinhamento do então presidente João Goulart com as esquerdas e seus projetos era algo que atiçava a opinião pública, mas foi uma justificativa mais oculta para o golpe. Enquanto o combate à corrupção e a presumida infiltração comunista foram as duas grandes bandeiras explícitas – “combater a corrupção e derrotar o comunismo: os dois propósitos serviram de conduto para articular em uma retórica comum as diversas conspirações que fermentavam no meio militar, às vésperas do golpe que derrubou o Governo João Goulart, em março de 1964” (STARLING, 2008, p. 251). Nota-se que o problema público da corrupção parece articulado a outros, mas nunca apenas acessório, e orientado para a virada de regime político. Os militares começaram sua movimentação no dia 31 de março e, sem reação contrária de João Goulart, assumiram o poder, consolidando o golpe em 02 de abril de 1964.

Apesar do grande protagonismo dado aos militares, suas ações só foram possíveis por meio do “[...] amplo respaldo de diversos setores da sociedade civil: empresários, políticos, igreja, entre outros” (DREIFUSS, 1981, p. 398 *apud* FERREIRA; COSTA, 2016, p. 6). Houve a congruência de atores em torno de um novo projeto de poder, desta vez com uma sociedade mais complexa em termos econômicos, políticos e sociais. Trata-

se, portanto, de golpe civil-militar, “altamente político e civil em sua formação e execução”. As pautas moralistas entoaram e popularizam o golpe por meio de respostas às ações de base de Jango, em ações amplamente financiadas pela elite empresarial, como a emblemática “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Nela, onde supostamente haveria o protagonismo de organizações femininas de classe média, no entanto, havia mesmo por trás uma imensa articulação entre civis e militares homens para derrubar o governo em exercício constitucional.

Os episódios de 2013, por sua vez, iniciaram com a manifestação de grupos de esquerda insatisfeitos com o aumento da tarifa do transporte público, o Movimento Passe Livre (MPL), mas o coletivo perdeu o controle da pauta e o levante atingiu em cheio o governo Dilma Rousseff. As manifestações tomaram uma direção diferente do que o previsto pelas convocações originais, se tornando “[...] eventos contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo, os serviços públicos (PINTO, 2019, p. 25-26). Esse contexto representou a “quebra de ‘propriedade’ do problema” ou uma “expansão da percepção do problema para além dos círculos originários”, dos quais se referem Gusfield (1981) e Cefaï (2017), respectivamente, imputando à corrupção, núcleo cognitivo e de significância central das denúncias e reivindicações, o *status* de problema público.

Os manifestantes começaram por alvejar objetos variados nos protestos e manifestações, como a Federação Internacional de Futebol (FIFA) – em razão dos grandes jogos que se avizinhavam, sendo sediados no Brasil –, os bancos e os governos em três níveis (PEREIRA; SANTOS, 2016), mas o descontentamento com o sistema político e o sentimento antipartidário rapidamente se converteram em antipetismo. Com discursos de ódio e “imagens eloquentes com jovens queimando ou mordendo as bandeiras do PT”, as manifestações expressaram hostilidade a militantes petistas (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201; MONTEVECHI, 2021). A fragmentação discursiva que caracterizou os primeiros protestos foi, assim, se encadeando para um objetivo anti-*establishment*, mobilizando para tal, substancialmente, a temática da corrupção. Esse processo foi o embrião de um crescimento vertiginoso de grupos de extrema-direita no país, que ganharam cada vez mais espaço no cenário nacional e passaram a disputar a hegemonia da problematização da corrupção.

Por outro lado, ainda tomando o Quadro 01 como referência, a campanha pelas Diretas Já e o *impeachment* de Collor, juntamente ao movimento Caras Pintadas, não coincidiram com um processo de recessão democrática, mas o contrário. Em relação ao primeiro, o desgaste do autoritarismo consolidou um ambiente propício à reemergência da sociedade civil como ator desafiante e potente, e as “Diretas Já” foram um movimento político de cunho popular de grande vulto que reivindicava a volta das eleições diretas para a Presidência da República no Brasil. Como sucesso parcial dessa marcha, foram realizadas eleições indiretas por colégio eleitoral em 1985, que alçaram Tancredo Neves ao poder, tendo como vice José Sarney. O restante da história não tem um final muito feliz, como se sabe, pois Tancredo foi internado no dia 14 de março de 1985, um dia antes de tomar posse como presidente, e nunca assumiu o cargo, vindo a falecer em 21 de abril daquele ano. Apesar disso, a efervescência da sociedade civil deu novos contornos à Nova República. O combate à corrupção foi abordado com dramaticidade por Ulysses Guimarães (MDB) na solenidade de promulgação da Constituição de 1988 (TV BRASIL, 2018).

O segundo ponto se refere ao mandato de Fernando Collor, poucos anos depois, que não seguiu o curso normal e também se curvou à vontade popular. Com o fim do estado de exceção, se acentuaram as críticas ao governo, trazendo à tona a revolta quanto às medidas financeiras e administrativas tomadas pelo presidente e os escândalos de corrupção. Isso culminou em uma sequência de acusação de crime de responsabilidade, levante popular, processo de *impeachment* e renúncia. Havia uma grande pressão popular, refletida no movimento Caras Pintadas, que resumiu “a indignação dos brasileiros contra o presidente envolvido em corrupção diante de um país com uma situação econômica sensível” (BATISTA, 2017, p. 99-100).

Os Caras Pintadas foram um movimento estudantil, composto por jovens secundaristas e universitários e mobilizado no bojo da sociedade civil por organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes (UBES), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Uma série de partidos de centro-esquerda, como o PT, e, depois, até os de centro-direita, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), acompanharam o movimento. As manifestações estampavam um

público com o rosto pintado de verde e amarelo e, em 25 de agosto de 1992, alcançaram aproximadamente 400 mil participantes. A governabilidade de Collor estava por um fio até que em 29 de dezembro de 1992 foi determinado seu afastamento pelo Senado, o que o levou à renúncia do cargo. Parece que essa era havia inaugurado, desde o processo de redemocratização, com a Constituinte, até o movimento Caras Pintadas, uma conjuntura de ativismo societal marcadamente de massa e progressista, menos instrumental-populista do que em marchas prévias.

Ao tangenciar os dois tipos de repercussão do problema público da corrupção para a democracia, ou seja, quando há ou quando não há contribuições para a recessão, observa-se um movimento de replicação ou reatualização de repertórios de ação¹¹ prévios. Essa ideia se associa ao conceito de “ação coletiva modular”, cunhado por Tarrow (1993), que se refere à ideia de que certos repertórios de ação — entendidos como formas de mobilização e protesto, como marchas, greves, ocupações, entre outros — não são exclusivos de um determinado movimento e podem ser adaptadas e adotadas em diferentes contextos políticos e culturais. Tarrow argumenta que, ao longo do tempo, certos repertórios de ação política se tornam disponíveis para outros movimentos, em diferentes lugares e momentos históricos, devido à circulação de experiências, inovações e aprendizados entre grupos de resistência ou protesto.

Essa modularidade está presente nos marcos do problema público da corrupção exemplificados, evidenciando o enraizamento dos públicos militantes, como se eles prestassem uma reverência à experiência prévia de atores em litígio com os quais se identificam. De um lado, o grupo de atores que protagonizou a campanha pelas Diretas Já e o *impeachment* de Collor introduziu repertórios de ação e de sentidos mais republicanos, que vieram com os ares da Nova República, inspirando novas legislações, instrumentos de controle e o engajamento de entidades civis. A repercussão disso é percebida até os dias atuais, no que vou chamar mais adiante de “redes de *advocacy*”, cujos públicos parecem herdeiros, portanto, de uma mobilização maior da década de 1990. De outro lado, o grupo de atores de direita emergentes no contexto pós-2013 têm

¹¹ Os conceitos de repertório de ação, incluindo as incursões teóricas de Sidney Tarrow, serão apresentados de forma pouco mais detida na Seção 4.2, como uma metodologia auxiliar para a análise de enquadramento/sentidos.

raízes nas campanhas anticorrupção das décadas de 1950 e 1960, cheias de símbolos patrióticos e nacionalistas, disruptivos da ordem, que culminaram no golpe militar. Os novos movimentos retroalimentam os repertórios de ação e de sentidos advindos de interesses conservadores adormecidos, como se as mobilizações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e os discursos para a eleição de Jair Bolsonaro, por exemplo, fossem uma marcha de 1964 atualizada, uma versão *reloaded* da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Recontar esses capítulos da história permite presumir sobre como o tema da corrupção é modulado¹² e, por vezes, manipulado por grupos disruptivos da sociedade civil para chacoalhar consensos sobre o tema, vindo à tona em momentos de inflexão da democracia brasileira, especialmente nos séculos XX e XXI. Mas é apenas um pano de fundo para a análise em profundidade que será capaz de responder, de fato: o que muda entre um momento e outro que faz com que o problema público tenha potencial desdemocratizante? Por hora, suponho que seja a mobilização de diferentes *sentidos* para a corrupção, que esconde interesses escusos de grupos da sociedade civil e é capaz de gerar efeitos simbólicos sobre a ordem vigente. O estudo não é comparativo-histórico, mas se aprofunda no contexto de 2013 a 2018, que se configura como de “crise da democracia”, valendo-se da oportunidade de contar com toda a sorte de atores disputando o *issue* corrupção – de direita, disruptivos, republicanos, de *advocacy*, liberais, etc. A tese toda está calçada no argumento pela distinção do ativismo e nos sentidos imputados para a corrupção, o que será objeto de depuração empírica.

¹² O conceito de repertório de ação modular pode iluminar a análise de contextos históricos particulares, mas sozinhos não dão conta de responder por “regularidades profundas do confronto através da história” (TILLY, 2006, p. 59 *apud* ALONSO, 2012, p. 34). Por isso, reivindico a combinação dos repertórios de ação política com a *frame analysis* e a respectiva análise de sentido, que foi também uma apropriação de Sidney Tarrow (1993; 2009 [2004]) para esses conceitos, o que coincide com o núcleo analítico do último capítulo.

CAPÍTULO 2. AS DISPUTAS DE SENTIDOS (ENQUADRAMENTOS) PARA A CORRUPÇÃO

O capítulo anterior fundamentou o problema público da corrupção, discorrendo sobre porque se caracteriza como tal e como é a manifestação histórica desse conceito no Brasil entre os anos de 1930 a 2018. Essa incursão teórica e histórica mostra como a corrupção é um problema vivo, latente, disputado e controverso na sociedade civil, e constrói um entendimento sobre como os públicos do ativismo anticorrupção conferem diferentes sentidos para o tema. Assim, a distinção do ativismo e dos sentidos imputados para a corrupção é o argumento que atravessa toda a tese.

Agora, este capítulo apresenta novas bases para a investigação, aprofundando o conceito de “enquadramento interpretativo”, no universo dos métodos interpretativistas e notadamente no ponto em que ele é apropriado pela literatura dos movimentos sociais – inspirado no ensaio bibliográfico de Silva, Cotanda e Pereira (2017). O conceito de enquadramento interpretativo ganha relevância epistemológica e metodológica na tese porque dialoga com os seus objetivos e está no centro da pergunta de pesquisa, uma vez que o “quadro” é, justamente, o dispositivo para a organização dos *sentidos*. Enquadrar significa um processo organizativo capaz de gerar identificação, reconhecimento, significação e ação a partir de determinados temas, como o da corrupção.

Por esse potencial, os enquadramentos são um artifício muito utilizado pelos movimentos sociais para informar e mobilizar o público, funcionando como atalhos para organizar uma determinada percepção da realidade. Para Snow e Benford (1988), os enquadramentos são esquemas de interpretação que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’” e dispõem de três componentes orientados para o manejo e endereçamento dos problemas públicos: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional. Esses componentes serão designados como “categorias de análise” empírica da tese e retomadas na seção 4.1 – operacionalizando a análise de enquadramento –, no último capítulo.

Este capítulo também formula três sentidos para a corrupção, a partir de diferentes conceitos sobre o tema encontrados em estudo teórico exploratório e sob uma organização própria da autora, com base na experiência empírica e nas leituras sobre o tema. São eles:

o enquadramento republicano, o enquadramento gerencialista e o enquadramento populista. Aqui eles são tratados como “tipos ideais” (WEBER, 1922), isto é, construções mentais abstratas que os pesquisadores utilizam para compreender e analisar fenômenos sociais complexos. Organizados em quadros específicos e bem marcados, esses sentidos previamente fixados são naturalmente simplificadores da realidade e idealizados, mas funcionam como ferramentas analíticas que ajudam a confrontar os dados das unidades de análise, ou seja, dos públicos anticorrupção.

Por fim, o capítulo ainda redige notas sobre a democracia, e também sobre a crise da democracia. Considerando que a mobilização de diferentes sentidos para a corrupção pode esconder interesses escusos de públicos da sociedade civil e gerar efeitos simbólicos sobre a ordem vigente, a seção final organiza sucintamente os efeitos esperados dos enquadramentos republicano, gerencialista e populista para a democracia, em uma espécie de *framework* que será utilizado na análise empírica do último capítulo da tese.

2.1 A análise de enquadramento: conceitos e aplicações

Toda esta tese, desde a formulação teórica do primeiro capítulo até a redação dos achados no último, reivindica a produção de um conhecimento que é oriundo da interpretação e apontada para os sentidos, para os significados imputados por movimentos à agenda que defendem. Incluo-a no arcabouço das chamadas “viradas interpretativistas”, que orientam não só para “se levar a linguagem a sério”, mas também para “uma apreciação global da centralidade do significado na vida humana em todos os seus aspectos e uma reflexividade sobre as práticas científicas relacionadas com a produção de significado (...)” (YANOW; SCHWARTZ-SHEA, 2006. p. xii). Esses modelos desmistificam a ideia de que métodos de investigação são apenas instrumentos e técnicas de pesquisa¹³. Bem mais do que isso, o interpretativismo é uma forma de enxergar a realidade que se manifesta na construção epistemológica deste trabalho de forma transversal. Os enquadramentos interpretativos

¹³ Na verdade, os métodos de investigação devem levar em conta o “contexto metodológico fornecido pela história das ideias na ciência e das questões associadas ao estatuto de realidade (ontologia) do objeto de estudo e da sua ‘possibilidade de conhecimento’ (epistemologia)” (YANOW; SCHWARTZ-SHEA, 2006. p. xi).

compõem esse universo de modelos interpretativistas e, por isso, não são uma ferramenta, apenas, mas um olhar, uma “sensibilidade presente na tese.

A análise de enquadramento tem raízes em várias teorias que surgiram no cruzamento entre Psicologia Social e a Sociologia, especialmente a partir das produções do psicólogo social Gregory Bateson, em 1954. Desde então, a análise de enquadramento tem sido aplicada em diversos estudos. Entretanto, mesmo popularizada, a ideia não escapa de uma indefinição conceitual, pois quadros e enquadramentos podem assumir diferentes significados (VAN GORP, 2007), e também há a necessidade de um refinamento metodológico e maior sistematicidade sobre o tema nas empreitadas que o utilizam.

Na obra de Bateson (1972), as molduras são entendidas como organizadoras e definidoras da percepção da realidade, e “enquadrar ou emoldurar significa delimitar um conjunto de mensagens ou ações significativas que adquirem sentido na situação partilhada pelos interlocutores” (Ibidem, p. 147). Com base nessas ideias do autor, o conceito de “*frame*” foi formulado por Erving Goffman em *Frame Analysis - An Essay on the Organization of Experience*, um trabalho seminal que foi publicado originalmente em 1974¹⁴ e tem muitos desdobramentos subsequentes. Desse livro derivam ideias de enquadramento e de molduras interpretativas que são bastante repercutidas nos estudos de mídia e opinião pública, voltados a examinar as interações entre comunicação e processos políticos, e também nos estudos dos movimentos sociais como “ferramenta para ampliar a inteligibilidade sobre os processos de interação, significação e ação por parte de atores individuais ou coletivos em contextos determinados” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 146).

Em um espectro amplo da “abordagem das interações sociais”, o conceito desenvolvido por Goffman (1986) refere-se a um conjunto de princípios organizacionais que regem eventos sociais e a participação subjetiva neles. A análise de *frames* é como Goffman se refere ao “exame da organização da experiência”. As premissas fundamentais desse conceito são a interação e a dependência da existência de sentidos compartilhados, uma vez que os quadros são uma parte central da cultura e estão institucionalizados de várias

¹⁴ Texto foi editado no Brasil apenas em 2012, sob o título “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”.

maneiras. Portanto, os quadros não são estáticos, mas sim mutáveis, transformando-se historicamente por meio de encontros, deslocamentos e interseções entre estruturas de significado.

De acordo com Reese (2007), os quadros são estruturas socialmente compartilhadas e persistentes ao longo do tempo, de forma a estabelecer limites, categorias e definir ideias (REESE, 2007, p. 150). Gamson e Modigliani (1989), por sua vez, os descrevem como "pacotes interpretativos", sendo, portanto, uma estrutura organizada que guia a compreensão em certos contextos. Já Gitlin (2003, p. 7) os define como "padrões de cognição" (GITLIN, 2003, p. 7). Enquanto, para alguns, "enquadrar" significa selecionar aspectos percebidos da realidade e destacá-los em uma comunicação textual, a fim de promover uma definição particular de um problema (ENTMAN, 1993, p. 52), para outros, trata-se de uma atividade construtiva ou um meio de simbolicamente constituir a estrutura do mundo (REESE, 2001, p. 11).

Mendonça e Simões (2012) estabelecem uma categorização baseada em três modelos de abordagem do conceito: (i) análise da situação interativa – que se concentra em estudos microsociológicos que analisam as situações de comunicação, buscando compreender como as mensagens metacomunicativas contribuem para sua definição; (ii) análise de conteúdo discursivo – que consiste em pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises do conteúdo discursivo, explorando as estruturas e os destaques produzidos por enunciados; e (iii) análises de efeitos estratégicos – que envolvem estudos sobre os efeitos de *frame* produzidos pela adoção estratégica de discursos.

Do ponto de vista da comunicação e do discurso, ao compreender os enquadramentos como estruturas que moldam a percepção da realidade e influenciam as ações dos indivíduos, fica evidente que eles desempenham um papel crucial na definição de problemas, na interpretação causal, nos julgamentos morais e nas propostas de solução (ENTNAM, 1993) – componentes de análise que serão abordados na subseção mais adiante. A operacionalização da análise de enquadramento busca compreender como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de significado, convocando os interlocutores a adotarem uma determinada abordagem interpretativa. Os discursos se baseiam em quadros que estabelecem recortes e focos, ou seja, destacam certos elementos

da realidade ao mesmo tempo em que tornam outros elementos "invisíveis" (MOUILAUD, 2002).

Entnam (1993), um dos principais teóricos nessa abordagem analítica, argumenta que os enquadramentos permeiam todo o processo comunicativo, situando-se nos interlocutores, nos textos e na própria cultura, e surgindo das interações entre essas partes. Essa abordagem concentra-se, como já dito, no *discurso*, e na percepção de como os discursos moldam a maneira como o mundo é enquadrado (FERRE *et. al*, 2002). Nesse sentido, a análise de enquadramento não se limita apenas à compreensão das interações pontuais, mas busca uma compreensão mais ampla de como os discursos se relacionam com as estruturas sociais, políticas e culturais. Ela explora como os quadros influenciam a percepção dos indivíduos, moldam suas opiniões e afetam suas tomadas de decisão.

Além disso, a análise de enquadramento permite examinar os efeitos estratégicos da adoção de determinados discursos, revelando como certas molduras podem influenciar a opinião pública, a formulação de políticas e até mesmo as dinâmicas eleitorais. Portanto, ao adotar uma abordagem de análise de enquadramento, busca-se ir além das interações imediatas e examinar como os discursos e os quadros subjacentes moldam a compreensão coletiva e as práticas políticas. Essa metodologia pode ser útil para ampliar a compreensão dos processos e relações políticas, aprimorando também a compreensão de fenômenos políticos em geral.

2.1.1 A análise de enquadramento e os estudos dos movimentos sociais

Entre as perspectivas da *frame analysis* disponíveis, a que mais nos interessa neste trabalho é alternativa à proeminente avaliação da interação entre comunicação e processos políticos, e diz respeito à apropriação do conceito pela literatura dos movimentos sociais. O ensaio bibliográfico de Silva, Cotanda e Pereira (2017) é a referência utilizada aqui para se compreender o que chamam de “pertinência e fertilidade dos conceitos de enquadramento (...) para a pesquisa empírica sobre movimentos sociais”. Os autores definem três fases da incorporação do conceito. Na primeira, ao longo da década de 1980 e 1990, o enfoque dos estudos foi no poder de agência dos indivíduos e movimentos, ressaltando o caráter estratégico das molduras interpretativas, algo que dialoga com o

olhar pragmatista sobre como a construção de um problema público não se dá ao acaso. Existe, sim, uma “carreira” do problema, uma intenção e uma “propriedade” que pode ser contestada. Em trabalho seminal "Movimentos Sociais e Mudança Social" (1982), Doug McAdam, John D. McCarthy e Mayer N. Zald cunharam a expressão “molduras interpretativas da ação coletiva”, as MIACs, que são estruturas que moldam a ação coletiva e influenciam o comportamento dos participantes em movimentos sociais.

O caráter estratégico das MIACs ocorre em duas perspectivas, que também dividem os estudos: do ponto de vista dos participantes ou potenciais aderentes a uma causa; e do ponto de vista estratégico dos empreendedores dos movimentos. Os trabalhos de Gamson (1982; 1985) e colaboradores, de um lado, analisam como os atores organizam sua experiência diante de enquadramentos diversos. Nesse caso, as MIACs seriam como “mapas cognitivos maleáveis que, ao entrarem em contato com as exigências das interações e com as novas informações nelas presentes, se adaptam e se transformam” (NOAKES; JOHNSTON, 2005; OLIVER; JOHNSTON, 2005 *apud* SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 151). Os trabalhos de Benford e Snow (1992), por sua vez, deram enfoque, num primeiro momento, no desenvolvimento de estratégias que propiciem melhores resultados de mobilização. O conceito de MIAC é entendido de forma parecida com o anterior, mas a análise recai sobre “estratégias desenvolvidas pelos empreendedores de movimentos para a conquista de ressonância de enquadramento” (COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 151). Ainda nessa primeira apropriação do conceito, os argumentos dos autores caminharam para uma perspectiva conciliadora dos pontos de vista chamada de *frame alignent* (alinhamento de molduras interpretativas), que significa justamente a combinação ou convergência entre as MIACs dos indivíduos aderentes e aquelas empreendidas pelos organizadores dos movimentos como um caminho para o engajamento perene e sustentável da militância política.

A segunda e a terceira apropriações do conceito, seguindo a lógica da revisão de Silva, Cotanda e Pereira (2017), atenuam o caráter estratégico das molduras e põem em evidência os processos contenciosos (TPP) e discursivos de construção de identidades coletivas (TNMS) que mantém os públicos mobilizados e alimentam a sua atuação política. A segunda incorporação foi realizada pelos precursores da teoria do processo político, especialmente Sidney Tarrow, durante a década de 1990, que incluíram o

enquadramento como uma dimensão importante para estudar as mobilizações sociais. Para Tarrow (1992 *apud* SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017 p. 155), “movimentos sociais são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de significados” e, por isso, estudar as fontes simbólico-culturais utilizadas para a construção das molduras interpretativas é tão importante. O autor sustenta que “o repertório cultural utilizado por movimentos sociais advém das ‘mentalidades sociais’ – interpretações gerais e de longa permanência no tempo – e da ‘cultura política’ – interpretações específicas ao campo político e de média permanência no tempo – de determinada sociedade em determinado contexto histórico” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017 p. 155). Esses requisitos garantiriam, no bojo do processo político contencioso, que atores e organizações se articulem circunstancialmente para o “ciclo de protestos” em torno de uma dada interpretação compartilhada.

A terceira e última apropriação diz respeito à dimensão expressivo-identitária dos *frames* formulada pelos teóricos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, como Alberto Melucci, ao longo dos anos 1990 e 2000. Essa noção de enquadramento faz uma crítica ainda mais forte à dimensão estratégica, ao considerar que a análise a partir da agência superestima o cálculo dos empreendedores e reduz “os símbolos a meros meios por meio dos quais militantes atingem seus objetivos estratégicos” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 152). Ao contrário, a “interpretação produzida por movimentos sociais tem um valor moral para os ativistas, ou seja, são convicções, valores” (Ibidem, p. 152). Para os teóricos da TNMS, “é através da construção e promoção de interpretações contenciosas que militantes buscam reconhecimento para suas identidades coletivas” (Ibidem, p. 152). Assim, as molduras interpretativas não seriam um meio, simplesmente, mas um fim simbólico, de conteúdo moral, que cria conectividade e produz solidariedades entre os ativistas e os mantém mobilizados. Na configuração de um problema público que se destina à ação coletiva, à luz do interacionismo simbólico de Gusfield, o conteúdo moral é fundamental para romper o consenso em torno de um *issue* e sua propriedade, tornando incontestáveis os significados atribuídos a uma dada situação problemática, fomentando, assim, a mobilização (BRANDÃO, 2019). Aos poucos, até mesmo trabalhos como os de Benford e Snow passaram a incorporar paulatinamente a dimensão não-estratégica do enquadramento interpretativo (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

Existe, por fim, um argumento padrão entre as diferentes incorporações das molduras interpretativas pela literatura dos movimentos sociais: os estudiosos defendem que “as mensagens sustentadas por movimentos sociais devem ter alguma semelhança com símbolos social e culturalmente estabelecidos para que obtenham ressonância” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 156), o que acaba tornando-se um dilema constante para os movimentos. O dilema está na escolha entre gerar uma repercussão contestatória mais revolucionária a partir de interpretações inovadoras, mas com baixo potencial de aceitação pelos públicos, ou produzir interpretações mais simples, de fácil apreensão, com menor potencial transformador (TARROW, 2009 *apud* SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). Assim, o poder de recrutamento de uma mobilização política de movimentos sociais repousaria no eventual equilíbrio entre “elementos ressonantes” e “elementos contestatórios” das MIACs (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). Esse dilema, provavelmente, deve aparecer na militância contra a corrupção no país, pois entre o republicanismo e o populismo – enquadramentos que são explorados na análise – existe um *gap* fundamental de visões de mundo que guiam a ação coletiva e motivam seguidores.

2.1.2 Componentes da análise de enquadramento

Alguns componentes do enquadramento foram disputados pela literatura ao longo do tempo para operacionalizar a ideia de atribuição de sentidos. Os componentes anunciam, assim, o que cada autor defende que deve ser observado para caracterizar um determinado quadro e respectivos sentidos, o que implica em escolhas que geram repercussão metodológica. Gamson (2011), por exemplo, organiza os quadros a partir de três componentes: injustiça, ação e identidade, sendo as noções de injustiça e identidade vinculadas à ideia de diagnóstico para o problema, e a ação à forma de combatê-lo (motivação para a ação). Para Entman (1993), por sua vez, os enquadramentos são compostos por quatro características: diagnóstico, causas, julgamentos morais e soluções. Utilizando essas características, Guimarães (2013) estuda a luta pela visibilidade na campanha Ficha Limpa a partir da experiência do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, recorrendo às publicações de jornais e combinando métodos para escrutinar o jogo de *inputs* e *outputs* entre a comunicação estratégica dos movimentos e os

enquadramentos da mídia (teorias de *inputs* e *outputs* do *frame building* jornalístico). Fontes, Ferracioli e Sampaio (2016) também utilizam os componentes de Entman para verificar quais foram os enquadramentos predominantes nas principais revistas semanais brasileiras a respeito da operação Lava-Jato.

Outra organização dos *frames* bastante conhecida é a proposta por Johnston e Alimi (2012), que propõe três componentes: o sujeito (identidade coletiva), o verbo (repertório de ação) e o objeto (caracterização do problema). De acordo com Melo (2021, p. 51), o “*insight* fundamental dessa abordagem é que a ação coletiva segue uma sentença gramatical universal, em que é possível observar as mudanças internas no conteúdo sobre os enquadramentos com o passar do tempo e após eventos transformativos”. A autora apresenta uma análise global dos 13 anos de protestos contra a corrupção no Brasil ocorridos durante os governos do PT, concluindo sobre quatro fases distintas de protesto contra a corrupção. Esse modelo é interessante para acompanhar nuances de sentidos ao longo do tempo¹⁵. Fernandes (2016) também utiliza os componentes de sujeito, verbo e objeto para analisar os enquadramentos jornalísticos sobre as jornadas de junho de 2013 a partir de jornais locais do Rio Grande do Sul.

Também é interessante citar o trabalho de Baptista (2015), que estuda a relação entre mídia e escândalos políticos nos efeitos sobre a percepção da corrupção, baseando a ideia de enquadramentos nas definições de Porto (2004), nos trabalhos de Miguel e Coutinho (2007) e Nunomura (2012), desdobrando a análise em oito perspectivas: episódico, corrida de cavalos, jogo, responsabilização, estratégico, dramático, moral e oficialista. E o trabalho de Barros (2018), que analisa controvérsias midiáticas sobre os embargos infringentes do escândalo político do Mensalão, combinando a análise de enquadramentos midiáticos com a perspectiva teórica de pânico morais. Os estudos citados dos colegas acadêmicos levam em conta diversas faces da corrupção – têm esse recorte específico – mas são bastante centrados nas interações entre comunicação e processos políticos e, portanto, nos enquadramentos enquanto formulações midiáticas.

¹⁵ Algo que se afasta do meu propósito, que é o de captar as possíveis diferenças *entre os atores*; o que se pretende evidenciar é a disputa de sentido, significados diferentes para a corrupção, em um mesmo período de tempo, por grupos diferentes.

Alternativamente, foi escolhido para o desenvolvimento desta tese outro modelo, o de Snow e Benford (1988), popularizado como um dos mais indicados para os estudos dos movimentos sociais, entre outras razões, porque inspiram e legitimam a ação coletiva. Para os autores, em uma dimensão estratégica, os enquadramentos são esquemas de interpretação que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’ com o intuito de mobilizar potenciais aderentes e bases constituintes, garantir apoio dos espectadores e desmobilizar antagonistas” (SNOW; BENFORD, 1988, p. 198). No seu modelo de análise, existem três componentes possíveis para os quadros interpretativos: (i) diagnóstico, (ii) prognóstico e (iii) motivacional.

Esses componentes teóricos-analíticos facilitam a investigação empírica e podem ser combinados com a ideia pragmatista de construção de problemas públicos tal como foi desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho. Snow e Benford (1988) lançam mão dos três para analisar como os movimentos sociais constroem sentido sobre aspectos do mundo social e seus problemas ou como se aproveitam de *frames* já constituídos para gerar identificação, reconhecimento e participação dos atores em processos de ação coletiva. Esse ferramental, é importante dizer, leva em conta também aspectos ideológicos, como valores e crenças, para gerar ressonância na base social e promover o engajamento. Esses componentes são as “dimensões constitutivas dos quadros interpretativos, as quais chamam de ‘*core frame tasks*’ (ou tarefas centrais dos quadros), que dizem respeito à função de orientação da ação das organizações de movimentos sociais” (SILVA, 2013, p. 44). Podem ser descritas da seguinte forma:

- (i) função **diagnóstica**: se refere à construção do problema, seu processo de identificação e reconhecimento, assim como à atribuição de culpa e causalidade e à definição das suas vítimas. Essa função interpela uma dimensão cultural, já que mobiliza um sistema de crenças sobre como é o mundo social ou como deveria ser, além de um senso de “injustiça” – tem uma intersecção com a visão de Gamson (2011). Neste trabalho a função diagnóstica será dividida em três categorias de análise: “problema”, “culpado” e “vítima”.
- (ii) função **prognóstica**: envolve a busca por alternativas ou soluções para a resolução do problema identificado – deriva, portanto, da função diagnóstica. Essa função vislumbra modelos ideais, padrões aceitáveis e fixação de

estratégias adequadas. Neste trabalho a função prognóstica assumirá uma categoria chamada de “solução”.

- (iii) função **motivacional**: é o verdadeiro chamamento para a ação a partir da efetivação dos componentes anteriores e da criação de sistemas que justificam o engajamento e a mobilização, incluindo narrativas, linguagens e padrões interativos específicos. Esta função tem um ponto de contato com as teorias do processo político e as ideias de “repertórios de ação” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; MCADAM; TILLY; TARROW, [1996] 2009). Neste trabalho, a função motivacional será dividida em duas categorias: “repertórios de ação” e “linguagem”.

Os três componentes da análise de enquadramento de Snow e Benford (1988) seguem estritamente o roteiro para construção de problemas públicos segundo os aportes teóricos do pragmatismo político e da sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017), conforme apresentado no quadro a seguir. Essas correspondências ficarão mais claras no último capítulo, na Seção 4.1 – Operacionalizando a análise de enquadramento.

Quadro 2. Correspondências entre os modelos teóricos da tese e as categorias de análise empíricas

Componentes teóricos da análise de enquadramento¹⁶	Categorias de análise (análise empírica do Capítulo 4)	Componentes teóricos da sociologia dos problemas públicos¹⁷
Diagnóstico	1. Problema 2. Culpado 3. Vítima	Identificação do problema
Prognóstico	4. Alternativa	Identificação da solução
Motivacional	5. Repertórios de ação 6. Linguagem	Controvérsia e ação

Fonte: elaboração própria.

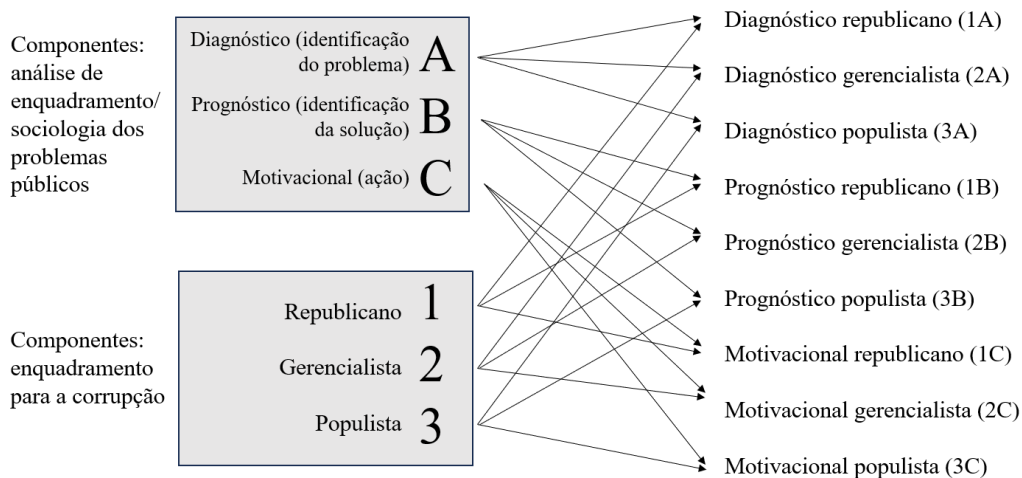
¹⁶ Referências: SNOW; BENFORD, 1988.

¹⁷ Referências: DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017.

2.2 Os enquadramentos para a corrupção: “tipos ideais” a partir da literatura

Considerando os conceitos e componentes da análise de enquadramento, esta seção busca responder, do ponto de vista teórico, como referência para a análise empírica, o seguinte: os públicos anticorrupção são informados por quais sentidos para o problema? Quais são os sentidos disponíveis na literatura sobre a corrupção? A resposta a essa pergunta passa por organizar diferentes conceitos sobre a corrupção encontrados em estudo teórico exploratório, que foram organizados de modo a demarcar fronteiras de sentido sob uma organização própria da autora, com base na experiência empírica e nas leituras sobre o tema. São eles: o enquadramento republicano, o enquadramento gerencialista e o enquadramento populista. Esses enquadramentos de tipo ideal serão combinados às categorias de análise da pesquisa, no Capítulo 4, tal como apresentado no diagrama abaixo.

Figura 1. Combinações de modelos teóricos da tese



Fonte: elaboração própria.

2.2.1 Enquadramento republicano

A formulação de um sentido republicano para a corrupção baseia-se na filosofia política do republicanismo e na violação daquilo que ele fixa como valores centrais: a liberdade, a igualdade e a participação cívica na governança política da sociedade – governança inserida em uma dimensão ampliada de democracia. Essa significação remonta à origem

da palavra em latim “*res publica*”, isto é, a uma ideia abstrata de “bem público” ou “coisa pública” que é deturpada em favor de benefícios que não são públicos, e que produzem, assim, desigualdades originárias. A corrupção seria o rompimento da essência, da “alma”, daquilo que nos reúne enquanto público, que é a garantia do reconhecimento igualitário e a direção de uma boa vida a todos os sujeitos que constituem a sociedade.

No enquadramento republicano, assim, a corrupção manifesta a antítese dos princípios norteadores da boa governança, a governança orientada à coisa pública, e uma ameaça à integridade do sistema político republicano, que pode ser manifestada em diferentes contextos como: na violação da confiança pública, na distorção do processo democrático, na desigualdade e injustiça e nos danos às instituições republicanas. Esse processo de construção do problema, para usar a linguagem pragmatista, que o enquadra a partir de uma “sensibilidade republicana”, não é trivial. Quando se fala de corrupção sob o manto do republicanismo, a discussão não é banal, superficial ou caricata, como é comum nos enquadramentos gerencialista ou, principalmente, populista. No caso, busca-se debater em profundidade e densidade as “estruturas” por trás da prática corrupta – estruturas materiais, simbólicas, culturais, sistêmicas, históricas, etc.

Uma evidência da profundidade do debate republicano é a investida dos clássicos da filosofia política para definir a corrupção. Bignotto (2008) sumariza alguns conceitos. Na perspectiva aristotélica, por exemplo, “[...] as disputas em torno de bens e direitos e a sentimentos relativos à igualdade ou à desigualdade” (p. 104) seriam as responsáveis pelas mudanças no interior dos regimes políticos. A desigualdade, nesse caso, seria uma importante fonte motivadora para atos corruptivos, na medida em que impulsiona a disputa por uma vida melhor. Para Maquiavel, por sua vez, a corrupção é percebida como a degradação da liberdade política, incorporando uma oposição simétrica da ideia de República e de seu fundamento essencial, que para o autor é o bem comum. Assim, do contrassenso ao bem comum se constituiria a corrupção. Para Montesquieu, por outro lado, a virtude é o elemento essencial da República, e a corrupção acontece na sua violação, isto é, na perda da virtude.

Rousseau, de acordo com Bignotto (2008, p. 105), é o “[...] responsável pelo desenvolvimento de uma teoria republicana da corrupção” propriamente, e, por isso, pode ser a principal referência para o enquadramento aqui proposto. Na leitura do autor

clássico, a corrupção seria, antes de mais nada, a corrupção “do homem”, quem perderia uma bondade inerente na passagem dos indivíduos do estado natural para o estado civil. A civilização refletiria, dessa forma, o processo de perda da bondade, dando origem a ideias de mérito e distinção e a sentimentos de preferência, comparação e competição. Para o autor, a corrupção é o avesso da vontade geral e da soberania popular expressa no “contrato social”. Vale apontar que essa vontade geral não é a manifestação de interesses particulares agregados, mas, sim, os termos e pactos gerados coletivamente que, associados, definem um bem comum. Esse bem comum, quando regido por um corpo moral e coletivo e resguardado pela soberania popular – leia-se democrática – garante, ao mesmo tempo, liberdade e igualdade à República (ROUSSEAU, 2009). Rousseau é defensor da vontade geral orientada pela e para a igualdade, em detrimento da agregação de vontades particulares que se inclinam para a perspectiva individualista das preferências – uma visão deturpada e paradoxal da própria ideia de liberdade.

No hiato entre a liberdade clássica e o liberalismo econômico, abre-se uma larga discussão sobre a eventual “renaturação” dos valores inerentes à República, como será discutido mais adiante. Para ilustrar, segundo Guimarães (2008), uma vez que a corrupção é uma “[...] dimensão derivada e negativa” (p. 173), ela precisa de um referencial conceitual positivo, que se institui no conceito de interesse público. Só que o autor entende que, enquanto transgressão do interesse público, o conceito de corrupção varia de acordo com a definição de cada corpo político justamente para *interesse*. Para as tradições liberais, essa noção “[...] ganha uma conotação nitidamente atomista, autocentrada ou individualista (p. 173)”. Já para o republicanismo, o interesse público demandaria a obediência a quatro princípios, típicos do próprio republicanismo: legitimação cultural (dependendo da fixação de limites do interesse privado); historicização (observância às variações no tempo, no espaço e na sua interação dinâmica com os contextos socioculturais); democracia procedimental (que regula quadros de pluralismo de valores e conflitos de interesses em toda a sua cadeia); e universalização (um interesse traçado não necessariamente de forma consensual, mas respeitando, também, as vontades das minorias). Observa-se como a definição de interesse navega por diferentes dimensões de igualdade política.

Tal como Guimarães (2008), Filgueiras (2009) também coloca o interesse público como uma chave de sentido importante para a definição de corrupção, afirmando que a maneira como ele é visto e debatido pelo público altera a percepção da corrupção. Por exemplo, a compreensão que o brasileiro tem sobre o interesse público é de que sua defesa é responsabilidade do Estado, não da sociedade como um todo, conformando a percepção de que a corrupção é praticada quase exclusivamente por funcionários públicos. Isso tem implicações significativas no reconhecimento da legitimidade do Estado e, por consequência, para a qualidade democrática, algo que será discorrido mais detidamente adiante. Compreender, então, que a perseguição do interesse público deve ser feita pela sociedade em geral é o que distancia esta avaliação de responsabilidade do Estado das ideias anti-*establishment* irresponsáveis da retórica populista.

Em formulações mais recentes, Filgueiras (2019) organizou a definição de corrupção como um rol de vícios que promovem a degeneração da República. Para ele, a corrupção mobiliza os sistemas políticos e destrói relações públicas, promovendo interesses escusos, degenerando a ordem pública e criando contextos de crises. Sobre esse ponto argumenta que: “a corrupção, por ser a prática corrente de uma ação pública viciosa e degenerativa, configuraria o mundo dos vícios” (FILGUEIRAS, 2019, p. 425). Esses vícios podem ser mitigados pela ação pública dos cidadãos – que consiste em uma das virtudes republicanas –, estabilizando a ação pública. Como um ciclo virtuoso, o engajamento cívico proporcionaria a estruturação sólida de instituições que sejam capazes de enfrentar justamente os vícios que desestruturam a vida pública.

Sob uma perspectiva culturalista, Granovetter (2006) destaca a importância das construções sociais e do *status* social no enquadramento e julgamento da corrupção – um olhar alternativo, segundo ele, à literatura predominantemente gerencialista, que enxerga o problema do ponto de vista econômico e negligencia as construções culturais sobre a corrupção. O autor dispõe sobre formas de incentivo à corrupção que podem adquirir diferentes significados para os diversos atores a depender de seus aspectos sociais, culturais e históricos. Isso dá um caráter relativo às ações, que deve ser levado em conta no desenho de formas para neutralizar a corrupção. Para o autor, considerar tais aspectos é fundamental para definir com maior precisão vários dos elementos envolvidos em atos como suborno, extorsão, desfalque, indivíduos corruptos, deveres públicos, integridade

etc. Assim, o julgamento de atos corruptos deveria ir além da norma abstrata à qual se encaixa a situação, mas levar em consideração também o meio social em que as transações estão imersas: “Julgamentos de legitimidade são parte de estruturas normativas mais amplas, produzidas em todas as estruturas sociais conhecidas” (Granovetter, 2006, p. 31).

Johnston (2005) destaca a dimensão sistêmica da corrupção, para quem o problema se relacionaria aos abusos de confiança, geralmente envolvendo o poder público em benefício privado que, na maioria das vezes, é pecuniário. Entendendo que os problemas de corrupção sistêmica consistem no uso do poder e da riqueza para enfraquecer a participação e as instituições, eles são percebidos pelo autor, ao mesmo tempo, como causa e consequência de dificuldades do desenvolvimento. A visão sistêmica de Johnston enfatiza o conjunto de ações corruptivas, em detrimento das ações corruptas específicas, o que se distancia dos limites legais das definições de corrupção. Assim, o autor não mostra uma definição formal de corrupção, mas como ela se desdobra sempre a partir de problemas (re)distributivos. Além disso, as ações tidas como corruptas podem passar a se tornar aceitáveis em determinado momento a partir de mudanças oriundas, por exemplo, do enfraquecimento das instituições.

Filgueiras (2009) vai ao encontro dessa visão sistêmica e analisa o Brasil a partir do que chama de “antinomia da opinião pública”, que distancia as normas morais que regulam os significados de corrupção e a prática cotidiana na esfera pública. A ideia de antinomia remete a dois princípios igualmente legítimos, no caso, a moralidade ou juízos de valor presentes na opinião pública e “a vida como ela é”, mas que são divergentes nos julgamentos sobre a corrupção. As contradições apontadas pelo autor, de inspiração habermasiana, opõem “vida por excelência” e “vida cotidiana”, e “juízos de valor” e “juízos de necessidade”. No plano da prática social, as divergências tencionam o entendimento sobre o tema, ou seja, o que se entende por corrupção, e a intensidade – pequenas e grandes corrupções. Para Filgueiras (2009, p. 401), então, a “corrupção tem uma natureza moral e prática, que nem sempre são conexas, o que não quer dizer que ela deva ser tolerada em função de sua natureza complexa”. Na filosofia kantiana, as “antinomias da razão” pregam peça na compreensão de um fenômeno complexo devido à tentativa de aplicar conceitos puramente racionais.

Também centrado no caso brasileiro, Campante (2019) articula ideias sobre patrimonialismo, corrupção e desigualdade, demonstrando como existem diferentes recepções para o conceito de patrimonialismo que alimenta o discurso anticorrupção tanto de uma elite conservadora antiestatista quanto de movimentos que buscam o aprofundamento da democracia e dos valores de solidariedade e do igualitarismo. Isso porque o patrimonialismo, que promove o que o autor chama de “assimetrias agudas de poder”, é uma lógica que “impede o surgimento e a estabilização da esfera pública, e a distinção entre as esferas pública e privada é basilar na configuração do Estado racional-legal, é justamente o que a corrupção frustra” (CAMPANTE, 2019, p.188). Campante reforça o argumento de Marilena Chauí sobre a importância de enquadrar o patrimonialismo como um fenômeno deletério que bloqueia a distribuição de poder e fomenta o caráter autoritário e hierárquico da sociedade brasileira. E também se apoia em Johnston (2005) para enquadrar a corrupção

não como uma substância imutável mas como um processo histórico, calcado em correlações de força concretas e específicas, [que] contorna o obstáculo da pergunta liberal sobre o que seja, afinal, a substância dos conceitos como corrupção e interesse público (JOHNSTON, 2005 *apud* CAMPANTE, 2019, p. 214).

As intersecções das dimensões cultural, sistêmica e histórica apresentadas na formação do quadro republicano da corrupção despertam controvérsias sobre o carácter corrupto supostamente inato do povo brasileiro, um *master-frame*¹⁸ (SNOW; BENFORD, 2000) por onde navegariam diversos e até antagônicos discursos anticorrupção, de grupos com matrizes ideológicas diferentes. Alguns brasilianistas apresentados discordam dessa visão. Filgueiras, por exemplo, enxerga a tolerância à corrupção não como um desvio de carácter característico da cultura brasileira, mas uma “[...] disposição prática nascida de uma cultura em que as preferências estão circunscritas a um contexto de necessidades, representando uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material” (FILGUEIRAS, 2009, pág. 417). Seria a desigualdade o grande ingrediente da corrupção,

¹⁸ O termo *master frame* é cunhado por Snow e Benford (2000) para designar grandes quadros interpretativos compartilhados por dois ou mais movimentos, que agregam em torno de um sentido mais geral uma maior quantidade de público. É uma ampla chave de sentido de onde se derivam quadros específicos.

não uma suposta herança cultural inescapável. Campante concorda sobre os limites dessa avaliação cultural da corrupção. O erro é

supor que a leniência com a corrupção seria uma espécie de ‘maldição eterna’ de nossa cultura e sociedade, o que leva ao perigo da acomodação ou do cinismo. Esse pendor cultural da tolerância a comportamentos desviantes, ao privatismo, tem raízes históricas e sociais, e não ontológicas e individuais. Quer dizer, esse comportamento não é fruto de uma espécie de “essência” ou “caráter” nacional, mas de contingências históricas, sujeitas a mudanças, embora lentas (CAMPANTE, 2019, p. 210).

Essas diferentes dimensões do quadro republicano da corrupção podem ser aprofundadas nos princípios do republicanismo que ela viola em essência: as citadas democracia – governança política tipicamente democrática, com engajamento cívico –, e também igualdade e liberdade, todos conceitos interligados que adensam radicalmente o conceito de corrupção em comparação aos quadros gerencialistas e populistas.

- Republicanismo e democracia

A ideia normativa de República se materializa em sistemas de governo com o mote “o poder emana do povo”, cuja expressão maior é a democracia. Pode-se descrever o republicanismo a partir de algumas características democráticas fundamentais que o compõem em suas diversas vertentes, como a defesa à participação ativa na vida política comunitária. O que se estende à compreensão de um bem comum com o qual cidadãos devem estar preocupados e comprometidos, seja na defesa dos direitos civis, na promoção da justiça social ou na proteção dos recursos comuns. De certo modo, existe uma virtude cívica como pano de fundo para a atuação republicana dos cidadãos em que se pressupõe o compromisso com o bem comum, a honestidade, a integridade e, para aqueles que faz sentido, a dedicação ao serviço público.

É importante destacar que os compromissos da participação cidadã e da prática dos sistemas de governo dependem da consolidação de instituições políticas republicanas e democráticas fortes. São elas as responsáveis por promover a participação democrática, a separação de poderes, a prestação de contas do governo e, também, por combater a corrupção. O endereçamento da corrupção republicana também pode ser institucional, como no enquadramento gerencialista, mas é permeado por um profundo debate sobre a

gênese e o papel das instituições políticas enquanto *corpus* garantidor de igualdade e guardião do bem público. A garantia da integridade do sistema político republicano passa pela adoção de medidas eficazes de detecção, prevenção e punição de atos corruptos. Mas o debate institucional não se limita ao trânsito investigativo, fixação de normas, cálculo de riscos e punição. As soluções institucionais para a corrupção de inspiração republicana voltam-se, também, à avaliação de qualidade democrática, igualdades originárias, engajamento cívico e educação cidadã.

Além do olhar para as instituições políticas, a própria ideia de Estado e seu papel na corrupção ou no combate à corrupção também está sujeita a escrutínio popular, em um debate moralizado da opinião pública, e é objeto de disputa entre o republicanismo e o liberalismo econômico. Filgueiras (2008) dispõe sobre o que chama de “erosão de consensos em torno da legitimidade do papel do Estado”, promovida pelo liberalismo, que transforma a corrupção em patologia política e enraíza o Estado como um espaço de vícios. Se trata de uma visão deturpada de corrupção, pois ela até pode fazer parte do corpo político, mas o Estado não pode ser visto como o *habitat* natural da corrupção. Da mesma forma como a democracia é o espaço genuíno da legitimidade, não o espaço genuíno dos vícios. Quando há erosão dos consensos em torno da legitimidade do Estado, o cidadão passa a desconfiar sem razoabilidade dessa estrutura.

Os dissensos em torno da legitimidade estatal e a ideia de corrupção enquanto patologia política se acentuam em contextos de grandes mudanças sociais, como nas crises políticas, em que a democracia é colocada à prova, e a instabilidade gerada acaba por favorecer ou privilegiar interesses privados que se nutrem da retórica do Estado deteriorado e corruptor. Em contextos de crises políticas, que são momentos em que os valores e normas podem ser flexibilizados, as transformações do conceito de corrupção se acentuam. Para Filgueiras (2008a), a conexão teórica do conceito de corrupção é associada ao contexto de crises de legitimidade, por isso, é importante pensar em um quadro analítico das legitimidades nas democracias e suas crises (FILGUEIRAS, 2008a). Johnston vai além, afirmando que “[...] a contínua liberalização econômica e as mudanças do papel do Estado podem eventualmente drenar grande parte do significado do comportamento que classifica as definições de corrupção” (JOHNSTON, 2005, p. 13, tradução minha).

Analisando o Brasil nos idos de 2010, Filgueiras e Avritzer (2010, p. 210) já discorriam sobre como a corrupção vinha sendo acionada para a moralização da política na sociedade, o que terminava por produzir uma histeria ética coletiva e “um estado de paralisia”, já que esse tipo de discurso não se desdobra necessariamente em mudanças concretas. Esse “moralismo contemporâneo brasileiro”, que na verdade vigora por anos, segundo os autores, deslegitima substantivamente a democracia, a partir de um discurso antipolítico que neutraliza a cidadania democrática e transfere para o âmbito jurídico o controle das ações de combate à corrupção que deveriam ser realizadas pelo exercício político da sociedade brasileira como um todo.

Outros aspectos da relação entre democracia e corrupção podem ser citados, especialmente quando o problema é canalizado para o Estado e o plano político. Pode resultar na deslegitimação das instituições democráticas, como dito, pela quebra da confiança do eleitorado, favorecendo iniciativas pessoais; na crescente desconfiança sobre as elites políticas; na sedimentação de desigualdades sociais; e na centralização excessiva pela criação de uma elite política que se reproduz no poder. Apesar de o problema da corrupção na política ser centralmente relacionado à distribuição do poder, principalmente o econômico, ela afeta fundamentalmente a legitimidade do sistema democrático por desestimular a cooperação e promover a desconfiança em relação a ele, podendo resultar em instabilidade política e dificultar a consolidação da democracia (FILGUEIRAS, 2006).

Mark Warren (2004), pensando também a corrupção dentro do contexto democrático, apresenta a ideia da corrupção como a corrosão da esfera pública, do espaço genuíno de liberdade, que surge a partir de um *déficit* de cultura cívica oriundo da exclusão política e institucional de atores sociais. O autor aponta como consequências da corrupção a redução da ação pública e o aumento de ações individuais em busca de benefícios próprios, e esse movimento, conforme o autor, tende a afetar a democracia, minando sua cultura pela perda de confiança nas decisões públicas. Para o autor, a própria democracia, ou a democratização – processo de aprofundamento, como pelas instâncias participativas e deliberativas – seria o antídoto para o combate à corrupção:

If corruption involves harms caused by exclusion, a key means for fighting corruption will involve empowering those harmed to protect themselves by democratic means: with information, arguments,

organization, and votes. In short, more democracy is likely to be a central part of any cure, as long as what counts as "more democracy" aligns with the norms of empowered inclusion embedded within each domain¹⁹ (Warren, 2004, p. 341).

Para Filgueiras (2006) e Warren (2004), portanto, o combate à corrupção perpassa tanto o virtuosismo das instituições, quanto o dos cidadãos que, na construção de uma cultura cívica, não se afastariam da política. Na verdade, tenderia a se aproximar dela por meio de sua atuação nas e pelas instituições.

A respeito da relação entre as questões normativas e a liberdade individual, Filgueiras (2006) argumenta que o Estado deva se sobrepor aos indivíduos, transformando o bom agir em obrigação e não em dever ético e cívico. Como o Estado é o lugar da legitimidade e o grande defensor do interesse público, não o espaço natural dos vícios, é preciso fazer um debate sobre virtudes e mecanismos de controle da corrupção também dentro dele. Só que o autor alerta que a existência de privilégios e monopólios no setor público, ou seja, a má distribuição do poder, seja a causa da corrupção, e, assim, só existe em um sistema controlado por uma democracia competitiva.

Do outro lado da esfera pública, também é preciso trazer a sociedade para o debate. Democracia competitiva e democracia participativa se juntam, de dentro e de fora do Estado, para garantir a integridade do sistema. Para Filgueiras (2006), como a corrupção se localiza na fronteira da legalidade, sendo muitas vezes considerada legal sob o aspecto jurídico, mas imoral sob o ponto de vista cívico – distanciamento entre legalidade e moralidade –, deve-se garantir uma dupla via de controle da corrupção: a união do plano jurídico, da obediência às normas, aos deveres que devem se organizar em torno de virtudes. Não bastariam, portanto, os instrumentos jurídicos, tanto quanto não seria suficiente a educação cívica.

Por fim, o republicanismo aciona o retorno aos valores de bem viver cívico e a responsabilidade cívico-moral com o coletivo como caminhos para o combate à corrupção. O que deve ser feito, assim, é pensar a corrupção envolvendo pressupostos de

¹⁹ Tradução: “Se a corrupção envolve danos causados pela exclusão, um meio fundamental para combater a corrupção envolverá capacitar os prejudicados para se protegerem por meios democráticos: com informação, argumentos, organização e votos. Em suma, é provável que mais democracia seja uma parte central de qualquer processo de cura, desde que o que conta como ‘mais democracia’ esteja alinhado com as normas de inclusão empoderadas, incorporadas em cada domínio” (Warren, 2004, p. 341).

valores e normas que devem guiar a prática democrática: “[...] a corrupção só pode ser compreendida por uma crítica moral da política e suas instituições” (Filgueiras, 2008a, p. 21). Na vertente republicana, o combate à corrupção envolve justamente a operacionalização de “[...] mecanismos pedagógicos que afirmem virtudes por certos princípios fundamentais que orientem e motivem o agir conforme a nobreza dos atos” (*Op. Cit.*, p. 114). A vida comunitária seria, portanto, a possibilidade fundamental de fomento à participação política que devolve a democracia ao seu lugar de legitimidade.

Nesse ponto específico existe um requisito nevrálgico para garantir a democratização como antídoto para a corrupção: a igualdade dos sujeitos que estão na esfera pública. De acordo com Nogueira (2019), uma ideia de igualdade em sentido republicano é fundamental para que seja exercida a democracia, entre outras razões, pela possibilidade de participação política enquanto direito, inerente a todos os indivíduos que compõem a sociedade. Da mesma forma, a solução para crises democráticas também estaria diretamente relacionada ao lugar da igualdade nos regimes democráticos. As igualdades, no plural, serão discorridas em seguida.

- Republicanismo e igualdades (no plural, originárias)

O sentido republicano da corrupção advém, além da violação de seus princípios, de críticas à concepção liberal que, entre outras alterações, deturpa o conceito de igualdade. Nesse sentido, este enquadramento traz uma visão crítica sobre o caráter instrumental e utilitarista que o liberalismo impõe a esse conceito: a ideia de igualdade remeteria apenas à liberdade individual e ao direito à propriedade privada, bastando a igualdade na oferta de oportunidades, cujo acesso é essencialmente meritocrático, para a promoção da justiça (NOGUEIRA, 2019). Enquanto no republicanismo a ideia de igualdade remete a uma concepção de justiça social, percebendo a desigualdade como uma fonte brutal de injustiça. E ainda vem no plural, *igualdades*, problematizando a questão sob o ponto de vista dos múltiplos acessos possíveis na esfera pública: material, moral, simbólica, de direitos, de diversidades, etc.

De acordo com Nogueira (2019), igualdade e liberdade são dois conceitos interligados que podem partir das concepções de democracia e cidadania vinculadas ao republicanismo. E quando o fazem, estando, portanto, atreladas à noção de justiça,

pressupõem a consolidação de leis imparciais e resultados similares para todos. Ainda assim, a igualdade legal não é suficiente para equiparar indivíduos socialmente. A igualdade que surge com a modernização econômica e cultural, desarticulada das estruturas do capitalismo, podem garantir igualdades jurídico-políticas, no limite, mas não igualdade de condições. Essa ideia restrita de igualdade se desdobra em uma realidade competitiva na sociedade, catalisada por uma perspectiva individualista de busca de sucesso pessoal.

Para Guimarães e Amorim (2013), por outro lado, a cidadania deve ser baseada na simetria de acesso aos direitos e deveres, de modo que todos os cidadãos tenham as mesmas condições para abraçar oportunidades e benefícios, independentemente de sua posição econômica, gênero ou etnia. O ponto de partida, no caso, não é a oferta de oportunidades, apenas, mas a qualidade da demanda, isto é, um olhar para vulnerabilidades que podem ameaçar cidadãos até de querer ocupar determinadas posições. Assim, a igualdade de direitos e deveres é essencial para garantir a justiça e a inclusão na sociedade. Desse ponto se desencadeia uma esteira de correntes feministas, antirracistas e progressistas no geral para reivindicar inclusão efetiva de minorias em todos os espaços sociais e de poder.

Nessa mesma linha de cidadania e acesso a direitos, Filgueiras (2009), quando argumenta contra o senso comum que prega uma imoralidade inata ao brasileiro e dispõe sobre a antinomia do mundo moral e do mundo da prática, encontra nas questões materiais o grande *gap* de igualdade e justiça que fomenta a corrupção. Para ele, seria em um contexto de necessidades materiais e como estratégia de sobrevivência que os indivíduos toleram pequenas corrupções diárias, ignoram os próprios erros e culpam exclusivamente o Estado pela baixa integridade do sistema político. A desigualdade, então, é o contexto que turva a avaliação moral sobre o que é ou não corrupção.

Celi Pinto (2011) também compreende as desigualdades como promotoras de comportamentos corruptos no âmbito societal. A autora conceitua a corrupção como um modo de governar baseado na “legitimidade da hierarquia das desigualdades” (p. 49) para o qual se internaliza a diferença social como direito ao privilégio. Assim, a legitimidade da hierarquia das desigualdades faz com que ninguém se sinta constrangido a cumprir as leis, nem os mais abastados, nem os mais vulneráveis. Todos se sentem desiguais, sendo

uns com poder demais para cumprir regras – “você sabe com quem você está falando?” – , outros com poder de menos para alguém se importar com eles ou injustiçados que merecem o benefício da exceção. Dessa maneira, a legitimação das desigualdades é promovida não apenas pelos “[...] partidos políticos e estamentos democráticos, mas pela própria sociedade que se formata como legitimamente hierarquizada em um gradiente de desigualdades” (p. 159). Além disso, a retórica da classe média é embasada em questões moralistas, e a pauta anticorrupção é conservadora, não igualitária e enseja uma visão meritocrática.

Jessé Souza, citado por Campante (2019), é outro autor que discute os conceitos de corrupção e interesse público sob o viés da (des)igualdade. Para o autor, a corrupção está longe de ser o principal problema do Brasil como querem fazer parecer a mídia e a Justiça. O principal problema seria, na verdade, a desigualdade social. Campante explica que Jessé apenas reage,

compreensivelmente, ao moralismo hipócrita das cruzadas midiático-judiciárias contra a corrupção que, mais uma vez na história brasileira, serviram como desculpa para interditar governos e políticas meramente reformistas, que não desejavam mais que encaminhar um capitalismo menos desumano, com algum grau de civilidade e distribuição de renda (SOUZA, 2003 *apud* CAMPANTE, 2019, p. 187)

O próprio Campante (2019) afirma que corrupção e desigualdade social se relacionam: “andam de mãos dadas, são causa e consequência uma da outra” (p. 187). Vincular esses dois conceitos é fundamental para o enquadramento que se reivindica republicano, pois essa construção de problema público pode aprofundar o desenho de soluções também republicanas, e democráticas, para a corrupção. Temas como legitimidade das instituições, justiça social, garantia de direitos para minorias e igualdade de oportunidades políticas e econômicas, por exemplo, surgem do terreno fértil do republicanismo.

Esses temas também clarificam a análise política conjuntural: por exemplo, o que Pinheiro-Machado (2019) encontrou em sua análise sobre as manifestações de junho de 2013 foi que as elites conservadoras se apropriaram do conceito de corrupção em um movimento moralizante que o atrelou a uma classe e partido político específicos. Para a autora, após a crise de 2008 e em um contexto de insatisfação latente, a organização da extrema-direita brasileira se aproveitou do contexto de crise para ganhar espaço e

mobilizar a opinião pública direcionando-a para o autoritarismo (p. 24). A análise empírica desta tese também alimenta esse debate.

- Republicanismo e liberdade

A liberdade, por fim, é outro valor que a corrupção viola em essência, mas não qualquer ideia de liberdade. Ela é um conceito complexo e multifacetado, cuja definição varia ao longo da história e entre diferentes correntes filosóficas e políticas, assim como é associada a alternativos campos analítico-normativos da democracia. A principal controvérsia reside em um hiato importante entre a ideia de liberdade clássica e o liberalismo econômico, por onde abra-se uma ampla discussão sobre repactuação de valores inerentes ao republicanismo.

Bignotto (2008) descreve como o pensamento liberal contemporâneo, ao longo dos últimos séculos, se apoiou em um pressuposto de que a relação entre virtude e política seria uma criação da Antiguidade e, portanto, uma referência antiga, que não teria mais lugar nas sociedades modernas. Quando se defende, na verdade, que a prática da virtude deveria estar mais viva do que nunca. Em texto com Starling (2019), o autor defende que a liberdade, como eixo norteador para a matriz republicana, deve ser “atualizada”, no intuito de manter as referências tradicionais, mas, ao mesmo tempo, considerar os problemas atuais da sociedade contemporânea incluindo-os na estrutura contemporânea dessa definição. Dessa forma, a atualização conceitual deveria incluir a defesa do interesse público e a realização do bem comum. Por outro lado, romperia de uma vez com o individualismo liberal, na medida em que não cabe na República um conceito de liberdade tão excludente e contrário ao interesse público como o que é pregado pelo liberalismo econômico.

A concepção contemporânea de republicanismo contribui para o exercício de uma certa “natureza política normativa” que possibilita a regulação dos modos de convivência entre indivíduos dotados de direitos mesmo considerando suas diferenças de origem e orientações. Nesse sentido, os ideais de igualdade e liberdade se atravessam, assim como ambos atravessam a democracia. Para Bignotto e Starling (2019, p. 213), “quanto mais iguais as pessoas são perante a lei, a maior a capacidade de frear as ações de outros

indivíduos e de instituições que buscam destruir a liberdade”. E entre as preocupações com a liberdade estão:

a identificação dos modos como a democracia pode ser subvertida internamente a partir do envelhecimento; a absoluta novidade representada pela emergência de uma forma de dominação - totalitarismo - inscrita na lógica da modernidade (Ibidem, 208).

Nota-se que a perda da liberdade é a perda de um ativo coletivo, não individual, assim como o rompimento da democracia. Sobre isso, Guimarães e Amorim (2013) abordam a liberdade, justamente, como um valor da coletividade, onde o Estado não está ancorado em uma dimensão específica de comunidade ou organicidade, mas, sim, é composto por um conjunto de valores e interesses compartilhados por seus cidadãos. A cidadania baseia-se, dessa maneira, no princípio de pertencimento a uma comunidade política e no usufruto de direitos e responsabilidades no interior desse corpo social. Mesmo que a narrativa individualista, que impõe dilemas entre liberdade e regulação estatal, prevaleça, a igualdade de direitos e deveres é essencial para a garantia de justiça e inclusão social. Assim, para a cultura republicana, há um vínculo inseparável entre autogoverno e liberdade individual, onde a liberdade envolve a capacidade dos indivíduos de agir e tomar decisões de acordo com sua própria vontade, dentro de certos limites. Por isso, a liberdade precisa ser entendida como algo que é vivenciado e exercido coletivamente pelos cidadãos em seu envolvimento na tomada de decisões políticas.

2.2.2 Enquadramento gerencialista

A formulação de um sentido gerencialista para o combate à corrupção é inspirada nas ideias e críticas sobre o paradigma gerencial da “Nova Administração Pública” (em inglês, *New Public Management* - *NPM*), implementado no Brasil com mais força em meados da década de 90. A NPM foi um movimento neoliberal exógeno de recrudescimento burocrático e economicista da administração pública que pode se conectar com a pauta anticorrupção em um sentido específico, dentre outros aspectos, porque é centrado na perspectiva de controle ostensivo dos recursos públicos. Derivou desse movimento uma série de normativos e medidas de controle da corrupção, endereçadas sobretudo para o poder público, que tendem a dar um sentido mais técnico, jurídico e econômico para a corrupção e seu enfrentamento.

A NPM foi originada na década de 1980 no bojo de governos neoliberais dominantes, especialmente Thatcher e Reagan, e a partir da crise do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) em países europeus, e foi impulsionada por grandes corporações e estruturas financeiras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O instituto que traduziu o conjunto de reformas e políticas econômicas na prática foi o chamado Consenso de Washington – termo expedido por Williamson em 1989. As políticas davam ênfase à estabilidade macroeconômica, liberalização da economia, privatizações e aberturas comerciais em países em desenvolvimento. O movimento se caracterizou, em essência, pela transferência de estratégias, princípios e técnicas gerenciais dos negócios e do mercado, do mundo privado, para o setor público. A partir de uma concepção liberal da atuação do Estado e da economia, a aposta do modelo era por uma configuração de Estado enxuto e minimalista, que reduz sua participação na prestação de serviços públicos e na entrega de políticas públicas, transferindo essas responsabilidades para o setor privado (DRESCHLER, 2005).

No Brasil, a fase mais marcante do processo de incorporação das bases da NPM foi a partir da publicização do Plano Diretor da Reforma Administrativa do Estado (PDRAE) em 1995²⁰, uma ampla agenda de ajustes nas contas públicas e de revisão do funcionamento da máquina administrativa com ênfase em eficiência²¹. Motivados pelas necessidades preeminentes de contenção da inflação, estabilização da economia e recuperação do crescimento, os governos que vigoraram no período, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso, direcionaram a máquina administrativa para esse enfoque mais “racional”. Foi, portanto, uma aposta brasileira para a melhoria dos instrumentos de planejamento e gestão, a despolitização dos serviços públicos, a reversão de crises fiscais e o enxugamento dos supostos excessos do aparelho estatal (DRESCHLER, 2005). Uma

²⁰ Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado – ministro Luiz Carlos Bresser Pereira – e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995.

²¹ O texto do plano de reforma firmou como processos inadiáveis: “o ajustamento fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; a reforma da previdência social; a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua ‘governança’, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas” (PDRAE, 1995, p.10).

das medidas prevista no plano de reforma foi, inclusive, a revisão das passagens da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional 19 de 1998²².

- Gerencialismo e democracia

A agenda internacional da NPM “à brasileira” sofreu duras críticas ao longo do tempo, assim como em outros países em desenvolvimento da América Latina, pela tradução limitada, enviesada, pouco aderente e bastante excludente do modelo e respectivos preceitos neoliberais. Todas as críticas interpelam, de certa forma, a vitalidade da democracia.

A primeira crítica diz respeito à pressão exógena e ao processo de imitação das propostas gerencialistas que podem ter funcionado em outros países, mas que são inadequadas para o Brasil e para a América Latina como um todo. De acordo com o documento do CLAD (2010), *Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI*, a “transferência de um protótipo único de aparelho de Estado, em circunstâncias de uma região bastante heterogênea”, tornou as soluções um tanto descoladas do contexto específico, gerando efeitos somente superficiais diante de um legado político-administrativo estruturalmente falho (CLAD, 2010) e que não foram suficientes para alterar o *status* de múltiplas iniquidades característico da região (GRAU, 2004). A desigualdade social acentuada é um fator que desafia os gestores públicos e que não pode ser ignorada: “o objetivo principal da administração pública iberoamericana deve ser o de alcançar o desenvolvimento sustentado em suas diversas facetas: econômica, social, política e ambiental” (CLAD, 2010: 14). Porém, diante de uma “gestão para resultados”, notório jargão gerencialista, a indução do desenvolvimento nesses termos mais amplos e complexos ocupa função acessória no rol de ações esperadas pelos gestores públicos.

No Brasil, a pressão exógena foi traduzida em reformas que insuflaram a administração pública de “técnica” – em detrimento da “política” –, supervalorizando a burocracia, os ritos formais e o crivo racional. E o PDRAE, pela ênfase no controle racional dos recursos públicos, foi o maior exemplo disso: privatizações em série, terceirização da prestação de

²² Ementa: modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

serviços, descentralização administrativa, remodelagem organizacional e enxugamento funcional de equipes e responsabilidades, entre outras. Essas medidas acabaram por reduzir o papel do Estado e sua capacidade de ofertar com qualidade os bens e serviços públicos (NOGUEIRA, 2004) e por minguar de conteúdo democrático os instrumentos de planejamento e gestão. Dessa forma, o Estado mínimo implementado consistiu “em uma agenda negativa, de desconstrução” (MARTINS, 2004, p. 46), baseada na conformação de uma suposta inferioridade irreversível do público em relação ao mercado.

A segunda crítica vem nessa esteira e se refere à lógica de desempenho e eficiência como marcadores de sucesso da administração pública, que atribuem mais importância aos *meios* de realização das ações governamentais do que aos *fins* propriamente. O paradigma gerencial “visa superar (algo bastante questionável) o modelo burocrático segundo os moldes da administração do setor privado”, imprimindo uma marca de controle de processos e resultados com “focalização estrita nos índices de eficiência e desempenho” (PINTO, 2000, p. 48). A utilização de indicadores de mercado na esfera pública gera um desentendimento entre o que se espera da prestação de serviços e os requisitos fundamentais da existência de qualquer Estado, sobretudo em sociedades multidimensionais e tradicionalmente desiguais: “regularidade, transparência e adequação de processos são fatores simplesmente muito mais importantes do que custos baixos e velocidade” (DRESCHLER, 2005, p. 2).

Enquanto marcadores “finalísticos” se aproximam mais da ideia de efetividade – e efetividade sob preceitos de igualdade, universalidade e uma ideia geral de interesse público –, os marcadores de “meio” levam em conta cálculos racionais e econômicos. Assim, o paradigma gerencial pode até ser bem sucedidos no âmbito privado, mas difícil de vestir pelo Estado, já que sua atuação prescinde de equidade e efetividade mais do que de eficiência: “reorganizar as funções públicas apenas reduzindo custos e diminuindo sua capacidade de implementação é algo sem sentido, uma vez que o resultado é a perda de capacidade de garantir a fruição dos direitos” (NOGUEIRA, 2004 *apud* SANTOS, 2011, p. 313).

A terceira crítica também se conecta às demais, mas é ainda mais complexa: a visão neoliberal do Estado enquanto um aparato mínimo de proteção social e a lógica do

cidadão-cliente. Esse modelo de proteção social se dá pelo reconhecimento de alguns poucos e restritos direitos sociais, cujas garantias passam pela bem questionável oferta privada de serviços públicos – serviços esses que são de alta relevância social (MARTINS, 2004). Com certo alívio, no Brasil, eles são direitos irrevogáveis pela Constituição Federal de 1988, normativo que foi, inclusive, bastante criticado no processo reformista. Segundo o CLAD (2010), estendendo para a América Latina, o modelo neoliberal traz uma concepção minimalista do Estado e redentora do mercado “que seria inadequado em qualquer lugar do planeta, mas ainda pior para uma região com acentuada desigualdade social”. O argumento reforça a primeira das críticas e alerta para a pasteurização do modelo neoliberal por onde é implementado. Para Nogueira (2004), a visão negativa do Estado no paradigma gerencial, em uma ideia ainda corrente de “Estado mínimo”, traz consigo o enxugamento das funções públicas até que se condene o Estado interventor ou indutor do desenvolvimento (NOGUEIRA, 2004).

A redução da dependência da sociedade em relação ao Estado por meio da lógica do cidadão-cliente é outro ponto crítico da agenda neoliberal. Além da negligência do aspecto público da prestação de serviços essenciais, a lógica subverte a ideia de universalidade. Existe uma redução brutal do universo de beneficiários atendidos pelo esquema de transferência e concessão de serviços públicos: a “exclusão de uma parte dos usuários – aqueles que não constituíam um mercado, no sentido econômico do termo – da categoria de clientes” (BURSZTYN, 1998, p. 156 e 157). Se os cidadãos interagem sob a lógica do mercado, pressupõe-se que devem possuir o recurso da troca, e nem todos têm; e, se a orientação é pela não dependência em relação ao poder público, também é sinal de que a garantia de direitos é uma predisposição exclusivamente pessoal, um esforço individual, não uma obrigação do Estado. Portanto, só vai ter acesso quem pode pagar, quem tem disposição de pedir.

A transferência da responsabilidade de prestação de serviços públicos do setor público para o setor privado tem implicações perversas na noção de cidadania e na garantia de direitos sociais (BURSZTYN, 1998). Além disso, “se o bom Estado é o leve, social-liberal, reduzido, dominado pela racionalidade técnica e vazio de disputas políticas, a mensagem subliminar contida é que a atividade política poderia ser contrária ao interesse público” (NOGUEIRA, 2004 *apud* SANTOS, 2011, p. 314). Dessa forma, há um

pressuposto bastante equivocado do Estado mínimo: o de que a atividade privada, do mercado, ao invés da pública, é aquela que de fato defende os interesses da sociedade. Deveria ser considerado de antemão que o Estado é, primeiro, “compreendido pelo monopólio de poder, força e coerção e, segundo, sua orientação se dá em função do bem público ou bem comum, enquanto o mundo dos negócios se concentra, com legitimidade, na maximização de lucro” (DRESCHLER, 2005, p. 2). A legitimidade da administração pública está justamente no caráter público de suas ações e no reconhecimento de sua soberania em defender o interesse público.

Considerando as críticas, o gerencialismo desperta reflexões sobre as disputas de soberania “público *versus* privado”, sobre a democratização da administração pública e sobre a efetividade (incluindo equidade e eficácia) das suas ações. A aparente solução que foi apresentada para corrigir problemas de controle na administração não continha em sua essência um debate sobre democracia e papel do Estado, tinha sim um caráter mais técnico e instrumental. De acordo com Grau (2004), figura relevante que discorre sobre os mitos a vencer no processo de democratização da administração pública, “melhorar o controle sobre a administração pública pode exigir a extensão da democracia entre os seus membros, contando com esforços de longo prazo para a construção da função pública e para a democratização do sistema político”. Seguindo o modelo gerencialista neoliberal, em contraposição, ao associar a construção da cidadania a elevados patamares de eficiência, as nações estariam adotando uma visão bem reducionista de democracia.

- Gerencialismo e corrupção

Existe uma literatura razoável que define a corrupção a partir da essência gerencialista, que expõe uma visão intrinsecamente legalista e economicista sobre o problema, e que o processa por caminhos institucionais. Nessa tradição, de um lado, juristas e administradores buscam definir concretamente o problema, tipificando condutas transgressoras a partir de um conjunto amplo de atividades ilícitas ou ilegais para, então, impor as sanções cabíveis. Tratam a corrupção sob a perspectiva da lei e de combatê-la pelas vias institucionais. O endereçamento institucional foi a tônica do combate à corrupção no Brasil nos últimos anos, inclusive via recrudescimento das forças

investigativas e punitivas. De outro lado, economistas formulam a “teoria econômica da corrupção”, promovendo uma linguagem autocentrada que enfatiza incentivos, perdas e ganhos financeiros e a conduta de agentes individuais. Para eles, caberia ao livre mercado fazer as honras do combate à corrupção.

As definições de corrupção foram sendo organizadas e classificadas ao longo do tempo, como foi o caso do renomado estudo de Heidenheimer (1970). Para o autor, a corrupção pode ser centrada (i) no cargo ou ofício público – definição legalista que alerta sobre o desvio no dever público para obtenção de recompensas; (ii) no interesse público – definição normativa que aponta para a violação de uma ideia de bem público para ganhos privados²³; e (iii) no mercado – definição economicista que versa sobre a maximização da renda particulares em razão da ocupação de cargo público e, em maior escala, sobretudo em países em desenvolvimento, sobre a instituição “extralegal” utilizada por indivíduos ou grupos para conseguir articulação e influência no processo político. Gibbons (1990) complementa essa classificação propondo a definição centrada na opinião pública, cujos contornos do que se entende por corrupção são dados e reconhecidos pelo público (BREI, 1996; MORGAN, 1998; MIRANDA, 2018).

No dicionário de Política de Bobbio, Mateucci e Pasquino (1991), os autores organizam a definição de corrupção a partir dos tipos suborno, nepotismo e peculato, todos sob o prisma exclusivo da legalidade, esvaziando intencionalmente qualquer percepção moral sobre o tema (MIRANDA, 2018). Para os autores, “a corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima (...). É uma alternativa da coerção, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a coerção muito custosa, ou são incapazes de a usar (BOBBIO *et al*, 1991, p. 292). Já no estudo publicado por Praça (2011), o autor encontra três definições na literatura, uma mais legalista e outras duas mais republicanas²⁴, e opta por filiar sua análise, genuinamente institucional, à primeira. O interessante de observar o trabalho de Praça

²³ Brei (1996, p. 4) explica que, “de modo estrito, ocorre quando um funcionário público, agindo conscientemente em sua capacidade oficial, é envolvido em uma transação que beneficia interesses impróprios, especialmente privados.”

²⁴ As definições republicanas serão exploradas no enquadramento correspondente – enquadramento republicano – mas, em linhas gerais, as outras duas referem-se à violação de normas sociais e à exclusão de atores políticos no processo decisório (PRAÇA, 2011), questões que tocam as reflexões sobre democracia e corrupção.

(2011) é que o autor conecta o tema da corrupção aos incentivos institucionais tendo como objeto o processo orçamentário brasileiro²⁵. Todo o arranjo analítico, portanto, traz uma visão tipicamente gerencialista sobre o problema.

No rol de inventários de conceitos, o esforço de Miranda (2018) merece destaque. Por meio de revisão exploratória e da metodologia dos conceitos, o autor buscou unificá-los em uma definição própria²⁶, e encontrou no percurso: dois tipos de corrupção, a corrupção política e a corrupção econômica; duas fontes de recursos possíveis, privada ou pública; e duas motivações, pessoal e política. Além disso, como resultado das suas incursões, Miranda encontrou duas gerações de conceitos que mostram uma ruptura gerencialista na forma de enxergar e mitigar o problema da corrupção, ambas interpelam o tema da democracia de formas diferentes.

A primeira geração de autores define a corrupção a partir de uma preocupação com a conduta de servidores públicos e com as transações que eles promovem com outros interessados em algum ganho privado, como é o caso de V. O. Key (1936), Nye (1967) e Huntington (1975). Nye (1967), especialmente, influencia a escola de Public Office²⁷. São definições antigas, os primeiros esforços, e delas desencadeiam uma esteira de definições legalistas e economicistas da corrupção que dão força para o enquadramento gerencialista. É importante destacar que, para essa primeira geração, um certo nível de corrupção é esperado e até tolerado como uma via para impulsionar o desenvolvimento (MIRANDA, 2018). Na definição mais antiga, de V. O. Key, a corrupção é o “controle abusivo do poder e dos recursos do governo visando tirar proveito pessoal ou partidário”, sendo esse proveito na “forma de poder ou controle dentro da organização política ou na forma de apoio político por parte de vários indivíduos (...). (KEY, 1936, p. 5-6 *apud* MIRANDA, 2018, p. 3).

²⁵ O texto destaca a importância de examinar as mudanças institucionais no processo orçamentário brasileiro como forma de entender a relação complexa entre corrupção, centralização e descentralização do poder nas instituições políticas.

²⁶ Para o autor, corrupção é “o pagamento ilegal (financeiro ou não) para a obtenção, aceleração ou para que haja ausência de um serviço feito por um funcionário público ou privado. A motivação da corrupção pode ser pessoal ou política tanto para quem corrompe quanto para quem é corrompido” (MIRANDA, 2018, p. 254). No âmbito da sociedade, é “altamente indesejável para a boa performance institucional e econômica”.

²⁷ Abordagem da Ciência Política que destaca a organização e os papéis da burocracia estatal e a importância dos funcionários públicos para o funcionamento da máquina do governo e do Estado.

Já para Huntington (1975), “a corrupção envolve a troca de ação política pela riqueza econômica” (HUNTINGTON, 1975, p. 79 *apud* MIRANDA, 2018, p. 242). O autor, cientista político que é notadamente elitista do ponto de vista dos estudos sobre transição e consolidação democrática, promove uma articulação entre as ideias de corrupção, desenvolvimento e democracia, e considera que a corrupção acaba por se tornar uma parte natural do caminho do desenvolvimento: “a extensão [da corrupção] correlaciona-se razoavelmente bem com a rápida modernização social e económica... [com] o desenvolvimento de novas fontes de riqueza e poder, e o aparecimento de novas classes que fazem novas exigências ao governo” (HUNTINGTON, 1968, p. 62 *apud* MARQUETTE, 2004, pág. 58). Nesse sentido, a prática corrupta poderia abrir caminhos alternativos para acesso à riqueza e ao poder, incluindo ajudando a construir instituições políticas tipicamente clientelistas, como os partidos políticos (MARQUETTE, 2004).

A definição de Joseph Nye (1967), por sua vez, foi a que mais repercutiu nos estudos sobre corrupção posteriores. Segundo ele, corrupção significa:

comportamento que se desvia das obrigações formais de um cargo público em benefício de interesses pecuniários ou de *status* que diz respeito ao mundo privado (seja um interesse pessoal, de um núcleo familiar e/ou parentes próximos, ou de um pequeno grupo de interesse); ou que viole regras contra o exercício de certos tipos de influência que o mundo privado possa exercer (NYE, 1967, p. 419).

Com um olhar especial para a relação entre servidores e a máquina pública, a corrupção poderia, em certas circunstâncias, trazer benefícios que superam os seus custos em países em desenvolvimento (SULEIMAN; OTHMAN, 2017; ABASHIDZE; GVALIA, 2020). Poderia ser usada para (i) “evitar a radicalização de certos grupos desfavorecidos, ‘não elites’, minorias: a corrupção dá-lhes a oportunidade de aceder a serviços que normalmente lhes são negados”; (ii) “ajudar a promover o desenvolvimento económico em certas sociedades, reduzindo a burocracia ou ajudando na formação de capital”; e (iii) “influenciar positivamente a capacidade do governo quando aqueles que estão no poder não dependem apenas de medidas e incentivos coercivos” (ABASHIDZE; GVALIA, 2020, p. 47).

Para o autor, existem condições inerentes ao subdesenvolvimento das nações que as tornam suscetíveis à corrupção, tais como: “grande desigualdade na distribuição da

riqueza, utilização de cargos políticos como meio de criação de riqueza, códigos morais contraditórios, fraqueza nos mecanismos de aplicação da questão social e governamental e ausência do sentido de coesão nacional” (SULEIMAN; OTHMAN, 2017, p. 106). Nesse sentido, as transações entre o funcionalismo público, a classe política e os investimentos privados poderiam regular e promover o desenvolvimento econômico, e também político, de algumas sociedades (NYE, 1967; BEGUM, 2016). Em termos práticos, a corrupção poderia, entre outros aspectos, “desenvolver as classes média e de elite numa sociedade, o que ajuda o empreendedorismo a florescer” (BEGUM, 2016, p. 383).

Enquanto esses autores tem em comum, especialmente Nye e Huntington, certa compreensão positiva da prática da corrupção, ou um certo nível de tolerância normativa e intelectual – a corrupção atuando como facilitadora da Economia e da Política nas sociedades em transição –, os autores da segunda geração radicalizam o discurso anticorrupção, inspirados em uma série de reformas e institutos gerenciais fomentadas pelo FMI e o Banco Mundial (MIRANDA, 2018). Para essa nova geração de autores nos anos 1980 e 1990 que vivenciaram o Consenso de Washington e respectivas reformas gerencialistas do Estado, a corrupção é considerada um mal absoluto, não relativo, nocivo para o regime democrático.

Esse conjunto de acadêmicos critica a ideia de que a corrupção pode ser funcional para o desenvolvimento dos países. É o caso da renomada economista Susan Rose-Ackerman, que foi, inclusive, a precursora de definições sobre corrupção e estudos correlatos dentro do próprio Banco Mundial, expedindo em conjunto diretrizes anticorrupção mundo afora. A autora examina o fenômeno da corrupção, suas causas e consequências, com ênfase no aspecto econômico, e inspira trabalhos que se apropriam e dão endereçamento institucional para o problema (ROSE-ACKERMAN, 1999) – ela é a grande referência para os agentes da operação Lava-Jato no Brasil, por exemplo. Para a autora, a Economia é uma ferramenta poderosa para a análise da corrupção:

(...) existem diferenças sutis na cultura e nos valores básicos entre o mundo. Mas existe um motivador humano que é ao mesmo tempo universal e central para explicar as experiências divergentes de diferentes países. Esse motivador é o interesse próprio, incluindo o interesse no bem-estar da família e do grupo de pares. Os críticos chamam isso de ganância. Os economistas chamam isso maximização

da utilidade. Qualquer que seja o rótulo, as sociedades diferem na forma como canalizar o interesse próprio. A corrupção endêmica sugere uma falha generalizada em aproveitar o interesse próprio para fins produtivos. (ROSE-ACKERMAN, 1999, introdução – s/p – grifo nosso)

Na base da corrupção estaria o comportamento de *rent-seeking*, mecanismo pelo qual agentes individuais maximizadores avaliam o *locus* de oportunidade, o risco e os incentivos, e então fazem investimentos esperando algum tipo de retorno. São “situações em que as pessoas utilizam recursos tanto para fins produtivos como para obter uma vantagem na divisão dos benefícios da atividade econômica” (ROSE-ACKERMAN, 1999, p. 2). Em sua versão corrupta, essas situações se traduzem em suborno, “*speed money*”, contrabando, entre outras práticas. A autora argumenta que a corrupção pode gerar ineficiências e desigualdades, que ela não reduz a burocracia, nem facilita a entrada de pessoas excluídas nas esferas decisórias, mas acrescenta, isso sim, novo custos às transações com o Estado. Se reproduzem, nessa lógica, a inércia, a ineficiência, a irracionalidade e outros impeditivos para a boa tomada de decisão e planejamento governamental (ROSE-ACKERMAN, 1999; MARQUETTE, 2004). Nos estudos da época – a autora escreve em 1999 – os altos níveis de corrupção já estavam associados a níveis mais baixos de investimento e crescimento.

Organizações de fomento, como o Banco Mundial, limitam o investimento nas empresas locais, na indústria e nas políticas de desenvolvimento. De acordo com Marquette (2004), citando Robinson (1998), a corrupção “prejudica o crescimento econômico, desincentiva o investimento estrangeiro e reduz os recursos disponíveis para infraestrutura, serviços públicos e programas de luta contra a pobreza”, além de também “prejudicar as instituições políticas, enfraquecendo a legitimidade e a responsabilidade dos governos”. Novamente as recomendações de Rose-Ackerman se destacam em artigo publicado em 1997, intitulado “O papel do Banco Mundial no Controle da Corrupção”. Entre as ações esperadas para o banco, notava-se: (i) combater a corrupção nos seus próprios projetos e estar pronto para cancelar projetos se for detectada corrupção; (ii) apoiar os esforços internacionais para reduzir o suborno e estabelecer padrões universais de gestão financeira; e (iii) criar projetos de doações e empréstimos que criem “um ambiente favorável ao crescimento partilhado e à redução da pobreza”, reduzindo os incentivos e

servindo de exemplo para outros países (ROSE-ACKERMAN, 1997, p. 113-114 *apud* MARQUETTE, 2004, P. 57).

Em texto mais avançado no tempo, Rose-Ackerman (2004) organiza o problema da corrupção enquanto um dilema de agente-principal e sua resolução como algo possível a partir do fortalecimento do livre mercado. Em essência, a corrupção se trataria de uma violação de confiança do principal pelo seu agente, como é o caso de um representante eleito que promove auto-enriquecimento ou o enriquecimento ilegal do seu partido político; o caso do funcionário público que promove desvios de recurso público ou aceita suborno ou algum favorecimento em troca de uma decisão política favorável (ROSE-ACKERMAN, 2004). Os agentes agem de forma corrupta se os “prováveis benefícios líquidos de fazê-lo superarem os prováveis custos líquidos” (KLITGAARD, 1988, p. 22 *apud* MARQUETTE, 2004, p. 56-57). A solução orientada para o livre mercado sugere que “os incentivos à corrupção são a consequência quase inevitável da corrupção” e de todas as tentativas do governo de controlar as forças de mercado (ROSE-ACKERMAN, 1978, p. 9 *apud* MARQUETTE, 2004, p. 56-57). O índice de corrupção ideal não seria igual a zero e as medidas de combate à corrupção seriam, por vezes, contraproducentes.

Jain (2001), em “A Economia Política da Corrupção”, também trata o problema como uma falha nos “mercados”, mas ressalta não só os mercados econômicos. Os mercados políticos também importam, porque as transações econômicas espúrias não aconteceriam “se as instituições políticas fossem capazes de exercer as influências e controles necessários”. Para o autor, a corrupção é algo mais abrangente do que os subornos, que são a parte visível do problema. Ela é o “uso inadequado do poder político e reflete um fracasso das instituições políticas dentro de uma sociedade” (JAIN, 2001, p. 3-4). Riqueza e poder caminham juntos, se influenciando mutuamente. Quem deter o poder econômico detém o poder político e, por consequência, detém o poder de definir as regras do jogo e o que é moralmente esperado.

Em síntese, sob o paradigma gerencial, há uma geração de acadêmicos que refutam os legados funcionais da corrupção para o desenvolvimento, vindos na esteira das definições de economistas e agências de fomento econômico. Criticam a visão de um legado positivo da corrupção para a democracia e levam em conta também a dimensão política do

fenômeno. As definições mais importantes ressaltam o abuso do poder político ou posição pública para benefício pessoal ou fins privados (MORGAN, 1998; Transparência Internacional, 2007; PRAÇA, 2011). Aquela que foi organizada para o *Global Corruption Report*, da Transparência Internacional, versa sobre o “abuso de um poder incumbido a líderes políticos para ganhos privados, com o objetivo de se aumentar o poder ou a riqueza” (HODDES, 2004, p. 11 *apud* MIRANDA, 2018, p. 243). Só que apesar de toda a complexidade e boas intenções, as noções de corrupção apresentadas, todas elas, têm caráter privado, tanto do ponto de vista econômico, por meio de enriquecimento ilícito, quanto nas motivações políticas, que no fim das contas vislumbram também uma promoção pessoal.

Assim, nota-se que os autores que disputaram o conceito de corrupção a partir da década de 1980 e 1990, depois das reformas gerencialistas, enxergam a dimensão política também a partir da dimensão econômica. As incursões são focadas no mercado, segundo a tipologia de Heidenheimer (1970). Ficou claro que a expoente Rose-Ackerman refuta os legados funcionais do perverso sistema de incentivos, mas constrói seus argumentos “no idioma da Economia”. Marquette (2004, p. 61) conclui o seu trabalho afirmando que a “teoria econômica da corrupção” apresentada pelo Banco Mundial é “inevitavelmente falha pela sua insistência de que a corrupção pode ser simplesmente uma questão econômica”.

As definições para corrupção trazem uma preocupação com a democracia, mas continuam a pensar o problema a partir da escolha racional, de cunho estritamente privado, sem lastro histórico-cultural. Fortini e Sherman (2018) estudam a corrupção à luz do Direito, e reconhecem a intrínseca complexidade e caráter multifacetado do fenômeno, que não pode ser observado sob um viés específico. O viés econômico, por exemplo, preenche o debate público dos “altíssimos custos financeiros da corrupção” e das “condutas individuais de agentes na busca pela rentabilidade a qualquer custo”, mas torna o problema de espantosa personificação e de complicada vinculação com o Estado (FORTINI, SHERMAN, 2018, p. 93), alvo constante de desmoralização. Nessa perspectiva, em um debate sobre a vitalidade da democracia, a corrupção seria prejudicial porque agentes maximizadores promovem transações que geram resultados contrários ao interesse público, e não porque existem fatores culturais ou um sistema de crenças que

levam à desconsideração do interesse público. O gerencialismo, no âmbito do estudo da corrupção, não discute em profundidade as bases para a resolução do problema, não discute moralidade, legado histórico ou estrutura social.

2.2.3 Enquadramento populista

A formulação de um sentido populista para o combate à corrupção é inspirada nas ideias e críticas sobre o populismo nas ciências sociais. O populismo é um conceito notadamente controverso que permite a adjetivação de diversas unidades de análise (líderes políticos, movimentos, partidos, governos e regimes) e fenômenos (manifestação de ideologias, discursos, estilo político, projetos políticos etc.), dependendo do referencial teórico utilizado (SAFFON; BERTOMEU, 2017; BETZ, 2018). Essa adjetivação plural desperta merecidos dissensos na literatura especializada que importam à análise de suas características e manifestações empíricas. Todavia, existe uma conceituação mínima²⁸ de populismo que atravessa um sem número de experiências mundo afora e que é comum em países com democracia em declínio: a prática de criar antagonismos de “nós” contra “eles” (KALTWASSER, 2014). Nesta tese, adota-se para o enquadramento populista da corrupção mais essa linha comum do populismo do que os seus dissensos²⁹, navegando com fluidez entre as diferentes correntes de pensamento que o definem como: (i) discurso, (ii) ideologia, (iii) estratégia política e (iv) estilo político.

A primeira abordagem é relacionada ao discurso e ao “ser político”, baseada em Ernesto Laclau (2013), uma das literaturas de base para compreender o populismo e das mais influentes na Ciência Política sobre o tema. Para o autor, “o populismo não tem unidade referencial, pois ele não está definido por um fenômeno delimitado, mas por uma lógica cujos efeitos cortam vários fenômenos. Populismo é, simplesmente, uma forma de construir o político” (LACLAU, 2005, p. XI *apud* CASSIMIRO, 2021, p. 17). O autor

²⁸ A conceituação mínima é recomendada por Sartori em casos de dissenso, como lembrado por Kaltwasser (2014). Para conceitos contestados, “definições mínimas procuram identificar algum núcleo central presente em todas as manifestações de fenômenos parciais” (KALTWASSER, 2014, p. 144).

²⁹ A tese busca levantar características do populismo na luta política contra a corrupção e não faz uma adesão contundente a alguma corrente específica, mas explora todo o potencial explicativo de cada uma. Mesmo controverso e aparentemente simples, o conceito de populismo parece ser o que tem mais potencial de definir as forças antagônicas da marcha contra a corrupção. Poderia ser uma marcha conservadora? Uma marcha autoritária? Uma marcha nacionalista? Sim, mas são conceitos de difícil acesso na análise empírica. Já o populismo, esse tem potencial de adjetivação.

defende que o estudo do populismo, através da retórica e do discurso do líder, é uma via importante para se compreender o próprio “ser” político.

O que define o fenômeno é justamente a sua imprecisão ideológica e programática, não o seu conteúdo. Por isso, para Laclau, o populismo pode despertar em diferentes momentos históricos, com distintas visões ideológicas, como no auge das políticas neoliberais ou na ascensão da Onda Rosa na América Latina. Assim, “entre o populismo de esquerda e de direita, existe uma nebulosa ‘terra de ninguém’ que pode ser atravessada - e cruzada - em muitas direções” (LACLAU, 2005, p.87 *apud* SAFFON; BERTOMEU, 2017, p. 419). O ponto de partida do fenômeno, para Laclau, é “capacidade efetiva de criar uma divisão antagônica dentro da sociedade que pode eventualmente ser superada por um governo hegemônico” (SAFFON; BERTOMEU, 2017, p. 419), valendo-se da prática discursiva para tanto.

Inspirados no autor, Saffon e González-Bertomeu (2017) consideram o populismo como uma forma de exercer o poder político que se vale de uma retórica ou estilo específicos. Os autores reúnem e apresentam três traços característicos do populismo, enquanto forma de manejar o poder. Primeiro, pela mobilização de desorganizados politicamente excluídos: líderes populistas buscam ativar camadas não-organizadas da sociedade que se sentem excluídas. A ascensão do populismo ocorre sobretudo em momentos em que as relações de representação entre as elites e as massas estão estremecidas e quando a emergência de um *outsider* chama a atenção. Segundo, pela relação direta entre “o povo” e o líder populista: o líder se põe como exclusivo na compreensão “da verdadeira” ou “da real” vontade popular, negligenciando, relativamente, o papel e a atuação das instituições. Os populistas desconfiam das instituições legislativas (pela suposta incapacidade de unificar a vontade popular) e das instituições liberais e social-democratas (garantidores de direitos e da separação de poderes), buscando eliminar, transformar ou até controlar essas instituições. Terceiro, pela divisão acentuada entre apoiadores e opositores (polarização): populistas proclamam “a sua vontade representada do povo como a única posição política legítima digna de promoção e proteção” (SAFFON; BERTOMEU, 2017, p. 418-419). Buscam oprimir e silenciar a oposição a partir de uma noção de inimigo do povo.

Laclau (2013) também contribui sobremaneira com a construção teórica do populismo ao dispor as ideias sobre “significantes vazios” ou “significantes flutuantes”, que constituem uma espécie de vácuo de significados a ser preenchido tão logo um novo projeto político se anuncie ou que se encontre uma “ideologia hospedeira” que dá forma à dualidade fundamental entre povo e elite (MUDDE; KALTWASSER, 2017 *apud* CASSIMIRO, 2021. p. 10), como, por exemplo, uma ideologia conservadora entranhada na base social. O significante pode agregar em torno de si, em um processo de encadeamento de equivalências, uma série de demandas populares não atendidas em desfavor da política institucional vigente. Para Laclau (2013), o significante vazio demanda uma bandeira carismática capaz de articular e equivaler significados, disputando narrativas com outros discursos hegemônicos – ideia que pode vir a caracterizar a bandeira contra a corrupção. O ativo da liderança personalista que quer mobilizar o ativismo multifacetado em desfavor do *establishment* político é justamente o esvaziamento de sentido da bandeira carismática. Por isso é comum que problemas públicos complexos e eventuais alternativas para resolvê-los sejam endereçados por populistas num nível elevado de abstração e simplificação.

As demais correntes do populismo estão organizadas no *Oxford Handbook of Populism* (2017) como as mais importantes no debate acadêmico da Ciência Política. Na abordagem ideacional (ii), Mudde (2017) foca a compreensão do fenômeno no componente ideológico do populismo, que consiste numa separação moral da sociedade entre o “povo puro”, cuja expressão seria a vontade geral, e a elite corrupta. Para o autor, o populismo é uma ideologia “de centro fino” ou “de baixa densidade” que interpela a relação entre povo e as elites. Essa abordagem dispõe, portanto, sobre a noção de “ideologia populista”, argumentando que o populismo se manifesta na “distinção maniqueísta entre o povo e a elite para propor que a política deve ser a expressão de uma vontade geral supostamente óbvia” (KALTWASSER, 2014, p. 146).

Nessa abordagem ideacional, o populista fomenta e usufrui de uma separação absolutamente simplificada da sociedade em grupos antagônicos supostamente homogêneos de “dignos” e “não dignos”. O que separa esses grupos não é uma questão de classe (teoria marxista) ou de pertencimento à nação (como em Hobsbawn), mas uma questão de *moralidade*. Assim,

a essência do povo é sua pureza, no sentido de que são ‘autênticos’, enquanto a elite é corrupta, porque não é autêntica. Pureza e autenticidade não são definidas (essencialmente) em termos étnicos ou raciais, mas em termos morais. Trata-se de ‘fazer a coisa certa’, o que significa fazer o que é certo para todas as pessoas (MUDDE, 2017, p. 49).

Na disputa entre quem pertence e quem não pertence, a prática populista abre espaço, então, para ascensão de lideranças que se colocam como autênticas na defesa dos interesses do povo, justamente por virem desse “povo”.

Além disso, o emprego de uma ideologia dá sustentação a governos de natureza populista porque reconhecem não só o lado da oferta discursiva do líder e o seu poder de persuasão, mas também a demanda discursiva das elites inclinadas à adesão ao populismo (CANOVAN, 2012; MUDDE; 2004 *apud* ASLANIDIS, 2015). Dessa maneira, a corrente “ênfatiza que a formação e adaptação da ‘morfologia’ da ideologia populista dependem não só de empreendedores políticos hábeis, mas também em círculos eleitorais que têm motivos emocionais e racionais para aderir ao discurso populista” (KALTWASSER, 2014, p. 145).

Essa abordagem favorece o estudo dos movimentos sociais, ou movimentos populistas propriamente – Laclau (1977 *apud* ASLANIDIS, 2017) foi pioneiro na compreensão do populismo enquanto *movimento* –, pois ressalta o caráter também *bottom-up* das manifestações e da ascensão de experiências e líderes populistas, não entendendo o público apenas como um todo passivo que é orquestrado para a quebra do *establishment* ou alheio diante de um líder aspirante ao poder, intencionalmente manipulador. Quando a mobilização coletiva não institucional, imersa em uma plataforma política abrangente de reivindicações, tem caráter populista, ela também simplifica a sociedade em grupos perfeitos e diferem de outras mobilizações nos seguintes pontos: primeiro, as lideranças “afirmam representar um todo social e não os interesses de estratos sociais específicos como, por exemplo, com movimentos da classe trabalhadora ou direitos dos LGBTQ; segundo, “geralmente se abstêm de negociar concessões políticas estreitas do Estado, pois buscam uma reforma geral do regime político para restaurar a soberania do povo” (IBIDEM, p. 391). São, portanto, características bastante iliberais e anti-*establishment*.

A abordagem político-estratégica (iii), por sua vez, difere da anterior por buscar transcender o componente discursivo-ideológico do populismo, se concentrando menos no que os populistas dizem e mais no que eles propriamente fazem, enfatizando, assim, a atuação de lideranças políticas. Weyland (2001, p. 14 *apud* Weyland, 2017, p. 74) define o populismo como “uma estratégia política através da qual um líder personalista busca ou exerce o poder do governo com base em apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores desorganizados”. Essa estratégia política compreende “os métodos e instrumentos para ganhar e exercer o poder” (IBIDEM, p. 80), cuja análise acolhe os meios pelos quais uma liderança captura o governo e impõe decisões autoritárias em seguida.

A visão de populismo centrada no papel da liderança reconhece uma força nesse ator político que não é militarizada, e não advém do poder econômico, mas em sua capacidade de mobilização de massas para alcance dos objetivos políticos. De acordo com Weyland (2017), considera-se essa massa um agregado amplo de pessoas que é heterogêneo e amorfo demais para agir por conta própria e que requer, portanto, um ator de destaque que forneça orientação para o que o líder acredita ser a “vontade do povo”. Para a mobilização constante de apoiadores, o líder personalista renuncia a intermediações políticas institucionais, dos meios de comunicação ou qualquer forma que ele proclame “clientelista”, promovendo um relacionamento quase direto, muito pessoal e despachado com seus seguidores. Além disso, “o líder procura dar a esses vínculos uma intensidade extraordinária, especialmente atacando inimigos perigosos e mobilizando os seguidores para missões heroicas”, se aproveitando de um anseio de pertencimento à comunidade, “forjado por forte compromisso com um líder excepcional e ousado” (WEYLAND, 2017, p. 74).

Essa relação direta e não mediada entre o líder personalista e seus apoiadores é o núcleo do populismo segundo a abordagem político-estratégica. Weyland (2017) não traça bem uma oposição às noções de populismo focadas em discurso e ideologia (Mudde), mas sugere que são conceitos vagos baseados “apenas” nas retóricas dos políticos. Autor passa parte do texto explicando como a lógica do discurso é ativada para diferentes matizes ideológicas, em governos de esquerda e de direita, e como justamente essa volatilidade do conceito contribuiu para reativar a perspectiva política-estratégica e suas derivações

conceituais como o (neo)populismo neoliberal, o etnopopulismo ou o tecnopopulismo. Sob essa perspectiva contextual, o populismo não seria totalitário, só seria possível em contexto democrático, onde o populista estica a corda da representação eleitoral.

Por fim, a quarta e última abordagem, chamada de (iv) sociocultural, possui dois *scholars* expoentes, a saber: Moffit (2016), que define o populismo como um estilo político, lançando luz à noção de *performance* populista e as ações mediadas simbolicamente; e Ostiguy (2017, p. 104), que adiciona uma dimensão relacional ao conceito de populismo, a qual se traduziria em uma “forma particular de relacionamento político entre lideranças e a base social”. Para o primeiro, o estilo político pode ser entendido como “os repertórios de performances simbolicamente mediadas, direcionadas para audiências específicas, que são usadas para criar e navegar pelos campos de poder que compõem o político, estendendo-se do domínio do governo até a vida cotidiana” (MOFFIT, 2016, p. 34). Esses repertórios orquestrariam, de uma maneira tipicamente transgressora e não polida, uma sequência de apelos ao público contra as elites, com a dramatização de crises e ameaças políticas, que encontrariam ressonância na base social.

Ostiguy (2017) argumenta que esse relacionamento com a base social é estabelecido e articulado por meio de ‘baixos’ apelos que ressoam e recebem uma recepção positiva em setores específicos da sociedade por razões socioculturais históricas” (OSTIGUY, 2017, p. 104). A noção de “baixo” na política, para o autor, se traduz por “apelos populistas (que) são transgressores, impróprios, antagônicos e se destinam a ‘chocar’ ou provocar” (IBIDEM, 2017, p. 105), o que se contrasta com o “alto” da política, isto é, o formal, o legalista, etc. Com a dimensão relacional, a abordagem reconhece a importância da liderança, mas entende o populismo não como um fenômeno invariavelmente *top-down*, mas como “uma via de mão dupla, centralmente definido pelas reivindicações articuladas e a conexão estabelecida entre o líder e os apoiadores” (IBIDEM, p. 104). Há uma ênfase performativa na “proximidade”, entre os traços dos indivíduos, que se agregam em identidades, e uma liderança “afirmativa” dessas identidades. Assim, populistas “realizam concretamente – de forma antagônica – uma representação (‘atuação’) da representação (‘retrato’) das pessoas ‘como são’” (IBIDEM, p. 105).

Os autores não confrontam a abordagem com as demais, mas especialmente Ostiguy (2017) aponta que o estilo político diz mais respeito à identidade (contra um “outro” nefasto) do que à ideologia, dada a fluidez da associação de indivíduos com temas de interesse, embora afirme que o elemento central do estilo político seja o discurso – por isso toca na abordagem ideacional. Essa interpretação sociocultural se alinha, dessa maneira, com a dimensão identitária e antagonística (noção de antagonismo) laclauniana do populismo.

- Populismo e democracia

A decisão sobre se o populismo e a democracia são incompatíveis (ABTS; RUMMENS, 2007 *apud* de la TORRE, 2014) ou intimamente interdependentes (PANIZZA, 2005 *apud* de la TORRE, 2014) é objeto teórico de disputa que implica bastante energia dos cientistas políticos mundo afora. Ostiguy (2017), por exemplo, que acaba de ser citado na dimensão relacional e sociocultural do populismo, se opõe ao dualismo “desejável *versus* indesejável para a democracia” e busca fornecer uma definição normativamente neutra. Destacam-se outras ideias controversas: o potencial democratizante das experiências populistas como uma radicalização emancipatória de povo e maioria (URBINATI, 2019); as conexões intrínsecas entre populismo e movimentos sociais enquanto estratégias ascendentes (ASLANIDIS, 2017); ou, por outro lado, as relações entre populismo e a ascensão da direita radical (LOCH, 2021; RUZZA, 2021).

O que chama atenção em toda a exposição das correntes de pensamento são as características do populismo que invariavelmente prejudicam a democracia. Seja na forma de discurso, ideologia, estratégia ou estilo político, muitas dessas características levam à aposta de maiores riscos e perdas à democracia do que o contrário, qual seja, com algum potencial democratizante, uma vez que são vivências de antagonismos ostensivos e radicais. A relação direta entre o líder personalista e o “povo” a partir da deslegitimação do sistema político e institucional, para citar um exemplo, viola nitidamente princípios da representação democrática (perspectiva da democracia liberal).

Mas qual a defesa que líderes populistas proclamam para se manter no poder dentro de um regime presidencialista? No momento do populismo socioeconômico na América Latina, por exemplo, líderes carismáticos sustentavam que mudanças promovidas nas

últimas décadas, como redução significativa das desigualdades³⁰, seriam a expressão do aprofundamento e da “materialização” da democracia, não uma subversão dela. Assim, se autoproclamavam democratas radicais, considerando que “o pluralismo é uma condição transitória que deve ser superada pela imposição de um governo hegemônico que pode legitimar os direitos individuais” (SAFFON; URBINATI, 2013, p 450 a 454 *apud* SAFFON; BERTOMEU, 2017). A narrativa desses líderes era muito focada na legitimidade do resultado eleitoral, ao mesmo tempo em que expunham que a democracia representativa e suas instituições são frequentemente capturadas pelas elites oligárquicas que impedem a redistribuição. Eles se põem, dessa forma, como a solução para a representação legítima dos interesses do povo. Para Laclau e Mouffe, inclusive, “o modelo latino-americano de populismo poderia superar a crise de representação nas democracias ocidentais avançadas” (LACLAU, 2005; MOUFFE, 2013 *apud* SAFFON; BERTOMEU, 2017, p. 420).

Essa visão antagônica, que contrapõe democracia processual à promoção da igualdade, impõe um desafio analítico para a comunidade acadêmica e um desafio político para os defensores da democracia processual que estejam realmente comprometidos com a diminuição das mazelas sociais nessa e em outras regiões em desenvolvimento. Entendo a importância do aprofundamento dessa discussão, mas é preciso cautela para aceitar os riscos impostos pela retórica, estratégia e estilos populistas. O instrumento é absolutamente controverso quando há possibilidade de contaminar o sistema político “por dentro”, rompendo salvaguardas institucionais (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018) ou erodindo elementos estruturadores da democracia – resultando em democracia iliberal ou liberalismo antidemocrático (MOUNK, 2017).

Entendo que o populismo fere valores inalienáveis à democracia, como pluralismo político, separação de poderes, repertórios de controle popular, direito à oposição e à imprensa, *checks and balances* institucionais, entre outros. As violações aos/dos

³⁰ As informações que os autores Saffon e Bertomeu levantaram demonstram que toda a região experienciou a redução da desigualdade e o aumento dos rendimentos, independentemente se governo populista ou não, ou se de esquerda ou de direita. Não fica claro, para eles, que o populismo seja necessário para combater a desigualdade. Além disso, “(...) governos esquerdistas não populistas como o de Bachelet no Chile, o de Lula no Brasil e o de Mujica no Uruguai também promoveram redistribuição significativa sem aumentar o poder executivo ou mudar as regras do jogo” (KAUFMAN, 2011; MURILLO *et al*, 2011; WEYLAND, 2011 *apud* SAFFON & BERTOMEU, 2017, p. 422).

procedimentos do regime, comuns à prática populista, podem provocar instabilidades democráticas. O governo populista, normalmente: se estende no poder, manobrando regras de sucessão e reeleição e comprometendo o jogo democrático; negligencia direitos individuais em nome de uma suposta “vontade geral do povo”, colocando interesses divergentes como “inimigos”; persegue a oposição e fere liberdade de imprensa; afrouxa supostos obstáculos institucionais e intermediários (*accountability* horizontal), em nome de uma realização maior de bem-estar coletivo; e inviabiliza a participação política da sociedade e o controle democrático (*accountability* vertical) (SAFFON & BERTOMEU, 2017).

Entre os estudos recentes sobre a ascensão da direita radical, o de Betz (2018) chama atenção para a natureza substantivamente excludente da reivindicação de uma ideia de “povo legítimo” na Europa, na internalização do “nós”, e define a direita radical contemporânea como uma direita *populista* radical, devido a aspectos específicos da retórica, a saber: a defesa de uma identidade comunitária conservadora frente à noção de multiculturalismo, como um protecionismo cultural; e a oferta de políticas que atendam mais a esse “povo” forjado do que aquelas implementadas pela esquerda. Esse tipo de populismo é inerente, portanto, àqueles contextos com sucessão recente de governos de esquerda, como resposta às medidas implementadas.

2.3 Notas sobre a (crise da) democracia e *framework* de análise

O que se convencionou chamar de “crise da democracia” é um processo de erosão democrática que assola muitos países onde havia, até então, uma esperança de democracia consolidada. Esse fenômeno que Yascha Mounk (2018) anuncia como “a perda das ilusões”. Observando, em particular, as dinâmicas da democracia liberal, intelectuais de várias partes do mundo se dispuseram a analisar e dar nome a esse processo. Em “Como as democracias morrem” (2018), Levitsky e Ziblatt chamam a crise de “degradação institucional da democracia”, que ocorre a partir de novas formas de autoritarismo que operam dentro do regime e rompem salvaguardas institucionais; em “O povo contra a democracia” (2018), Mounk chama de “momento populista” o que vivem muitas democracias liberais e denuncia a cisão entre os seus elementos estruturadores, resultando em uma dupla crise, a democracia iliberal (democracia sem direitos) e o liberalismo

antidemocrático (direitos sem democracia); em “Como a democracia chega ao fim”, David Runciman (2018) chama de “golpe gradual” o governo por aparência, que faz sucumbir a democracia por erosão das regras, sobretudo eleitorais; em “Crises da Democracia” (2019), Adam Przeworski chama de crise a subversão da democracia pela via de um autoritarismo “furtivo”, que não incorre propriamente em violações constitucionais flagrantes, mas faz uso indevido e disfarçado dos mecanismos legais para fins antidemocráticos. Os estudos têm em comum uma noção de ameaça que vem de dentro do regime democrático, com formas graduais de ruptura que não violam de imediato as regras constitucionais e que, normalmente, são encampadas por representantes legitimamente eleitos. Esse tipo de transição tem um tom perigoso de normalidade e, como diz Levitsky e Ziblatt (2018), um “verniz de legalidade”.

Uma leitura superficial dessa literatura aponta como “alarmes” de um comportamento antidemocrático os seguintes pontos: rejeição de regras democráticas básicas (eleições livres e justas, independência dos poderes, etc); reação exacerbada do *establishment* político e excesso de poder às autoridades tutelares não eleitas; ataque ao bom funcionamento das instituições democráticas e das políticas públicas; ataque aos oponentes políticos e negação da sua legitimidade; tolerância ou encorajamento à violência (propagação do ódio entre apoiadores e oponentes, reverência à passado violento, comportamento xenofóbico, etc); restrição a liberdades civis (liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação); entre outros (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018; RUNCIMAN, 2018; PRZEWORSKI, 2019).

Na América Latina, há muitas contradições que interpelam a consolidação da democracia desde 1978, marco do início da terceira onda de democratização na região. Com um passado marcado por ditadura violentas, parte dos estudos sobre democracia dedica especial atenção às ameaças de recaídas autoritárias (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013). Outra parte aos padrões de instabilidade que ameaçam não a existência, mas a forma como a democracia se manifesta e opera nos países. Uma discussão importante nesses estudos é a ascensão de projetos populistas (KALTWASSER, 2014; SAFFON; BERTOMEU, 2017), de esquerda (LEVITSKY; ROBERTS, 2011) e de direita (LUNA; KALTWASSER, 2014), que podem emergir a despeito da democracia procedimental em vigor, sob regras do próprio regime presidencialista.

O Brasil não escapou dessa inflexão democrática e cumpriu parte da cartilha sobre a crise. Esse fenômeno inspirou o recorte temporal da tese, os anos de 2013 a 2018, pois são anos de intensa movimentação nos públicos e práticas políticas do ativismo, cujos desdobramentos interpelam a vitalidade da democracia. A partir de 2013, vimos desmoronar os indicadores que apontavam na direção de um consenso em torno do regime. Avritzer (2019), por meio de análise em perspectiva histórica, caracterizou essa inflexão como um “momento regressivo” da democracia, a partir de uma visão pendular, ou em ondas, do seu processo de construção. Tal regressão costuma ocorrer, segundo ele, em momentos de “diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de contestação de resultados democráticos” (AVRITZER, 2019, p. 21). Para Miguel (2019), a democracia se desconsolidou “no momento em que grupos-chave concluíram que o jogo eleitoral não lhes servia mais” e “viraram a mesa do processo político” no impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, situação também em que uma “grande parcela das instituições desenhadas para proteger a Constituição e a democracia agiu, de forma orquestrada, para golpeá-las” (MIGUEL, 2019, p. 111-112).

A análise sobre a crise no Brasil normalmente se vale de um conjunto de elementos institucionais para defini-la. São proposições, sem dúvida, relevantes para o estudo da política. Entretanto, subscrevo o alerta da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019) para quem a eleição de Jair Bolsonaro não foi uma qualquer que pudesse ser explicada apenas pela racionalidade do sistema político: “foi a eleição do colapso do sistema, do caos e das emoções à flor da pele”. Segundo a autora, compreender esse processo vai além de se compreender o jogo das organizações e dos atores políticos tradicionais. Deve-se passar necessariamente “por tudo aqui que acontece fora do radar institucional” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 12). Para o diálogo com as teorias que foram apresentadas nesta tese e em respeito ao recorte orientado para a “virada societal” na configuração de problemas públicos, é necessário olhar para a crise considerando, também, os seus elementos extrainstitucionais, compreendendo o papel de atores da sociedade civil, seus espaços de atuação, suas narrativas e disputas de sentido para os assuntos que promovem na esfera pública.

Os autores citados dão exemplos de algumas dimensões dessa análise “para além das instituições”, tais como: níveis inéditos de intolerância na sociedade, com agressões

verbaís nas ruas e nas redes sociais; escalada de repressão dos movimentos populares; padrões renovados de violência policial; propostas normativas regressivas apoiadas em conceito conservador de família; defesa de uma agenda iliberal pela mídia e opinião pública (AVRITZER, 2019). E repertórios da *alternative-right*: combate direto às questões identitárias; combate ao conhecimento científico; utilização de narrativas antipolíticas (*anti-mainstream*, *outsiders*, *anti-establishment*); discurso e banalização do ódio (SOLANO, 2019).

Essas contribuições são interessantes para a análise do ativismo anticorrupção e consequências para a democracia, e boa parte delas acaba aparecendo no Capítulo 4, na análise empírica, de forma dispersa entre os resultados. Mas a tese se baseou nos próprios conceitos para a construção de um *framework* de análise das repercussões democráticas, apresentados na seção anterior (Seção 2.2 - Os enquadramentos para a corrupção: “tipos ideais” a partir da literatura). Os enquadramentos republicano, gerencialista e populista, dessa maneira, são as principais bases para confrontar os sentidos que os movimentos atribuem à corrupção e eventuais repercussões sobre a democracia vigente. Dessa discussão é possível destacar alguns ingredientes que o republicanismo e o gerencialismo adicionam à vitalidade democrática e, em contrapartida, alguns ingredientes que o mesmo gerencialismo e, principalmente, o populismo adicionam à crise democrática. Para isso, combina elementos institucionais e extrainstitucionais, tal como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3. Framework que combina aspectos da (crise) da democracia e os enquadramentos republicano, gerencialista e populista da corrupção

Aspectos republicanos	Consequências para a democracia
Participação ativa	Promove o envolvimento dos cidadãos na vida política, incentivando o engajamento cívico e o compromisso com o bem comum.
Compromisso com o bem comum	Defende a justiça social, a proteção dos direitos civis e dos recursos comuns, com base na virtude cívica e responsabilidade coletiva.
Educação cívica	Valoriza a formação cívica e moral dos cidadãos como parte da luta contra a corrupção, fortalecendo virtudes e responsabilidade cívica.
Igualdade	Essencial para a participação política, garantindo que todos tenham o direito de acessar bens e serviços públicos e incidir sobre decisões que afetam a todos.

Liberdade (sentido clássico ³¹)	Defende a cidadania plena, relacionada ao pertencimento a uma comunidade e ao acesso a direitos e condições estruturais.
Democracia como antídoto à corrupção	Enfatiza a democratização e o aprofundamento dos processos participativos como mecanismos essenciais para combater a corrupção.
Fortalecimento das instituições	Foca na construção de instituições políticas fortes que garantem a separação de poderes, a prestação de contas e o combate à corrupção.
Fortalecimento da legitimidade do Estado	Defende que o Estado é o defensor do interesse público, promovendo a confiança nas instituições e combatendo visões que o associam à corrupção.
Aspectos gerencialistas	Consequências para a democracia
Descontextualização	Adoção de modelos estrangeiros inadequados ao contexto local, gerando soluções superficiais que não enfrentam desigualdades estruturais.
Redução do Estado e da política	A ênfase na técnica e racionalidade econômica e a promoção de um Estado mínimo tecnocrático reduz a capacidade de oferecer serviços públicos de qualidade, prejudicando a promoção da equidade.
Cidadão-cliente	A lógica neoliberal trata o cidadão como cliente, restringindo o acesso a serviços públicos, aprofundando a exclusão social.
Privatização de serviços públicos	A transferência de responsabilidades ao setor privado compromete a garantia de direitos sociais e afasta o Estado do bem comum.
Visão reducionista da democracia	Prioriza eficiência e controle técnico, ignorando a necessidade de democratizar a administração pública e fortalecer a cidadania.
Atenção à transparência e resultados	A ênfase nos indicadores de desempenho e na prestação de contas pode aumentar a transparência da administração pública, fomentando o controle social e a confiança nas instituições democráticas.
Gestão mais técnica e profissionalizada	A valorização da técnica e da racionalização administrativa pode favorecer uma gestão baseada em dados e evidências, levando a decisões mais informadas e alinhadas aos interesses públicos.
Inovação e modernização	Os modelos gerenciais do setor privado podem incentivar a inovação dentro do setor público, adotando novas tecnologias, processos e estratégias que tornam o governo mais eficaz e acessível aos cidadãos.
Aspectos populistas	Consequências para a democracia
Deslegitimação das instituições democráticas	Populistas descredibilizam instituições e elites, minando a representação democrática.
Concentração de poder	O líder populista elimina instituições intermediárias, promovendo um governo hegemônico.
Erosão do pluralismo político	Ataques a adversários comprometem a diversidade de opiniões e a competição política saudável.
Manipulação de regras democráticas	Líderes populistas tendem a manobrar regras como sucessão e reeleição, comprometendo o jogo democrático.

³¹ Ideia de liberdade que valoriza a inclusão e a igualdade política e social, que rompe com o liberalismo econômico e busca incluir a defesa do interesse público e a realização do bem comum.

Perseguição à oposição e à imprensa	Ataques a opositores e à liberdade de imprensa enfraquecem o direito à crítica e à oposição.
Enfraquecimento de freios e contrapesos	Redução dos mecanismos de fiscalização enfraquece o controle dos governos populistas.
Diminuição da participação política	A concentração de poder afeta negativamente a participação política e o controle democrático pela sociedade.
Polarização social e criação de inimigos	Populistas dividem a sociedade entre “povo legítimo” e “inimigos”, promovendo antagonismo e violência.
Instabilidade democrática	Práticas populistas podem minar o regime, rompendo com salvaguardas e procedimentos democráticos.

Fonte: elaboração própria.

Esse *framework* será utilizado como referência no capítulo dedicado à análise de enquadramento, na Seção 4.3.7 – Consequências dos quadros anticorrupção para a democracia.

CAPÍTULO 3. MAPEAMENTO DOS PÚBLICOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL (2013-2018)

O objetivo deste capítulo é mapear, posicionar e analisar os diversos públicos da sociedade civil atuantes na luta contra a corrupção no Brasil entre 2013 e 2018, identificando quem são, os espaços sociais de atuação, oportunidades e momentos em que atuam, suas formas de organização e outros aspectos distintivos. O mapeamento parte da localização desses públicos, que são propriamente as unidades de análise da pesquisa, em duas arenas distintas – a arena das redes de *advocacy* e a arena digital –, por meio de técnicas específicas que serão apresentadas. As principais organizações e movimentos destacados no mapeamento serão selecionados, então, para a análise em profundidade do último capítulo, que busca confrontar os dados disponíveis de cada um com os enquadramentos formulados no Capítulo 2 – os enquadramentos republicano, gerencialista e populista.

Se trata de um levantamento exploratório, não exaustivo e sem pretensão universalizante, mas que busca contemplar todos os tipos de organizações e movimentos da sociedade civil, incluindo o máximo possível de tipos e graus de formalização (de instituições formalizadas como as ONGs às comunidades virtuais). Tem como premissas o que foi definido enquanto unidade de análise da pesquisa, ou seja: organizações, movimentos/coletivos e outros grupos que têm o combate à corrupção entre seus objetivos definidos ou que se valem dessa bandeira para promover sua militância política, circunscrevendo-os a uma ideia de ativismo societal que exclui instituições da burocracia estatal, por exemplo, e inclui vários tipos de “ativismos”.

Nesse ponto, corresponde a um arranjo abrangente de atores que constitui os “públicos” (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017; BRANDÃO, 2019; ROCHA; MEDEIROS, 2021), assim como à fluidez institucional dos processos de ação coletiva (DIANI; DELLA PORTA, 2006) e à diversidade, complexidade e heterogeneidade dessa “ecologia associativa” (WARREN, 2001). O estiramento da seleção faz com que o levantamento alcance até o terceiro setor, isto é, organizações não governamentais e organizações da sociedade civil profundamente institucionalizadas como o Instituto Ethos de Empresas e

Responsabilidade Social e o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). Expande, assim, a noção de ativismo societal para além dos movimentos sociais.

O levantamento parte de uma pergunta simples: onde está o ativismo societal anticorrupção? Onde existem públicos atuando pela causa? A pergunta diz respeito menos ao tipo de organização em si e mais onde estão localizadas, pois essa referência é o que viabiliza encontrá-las. A resposta imediata é de que estão por aí, Brasil afora, promovendo ações de fomento à integridade e controle (interno, horizontal ou social), por meio de encontros e arranjos presenciais ou à distância; e estão também por aí, no metaverso, inflamando a opinião pública e mobilizando a sociedade. Essas respostas abrem várias oportunidades empíricas e dão origem ao levantamento exploratório do ativismo em duas arenas públicas: i) as redes de *advocacy*³² e promoção da integridade por onde organizações da sociedade civil empenham articulações cooperativas e propositivas; e ii) o universo digital por onde movimentos sociais, sobretudo de direita, viralizam conteúdos e buscam engajar o público.

Um alerta importante é que o mapeamento se debruça sobre arenas públicas que manifestam o espaço social de atuação dos dois grupos, ou seja, um lugar que abriga a militância de forma preferencial, mas não exclusiva. Os públicos podem estar, e certamente estão, presentes em mais de uma arena, como já anunciava Castells no idos dos anos 2005, em “Sociedade em rede”. Só que o conceito de arena dispõe sobre o *locus* prioritário e genuíno de ação, o que tem a ver com pertencimento, reconhecimento e apropriação³³. Assim, a arena de *advocacy* pode ser o local por onde a ação coletiva de organizações da sociedade civil se dá de maneira mais forte, assim como a arena digital é o “*habitat* natural” dos movimentos sociais, o lugar prioritário de ação daqueles que buscaram inflamar a opinião pública e mobilizar o público à ação, mas não significa que

³² Para compreensão do conceito, ver o item 3.1.1 Os públicos e as redes de *advocacy* adiante. Em linhas gerais, refere-se à prática difusa, empreendida sobretudo por organizações da sociedade civil, “de defender e argumentar em favor de uma causa, uma demanda ou uma posição” (LIBARDONI, 2000, p. 207).

³³ Coletivos podem atuar com *advocacy*, como é o caso do Vem pra Rua, como será mostrado na análise de rede, ou Instituto Ethos pode ter páginas virtuais e publicar nas redes sociais, mas esses não são os espaços prioritários desses atores, seu “*habitat* natural”, por assim dizer.

os públicos estejam apenas nessas arenas. As arenas da rua e da mídia, apesar de importantes, não foram consideradas nesta pesquisa³⁴.

Outra questão importante é que a pesquisa busca garantir a representatividade de organizações e movimentos nesses espaços, nas redes de *advocacy* e no mundo digital, dispondo e analisando diferentes processos de ação coletiva de alcance nacional. As restrições que se aplicam são às organizações com atuação muito regionalizada ou setorializada e àquelas que nascem e/ou são gestadas pelo poder público, que tem baixo protagonismo da sociedade civil. Num estudo exploratório e cujas unidades de análise estão ocultas, ainda por serem desvendadas, optou-se por realizar um levantamento abrangente, incluindo o máximo possível de organizações e movimentos, pois assim a contribuição do trabalho pode ser maior antes mesmo da análise em profundidade.

Empiricamente, os públicos da rede de *advocacy* são mapeados em análise de rede social (redes de afiliação) na parte 1 deste capítulo, a partir dos dados de grandes iniciativas agregadoras de público a nível nacional para a temática da corrupção. Já os públicos do universo digital são mapeados a partir dos perfis e páginas existentes nas quatro principais redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube), além das comunidades do Facebook (páginas de discussão); e, também, a partir de revisão bibliográfica. Esse último ponto acontece devido a alguns coletivos e movimentos serem considerados protagonistas das manifestações populares que aconteceram no Brasil recente. Eles são mapeados manualmente por buscas nas plataformas e de forma automática a partir de raspagem de dados de engajamento digital na parte 2 deste capítulo. São trabalhadas três naturezas de

³⁴ Não ignoro o papel relevante que a arena midiática tem na formação de sentidos que alimentam o debate público e a militância política. A mídia ganha um “*status* privilegiado como arena”, inspirado no interacionismo simbólico de Gusfield (DE SOUZA CAMPOS, 2018, p. 4-5), e os veículos de comunicação selecionam os temas e agentes que terão acesso à esfera pública e influenciam o modo como o público enxerga esses atores e suas causas (SILVA; FERREIRA, 2023). Apesar disso, a análise em profundidade não mergulhou nessa arena, pelas seguintes razões, principalmente: (i) já existem diversos textos que fazem a vinculação entre enquadramentos, mídia e corrupção – alguns são citados no item 4.1.2 –, assim, a análise poderia agregar pouco ao conhecimento/produção já existente; e (ii) as arenas das redes sociais de *advocacy* e digital, que serão apresentadas logo a seguir, já dispõem de dados suficientes para análise de enquadramento no último capítulo da tese e, consequentemente, para responder aos objetivos da pesquisa, não sendo necessário captar dados da imprensa. No caso da arena da rua, entendo que redes e ruas caminham juntas na militância da era digital, como aconteceu no contexto de mobilização pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Por isso, as redes já são um bom termômetro para medir o calor da rua, que não foi considerada aqui como arena prioritária.

perfil nas redes sociais: perfis das OSCs (incluídas para comparação), perfis dos coletivos/movimentos e perfis das comunidades do FB.

Quadro 4. Roteiro do mapeamento dos públicos anticorrupção

Roteiro do mapeamento	Arena prioritária dos públicos	Públicos prioritários	Metodologia de levantamento
PARTE 1: Públicos da rede de <i>advocacy</i>	Arena de <i>advocacy</i>	• Organizações da sociedade civil (OSCs)	Análise de rede social (ARS) Método: Análise das redes de afiliação
PARTE 2: Públicos da arena digital	Arena digital	• Organizações da sociedade civil (OSCs)³⁵ • Coletivos/movimentos • Comunidades (do Facebook)	Análise de engajamento digital Método: Índice de popularidade digital (IPD)

Fonte: elaboração própria.

3.1 MAPEAMENTO – PARTE 1: Públicos da rede de *advocacy* – Análise das redes de afiliação

Esta seção dá ênfase aos públicos que fazem parte do ecossistema de promoção da integridade que vem se estruturando no Brasil desde o início dos anos 2000 e que incidem sobre a dinâmica das instituições formais para enfrentamento da corrupção, a exemplo da mobilização pela lei da Ficha Limpa (Lei Complementar n.º 135/2010), que regulamenta restrições à elegibilidade para mitigar a corrupção eleitoral e foi fruto de engajamento de vários setores, incluindo associações de magistrados e outras categorias, ONGs, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e até a Igreja Católica. E por que as organizações são consideradas públicos presentes no que chamamos aqui de redes de *advocacy* e analisados como tal? Por traz dessa classificação existem três razões:

- i) São organizações estruturadas formalmente (como as ONGs), agregadas em grandes articulações nacionais, que têm uma atuação perene no tempo, mais

³⁵ Os públicos mais importantes mapeados na Parte 1 são incorporados na Parte 2 para fins de comparação. Nesse ponto, são localizadas e consideradas as páginas virtuais das organizações de *advocacy*.

técnica, mais propositiva, com esperado nível de trânsito institucional e empreendem ações e repertórios de fomento à integridade e controle social;

- ii) São públicos *de advocacy* porque são atores-chaves na incidência e pressão política a partir de práticas orientadas ao interesse público, como a promoção de eventos de discussão, grupos técnicos de trabalho, campanhas de fomento à integridade com objetivos variados, projetos de lei que possam transitar no âmbito legislativo, entre outros esquemas propositivos. O conceito de *advocacy* será aprofundado na subseção seguinte;
- iii) São consideradas *redes* porque, logo nas primeiras buscas, é possível captar interseções entre os grupos. Os públicos partilham insumos e se retroalimentam a partir de reforços mútuos nas iniciativas, de forma que um compartilha, corrobora e reforça a iniciativa do outro e vice-versa, além de serem um o signatário de outro. E expressam a força reivindicativa da ação coletiva de forma profundamente relacional – inclusive, alguns processos interorganizacionais e interativos com o Estado geram efeitos na produção de políticas.

Considerando essa atuação, notadamente em rede, optou-se por mobilizar, nesta Parte 1 do mapeamento, os conceitos e técnicas da análise de rede social (ARS) – na abordagem específica das redes de afiliação –, do campo da Sociologia, para levantar os principais públicos anticorrupção e avaliar seu nível de centralidade na rede de *advocacy* e promoção da integridade. A arena é compreendida aqui como espaço social prioritário – não é o único, mas o mais relevante – onde esses públicos trocam, discutem, propõem e mudam a realidade sobre o assunto da corrupção. Em seguida, na próxima seção, a chave analítica muda completamente, dispondo de outra arena para mapear outro perfil de público anticorrupção: o ambiente virtual.

3.1.1 Os públicos e as redes de *advocacy*

As redes de *advocacy* são consideradas neste trabalho o principal vetor do ativismo anticorrupção das organizações da sociedade civil mais estruturadas, a arena prioritária por onde grupos mais cooperativos se articulam para incidir sobre a resolução do problema e fomentar a integridade. No interior das grandes articulações nacionais em prol

de uma agenda de combate à corrupção dispõe-se a natureza relacional³⁶ e interativa da militância, que é o meio por onde os públicos potencializam sua ação coletiva. E, via prática de *advocacy*, esses públicos constantemente transformam suas discussões e grupos de trabalho em leis, propostas e mudanças culturais. Defende-se aqui, dessa maneira, que as práticas de *advocacy* e as redes andam juntas.

Segundo Marlene Libardoni, o *advocacy* se refere, em linhas gerais, à argumentação e defesa ampla e difusa de uma determinada causa ou demanda por um grupo da sociedade civil – em forma de rede, organização ou movimento social. As ditas práticas de *advocacy* seriam “iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil” (LIBARDONI, 2000, p. 207), se manifestando em um “conjunto mais amplo de atividades, como as educativas, informativas e de pressão política para a promoção e a defesa de uma causa social e de direitos humanos” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 70) – por onde se diferenciam das práticas de *lobby*³⁷ e suplantam o terreno mais disruptivo dos novos movimentos de direita.

A autora apresenta os fundamentos teóricos e a visão estratégica de *advocacy* prestando uma reverência empírica ao papel do movimento de mulheres na defesa de interesses, mobilização social e influência política no âmbito do Projeto Latino-americano de *Advocacy* em Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais. De forma aplicada, organiza o conceito de *advocacy* a partir da agenda feminista “como a capacidade de argumentar e incidir politicamente visando a transformações político-institucionais no público social e no público político (sociedade civil-Estado), a partir de conteúdos e propostas específicas” dessa agenda (LIBARDONI, 2000, p. 207). Nota-se que esse tipo de militância busca desdobramentos na agenda política jogando o jogo sob as regras

³⁶ Veja que aqui se trata da abordagem de redes da literatura dos movimentos sociais (DELLA PORTA; DIANI, 1999; DIANI; DELLA PORTA, 2006; DIANI; BISON, 2010; SCHERER-WARREN, 2005; 2011), que prevê uma articulação na dinâmica associativa e reivindicativa, distinguindo-se da abordagem sobre o critério relacional na formação dos públicos e contrapúblicos na conflitualidade social – texto de Silva e Pereira (2020) –, embora também faça parte da literatura dos movimentos sociais.

³⁷ Confundido recorrentemente com a prática de *advocacy*, o *lobby* distingue-se essencialmente por se tratar de um contato pessoal direto e muitas vezes oportunista com lideranças do legislativo, executivo ou outros níveis de poder, escapando de provocar uma discussão mais ampla por meio de atividades educativas, campanhas e pressão política coletiva como no *advocacy* (SCHERER-WARREN, 2011)

democráticas, buscando incidência política levando em conta – não em detrimento de – o pressuposto de um Estado constituído. Não são, portanto, disruptivos da ordem vigente.

Secchi (2012), por sua vez, faz uma associação profícua do conceito de *advocacy* com a etapa específica de formação de agenda do ciclo de políticas públicas, isso porque, para o autor, “formar agenda significa influenciar a lista de prioridades de algum ator político” (SECCHI, 2012, p. 35). Esse papel é praticamente a razão de existir dos chamados “grupos de interesses”, que, contornando recursos escassos (organizacionais, financeiros ou de tempo), buscam fazer com que seus anseios sejam levados em consideração na programação de prioridades das lideranças de instâncias decisórias. É importante ponderar, porém, que a articulação das organizações da sociedade civil pode ser voltada à incidência sobre a agenda, mas não só. Os seus múltiplos repertórios de ação não miram necessariamente a agenda governamental: as campanhas de fomento à integridade pública que se dão no interior órgãos públicos federais, estaduais e municipais, as ações de conscientização para o controle social realizada em parceria com órgãos de controle interno, as iniciativas formativas em escolas para estimular a cidadania desde cedo, as datas comemorativas onde se celebram acordos cooperativos, são todas elas exemplos de ações de *advocacy*.

E como as práticas de *advocacy* se associam à ideia de rede? A ideia das redes inclui um componente interativo à análise do ativismo de *advocacy*, incorporando a perspectiva de vínculos e da densidade das relações que se formam no interior de movimentos como instrumento analítico imprescindível para decodificar a ação social. As redes de *advocacy* requerem a participação de um arranjo multisetorial de atores e, no geral, incluem um componente de participação e engajamento dos cidadãos. Aqui há um diálogo frutífero com a teoria dos movimentos sociais, destacando-se as incursões teóricas de Mario Diani (1992), quem define os movimentos sociais como uma “rede de ativistas”; e de Scherer-Warren (2005; 2011), estudiosa que se filia teoricamente à Teoria dos Novos Movimentos Sociais e dispõe sobre as “redes da sociedade civil.

O primeiro conecta “diferentes dimensões da ação coletiva que antes eram vistas de maneira atomizada na análise social” (SOUZA; PERES; VIANA, 2020, p. 3) e busca uma convergência entre as prerrogativas do conflito (do processo político – TPP) e das

identidades (ALONSO, 2009; ABERS; von BÜLOW, 2011). Essa abordagem busca abarcar “dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva, a formação de identidades coletivas e os incentivos e constrangimentos sociopolíticos à mobilização, sua estruturação e seu caráter fluído” (ALONSO, 2009, p. 73). Sob essa perspectiva, os movimentos sociais se caracterizariam como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13). A segunda, por sua vez, argumenta que “redes da sociedade civil” são uma expressão da força reivindicativa da ação coletiva, e também de produção de sentido e de reforço mútuo para fazer valer uma dada visão de mundo, algo que interpela questões culturais e identitárias. Assim, as redes e os respectivos atores e laços que a compõem são manifestações de diversidade cultural (SCHERER-WARREN, 2005; 2011).

Uma parte substantiva do combate à corrupção pela sociedade civil tem caráter de *advocacy* e é operada em rede³⁸, cuja ação coletiva que se forma tende a se submeter a ressonâncias culturais e a oferecer um debate contencioso na medida certa, dentro de limites republicanos, institucionais e democráticos. Nota-se essa formação, por exemplo, em organizações e movimentos que dão sequência ao grupo originário de *advocacy* anticorrupção da década de 90, com ações que visam fomentar uma cultura pró-integridade pública e privada, criando políticas e ferramentas de combate à corrupção e controle social, e mostram o desejo de construir novas interpretações de mundo a partir de um senso de justiça social, igualdade, garantia de direitos e valores democráticos (MONTEVECHI, 2021).

³⁸ Exemplos de participação perene nas discussões sobre o combate à corrupção em nível nacional e eventuais interseções que ilustram a movimentação em rede e a atuação de *advocacy*: a ONG Artigo 19, uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, no Brasil desde 2007, que tem a missão de defender e promover o direito à liberdade e expressão e de acesso à informação em todo o mundo; e a Associação Contas Abertas, fundada em 2005, que elabora estudos sobre o acompanhamento de gastos públicos em várias etapas do processo orçamentário e fomenta o controle social sobre os orçamentos públicos. A primeira foi representante da sociedade civil na Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) em 2012 e compõe atualmente a Rede pela Transparência e Participação Social. A segunda faz parte do Movimento Transparência Partidária e da campanha Unidos Contra a Corrupção. Ambas participaram da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade entre 2013 e 2014 e se manifestaram contrariamente ao Decreto n.º 9.690 de 2019, assinada por Jair Bolsonaro, que alterava regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação.

3.1.2 Metodologia: Análise de rede social

Nesta tese, a Análise de Rede Social (ARS) é o guarda-chuva metodológico por onde se busca escrutinar as ideias de *advocacy* e de redes mencionadas acima, especialmente a técnica de análise de redes de afiliação. A pesquisa parte da coleta de dados relacionais de grandes iniciativas e articulações nacionais contra a corrupção, denominadas aqui como “eventos”³⁹, e localiza as organizações que as compõem, seja integrando quadros de alta hierarquia (conselhos, comitês gestores), seja como parceira, filiada, assinante ou simplesmente participante de algum momento pontual. A busca realizada resultou em uma rede de afiliação com 13 eventos, 418 organizações e 977 conexões (linhas). A rede de afiliação foi decomposta em duas redes a partir de seus dois modos de eventos e atores: uma chamada de “rede de sobreposição”, composta pelos eventos ligados por 94 conexões que representam as organizações coparticipantes em dois eventos – tais conexões variam em intensidade, sendo os laços mais fortes aqueles entre eventos que compartilham mais organizações e os mais fracos aqueles que compartilham menos organizações; e a outra chamada de “rede de co-afiliação”, que é formada pelas organizações ligadas por laços que representam os eventos dos quais participaram juntas. Neste caso, a rede mostrou-se mais complexa, com mais de 25.500 conexões. A diferença entre os valores dos laços na rede de co-afiliação mostra o número de eventos que duas organizações participaram juntas. Em ambas as redes decompostas foi possível identificar subgrupos importantes para o problema aqui investigado, destacando duas ilhas na rede de eventos e quatro comunidades na rede de organizações.

Os eventos que deram *start* ao processo de coleta de dados são amplamente difundidos nacionalmente, facilmente destacáveis, e são referências na promoção da agenda anticorrupção com o protagonismo ou ampla participação da sociedade civil⁴⁰. A pesquisa buscou escapar do campo técnico-burocrático das instituições horizontais de *accountability*, como os tribunais de contas, o Ministério Público e as controladorias

³⁹ Respeitada a terminologia do método de ARS, eventos são entendidos como oportunidade ou ocasião para interação de forma ampla (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022).

⁴⁰ A experiência prévia da pesquisadora na Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, especialmente na Diretoria de Promoção da Integridade, e conversas posteriores com colegas da área foram importantes para mapear as primeiras articulações, por onde notou-se, a exemplo, a centralidade da ABRACCI, da Amarribo e da Consocial no ativismo societal anticorrupção.

federal e dos demais níveis de governo⁴¹, que já são alvos de outros trabalhos acadêmicos na Ciência Política. Claro que cada evento surge com um certo nível de trânsito institucional – algo até esperado quando considerado a mencionada prática de *advocacy* –, mas o que foi mapeado e analisado aqui neste capítulo, em essência, são aqueles eventos que têm a sociedade civil como personagem principal.

A título de exemplo, a Associação Amigos de Ribeirão Bonito (Amarribo) é uma organização que nasceu 100% conectada à sociedade civil local em 1999, como iniciativa dos cidadãos da cidade que se indignaram com a malversação e suspeita de desvios dos recursos públicos pela prefeitura. A atuação dessa associação repercutiu de tal maneira que foi a responsável pela articulação que trouxe a Open Government Partnership (OGP) para o Brasil, uma das maiores iniciativas de governo aberto do mundo. Também se expandiu nacionalmente e se fundiu ao Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) em ampla coalizão de combate à corrupção. Outro exemplo é a história que acabou sendo protagonizada pelo Ministério Público Federal com a campanha pelas “10 medidas contra a corrupção”, mas que teve como embrião uma grande iniciativa de grupos de *accountability* chamada de Fórum de Combate à Corrupção (FOCCO), instalado pioneiramente por representantes de órgãos públicos da Paraíba e que teve atuação mais difundida no Nordeste (RIBEIRO, 2016; 2022). Quando o MPF assumiu a agenda, a sociedade civil foi integrada para mobilizar assinaturas no âmbito da sociedade.

Para desvendar as organizações que compõem os eventos e captar as intersecções entre eles, foi realizado um inventário das principais iniciativas – os eventos – contra a corrupção vigentes ou com efeito duradouro no cenário nacional entre 2013 e 2018 e empreendeu-se, então, breve análise documental a partir do i) exame dos respectivos sítios institucionais e perfis nas redes sociais (virtuais); ii) notícias de jornal e iii) alguns documentos publicados. São exemplos desse percurso de coleta:

- i) Pela análise do sítio institucional e redes sociais da Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), por exemplo, registrou-se que fazem parte da

⁴¹ Ficaram de fora da cartografia do levantamento, por opção, as articulações que surgem a partir dessas instituições e que, embora tenham formato colegiado, são fomentadas predominantemente pelo poder público em sentido amplo. Exemplo: os Fóruns de Combate à Corrupção (FOCCOs), o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), entre outros.

rede, entre outros, a Agenda Pública, a Amarribo Brasil, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e o Movimento Voto Consciente. O exame do *site* da citada Agenda Pública, na sequência exploratória, dispõe sobre sua incidência e articulação com a Rede Brasileira do Pacto Global e com o Pacto pela Democracia, além de outras redes. E o Pacto pela Democracia cita inúmeras outras organizações que participam da rede, entre elas justamente aquelas que deram origem à cadeia, a Agenda Pública e o MCCE. Dessa forma, vão se abrindo e se restringindo⁴², ao mesmo tempo, novos horizontes de busca: à medida em que mais atores são agregados, os mesmos atores vão se repetindo até a amostra ficar saturada.

- ii) Pela análise de notícias de jornais, foi possível localizar as organizações homenageadas no evento⁴³ de comemoração pelo alcance de um milhão e meio de assinaturas na campanha “10 medidas contra a corrupção” promovida pelo MPF. Foram homenageadas pela articulação e reforço à campanha a Receita Federal, a Igreja Batista, a Loja Maçônica do Estado de São Paulo e os movimentos Política Viva e Vem pra Rua.
- iii) Pela análise de documentos publicados, a nota pública contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/11, que visava tirar o poder de investigação dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, divulgada pela Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI), elencou as organizações que assinam pela rede, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Observatório Social do Brasil (OSB) – organizações que serão recorrentemente citadas e se mostrarão centrais na análise de rede social que será empreendida nesta seção.

É oportuno explicar a metodologia de análise de rede social propriamente dita e a técnica específica de “análise de redes de afiliação”, do que se encarregarão os próximos parágrafos. Embora seja possível encontrar inspirações nos clássicos da Sociologia como Marx, Durkheim e Weber, foi no trabalho de Georg Simmel no início do século XX que ficou explícita a ideia de que os laços sociais são primários e que as relações, em detrimento das unidades isoladas, são importantes atributos na interpretação do contexto

⁴² Esse movimento de amostragem em cadeia lembra a técnica de bola de neve (*snowball sampling*), que captura num primeiro momento uma cadeia crescente de participantes e que geralmente ocorre até que os mesmos atores sejam citados recorrentemente, de forma a atingir um ponto de saturação da amostra (GOODMAN, 1961; JOHNSON, 2014; PARKER et al, 2019).

⁴³ Notícia de 29/02/2016, no Jornal da União. Acesso em 25/11/2022: <https://jornaluniao.com.br/noticias/seguranca/autoridades-e-representantes-da-sociedade-civil-celebram-superacao-da-meta-da-campanha-10-medidas-co/>.

social (MARIN; WELLMAN, 2011). Sob esse paradigma relacional, uma rede social refere-se a “um conjunto de nós socialmente relevantes conectados por uma ou mais relações” (MARIN; WELLMAN, 2011, p. 11), sendo os nós⁴⁴ os atores ou membros que compõem a rede, também chamados de vértices nos grafos. A análise de rede social é a técnica utilizada para propor inferências a partir dos dados relacionais, tendo como objetivo principal detectar e interpretar os padrões de laços sociais⁴⁵ entre os atores (RIBEIRO; HIGGINS; RAMOS, 2014; NOOY; BATAGELJ; MRVAR, 2011).

E quem são esses atores? Laumann e colaboradores (1983 *apud* MARIN; WELLMAN, 2011) definem três abordagens possíveis sobre quem compõe a rede estudada: uma seleção baseada em *posição*, isto é, membros de uma organização ou pessoas que ocupam determinados cargos formalmente definidos; outra baseada em *eventos*, ou seja, quem participou de eventos importantes sobre uma determinada temática; e outra baseada em *relações*, que começa incluindo um número pequeno de atores de um grupo de interesse e expande a rede a partir das próprias conexões desses grupos. Na pesquisa sobre a rede de *advocacy* anticorrupção, as duas primeiras perspectivas são utilizadas, na medida em que a posição dos atores importa (se patrocinador, filiado, signatário de pactos, etc.),

⁴⁴ “Nós” como ideia de enlaçamento entre partes, uma articulação, não como sujeito que indica a primeira pessoa do plural na língua portuguesa. Empiricamente, na ARS, os nós têm a mesma conotação que os vértices nos gráficos, ou seja, os atores ou organizações que são a menor parte da pesquisa, a unidade de análise.

⁴⁵ Exemplos de estudos sobre corrupção e temas correlatos que exemplificam como articular o método de análise de rede social para inferir sobre padrões de laços sociais: Ribeiro, Higgins e Ramos (2014) estudam o padrão de interação entre os agentes de prestação de contas no Brasil, investigando as estratégias relacionais de organizações da sociedade civil e movimentos sociais participantes do projeto Adote um Município, que tem como meta o combate à corrupção e promoção de controle social; Ribeiro (2016; 2022) analisa os sistemas interativo e interpretativo dos Fóruns de Combate à Corrupção (FOCCOs), compreendidos como um estilo inovador no campo de fiscalização e promoção da transparência pública. Argumenta, entre outros aspectos, sobre como as configurações dos sistemas estudados que favorecem a circulação de recursos materiais e imateriais à disposição do que chama de “empreendedores institucionais”, isto é, um subgrupo núcleo cuja atuação contribui para habilitar o fórum enquanto estilo a ser disseminado e replicado; Moraes, Andion e Pinho (2017) adotam o postulado da “Teoria do Ator-Rede” de Latour (2007; 2012; 2014) e o enfoque da “cartografia de controvérsias” de Venturiri (2010; 2012) para mapear o debate na arena pública sobre a corrupção eleitoral no Brasil desde 1988, dispondo sobre quem são os agentes que compõem essa rede, como se (re)configura ao longo do tempo, como trabalham o problema público da corrupção e como interpretam e buscam soluções para esse problema; Silva, Ribeiro e Higgins (2022), em um compilado de estudos metodológicos, argumentam sobre o potencial da Análise de Redes Sociais (ARS) para a operacionalização de algumas das questões-chave na pesquisa sobre democracia deliberativa, como um instrumento para o estudo empírico de sistemas deliberativos. Utilizaram, para tal, o exemplo dos conselhos de políticas públicas de Belo Horizonte.

assim como a participação em eventos importantes (ou adesão a mobilizações, assinaturas para determinada campanha, etc.).

Além dos limites estruturais do público envolvido na rede, as relações propriamente ditas também são categorizadas em quatro tipos, inspirados em Borgatti *et al* (2009 *apud* MARIN; WELLMAN, 2011): por similaridade, relações sociais, interações ou fluxos. A rede de afiliação tipicamente se apoia na primeira, a saber, i) numa ideia de similaridade – atores compartilham visões semelhantes sobre o problema da corrupção e caminhos parecidos para endereçá-lo. Contudo, a partir da identificação de laços de co-participação, na rede de co-afiliação, encontram-se também as ii) relações sociais – atores que são conhecidos e reconhecidos como autoridades para falar sobre o assunto no meio social; iii) e as interações – atores conectados por laços baseados no comportamento como ajuda, contato, convite, parceria e patrocínio.

Os laços sociais, segundo a metodologia, podem ser diretos, como as relações entre pessoas (amizade, parentesco) e entre organizações (parcerias, patrocínios), ou indiretos, quando pessoas se reúnem em torno de organizações, como na participação em eventos, porque têm interesses e preferências comuns (NOOY; BATAGELJ; MRVAR, 2011) – leia-se “eventos” não como sinônimo de cerimônia, comemoração ou solenidade, mas como oportunidade ou ocasião para interação de forma ampla (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022). Presume-se, nesse caso, que os grupos de pessoas provavelmente interagem nesses ambientes, conformando o que é chamado pela sociologia simmeliana de “círculo social” (NOOY; BATAGELJ; MRVAR, 2011). Da análise de rede social com o segundo tipo de laço, o indireto, deriva-se todo o arcabouço conceitual e prático das “redes de afiliação”, entendidas como oportunidades para intensificação desses laços e, por consequência, oportunidades para que atributos como os recursos e ideias fluam entre os atores (BORGATTI; HALGIN, 2011).

A análise de redes de afiliação, portanto, é uma técnica específica da análise de redes sociais mais ampla e refere-se, de acordo com Borgatti e Halgin (2011), ao estudo de um tipo de laço social subjacente, presumido a partir da adesão ou participação de atores em eventos. Em termos práticos, se trata do estudo de um conjunto de relacionamentos binários entre membros de dois conjuntos de vértices: os atores e os eventos. No estudo

aqui em tela, os dados de afiliação advêm tanto do primeiro conjunto, ou seja, das organizações que se associam à luta contra a corrupção, quanto do segundo, dos grandes articuladores (momentos presenciais, campanhas, coalizões) da temática a nível nacional, como já exposto anteriormente.

Quatro especificidades conceituais e empíricas das redes de afiliação, bastante articuladas entre si, merecem atenção especial neste trabalho porque incidem sobre os resultados que serão apresentados mais adiante. São elas:

1. Facilidade e simplicidade da coleta de dados, mas não menos completa: são consideradas afiliações os tipos de relações binárias estabelecidas a partir de “é um membro de”, “é um participante de” ou “tem dada característica”, assim, normalmente trata-se de dados de adesão ou participação (BORGATTI; HALGIN, 2011). Uma vantagem absoluta de investigação dessa rede é que “afiliações são muitas vezes observáveis à distância (por exemplo, registros do governo, reportagens de jornais), sem exigir acesso aos atores” (IBIDEM, p. 417). É mais conveniente coletar dados de afiliação de forma indireta, a partir dos registros dos eventos, do que a partir do contato direto com inúmeros atores a fim de derivar seus laços. Nesta pesquisa, o acesso aos dados se dá pelos registros dos eventos, em sentido genérico, como nas assinaturas às campanhas, na menção de parceria nos sítios institucionais, na adesão formal a pactos internacionais, entre outras formas.
2. Partilha/ decomposição da rede *two-mode* em *one-mode*: as redes de afiliação, que são tipicamente de dois modos (*two-mode*), têm propriedade de bipartição, podendo ser divididas e convertidas em duas redes de um único modo (*one-mode*)⁴⁶, sendo a rede de sobreposição e a rede de co-afiliação. A primeira mostra relações diretas de eventos para eventos. Considerando que a interligação entre eles é a quantidade de atores que participam, a análise da rede de sobreposição dispõe sobre seu potencial de agregação de pessoas e pautas. A segunda, a rede de co-afiliação, fornece a análise mais comum: mostra a relação direta de atores para atores e cuja interligação é a quantidade de eventos que eles compartilham. A rede de co-afiliação dicotomiza⁴⁷ a rede geral para que seja considerado um laço entre atores se e somente se eles participaram de pelo menos alguns eventos ao mesmo tempo. Dessa maneira, a co-afiliação é a suposição de um laço social a partir do

⁴⁶ Os nós ou vértices da rede *two-mode* tornam-se linhas (relações) nas redes *one-mode* de sobreposição e de co-afiliação. Quando utilizadas medidas de centralidade, as novas classes de nós e vértices podem variar em tamanho e as novas linhas podem variar em largura para dispor sobre a intensidade desses laços mediados pelos eventos.

⁴⁷ Ao separar os modos, é interessante destacar, a rede resultante é valorada, isto é, seus laços variam em intensidade. E isso permite análises e interpretações alternativas à rede de afiliação.

comparecimento aos mesmos eventos, a participação nas mesmas campanhas e por aí vai (NOOY; BATAGELJ; MRVAR, 2011; BORGATTI; HALGIN, 2011).

3. Presunção de proximidade e similaridade social nas redes de (co-)afiliação: porque os dados não são observáveis no mundo real, isto é, não se observa uma relação direta entre os atores, então utiliza-se os dados de afiliação como *proxy* para uma relação social entre esses atores. De acordo com Nooy, Batagelj e Mrvar (2011), embora os registros dos eventos “não digam exatamente quais pessoas interagem, se comunicam e gostam umas das outras, podemos presumir que há uma boa chance de que isso ocorra” e, além disso, “a participação conjunta em uma organização geralmente acarreta semelhanças em outros domínios sociais”, como, por exemplo, ter a mesma origem, *status* social, profissão, interesses – no caso das organizações, ter os mesmos objetivos, a mesma, etc. Para os autores, “a partir do número ou intensidade de eventos compartilhados, podemos inferir o grau de semelhança das pessoas” (IBIDEM, p. 101-102). Dessa maneira, presume-se que são parecidos porque participam dos mesmos eventos, partilhando atividades, interesses e crenças comuns na oportunidade de encontro que é o evento. E também o caminho inverso: as afiliações podem ser consequência, não a causa, de um laço. Assim, porque indivíduos são parecidos em suas atividades, interesses e crenças, como no caso de um relacionamento amoroso, espera-se que devam participar sempre das mesmas oportunidades de encontro.
4. Participação em eventos como oportunidade de interação: presumindo que os atores interagem nos eventos e constituem círculos sociais, a frequência com que atores participam desses eventos importa para a promoção de oportunidades de interação, entendidas como ensejo para troca de ideias, recursos, informações, além de influência e visões de mundo que interferem na produção de sentido coletivo (NOOY; BATAGELJ; MRVAR, 2011; BORGATTI; HALGIN, 2011). As oportunidades de interação alcançam medidas ainda mais expressivas quando a frequência de co-participação aumenta, indicando que o mesmo conjunto de atores participa junto do mesmo evento, ao mesmo tempo; assim como quando aumenta a frequência de co-ocorrência, indicando a presença de dois ou mais atores no mesmo evento (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022).

Esses conceitos serão tratados de forma aplicada da parte de resultados. O quadro abaixo condensa algumas terminologias e definições da análise de rede social:

Quadro 5. Definições estruturais do desenho de rede social

Conceito	Significado
Gráfico de rede	Representa a estrutura geral de uma rede; é um conjunto de vértices e um conjunto de linhas que conecta pares de vértices; desenho que representa a relação entre as partes (unidades de análise) estudadas.

Vértice	Representa os atores ou organizações dispostas em rede; aparece no plural, “vértices”; é a menor unidade empírica em uma rede; a unidade de análise da pesquisa.
Linhas	Representa a relação social pesquisada; é um laço entre dois vértices em uma rede; sua extensão é limitada por suas duas extremidades, que são os dois vértices incidentes com a linha.
Rede de afiliação	Tipo de rede que dispõe de dois conjuntos distintos de vértices (os vértices dos atores e os vértices dos eventos), sendo que as linhas conectam apenas vértices de conjuntos diferentes. Ou seja, os atores são conectados por meio de eventos e os eventos são conectados por meio de atores, não diretamente (<i>two-mode</i>).
Matriz da ARS	Planilha que dispõe registros de coleta de dados relacionais em linhas e colunas, podendo conter o mesmo conjunto de unidades de análise em ambas (<i>one-mode</i>) ou conjuntos diferentes (<i>two-mode</i>). Exemplo: matriz indica a participação de cada ator em relação aos eventos pesquisados.
Rede <i>two-mode</i> (dois modos)	Condição semelhante à rede de afiliação: os vértices são divididos em dois conjuntos e os vértices só podem ser relacionados aos vértices do outro conjunto, não diretamente entre si.
Rede de co-afiliação	Rede <i>one-mode</i> derivada da rede de afiliação geral que mostra relações diretas entre atores ou organizações tendo como elo (linhas) a frequência de participação nos mesmos eventos, ao mesmo tempo.
Rede centro-periferia	Tipo de rede com uma estrutura particular em que há um conjunto de vértices centrais, que são membros de vários eventos e que estão cercados por uma coleção de outros vértices menos conectados.
Grau de centralidade	Nas redes de afiliação, o grau de centralidade dispõe sobre a quantidade de laços que um vértice possui em relação ao outro tipo de vértice (ex: quantidade de eventos que uma organização participa; quantidade de participantes que um evento reúne).

Fonte: Elaboração própria, com base em Borgatti e Halgin (2011); Marin e Wellman (2011); e Nooy, Batagelj e Mrvar (2011); Silva, Ribeiro e Higgins (2022).

3.1.3 Análises e resultados

Esta subseção procura responder, empiricamente, às perguntas: quais eventos e organizações compõem os públicos na arena de *advocacy*? Quais são os eventos e organizações mais centrais na rede e que merecem atenção especial na análise em profundidade?

- Mapeando os eventos

Em essência, os eventos são iniciativas que mobilizam organizações em prol de uma agenda de combate à corrupção. Essa foi a premissa que guiou e filtrou os achados da pesquisa. O ponto de partida foi a análise exploratória dos eventos conhecidos pela

pesquisadora⁴⁸ (a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, e a Rede Amarribo IFC), além dos mais antigos e daqueles contemplados em estudos nacionais sobre a corrupção (Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade – ABRACCI, e o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral – MCCE), que desenrolaram o fio da amostragem em suas respectivas afiliações. Ao todo, foram mapeados 13 eventos, que seguem descritos no quadro a seguir.

⁴⁸ A pesquisadora teve uma passagem pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2015 e 2018 e atuou como assessora de Gabinete e como Diretora de Promoção da Integridade.

Quadro 6. Eventos mapeados na ARS que mobilizam organizações em prol de agenda de combate à corrupção

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
1	2002 - atual ⁴⁹	MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral	Organização não governamental fundada durante o período eleitoral de 2002. Coordenou, em 2008, a campanha Ficha Limpa, responsável por implementar uma das legislações anticorrupção mais importantes do país. O MCCE ampliou sua atuação e hoje funciona de forma permanente com ações em todo o país.	Organização possui secretaria executiva; comitê nacional em Brasília; comitês estaduais e municipais em todas as regiões do país; diretoria colegiada; conselhos com representantes de várias entidades; mais de 60 entidades da sociedade civil compõem a rede nacional e outras tantas são entidades apoiadoras.	Relação de entidades pertencentes à rede MCCE e entidades apoiadoras detalhadas no site da própria rede.
2	2003 - atual ⁵⁰	Pacto Global - Rede Brasil do Pacto Global	Capítulo brasileiro de um programa internacional, gerido pelas Nações Unidas, o Pacto é uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para que para as empresas nacionais alinhem suas estratégias e operações aos Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e <u>Anticorrupção</u> .	Organização internacional que possui capítulo do Brasil. Reúne o setor empresarial na maior rede de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil empresas e organizações.	Não foi possível captar pelo site da instituição as parcerias específicas da área anticorrupção. Foram consideradas, então, as organizações pesquisadas que citaram o Pacto Global em seus sítios institucionais.

⁴⁹ O embrião do MCCE foi a campanha da fraternidade da Igreja Católica de 1996 com o tema “Fraternidade e Política”, organizada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A secretaria executiva do comitê nacional foi criada formalmente apenas em 2006.

⁵⁰ Iniciativa criada em 2000 pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, trazida para o Brasil em 2003.

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
3	2004 a 2018 ⁵¹	Rede AMARRIBO IFC - Coalizão Brasileira Contra Corrupção	Rede gerida pelas organizações Amarribo (Amigos Associados de Ribeirão Bonito) ⁵² e IFC (Instituto de Fiscalização e controle). No projeto conjunto chamado de “Adote 1 Município”, entre outras ações, estimulam a criação de pequenas ONGs em nível local para fiscalizar os gastos das prefeituras.	Segundo o sítio institucional, mais de 208 entidades de combate à corrupção são integradas à coalizão.	Relação de ONGs pertencentes à Rede AMARRIBO (arquivo extraído do site em novembro de 2009).
4	2009 a 2014 ⁵³	ABRACCI - Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade	A articulação é uma rede de organizações engajadas na missão de contribuir para a construção de uma cultura de não corrupção e impunidade no Brasil. Foi lançada em janeiro de 2009, durante as atividades do Fórum Social Mundial, em Belém, contando com o apoio da Transparência Internacional. A secretaria executiva da rede era composta pela Fundación Avina e pela Amarribo.	Rede possui plenária geral; comitê de ligação; grupos de trabalho desenvolvidos a partir de linhas de ação estratégicas; e secretaria executiva.	Relação de entidades apoiadoras da ABRACCI a partir das assinaturas conjuntas em manifestação contrária à PEC 37, de 2013, que buscava diminuir o poder dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, assinada por várias organizações da sociedade civil.

⁵¹ Pegou-se como referência de início da rede a criação do projeto conjunto “Adote 1 Município”, em 2004, com a caravana “Todos Contra a Corrupção”; em 2016, a Amarribo, o IFC e a CGU celebraram acordo de cooperação técnica no qual as três instituições passaram a compartilhar várias de suas ações de combate à corrupção; as últimas notícias da rede são de 2018.

⁵² A ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito nasceu em 1999 em Ribeirão Bonito, cidade do interior de SP, como um grupo pequeno de pessoas que queriam mudar a realidade corrupta do município. Tornou-se referência para outros locais e a representante brasileira da ONG Transparência Internacional em 2016. Expandiu-se para uma coalizão com mais de 200 organizações e grupos da sociedade civil. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, religiosos, ou político partidário, tem por finalidade desenvolver projetos de interesse social e prevenir e combater a corrupção na administração pública em todos os níveis da federação.

⁵³ Os últimos registros encontrados da rede são de 2014.

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
5	2012	Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social	Conferência nacional convocada pelo Decreto Presidencial de 8 dezembro de 2010 e coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU). A Consocial teve etapas preparatórias de julho de 2011 a abril de 2012 em todo o Brasil, mobilizando diretamente mais de 150 mil cidadãos representados por cerca de 1.200 delegados na etapa nacional, que ocorreu em Brasília entre 18 e 20 de maio de 2012.	De acordo com o relatório final da conferência, ela contou com: comissão organizadora nacional com representantes do poder público, da sociedade civil e dos conselhos de políticas públicas; comissões descentralizadas; e coordenação executiva. Assinam como organizações da sociedade civil diversas entidades (os participantes e membros da comissão organizadora).	Relação de representantes da sociedade civil integrantes da Comissão Organizadora Nacional, reportadas no relatório final da Consocial – Brasília, 2012.
6	2012 - atual ⁵⁴	RETPS - Rede pela Transparência e Participação Social	Constituída por organizações da sociedade civil e cidadãos que atuam para ampliar a transparência do poder público, bem como para estimular a sociedade a participar e a exercer o controle social dos recursos e das políticas públicas.	Segundo sua carta de princípios, se trata de uma rede horizontalizada, sem níveis hierárquicos, orgânica. Organizações e indivíduos que se articulam para atingir objetivos comuns. Não tem dirigentes ou porta-vozes. Funciona com reuniões coletivas periódicas e grupos de trabalho.	Relação de organizações que fazem parte da rede segundo o site da RETPS, na parte “Quem Somos”.

⁵⁴ A carta de princípios da rede, elaborada pelos membros fundadores, é de 01 de agosto de 2013, mas a primeira ação enquanto grupo é anterior: uma solicitação formal à CGU em outubro de 2012.

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
7	2016	10 medidas contra corrupção (MPF) - Evento de comemoração pelo alcance de 1.500.000 assinaturas para a campanha	O Ministério Público Federal celebrou em 25/02/2016 a superação da meta de assinaturas da campanha “10 medidas contra a corrupção”, alcançadas em pouco mais de cinco meses. O objetivo da campanha era de organizar projeto de lei para coibir irregularidades que envolvam bens e recursos públicos. As subscrições seriam entregues ao Congresso Nacional para tramitação.	O evento foi um marco importante da campanha e, na ocasião, organizações e entidades da sociedade civil foram homenageadas pelo engajamento e apoio. Considerou-se os homenageados como dados relacionais importantes na agenda anticorrupção.	Relação de organizações da sociedade civil homenageadas no evento pelo engajamento na campanha, reportadas em notícia no portal do MPF.
8	2016 - atual	Movimento Transparência Partidária	Movimento constituído no final de 2016 por um agrupamento de cientistas políticos, jornalistas, advogados, cidadãos engajados e ativistas, além de profissionais liberais de diversos campos de atuação e matizes ideológicos. O MTP organiza, publica e divulga propostas para a renovação dos partidos, incluindo manifesto aberto às assinaturas do público que já soma 70 mil subscrições.	O movimento é composto por ONGs, coletivos e empresas que apoiam a causa; apoiadores individuais (especialistas, ativistas e cidadãos engajados no movimento); e cidadãos comuns engajados nas assinaturas para o projeto de lei pela reforma partidária.	Relação de organizações (ONGs, coletivos, movimentos e empresas) que, segundo o site do MTP, apoiam a sua causa.
9	2017	Cooperação TCU e Dia Internacional de Combate à Corrupção	Todo dia 9 de dezembro os órgãos de controle mobilizam eventos para comemorar o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Nessa ocasião, em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) celebrou os acordos de cooperação técnica com organizações da sociedade civil para a realização de	As organizações da sociedade civil integram ações do TCU por meio de acordos de cooperação técnica.	Relação de organizações da sociedade civil que assinaram o acordo de cooperação técnica com o TCU no dia 08/12/2017, reportadas em notícia no portal do Observatório Social do Brasil.

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
			ações conjuntas de fomento ao controle social. Esse evento é representativo de um conjunto de iniciativas desse tipo.		
10	2018 - atual	CTPCC - Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção	Criado pelo Decreto nº 9.468, de 2018, o CTPCC é um órgão consultivo integrante da estrutura básica da Controladoria-Geral da União. Embora faça parte do sistema de <i>accountability</i> , se trata de um órgão consultivo com a participação da sociedade civil, que tem por finalidade debater e sugerir medidas de combate à corrupção em toda a administração pública federal, mas que acaba por gerar efeitos legislativos e culturais que afetam toda a sociedade.	O conselho é composto por órgãos do Poder Executivo Federal e por representantes da sociedade civil organizada. As organizações são selecionadas por processo seletivo, à luz de experiência em projetos, grupos de pesquisa, interações federativas de controle, etc. Têm mandato de 3 anos.	Relação de integrantes do CTPCC representando a sociedade civil organizada, atualizada em 04/11/2022 no site da Controladoria-Geral da União.
11	2018 - atual	Unidos Contra a Corrupção	Iniciativa da ONG Transparência Internacional e organizada por Comitê Gestor, em formato de campanha, com a finalidade de elaborar coletivamente 70 medidas contra a corrupção, que propõem avanços nas diferentes dimensões que compõem essa agenda. A campanha tem ampla participação da sociedade civil em etapa de elaboração e consulta.	A iniciativa possui um Comitê Gestor e uma coalizão formada por organizações sem fins lucrativos, movimentos e instituições sem vínculos partidários, com atuação reconhecida no país, e que são representativas da sociedade civil, da academia e de governos locais. As organizações foram consultadas em etapa de elaboração e validação de pacote de medidas legislativas.	Relação de entidades da sociedade civil que participaram da campanha de acordo com o site da iniciativa.

N.	Ano/ período de referência	Nome	Descrição	Estrutura e relacionamento	Tipo de afiliação considerada na ARS
12	2018 - atual	Pacto pela democracia	Coalizão da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. Trata-se de um espaço plural, apartidário e aberto a cidadãos, organizações e também atores políticos que compartilhem do compromisso de resgatar e aprofundar práticas e valores democráticos.	O pacto é composto por secretaria executiva; grupo de articulação (representantes de entidades associadas); cerca de 200 organizações, movimentos e atores relevantes na sociedade. A participação é aberta a todos os cidadãos.	Relação de organizações que fazem parte do Pacto pela Democracia segundo o site da coalizão, com recorte para aquelas organizações recorrentes em outras redes e aquelas que compõem o grupo de articulação; e excluídas aquelas de atuação regional ou com agenda/ temática muito distante.
13	2019	Contra mudanças na LAI - Assinaturas contra o Decreto 9690/2019 que altera regras da Lei de Acesso à Informação	Grupo de organizações e pessoas que se manifestam contrárias ao Decreto 9.690/2019, publicado no Diário Oficial da União nesta quinta-feira, 24 de janeiro. O decreto altera regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Executivo federal determinadas no Decreto 7.724/2012, ampliando o grupo de agentes públicos autorizados a colocar informações públicas nos mais altos graus de sigilo: ultrassecreto (25 anos, renováveis por mais 25) e secreto (15 anos).	Organizações e pessoas ⁵⁵ participaram do evento por meio de assinaturas virtuais em manifesto coletivo.	Relação de organizações da sociedade civil assinantes de manifesto coletivo contra o Decreto 9690/2019. O manifesto foi disponibilizado para assinaturas no site da Transparência Brasil, onde ficou publicizado juntamente com as assinaturas.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise exploratória dos sítios institucionais das organizações, publicações e notícias em junho de 2022.

⁵⁵ O grupo de pessoas isoladas que assinou não foi considerado na ARS, apenas as organizações.

Pode-se observar que os eventos mapeados constituem uma ecologia associativa bastante heterogênea, que opera essencialmente em rede e tem práticas e efeitos típicos de *advocacy*. É possível destacar alguns pontos, de antemão, sobre os eventos:

- *Agenda anticorrupção explícita e implícita*: foram encontrados eventos que tematizam a corrupção de forma difusa, trazendo para os resultados não somente aqueles cuja agenda anticorrupção está explícita, mas também aqueles que promovem agendas correlatas tais como a expansão da transparência pública, do controle social e da integridade nas instituições e na sociedade como um todo. A própria Consocial, por exemplo, mobilizou centenas de milhares de cidadãos sob a agenda central pró-transparência e controle social, mas cujo debate repercutiu na programação das áreas de controle – tamanha relevância do tema da corrupção.
- *Natureza constitutiva*: alguns eventos têm articulação mais perene e podem se estruturar juridicamente como organização do terceiro setor. Esse tipo de evento funciona agregando atores por meio de mecanismos formais de adesão (como os acordos de cooperação técnica com as agências de controle e organismos internacionais, a formalização de grupos de trabalho com metas específicas, etc) ou informais (como as redes horizontalizadas de transparência, as assinaturas em campanhas e moções de apoio ou repúdio, as práticas comunicativas de fomento ao controle social, etc). O outro tipo parece mais com a definição usual de evento, tal como a celebração de dias comemorativos (9 de dezembro: Dia Internacional de Combate à Corrupção) e as etapas presenciais de conferências públicas (etapa nacional da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social).
- *Temporalidade*: os eventos encontrados compreendem uma manifestação duradoura no tempo, desde 2002 até o momento do levantamento em 2022. A manifestação é mais ampla, inclusive, que o período de análise da tese (2013-2018), mas foram mantidos na análise devido à sua importância na promoção da agenda. A atuação esteve presente e ativa durante os anos de interesse.

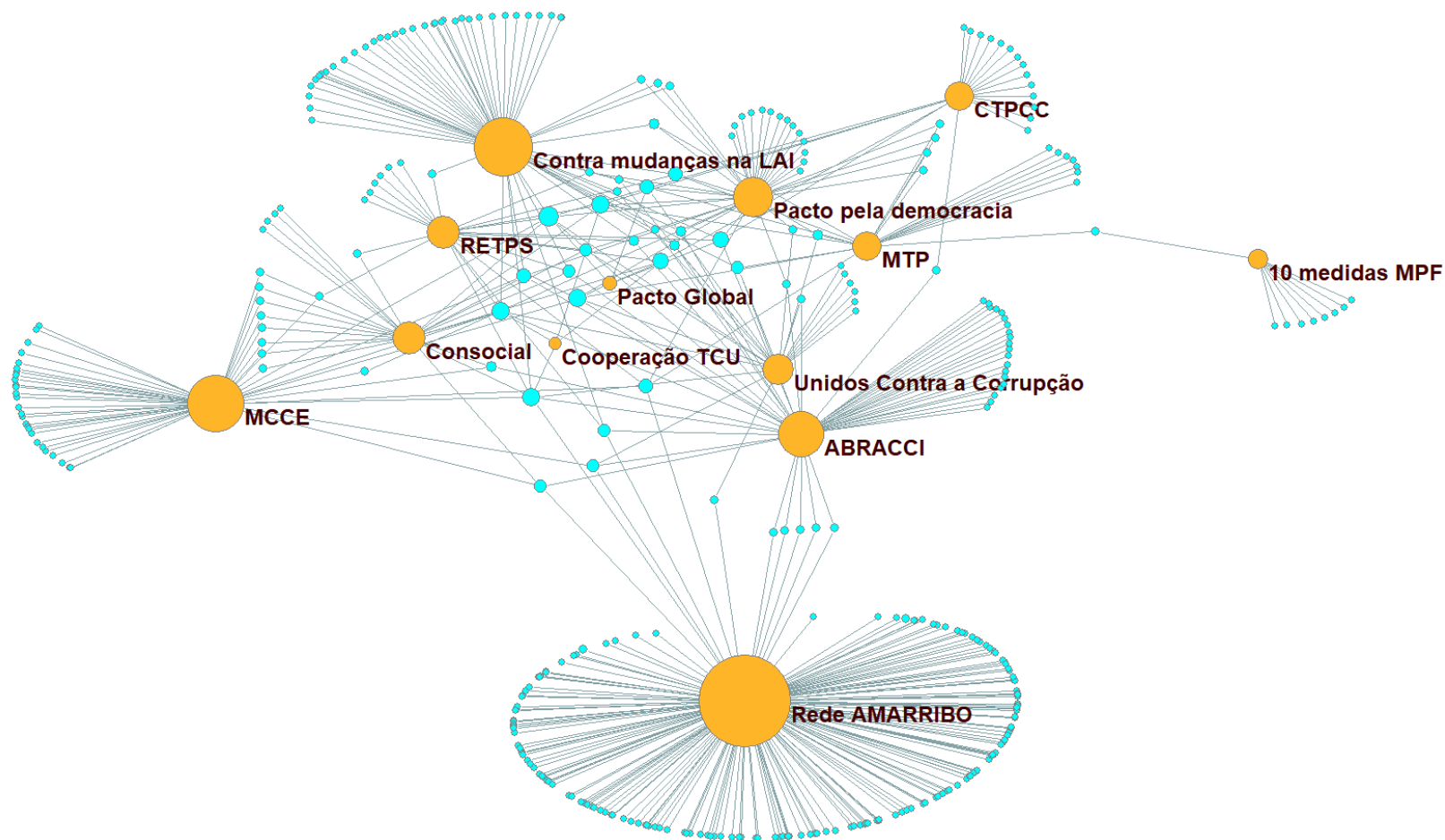
Os grafos que serão apresentados a seguir e respectivas análises ilustram essa diversidade de eventos e suas relações, mas, ao mesmo tempo, mostram que eles integram o mesmo círculo social – premissa da análise de redes de afiliação por onde se presumem similaridades entre os eventos e atores.

• **Desenhos de rede (afiliação, sobreposição e co-afiliação)**

A partir de registros relacionais dos 13 eventos estudados, foram mapeadas 418 organizações que se associam à agenda anticorrupção. A figura a seguir mostra a rede

completa de *advocacy* – a rede *two-mode* de organizações e eventos –, que permite observar as relações de afiliação entre os dois conjuntos de vértices, representadas pelas linhas que os conectam.

Figura 2. Rede de advocacy anticorrupção no Brasil (rede two-mode de organizações e eventos)



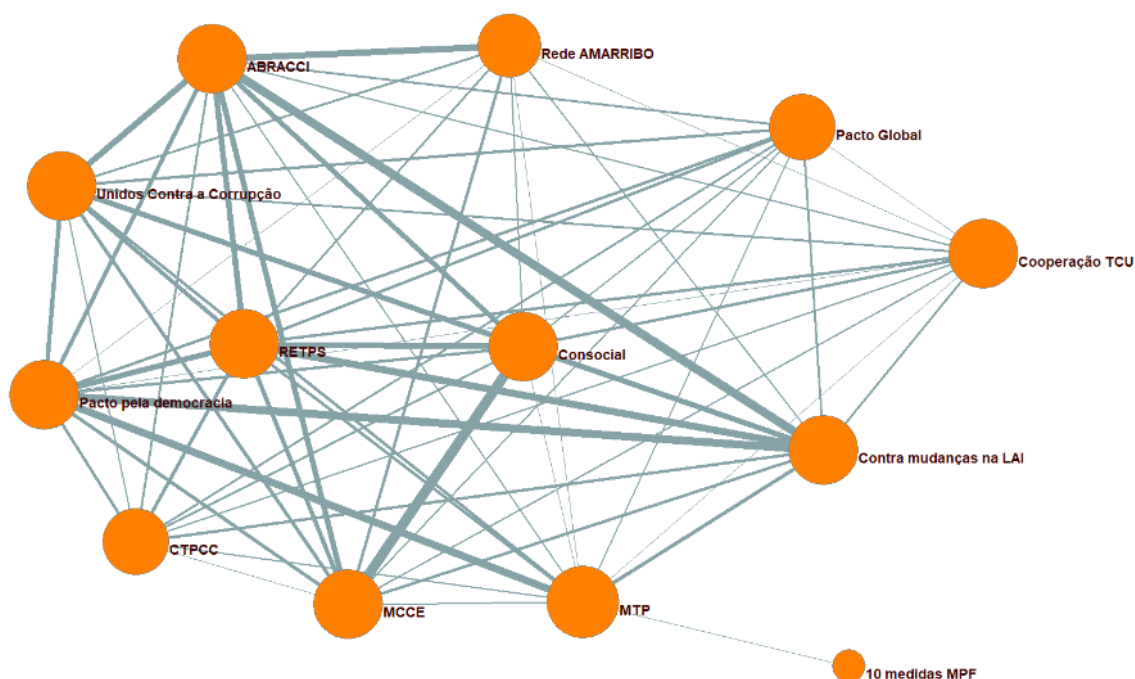
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

A diferença de tamanho entre os círculos, nos dois conjuntos de vértices, disporia, numa análise fria do gráfico, sobre o grau de centralidade correspondente na rede: para os vértices dos eventos, quanto maior o círculo, mais atrativo (no sentido da abertura/facilidade de participação no evento) e mais organizações participam; para os vértices das organizações, quanto maior o círculo, mais ativa e maior a participação em eventos. Os eventos de fato variam de tamanho – alguns com apenas 4 participantes, como na celebração dos acordos de cooperação técnica com o TCU; outros alcançam até 187 organizações, como no projeto Adote 1 Município da Rede Amarribo IFC –, mas essa variação se dá muito em razão da heterogeneidade dos próprios eventos, não pela capacidade de atrair público. Isso porque representam no estudo, propositalmente, diversos tipos de iniciativa e coalizões de combate à corrupção e, consequentemente, de oportunidade e ocorrência de interação para endereçar a temática. Nesse sentido, a importância dos eventos está mais na posição no gráfico e nas linhas (relações) do que propriamente no tamanho dos círculos.

As posições dos eventos e distâncias, portanto, importam à análise. Podem estar mais periféricos, como o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, ou mais integrados, como o Pacto Global e a cooperação de OSCs com o TCU. Nota-se por esses últimos exemplos que os eventos que compartilham menos organizações não são necessariamente aqueles dispostos na periferia do gráfico, ou, ao contrário, que os maiores eventos estariam no centro. A própria rede Amarribo IFC, que tem o maior número de participantes, está disposta na periferia do gráfico. Na rede mapeada, os eventos menores, que partilham menos atores, são os mais conectados à rede como um todo, supõe-se que devido ao papel relevante das organizações que participam.

Já em relação às linhas do gráfico, a melhor forma de visualizar as conexões entre os eventos é desmembrando a rede de afiliação com dois tipos de vértices (*two-mode*) em apenas um vértice (*one-mode*), nesse caso, o de eventos. O resultado é a rede de sobreposição da figura a seguir. As diferentes larguras das linhas remetem à força dos laços entre eles, considerando o número de organizações que eles compartilham. Esse recurso de manipulação da rede original permite uma visualização em outra perspectiva e novas análises.

Figura 3. Rede one-mode de sobreposição de eventos da rede de advocacy anticorrupção



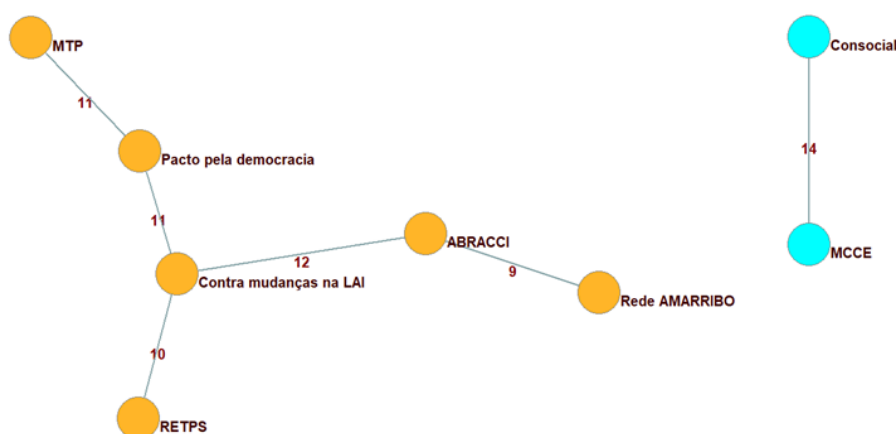
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; largura das linhas – quantidade de organizações participando simultaneamente.

No geral, a rede é bem integrada, não havendo qualquer evento isolado, desconectado dos demais. As duas redes mostram isso. O evento mais periférico é a campanha “10 medidas contra a corrupção” promovida pela Ministério Público Federal em 2016, que receberá atenção na análise mais adiante. Os mais integrados, por outro lado, pode-se dizer, são os eventos que mais compartilham organizações na rede de sobreposição. O Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e a Consocial têm uma quantidade maior de organizações que participam simultaneamente dos dois eventos, mostrando força no alcance de públicos variados, diversos. São 14 organizações no total. Em seguida, os maiores valores são para a conexão entre ABRACCI e as assinaturas contra as mudanças da LAI, com 12 organizações compartilhadas. O Pacto pela Democracia compartilha com os eventos Movimento Transparência Partidária e assinaturas contra mudanças da LAI 11 organizações. São todos eventos com laços fortes na rede de *advocacy* anticorrupção.

É interessante notar que, ao propor uma análise de ilhas na rede de sobreposição, na qual se definem limites de interação para composição da rede, os laços fortes entre a Consocial

e o MCCE ficam ainda mais evidentes. Ambos compõem uma ilha específica, sugerindo que algo os distingue dos demais. A análise de ilhas permitiu, a partir da rede de sobreposição, a identificação de dois subgrupos coesos com base na intensidade das conexões entre os eventos. Considerando a presunção de similaridade destacada recorrentemente neste estudo, as ilhas podem sugerir uma certa convergência informacional e decisional (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022). Na figura adiante definiu-se um limite mínimo de 9 organizações participando simultaneamente de eventos para que esses fossem considerados.

Figura 4. Ilhas da rede de sobreposição de eventos



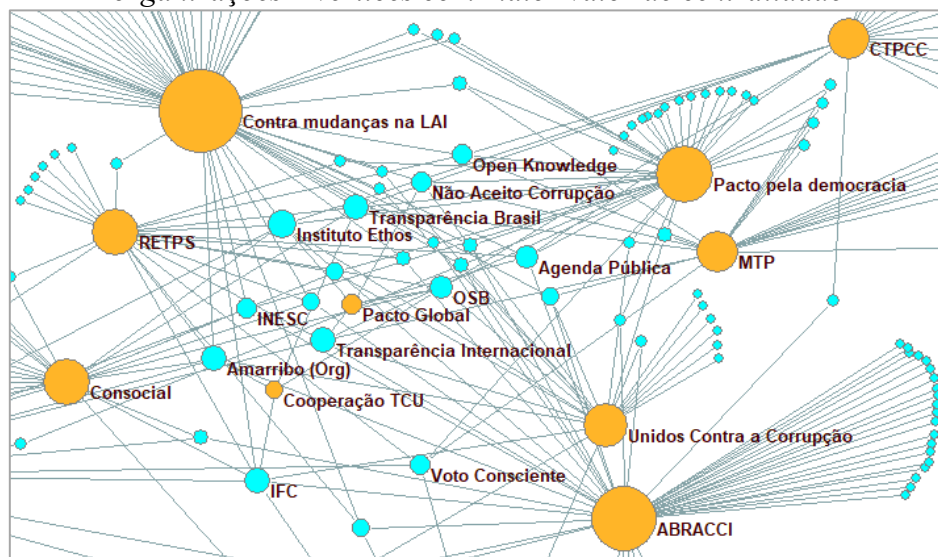
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

Notas: círculos laranjas – eventos que compõem a ilha 1; círculos azuis – eventos que compõem a ilha 2.

Até este ponto o enfoque foi dado aos eventos, especialmente aos desenhos de rede e potenciais de análise sobre os agregadores de múltiplos públicos. Mas existe um conjunto de interpretações possíveis também sobre as organizações que integram ou participam dos eventos que importam muito a este trabalho. Ao analisar, primeiramente, a rede completa de *advocacy* – a rede *two-mode* de organizações e eventos – é possível destacar um conjunto de organizações centrais que exercem a função de ligar os eventos, ainda que muitas outras participem de apenas um evento e não funcionem, assim, como ponto de conectividade entre os demais. A ABRACCI e a moção contra as mudanças na Lei de Acesso à Informação possuem muitos atores isolados, por exemplo, mesmo assim estão integradas à rede por meio de organizações mais ativas. Na perspectiva dos sistemas deliberativos (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022), essas organizações poderiam ser os

atores na rede com mais domínio da agenda anticorrupção⁵⁶. As oportunidades para trânsito de ideias, valores e decisões fluem a partir e por meio de organizações como as que seguem destacadas na Figura 05, adiante.

Figura 5. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nas principais organizações – vértices com maior valor de centralidade



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

Pelo grau de centralidade (tamanho dos círculos) e posição no centro do gráfico, pode-se assumir sobre essas organizações que: a) são as mais ativas da rede, ou seja, aquelas que participam de mais eventos; b) dispõem de mais oportunidades de interação e relacionamento com outras organizações, capitalizando a participação; c) têm mais potencial de dominar a agenda contra a corrupção, porque na maioria das vezes são elas que pautam as discussões, definem os temas dos eventos, participam dos grupos de trabalho, organizam campanhas, etc.; d) dispõem de mais informações e outros recursos capazes de produzir sentido a partir das interações.

⁵⁶ Silva, Ribeiro e Higgins (2022) argumentam sobre o potencial da ARS para a operacionalização de algumas das questões-chave na pesquisa sobre democracia deliberativa. Nas redes de *advocacy*, pode ser útil para mostrar quais atores têm a oportunidade de influenciar as decisões dentro de uma determinada arena. De acordo com os autores, estudar sistemas deliberativos é “investigar se e como um sistema deliberativo funciona, se diferentes componentes do sistema se relacionam entre si, se e como os discursos e ideias fluem de um local para outro e até que ponto alguns grupos de discursos estão isolados do resto do sistema” (RIBEIRO; SILVA; HIGGINS, 2022, p. 218).

A tabela a seguir apresenta os valores de centralidade das organizações destacadas na rede acima, sendo o valor normalizado uma medida balizada por todos os vértices da rede e a partir do máximo de centralidade ($norm = 1$, evento rede Amarribo IFC). O Instituto Ethos aparece como o ator mais central, o principal conector entre eventos, tendo participado de 9 entre 13 deles; seguido pelo Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) com a participação em 8 dos 13 eventos mapeados. Essas duas organizações, além de outras que aparecem no *ranking* da tabela, são mencionadas recorrentemente nas análises, em qualquer recorte proposto para a análise da rede de afiliação.

Tabela 1. Principais vértices da rede two-mode e respectivos valores normalizados de centralidade

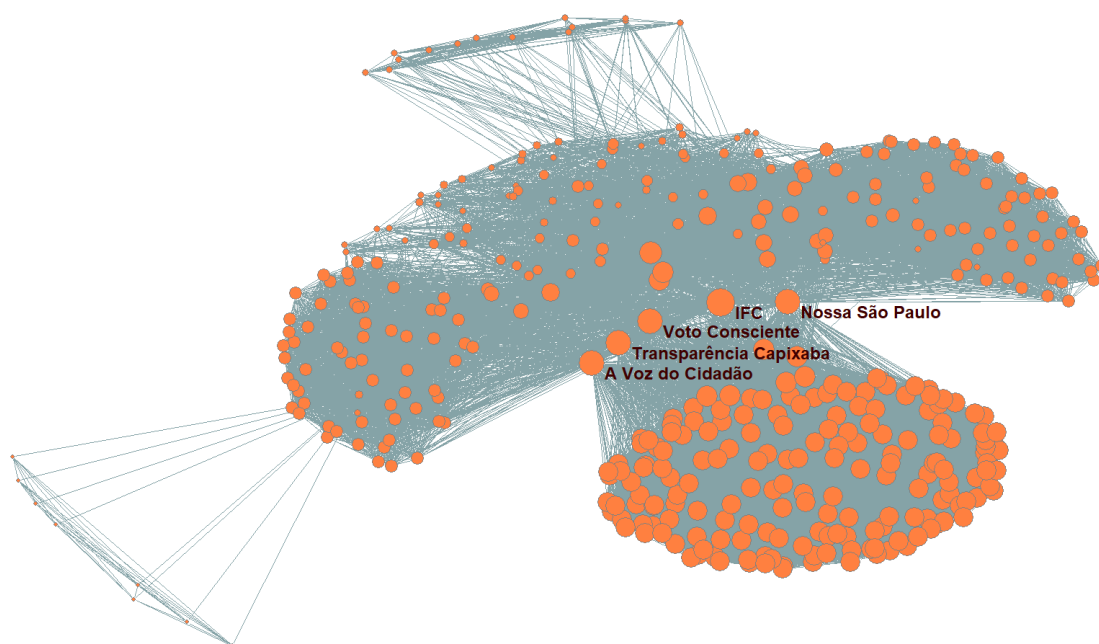
N. vértice	Organização	Valor do vértice normalizado no máx (sendo 1 = Rede Amarribo IFC)
280	Instituto Ethos	0.048128
277	Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)	0.042781
80	Amarribo (Org)	0.037433
399	Transparência Brasil	0.037433
403	Transparência Internacional	0.037433
42	Agenda Pública	0.032086
340	OSB	0.032086
276	INESC	0.026738
285	Não Aceito Corrupção	0.026738
326	Voto Consciente	0.026738
346	Open Knowledge	0.026738

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

Para a análise das organizações principais, também é possível desmembrar a rede de afiliação original *two-mode* em uma rede *one-mode* de co-afiliação, apresentando apenas os vértices das organizações (Figura 06). As linhas que conectam esses vértices representam o número de participações conjuntas, ao mesmo tempo, nos mesmos eventos⁵⁷.

⁵⁷ Não se trata da participação da organização em um dado número de eventos, mas a conexão entre os pontos mostra que aquelas organizações participaram juntas do mesmo evento.

Figura 6. Rede one-mode de co-afiliação de organizações da rede de advocacy anticorrupção, com ênfase nas organizações mais centrais



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – organizações; diferentes tamanhos dos círculos – variação na quantidade de eventos que as organizações participam ao mesmo tempo.

Os valores de centralidade das organizações destacadas acima na rede de co-afiliação seguem abaixo, sendo $norm = 1$ correspondente à centralidade do IFC. Isso significa que o instituto é o ator mais central nessa perspectiva, tendo co-participado de eventos com outras 371 organizações, elevando à maior potência sua oportunidade de interação. Em segundo lugar, ficou o Movimento Voto Consciente, com 306 co-participações. Nota-se que os resultados são diferentes em relação à rede de afiliação original. Os valores de centralidade e algumas organizações principais mudam.

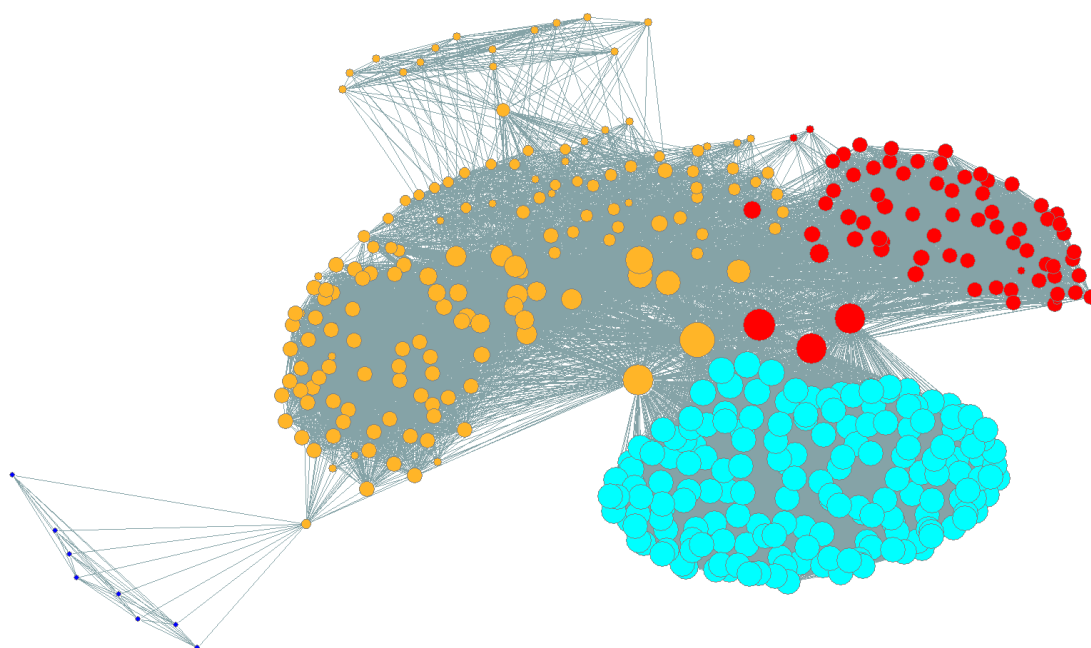
Tabela 2. Valores de centralidade dos vértices mais importantes da rede one-mode de organizações

Vértice	Nome	Centralidade	Nº org. com participação simultânea em eventos
264	IFC	1.0	371
313	Voto Consciente	0.824798	306
388	Transparência Capixaba	0.803235	298
358	Nossa São Paulo	0.800539	297
4	A Voz do Cidadão	0.789757	293

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

Por fim, a análise da rede de co-afiliação de organizações permitiu a identificação de subgrupos coesos com base na intensidade das conexões entre as organizações. Considerando a presunção de similaridade destacada recorrentemente neste estudo, a identificação de subgrupos coesos pode transbordar da ideia de co-participação para uma ideia de convergência deliberativa. Inspirado novamente em Silva, Ribeiro e Higgins (2022), as comunidades de *advocacy* identificadas partilhariam visões de mundo semelhantes sobre o problema da corrupção, seus conceitos, princípios e bases para a resolução. As comunidades são por onde mais fluem informações e outros recursos que facilitam a comunicação e as trocas entre as organizações. A figura a seguir ilustra a configuração de quatro comunidades.

Figura 7. Comunidades da rede one-mode de co-afiliação de organizações



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos amarelos – organizações que compõem a comunidade 1; círculos azuis claros – organizações que compõem a comunidade 2; círculos vermelhos – organizações que compõem a comunidade 3; círculos azuis escuros – organizações que compõem a comunidade 4.

O item a seguir traz comentários, sugestões e algumas inferências sobre os dados e desenho apresentados.

- Analisando os eventos e organizações a partir dos desenhos de rede

Retrospectivamente, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é o evento mais antigo da rede. Sua origem se dá antes mesmo da sua constituição formal em 2002. Está vinculado à Igreja Católica e às comunidades de base, a partir da campanha da fraternidade de 1996 com o tema “Fraternidade e Política”, organizada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Outros órgãos vinculados à igreja se destacam nessa discussão “originária” da agenda anticorrupção, como a Cáritas Brasileiras, a Arquidiocese Santo Dias e outras organizações de direitos humanos. Esses achados vão ao encontro do trabalho de Moraes, Andion e Pinho (2017), que identificam como porta-vozes da corrupção eleitoral⁵⁸ na década de 1990 também a CNBB, a CBJP e os bispos católicos. Nessa época já aparecia o Instituto Ethos como financiador do movimento.

Há, nessa discussão originária da rede, uma presença marcadamente de esquerda entre as organizações participantes, algo que escapou nos anos estudados nesta tese. No final dos anos 1990 e início de 2000, o MCCE reuniu organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Nacional dos Auditores do SUS (UnaSUS), federações associadas à CUT, associações para representação de categorias profissionais e entidades de classe, associações de moradores e forças sindicais, como sindicatos de trabalhadores, técnicos, analistas e servidores públicos, entre muitas outras⁵⁹. Nessa metáfora espacial do posicionamento político, qual seria o sentido atribuído ao tema da corrupção pelas organizações de esquerda para justificar a sua presença na rede? Seria o tema da corrupção ainda refletido e associado com o agravamento de desigualdade social ou com a má distribuição de recursos públicos com base em classe social? A ausência dessas organizações nos anos estudados reflete a captura da agenda por movimentos de direita? São apenas provocações sobre o sentido

⁵⁸ Os atores adotam o postulado da “Teoria do Ator-Rede” de Latour (2007; 2012; 2014) e o enfoque da “cartografia de controvérsias” de Venturiri (2010; 2012) para mapear o debate na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil desde 1988.

⁵⁹ Moraes, Andion e Pinho (2017) identificaram também a presença de partidos políticos dos dois espectros, de esquerda e de direita, enquanto porta-vozes da corrupção eleitoral (PC do B, PMDB, PFL, etc).

para a corrupção disputado por diferentes grupos, algo que será explorado na análise em profundidade do último capítulo.

A maior distância no tempo está entre os eventos MCCE, formalmente constituído em 2002, mas bastante atuante até os dias atuais, e o mais novo “Contra mudanças na LAI”, do início de 2019, que é um movimento contrário a uma das primeiras providências de Jair Bolsonaro como Presidente da República. Uma moção com assinaturas de organizações da sociedade civil e pessoas comuns se colocou contrária ao Decreto nº. 9.690, de janeiro de 2019, que alterava regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Executivo federal, permitindo que mais agentes públicos pudessem colocar informações públicas em sigilo. Essa distância no tempo entre os eventos é reproduzida e observável no desenho da rede, com os círculos correspondentes posicionados nas periferias do gráfico, indicando também que têm poucas organizações em comum, à exceção da organização Amarribo⁶⁰, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e do Instituto Ethos. Uma distância ainda mais expressiva e observável no gráfico separa a mesma moção contra mudanças na LAI em 2019 e a Rede Amarribo IFC, evento articulado a partir de 2004 e que anda descontinuado.

Mas a distância no tempo nem sempre é correspondente no sociograma. A depender das características dos eventos e das organizações participantes, alguns podem se aproximar ou se afastar. Os eventos mais antigos mapeados, o MCCE (2002 – atual), o Pacto Global (2003 – atual) e Rede Amarribo IFC (2004 a 2018) estão distantes na rede, e nenhuma organização integra os três ao mesmo tempo. Não há organizações conectando Pacto Global e Rede Amarribo IFC. Já do MCCE e do Pacto Global, conjuntamente, participam o Instituto Ethos e a Transparência Internacional (TI), que se destacam em centralidade na rede de afiliação. Do MCCE e da Rede Amarribo IFC participam A Voz do Cidadão, IFC, Movimento Voto Consciente e Transparência Capixaba, que, por sua vez, são justamente as organizações que se destacam na rede de co-afiliação como aquelas que

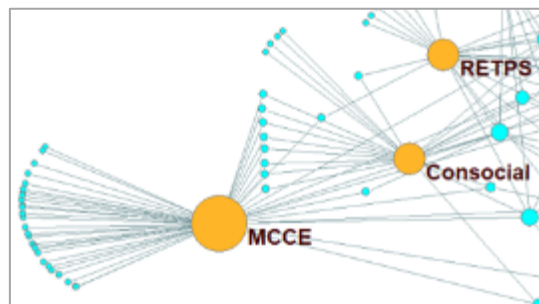
⁶⁰ Antes de se expandir para uma coalizão com mais de 200 organizações, na parceria com o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), ou seja, antes de tornar-se um evento na rede estudada, a ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito já estava presente como organização local que participa ativamente de eventos. Ela nasceu em 1999 no interior de São Paulo e se constituiu como pessoa jurídica de direito privado.

dividem mais participações simultâneas. As mesmas organizações se repetem indiscriminadamente ao longo do tempo e eventos, de fato, mas em que medida é mais determinante a predisposição das organizações à participação do que propriamente a atratividade dos eventos os dados não permitem afirmar. Supõe-se que o prestígio de ambos, eventos e organizações, justifique a frequência no debate.

O MCCE (2002 - atual) e a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), realizada em 2012, aparecem mais próximos no sociograma de afiliação (Figura 02) e com laço forte e exclusivo na configuração da ilha 2 da rede de sobreposição (Figura 04). São eventos mais institucionalizados, que compartilham organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). As igrejas aparecem novamente conectando os eventos: o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e o CNBB. Curiosamente, o próprio MCCE faz parte da conferência, como se trocasse de lugar, de evento para organização. Tanto o formato dos eventos, que são desenhados como marcos decisoriais e tramitações para endereçar o problema da corrupção no campo institucional, quanto o perfil mais formal das organizações que compõem esses eventos, podem justificar a formação de laços fortes entre eles.

No mesmo ano da conferência, surgiu a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS) constituída por organizações da sociedade civil e cidadãos comuns. A rede sugere uma adesão fluida às reuniões coletivas e grupos de trabalho propositivos. A Consocial e a RETPS estão integradas no gráfico por muitas intersecções (Figura 08): participam conjuntamente as organizações Artigo 19 Brasil, Observatório Social do Brasil (OSB), Transparência Brasil e W3C Escritório Brasil. Nos eventos MCCE, Consocial e RETPS participam, como esperado, a Amarribo (Org), o IFC e o Instituto Ethos.

Figura 8. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos MCCE, Consocial e RETPS



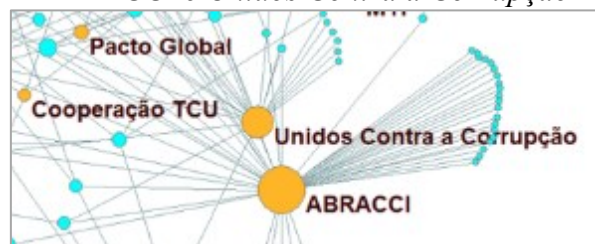
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

No caso do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (criado em 2018) e da campanha Unidos Contra a Corrupção iniciada no mesmo ano, eles aparecem afastados e partilham, em comum, apenas a participação do Instituto Ethos e do OSB. Isso se deve, também, às características distintas dos eventos: o primeiro é bem institucionalizado, faz parte do sistema de *accountability* federal como órgão consultivo integrante da estrutura básica da Controladoria-Geral da União. Ele conta com a participação de órgãos do Poder Executivo Federal, como a Casa Civil, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Foi considerado na busca pela centralidade do tema da corrupção e pela participação da sociedade civil nas figuras da Transparência Brasil, do citado OSB, da Open Knowledge Brasil e outras organizações recorrentes na rede. Essas entidades são escolhidas a partir de um processo seletivo e têm mandato de três anos.

O segundo evento, Unidos Contra a Corrupção, por sua vez, é uma campanha organizada pela Transparência Internacional (TI) com a finalidade de elaborar coletivamente 70 medidas contra a corrupção. O tipo de vínculo, nesse caso, é mais incidental: as organizações foram convidadas para as etapas de elaboração de propostas e consultas públicas para validação. Em torno da campanha orbitam muitas organizações que compunham a ABRACCI, a rede cuja formação foi originalmente apoiada pela Transparência Internacional durante as atividades do Fórum Social Mundial em 2009, em Belém. Os dois eventos têm em comum a participação da Associação Contas Abertas, Força-Tarefa Piauí, Instituto Soma Brasil, Transparência Capixaba, além, de novo, das recorrentes: Amarribo (Org), IFC e Instituto Ethos. Seria a campanha uma espécie de

continuação da articulação, cujas atividades se estenderam até 2018? A rede de afiliação responde parte da pergunta com a menor distância entre dois eventos (Figura 09). O mesmo é ilustrado na rede de sobreposição.

Figura 9. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos ABRACCI e Unidos Contra a Corrupção



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

Outro ponto interessante de mencionar é que tanto o evento Unidos Contra a Corrupção quanto a ABRACCI parecem ter convergido organizações para as assinaturas contra as mudanças da LAI em 2019, compartilhando 8 e 12 organizações, respectivamente. O laço entre a ABRACCI e o evento das assinaturas é distante no tempo, mas o mais forte na configuração da ilha 1 da rede de sobreposição.

Ainda sobre o evento Unidos Contra a Corrupção, vale apontar que ele se conecta à Rede Amarrinho IFC por meio da Transparência Capixaba e da Marília Transparente, o que pode indicar um potencial de descentralização, já que é da natureza de tal rede, por meio do projeto Adote 1 Município, se capilarizar em iniciativas localizadas. Analisando a rede de co-afiliação, os resultados sugerem o mesmo. Destacam-se, entre outras, a Transparência Capixaba e a Nossa São Paulo, que são organizações com atuação mais regionalizada, e a Voz do Cidadão, com atuação mais restrita e pontual. A Voz do Cidadão, por exemplo, é um portal todo articulado em torno do pensamento de um único sujeito, Jorge Maranhão, que se diz “empreendedor social, escritor, articulista, mestre em filosofia”, interessado na temática da corrupção. O pensamento é majoritariamente de direita. O alcance da mensagem parece pequeno, com perfis nas redes sociais que somam 4.700 seguidores no Facebook, cerca de 200 no Instagram, menos de 500 no Twitter e 730 inscritos no Youtube. Mas a participação nos eventos conseguiu projetar a plataforma a ponto de ganhar centralidade entre as organizações, o que aumenta, segundo o pressuposto da conexão teórica, a chance de incidir sobre as discussões e decisões.

O Movimento pela Transparência Partidária (2018), o Pacto pela Democracia (2018) e, novamente, o evento de moção contra mudanças na LAI (2019) são eventos próximos no tempo, mais recentes e estão próximos também no gráfico (Figura 10), supõe-se que porque: são eventos com temas correlatos à corrupção, com a agenda implícita, que trazem o tema da democracia e seu aprofundamento para o centro do debate, como requisito para a promoção da integridade pública; são eventos, novamente, com características distintas, que demandam mais fluidez na adesão, por meio de assinaturas virtuais ou como signatários de pactos. São “boas signatárias” as seguintes organizações, considerando também a adesão à campanha Unidos Contra a Corrupção: Instituto Não Aceito Corrupção, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Centro de Liderança Pública (CLP), Associação Contas Abertas, Movimento Voto Consciente e Open Knowledge, além das figuras carimbadas em toda a rede: Amarribo (Org), IFC, INESC e o Instituto Ethos.

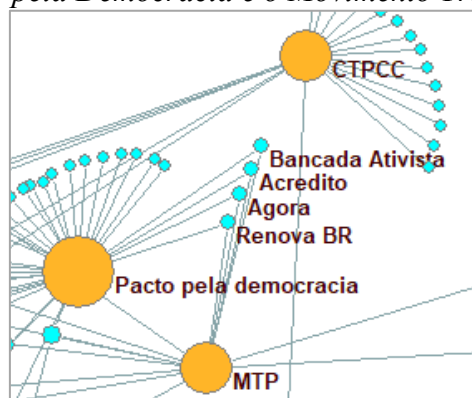
Figura 10. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nos eventos Movimento pela Transparência Partidária, Pacto pela Democracia e Contra mudanças na LAI



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

Na intersecção entre os eventos MTP e Pacto pela Democracia emerge na rede uma nova geração de movimentos com inclinações liberais, que promovem uma agenda de profissionalização da política, a saber: o Agora, o Acredito e o Renova BR. Nota-se na rede também a Bancada Ativista, mais inclinada à esquerda. De outra intersecção, entre o Pacto pela Democracia e as mudanças na LAI, emergem organizações, além daquelas recorrentes (Ethos, Transparência Brasil, etc), também a Agenda Pública, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e a Casa Fluminense.

Figura 11. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase nas organizações que conectam o Pacto pela Democracia e o Movimento Transparência Partidária



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

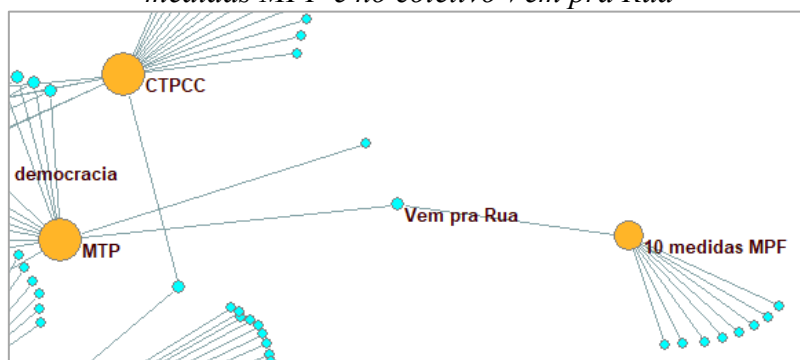
Um dos eventos mais centrais e integrados da rede de afiliação é a ocasião de celebração pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de acordos de cooperação técnica com organizações da sociedade civil para a realização de ações conjuntas de fomento ao controle social. Ocorreu na comemoração do Dia Internacional de Combate à Corrupção, em dezembro de 2017, e se trata de um evento bem pequeno do ponto de vista de centralidade, com apenas quatro organizações celebrando o acordo (Amarribo Org, o IFC, o OSB e a Transparência Brasil), mas relevante por agregar justamente as organizações mais ativas na rede.

Em outro extremo, um evento digno de nota quanto à baixa integração com a rede como um todo é o que foi promovido pelo Ministério Público Federal em 2016 para celebrar o alcance de 1.5 mi de assinaturas à campanha “10 medidas contra a corrupção”, ocasião em que foram homenageadas organizações e entidades da sociedade civil pelo engajamento e apoio à iniciativa. O evento ocorreu no calor das manifestações populares que antecederam o *impeachment* de Dilma Rousseff e, curiosamente, aparece mais periférico na rede de afiliação e na rede de sobreposição (figuras 12 e 13). Ele aparece conectado exclusivamente pela participação do coletivo Vem pra Rua⁶¹, homenageado do evento e um dos movimentos mais relevantes na agenda anticorrupção de caráter disruptivo, como será apresentado na próxima seção de resultados. O isolamento do

⁶¹ Infelizmente, não foi possível captar dados relacionais dos movimentos e coletivos disruptivos e de direita para que se fizesse a comparação na ARS. O único com esse perfil que aparece nos dados relacionais da rede de advocacy, entre as 418 organizações mapeadas, é justamente o coletivo Vem pra Rua.

evento do MPF na rede parece controverso se comparado, por exemplo, com a atuação perene e integrada do Ministério Público Democrático, associação fundada por membros do MP em 1991, cuja presença na rede conecta dois eventos distantes no tempo: o MCCE e o Pacto pela Democracia.

Figura 12. Extrato/ recorte da rede two-mode principal com ênfase no evento 10 medidas MPF e no coletivo Vem pra Rua



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – eventos; círculos azuis – organizações.

Figura 13. Extrato/ recorte da rede one-mode de eventos com ênfase no evento 10 medidas MPF



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

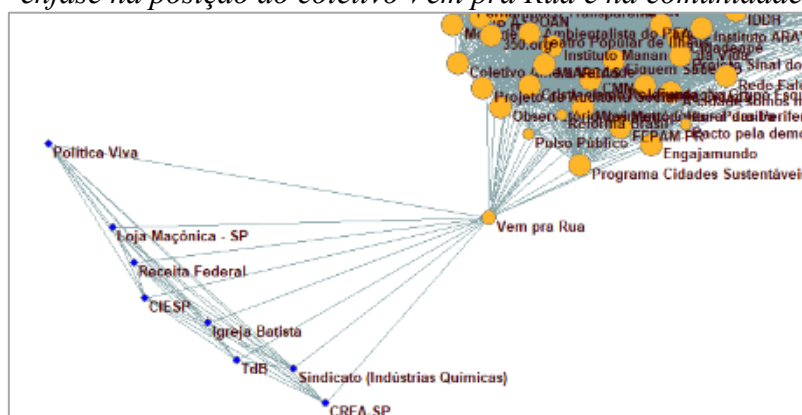
Notas: círculos laranjas – eventos; linhas azuis – organizações que os eventos compartilham; diferentes larguras das linhas – variação na quantidade de atores que compartilham.

O sobrevoo no gráfico da rede completa permite destacar, também, alguns grupos de organizações com perfis mais parecidos que orbitam eventos específicos e aparecem com apenas uma participação, tais como: o MCCE e as associações e entidades de classe; a rede Amarribo IFC e as organizações locais, como as “AMAs”, organizações de “amigos associados” de vários municípios; o CTPCC e a turma de Brasília (órgãos federais de controle, ministérios, a Casa Civil e Comissão de Ética Pública da Presidência da República); a RETPS e a turma de São Paulo (como a Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo, a Escola de Governo, o Colaboratório de Desenvolvimento e Participação e o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o

Acesso à Informação, ambos ligados à Universidade de São Paulo – USP, e a Rede Nossa São Paulo).

Na análise das comunidades da rede de co-afiliação, boa parte desse grupo de São Paulo se constituiu exatamente como uma comunidade, com laços fortes entre si e laços fracos com o restante da rede, sendo conectados exclusivamente a partir da co-participação com o coletivo Vem pra Rua (Figura 14). O coletivo, dada a posição estratégica na rede, conseguiu, ao mesmo tempo, possibilidades para acessar 29 organizações diretamente, conectar um grupo de organizações ao restante da rede e, ainda, liberar ou segurar o trânsito de informações.

Figura 14. Extrato/ recorte das comunidades da rede one-mode de co-afiliação com ênfase na posição do coletivo Vem pra Rua e na comunidade

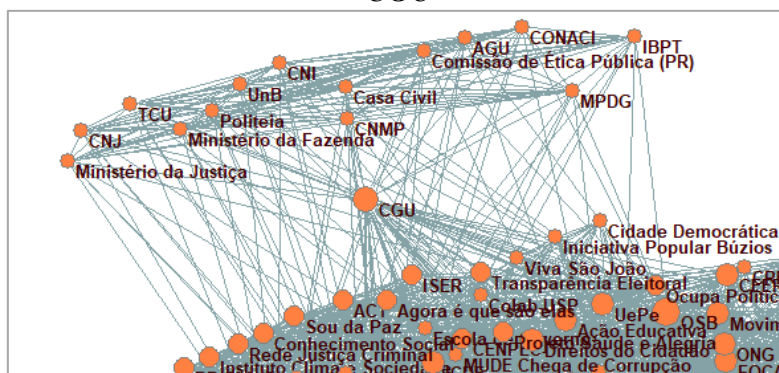


Notas: círculos amarelos – organizações que compõem a comunidade 1; círculos azuis escuros – organizações que compõem a comunidade 4.

Por fim, o sobrevoo na rede de *advocacy* abre margem para levantar questões sobre todo tipo de organização, entre as 418 organizações. Como exemplo, a Transparência Brasil e a Transparência Internacional são organizações importantes, centrais e recorrentes nos eventos, mas estão agregadas apenas nos eventos MTP, Pacto pela Democracia e RETPS. Supõe-se que as articulações nas redes mais institucionalizadas podem ter levado à alternância entre uma e outra. Mas a sobreposição das agendas, para fins de reforço deliberativo, não seria importante? Outro exemplo é a Controladoria Geral da União, um dos órgãos de controle mais relevantes a nível nacional, que integra apenas o próprio CTPCC e a ABRACCI. O órgão não participou das demais iniciativas. A princípio, isso parece mostrar que o órgão tem uma agenda própria de combate à corrupção e de políticas de promoção à integridade pública voltadas para dentro do próprio governo. Entretanto,

o desenho da rede *one-mode* de co-afiliação (Figura 15) mostra um papel de destaque da CGU, que teve a oportunidade de estar simultaneamente com 62 organizações nos eventos e de potencialmente conectar organizações mais e menos institucionalizadas, exercendo participações simultâneas que geram oportunidades de troca entre importantes órgãos federais e o restante da rede.

Figura 15. Extrato/ recorte da rede one-mode de co-afiliação com ênfase na posição da CGU



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa. Notas: círculos laranjas – organizações; diferentes tamanhos dos círculos – variação na quantidade de eventos que as organizações participam ao mesmo tempo.

Condensando os achados, resumidamente, parece fazer sentido à análise do próximo capítulo o aprofundamento em dois eventos e duas organizações. Os eventos Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e o Unidos Contra a Corrupção dão à temática da corrupção o grande enfoque de atuação, um enquadramento quase exclusivo. A corrupção está no nome e na essência dessas iniciativas. O MCCE é o evento mais antigo, longo e de grande importância; sua sobrevivência no tempo pode possibilitar a compreensão sobre os sentidos para a corrupção por movimentos de esquerda e de direita e eventual captura da pauta/ agenda. A campanha Unidos Contra a Corrupção, por sua vez, foi uma ampla mobilização nacional, é mais recente, mas derivou aparentemente da ABRACCI e se conectou com iniciativas futuras, como as assinaturas contra as mudanças da LAI; e é coordenada pela Transparência Internacional, organização interessante de ser abordada.

Em relação às organizações, destacam-se: o Instituto Ethos, organização com mais centralidade na rede de afiliação, que participou de 9 entre 13 eventos, e organização que aparece como financiadora já nos primórdios da rede, ainda na década de 90; e o Instituto de Fiscalização e Controle, organização com mais centralidade na rede de co-afiliação,

participando simultaneamente de eventos com outras 371 organizações, e organização que deu origem, juntamente à Amarribo (Org), à rede Amarribo IFC, que é a rede com mais organizações mapeadas (187). A oportunidade de conhecer melhor a Amarribo através do IFC não pode ser desprezada. Seguiremos com esses *insights* para a análise dos sentidos da corrupção imputados por essas grandes iniciativas e organizações.

3.2 MAPEAMENTO – PARTE 2: Públicos da arena digital – Análise do engajamento nas redes sociais

Esta seção dá ênfase aos públicos que se constituíram ou foram impulsionados na arena digital entre 2013 e 2018. Os públicos que se destacam são considerados atores-chaves nas mobilizações populares que ocorreram no período de análise, ou seja, que emergiram nas redes virtuais a partir das jornadas de junho de 2013 e mais intensamente após a eleição de Dilma Rousseff em 2014, além de comunidades do Facebook que mobilizaram a pauta anticorrupção com posicionamentos políticos à esquerda e à direita. Esses coletivos, movimentos e comunidades do Facebook serão designados de forma simplificada aqui como “coletivos/ movimentos”⁶².

Os mais relevantes entre eles são públicos isolados das redes de *advocacy* analisadas na seção anterior, que não fazem parte do ecossistema de promoção da integridade. E essas diferenças entre os públicos que compõem a rede de *advocacy* e o mundo digital levam a escolhas metodológicas diferentes para o mapeamento de unidades de análise. Enquanto na Parte 1 o centro da coleta estava nas relações entre as organizações⁶³, nesta segunda parte do mapeamento optou-se por levantar os públicos anticorrupção do universo digital (seus coletivos, movimentos e comunidades de discussão) a partir da relevância em engajamento digital. O foco passa a ser a presença e a interação dos grupos nas redes sociais virtuais, onde partilham vínculos fluidos, informam e formam a opinião pública acerca do problema público da corrupção e onde mobilizam a sociedade a ocupar outras arenas, como as ruas.

O engajamento digital foi especialmente importante nas jornadas de junho de 2013 (CASTELLS, 2013; CARDON, 2016; SILVEIRA, 2016), na campanha eleitoral para a

⁶² Lembrando que a tese não promove a distinção entre esses dois grupos uma vez que possuem características parecidas na atuação anticorrupção e dispõem da mesma organicidade.

⁶³ No caso dos movimentos não foi possível captar as interseções entre eles, isto é, suas conexões, relacionamentos e partilha de insumos variados. Não foi possível e oportuno seguir com o pressuposto da rede que é realidade tão palpável na militância de promoção da integridade porque os dados não estão previamente disponíveis. Portanto, é menos na análise de rede social da Sociologia e mais na análise das arenas digitais com suas estratégias de ação e comunicação que deve repousar o olhar para os movimentos da Internet.

Presidência da República em 2014 (SANTOS JUNIOR, 2016; CERVI *et al*, 2016; PERIN, 2018), nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015) e na campanha eleitoral em 2018 (MENON; BACHINI, 2021).

3.2.1 Os movimentos sociais (de direita) e a Internet

Em publicação anterior argumentei sobre a baixa densidade dos vínculos e o uso da Internet nos coletivos organizadores das jornadas de junho de 2013 e das manifestações pelo *impeachment* da Dilma em 2015 e 2016 (MONTEVECHI, 2021). Apontei alguns traços relevantes desse ativismo anticorrupção, sobretudo de direita, tais como: a ação simbólica; a horizontalidade e as fronteiras permeáveis dos coletivos, com indivíduos que têm menos senso de pertencimento e são e mais desapegados; e, principalmente para a discussão aqui, o uso intensivo das tecnologias digitais como o principal vetor de promoção do debate na sociedade e de mobilização (CASTELLS, 2013; CARDON, 2016; SILVEIRA, 2016).

Coletivos como o Movimento Contra Corrupção (MCC), em 2013, e o Movimento Brasil Livre (MBL), em 2015 e 2016, por exemplo, fizeram uso intensivo das tecnologias digitais para expandir o número de simpatizantes nas mídias sociais e nos respectivos portais, ganhando seguidores e difundindo plataformas ideológicas. A Internet deu vazão, assim, a novas formas organizacionais e de expressão cultural (CASTELLS, 2013), dispondo novos repertórios de interação que instalam a conversa política em cada canto da *web* (CARDON, 2016). Foi a partir dessa conversa que os coletivos citados tiveram sucesso mobilizador nos momentos de irrupção popular. Só que essa conversa política não consolidou, em um primeiro momento, vínculo forte ou sentimento de pertencimento ao arcabouço político e ideológico dos movimentos, sendo uma mobilização civil baseada em eventos e não em identidades, o que gera um resultado flutuante: filiação e desfiliação; adesão e não adesão; indivíduos que se movem à ação e que rapidamente se dispersam (GOMES, 2016; MONTEVECHI, 2021).

No entanto, já estava posto o potencial de recrutamento e formação identitária das redes sociais. Nos anos seguintes, sua adesão foi absoluta e massificada, e seu uso foi

sorratamente direcionado a engrossar o ativismo e inflamar a opinião pública. Assim, as primeiras mobilizações digitais foram um ensaio para onde a Internet realmente se consagraria como uma arena política importante: as eleições presidenciais. As eleições de 2014 marcaram um *boom* no uso das novas mídias para difundir plataformas políticas, avaliar programas de governo dos candidatos e simular diferentes visões de mundo a partir de temas polêmicos. “Multiplicaram-se no Facebook *fan-pages*⁶⁴ com alcance substancial que debateram e comentaram a corrida eleitoral e os acontecimentos em pauta na agenda pública nacional” (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 20), alcançando milhares e até milhões de indivíduos com suas provocações.

Espaços antes ocupados pela mídia tradicional e pelo *marketing* político dos partidos na corrida eleitoral foram sendo ocupados e disputados por uma miríade de atores: “blogueiros, coletivos de eleitores simpatizantes ou detratores, colunistas anônimos, *fakes*, *bots*, veículos de divulgação de informações não oficiais, centros de propagação de calúnias ou defesa de conteúdo ideológico sectário, teorias da conspiração, entre muitos outros” (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 20). A partir desse momento, coletivos e movimentos ativos politicamente passaram a disseminar “sua visão sobre ações governamentais, propostas de campanha, projetos legislativos, programas de políticas públicas, entre outros temas correlatos” (PERIN, 2018, p. 36), afetando a opinião pública sobre esses temas e sedimentando visões de mundo que passam a integrar, num pressuposto mais amplo da teoria dos movimentos sociais, um horizonte de identidade e pertencimento. Dessa maneira, a Internet passou a se consolidar como um *locus* de formação de identidades e espaço de pertencimento dos públicos.

A corrida eleitoral de 2018 adensou esse processo de empoderamento de narrativas de grupos na arena digital, sendo o Facebook, principalmente, a plataforma largamente

⁶⁴ Santos Junior apresenta dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (2014) que mostram a popularização sem precedentes do Facebook como plataforma de propaganda política, circulação de informações, de mobilização e de debates (BRAGA, ROCHA, CARLOMAGNO, 2015 *apud* SANTOS JUNIOR, 2016, p. 24): dos 85,9 milhões de internautas no Brasil (mais da metade da população do país), 68,5% têm conta no Facebook; e 30,8% dos usuários indicaram a plataforma como a maior fonte de informação do momento, superando fontes tradicionais da imprensa.

popularizada⁶⁵. O ambiente político nacional instável e abalado pela questão da corrupção – a deposição de Dilma Rousseff, os impactos da operação Lava-Jato, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva no início de 2018, entre outros fatores – contribuiu para ascender as redes sociais como uma arena central para debater assuntos “quentes” da opinião pública. Esses e outros elementos de contexto mais amplo, como a experiência bem-sucedida da campanha digital à presidência dos Estados Unidos que levou Donald Trump ao poder, inspiraram o grupo conhecido como nova direita a utilizar “disparos em massa para acentuar o sentimento *antiestablishment*, sobretudo o antipetismo, e impulsionar suas candidaturas” (MENON; BACHINI, 2021, p. 7). O MBL, por exemplo, lançou candidaturas próprias, como o jovem militante Kim Kataguiri, e apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro – político que, embora com distância ideológica, programática e comportamental do movimento, era quem fazia uma frente opositora mais promissora à candidatura do PT.

Considerando o exposto sobre a emergência desses públicos na arena digital entre 2013 e 2018, período de interesse para a análise, e que a Internet é um *locus* fundamental por onde essa militância anticorrupção se organiza, esta parte do capítulo de mapeamento busca investigar indicadores de engajamento digital desses grupos e algumas publicações relevantes. Essa investigação mostra a capacidade de disseminação, alcance e adesão da mensagem dos coletivos, com conteúdos viralizantes – mensagens curtas, simplificadoras e absolutamente eloquentes da visão de mundo desses grupos.

3.2.2 Metodologia: Análise de engajamento digital

O engajamento digital levantado e analisado nesta parte do capítulo é uma medida inspirada no Índice de Popularidade Digital (IPD) elaborado pela Quaest Consultoria e Pesquisa, que é uma referência para medições e estudos sobre a influência de perfis no ambiente digital. Comparando perfis com maior popularidade, é possível identificar no tempo quem ou o que está se saindo melhor nas redes sociais. O engajamento digital leva em conta o volume de postagens, curtidas e demais reações, além de comentários e

⁶⁵ Bachini (2021) mostra os dados para esse outro momento de disputa presidencial: segundo pesquisa do IBGE (2018), cerca de 65% da população tinha acesso à rede; e, segundo o Instituto Paraná Pesquisas (2018), 42% dos usuários usavam aplicativos como Facebook e WhatsApp para se informar sobre política.

compartilhamentos de um determinado perfil nas redes sociais, por algum recorte temático ou temporal específico, e calcula, a partir desses dados, a intensidade da interação desse perfil nas redes. Essa intensidade de interação é um pressuposto importante para o alcance maior e mais difuso da plataforma, do perfil e de seus conteúdos, e também permite inferir sobre a relação entre os grupos gerenciadores e o seu público, e se esse se envolveu politicamente ou aderiu à causa propagada.

Com apoio da equipe de inteligência de dados da Quaest, foi realizada a raspagem de dados⁶⁶ dos atributos do engajamento para cada perfil pesquisado, por mês, desde janeiro de 2013 (ou desde o mês de criação após janeiro de 2013) até maio de 2022⁶⁷, para todas as 4 redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube). O *output* da raspagem de dados são cerca de 110 planilhas, uma por mês, que foram consolidadas em uma base única com 14.481 observações. Cada linha de observação contém as seguintes informações: *profile* (nome do perfil), *network* (qual rede social), ano, mês, quantidades de *fãs*, *posts* (postagens/publicações), comentários, curtidas, *retweets* (compartilhamentos do Twitter), *shares* (compartilhamentos do Facebook), reações do Facebook (*love*, *sad*, *angry*) e o *link* do perfil.

Os perfis pesquisados em engajamento digital têm três naturezas distintas, a saber:

a. Organizações da sociedade civil

Em primeiro lugar, buscou-se as organizações estudadas na seção anterior, ou seja, organizações da sociedade civil levantadas na análise de redes de afiliação, tais como: a Transparência Brasil, a Transparência Internacional, a Agenda Pública, o Observatório Social do Brasil, o Instituto Não Aceito Corrupção, etc. As buscas anteriores acabaram por trazer organizações “visíveis”, mais institucionalizadas, com mais trânsito

⁶⁶ Raspagem de dados ou *data scraping* é um método de extração de dados em escala, de um serviço, programa ou aplicativo *web*, normalmente em grandes quantidades, viabilizada por inteligência artificial que retorna conteúdos legíveis e estruturados, aptos a serem usados em formatos padrão, tais como *.csv* ou *.xls*. A raspagem de dados sobre engajamento das 4 *networks* é um comando para extrair dados estruturados acerca de curtidas, comentários e compartilhamentos sem a necessidade de percorrer manualmente todas as mais de 300 mil publicações. A técnica, vale alertar, sofre de vulnerabilidades: é esperada uma dificuldade em retroagir na captura de dados, mais ainda nos primeiros anos do período de análise (como 2013, 2014), em razão das limitações da própria tecnologia, e porque muitos *posts* não estão mais disponíveis. Isso não desqualifica o trabalho, entretanto, pois a técnica é o maior suporte disponível no momento às inferências científicas do trabalho.

⁶⁷ A equipe raspou os dados até a data do levantamento, em meados de 2022, mas eu só utilizo os dados até o final de 2018.

burocrático e características distintas do associativismo civil. Elas foram contempladas aqui para fins de comparação do alcance no ambiente digital.

b. Coletivos/ movimentos

O desafio de levantar os coletivos e movimentos permaneceu – em boa medida, por não fazerem parte das redes de *advocacy*. Novas buscas então foram necessárias para dar visibilidade aos movimentos menos institucionalizados, mais orgânicos e até mesmo mais inclinados ideologicamente (direita e esquerda). Assim, o levantamento baseou-se em estudos acadêmicos⁶⁸ sobre períodos recentes de efervescência das redes e das ruas, sobretudo análises sobre junho de 2013 e manifestações pelo *impeachment* da Dilma. Os artigos de Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) e de Silveira (2016) permitiram identificar, por exemplo: Movimento Contra Corrupção (MCC), Anonymous, Passe Livre São Paulo, A Verdade Nua e Crua, o Quero o Fim da Corrupção, Brasil Contra Corrupção, OCC (Organização de Combate à Corrupção), Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem pra Rua (VpR).

c. Comunidades do Facebook

Por fim, em terceiro lugar, foram levantadas todas as comunidades do Facebook que se associam com a temática da corrupção. O intuito foi contemplar fóruns de discussão menos organizados da plataforma mais utilizada no período, que têm potencial de viralizar conteúdos e mobilizar manifestantes. A busca foi percorrida na própria plataforma, seguindo os seguintes passos: acesso ao campo “pesquisar no Facebook”, inserção da palavra-chave “corrupção” e seleção de “páginas”⁶⁹. A plataforma lança mão de algoritmo inteligente para captar a palavra-chave no contexto amplo da descrição do perfil e suas publicações, não somente estampada no nome do perfil. Essa inteligência fez a busca retornar páginas sem “corrupção” no nome, como a Movimento Patriotas do Brasil, a Desmascarando e a Pato Arrependido. O *output* dessa busca, depois de excluir

⁶⁸ São eles: (i) estudo de hierarquização das páginas no Facebook com maior número de compartilhamentos nas convocações para os atos de junho de 2013 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015) – indica o Movimento Contra Corrupção (MCC) como protagonista das chamadas; (ii) Estudo dos principais “nós” da análise de *clusters* aplicada também às redes virtuais para o mesmo período (SILVEIRA, 2016) – indica Anonymous, Passe Livre São Paulo, A Verdade Nua e Crua, além de dois com peso simbólico por carregar a corrupção no nome, o MCC e o Quero o Fim da Corrupção, nas manifestações dos dias 13, 17 e 18 de junho de 2013; (iii) O mesmo estudo (SILVEIRA, 2016), só que com a disposição de análise das principais autoridades no Facebook em 20 de junho de 2013 (elencou o que chamou de redes de opinião, coletivos de intervenção e movimentos sociais) – indica, além dos perfis já citados, Brasil Contra Corrupção e OCC – Organização de Combate à Corrupção; (iv) estudo dos principais organizadores dos atos a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma anunciados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, UOL Notícias, El País e The Guardian (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015) – indica Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem pra Rua (VpR).

⁶⁹ É importante destacar que o retorno das buscas apresenta um retrato de momento das páginas disponíveis e ativas (porque páginas são extintas e criadas a todo momento) e que são absolutamente dinâmicas (trocam de nome, por exemplo). As 49 páginas analisadas são resultado das buscas realizadas entre 20 de maio e 20 de junho de 2022.

perfis pessoais ou de figuras públicas, entre eles da própria figura de Jair Bolsonaro⁷⁰, foi a relação de 49 páginas de comunidades no total. As comunidades compuseram uma planilha com levantamento de *link* de acesso, categoria (causa, comunidade, interesse, organização sem fins lucrativos, etc), quantidade de curtidas ou seguidores, descrição geral e data da criação da página.

O quadro abaixo quantifica a dimensão do estudo, com o volume dos insumos coletados para o cálculo de engajamento digital dos perfis pesquisados. A quantidade de observações efetivamente utilizadas no estudo é de 3.788, obedecendo os filtros adequados com o seguinte pressuposto: somente é possível engajar o público quando se tem algo para engajar, ou seja, quando existe uma publicação para o público curtir, comentar e compartilhar. Assim, foram excluídas da análise as linhas de observações com 0 (zero) *posts*, isto é, aqueles perfis que, naquele mês específico, não fizeram qualquer publicação.

Quadro 7. Volume dos dados coletados

Item	Total
Perfis pesquisados (OSC, coletivos/ movimentos e comunidades do FB)	74
Observações da raspagem geral de dados	14.481
Observações que identificaram publicações (<i>posts</i> ≠ 0)	7.498
Observações utilizadas nos cálculos (<i>posts</i> ≠ 0; 2013-2018) ⁷¹	3.788
Publicações (2013-2018)	307.748
Compartilhamentos (2013-2018)	224.859.447

Fonte: elaboração própria.

À base de dados consolidada foram adicionadas novas variáveis categóricas de interesse para o estudo, a saber: a) “natureza”, a variável menos analítica, dada pelo próprio tipo constitutivo do perfil pesquisado. A natureza está dividida entre as organizações da sociedade civil (OSC), basicamente aquelas tratadas na Parte 1 do capítulo, os coletivos/ movimentos⁷² mapeados e as comunidades do Facebook. Nesta parte do mapeamento,

⁷⁰ A plataforma retornou nas buscas páginas que foram excluídas da análise, como aquelas de figuras públicas específicas (exemplo: Rosângela Moro contra a corrupção), de alcance regionalizado (exemplo: De olho em Cambuquira, sem corrupção; Comunidade Goiânia “Fora Corrupção”; Corrupção Pedralva Memes) ou setorializado (exemplo: Agricultores contra corrupção).

⁷¹ Os dados foram gerados para todos os perfis em todos os anos requisitados, mesmo que o perfil ainda não tivesse sido criado (constando, assim, como 0 posts) e também para além do período de análise, alcançando até maio de 2022. Dessa forma, excluindo os perfis sem publicações ou com publicações depois de 2018, restaram 3.788 linhas de observações.

⁷² Observada a fluidez institucional e a dificuldade de se limitar fronteiras entre coletivos e movimentos, optou-se por agrupá-los e apresentá-los sempre assim, como pertencentes à mesma natureza constitutiva.

todas as unidades pesquisadas possuem perfis nas redes sociais; b) a variável “posicionamento político”, que classifica direita e esquerda (e neutro) no âmbito da metáfora espacial que separa os dois espectros ideológicos, a partir do teor das pautas reivindicadas. Foi aplicada apenas às comunidades do FB. As observações foram classificadas tendo em vista o exame, nos perfis pesquisados, das descrições nas plataformas digitais (espaço “sobre” nas *fan-pages*) e uma análise superficial das publicações mais disseminadas.

Quadro 8. Descrição de variáveis categóricas adicionais e classificações possíveis

Variável	Perfil a que se aplica	Classificações possíveis	Total de perfis classificados
Natureza	todos	OSC; coletivos/ movimentos; comunidades do FB	74
Posicionamento político	comunidades do FB	direita; esquerda; neutro	49

Fonte: elaboração própria.

O cálculo de engajamento digital, propriamente, é realizado para cada perfil, por mês ou ano (dependendo da consolidação e do interesse de análise) e para o agregado das quatro redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube). O cálculo é realizado da seguinte maneira: soma mensal (ou anual, dependendo da planilha), por perfil, de todos os *shares*, *likes*, *sad*, *love*, *angry*, *comments* e *retweets*, dividido pelo total de *posts* (nome genérico para publicações nas quatro redes sociais)⁷³, tal como segue:

$$engaja_{tudo} = \frac{(shares + likes + sad + love + angry + comments + retweets)}{posts}$$

A partir desses cálculos, acrescentou-se na base de dados a variável numérica “engaja_tudo”, que propõe um resultado de engajamento digital total para cada linha de observação, levando-se em conta todas as redes. Ou seja, cada observação e respectivo valor para a variável “engaja_tudo” é referente apenas àquele perfil, naquele ano ou mês

Warren (2001) e Della Porta e Diani (2006) apoiam esse estiramento conceitual da noção de ativismo, como já abordado oportunamente.

⁷³ Exemplo de cálculo aglomerando todas as *networks* e somando os valores das variáveis de interesse, por ano: o “Perfil A”, ao longo de todo ano de 2013, somou 10 likes no Facebook e 5 no Instagram; além de 2 retweets no Twitter e 2 loves no Facebook; postando apenas 1 vez em cada uma dessas três plataformas. Após a união, ele passa a ter 15 likes; 2 retweets, 2 loves e 3 posts em 2013, sem discriminação por *network*. Nesse caso, o cálculo se dá por =soma(15 likes; 2 retweets; 2 loves)/ 3 posts = “engaja_tudo” 6,33.

específico⁷⁴. Vale alertar que o cálculo de engajamento digital é sensível à quantidade de *posts* disparados por perfil, porque constitui o denominador do cálculo, dividindo a soma de interações em função dele. Assim, supondo as interações constantes, quanto maior a quantidade de *posts*, menor será o valor de “engaja_tudo”.

Por fim, considerando que os resultados de “engaja_tudo” mostram valores contínuos e absolutos, foi feito um esforço de normalização *min-max* da variável em uma escala de 0 a 100 para permitir a comparação do engajamento digital entre os perfis estudados. Dessa maneira, a nova variável numérica “norm” considera o resultado de “engaja_tudo” de todas as observações e estabelece um *ranking*, em que 100 representa o perfil (ano/mês) com maior engajamento, e 0 aqueles com valores comparativamente negligíveis. Dado que $x = \text{engaja\_tudo}$:

$$\text{norm} = \left(\frac{(x)}{(x) - \min(x)} \right) * 100$$

3.2.3 Análises e resultados

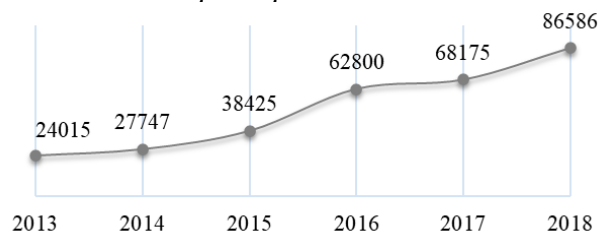
No total, foram pesquisados 74 perfis, distribuídos da seguinte forma: 17 organizações da sociedade civil (23%), 8 coletivos/ movimentos (10,8%) e 49 comunidades do Facebook com o tema da corrupção (66,2%). Esses perfis publicaram um total de 307.748 *posts* entre janeiro de 2013 e dezembro de 2018. Entre as OSC e coletivos/ movimentos – ou seja, retirando da análise as comunidades do Facebook – ainda assim o Facebook é a plataforma preferida para a interação virtual, representando 69,14% do total de *posts*, seguida do Twitter (24,58%), e depois do Instagram (4,74%) e do Youtube⁷⁵ (1,54%).

A evolução da quantidade geral de *posts* pode ser visualizada no gráfico a seguir, natural e até esperada em razão da própria disseminação das plataformas.

⁷⁴ A base de dados principal deu origem a novas bases: uma base geral, em que o cálculo de engajamento digital foi realizado por ano para cada perfil, agregando todos os meses; e uma base para cada período de interesse (anos de 2013, 2016 e 2018) em que o engajamento é apresentado por mês para cada perfil.

⁷⁵ É importante ponderar que a interação pelo YT é por vídeos, que requerem mais elaboração do que *posts* e que a métrica mais importante é a quantidade de visualizações.

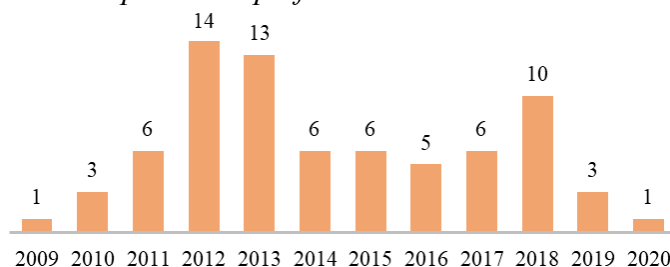
Gráfico 1. Número total de posts por ano, considerando todos os perfis



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 02, abaixo, dispõe sobre o ano de criação dos primeiros perfis das OSCs, coletivos e comunidades estudadas. Fala-se em “primeiros perfis” porque cada organização pode, e normalmente é o que ocorre, ter mais de um perfil, um em cada uma das quatro redes sociais.

Gráfico 2. Total de primeiros perfis criados entre os anos de 2013 e 2018

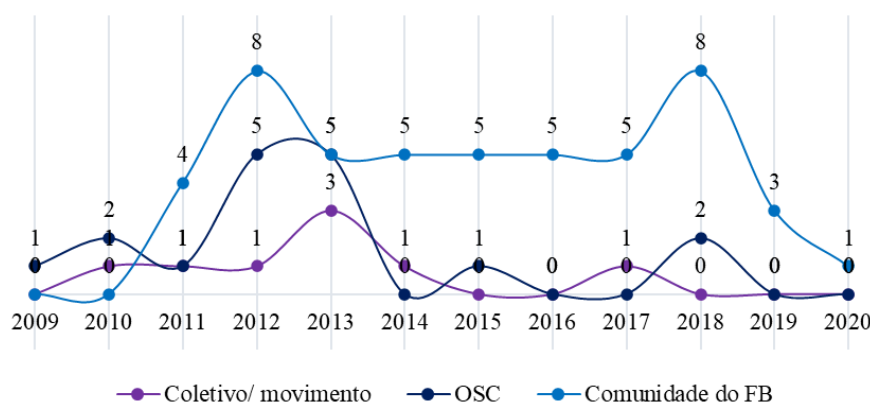


Fonte: Elaboração própria.

No geral, os primeiros perfis criados são quase todos do Facebook, com exceção da Voz do Cidadão e da Amarribo, que começaram a interação pelo Twitter, e Instituto de Governo Aberto (IGA), Transparência Internacional (TI) e Revoltados Online que começaram pelo Youtube. O uso do FB se popularizou a partir de 2010, então é esperado um crescimento da interação virtual na plataforma. De toda sorte, chama a atenção a criação de perfis anticorrupção no ano anterior à insurgência das jornadas de junho de 2013, e depois novamente em 2018, durante a campanha eleitoral que mobilizou o tema da corrupção para a campanha de Jair Bolsonaro. Alguns perfis estão fora do período de análise de engajamento digital (2013-2018)⁷⁶.

⁷⁶ Quatro perfis foram criados fora do período de análise, entre 2019 e 2020: Brasil dos Memes com Corrupção, Movimento Brasil sem Corrupção (MBC), Movimento Todos Contra a Corrupção e Somos 70% para Derrubar o Fascismo Contra a Corrupção (a única página de esquerda neste grupo). São citados aqui porque retornaram das buscas pela palavra “corrupção”, mas seu engajamento foi desconsiderado na análise geral.

Gráfico 3. Criação de primeiros perfis por ano e por natureza do grupo pesquisado



Fonte: Elaboração própria.

As organizações da sociedade civil – primeiro tipo de perfil – disseminam suas plataformas virtuais em mais quantidade em 2012, quando despontam: o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o Ministério Público Democrático (MPD), o Movimento Voto Consciente, o Observatório Social do Brasil (OSB) e a Open Knowledge Brasil (OKB). Todos eles se apresentam em primeira mão no Facebook e, como mencionado na parte 1 deste capítulo, com uma postura de típica de *advocacy*: uma linguagem de cooperação, oferecendo conteúdos e buscando engajar interessados em cursos, eventos e debates sobre corrupção.

Em relação ao surgimento dos coletivos/ movimentos nas redes sociais – segundo tipo de perfil –, alguns mais relevantes foram criados em momento anterior à raspagem de dados de publicações: o Nas Ruas, criado em agosto de 2011 no Facebook, e o Revoltados Online, criado em setembro de 2010 no Youtube. Em 2012, surge o AnonymousBr4sil, e, em 2013, o MBL, que à época utilizava a rede social do Movimento Renovação Liberal, pois o movimento surgiu em 2014, após a eleição de Dilma Rousseff. Em 2013 também surgiu o Movimento Contra Corrupção (MCC). O Vem pra Rua começa a interagir nas redes somente a partir de novembro de 2014, logo após a eleição. São justamente aqueles que se destacam nos acervos das jornadas de junho – e que vão se destacar como protagonistas em engajamento digital. Observa-se que todo o movimento de criação e difusão dessas plataformas ou surgem ou são catalisadas pelo contexto político brasileiro, dialogando profundamente com o ambiente de disputa em torno da bandeira contra a corrupção.

As comunidades do Facebook, grupo que se enquadra na terceira natureza de perfil, estão em maior número no estudo e somam 49 no total. O gráfico a seguir mostra a distribuição de comunidades criadas por perfis de direita e de esquerda no posicionamento político⁷⁷.

Gráfico 4. Criação de primeiras páginas de comunidades do Facebook por ano e por posicionamento político (direita x esquerda x neutro)



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se a preponderância de comunidades de direita, com mais de 70% de correspondência. O ano de 2012 marcou a sua expansão no Facebook, com cinco entre oito páginas criadas. As principais são: Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil, Corrupção Mata e Corrupção Não. Em 2013, das quatro páginas de direita que surgiram, três delas foram criadas em junho, ou seja, durante as manifestações. Têm nomes muito parecidos ou até duplicados de iniciativas já existentes, como o Fora Corrupção (no total são 3 perfis com esse nome) e o Movimento Contra a Corrupção (este tem vários perfis correlatos). Em 2015, a direita se destacou com a criação das páginas A Corrupção Não Tem Partido Político, Brasil Contra a Corrupção, Campanha Nacional Contra Corrupção, Movimento Contra Corrupção e O Brasil Em Movimento Grita Contra a Corrupção. Em outro pico, já em 2018, sete páginas de direita são criadas entre oito no total, como a Metralhando a Corrupção, o Movimento Patriotas do Brasil⁷⁸ e o Todos conta a Corrupção.

⁷⁷ Lembrando que a variável “posicionamento político”, que classifica a comunidade em relação aos dois espectros ideológicos – direita, esquerda (e neutro) –, foi realizada a partir do exame prévio das respectivas páginas, observando a descrição geral (como elas próprias se reconhecem, sendo que algumas tem posicionamento explícito) e algumas postagem aleatórias ao longo do tempo, que mostram o teor das pautas reivindicadas.

⁷⁸ A página não tem a palavra “corrupção” no nome, nem palavra correlata, mas a plataforma do Facebook devolveu como resultado da busca porque é uma página que se proclama de “conhecimento Político, cristão,

As comunidades de conteúdo neutro correspondem a 16% do total. A título de exemplo, a página *Você é vítima da Corrupção* foi criada em agosto de 2011 e fez oposição ao PT em 2013, na época das manifestações, mas esteve contra o Bolsonaro em 2022. A descrição sinaliza a linguagem e a tônica neutras das publicações: “Você não precisaria gastar todo esse dinheiro se pagasse corretamente os impostos para que o governo pudesse lhe oferecer isso. Você paga os impostos. Você é vítima da corrupção”. Outros exemplos: a página “O que você tem a ver com a corrupção?” promove uma campanha que visa conscientizar a sociedade, especialmente crianças e adolescentes, sobre a importância da honestidade das atitudes do cidadão, e que foi expandida nacionalmente na campanha chamada “Na Moral”; a página *Corrupção Nunca Mais* trata de projeto de lei de iniciativa popular promovida pela Loja Maçônica Regeneração Barbacenense.

As comunidades de esquerda ou tem menos incidência (12%) ou estão subrepresentadas, supõe-se que porque a busca não associou novas páginas com a palavra “corrupção” – o estudo considera páginas que retornaram de uma busca geral. Esse dado sugere que: i) existem menos comunidades de esquerda que mobilizam a pauta da corrupção; ii) os conteúdos não se associam explicitamente com a palavra “corrupção” (colocada na busca); iii) uma pequena quantidade de páginas concentra grande quantidade de *posts* e considerável engajamento. Isso porque acabam condensando o pensamento de esquerda, enquanto o pensamento de direita é diluído entre páginas, grupos, comunidades e outras plataformas.

As comunidades de esquerda são apenas seis no total, para todos os anos. São elas: Grande Mobilização Nacional Contra a Corrupção, criada em dezembro de 2012; Desmascarando⁷⁹, a principal página de esquerda em volume de publicações e interações, criada em fevereiro de 2014; Pato Arrependido, criada em julho de 2016; a Corrupção Mundial de Memes, de fevereiro de 2017; a Atualização diária se Bolsonaro já acabou

direita Brasil, conservador, Lava Jato, Sérgio Moro”. Se trata de uma página a favor de Sérgio Moro, notório juiz da operação Lava-Jato, e contra Bolsonaro em períodos mais recentes.

⁷⁹ A página Desmascarando apresenta dados tão exorbitantes no estudo que precisou ser ignorada na análise quantitativa de engajamento digital, pois gera discrepância nos dados, gráficos e achados. Todavia, será considerada na análise qualitativa, em profundidade, nos próximos capítulos.

com a corrupção, de novembro de 2018; e Somos 70% para derrubar o fascismo - contra a corrupção, de setembro de 2012, fora do período de análise.

A seguir, seguem análises de engajamento digital geral, para todos os anos contemplados no estudo (2013-2018) e por período de interesse, a saber: jornadas de junho de 2013, manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e campanha eleitoral para a Presidência da República em 2018.

- Engajamento digital - geral por ano (2013-2018)

O quadro a seguir apresenta um resumo dos perfis com mais engajamento digital em cada ano do período estudado, agregando todas as naturezas de perfil – OSC, coletivos/ movimentos e comunidades do FB.

Quadro 9. Ranking de perfis com mais engajamento digital por ano

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	Página Fora Corrupção	Página Fora Corrupção	Coletivo Vem Pra Rua	Movimento Brasil Livre	Movimento Brasil Livre	Movimento Brasil Livre
2º	Coletivo Anonymous Br4sil	Coletivo Anonymous Br4sil	Movimento Brasil Livre	Coletivo Vem Pra Rua	Coletivo Nas Ruas	Coletivo Vem Pra Rua
3º	Página Partido Brasileiro de Combate a Corrupção	Movimento Brasil Livre	Página Fora Corrupção	Página Fora Corrupção	Coletivo Vem Pra Rua	Coletivo Nas Ruas
4º	Coletivo Revoltados Online	Coletivo Vem Pra Rua	Coletivo Anonymous Br4sil	Coletivo Nas Ruas	Página Fora Corrupção	Página Movimento Patriotas do Brasil
5º	Página Acorda Brasil	Movimento Contra Corrupção	Partido Brasileiro de Combate a Corrupção	Coletivo Anonymous Br4sil	Pato Arrependido	Página Fora Corrupção

Fonte: Elaboração própria.

Do *ranking* depreende-se, em linhas gerais: i) a ausência das organizações da sociedade civil entre os primeiros lugares, o que sugere que as interações em seus perfis são menos expressivas do que nos coletivos e comunidades⁸⁰; ii) a centralidade da comunidade Fora Corrupção em 2013 e 2014, do coletivo Vem pra Rua em 2015 e do Movimento Brasil

⁸⁰ Em 2013, organizações da sociedade civil como o MCCE Ficha Limpa, a Transparência Brasil (TB), a TI e o Instituto Ethos aparecem nos *rankings* de engajamento apenas entre os 11º e 15º lugares. Em 2016, ocupam de 9º a 13º lugares a TI, o INESC e a Agenda Pública.

Livre em 2016, 2017 e 2018; iii) a presença marcante, entre os perfis mais engajados, dos coletivos AnonymousBr4sil e Revoltados Online e das comunidades de direita Partido Brasileiro de Combate a Corrupção, Acorda Brasil e Patriotas do Brasil; iv) a presença da comunidade Pato Arrependido, única⁸¹ entre as páginas de esquerda a constar em *ranking* de principais marcadores de engajamento. É importante destacar sobre a comunidade Fora Corrupção que esse nome só foi designado em maio de 2017. Desde quando foi criada, em 27 de outubro de 2011, até tal data o seu nome foi “FORA PT”. De antemão, portanto, a comunidade apresenta um viés ideológico que não pode ser ignorado, sobretudo porque foi central na viralização de *posts* justamente quando ainda tinha o nome de FORA PT.

Tabela 3. Ranking de engajamento digital pelo valor normalizado, para todos os perfis, entre todos os anos (2013-2018)

	profile	ano	posts	engaja_tudo	norm
1°	MBL	2016	16825	6991,56	100,00
2°	Vem Pra Rua	2016	8611	6477,09	92,64
3°	Vem Pra Rua	2015	3229	6063,7	86,73
4°	MBL	2018	25174	5624,02	80,44
5°	MBL	2017	20746	4892,27	69,97
6°	Vem Pra Rua	2018	16689	4119,46	58,92

Fonte: Elaboração própria.

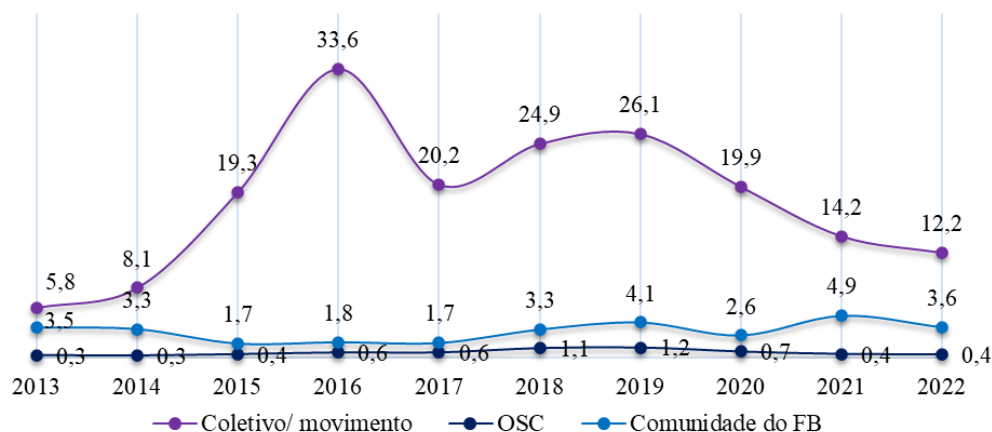
Como mostra a tabela acima, o MBL é o maior engajador de todos, entre todas as naturezas de perfil (OSC, coletivo/ movimento e comunidades do FB) e todos os anos estudados. Ele e o coletivo Vem pra Rua ocupam todos os primeiros seis lugares no *ranking* geral de engajamento digital, perdendo apenas na 7ª posição para a comunidade Fora Corrupção, em 2014. O ano de maior engajamento é o de 2016, tanto para o MBL, em primeiro lugar com valor normalizado igual a 100, quanto para o VpR, em segundo lugar com *norm* = 92,64.

O gráfico abaixo apresenta valores médios de engajamento para cada natureza de perfil, calculados a partir dos valores normalizados (0 a 100), e contempla todo o período da

⁸¹ Como dito, o perfil da comunidade Desmascarando também constou em levantamento geral e pontua em *rankings* de engajamento digital, mas se trata de um grande *outlier* que prejudica as análises. Estima-se que isso ocorre porque a esquerda concentra o público em poucos perfis virtuais, enquanto a direita dilui o engajamento entre um número bem mais expressivo de perfis.

raspagem de dados, alcançando os anos recentes. A intenção de trazer essa análise até o ano de 2022 é mostrar a tendência das curvas.

Gráfico 5. Média de engajamento digital (valor normalizado) por natureza de perfil, por ano (até 2022)



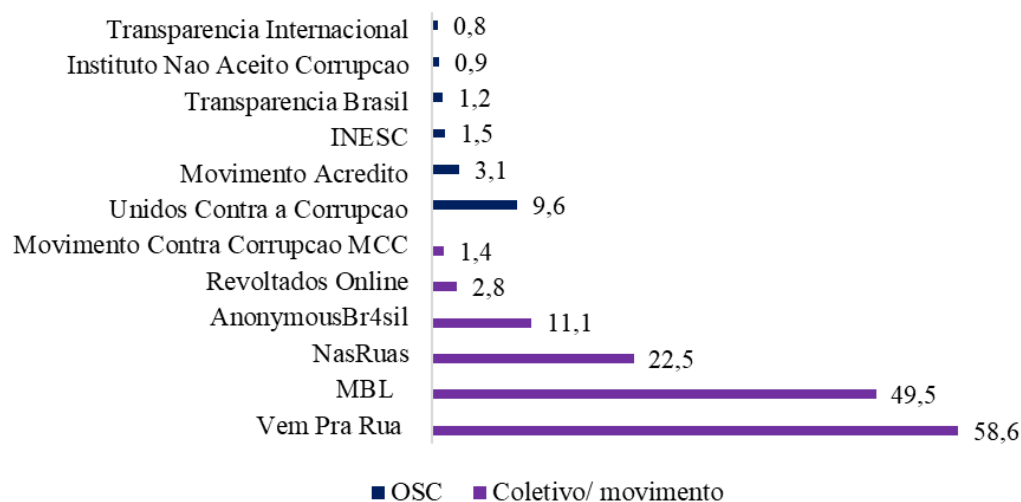
Fonte: Elaboração própria.

É interessante notar a partir do gráfico que há uma atuação perene e linear das organizações de *advocacy* nas redes sociais, mantendo um padrão de engajamento praticamente constante ao longo dos anos. O mesmo ocorre para as comunidades do FB, com oscilação de poucos pontos percentuais entre um ano e outro. Os dois tipos de perfil apresentam indicadores de engajamento bem inferiores aos dos coletivos e movimentos – lembrando que foram analisados menos coletivos/ movimentos do que OSCs, e que mesmo assim o engajamento dos poucos grupos foi maior. Entre as dez maiores médias de engajamento, somente uma é de organização da sociedade civil, o Unidos Contra a Corrupção, que fica em 7º lugar, e apenas uma é de comunidade com posicionamento à esquerda, o Pato Arrependido, em 9º lugar.

O gráfico também sugere que a atuação dos movimentos sociais teve momentos de aumento expressivo em 2016 e em 2018, que coincidem com a queda da ex-presidente Dilma e da corrida à presidência em 2018. A partir de 2021, por outro lado, a interação recua para patamares similares aos de 2013 e 2014. O que “puxa pra cima” o engajamento em 2016, com média normalizada de 33,63, são os coletivos já citados (MBL e VpR) e o Nas Ruas, que sozinho tem *norm* = 32,47. Em 2018, MBL e VpR concentram, juntos, mais de 60% de todo o engajamento do ano.

Abaixo segue uma comparação mais visual entre os principais perfis das duas naturezas de perfil (OSC e coletivo/ movimento), contabilizando a média de engajamento digital para todos os anos pesquisados.

Gráfico 6. Perfis que se destacam em média de engajamento digital para cada natureza de perfil e em todos os anos



Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que o engajamento anual dos coletivos é, em média, bem maior do que o engajamento anual das organizações da sociedade civil. E que são os mesmos públicos (e os mesmos oponentes) que se destacam na arena digital em dois períodos disruptivos, inflamando o debate público tanto para a queda da Dilma quanto para a eleição de Bolsonaro.

A análise em profundidade vai se debruçar sobre os conteúdos disseminados. Apenas para ilustrar os conteúdos das publicações⁸², em 26 de abril de 2016, o post do MBL com mais compartilhamentos no mês, mais de 71 mil no total, anunciava: “Juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, é homenageado em Nova York. Magistrado está entre as cem pessoas mais influentes do mundo. Ele é o único brasileiro da lista divulgada pela revista ‘Times’”. Em 25 de abril, com quase 64 mil compartilhamentos, o coletivo postou: “Ary Fontoura foi

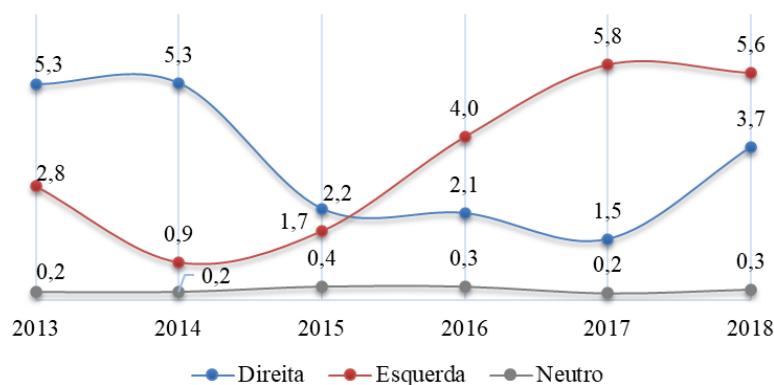
⁸² Nessa e em outras oportunidades adiante serão apresentados, à título de exemplificação, os *posts* com maior alcance nos perfis, seja pela quantidade de curtidas ou de compartilhamentos, em períodos específicos, e/ou que expressam a polêmica do momento. Os memes – conceito que expressa imagens, mensagens curtas, vídeos e GIFs com potencial de viralização no mundo da Internet – serão recortados e colados ao texto principal respectivamente como foram apresentados.

ao Faustão e criticou Dilma. Zé de Abreu foi ao Faustão, defendeu Dilma, e apresentou o cuspe como método de diálogo. Um é mito, outro é lixo” – o meme segue recortado na imagem abaixo. Em 28 de abril, com 34 mil compartilhamentos: “Sobre a esquerda e suas definições” (ver imagem).



Em relação às comunidades do Facebook, o gráfico a seguir apresenta os valores médios de engajamento digital para o agregado de posicionamento à esquerda, direita ou neutro, em todos os anos do período de interesse.

Gráfico 7. Média de engajamento digital (normalizado) das comunidades do Facebook pesquisadas por posicionamento político, por ano



Fonte: Elaboração própria.

No recorte temporal proposto, parece haver uma alternância, em média, no engajamento das comunidades de direita e esquerda⁸³, enquanto as comunidades neutras mantêm o mesmo padrão de interação. O que impulsiona o engajamento digital de direita em 2014

⁸³ Essa média pode estar viesada porque a medida de engajamento é sensível ao número de *posts* por página. Então, páginas de esquerda, que são menos comuns, acabam gerando mais engajamento, porque dispõem de mais pessoas engajando em menos conteúdos/ publicações. Além disso, a medida de posicionamento, quando balizada pela média, também é bem sensível ao total de perfis, que é bem maior à direita do que à esquerda.

é a comunidade Fora Corrupção, que apresenta *norm* = 55,79 e representa mais de 87% de todo o engajamento do ano, entre as demais páginas de direita. Por sua vez, o que impulsiona o engajamento à esquerda em 2017 está diluído entre as páginas Pato Arrependido (*norm* = 9,62), Corrupção Mundial de Memes (*norm* = 8,17) e Grande Mobilização Nacional Contra a Corrupção (*norm* = 5,26).

A comunidade de direita Fora Corrupção postou vídeos que viralizaram em abril de 2014, mês de maior engajamento do ano, buscando relativizar a violência da Ditadura Militar. Em 5 de abril, com mais de 54 mil compartilhamentos, publicou: “Pouco antes de morrer, José Wilker concede uma entrevista onde diz que o período militar foi muito criativo e esculacha o PT”. Em 7 de abril, com quase 47 mil compartilhamentos: “O vídeo imperdível do Bolsonaro que a imprensa comunista pensou que não fosse ao ar! – Bolsonaro aparece em vídeo defendendo o período militar”. E em 30 de abril, com quase 18 mil compartilhamentos, divulgou a ideia de ter Bolsonaro como presidente do Brasil: “Propostas de Bolsonaro para a presidência do Brasil – Bolsonaro se coloca à disposição do seu partido, à época o PP, por ocasião das convenções de junho, pleiteando uma vaga para disputar a presidência da república”.

A comunidade Pato Arrependido, de esquerda, se destacou em maio de 2017 com os memes apresentados na imagem adiante, que direcionaram críticas à Romero Jucá, Sérgio Moro e Jair Bolsonaro, respectivamente. Publicou apenas os memes, sem qualquer descrição, alcançando no máximo 3.8 mil compartilhamentos.



- Engajamento digital nas jornadas de junho de 2013

O quadro a seguir apresenta a cronologia dos acontecimentos das jornadas de junho de 2013, momento de irrupção popular que levou milhares e até milhões de pessoas às ruas, em boa medida mobilizadas na arena digital por coletivos e movimentos de direita.

Quadro 10. Cronologia dos acontecimentos das jornadas de junho de 2013

Data	Acontecimento
Jan-jun 2013	Atos isolados pelo Brasil contra aumento da passagem do transporte público. Ações que ficaram conhecidas como "Frente Contra Aumento" (Goiânia), "Revolta do Busão" (Natal). Em Porto Alegre os atos começaram ainda em janeiro.
06/jun/13	Movimento Passe Livre convoca atos contra o aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo.
07/jun/13	Protesto na Zona Sul de São Paulo. Manifestantes bloquearam uma das faixas no sentido Centro e fizeram uma barricada com fogo.
10/jun/13	Manifestação no Rio de Janeiro após aumento da tarifa. Os manifestantes destruíram pontos de ônibus e 34 foram detidos.
13/jun/13	Milhares de pessoas participam de ato que foi duramente reprimido no episódio "Batalha da Consolação". Violência policial contra jornalistas e manifestantes em São Paulo e no Rio de Janeiro causam revolta. Depois disso os protestos se espalham pelo Brasil.
15/jun/13	Ato no dia da abertura da Copa das Confederações FIFA de 2013, que aconteceu no estádio Mané Garrincha, em Brasília. A pauta era contra a Copa do Mundo FIFA de 2014. Ação também foi reprimida pela polícia e manifestantes foram atingidos e detidos.
16/jun/13	Ato no Rio de Janeiro próximo ao estádio Maracanã durante jogo da Copa das Confederações, entre México e Itália.
17/jun/13	Manifestações por todo o Brasil. Um dos momentos mais emblemáticos: manifestantes sobem no telhado do Congresso Nacional, em Brasília. As pautas vão além do transporte público e atingem questões difusas.
18/jun/13	Protesto em São Paulo acaba com carro da Rede Record incendiado.
20/jun/13	Manifestações por todo o Brasil. O Rio de Janeiro registra a maior de todas de 2013, com mais de 1.2 milhões de pessoas participando. São registrados protestos em 388 cidades do Brasil, alcançando milhões de pessoas. Episódio que foi marcado pelo bordão: "O gigante acordou".
21/jun/13	Pronunciamento da então presidente Dilma Rousseff sobre um pacto com governadores e prefeito com objetivo de melhorar as áreas de transporte, educação e saúde.
22/jun/13	Manifestações em São Paulo: ato no vão livre do MASP até a Praça da Sé. Em Belo Horizonte, mais de 100 mil pessoas participaram de uma manifestação com destino ao Mineirão, onde ocorria um jogo da Copa das Confederações. Ato foi reprimido pela polícia.
29/jun/13	Manifestantes ocupam a câmara municipal de Belo Horizonte (ato que se estendeu até dia 7 de julho) após serem barrados em uma sessão institucional sobre a redução da passagem da BHTRANS.

11/jul/13	"Dia Nacional da Luta", ato organizado por centrais sindicais, organizações de trabalhadores, categorias em greve, movimentos sociais e partidos de esquerda, que protestavam, entre outras pautas, pelo marco regulatório dos meios de comunicação, que levou a um ato próprio em frente à sede da Rede Globo em São Paulo.

Fonte: Elaboração própria, inspirada em notícias de jornal e compilados acadêmicos sobre as manifestações.

Como pode ser observado, os atos nas ruas ocuparam boa parte do mês de junho e repercutiram em todo o Brasil. Nas redes sociais, não foi diferente. Ruas e redes se retroalimentaram, aumentando o coro anticorrupção. A relação de perfis de todos os tipos, apresentada no *ranking* abaixo, mostra que houve mais engajamento digital justamente nesse mês (junho) e no mês que antecedeu as jornadas, em maio.

Tabela 4. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todas as naturezas de perfil, considerando todos os meses de uma vez

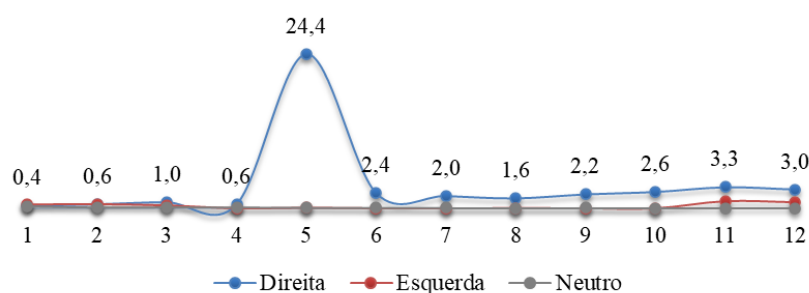
	perfil	mês	engaja_tudo	norm
1º	Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil	maio	24694	100
2º	AnonymousBr4sil	junho	9725,19	39,38
3º	Fora Corrupção	junho	5029,95	20,37
4º	Fora Corrupção	maio	5026,46	20,35
5º	Fora Corrupção	julho	3681,66	14,91
6º	Fora Corrupção	novembro	3558,56	14,41
7º	Fora Corrupção	dezembro	3534,92	14,31
8º	Fora Corrupção	setembro	3491,74	14,14
9º	AnonymousBr4sil	março	2808,28	11,37
10º	Fora Corrupção	outubro	2532,15	10,25

Fonte: Elaboração própria.

Da hierarquia, é possível extrair que: i) os maiores engajamentos estão exatamente entre os meses que cercam as grandes manifestações; ii) as comunidades do Facebook têm um papel fundamental no engajamento digital nessa época, com incidência bem maior do que as organizações da sociedade civil ou coletivos/ movimentos. A comunidade Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil é aquela com mais engajamento, entre todos os perfis de 2013, com *norm* = 100, e a Fora Corrupção é a mais importante pela recorrência no *ranking* em 7 de 10 posições, com alto engajamento em todo o período; iii) O coletivo AnonymousBr4sil, criado em 22 de julho de 2012, teve um peso importante nas interações do período.

Em relação às comunidades do Facebook – perfis que são mais centrais nas jornadas –, seguem abaixo valores médios do engajamento por posicionamento político para todos os meses de 2013.

Gráfico 8. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2013 (somente comunidades do FB)



Fonte: Elaboração própria.

A curva da esquerda é inexpressiva, como pode ser observado, mas é importante alertar que a página Grande Mobilização Nacional contra a Corrupção é a única comunidade de esquerda que incide nas redes sociais neste período. Ela foi criada em 19 de dezembro de 2012 e vai se mostrar uma página envolvente e marcante tanto nas jornadas de junho quanto nas manifestações pelo *impeachment* da Dilma. Duas comunidades puxam a curva da direita para cima em maio. A primeira, Acorda Brasil, tem o valor normalizado máximo ($norm = 100$), portanto, é a página com maior engajamento entre todos os perfis de 2013, até mesmo entre OSC e coletivos, e seus *posts* fazem uma crítica geral ao uso do gasto público e mostram o impacto da corrupção ao bem-estar do povo brasileiro. A segunda comunidade, a Fora Corrupção, teve $norm = 20,35$ e seu *post* com mais engajamento, entre os 148 no total, é o vídeo de uma fala da jornalista Rachel Sheherazade criticando o Programa Bolsa Família sob a ótica da expressão: "a fonte precisa secar", com mais de 193 mil compartilhamentos.

Considerando apenas organizações da sociedade civil e coletivos/ movimentos – excluindo as comunidades do FB –, o quadro abaixo mostra a relação dos perfis com mais engajamento digital⁸⁴ entre os meses que cercam as jornadas de junho de 2013.

⁸⁴ O engajamento digital, nesse caso, é calculado mensalmente para o ano de 2013. Aglomera, para cada mês, todas as *networks* por perfil, somando os valores das variáveis de interesse e dividindo pelo total de posts. Foi criada uma planilha específica para o ano de 2013, que apresenta esses recortes mensais.

Quadro 11. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês, entre os meses que cercam as jornadas de junho de 2013 (excluindo comunidades do FB)

	Abril	Mai	Junho	Julho
1º	Revoltados Online	Revoltados Online	AnonymousBr4sil	AnonymousBr4sil
2º	Instituto Ethos	Agenda Publica	Nas Ruas	Revoltados Online
3º	MCCE Ficha Limpa	Transparência Internacional	Revoltados Online	Nas Ruas
4º	Nas Ruas	Nas Ruas	Agenda Publica	MCCE Ficha Limpa
5º	Instituto de Estudos Socioeconômicos INESC	Instituto Ethos	MCCE Ficha Limpa	Transparência Brasil

Fonte: Elaboração própria. Em azul: organizações da sociedade civil.

É interessante notar a presença ainda equilibrada de organizações da sociedade civil, pintadas de azul, entre os principais engajadores nesse período de análise. Essa natureza de perfil, inserida nesta parte do mapeamento para fins de comparação, acaba ganhando centralidade no universo digital em 2013. Porém, para concluir sobre o potencial de projeção de conteúdos desses grupos nas redes sociais, é preciso levar em conta os valores normalizados, que são extremamente baixos para os perfis que estão no *ranking* – ou seja, na comparação com outras observações na planilha, entre elas aquela com engajamento mais expressivo (*norm* = 100), tanto as OSCs quanto os coletivos/ movimentos perdem e muito para as comunidades do FB no período.

Como exemplo, o Instituto Ethos, em 2º lugar no *ranking*, ficou com *norm* = 0,4, apenas. A publicação mais relevante é de 1 de abril, com somente 2 mil compartilhamentos, que difunde a campanha: “A janela do ônibus não é a lata do lixo”. Em 15 de abril, o Instituto mobilizou a sociedade civil a se engajar contra a “PEC da Impunidade”, PEC nº 37, “que retira do Ministério Público e de outras instituições a competência de promover investigações, conferindo exclusividade dessa atribuição às polícias Civil e Federal”. A Agenda Pública, em 2º lugar em maio, também ficou com *norm* = 0,4. Em 17 de maio replicou *post* da CGU com o Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios, importante ferramenta de combate à corrupção, mas obteve apenas 13 compartilhamentos. Em 19 de junho, mês em que a organização também aparece no *ranking*, a publicação “Por que a reforma política é fundamental? Entrevista com Luis Nassif, jornalista e blogueiro” teve 4,4 mil compartilhamentos.

O MCCE Ficha Limpa ficou em 4º lugar em engajamento em julho, militando pela proposta de reforma política. A chamada “Pelo fim do efeito Tiririca”, problema de transferência de votos, alcançou 658 compartilhamentos. Em 4 de julho, a organização publicou convite para um momento ao vivo de apresentação das propostas de reforma política por iniciativa popular dos mesmos criadores da Ficha Limpa – o *post* tem 588 compartilhamentos. No mesmo dia, o argumento para engrossar o engajamento à proposta foi: “No Brasil, a cada real ‘doado’ as empresas recebem 8,5 reais em contratos públicos (segundo o Kellogg Institute for International Studies)”. A ilustração a seguir mostra as imagens que acompanharam as publicações das OSCs. É possível observar que o tom e a forma utilizados pelas organizações têm aspirações de proposição e cooperação.



Em relação aos coletivos/movimentos, o que puxa a média de engajamento para cima em junho é a interação do coletivo AnonymousBr4sil, representando mais de 90% de todo o engajamento digital do período, com 441 *posts* nas redes sociais. Entre as publicações mais relevantes, reproduzidas respectivamente na ilustração adiante, estão: a de 19 de junho, com mais de 70 mil compartilhamentos; a de 28 de junho, com 46 mil compartilhamentos; e a de 15 de junho, com mais de 43 mil compartilhamentos. São exemplos do tom utilizado pelo AnonymousBr4sil para inflamar a opinião pública, até então o principal grupo mobilizador nas redes sociais, e também do potencial de

viralização dos conteúdos, com quantidades bem expressivas de compartilhamento. As críticas são difusas e miram alvos distintos, de (ex)jogadores de futebol à presidente em exercício, tendo como pressuposto padrão a indignação sobre a malversação do dinheiro público.



- Engajamento digital no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016

No processo que resultou no impedimento de Dilma Rousseff, as ruas e as redes sociais caminharam juntas. O engajamento digital alimentou as manifestações presenciais ao passo que essas impulsionaram a interação e debates nas redes. É importante observar a sequência de práticas disruptivas e ritos institucionais na cronologia do *impeachment* da ex-presidente para compreender os indicadores de engajamento digital para os coletivos, movimentos, organizações e comunidades que tematizaram a corrupção nas redes sociais.

Quadro 12. Cronologia dos acontecimentos do impeachment de Dilma Rousseff em 2015-2016

Data	Acontecimento
15/03/2015	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR MEB, NasRuas e Revoltados Online. PM - 1 milhão; Datafolha - 210 mil
12/04/2015	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR MEB, NasRuas e Revoltados Online. PM - 275 mil; Datafolha - 100 mil

16/08/2015	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR MEB, NasRuas e Revoltados Online. PM - 350 mil; Datafolha - 135 mil
15/10/2015	Denúncia por crime de responsabilidade feita pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal
02/12/2015	Processo de aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha
13/12/2015	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR e MEB. PM - 40 mil; Datafolha - 30 mil
13/03/2016	Maior protesto da história na cidade de São Paulo, superando as Diretas Já. Os números da Política Militar chegaram a 1.4 milhões de pessoas, enquanto Datafolha apontou 500 mil.
17/03/2016	Criação de comissão especial na Câmara dos Deputados, a fim de decidir sobre a admissibilidade do processo contra Dilma.
21/03/2016	Protesto nas ruas sem organizadores (apoio de MBL e VPR)
11/04/2016	Emissão de relatório da comissão, favorável ao impedimento da presidente (38 deputados aprovaram o relatório e 27 se manifestaram contrários).
15 a 16/04/2016	Discussão em plenário da Câmara, considerada a maior sessão da história da casa.
17/04/2016	O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório com 367 votos favoráveis e 137 contrários.
17/04/2016	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR, Nas Ruas e Revoltados Online.
21/04/2016	Criação de comissão especial de admissibilidade no Senado. Definidos: Raimundo Lira (PMDB-PB), presidente da comissão; Antônio Anastasia (PSDB-MG), relator.
04/05/2016	Emissão de parecer favorável ao <i>impeachment</i> por Antônio Anastasia.
11/05/2016	Discussão em plenário do Senado, na qual discursaram 71 senadores (20 horas de duração).
12/05/2016	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR e Revoltados Online.
12/05/2016	Aprovação do Senado, por 55 votos a 22, a abertura do processo, afastando Dilma da presidência até que o processo fosse concluído. O vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo de presidente.
Entre maio e agosto/2016	Processo de julgamento, contestação, apresentação de provas e alegações de defesa.
17/07/2016	Protesto nas ruas organizado por VPR.
31/07/2016	Protesto nas ruas organizado por MBL, VPR, Nas Ruas e Revoltados Online.
29/08/2016	Dilma se defende pessoalmente no Senado.

31/08/2016	Cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff. Afastada do cargo de Presidente da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado. O plenário do Senado condenou Dilma Rousseff à perda de seu cargo por 61 votos a 20, sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Em seguida, o Senado rejeitou, por 42 votos a 36, a inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos por oito anos, conforme previa a constituição.

Fonte: Elaboração própria, inspirada em notícias de jornal, em compilados acadêmicos sobre as manifestações e em Dias, 2017. Em negrito: acontecimentos que remetem a protestos nas ruas.

Como pode ser observado, os atos nas ruas acompanharam toda a agenda institucional do impedimento da ex-presidente e foram organizados majoritariamente pelos coletivos MBL, VpR, Nas Ruas e Revoltados Online com uso intensivo das redes sociais para a mobilização de participantes. O quadro abaixo coaduna com essas informações, elencando as mesmas organizações no topo dos *rankings* de engajamento digital entre março e setembro de 2016, meses que cercam o processo de *impeachment*.

Quadro 13. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês de 2016, entre os meses que cercam o impeachment de Dilma Rousseff (exclui comunidades do FB)

	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
1º	Vem Pra Rua	MBL	MBL	Vem Pra Rua	Vem Pra Rua	MBL	MBL
2º	MBL	Vem Pra Rua	Vem Pra Rua	MBL	MBL	Vem Pra Rua	Vem Pra Rua
3º	Nas Ruas	Nas Ruas	Nas Ruas	Nas Ruas	Nas Ruas	Nas Ruas	Nas Ruas
4º	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil	Anonymo us Br4sil
5º	Revoltados Online	Revoltados Online	Revoltados Online	Agenda Pública	INESC	Revoltados Online	TI ⁸⁵

Fonte: Elaboração própria. Em azul: organizações da sociedade civil.

Percebe-se, a partir do quadro, o esvaziamento de organizações da sociedade civil, em azul, entre os perfis de maior alcance nas redes, em relação à abordagem anterior, de 2013. Neste período, os conteúdos das organizações de *advocacy* têm menos projeção nas redes sociais e os valores normalizados de engajamento (colocados em referência de 0 a 100) se mantêm baixos. A Agenda Pública, em 5º lugar em engajamento em junho, tem apenas 1,69 em valor normalizado. Dia 28, alcançou só 17 compartilhamentos com a publicação: “Proibir professor de abordar temas em sala de aula contraria Constituição.

⁸⁵ Os *posts* de conteúdo da Transparência Internacional estão indisponíveis para serem citados como exemplo.

Contra o Projeto de Lei 867/2015, conhecido como ‘Escola sem Partido’”. Outro *post* bastante crítico repercutiu quase nada (7 curtidas e 1 compartilhamento): “PEC 241: um teto para a despesa, sem limites para a desigualdade” – compartilha reportagem do Nexo Jornal sobre o congelamento de despesas primárias para cada um dos poderes da União por um prazo de 20 anos.

Em julho, o INESC ocupou o 5º lugar no *ranking*, mas pontuou apenas *norm* = 1,80. Em uma das publicações, com 237 compartilhamentos, divulgou análise com a chamada: “Quem propaga discurso contra a carga tributária é justamente quem menos paga impostos no Brasil”. Seguido do texto: “Proporcionalmente pobres e a classe média pagam mais impostos do que as pessoas mais ricas e, entre elas, os super-ricos são os que menos pagam imposto no Brasil (...)”. Em 29 de julho, o INESC publicou: “Na Amazônia, sobram riquezas, faltam direitos e políticas públicas”. São todas publicações com potencial de gerar engajamento, mas o alcance é muito pequeno.

A relação de perfis apresentada abaixo mostra que essas organizações não constam mesmo no *ranking* geral de engajamento, apenas os coletivos/ movimentos, citados recorrentemente.

Tabela 5. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todas as naturezas de perfil, considerando todos os meses de 2016 de uma vez

	perfil	mês	engaja_tudo	norm
1º	Vem Pra Rua	Março	14222,94	100,00
2º	MBL	Maio	11151,41	78,40
3º	Vem Pra Rua	Maio	9573,85	67,31
4º	Vem Pra Rua	Janeiro	9523,01	66,96
5º	MBL	Março	9476,16	66,63
6º	MBL	Abril	9310,6	65,46
7º	Vem Pra Rua	Fevereiro	8618,29	60,59
8º	MBL	Dezembro	7864,62	55,30
9º	Vem Pra Rua	Abril	7290,64	51,26
10º	MBL	Novembro	7282,17	51,20

Fonte: Elaboração própria.

É possível inferir a partir da tabela que: i) houve mais engajamento digital nos meses de março e maio de 2016, que correspondem, respectivamente, ao mês do maior protesto da história da cidade de São Paulo, superando o público das Diretas Já, e ao mês que

efetivamente Dilma foi afastada da Presidência da República; ii) os 10 primeiros lugares de todo o engajamento digital do ano do *impeachment* são alternados entre os movimentos Brasil Livre e Vem pra Rua, com valores normalizados expressivos de engajamento digital, entre 51 e 100; iii) e que, portanto, os perfis mais importantes no mundo digital desse recorte temporal são de coletivos/ movimentos, sendo que as outras naturezas aparecem somente em 21º lugar, com a comunidade Fora Corrupção, e em 59º lugar, com a OSC Transparência Internacional; iv) ao contrário de 2013, as comunidades do Facebook perderam relevância durante as manifestações pelo *impeachment* da Dilma, abrindo espaço para atuação cada vez mais forte dos coletivos e movimentos.

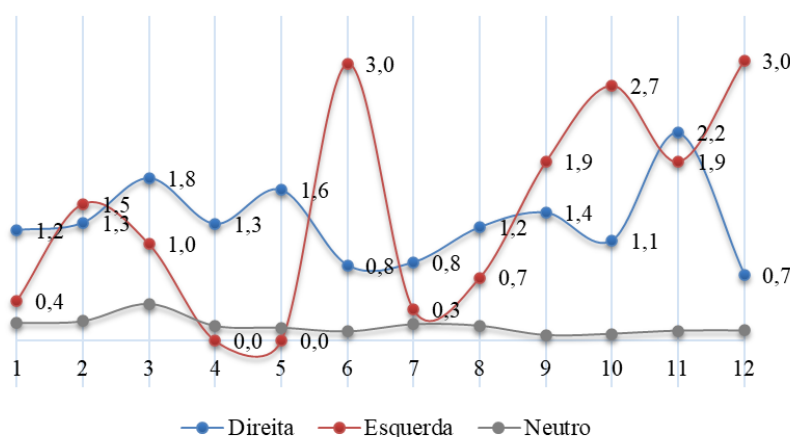
O Vem pra Rua tem o maior engajamento de todo o período e entre todas as observações, apresentando *norm* = 100. Esse pico se deu em março de 2016, mês de grandes protestos, como já dito, e que antecede a maior plenária da história da Câmara dos Deputados, momento em que foi aprovado o relatório da comissão especial favorável ao impedimento da presidente Dilma. Uma publicação que viralizou foi a de 30 de março, com 31 mil compartilhamentos: “Obrigado Janaína, por embasar tão bem o pedido de Impeachment, e por representar a voz do povo brasileiro, na Comissão Especial do Impeachment, cobrando os parlamentares para que respeitem as leis do país e ouçam as ruas. #vaiterjustiça #vaiterimpeachment #foraDilma”. Janaína Paschoal, juntamente com Hélio Bicudo e Miguel Reale, foi quem apresentou a denúncia por crime de responsabilidade da presidente. Em 31 de março, o Vem pra Rua compartilhou um *post* do MBL e teve 50 mil curtidas (imagens seguem respectivamente abaixo); e em 29 de março, com 30 mil curtidas e 11 mil compartilhamentos, a organização impulsionou a iniciativa do Ministério Público Federal: “Hoje foi um dia histórico. Dois milhões de assinaturas foram entregues no Congresso, em apoio ao projeto 10 Medidas contra a Corrupção, do MPF. Parabéns a todos os envolvidos!”.



O segundo destaque é o MBL com $norm = 78$, no mês de maio, quando aconteceram: a emissão de parecer favorável ao impedimento da presidente no Senado pelo relator Antônio Anastasia; a plenária de 20 horas de duração com o discurso de 71 senadores que acabou por aprovar a abertura do processo contra ela; o afastamento de Dilma Rousseff da presidência. Em 30 de maio, com 54 mil curtidas e 14 mil compartilhamentos, o MBL publicou: “DILMA NUNCA MAIS. O Brasil não pode voltar atrás”. E pede junto com a chamada doações para o coletivo. Em 25 de maio de 2016, com 28 mil curtidas e 33 mil compartilhamentos, publicou: “Todo apoio à Lava Jato”. As bandeiras que motivam as publicações do MBL e do VpR têm em comum e como pano de fundo o combate à corrupção.

Em relação às comunidades do Facebook – perfis que são menos centrais neste período, ao contrário de 2013 –, seguem abaixo valores médios do engajamento por posicionamento político para todos os meses de 2016.

Gráfico 9. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2016 (somente comunidades do FB)



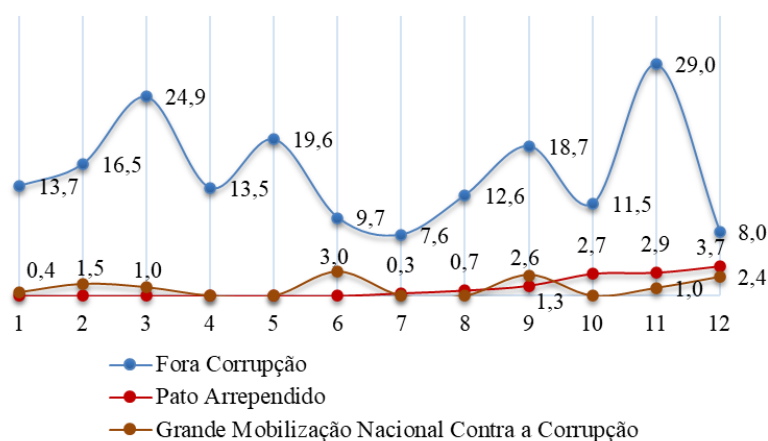
Fonte: Elaboração própria.

A avaliação de posicionamento político das comunidades do Facebook estudadas tem algumas peculiaridades neste período de análise. Primeiro, a esquerda começa a intensificar a interação nas redes durante o *impeachment* de Dilma, mas deve-se ponderar que a esquerda que aparece no gráfico é apenas das comunidades Grande Mobilização Nacional contra a Corrupção, importante também em 2013, e Pato Arrependido, criada em 14 de julho de 2016, ou seja, já nos idos dos trâmites pelo afastamento formal de

Dilma Rousseff. Segundo, os valores de engajamento são bastante baixos no geral, tanto para a direita quanto para a esquerda, isso porque são valores *médios*, uma medida, portanto, sensível à quantidade de páginas estudadas que ficam no denominador do cálculo (as páginas de direita estão muito mais diluídas no estudo dos que as de esquerda, com 35 páginas contra 6). Terceiro, pela mesma razão apresentada acima, a média diluída entre as 35 páginas de direita acabam por mascarar o peso interacional da comunidade Fora Corrupção, que é a com maior engajamento digital em todos os meses de 2016, ocupando os 12 primeiros lugares no *ranking* geral.

Um exercício interessante para captar graficamente as diferenças entre as comunidades de posicionamentos políticos diferentes é comparar alguns perfis específicos e seus respectivos valores normalizados de engajamento, tal como segue:

Gráfico 10. Engajamento digital (valor normalizado) por posicionamento político por mês de 2016, para 3 comunidades importantes do Facebook



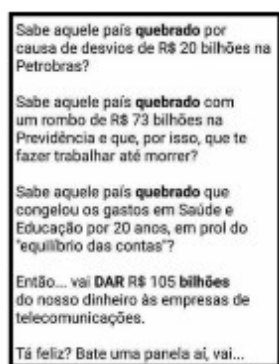
Fonte: Elaboração própria. Referências para posicionamento político: em azul, comunidade de direita; em vermelho, comunidades de esquerda.

Observa-se um resultado bem diferente do gráfico anterior, quando o engajamento não é diluído pela média, sendo possível captar a centralidade da comunidade Fora Corrupção. Ela é mais expressiva do que as duas maiores páginas de esquerda juntas. No mês de novembro, seu valor normalizado de engajamento chega a 28,96, seguido do mês de março, com 24,90, e de maio, com 19,58. Algumas publicações relevantes do período são: em 31 de março, com 11 mil compartilhamentos, a página ataca o STF (ver imagem); em 26 de novembro, com 3 mil compartilhamentos, anuncia a morte de Fidel Castro: “O Sábado amanheceu melhor, sem um ditador que durante décadas aprisionou a população

de um país. Genocida, Traidor, Fascista, Ditador e Ídolo do comunismo caviar e pseudo intelectuais de porta de boteco”. Esse *post* anexa uma matéria do grupo Globo que diz: “Cubanos celebram morte de Fidel em Miami”. Em 29 de novembro, com 2.6 mil compartilhamentos, a página provoca: “Jovem de esquerda faz o que a esquerda o doutrinou a fazer... falar merda!”. Os *posts* direcionam os ataques à esquerda como um todo e ao suposto comunismo – seguem, respectivamente, nas imagens:



A esquerda, por outro lado, apresenta mais engajamento em junho, com a comunidade Grande Mobilização Nacional Contra a Corrupção, e em dezembro, com o Pato Arrependido (com números bem menos expressivos do que a página de direita). Os conteúdos reforçam a ideia de que a deposição de Dilma Rousseff foi um golpe. Sobre isso, a primeira publicou, em 27 de junho, com 766 compartilhamentos: “Comissão da ONU divulga nota fortíssima contra o golpe”; e em 26 de junho, com 615 compartilhamentos, faz uma chamada para a notícia: “FHC ‘pedalou’ cem vezes em 2001 e não sofreu pedido de *impeachment*”, seguido de comentário no *post*: “Doou 2 bi a banqueiros corruptos”. A comunidade Pato Arrependido fez publicações com conteúdos sarcásticos em dezembro, obtendo, no máximo, 1.4 mil compartilhamentos. São elas:



- Engajamento digital na campanha eleitoral de 2018

A campanha eleitoral para a Presidência da República de 2018 aconteceu formalmente entre os dias 16 de agosto e 27 de outubro, sendo o primeiro turno em 7 de outubro e o segundo em 28 de outubro. Alguns acontecimentos marcaram a corrida, um deles, antes mesmo da campanha começar, foi a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril. Apontado pelas pesquisas como o principal candidato da campanha que se anunciava e favorito ao pleito presidencial, o ex-presidente se apresentou à Polícia Federal em São Bernardo do Campo, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde iniciou sua carreira política. A prisão se estendeu por 580 dias até o dia 8 de novembro de 2019, quando o STF mudou a prerrogativa de prisão de condenados após a segunda instância e Lula foi liberado.

Outros acontecimentos marcaram a campanha: em 6 de setembro, o candidato Jair Bolsonaro sofreu atentado em um ato de campanha em Juiz de Fora e foi esfaqueado no abdômen. Em 11 de setembro, o Partido dos Trabalhadores formalizou a candidatura de Fernando Haddad, cumprindo o prazo final dado pelo Tribunal Superior Eleitoral para a substituição de Lula, após 26 dias do início da campanha e de grande disputa judicial. Além disso, foi também uma campanha marcada por violência política, disseminação de informações falsas, sobretudo com apoio das redes sociais, ausência de debates entre os candidatos no segundo turno e fim das doações empresariais.

Um outro acontecimento fora do período eleitoral, mas que afetou a opinião pública no momento pré-campanha, foi a greve dos caminhoneiros, que começou em 21 de maio, durou cerca de 10 dias e paralisou serviços essenciais, como a distribuição de combustíveis, alimentos e produtos médicos. Para além das exigências de redução nos preços do diesel, a categoria expandiu a pauta e também tocou a temática da corrupção, inflamando os cidadãos para uma possível intervenção militar no país. A disputa de sentido sobre a greve dos caminhoneiros acabou por reforçar as narrativas antissistêmicas do então pré-candidato Jair Bolsonaro.

As redes sociais novamente embalsamaram essa tumultuada campanha e eleição presidencial, consolidando e disseminando diferentes sentidos para temas em disputa, como a corrupção, e defendendo o que cada candidato encarnava de projeto político mais amplo.

O quadro abaixo relaciona as organizações no topo do *ranking* de engajamento digital entre julho e novembro de 2018, meses que cercam a campanha eleitoral, considerando apenas organizações da sociedade civil e coletivos/ movimentos – excluindo as comunidades do FB.

Quadro 14. Ranking de perfis com mais engajamento digital por mês de 2018, entre os meses que cercam a campanha eleitoral para a Presidência da República

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
1º	Vem Pra Rua	MBL	MBL	MBL	MBL
2º	MBL	Vem Pra Rua	Nas Ruas	Nas Ruas	Vem Pra Rua
3º	Nas Ruas	Nas Ruas	Vem Pra Rua	Vem Pra Rua	Nas Ruas
4º	Unidos Contra a Corrupção	Unidos Contra a Corrupção	Unidos Contra a Corrupção	Unidos Contra a Corrupção	Unidos Contra a Corrupção
5º	INESC	Revoltados Online	Revoltados Online	Revoltados Online	Movimento Acredito

Fonte: Elaboração própria. Em azul: Organizações da sociedade civil.

As organizações da sociedade civil voltam a ocupar espaços mais destacáveis no *ranking* em relação ao período de 2016, e desta vez com valores de engajamento pouco mais expressivos. A organização Unidos Contra a Corrupção, em 4º lugar no *ranking* em todo os meses, chegou a alcançar 16,64 em valor normalizado em julho, momento de guinada da campanha Novas Medidas Contra a Corrupção: “Começamos há pouco, mas já somos muitos. 250 mil para sermos exatos. 250 mil assinaturas. 250 mil pessoas unidas contra a corrupção. 250 mil pessoas acreditando que podemos fazer a diferença para a construção de um Brasil melhor, mais íntegro e transparente.” O *post* é de 24 de julho e chama os seguidores a fazerem parte da iniciativa, convocando assinaturas; teve mais de 6 mil compartilhamentos. Em 26 de julho, publicou: “Para que as #NovasMedidas contra a Corrupção cheguem ao novo Congresso Nacional como pauta prioritária em 2019, o Brasil precisa se unir. Por isso a Campanha #UnidosContraaCorrupção é liderada por uma coalizão de instituições e movimentos apartidários. Esquerda, direita, progressistas e conservadores. Todos importam nesta luta”. O *post* chama os seguidores a fazerem parte da iniciativa.

A relação de perfis de todos os tipos, apresentada no *ranking* abaixo, vai ao encontro dos primeiros lugares do quadro anterior, mostrando que o MBL é o maior engajador entre todos os perfis e todo o período, com *norm* = 100.

Tabela 6. Ranking de engajamento digital (valor normalizado) para todos os tipos de perfil, considerando todos os meses de 2018 de uma vez

	profile	mês	posts	engaja_tudo	norm
1º	MBL	Outubro	2761	10939,58	100,00
2º	MBL	Novembro	1917	10108,03	92,40
3º	Vem Pra Rua	Novembro	412	8169,12	74,67
4º	MBL	Setembro	1821	8148,03	74,48
5º	MBL	Dezembro	1634	6968,96	63,70
6º	Vem Pra Rua	Março	1561	6233,39	56,98
7º	Vem Pra Rua	Junho	1164	5178,92	47,34
8º	Vem Pra Rua	Maio	2104	4961,99	45,36
9º	Vem Pra Rua	Julho	793	4904,44	44,83
10º	MBL	Abril	3415	4866,51	44,49

Fonte: Elaboração própria.

É possível observar na tabela que: i) houve mais engajamento digital justamente no mês do primeiro e segundo turnos das eleições; ii) os 10 primeiros lugares são alternados entre os movimentos Brasil Livre e Vem pra Rua, com valores normalizados expressivos de engajamento digital, entre 44,49 e 100; iii) e que, portanto, os perfis mais importantes no mundo digital desse recorte temporal são de coletivos/ movimentos, sendo que as outras naturezas aparecem somente em 15º lugar, com a comunidade Movimento Patriotas do Brasil, e em 47º lugar, com a Unidos Contra a Corrupção; iv) as comunidades do Facebook perderam novamente a relevância durante a campanha eleitoral, garantindo o espaço atuante e forte dos coletivos e movimentos nas redes.

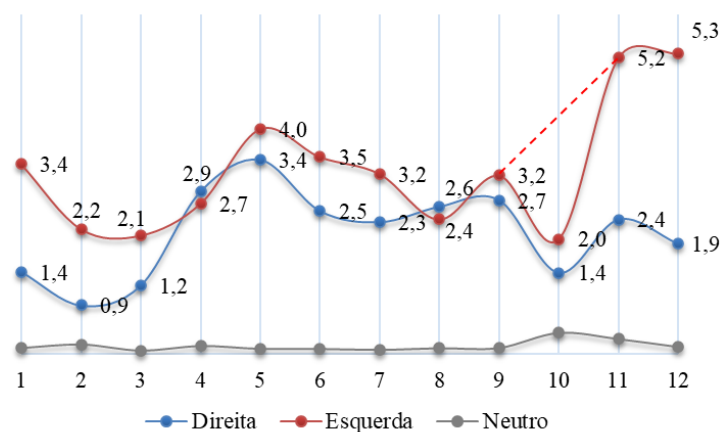
O pico de maior engajamento se deu em outubro de 2018 pelo MBL, em plena eleição. Em 27 de outubro, véspera do segundo turno, o coletivo fez *post* de impacto sobre corrupção: “PT instalou o maior esquema de corrupção no país, tirando bilhões do povo brasileiro e colocando no próprio bolso. Isso tem que ser lembrado para todo brasileiro”. No dia 28 em si, o coletivo anunciou – *post* teve 43 mil compartilhamentos e 52 mil curtidas: “URGENTE: JAIR BOLSONARO (PSL) É ELEITO PRESIDENTE DO BRASIL!”. No mesmo dia, com 42 mil curtidas e 42 mil compartilhamentos: “Adeus, PT!”. Seguem imagens, respectivamente:



O Vem pra Rua ocupa o segundo lugar em engajamento, com $norm = 92$, no mês de novembro. O post “Que maneira lamentável de se terminar um governo!”, criticando Michel Temer, de 26 de novembro, alcançou mais de 100 mil compartilhamentos. Tanto o VpR quanto o MBL dedicaram boa parte das publicações do mês de novembro de 2018 às críticas ao “indulto de Natal”, que estava sendo julgado pelo STF, e também sobre o reajuste do judiciário.

Em relação às comunidades do Facebook, seguem abaixo valores médios do engajamento por posicionamento político para todos os meses de 2018.

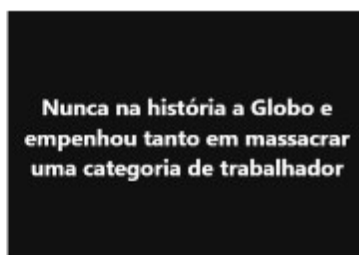
Gráfico 11. Média normalizada de engajamento digital por posicionamento político por mês de 2018 (somente comunidades do FB)



Fonte: Elaboração própria. Tracejado: curva que representa uma expectativa de crescimento do engajamento da esquerda no mês de outubro.

Infelizmente, não foi possível raspar os dados de outubro de 2018 da comunidade Pato Arrependido, que é bastante representativa do posicionamento à esquerda⁸⁶. O gráfico mostra um engajamento médio importante em maio, em ambos os espectros políticos. As comunidades que puxam o engajamento para cima nesse mês são: i) de direita, a Movimento Patriotas do Brasil ($norm=43,80$) e a Fora Corrupção ($norm=23,95$); ii) e de esquerda, o Pato Arrependido ($norm=9,51$) e a Grande Mobilização Nacional Contra a Corrupção ($norm=5,55$). Em relação à primeira, o Movimento Patriotas do Brasil, as publicações têm conteúdo absolutamente aleatórios, irrelevantes, que nada têm a ver com questões políticas, tais como: “Todo Mundo Odeia o Chris é melhor que The Walking Dead” (com 18 mil compartilhamentos) e “Futebol é melhor que vôlei” (com 11 mil compartilhamentos).

Por sua vez, é conhecido de outros períodos o potencial de engajamento digital da comunidade Fora Corrupção. Em 29 de maio, alcançando 103 mil visualizações, posta vídeo de uma briga de pessoas “por gasolina a R\$ 6,99”, com a expressão metafórica: “*Ultimate Fuel Fight Brazil!*”. A conjuntura é justamente da greve dos caminhoneiros, que gerou crises de abastecimento de combustível e de outros produtos essenciais e que levou o país ao caos pelo tempo que durou. Em 28 de maio, a página publicou uma charge irônica de Lula e Dilma (1,3 mil compartilhamentos) e criticou a Rede Globo, que vinha condenando as manifestações dos caminhoneiros (mais de 1,5 mil curtidas). As imagens sobre abaixo, respectivamente.



⁸⁶ Porém, a se julgar pelo comportamento da curva ascendente, espera-se um aumento no mês de outubro, que segue se concretizando em novembro e dezembro de 2018. Quem pontua em engajamento em outubro no posicionamento à esquerda é apenas a comunidade Grande Mobilização Nacional Contra a Corrupção.

Ainda sobre maio, a comunidade Pato Arrependido contrapõe a responsabilidade imputada sobre a crise. No dia 28, publicou um vídeo com pessoas da extrema direita ajoelhadas pedindo intervenção militar, alcançando 106 mil visualizações: “É como se no tempo da escravidão os escravos fossem aos seus senhores e pedissem para serem açoitados!”. Em 31 de maio, com 54 mil visualizações, ironizou: “Pediram intervenção militar e tiveram...”. Mostram o vídeo de um apoiador da greve sendo preso. No mesmo dia, publicaram: “Desenhando para quem ainda não entendeu!”, explicando porque a gasolina era mais barata na época de Dilma Rousseff. Seguem imagens das publicações, respectivamente:

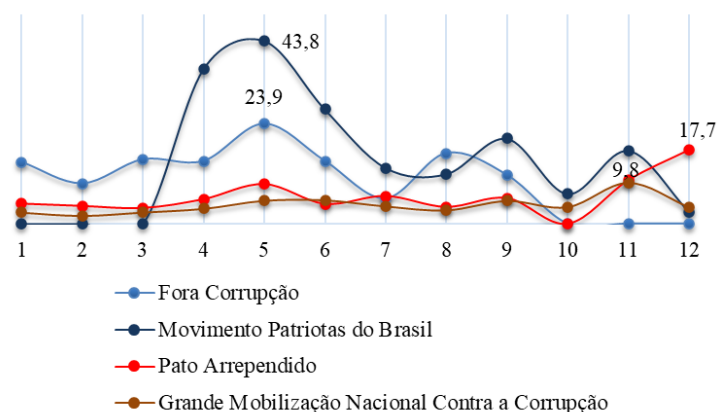


A esquerda também se destacou em dezembro. O período coincide com a criação, em 24 de novembro, logo após as eleições, da página: “Atualização diária se Bolsonaro já acabou com a corrupção”. Tem o nome com boa dose de ironia àqueles cidadãos que acreditavam na integridade do recém-eleito presidente e vem se dedicando a expor a corrupção no governo Bolsonaro desde então. A publicação de 31 de dezembro da página debocha do combate à corrupção: “Ficou pro ano que vem mesmo”. Teve 1,3 mil curtidas e 249 compartilhamentos.

Para fins de exercício visual, abaixo segue um gráfico que compara o engajamento (valor normalizado) entre os dois perfis de direita e os dois de esquerda, em todos os meses do período. Novamente a direita se sobressai quando é utilizado o valor absoluto do engajamento, isto é, quando não diluído na média de páginas. Os picos acontecem em maio, como já apontado em gráfico anterior. Quanto à esquerda, é importante salientar que, se comparado com o gráfico de 2016, é possível verificar uma presença maior, mais ativa e mais mobilizadora desse espectro no ano eleitoral do que nos períodos de análise

anteriores. Parece que a esquerda demorou mais para entender as redes sociais como uma arena relevante para a construção política.

Gráfico 12. Engajamento digital (valor normalizado) por posicionamento político por mês de 2016, para 4 comunidades importantes do Facebook



Fonte: elaboração própria; rótulos de dados apenas nos picos de engajamento de cada perfil.

Os dados não são tão discrepantes quanto em 2013 e em 2016, comparando perfis de diferentes posicionamentos políticos. O Pato Arrependido, inclusive, supera as principais páginas de direita em dezembro, no contexto do escândalo envolvendo Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, no caso que ficou conhecido como “rachadinhas”. Trata-se de um esquema praticado no gabinete do então deputado estadual que envolve a família Bolsonaro como um todo. Em 27 de dezembro, a página publicou vídeo com 1 milhão de visualizações ironizando uma entrevista dada por Queiroz, que havia supostamente ficado hospitalizado: “Disfarça aí Queiroz assim vão achar que você é 171”.

3.3 Conclusões sobre o mapeamento e seleção de casos

O intuito do mapeamento foi levantar os públicos anticorrupção e embasar a escolha dos principais grupos para a análise em profundidade do próximo capítulo. Mas foi além disso. Ao analisar as duas grandes arenas públicas demarcadas, a arena de *advocacy* e a arena digital, ficou claro, antes de mais nada, que há uma pluralidade do ativismo anticorrupção, que o tema é disputado nas duas arenas e que pode assumir diferentes significados a depender de quem problematiza, pauta e endereça – algo que será depurado no próximo capítulo. Foram encontradas cerca de 500 organizações de vários tipos e perfis, que integram uma ecologia enorme da sociedade civil em disputa e vão se posicionando ao longo do tempo com os recursos, oportunidade, objetivos e interesses que têm. Essa pluralidade reforça o pressuposto da disputa de sentidos para a corrupção que é o *core* desta tese de doutorado.

No âmbito da rede de *advocacy*, os públicos selecionados para a análise em profundidade a partir das redes de afiliação e suas decomposições são:

Quadro 15. Públicos da arena de advocacy selecionados para análise

Nome	Natureza	Justificativa
Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)	Evento ⁸⁷ da rede de afiliação	Movimento mais antigo, longo e de grande importância na rede; sua sobrevivência no tempo pode possibilitar a compreensão sobre os sentidos para a corrupção imputados por movimentos de esquerda e de direita e eventual captura da pauta/ agenda.
Campanha Unidos Contra a Corrupção	Evento ⁸⁸ da rede de afiliação	Ampla mobilização nacional; mais recente, mas que derivou aparentemente da ABRACCI e se conectou com iniciativas futuras, como as assinaturas contra as mudanças da LAI; é coordenada pela Transparência Internacional, organização também central.
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	OSC	Organização com mais centralidade na rede de afiliação, participando de 9 entre 13 eventos; aparece como financiadora da rede e da pauta anticorrupção já nos primórdios da rede, ainda na década de 90.
Instituto de Fiscalização e Controle	OSC	Organização com mais centralidade na rede de co-afiliação, co-participando de eventos com outras 371 organizações; organização que deu origem, juntamente à Amarribo (Org),

⁸⁷ Eventos são entendidos como iniciativas que mobilizam organizações em prol de uma agenda de combate à corrupção, e como oportunidades ou ocasiões para interação de forma ampla (SILVA; RIBEIRO; HIGGINS, 2022). Não são sinônimos para cerimônia, comemoração ou solenidade, apenas.

⁸⁸ Idem anterior.

		à rede Amarribo IFC, que é a rede com mais organizações mapeadas (187).

Fonte: elaboração própria.

Já na arena digital, os públicos selecionados para a análise em profundidade a partir do engajamento digital são:

Quadro 16. Públicos da arena digital selecionados para análise

Nome	Natureza	Justificativa
Fora Corrupção	Comunidade do FB	1º lugar no <i>ranking</i> anual de engajamento em 2013 e 2014, anos que marcam as jornadas de junho, a ascensão da Lava-Jato e a reeleição de Dilma.
Acorda Brasil	Comunidade do FB	1º lugar no <i>ranking</i> mensal de engajamento em 2013, no mês de maio, entre todos os perfis.
Vem pra Rua	Coletivo/movimento	1º lugar no <i>ranking</i> anual de engajamento em 2015; primeiras posições nos meses que cercam o <i>impeachment</i> de Dilma em 2016 e as eleições em 2018; 1º lugar no <i>ranking</i> mensal em 2016, em março, entre todos os perfis.
Movimento Brasil Livre	Coletivo/movimento	1º lugar no <i>ranking</i> anual geral de engajamento em 2016, 2017 e 2018; primeiras posições nos meses que cercam o <i>impeachment</i> de Dilma em 2016 e as eleições em 2018; 1º lugar no <i>ranking</i> mensal em 2018, em outubro, entre todos os perfis.

Fonte: elaboração própria.

Existem dois públicos que são pontos de contato entre as duas arenas que os tornam ainda mais interessantes de serem estudados: a campanha Unidos Contra a Corrupção e o coletivo Vem pra Rua. A primeira, embora componha genuinamente a rede de *advocacy* e seja um destaque em articulação nessa rede, a campanha também aparece na análise sobre engajamento digital, apresentando a maior média de engajamento anual entre as OSCs e o 7º lugar no *ranking* geral. A segunda, em seu turno, é um coletivo de direita que compõe essencialmente o grupo de movimentos sociais, inclusive protagonizando as chamadas às manifestações populares que fizeram de Dilma Rousseff um grande alvo político. Mas o coletivo é o único nesse perfil, entre as 418 organizações mapeadas, que compõem também a rede de *advocacy*, exercendo o papel importante de conectar duas comunidades distintas por meio da sua co-participação em evento promovido pelo Ministério Público Federal.

O próximo capítulo, então, tomará essa seleção de casos como referência para analisar em profundidade os sentidos que os públicos mobilizam para a corrupção.

CAPÍTULO 4. OS SENTIDOS DA CORRUPÇÃO NOS PÚBLICOS ANTICORRUPÇÃO – UMA ANÁLISE EMPÍRICA DOS ENQUADRAMENTOS

Retomando o percurso até aqui, o primeiro capítulo apresentou as bases para a investigação, percorrendo o lugar do ativismo da sociedade civil nos estudos acadêmicos sobre a corrupção, a exposição teórica sobre a definição de problemas públicos e os momentos históricos em que a corrupção foi um tema proeminente. O segundo apresentou conceitos sobre a análise de enquadramento e três fronteiras de sentido para a corrupção (enquadramento republicano, gerencialista e populista), além de abordar notas sobre a (crise da) democracia, estabelecendo um *framework* sobre eventuais consequências dos enquadramentos. No capítulo anterior, foi realizado o mapeamento das unidades de análise – os “públicos” – em diferentes arenas, identificando grupos mais relevantes do ativismo anticorrupção que atuaram no Brasil entre os anos de 2013 a 2018.

Este último capítulo, por fim, é o que se dedica a responder ao principal objetivo da tese: analisar o ativismo contra a corrupção no Brasil (2013-2018), no âmbito da sociedade civil, evidenciando as disputas de sentido em torno do tema da corrupção e eventuais consequências para a democracia. Para isso, combinam-se modelos teóricos para a definição das categorias de análise, a partir da sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD; 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017), do enquadramento interpretativo (SNOW; BENFORD, 1988) e dos sentidos de tipo ideal formulados para a corrupção – republicano, gerencialista e populista. E, com esse referencial, busca confrontar os dados dos oito principais públicos selecionados no mapeamento anterior com os três diferentes sentidos para a corrupção e com o *framework* sobre a democracia.

O capítulo segue o seguinte roteiro: primeiro, dispõe sobre as estratégias para operacionalizar a análise de enquadramento e, em caráter secundário, a análise dos repertórios de ação, detalhando em ambas os respectivos recortes, públicos, dados e métodos. Os repertórios aparecem apenas para responder um ponto específico da análise de enquadramento, que é o componente motivacional de Snow e Benford (1988), como será explicado. Em seguida, realiza a análise de enquadramento, propriamente, e

apresenta os resultados para cada categoria. Por fim, no último item de resultados conclui-se sobre as consequências da mobilização de quadros anticorrupção para a democracia.

4.1 Operacionalizando a análise de enquadramento

Como dito anteriormente, a depuração dos sentidos para a corrupção é realizada a partir da análise de enquadramento, em particular na sua incorporação pelos movimentos sociais, à luz do ensaio bibliográfico de Silva, Cotanda e Pereira (2017). A *frame analysis* tem potencial de responder, no caso específico do ativismo societal anticorrupção, como os públicos conferem diferentes significados para o problema, entendendo que eles mobilizam diferentes molduras interpretativas que funcionam como guias cognitivos para a sua atuação multifacetada. As molduras, quadros ou enquadramentos – todas expressões que direcionam para o mesmo conceito – são dispositivos que informam a atuação dos públicos, ao mesmo tempo em que são retroalimentados na dinâmica reivindicativa pela própria experiencição dos atores, sedimentando visões de mundo e identidades coletivas. Dessa maneira, enquadrar significa um processo organizativo capaz de gerar identificação, reconhecimento, significação e ação a partir de determinados temas, como o da corrupção.

A operacionalização do conceito de enquadramento utiliza os componentes apresentados por Snow e Benford (1988): diagnóstico, prognóstico e motivacional, que são dimensões constitutivas dos quadros interpretativos e expressam as funções de orientação da ação coletiva para engajar e endereçar um problema público. Neste trabalho, a função diagnóstica é dividida em três categorias de análise: “problema”, “culpado” e “vítima”; a função prognóstica assume uma categoria chamada de “solução”; e a função motivacional é dividida em duas categorias: “repertórios de ação” e “linguagem”.

As conexões do sistema interpretativo dos quadros com o *core* teórico da tese são um grande incentivo para a sua apropriação na análise dos dados. Nota-se que os componentes originais seguem estritamente o roteiro para construção de problemas públicos segundo os aportes teóricos do pragmatismo político e da sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD; 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017) – sem contar a compatibilidade com aspectos da cultura dos

problemas públicos e do interacionismo simbólico de Gusfield (1981). Além disso, todo esse arcabouço analítico se combina com os três sentidos de tipo ideal para a corrupção – o enquadramento republicano, o gerencialista e o populista – selando um referencial importante para o trabalho dedutivo. Todas essas correspondências serão notadas na apresentação das análises e resultados.

O quadro a seguir mostra a compatibilização entre os modelos teóricos e as categorias de análise da pesquisa, mostrando, inclusive, a lógica de apresentação de resultados.

Quadro 17. Correspondências entre os modelos teóricos da tese e as categorias de análise empíricas

Componentes teóricos da análise de enquadramento⁸⁹	Componentes teóricos da sociologia dos problemas públicos⁹⁰	Categorias de análise (índice de resultados)	Combinações com sentidos de tipo ideal na apresentação de resultados
Diagnóstico	Identificação do problema	• Problema • Culpado • Vítima	• Problema republicano, problema gerencialista, problema populista; • Culpado republicano, culpado gerencialista, culpado populista; • Vítima republicana, vítima gerencialista, vítima populista.
Prognóstico	Identificação da solução	• Solução	• Solução republicana, solução gerencialista, solução populista.
Motivacional	Controvérsia e ação	• Repertórios de ação • Linguagem	• Repertórios de ação: avaliação geral • Linguagem republicana, linguagem gerencialista, linguagem populista.

Fonte: elaboração própria.

⁸⁹ Referências: SNOW; BENFORD, 1988.

⁹⁰ Referências: DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017.

Sobre a seleção de casos para a análise em profundidade, este capítulo recuperou o que foi encontrado no mapeamento anterior, isto é, o levantamento geral dos públicos da sociedade civil que atuaram no combate à corrupção entre os anos de 2013 e 2018. Foram encontradas cerca de 500 organizações. Destacaram-se, nesse universo, oito públicos específicos. São eles:

1. Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE): articulação nacional que se destacou na rede de afiliação como o movimento mais antigo, longo e de grande importância na rede⁹¹;
2. Campanha Unidos Contra a Corrupção (UCC): campanha que se destacou na rede de afiliação devido à ampla mobilização e alcance nacional⁹²;
3. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ou apenas Instituto Ethos): organização da sociedade civil com mais centralidade na rede de afiliação, participando de 9 entre 13 eventos⁹³;
4. Instituto de Fiscalização e Controle (IFC): organização da sociedade civil com mais centralidade na rede de co-afiliação, co-participando de eventos com outras 371 organizações⁹⁴;
5. Página Fora Corrupção: comunidade do Facebook que ocupou o 1º lugar no *ranking* anual de engajamento digital em 2013 e 2014, anos que marcam as jornadas de junho, a ascensão da Lava-Jato e a reeleição de Dilma;
6. Página Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil: comunidade do Facebook que ocupou o 1º lugar no *ranking* mensal de engajamento digital em 2013, no mês de maio, entre todos os perfis pesquisados;
7. Coletivo Vem pra Rua (VpR): movimento que ocupou o 1º lugar no *ranking* anual de engajamento digital em 2015, as primeiras posições nos meses que cercam o *impeachment* de Dilma em 2016 (março, junho e julho) e as eleições em 2018, e o 1º lugar no *ranking* mensal em 2016, em março, entre todos os perfis pesquisados;

⁹¹ A sobrevivência do MCCE no tempo pode possibilitar a compreensão sobre os sentidos para a corrupção imputados por movimentos de esquerda e de direita e eventual captura da pauta/ agenda.

⁹² A UCC é mais recente, mas derivou da ABRACCI e se conectou com iniciativas futuras, como as assinaturas contra as mudanças da LAI; é coordenada pela Transparência Internacional, organização também central.

⁹³ O Instituto Ethos aparece como financiador da rede e da pauta anticorrupção já nos primórdios da rede, ainda na década de 90.

⁹⁴ O IFC é a organização que deu origem, juntamente à Amarribo (Org), à rede Amarribo IFC, que é a rede com mais organizações mapeadas – 187 no total.

8. Movimento Brasil Livre (MBL): movimento que ocupou o 1º lugar no *ranking* anual geral de engajamento em 2016, 2017 e 2018, as primeiras posições nos meses que cercam o *impeachment* de Dilma em 2016 (abril, maio, agosto e setembro) e as eleições em 2018, e o 1º lugar no *ranking* mensal em 2018, em outubro, entre todos os perfis pesquisados.

A partir da seleção desses oito públicos, a pesquisa se debruçou sobre o que foi possível encontrar de documentos dessas organizações e movimentos, nada muito relevante numericamente⁹⁵. A fonte principal foi uma base de dados alternativa, que se mostrou mais promissora e completa para se aferir sobre os sentidos atribuídos ao tema da corrupção: os *posts* (publicações) nas redes sociais. Eles representam posicionamentos, opiniões, visões de mundo e estratégias de persuasão muito mais espontâneos e fluidos do que os documentos formais ou as entrevistas concedidas por lideranças previamente articuladas e preparadas. As redes sociais, além de tudo, catalisam a coleta de dados, pois os *posts* acabam publicizando notícias da ordem do dia, reproduzindo as falas das lideranças, divulgando cartilhas, planos, campanhas, etc. Conforme von Bülow e Dias (2019, p. 6), “as mídias sociais digitais têm se tornado importantes arenas de debate, mobilização e organização política”.

Com apoio da equipe de inteligência de dados da *Quaest*, foi realizada a raspagem de dados⁹⁶ dos *posts* para cada perfil pesquisado, desde janeiro de 2013 (ou desde o mês de criação após janeiro de 2013) até maio de 2022⁹⁷, para todas as 4 redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube). Recortando, no *output* da raspagem de dados, apenas os anos de interesse (2013-2018) e os perfis dos oito públicos selecionados para a análise em profundidade, a base de dados apresenta um total de 25.213 observações (linhas de

⁹⁵ A ideia original era a de realizar a leitura e análise da documentação das organizações, como estatutos, atas e outros registros formais, e a leitura e análise de notícias, publicações de notas, entrevistas das lideranças à imprensa, etc. Infelizmente, não foi possível localizar muitos documentos relevantes – ou estavam fora do ar, ou eram documentos absolutamente protocolares. Também não houve tempo e conjuntura para realizar entrevistas com as lideranças dos movimentos. Por sorte, o próprio Snow (2004) refletiu sobre a coleta de dados para a análise de enquadramento da ação coletiva, indicando, além de entrevistas, pesquisas de campo e análise de documentos, também as publicações em mídia e peças de divulgação.

⁹⁶ Raspagem de dados ou *data scraping* é um método de extração de dados em escala, de um serviço, programa ou aplicativo *web*, normalmente em grandes quantidades, viabilizada por inteligência artificial que retorna conteúdos legíveis e estruturados, aptos a serem usados em formatos padrão, tais como *.csv* ou *.xls*.

⁹⁷ O recorte do estudo se estende até o final de 2018 e, portanto, utiliza os dados até dezembro desse ano.

posts). Cada linha de observação contém as seguintes informações: data, mensagem original, mensagem *cleaned* (sem caracteres especiais e pontuação), *network* (qual rede social), *profile* (página de qual organização) e as seguintes variáveis binárias em diferentes colunas: *dem* (se cita democracia = 1⁹⁸), *corrup* (se cita corrupção = 1)⁹⁹, PT (se cita algo relacionado ao Partido dos Trabalhadores = 1)¹⁰⁰.

Alguns recortes foram realizados nessas bases de dados para otimizar a análise de enquadramento, a saber: (i) exclusão de células com textos duplicados, evitando a análise, por exemplo, de uma mesma mensagem em duas redes sociais distintas; (ii) seleção de células com a variável corrupção = 1, priorizando os *posts* que contenham o assunto da corrupção e temas correlatos; (iii) seleção de células com a variável democracia = 1, para incluir *posts* em que essa temática também esteja presente. Feitos esses recortes, a base de dados geral fica com 5.610 observações.

Quadro 18. Volume dos dados coletados

Item	Total
Perfis pesquisados (OSC, coletivos/ movimentos e comunidades do FB)	8
Observações da raspagem geral de dados	25.213
Observações com exclusão de valores duplicados	22.403
Observações com variáveis de interesse (<i>corrup.</i> = 1; <i>dem</i> = 1)	5.610
Observações contempladas pela amostra	741
Total de observações que serão analisadas	741

Fonte: elaboração própria.

Por limitações de várias naturezas à pesquisa e pelo potencial de saturação das observações, foi realizado um processo de amostragem que buscou contemplar o volume e a representatividade das páginas de interesse. Num estudo quantitativo, uma amostra com 384 observações (6,84%) já seria suficiente para alcançar um nível de confiança de 95%, uma margem de erro de 5% e uma proporção esperada de 0,5 na população. Todavia, trata-se de uma análise de texto, com interpretação de sentidos, que, portanto,

⁹⁸ A variável “democracia” é identificada como positiva a partir do radical *democr* da palavra.

⁹⁹ A variável “corrupção” é identificada como positiva a partir de uma seleção extensa de radicais, tais como: *corrup*, *crim*, *prisao*, *preso*, *ladr*, *bandid*, *propin*, *margin*, *quadrilh*, *roub*, *suborn*, *corromp*, *ilicit*, *lavagem*, *desonest*, *ilegal*, *imoral*, *esquem*, *conden*, *presidiar*, *escandal*, *fraude*, *desvi*, *denunc*, *cassa*, *irregular*.

¹⁰⁰ A variável “PT” é identificada como positiva a partir de uma seleção de radicais, tais como: *pt*, *lula*, *inacio*, *rousseff*, *dilma*, *haddad*, *lulis*, *petist*, *petralh*, *esquerd*, *comunis*.

se enriquece com o maior número de observações. Dessa maneira, para garantir a representatividade das publicações, optou-se por gerar diferentes amostras por organização, conforme a quantidade total de *posts* publicados e a presença na rede em cada ano estudado (2013-2018), alcançando um total de 741 observações.

Quadro 19. Amostragem: quantidade de posts por organização

Organização	Total de posts	Qtd. analisada
MCCE Ficha Limpa	269	135
Unidos Contra a Corrupção	18	9
Instituto Ethos	128	64
Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)	223	112
Comunidade Fora Corrupção	709	92
Comunidade Acorda Brasil	69	35
Coletivo Vem pra Rua	1796	126
Movimento Brasil Livre (MBL)	2398	170
Total	5610	741

Fonte: elaboração própria.

Na planilha geral, são incluídas variáveis de interesse para a análise de enquadramento, por meio de cinco colunas, cada uma referindo-se às categorias de análise: problema, culpado, vítima, alternativa e linguagem¹⁰¹. Elas advêm, como mostrado anteriormente, dos componentes teóricos de Snow e Benford (1988). Para cada linha de observação, essas categorias são classificadas nos tipos ideias para a corrupção: republicano, gerencialista e populista. Essas classificações permitem, por fim, aferir frequências por tipo de organização, ano, rede social e, o mais importante, guiar a escolha de textos que ilustram como as organizações navegam pelos quadros interpretativos.

4.1.1 Síntese dos tipos ideais – republicano, gerencialista e populista – por categoria de análise

No Capítulo 2, foram apresentados diferentes conceitos para a corrupção, encontrados em estudo teórico exploratório e organizados pela autora como tipos ideais de modo a demarcar três fronteiras de sentido, que deram origem à formulação de três enquadramentos para a questão: o enquadramento republicano, o enquadramento

¹⁰¹ Lembrando que os repertórios de ação, sexta categoria, tem uma averiguação própria.

gerencialista e o enquadramento populista. Eles são confrontados com os dados dos oito públicos anticorrupção selecionadas para o estudo. O quadro a seguir resume esses sentidos/ enquadramentos, organizando-os a partir dos componentes do enquadramento de Snow e Benford (1988) para análise empírica.

Quadro 20. Síntese dos enquadramentos republicano, gerencialista e populista por categorias de análise

Enquadramentos para a corrupção	Categorias de análise		Sentido teórico para a corrupção
1. Enquadramento republicano	Diagnóstico republicano	Problema republicano	Problema cultural, sistêmico e histórico da corrupção; debate sobre virtudes, interesse público e democracia; assimetrias de renda e poder (desigualdade e justiça social)
		Culpado republicano	Culpados estruturais e sistêmicos, tais como a formação do Estado, patrimonialismo, jeitinho brasileiro. Considera corruptores (empresas e empresários) e corruptos (de dentro do sistema político).
		Vítima republicana	Sujeitos de direitos, cidadãos comuns e/ou associados, grupos minoritários (respeito e valorização da diversidade)
	Prognóstico republicano	Alternativa republicana	Fomento ao espírito democrático (republicanismo cívico), justiça social (redução da pobreza e da desigualdade social) e liberdade política (leitura clássica)
	Motivacional republicano	Linguagem republicana	Intelectual, informativa e mobilizadora (conscientização); transmite senso de propósito, união e transformação coletiva.
	2. Enquadramento gerencialista	Diagnóstico gerencialista	Problema gerencialista
Culpado gerencialista			O agente corrupto em si; agentes autointeressados; estrutura de incentivos falha; estrutura de controle falha
Vítima gerencialista			Cidadão “pagador de impostos”; cidadão-cliente; cidadão-empREENDEDOR; empresários/ mercado

	Prognóstico gerencialista	Alternativa gerencialista	<i>Advocacy</i> legislativo; punição e apuração; controle institucional ostensivo; controle social formal; denúncia formal
	Motivacional gerencialista	Linguagem gerencialista	Linguagem jurídica, burocrática, economicista, punitivista e informativa (divulgação)
3. Enquadramento populista	Diagnóstico populista	Problema populista	Visão reducionista e simplificada do problema; problema mascarado, distorcido e pasteurizado; significante vazio (articulação de outros descontentamentos populares)
		Culpado populista	Massa de “não dignos”, o “eles”, “os outros”; elites políticas; <i>establishment</i> político
		Vítima populista	Massa de “dignos”, o “nós”; “cidadãos de bem”; ideia de vítima excludente e conservadora
	Prognóstico populista	Alternativa populista	Soluções reducionistas e simplificadas para o problema; denúncia ao “inimigo”; ascensão de <i>outsider</i> político (“salvador da pátria”); ataque às estruturas de mediação e instituições políticas; protocolos anti- <i>establishment</i>
	Motivacional populista	Linguagem populista	Linguagem radical; disruptiva; o “baixo” da política; patriótica

4.2 Operacionalizando a análise dos repertórios de ação

Nos resultados sobre o quadro motivacional, que é um dos componentes do enquadramento interpretativo de Snow e Benford (1988) e para o qual foi dedicado um item de resultados específico, a tese se apropria do conceito de repertório de ação política e busca operacionalizá-lo – por isso, tem um peso metodológico menor do que a análise de enquadramento em si. Junto com o aspecto da linguagem, a ideia de repertório de ação integra a categoria de análise que estuda as motivações para a ação, considerando que ambos preenchem de sentido a ação política.

O conceito de repertório de ação tem origem na obra de Charles Tilly, em 1976, quando ele o definiu como *formas* de ação reiteradas em diferentes contextos de conflito, em uma abordagem estruturalista e racionalista que priorizava, a princípio, a relação entre

interesse e ação e a atuação de atores singulares. A trajetória do conceito desde então é interpelada pela necessidade de adicionar um componente cultural na compreensão do processo de mobilização coletiva, uma reflexão, inclusive, realizada pelo próprio autor (ALONSO, 2012).

Dessa maturação do conceito está sua associação com a Teoria do Processo Político (TPP), uma abordagem da teoria dos movimentos sociais mais ampla, já discutida na Seção teórica 1.2.2, e que se insere na chamada “dinâmica de contenda” – uma ação política contenciosa ou baseada em confronto ou conflito – da obra clássica *Dynamics of Contentious*, de McAdam, Tarrow e Tilly (2001). Para os autores, o conceito de repertório, atualizado sob a explicação histórico-cultural, diz respeito a variadas operações, em episódios, da política contenciosa (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001) e que se referem a “um longo período de tempo e a um conjunto relativamente amplo de atores em litígio” (TILLY, 1995 *apud* ALONSO, 2009, p. 26). Repertórios são uma “interação episódica, pública e coletiva entre os promotores de reivindicações e seus objetos” (McADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 5). Essas interações episódicas, defendem os autores, não pertencem a determinado ator ou grupo, mas são produtos de trato ou comando histórico.

Além do repertório nas dinâmicas de contenda, outras apropriações do conceito foram realizadas ao longo do tempo, conforme revisão de Alonso (2012), ganhando novos contornos e densidade: os “repertórios discursivos” de Steinberg (1995); os “repertórios culturais” de Swidler (1995, 2001); os “repertórios morais” de Halfmann e Young (2010); ou ainda uma ideia de “performance sociocultural” de Moffit (2016). Halfmann e Young (2010) mostram como movimentos mobilizam imagens e retóricas que evocam “emoções negativas” para mobilizar ou manipular a opinião pública e, assim como Steinberg (1995), articulam o repertório a uma dimensão moral da ação pública. Moffit (2016), por sua vez, articula os repertórios ao estilo político populista, considerando-os “performances simbolicamente mediadas, direcionadas para audiências específicas, que são usadas para criar e navegar pelos campos de poder que compõem o político” (MOFFIT, 2016, p. 34).

Uma outra apropriação do conceito de repertório de ação importante nesse percurso incremental é a de Sidney Tarrow (1993; 2009 [2004]), em razão de duas formulações:

primeiro, a conexão com a obra goffmaniana, portanto, com a literatura da *frame analysis*, que garante uma abordagem mais construtivista e simbólica para a ação, em que os quadros (sentidos) importam para além da forma da ação e as “injustiças sociais são percebidas cognitivamente, construídas discursivamente e difundidas via mídia, movimentos sociais e Estado” – inspirado em Snow e Benford (2000 *apud* ALONSO, 2012, p. 28). Segundo, a contribuição com o conceito de modularidade, que dispõe que os repertórios de ação podem não ser exclusivos de um determinado movimento, sendo adaptados e adotados em diferentes contextos políticos e culturais, em um processo de troca de experiências, inovações e aprendizados. A primeira formulação dialoga com o *core* teórico-metodológico desta tese – os enquadramentos interpretativos –, enquanto a segunda já foi mencionada na parte histórica (Seção 1.4) em relação à reatualização, aprendizagem e lastro dos repertórios de ação previamente mobilizados.

Considerando essas leituras e releituras, nessa breve apresentação, a apropriação de Tarrow para o conceito de repertório de ação é, então, a referência mais importante para este trabalho. Mas não deixa de ser também o conceito original tillyano. Ele parece uma interpretação “fria” da ação coletiva, por assim dizer, diante das releituras orientadas para dimensões discursivas, culturais e morais da mobilização coletiva. Alguns autores citados, como Steinberg (1995), considera o conceito original de Tilly muito “instrumental”, por privilegiar o aspecto da forma em detrimento do conteúdo ou do pressuposto moral e intencional da ação. Todavia, Tilly e as suas formas de ação – episódios, interações, momentos e oportunidades – são importantes para aterrizar a análise empírica e, por isso, serão também utilizadas como referência neste trabalho.

Dessa maneira, operacionalizando o conceito para fins de pesquisa, os repertórios são compreendidos na tese como o rol de práticas políticas, as operações de ação coletiva destinadas a reconhecer, definir ou encaminhar o problema da corrupção ou, ainda, as oportunidades de encontro e debate sobre o tema da corrupção. Podem ser produtos dos próprios objetivos institucionais das organizações e movimentos pesquisados ou fruto das interações entre eles ou entre eles e o público de seguidores. Nos registros, foram incorporadas todas as ações divulgadas, desde projetos legislativos, campanhas, dias comemorativos até eventos de protestos e manifestações.

Foi possível coletar **270 repertórios de ação**¹⁰² a partir do sítio institucional das organizações pesquisadas, de alguns documentos disponíveis e dos perfis nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube). O quadro abaixo resume o volume de repertórios localizados por organização:

Quadro 21. Quantidade de repertórios de ação levantados por organização

Organização	Qtd. de repertórios de ação
MCCE Ficha Limpa	85
Unidos Contra a Corrupção	19
Instituto Ethos	52
Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)	17
Comunidade Fora Corrupção*	-
Comunidade Acorda Brasil*	-
Coletivo Vem pra Rua	62
Movimento Brasil Livre (MBL)	35
Total	270

Fonte: elaboração própria. *Nota-se que as comunidades Fora Corrupção e Acorda Brasil não dispõem de repertórios de ação, isso porque não foram localizadas interações episódicas ou oportunidades de ação coletiva tangíveis, atuando fluidamente apenas como fonte de notícias e desabafos pelos seus administradores anônimos.

O quadro a seguir, inspirado em Tatagiba *et al* (2015) e Alonso e Mische (2017), ilustra como as informações foram registradas a fim de caracterizar as práticas políticas dos públicos estudados a partir de seus repertórios de ação. Se trata de um exemplo de aplicação para o caso do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

¹⁰² A leitura e análise da documentação das organizações não foi tão promissora quanto era esperado. Muitos documentos, como estatutos, atas e outros registros formais, além de notícias, publicações de notas, entrevistas das lideranças à imprensa, etc, não estavam mais disponíveis quando da coleta de dados – ou estavam fora do ar, ou eram documentos absolutamente protocolares.

Quadro 22. Exemplo de quadro para registrar repertórios de ação aplicado ao caso do MCCE

Repertório de ação	Source/ Fonte	Data Source	Tema (macro)	Chamada/ título	Palavras de ordem e slogans
Campanha de engajamento	Notícia do site institucional	24/06/2015	Reforma Política	Conheça os temas prioritários para a reforma política do séc. XXI	Conheça, participe e divulgue a Plataforma Brasil; Participe da Plataforma Brasil, um jeito construtivo de fazer políticas públicas.
Manifesto	Notícia do site institucional	31/08/2015	Financiamento privado de campanha	Manifesto contra a ditadura do poder econômico e em defesa da liberdade de voto	Brado de alerta contra a ditadura que exerce o poder econômico sobre as eleições no Brasil.
Lançamento de soluções; Campanha de engajamento	Notícia do site institucional	13/10/2015	Criminalização do Caixa 2	OAB lança site pela criminalização do Caixa 2	Conheça a proposta da Campanha que combate o “Caixa 2”
Amicus Curiae	Notícia do site institucional	19/12/2022	Orçamento Secreto	STF declara a inconstitucionalidade do orçamento secreto	Parabeniza a decisão do STF
Grupo de Trabalho	Notícia do site institucional	22/03/2023	Diversidade	Diversidade foi um dos temas discutidos na reunião do Comitê Nacional do MCCE	Reivindica maior participação política

Fonte: elaboração própria, inspirado em Tatagiba *et al* (2015) e Alonso e Mische (2017).

4.1 Análises e resultados

Esta seção apresenta os resultados da análise em profundidade: como os públicos estudados navegam pelos três enquadramentos para a corrupção. A primeira subseção (4.3.1) começa demarcando a separação entre dois grupos de organizações/ movimentos, evidenciando como o ativismo é dividido em duas faces, em duas formas diferentes de promover o ativismo societal. Da segunda à sexta subseções (4.3.2 a 4.3.6) a apresentação dos resultados segue os componentes teóricos de Snow e Benford (1988) e respectivas categorias de análise, tal como mostrado no quadro a seguir.

Quadro 23. Organização da seção de resultados: nome da subseção e categorias de análise

Subseção	Categorias de análise	Nome da subseção de resultados
4.3.2	Problema	Definição do problema: muitos sentidos disputados
4.3.3	Vítima	As vítimas da corrupção: dos cidadãos de direitos aos cidadãos de bem
4.3.4	Culpado	Os culpados pela corrupção: do adversário histórico ao inimigo da nação
4.3.5	Solução	As soluções para o problema: da mobilização democrática à alternativa salvacionista
4.3.6	Motivação para a ação	O quadro motivacional da ação coletiva: repertórios e linguagem na escalada do autoritarismo

Finalmente, a última subseção fecha os achados com argumentos sobre consequências dos quadros anticorrupção para a democracia, respondendo à parte final da pergunta da tese.

4.3.1 O ativismo anticorrupção em duas faces

Um dos principais achados da pesquisa aparece logo neste primeiro item de resultados e vai guiar os próximos: a bandeira contra a corrupção é capitaneada com sentidos diferentes por dois grupos de organizações, o que chamo de “duas faces” do ativismo anticorrupção. Assim, os oito públicos mapeados no Capítulo 3 passam a ser divididos em dois grupos, sendo o Grupo 1 composto pela sociedade civil organizada, seja em forma de organização, associação ou projetos/ campanhas, a qual pretendo chamar sucintamente de “organizações da sociedade civil (OSCs)” ou “organizações de

advocacy”; e o Grupo 2, composto por coletivos e movimentos sociais que estão presentes, sobretudo, nas redes sociais virtuais, com inclinação à direita do espectro ideológico, os quais chamo de “coletivos e movimentos de direita”. O primeiro grupo é representado, aqui, pelas seguintes organizações: Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Campanha Unidos Contra a Corrupção (UCC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). E o segundo pelo Movimento Brasil Livre (MBL), o coletivo Vem pra Rua (VpR) e as comunidades Fora Corrupção e Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil.

Na análise geral dos *posts* publicados por esses públicos nas redes sociais, entre 2013 e 2018, observou-se que a corrupção é um tema relevante, sem dúvida, embora não seja um tema exclusivo no posicionamento deles. De todas as 25.213 publicações recolhidas na base de dados, 3873 são do Grupo 1 e 21.340 são do Grupo 2 – essa diferença já era esperada, dado o tipo de atuação de cada um. E entre as publicações do Grupo 1, 13,71% dizem respeito à corrupção, enquanto no Grupo 2 elas correspondem a 23,81% – lembrando que esse primeiro filtro foi realizado de forma automática por meio de busca de radicais de palavras correlatas à corrupção nos textos¹⁰³. Uma pista sobre os diferentes sentidos atribuídos por elas para o tema já se anuncia logo em um primeiro exercício simples com a busca por radicais¹⁰⁴ da variável binária “PT = 1”: enquanto as OSCs citam o Partido dos Trabalhadores em 1,88% dos *posts*, os coletivos e movimentos de direita o citam em 42,29%, uma diferença marcante que merece (e será) problematizada.

O passo seguinte foi a análise de enquadramento, foco principal deste capítulo, que observou em profundidade as oito organizações selecionadas em mapeamento do Capítulo 3. Os dados utilizados foram as 741 publicações¹⁰⁵ desses públicos nas quatro redes sociais, no período selecionado. Como já era esperado, dado que as arenas públicas

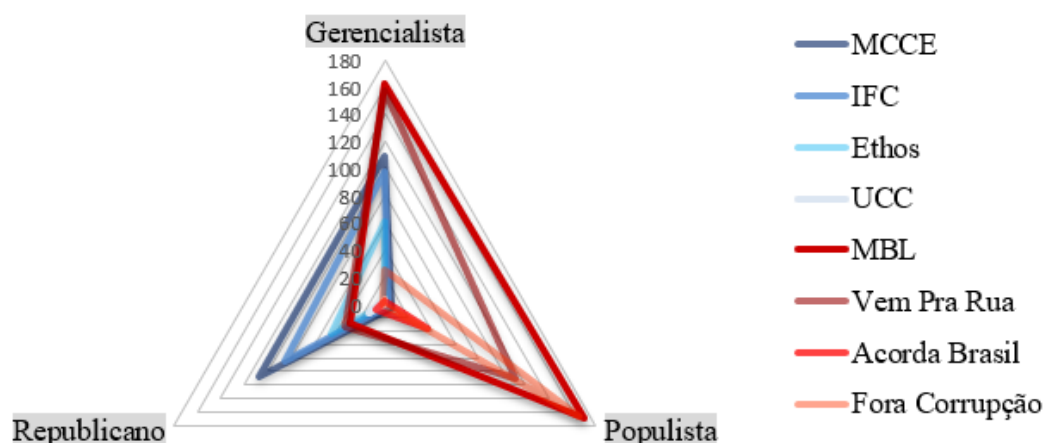
¹⁰³ A variável binária “corrupção = 1” é identificada como positiva a partir de uma seleção extensa de radicais, tais como: *corrup, crim, prisao, preso, ladr, bandid, propin, margin, quadrilh, roub, suborn, corromp, illicit, lavagem, desonest, ilegal, imoral, esquem, conden, presidiar, escandal, fraude, desvi, denunci, cassa, irregular*.

¹⁰⁴ São eles: *pt, lula, inacio, rousseff, dilma, haddad, lulis, petist, petralh, esquerd, comunis*.

¹⁰⁵ Essas publicações foram classificadas¹⁰⁵ considerando os três enquadramentos organizados a partir da literatura sobre corrupção – republicano, gerencialista e populista – para cada categoria analítica – problema, vítima, culpado, alternativa e linguagem para ação. Cada item recebeu a letra correspondente do enquadramento, sendo R para republicano, G para gerencialista e P para populista

deram pistas sobre a distribuição e atuação das organizações, os resultados confirmaram que existem mesmo dois grupos de organizações que dividem o ativismo societal anticorrupção no Brasil. O gráfico a seguir ilustra essa divisão.

Gráfico 13. Representação gráfica da distribuição de publicações, por enquadramento, para cada organização estudada



Fonte: Elaboração própria. Linhas em tons de azul = Grupo 1; linhas em tons de vermelho = Grupo 2.

É possível observar dois grandes triângulos por onde se reúnem, em diferentes significados, o Grupo 1, em linhas azuis, e o Grupo 2, em linhas vermelhas. As publicações do MCCE, da UCC, do Ethos e do IFC se organizam quase exclusivamente em torno dos quadros republicanos e gerencialistas da corrupção. Enquanto o MBL e o Vem pra Rua e as comunidades Fora Corrupção e Acorda Brasil se organizam predominantemente em quadros gerencialistas e populistas da corrupção. O gerencialismo é o grande ponto de contato entre as reivindicações e problematizações dos dois grupos de organizações, enquanto se distanciam radicalmente em relação ao republicanismo e ao populismo.

Também é interessante destacar as diferenças entre os grupos em relação aos componentes teóricos do enquadramento interpretativo, ou seja, diagnóstico (problema, vítimas e culpados), prognóstico (alternativas/ soluções) e motivações (repertórios de ação e linguagem). As publicações do Grupo 1 dão prioridade às alternativas e soluções para o problema, demarcando-as em 55,3% das classificações, enquanto as publicações do Grupo 2 endurecem a problematização em si, representando 71,9% das classificações.

O Grupo 2 centra na definição do problema, de suas vítimas e, principalmente, dos culpados pela corrupção. Nas 320 demarcações de culpados, quase 90% são feitas pelo Grupo 2, e a maioria em sentido populista, como “inimigos da nação”, como será apresentado no item correspondente dos resultados.

O que se observou com os resultados da pesquisa é que os diferentes públicos divergem, essencialmente, nos *sentidos* que atribuem para a corrupção. Eles divergem radicalmente em como enxergam o problema, endereçam a solução, definem culpados e vítimas e geram engajamento para a pauta. Todos os itens de resultados corroboram esse primeiro achado. Entretanto, para além da divergência entre os sentidos que atribuem ou se alimentam para o problema da corrupção, existem algumas questões de fundo que contribuem para separar os dois grupos e merecem ser anunciadas. Lembrando que elas contribuem, mas não são *determinantes* para o ativismo anticorrupção. Como exemplo, os grupos divergem, em parte, em sua (i) natureza constitutiva, (ii) na originalidade da discussão; no (iii) *locus* de atuação (ou seja, nas arenas públicas) e na (iv) ideologia; e não divergem (v) no conflito com outros mobilizadores da pauta.

No primeiro ponto (i), existe uma diferença na natureza constitutiva e no tipo de atuação entre os grupos. O Grupo 1 tem natureza mais estruturada e formalizada, se articula em rede e se reúne em fóruns de discussões com foco na promoção da integridade pública e privada e em campanhas de controle societal; as organizações se propõem a um endereçamento mais propositivo e formal da temática, por meio de grupos de trabalho, projetos de leis, encontros de autoridades, entre outros. Já o Grupo 2 tem natureza mais incidental, circunstancial e oportunista e atuação mais conflituosa e disruptiva. Eles se dispõem prioritariamente na arena digital, fazendo largo uso da Internet para viralizar conteúdos e buscar o engajamento do público.

O segundo ponto (ii) diz respeito ao conceito de “propriedade” do problema público (CEFAÏ, 2017; FUKS, 2000), por onde nota-se que existem públicos, de um lado, que compõem um “círculo original” de discussão sobre o tema, que detém uma espécie de monopólio do discurso crítico e que navegam por um quadro de significados sobre os quais há um certo consenso. O Grupo 1, nesta pesquisa, representa esse tipo de público. São organizações ou mais longevas, como o MCCE, ou com lastro em discussões

originais sobre corrupção, como a campanha UCC, que desde a redemocratização associam o tema à questão da luta por direitos, justiça e igualdade social. De outro lado, o Grupo 2 é composto por um conjunto de movimentos ideologicamente orientados, chamados de “emergentes” só porque passaram a ganhar força nos anos estudados¹⁰⁶, e se dispuseram a reorientar os termos do debate, quebrando o monopólio do discurso crítico e disputando novos consensos, desta vez culpabilizando a esquerda, o PT e o *establishment*.

O terceiro ponto (iii) se refere ao *locus* prioritário de atuação dos dois grupos. Essas diferentes composições já foram anunciadas no mapeamento realizado no Capítulo 3, que partiu de diferentes arenas públicas para localizar os públicos anticorrupção no Brasil. As arenas sugerem espaços prioritários, mas não exclusivos de ação, e, por isso, também não são tão determinantes para a pauta contra a corrupção. Os públicos podem estar, e certamente estão, presentes em mais de uma arena, e o conceito de arena dispõe sobre o *locus* prioritário e genuíno de ação, o que tem a ver com pertencimento, reconhecimento e apropriação. A arena de *advocacy* é o local por onde a ação coletiva de organizações da sociedade civil se dá de maneira mais forte, assim como a arena digital é o “*habitat natural*” dos movimentos, o lugar prioritário de ação daqueles que buscaram inflamar a opinião pública e mobilizar o público à ação. O Vem pra Rua, por exemplo, foi um ator que apareceu na análise de rede social (ARS), e o Instituto Ethos é atuante nas páginas virtuais, mas esses não são os espaços prioritários desses atores, seu “*habitat natural*”, por assim dizer.

O quarto ponto corresponde ao (iv) posicionamento no espectro ideológico. Não é possível afirmar que não há ideologia envolvida no ativismo anticorrupção, a começar pela designação do segundo grupo como “movimentos sociais de direita”, mas não é isso que separa os grupos em essência. Os movimentos mais proeminentes no universo digital nos anos estudados são mesmo, majoritariamente, de direita. Os posicionamentos do MBL, por exemplo, na defesa do livre mercado, da redução do Estado e do combate gerencialista aos casos de corrupção são, indiscutivelmente, de direita. As páginas e

¹⁰⁶ Não é correto e seria imprudente afirmar que não há lastro histórico-cultural na formação dos grupos de direita. Eles não surgiram só em 2013, mas têm enraizamento em uma rede densa e antiga de organizações que defendem um ideário pró-mercado, como mostrou Camila Rocha (2019)

coletivos estudados são coerentes e homogêneos nesse sentido. Mas o grupo oposto não. Designar como sendo “de esquerda” organizações como a ONG Transparência Internacional, ou pior, os movimentos como o Agora, Acredito e Renova BR, seria simplificar e até distorcer uma configuração bastante complexa e diversificada de organizações presentes na rede de *advocacy*. Dessa maneira, os posicionamentos do Grupo 2 podem até ser recheados de ideologia, mas o antagonismo em relação ao outro grupo não se dá pela via ideológica.

Em quinto e último lugar, os grupos não divergem (v) no conflito com outros mobilizadores da pauta. A premissa dos “contrapúblicos” ou “contramovimentos” também não é determinante para a distinção entre os dois grupos. Isso porque o que separa os grupos não é uma agenda contra a corrupção *versus* uma agenda pró-corrupção. Não é esse o antagonismo, porque ninguém é a favor da corrupção. O segundo grupo também não surgiu como resposta ao primeiro que já existia, confrontando o horizonte cultural e normativo defendido por aquele. O IFC e a campanha Unidos Contra a Corrupção, por exemplo, não são alvo dos movimentos sociais de direita que se dispuseram no cenário nacional a partir de 2013. Esses coletivos não confrontaram, por exemplo, os resultados do *advocacy* legislativo do Movimento Contra a Corrupção Eleitoral, que incorreu na promulgação da Lei da Ficha Limpa em 2010. O foco não é combater esse tipo de arcabouço normativo. Assim, o antagonismo entre os públicos não dispõe de critérios que estão no conceito original dos contrapúblicos¹⁰⁷: o critério relacional na conflitualidade social e o critério de anterioridade, ou seja, um movimento que surge em resposta a outro que já existia (SILVA; PEREIRA, 2020).

Tendo em vista o exposto, o ativismo anticorrupção “em duas faces” se dá pelo quadro interpretativo, ou seja, o “*contra* é o sentido”. Há diferenças substantivas em como reconhecem, definem, mobilizam e disputam o problema público da corrupção. Os

¹⁰⁷ Na ideia original, os contrapúblicos se formam a partir de uma “percepção compartilhada de que suas visões de mundo estão subordinadas a um horizonte cultural dominante que os aliena, silencia, ataca, menospreza e até ridiculariza; daí seu apelo à contrapublicidade” (ROCHA; MEDEIROS, 2021, p. 4), ou seja, o apelo a repertórios chocantes que extrapolem os discursos crítico-rationais proferidos nas arenas tradicionais. Os movimentos sociais de direita até recorreram a esse tipo de apelo chocante, mas não o fizeram contra o público que já existia e sim contra um “novo” inimigo que era protagonista no cenário político nacional.

públicos atribuem diferentes sentidos para a corrupção, mobilizando diferentes enquadramentos para o problema, que são os verdadeiros guias cognitivos para a ação coletiva – comunicar e engajar. E esses diferentes sentidos afetam a sociedade civil, a opinião pública, as respostas institucionais, a retórica dos líderes, e a democracia. Portanto, não se pode esperar deles uma cadeia de efeitos homogênea no cenário político nacional, entre eles os efeitos simbólicos na democracia vigente.

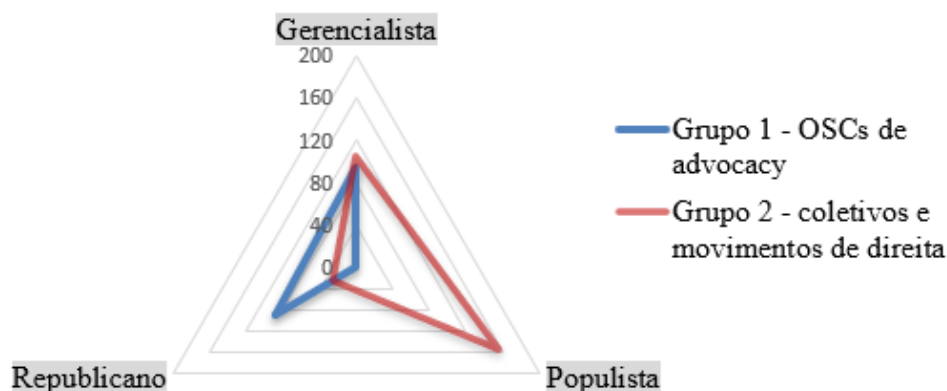
4.3.2 Definição do problema: muitos sentidos disputados

Feita a distinção entre dois grupos, o Grupo 1 – OSCs de *advocacy* e o Grupo 2 – coletivos e movimentos de direita, este item começa a mostrar o processo de identificação, reconhecimento e socialização do problema da corrupção para cada um, sob um determinado conjunto de significados. Os resultados têm dois suportes teóricos-metodológicos como inspiração, que desaguam no mesmo caminho: i) a etapa de definição de um problema público para a sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD; 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAI, 2009; CEFAI, 2017); ii) a etapa de diagnóstico do problema para os enquadramentos interpretativos de Snow e Benford (1988), que é composto pela problematização em si, a definição das vítimas e a definição dos culpados. Dessa maneira, problema, vítimas e culpados compõem uma trinca importante de como os movimentos enxergam a corrupção e qual sentido atribuem para ela.

O gerencialismo é a maior chave de sentido para a demarcação do problema da corrupção (37,5%), seguido do populismo (28,9%) e depois o republicanismo (21,1%)¹⁰⁸. São percentuais bem mais homogêneos do que aqueles que serão observados em “vítimas” e “culpados”. Em números absolutos, o problema aparece demarcado em 536 publicações, o que significa que, em mais de 72% do total de publicações, os grupos estudados atribuem algum tipo de sentido para o problema da corrupção. A imagem abaixo ilustra a distribuição do problema para cada enquadramento, por grupo de organizações.

¹⁰⁸ Existe um percentual remanescente de 12,5% que diz respeito a quadros misturados, que receberam mais de uma classificação.

Gráfico 14. Representação gráfica dos sentidos dos “problemas” (cada enquadramento) por grupo de organizações



Fonte: elaboração própria.

Alguns pontos chamam a atenção na análise das publicações estudadas, por onde emergem quatro tipos de sentido para o “problema”: i) a corrupção como o “avesso da República”, que é um quadro utilizado sobretudo pelas OSCs de advocacy, em 77,88% dos casos demarcados; ii) a corrupção como “impunidade e prejuízo”, utilizado pelos dois grupos de organizações; iii) a corrupção como “nome e CPF (ou CNPJ), que indica uma visão simplista e personificada do problema, que é um quadro exclusivo dos coletivos e movimentos de direita; e a iv) corrupção como o “balaio de indignações”, um agregado de indignações da sociedade, que também é um quadro exclusivo dos coletivos e movimentos de direita.

4.3.2.1 Problema republicano: corrupção é o avesso da república

O enquadramento republicano é o menos recorrente entre as classificações para a variável “problema”, representando 21,1% entre todos os problemas demarcados na amostra de dados. Esse tipo de quadro interpretativo que alimenta a identificação, definição e reconhecimento do problema é o último colocado no geral, ficando atrás dos quadros populista e, principalmente, gerencialista. Ele é mobilizado mais intensamente pelas organizações da sociedade civil, o Grupo 1, em quase 78% das publicações com esse enfoque. Os públicos do Grupo 1 promovem um ativismo que está sempre em alerta sobre sentidos da corrupção que são anti-republicanos. Para eles, corrupção é o avesso da

República porque é a violação dos princípios republicanos como a igualdade e a participação cívica na governança política da sociedade, e também porque ela representa a distorção do processo democrático.

É interessante como cada organização tem uma preocupação especial conforme sua causa ou foco de atuação: o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e a integridade do sistema político e das eleições limpas; o Instituto de Fiscalização e Controle e as iniciativas para o controle social; o Instituto Ethos e a ética nas empresas; etc. Considerando isso, na análise das publicações estudados, se destacaram quatro temas que demonstram o sentido republicano para a corrupção imputado sobretudo pelas redes de *advocacy*: (i) a integridade do sistema político e das eleições; (ii) a consolidação de novos modelos de governança democrática; (iii) o papel das empresas e do mercado e união dos setores; (iv) o compromisso com a igualdade e a justiça social.

O primeiro tema que se destacou é o mais recorrente entre as publicações que definem o “problema” da corrupção e dispõe sobre a (i) integridade do sistema político e das eleições, sobretudo por meio do projeto de reforma política democrática e a campanha eleições limpas liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e também pela campanha Unidos Contra a Corrupção, liderada pela coalizão que dá nome a ela e pela ONG Transparência Internacional. O MCCE se dedicou intensamente às mobilizações pela reforma política, com 64 publicações ao longo do tempo – lembrando que a base de dados é apenas uma amostra do total de publicações. A reforma política democrática propõe uma reestruturação ampla do sistema político, atacando os abusos de poder econômico e político, buscando maior transparência, e fortalecendo a participação popular através de projetos de lei de iniciativa popular. Já o projeto eleições limpas, por sua vez, é uma das principais iniciativas dentro dessa reforma mais ampla, e tem como foco garantir a integridade das eleições e combater a corrupção eleitoral, especialmente por meio da regulamentação mais rígida sobre o financiamento de campanhas. Ambos compartilham da missão de transformar o sistema político brasileiro.

Em abril de 2013, MCCE, OAB, CNBB e dezenas de entidades nacionais subscreveram o manifesto sobre eleições limpas endereçando para instituições políticas federais. Ao divulgar essa ação, o MCCE publicou: “Precisamos mudar, não podemos mais viver sob

as regras que hoje orientam as eleições”. Um chamado em setembro do mesmo ano sintetiza a tônica do debate republicano sobre o projeto: “É assim que se conquista uma lei de iniciativa popular em nosso país: percorrendo todos os cantos, buscando informar e conscientizar a população da importância e necessidade de combater a corrupção”. Já em 2014, reproduz uma chamada da Globonews que dizia: “reforma política democrática vem com tudo em 2014”, em caixa alta. A notícia veiculada estimulava a iniciativa: “é preciso injetar uma vitalidade nova na nossa vida democrática para irmos à frente”. As publicações caminham, então, convocando o público a pensar sobre o que significa uma iniciativa popular, como fica claro na pergunta retórica para estimular o engajamento: “O que você tem feito pela democracia do seu país?”. E responde: “Sua assinatura vai virar lei” (MCCE, fevereiro de 2014). Em nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobre esse “momento nacional”, a entidade apoiadora afirmou que a reforma política atinge “as entranhas do sistema político brasileiro”.

A discussão sobre a integridade do sistema político e das eleições por meio da reforma política “povoou” as redes sociais, repercutindo em toda a rede de *advocacy*, e não foi trivial. Cada nuance do debate, cada nova etapa do processo, cada evento de mobilização ou campanha de conscientização popular deixou uma marca tipicamente republicana na luta contra a corrupção. A campanha buscou atacar as raízes da corrupção, como o abuso de poder econômico e a falta de transparência nas campanhas, criando um sistema mais justo em que o poder econômico não determine o resultado eleitoral, o que, segundo as publicações, corrompe o processo democrático e a vontade popular. Sobre democracia, a iniciativa também busca o seu fortalecimento, entre outros aspectos, pela coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que estimula a educação cívica e a participação popular. Se trata de um exemplo concreto de como a sociedade civil pode contribuir para a renovação do sistema democrático.

O segundo tema republicano importante para a definição do “problema” da corrupção se relaciona ao primeiro e diz respeito a (ii) consolidação de novos modelos de governança democrática, que corresponde a um princípio fundamental do republicanismo, a participação cívica na governança política da sociedade. Temas como transparência, controle social, participação social, entre outros, cabem apropriadamente nessa discussão. MCCE e o IFC, por exemplo, defendem reformas que promovam a democratização do

acesso à informação e os mecanismos de transparência que colaboram para prevenir a corrupção. Em 2013, em plenas jornadas de junho, o MCCE problematizou a Lei de Acesso à Informação (LAI), destacando sua importância ao tornar as informações de órgãos públicos acessíveis, mas Henrique Ziller, auditor federal de controle interno do TCU adverte: “Uma caixa, no entanto, continua preta: as contas dos partidos políticos e de seus candidatos. Isso porque a LAI não alcança os partidos políticos”. Isso criaria um ambiente de opacidade, especialmente durante as campanhas eleitorais, momento em que a corrupção pode ser plantada através da aliança de candidatos com interesses privados. Pouco tempo depois, em abril de 2014, um concurso da CGU e da UNESCO é divulgado pelo IFC: "Concurso Informação Pública: direito de todos. Sem desculpas, sem segredos!". O concurso buscava gerar conscientização e engajar a população na busca por maior transparência, compreendendo que a informação pública é um direito essencial para a efetivação da cidadania e da democracia.

E a versão republicana e democrática dos sentidos segue com as comunicações desse grupo de organizações. Em novembro de 2013, o Instituto de Fiscalização e Controle fez uma longa publicação sobre o Encontro Anual de Parceria sobre Transparência Governamental (OGP), que aconteceu aquele ano em Londres reunindo centenas de delegados de mais de 60 países. A cúpula de Londres discorreu sobre diversos objetivos da OGP, entre eles, defendendo espaço para a sociedade civil à participação:

Para o governo responder às pessoas, é essencial ter uma sociedade civil vibrante e independente que colabora e desafia governo, se necessário. Isso exige garantias básicas do espaço para a sociedade civil participar, incluindo a liberdade de associação, liberdade de expressão e liberdade de imprensa (IFC, novembro de 2013).

Na ocasião, o anfitrião, primeiro ministro britânico, David Cameron, prometeu que a liderança da Procuradoria-Geral do Reino Unido iria "dirigir uma revolução de transparência em todos os cantos do mundo" (IFC, novembro de 2013 – grifo nosso), com cinco políticas fundamentais: dados abertos, integridade do governo (“o combate à corrupção e fortalecimento da democracia por meio de um governo transparente”), transparência fiscal, capacitar os cidadãos e transparência dos recursos naturais.

Outro exemplo é da campanha Unidos Contra a Corrupção, que é uma coalizão de atores que tem forte compromisso republicano em toda a sua exposição. Em junho de 2018, o grupo fez uma publicação alertando para a proximidade das eleições e a desejada renovação política:

Hoje faltam 100 dias para as eleições. Cem dias para usarmos a maior arma que temos este ano para mudar a velha política: o voto. (...) Em 100 dias teremos uma nova oportunidade. O país pode se empenhar num processo de renovação democrática, elegendo um novo Congresso que represente a diversidade da sociedade brasileira e que tenha em comum o compromisso real com a luta contra a corrupção e a promoção do interesse público (UCC, junho de 2018)

Além disso, divulgaram a plataforma da campanha que dava transparência aos perfis dos candidatos ao Congresso Nacional que cumpriam três critérios de integridade: passado limpo, compromisso com a democracia e apoio às novas medidas contra a Corrupção. Para as lideranças, a campanha “É por diálogo e tolerância. É contra a corrupção e por direitos” (UCC, junho de 2018). Por toda a campanha, a coalizão fez questão de ressaltar como a luta contra a corrupção é, na verdade, uma luta por direitos. E se é uma luta por direitos, é porque tem compromisso com o princípio republicano de igualdade e toda sua carga de justiça social. A coalizão, nesse sentido, problematiza acerca da assimetria de condições de acesso multidimensional à vida cotidiana pelos cidadãos que compõem a sociedade.

Um terceiro tema republicano capturado para a definição do “problema” da corrupção se refere ao (iii) papel das empresas e do mercado e união dos setores. De forma geral, é um tema que aparece recorrentemente em toda a narrativa do ativismo anticorrupção e é objeto de disputa entre os grupos de organizações. Nos próximos itens elas vão aparecer ora como vítimas da corrupção, segundo os movimentos de direita, ora como culpadas pela corrupção, para as organizações de advocacy, sob uma visão menos antagônica, mas realista sobre a regularidade com a qual aparecem como financiadoras e corruptoras do sistema. Algumas publicações revelam como Estado e mercado desempenham papéis complementares na promoção da ética e da transparência e como essa combinação desses atores é fundamental para o avanço de um sistema político e uma sociedade mais íntegros. Em junho de 2013, durante as manifestações populares, o Instituto Ethos promove uma atividade aberta ao público em geral com o tema: “O que dizem as ruas e o que as

empresas têm a ver com isso?", convidando para a mesa de debates, entre outros, o professor titular de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro. O evento demonstra uma preocupação com a participação ativa e consciente do setor privado nos debates sobre o papel da sociedade civil, respondendo, no que lhe cabe, as demandas apresentadas, especialmente em tempos de crise ou insatisfação popular, como visto nas jornadas. O IFC, em maio de 2014, dispôs sobre a vigência da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13), que responsabiliza empresas por atos corruptos de seus empregados, reforçando que o Estado precisa regular e penalizar práticas ilícitas no setor privado.

Além dessa relação de complementação, porém, as organizações do Grupo 1 expõem relações problemáticas entre governo e empresas. Uma publicação do Instituto de Fiscalização e Controle de julho de 2014 conta o caso emblemático da construtora Cowan, que doou milhões para as campanhas municipais de 2012 e esteve envolvida no desastre público do desabamento de um viaduto em Belo Horizonte. Esse caso ilustra a influência indevida do poder econômico nas decisões políticas e, ainda uma relação espúria que pode distorcer o processo democrático. Sobre isso, o coordenador do Comitê Mineiro do MCCE, em fevereiro de 2015, afirmou que “um dos pontos principais da corrupção no país é o financiamento de campanhas eleitorais” e que a então defendida reforma política democrática seria a “mãe de todas as reformas”, porque é ela que “possibilita a representação no Congresso Nacional de todos os segmentos da sociedade”. Isso exige que governo, empresas e sociedade civil trabalhem juntos para construir um sistema eleitoral mais justo e representativo, que elimine o domínio do poder econômico e permita que a verdadeira voz da população seja ouvida.

Diante dessas distorções apresentadas, as organizações estudadas ressaltam a importância da colaboração intersetorial para combater a corrupção. Dois exemplos disso cobrem o período todo: o Ethos fala em setembro de 2013 sobre como “já existe consciência dos prejuízos que os desvios de conduta provocam”, mas que falta, ainda, “unir os esforços da área pública com os do setor privado para coibir as más práticas”; e em julho de 2018 segue pregando união: “Não existe mais a possibilidade de iniciativas isoladas. É preciso uma atuação em coletividade para caminhar no combate à corrupção, para alcançarmos ações práticas e concretas”, observou o diretor presidente do Ethos, Caio Magri. Esse mesmo ator compõe a coalizão da campanha Unidos Contra a Corrupção e declara:

A Coalizão é uma ação coletiva necessária e urgente para o enfrentamento da corrupção no Brasil. Defendemos um conjunto sistêmico de medidas que agravem a punição dos infratores e que também sejam capazes de prevenir a corrupção, promovendo maior integridade e mais transparência nas relações público-privadas (UCC, junho de 2018).

Esses trechos convergem para a ideia republicana de que o Estado precisa regular e garantir mecanismos de controle e transparência, enquanto o mercado deve operar de forma ética e socialmente responsável. A união entre os setores é fundamental para superar os desafios da corrupção e construir uma democracia sólida e inclusiva.

Por fim, um último tema que se destacou na análise sobre o enquadramento para o “problema” da corrupção é a abordagem da diversidade como um rótulo para o compromisso com (iv) igualdade e justiça social. Para as organizações da sociedade civil, uma ideia ampla de “diversidade” responde a um princípio essencial de igualdade republicana, por onde exigem respeito às diferenças e fomento a políticas inclusivas. O diálogo ecumênico e interreligioso, o papel das mulheres na política, a prestação de serviços públicos essenciais como da saúde e a valorização da diversidade em si são todos exemplos de temas que apareceram nas publicações e que são todos interligados pela busca de uma sociedade mais inclusiva e justa. Nessa perspectiva, a corrupção seria um fenômeno absolutamente contrário. As organizações denunciam como ela vai na contramão do reconhecimento igualitário e do senso de Justiça, impedindo a direção de uma boa vida a todos os sujeitos que constituem a sociedade, ferindo, assim, princípios republicanos.

Entre os exemplos citados, o MCCE anunciou como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “entrou na campanha eleições limpas”, em agosto de 2013, destacando três pontos: o diálogo ecumênico e interreligioso como meio de superar preconceitos e promover a igualdade; a reforma política como um instrumento necessário para garantir maior inclusão de grupos sub-representados, como mulheres, negros e indígenas; e a mobilização nacional por mais recursos para a saúde pública para ampliar o atendimento médico às populações mais distantes, às comunidades indígenas e quilombolas. Já no âmbito do projeto #ethosdiversidade, o Instituto Ethos levou o tema à sua Conferência Ethos 360º, em janeiro de 2016, para debater como “praticar e valorizar a diversidade são

ações que se traduzem no combate ao preconceito e à discriminação, atitudes indispensáveis para a construção de uma sociedade igualitária”. No evento, destacou-se como uma sociedade que pratica a diversidade está melhor equipada para combater a corrupção.

Outro exemplo também é do MCCE, que promoveu, junto com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP), um encontro chamado “O papel da mulher na política e a reforma política democrática”, onde se debateu a necessidade de ampliar participação feminina na política, que é um aspecto fundamental para a promoção da diversidade de gênero nos espaços de poder. A sub-representação das mulheres é vista como uma forma de desigualdade que afeta a democracia e que deve ser enfrentada por meio de reformas políticas inclusivas. No exemplo da saúde, o IFC divulgou uma ação de auditoria cívica para fiscalização de postos em Fortaleza, realizada em parceria com apoio da Ação Cearense de Combate à Corrupção (ACECCI), onde foram encontradas condições precárias como “infiltrações, mofo, remédios vencidos e até aparelhos enferrujados” (IFC, agosto de 2015). A ação reflete dois lados da moeda: como as políticas públicas “sangram” com a má gestão de recursos públicos, em uma perspectiva mais ampla de corrupção; e, em contrapartida, como uma ação em conjunto, realizada por voluntários, reflete a luta para uma saúde pública mais equitativa e transparente.

Nota-se, pelos exemplos, que o combate à corrupção alcança uma dimensão mais ampla quando associado a quadros interpretativos republicanos, pois toca em temas que atravessa toda a constituição da vida pública. Não seria correto afirmar, pois nem mesmo os dados concordariam com isso, que os sentidos republicanos para o problema são exclusivos dos grupos de organizações da sociedade civil. Em 22% das publicações que definem o problema, o ativismo de direita mobiliza alguns sentidos republicanos. Ao chamar o público para se filiar ao Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, o movimento disse, num tom emocionado de dever cívico:

Desde 2014, o MBL vem trabalhando por um Brasil mais livre, justo e próspero. Com você, organizamos as maiores manifestações da história do país, pautamos temas importantes no Congresso e nas câmaras municipais, defendemos a justiça de projetos de leis nocivos a sua atuação, sem deixar de criticar seus privilégios (MBL, fevereiro de 2017).

O movimento afirmou que, no coletivo, “juntos”, conseguiram eleger pessoas honestas, apresentar propostas “exigidas pelas ruas” e combater “a imprensa tendenciosa”. Se proclamam “independentes de partidos na hora de denunciar e criticar, mas não [negam] a política como força da mudança que este país precisa” (MBL, fevereiro de 2017). Em publicação de novembro do mesmo ano, o movimento se posicionou para “lutar e acabar com privilégios”, citando as super-aposentadorias, exigindo celeridade na cobrança das dívidas e da sonegação de empresas e cobrando a resolução do “rombo da previdência social”: “não se engane, é você que está pagando isso tudo!”. Por trás desses apelos pode até estar uma crítica importante às assimetrias de poder, influência e renda na sociedade brasileira, mas qualquer conclusão a respeito do ativismo de direita é superficial até aqui. Logo o MBL e os demais públicos estudados do Grupo 2 vão se mostrar mais enviesados e disruptivos.

4.3.2.2 Problema gerencialista: corrupção é impunidade e prejuízo

O enquadramento gerencialista é o mais expressivo entre as classificações para a variável “problema”, representando 37,5%, entre as 536 publicações que mencionam, de alguma forma, o diagnóstico e a definição para o problema da corrupção. E tanto as organizações da sociedade civil da rede de *advocacy* quanto os coletivos e movimentos sociais de direita se alimentam e retroalimentam os sentidos jurídicos, economicistas e liberais do gerencialismo, apresentando percentuais parecidos entre as publicações demarcadas, com 47,26% e 52,74%, respectivamente. Esses percentuais e a análise dos dados sugerem que, entre a profundidade do debate republicano e a superficialidade e agressividade do debate populista, recorrentemente os públicos ficam na zona do meio, uma zona que parece ter um “conforto” normativo, jurídico e institucional, que preenche um requisito de legitimidade da pauta sem confrontar, por exemplo, um horizonte estrutural, cultural ou sistêmico.

Nesse sentido, para uma parcela das publicações estudadas, o problema é individual – de um comportamento individual –, as acusações são pela lei e o trânsito para resolvê-lo é institucional. Tudo é o caminho do meio. O ativismo não “mexe” demais no problema, não discute em profundidade as bases para a sua resolução, não discute aspectos de

moralidade, legado cultural ou estrutura social. Os grupos estimulam o público a pensar o problema a partir da escolha racional, onde o indivíduo privado faz escolhas no vazio histórico. Mas, apesar disso, o ativismo faz um apelo importante e indispensável para resolver dimensões tangíveis e gritantes do problema – como quando fica comprovado que um agente específico cometeu crimes – e para propor projetos de mitigação. Ele explica e detalha os passos, o que pode complicar a leitura e dificultar a assimilação da mensagem pelo público, mas descomplica o conflito e até concilia visões de mundo dos dois grupos estudados. É, de fato, o terreno amistoso do “fazer” e do “propor”, do “vigiar” e do “punir”.

Na análise das publicações estudadas, se destacaram dois temas que dão os contornos do gerencialismo na luta contra a corrupção: a ideia de impunidade e a ideia de prejuízo. Ambos funcionam aqui como guarda-chuva conceitual para dimensões mais profundas. No campo da impunidade, existe, primeiro, uma dimensão individual, que atribui um caráter estritamente privado para o problema, com ênfase na conduta e comportamento de agentes específicos – pessoa física, jurídica ou agente político – e, também, uma dimensão punitivista, que prega um discurso a favor da ética e supervaloriza o processamento dos casos de corrupção por meio do trânsito jurídico-institucional. Já no campo do prejuízo, existe a dimensão economicista que inclui uma visão liberal sobre o Estado e a corrupção, cujo foco é colocado, entre outros aspectos, na eficiência econômica, na redução do tamanho do Estado e na privatização de serviços públicos.

O Instituto de Fiscalização e Controle é uma das organizações que mais se destacam nesse viés gerencialista, contra a impunidade, e não pelo seu aspecto negativo, mas pela linguagem informativa e prestativa, e pelo tom amistoso das suas comunicações. Em novembro de 2013, enalteceu o papel das associações civis no combate à corrupção e afirmou que as atividades coletivas estavam ganhando adeptos e apresentando resultados: “cassação de gestores, afastamento e prisão de políticos, reparo em obras e até mesmo a devolução de verbas desviadas são alguns dos benefícios de quem dedica parte do tempo para o bem comum” (IFC, novembro de 2013). Observa-se que atribui uma perspectiva interessante de engajamento, mas o endereçamento todo é para fiscalizar, punir e cassar gestores.

O IFC também apresentou alguns conceitos sobre corrupção que são juridicamente orientados e carregados de uma moralidade individual: “corrupção como tudo aquilo que vai contra a lei ou age a favor de interesses particulares em detrimento dos coletivos”, segundo um professor de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), para quem “o tema se relaciona com o caráter de cada pessoa e uma ética cívica coletiva”. (IFC, abril de 2014). Pouco tempo depois, a mesma organização, ela própria, apresentou uma definição: “É crime receber vantagem indevida (corrupção passiva) ou oferecer a um funcionário público vantagem indevida (corrupção ativa). Não aceite! Denuncie”. E divulgou o canal correto para a denúncia. Segundo divulgação do instituto, um tipo comum de corrupção é o seguinte: “Funcionários de empresas públicas são os que mais aceitam subornos internacionais”, citando o caso de Portugal na OCDE (IFC, dezembro de 2014). Por fim, outro exemplo, quando mobilizou o público para a coleta de assinaturas para a reforma política, transpareceu uma visão punitivista: “Venha ajudar a coletar assinaturas pelo fim da corrupção!”; “Corruptos presos de verdade!”; “Penas mais severas!”; “Dinheiro público recuperado!”; “e muito mais...” (IFC, agosto de 2015).

Já o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral traz novamente a discussão sobre a integridade do sistema político e das eleições por meio da reforma política, que não é exclusiva do enquadramento republicano. O MCCE, em conjunto com as dezenas de entidades nacionais que subscreveram o manifesto sobre eleições limpas, também se valeram de um discurso e um sentido para o problema da corrupção que são do mundo gerencial, com o objetivo de endereçar a questão para as instituições políticas federais. Em junho de 2013, publicou, entusiasmado: “o [projeto] eleições limpas será o acontecimento da década”. O *post* tem como pano de fundo o aprofundamento da democracia:

Não tem saída. O sistema político precisa mudar. E essa mudança não virá do Congresso Nacional. A reforma política somente irá ocorrer se a sociedade chegar a um consenso mínimo em torno de um projeto que evite a corrupção, fortaleça os partidos e a democracia partidária, barateie o custo eleitoral e amplie a liberdade de opinião na internet.

A publicação elabora um longo texto para descrever os caminhos para a aprovação do projeto Eleições Limpas, mostrando o passo a passo de como seria viabilizado, incluindo a protocolização de 1.6 milhões de assinaturas da sociedade civil, e o faz utilizando uma

linguagem bastante técnica e pouco acessível. O tom da problematização sobre o tema é cheio de “jurisdiquês”, muito apoiado na legislação e na tramitação legislativa. Mas é inegável a presença de um forte espírito republicano a despeito da linguagem pouco acessível.

O Ethos, por sua vez, centra na corrupção do setor privado, discutindo, principalmente, a lei anticorrupção e os temas derivados dela, como os acordos de leniência. O instituto busca conscientizar e engajar as empresas nesses temas por meio da promoção de eventos, como encontros temáticos, seminários, conferências, etc. Em abril de 2014, realizou um encontro que colocava “em pauta a corrupção eleitoral, a nova Lei Anticorrupção e como enfrentar a impunidade”. Em programas específicos, como o #EthosNaCBN, buscou discutir a eficiência da delação premiada no combate à corrupção, em fevereiro de 2016. Além disso, também divulga ações de entidades vinculadas ao setor produtivo. A C&A Foundation, por exemplo, recebeu o #Ethosapoia para o “desenvolvimento de um setor de vestuário mais justo e sustentável” (Ethos, junho de 2015). O último exemplo do posicionamento do instituto é o discurso economicista para buscar empresas para cadastro no selo Pró-Ética. A conta é essa: se as empresas se envolvem em crimes de corrupção, fere-se a reputação de todo o setor, prejudicando a atividade econômica.

Do outro lado do debate, os coletivos e movimentos sociais de direita expõem e mobilizam a opinião pública com frequência sobre diversos casos de corrupção e impunidade: “indícios fortes de que o BTG, de André Esteves, que continua preso, teria pago R\$ 45 milhões a Eduardo Cunha em troca de emenda em medida provisória que beneficiaria o banco” (VpR, novembro de 2015); “O chefe da Odebrecht, Marcelo, continuará em prisão preventiva, enquanto outros dois executivos da empreiteira ficarão em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica” (MBL, abril de 2016); a “Operação Boca Livre, deflagrada pela PF hoje, prendeu 14 pessoas envolvidas em esquema gigantesco de fraude de 170 MILHÕES DE REAIS (sic), em relação ao mau uso da Lei Rouanet” (Vem pra Rua, junho de 2016); “Preso na 35ª fase da Operação Lava Jato, o sociólogo Branislav Kontic, braço-direito do ex-ministro Antonio Palocci (...)” (MBL, setembro de 2016); “O Tribunal de Contas do Rio é alvo da operação da PF hoje. Cinco dos seis conselheiros estão envolvidos em casos de corrupção e pagamento de propina” (VpR, março de 2017). Esses casos elencados vão se somando no imaginário popular no

dia-a-dia e funcionam como pílulas diárias de indignação contra a impunidade – ideia que será desenvolvida melhor na parte populista – reforçando a ideia de que algo precisa ser feito.

Além desses casos gerais, o Grupo 2 tem predileção pelos casos apurados pela operação Lava-Jato. Do final de 2014 até as eleições de 2018, o Movimento Brasil Livre e o coletivo Vem pra Rua acompanharam de perto o caminho punitivista de enfrentamento da corrupção pelas instituições políticas e pelo Judiciário brasileiro, e ressonaram em suas mensagens cada passo do *impeachment* da Dilma e, depois, da prisão de Lula, intercalando discurso e estratégia gerencialistas com populistas. Dos 106 posts do Grupo 2 que fazem algum tipo de menção ao problema da corrupção, 16 citam Dilma e 20 citam Lula diretamente. Eles foram narrando com bastante expectativa o cerco se fechando em torno das lideranças petistas e, mesmo valendo-se de uma mensagem não-antagônica ou não-contenciosa, acabaram transmitindo essa expectativa também para os leitores.

O Vem pra Rua, em dezembro de 2014, noticiou: "Novidades do Petrolão: de acordo com o delator, parte da propina paga ao PT era oficializada através de doações oficiais ao partido político nas eleições!". E provoca o seguidor: "É esse o Brasil que você quer?". Em junho de 2015, explicou o que são as pedaladas fiscais, a "prática que desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) [que] continua sendo praticada pelo governo Dilma/PT", e como o coletivo estava pressionando órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), para investigá-las. No mesmo período, o MBL traz uma chamada do portal O Antagonista sobre computadores apreendidos pela Polícia Federal que continham e-mails de Marcelo Odebrecht pedindo à Dilma Rousseff que fizesse *lobby* junto ao então presidente eleito da República Dominicana, Danilo Medina. Um dos e-mails pedia que a presidente reforçasse

a confiança que tem na Organização Odebrecht em cumprir os compromissos assumidos; a disposição de, através do BNDES, continuar apoiando as exportações de bens e serviços do Brasil, dando continuidade aos projetos de infraestrutura prioritários para o País (MBL, setembro de 2015).

O movimento encerra o *post* com o tom policialesco: “A Lava-Jato está mais forte do que nunca”. E estava mesmo. O restante da história é sabido: deposição da ex-presidente e a prisão de Lula.

Além desse apelo bastante punitivista, contra a impunidade, os grupos estudados também usaram do apelo economicista, que enxerga a corrupção a partir da ideia de prejuízo. Esse enquadramento é mais frequente nos movimentos declaradamente de direita e liberais. O MBL, por exemplo, em janeiro de 2014, falando sobre os frutos que renderam das passadas manifestações de junho de 2013, apresentou cifras da corrupção: “Levando em conta o último PIB consolidado disponível, do ano de 2012, que fechou em 4,4 trilhões de reais, isso equivale a, no mínimo, uma perda nominal entre 61,7 bilhões reais e 101,2 bilhões de reais”. Na mesma linha, em dezembro de 2014, publicou: “Hoje as ações da Petrobras caíram mais de 6% no pregão da Bovespa (...). Engana-se aquele que achar que a queda na bolsa não é grave, pois só afeta grandes investidores”. O Vem pra Rua fez um *post* em setembro de 2016, com linguagem econômica, para criticar a anistia fiscal para recursos repatriados do exterior em caso de perdão de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Além da exposição de cifras para tratar o “prejuízo” da corrupção, o apelo economicista e liberal volta-se também, como de costume, para o papel do Estado. O MBL, já em maio de 2018, apresentou várias notícias sobre gastos e possíveis cortes no governo, provocando o seguinte: “Governo e Congresso temem que o corte de impostos na gasolina vá prejudicar as contas do governo. Então façam reformas que reduzam os gastos da máquina pública!”

4.3.2.3 Problema populista (A): corrupção tem nome e CPF (ou CNPJ)

O enquadramento populista para o problema da corrupção representa 28,9% entre todos os problemas demarcados na amostra de dados e fica em segundo lugar, depois do enquadramento gerencialista. Dos 155 problemas classificados com o sentido populista, todos são de organizações do Grupo 2, ou seja, dos coletivos e movimentos de direita, e 112 fazem menção ao Partido dos Trabalhadores e seus líderes – mais de 72%. Por tudo que já foi mostrado sobre a problematização a partir do gerencialismo, essa predileção anti-PT é mais do que esperada. Mas, enquanto nos sentidos anteriores busca-se aprofundar a temática, dar um corpo em certa medida teórico para o problema, conectá-

lo substantivamente com raízes históricas e culturais, ou mesmo trata-lo do ponto de vista das leis e do mercado, aqui ocorre justamente o caminho contrário: o *esvaziamento* da temática, por apresentar uma visão caricata e superficial sobre o problema público. Sua tematização, nesses moldes, nem mesmo tangencia pontos nevrálgicos da corrupção.

Os achados mostram a simplificação do problema em torno do PT, reduzindo-o em quem o pratica e, assim, transformando o *quê* em *quem*. No sentido populista, os coletivos buscam enquadrar a corrupção como um problema simples, de origem supostamente óbvia e com CPF (ou CNPJ) específico. Para eles, Lula, Dilma e PT e a corrupção são sinônimos – estratégia de enquadramento populista que será mostrada ainda mais profundamente na definição dos culpados. No Brasil, essa é uma entre outras passagens da história onde o uso discursivo da bandeira é orientado para desacreditar governos, normalmente mais populares e progressistas.

Uma das passagens históricas em que esse uso discursivo ficou claro foi na mobilização pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Logo após as eleições de 2014, quando a presidente tomou posse, o coletivo Vem pra Rua perguntou aos seguidores: "Alguém ainda tem esperança no segundo governo Dilma?", que teria ascendido à presidência por meio de “estelionato eleitoral e tentativa de fazer com que acabe em pizza o maior escândalo de corrupção da história do Brasil?”. Já em 2016, em janeiro, o coletivo afirmou que o Brasil estava se afundando cada dia mais, mostrando um diagnóstico sobre o legado de Dilma: “Ligada a um partido corrupto, cujas lideranças estão todas presas, com a falta de apoio dos próprios aliados, e líder de um governo que quebrou o país e de um povo que foi enganado e agora sofre as consequências de suas mentiras”. No mesmo período, lamentou a situação do Brasil:

Muito triste ver um país com tanto potencial, ter seu futuro condenado pela corrupção e má gestão do Governo do PT. Muito triste ver 1,5 milhões de pessoas perdendo seus empregos. O Brasil é o único país do mundo, entre as 12 maiores economias, que teve um PIB negativo em 2015. Estamos te dando 1,5 milhões de novas razões para você vir pra rua (Vem pra Rua, janeiro de 2016).

Todas as mazelas desaguam na atuação do partido. O Movimento Brasil Livre também faz o caminho da simplificação: “Dilma Rousseff está se afundando cada vez mais com os escândalos envolvendo sua campanha, além dos escândalos já conhecidos que

enriqueceram petistas e seus aliados” (MBL, fevereiro de 2016), e convoca para manifestações. Logo em seguida, em março de 2016, o movimento começa uma comunicação com a frase “A questão é simples”, representativa do argumento aqui posto, e descreve:

A guerra contra o PT não é uma mera divergência política, que abarcaria discursos bonitinhos de democracia interna nos partidos. SE TRATA DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (sic) que tomou o Estado brasileiro de assalto, que faz fraudes bilionárias nas contas públicas, que fez o maior escândalo de corrupção da história do país (MBL, março de 2016).

Ainda no mesmo mês, após várias manifestações de rua convocadas por esses movimentos de direita estudados, o pedido de *impeachment* foi finalmente protocolado e o Vem pra Rua publicou com entusiasmo: “Viva a democracia. Viva a justiça”, seguido das *hashtags* #foraPT e #vaiterjustiça. O coletivo afirmou que o dia 28 de março entrou para a história por causa da vitória dos movimentos e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quem entrou com o pedido, e também porque o PT provocou um vexame: “com uma nota de rodapé vergonhosa, impostora e autoritária: os militantes da vergonha e da mentira tentaram impedir fisicamente que o presidente da OAB, Cláudio Lamachia, cumprisse seu papel”.

Em junho de 2016, o MBL publicou: “Desde 2014 Dilma vinha fazendo pedaladas fiscais (...)” e, se ela voltar, “continuará com os erros grotescos nas contas públicas, continuará com um governo ruim e continuará mentindo para os brasileiros”. E ameaça o público que não for às manifestações contra ela: “estaremos nas ruas mais uma vez para impedir que ela volta, e já devemos avisar. Se você não for, ela volta”. Essa publicação foi acompanhada de mais duas no mesmo dia: “Isso não tem preço: ver Dilma confessando que todo o discurso de falso plebiscito nunca passou de algo que ela não poderia entregar”, ao se referir à possibilidade de chamar novas eleições, se contrapondo a uma narrativa de golpe disseminada pela presidente e seus aliados. E provoca, mais uma vez: “Ao contrário do governo Dilma, quem é contra a Lava-Jato cai!”.

Pouco tempo depois, em janeiro de 2017, já consolidado o *impeachment*, a mira do MBL se inclinou para Lula. O movimento fez uma publicação sobre Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, que o conectou a Lula e aliados do PT quase como um

retrato falado do emblemático *power point* do Dallagnol¹⁰⁹. A publicação ilustra uma visão caricatural e simplista da corrupção onde tudo e todos acabam vinculados ao partido: "Sérgio Cabral foi o queridinho de Lula. Da imprensa. Dos cariocas. De Eike Batista. Dos mensaleiros. Da família Picciani. Da esquerda brasileira. Do Comitê Olímpico. Das empreiteiras. Da FIFA. De Luciano Huck. De Dilma". Segundo o movimento, "não é possível agradar uma turma destas se não houver alguns milhões (e alguns diamantezinhos...) (sic) envolvidos..." (MBL, janeiro de 2017).

No Capítulo 3 da tese, o índice de engajamento digital mostrou a proeminência das comunidades de direita na disseminação de conteúdos pela Internet nos primeiros anos estudados. A página da Fora Corrupção e a do Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil se destacaram em 2013 e 2014 com mensagens eloquentes contra o PT. A primeira, originalmente, chamava-se "Fora PT", então não dá pra esperar menos do que uma inclinação – para não dizer obsessão – para a exposição de casos de corrupção e de outras ações do partido que o coletivo entende como moralmente questionáveis. Logo em janeiro de 2013, um *post* revoltado sobre a transposição do Rio São Francisco já anunciou a percepção sobre o problema, o alvo principal e o tom que seria adotado na narrativa: "Um crime que precisa ser mostrado. E ainda tem idiotas que defendem este cara e sua corja de ladrões corruptos". A página faz uma pergunta retórica sobre os custos da transposição do rio e responde: "Impossível dizer ao certo, metade do valor está nos cofres e contas bancárias de Lula e sua corja". Por fim, dispara contra Dilma: "Em todos os casos, vamos adiante, vamos mostrar ao mundo como é a verdade neste país da hipócrita e mentirosa Dilma Rousseff e sua corja".

O ativismo de direita, nesse caso, anima uma tematização discursiva, primeiro, não substantiva, porque se esquia de discutir as bases históricas e culturais da corrupção no Brasil; segundo, não legítima, porque o foco não é propriamente combatê-la em sua origem e raízes sistêmicas; e, terceiro, instrumental-oportunista, no sentido de que se

¹⁰⁹ Se trata de uma apresentação do procurador Deltan Dallagnol, apresentado em 2016, que tornou-se um símbolo da Operação Lava Jato. Nele, Dallagnol expôs um gráfico acusatório sugerindo que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria o "comandante" de um esquema de corrupção na Petrobrás. O diagrama simplificava e conectava Lula ao centro do esquema, com setas e termos como "propinocracia". O *PowerPoint* gerou forte controvérsia, sendo criticado por sua falta de provas diretas e pela abordagem sensacionalista da acusação.

apropria da bandeira para fins antidemocráticos, ao ser subvertida por grupos para alcançar objetivos políticos específicos. Além disso, essa subversão da bandeira acaba canalizando a revolta dos públicos em desfavor da política institucional vigente. Quando há o ataque ao partido, no caso, o partido incumbente, também há o indireto às instituições. O Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, tornou-se “o escritório de advocacia do PT” (Acorda Brasil, fevereiro de 2014).

4.3.2.4 Problema populista (B): corrupção e o balaio de indignações

Paradoxalmente, os coletivos e movimentos de direita também se alimentam e potencializam outro quadro populista para a definição do problema da corrupção, não mais como algo tão simples e direcionado, mas justamente o contrário: como uma ideia de que ela está em tudo e em todos os lugares. São duas narrativas extremas, mas que convergem para o mesmo alvo e são atribuídos pelo mesmo conjunto de movimentos. Elas conciliam as dimensões estratégicas e simbólicas do ativismo, ou seja, a partir da governança das lideranças ou administradores dos movimentos e páginas virtuais de direita, a via *top-down* do ativismo, e a ressonância cultural da sociedade, via *bottom-up*. Essas narrativas constroem com o passar dos anos um sentimento bem sedimentado de que a corrupção é generalizada, de que todos vivemos no país do caos e da desordem e de que, portanto, algo muito sério e disruptivo precisa ser feito.

Conclui-se, a partir dos achados da pesquisa, que os grupos de direita estudados dispõem ao público, metaforicamente, uma grande cesta indicando “deposite sua indignação aqui!”. A cesta se chama “corrupção”. Quem pode depositar nela é, sobretudo, o sujeito conservador. Esses achados da pesquisa encontram referências teóricas importantes do populismo, por onde pode-se caracterizar a corrupção como um “significante vazio”, ou um “significante flutuante”. São termos elaborados por Ernesto Laclau (2013), que suscitam uma espécie de vácuo de significados a ser preenchido tão logo um novo projeto político se anuncie ou que se encontre uma “ideologia hospedeira” (MUDDE; KALTWASSER, 2017 *apud* CASSIMIRO, 2021. p. 10), que é o caso da ideologia conservadora entranhada na base social brasileira.

Segundo o conceito, o *significante* agregaria em torno de si, em um processo de encadeamento de equivalências, uma série de demandas populares não atendidas. E tende a direcionar essas frustrações em desfavor da política institucional vigente, como foi o que aconteceu com o PT, governo incumbente em boa parte dos anos estudados. Para o autor, o *significante* vazio demanda uma bandeira carismática capaz de articular e equivaler significados, disputando narrativas com outros discursos hegemônicos (LACLAU, 2013). Quanto mais carismática a bandeira, mais potencial de reunir e rotular descontentamentos e inquietações populares. Entendo, ao reunir os achados, que a corrupção é justamente essa bandeira carismática, capaz de convergir uma variedade de indignações e inflamar o público contra o sistema político.

Dos 155 *posts* populistas que buscam identificar, definir ou reconhecer o problema da corrupção, todos são do Grupo 2 e 112 fazem alguma menção ao PT, como já mostrado, enquanto os remanescentes 43 apresentam temas acessórios que também contribuem com as definições, mas não mencionam o PT. As *tags* que foram utilizadas para sintetizar as publicações mostram, ainda que de maneira superficial, como a indignação vai se construindo: “chamamento e desabafo; *post* que mistura temas conservadores”; “música de desabafo do Legião Urbana”; “desabafo e convocação”; “desabafo e voto nulo”; “notícia sobre Venezuela”; “contra a Folha de São Paulo”; “acusações a membros da comissão de *impeachment*”; “custo do sistema prisional”; “contra menores infratores”; “crítica carnaval e postura do povo”; “crítica a revolução sexual; nova fase do feminismo”; “corruptos são sempre os mesmos”; “contra a ONU”; “contra o indulto de Natal”; “vaías contra Gilmar Mendes”; “notícia sobre a greve dos caminhheiros”; “contra a ‘máfia’ do Judiciário”; entre tantos outros.

Empilhados dessa maneira, os temas acessórios chegam como “pílulas de indignação diária” para o seguidor das páginas. Relativizando as proporções, é algo que lembra os “dois minutos de ódio” de George Orwell, em 1984, que eram sessões diárias onde os cidadãos recepcionavam conteúdos caricatos e eram obrigados a expressar raiva contra inimigos do Estado¹¹⁰. Tirando como exemplo, então, como falar de corrupção sem falar

¹¹⁰ Os “dois minutos de ódio” estão contidos no livro “1984”, de George Orwell, cujas sessões diárias reforçavam a lealdade das pessoas ao regime totalitário e despersonalizavam qualquer oposição. Esse ritual servia como ferramenta de controle emocional e manipulação política.

de corrupção? Essa é a estratégia desse tipo de tematização do problema público, ou seja, construí-lo sem tocar nele. Com o passar do tempo, as ideias de “corrupção generalizada” e “caos instaurado” sedimentam-se no imaginário e nos sentimentos dos sujeitos que participam do debate público.

Para construir esse “tudo ou nada”, esse cenário de caos generalizado, os movimentos se valeram, principalmente, de três tipos de posicionamentos: a) contra a esquerda, o comunismo e o socialismo de forma explícita e genérica, incluindo casos de outros países do mundo; b) críticas a partir de temas da ordem do dia, tais como a violência urbana, a Copa do Mundo, a greve dos caminhoneiros, etc; c) contra programas e políticas sociais mais amplas que, em geral, são implementadas pelos governos de esquerda, tais como políticas de inclusão nos campos trabalhistas, de educação e de cultura.

A página da comunidade Fora Corrupção, preeminente nos idos de 2013, foi uma das primeiras a disparar radicalmente contra a esquerda e a viralizar esses conteúdos. Em janeiro desse ano, acusou de oportunista o Marcelo Freixo, do PSOL, em manifestação contra a desocupação do antigo museu do índio no Rio de Janeiro, habitado desde 2006 por indígenas: “eis que surge o OPORTUNISTA DO PSOL FREIXO (sic), acenando e apertando mãos como um Pop Star do Rock!!! É Impressionante como esses políticos não tem limites!”, e completa: “FORA PT, FORA PSOL, FORA OPORTUNISTA!!! (sic)”. Em abril, a comunidade comemorou o alcance da página, 10 mil pessoas, se proclamou “a página de atitude, que bate de frente sem medo” e declarou: “Somos terminantemente contra o comunismo, contra o socialismo, contra os partidos que apoiam esse regime totalitário, ditador e corrupto”. Como de costume, convidou os seguidores a dizerem “não a essa quadrilha de terroristas que se entranhou em nosso solo”. Em maio do mesmo ano, disse que, primeiro lugar, está a “verdade”, e não “a mentira a grande arma dos comunistas e partidários do PT, PSOL, MST, CUT”.

Com o passar do tempo, a antipatia pela esquerda foi se convertendo na denúncia de algo maior, com espírito conspiratório, inclusive buscando teorizar sobre uma suposta ideologia globalista de recrutamento, que tem ambição de ocupação hegemônica e totalitária. Em outubro de 2013, a Fora Corrupção disse:

após a fracassada tentativa de implantação de uma ""ditadura do proletariado"" através da luta armada, terroristas e desocupados resolvem adotar uma estratégia muito mais nociva e eficiente para tomar o poder no Brasil: o marxismo cultural (Fora Corrupção, outubro de 2013).

Quase dois anos depois, essa assumpção já tinha o que se disseminou como “respaldo científico”. Em abril de 2015, um texto longo foi publicado na página, onde se propôs a “apresentar” o inimigo para os seguidores: “Para combater o inimigo, antes é necessário conhecê-lo”. O texto mostra uma suposta finalidade revolucionária do destino dos recursos desviados pela corrupção, e reconstrói o caminho ideológico do marxismo, passando por Lênin e Trotsky, chegando até Gramsci e um estilo de resolução cultural que estaria em curso no Brasil, orquestrada pelo PT, seus líderes e aliados progressistas:

No contexto atual, a liberdade não é mais ameaçada por fuzis, baionetas, bombas e atentados terroristas; pelo menos, inicialmente, o marxismo age com armas muito mais cruéis e eficientes. De princípio, a Cartilha de Lênin e Trotsky dá lugar a outro gênio; ainda mais letal às liberdades individuais e aos preceitos democráticos. Estamos falando da Revolução Cultural, a chamada “Revolução Passiva”, idealizada pelo co-fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci (1891-1937) (Fora Corrupção, abril de 2015).

A página conecta a situação do Brasil a um movimento global, o chamado “Poder Central da Internacional Socialista”, que seria o destino final de um conjunto de passos estratégicos da esquerda: primeiro a “esquerda gramscista se firma no poder, através do “já consagrado simpático fanfarrão de discurso carismático, Luiz Inácio da Silva, o Lula (sic)”; depois, infiltrados nas escolas, universidades, veículos de comunicação de massa e “excomungados da Igreja Católica, a partir do surgimento da Teologia da Libertação”¹¹¹, vão construindo o socialismo; depois “o marxismo internacional começaria a deixar cair à (sic) máscara de ‘Democracia’ ao prosseguir na escalada da busca pela hegemonia, através das reformas culturais”. Entre as reformas culturais, são citados: “cartilhas de orientação sexual”, distribuídas nas escolas para crianças menores de 14 anos de idade; mudanças no “conceito legal de ‘Família’, impondo o absurdo da

¹¹¹ Para o coletivo, a Igreja Católica tem um papel fundamental. Vejam a construção: “no contexto revolucionário marxista gramscista o Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu sob a égide da Teologia da Libertação no seio da Pastoral Operária, das Centrais Sindicais e dos Movimentos Eclesiásticos de Base da Igreja Católica era o Partido que reunia as condições e as ferramentas para o marxismo internacionalista alcançar hegemonia do Poder (idealizada por Gramsci) no país mais importante da América Latina. Motivo pelo qual a ex-guerrilheira Dilma migrou para o PT”.

‘Família Homossexual’ (sic)”; aprovação de “leis que conferem o *status* de Poder da República para Movimentos Sociais (Organizações terroristas) como o MST”; tudo isso com o financiamento das FARC colombianas, pelo tráfico de cocaína, em aliança constituída como “Foro de São Paulo”.

Ao tentar destrinchar o movimento global e orientar os seguidores, a comunidade Fora Corrupção não se furta de cometer sacrilégios cognitivos, como, por exemplo, afirmar que o “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães”, o Partido Nazista, era de esquerda e refletia a “ideologia socialista”, deixando o alerta: “O partido estabeleceu o Terceiro Reich após ter sido democraticamente eleito para liderar o governo alemão em 1933” (Fora Corrupção, janeiro de 2013). O caso da Venezuela é ainda mais utilizado por esse e outros movimentos, de forma recorrente, para fazer coro sobre regimes totalitários. O MBL, em janeiro de 2016, por exemplo, narrou que, “ainda que de maneira bem sutil, Dilma Rousseff reforçou, na última semana, apoio à sangrenta revolução bolivariana na Venezuela”. Dilma teria se silenciado sobre o caso. Já em outra conferência, o Brasil não reforçou o respeito aos direitos humanos e “preferiu adotar um tom “conciliador” (sic) entre Argentina e Venezuela”. O MBL entendeu que o Brasil “preferiu se acovardar e consertar um “incidente diplomático” (sic) do que, de fato, apontar o totalitarismo no país de Maduro”. Este é um dos *posts* menos caricatos sobre a forma como o caso da Venezuela é narrado aos seguidores, entre todos os movimentos, nos anos estudados. Normalmente, narrativa é bem mais violenta e conspiratória.

O segundo tipo de posicionamento que merece destaque diz respeito aos assuntos da ordem do dia. São correlatos ao tema da corrupção e, juntos, formam um sentimento de caos, impotência e indignação. Os coletivos e movimentos, não só os de direita, têm por prática acompanhar o noticiário e captar temas que podem fazer sucesso de engajamento na opinião pública e gerar ressonância na base social. Nas organizações estudadas, um dos temas mais relevantes é o da segurança pública e seu “avesso”, por assim dizer, a violência urbana. Em fevereiro de 2014, o administrador da página Fora Corrupção, falando em primeira pessoa, contou que foi assaltado e agredido por bandidos: “Fica minha indignação; virei estatística”, e conclui: “Estamos reféns desses marginais”. O MBL, em 2017 e 2018, apresentou algumas publicações com a pauta da segurança pública, associando com a má gestão dos governos do PT:

Bancados pelo bilionário Jorge Paulo Lemann e seu amigo George Soros (da Open Society Foundations), a esquerda prepara uma série de sucessores do petismo para que o Brasil continue batendo recordes e mais recordes em homicídios e insegurança. No primeiro semestre, foram 28 mil assassinatos em todo o país; até agora, no Rio, cerca de 100 policiais foram mortos por criminosos (MBL, agosto de 2017).

Os números elevados “engrossam o caldo” da indignação pública, funcionando como uma espécie de “espessante conservador” no debate público. E, a depender de como colocado, o tema gera também comoção. No mesmo ano, o MBL dispôs contra o indulto de Natal, em dezembro de 2017: “O presidente Michel Temer manteve a tradição de premiar a bandidagem com mais um indulto de natal”. Segundo eles, a ação é ainda mais grave porque deve abarcar também os presos por corrupção: “corruptos de toda sorte podem comemorar - na rua - o fato de viverem no país da impunidade”. E logo depois falou sobre a morte de uma policial e lamentou a postura dos políticos: “Ao contrário de outros pré-candidatos que se calam quando um PM morre, Flávio (Rocha) manifestou sua indignação sobre a morte de Caroline Pletsch, assassinada com tiros no peito” (MBL, março de 2018 – inserção da autora). A notícia é sensível, mas mais sensível ainda são várias desse tipo encadeadas. Não é uma publicação específica que configura o caos, mas é a regularidade com que esses temas aparecem, o encadeamento deles, que dá a sensação de descontrole para o problema público.

Além do tema da segurança pública, a pecha de uma nação descontrolada, como um carro desenfreado, é construída por temas aleatórios. Por exemplo, a comunidade Acorda Brasil, em maio de 2014, faz um desabafo sobre a Copa do Mundo:

O Brasil está invertendo os valores aonde uma partida de futebol é mais importante do que uma vida que se perde no sus da vida ou mesmo a falta de segurança que virou privilégio de poucos e a educação cada vez pior e nesse texto aqui escrito isso fica bem evidente rsrsr !!!! infelizmente todo isso é furto ...ops é fruto da corrupção e quer saber mais o brasil vai ser campeão o maior circo da história !!!! (sic).

O autor do texto pede desculpas pelos erros de português e diz que estudou em escola pública, o que o conecta e dá lugar de fala a parcela significativa da população brasileira. Na mesma linha, a Fora Corrupção apresenta uma ideia de “balbúrdia” a partir do Carnaval de 2017, uma festa popular efusiva e expansiva que é amplamente mobilizadora, as vezes mais do que as injustiças que os mesmos participantes sofrem. Desabafa: “Jamais

vou entender este fenômeno chamado, Carnaval (sic)”. E completa com uma visão caricata e conservadora sobre o Carnaval:

Um povo sofrido, roubado, explorado, muitas vezes sem perspectivas, de uma hora pra outra, explode numa alegria sem motivo...sem limites, sem pudor. (...) Os canalhas no poder, adoram esta orgia sem sentido, porque pelo menos por alguns dias, o povo está olhando pro outro lado, enquanto eles continuam sugando cada gota de sangue e cada centavo que puderem roubar. (Fora Corrupção, fevereiro de 2017).

Em algumas publicações, mesmo quando replicando notícias sem fazer juízo de valor, ainda assim é nutrida a ideia de desordem, de um país que precisa de controle e governança, como no *post* sobre a greve dos caminhoneiros em 2018, pouco antes das eleições presidenciais: "Caminhoneiros interditam totalmente a pista local da Marginal Tietê, em São Paulo, no sentido Ayrton Senna, registra o Estadão" (Vem pra Rua, maio de 2018). A corrupção não é o núcleo da mensagem, mas essa greve foi amplamente noticiada e uma parcela dos políticos fora do *mainstream* à época, como o próprio Jair Bolsonaro, se valeu dela para se confrontar com o PT.

Por fim, o último tipo de posicionamento que constrói a corrupção como um “balaio de indignações”, portanto, um significante vazio, é o encadeamento de temas que confrontam os programas e políticas tipicamente de esquerda, como aquelas voltadas para as garantias trabalhistas, de acesso à Educação e à Cultura. O primeiro exemplo refere-se à crítica às leis trabalhistas, que comprometeriam injustamente, ao invés de apoiar, a vida dos trabalhadores. O MBL, nesse sentido, diz que a legislação brasileira foi inspirada na Carta Del Lavoro, criada pelo fascista Mussoline: “A definição do fascismo tem tudo a ver com a CLT: tudo dentro do estado, nada contra o estado e nada fora do estado”. E o trabalhador fica como? “Metade do salário bruto fica com o governo, e metade do salário líquido também. Tudo isso para garantir ""direitos"" (sic)” (MBL, abril de 2017). Por trás da provocação está uma ideia de que, “pra variar”, o Estado é o que abocanha boa parte do dinheiro que deveria ser usufruído livremente pelos cidadãos, e justamente um Estado que não é “digno” para redistribuir bens e serviços.

Outro exemplo importante está na área de Educação, como a ideia de “balbúrdia” nas universidades. Para o MBL, em abril de 2016, durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, “a educação na era PT já tem sido vítima de irresponsabilidade e descaso.

O lema ""Pátria Educadora"" (sic) parece uma piada de mau gosto para quem acompanha a situação das universidades no país". O movimento criticou os cortes de recursos, mas também alegou que o PT estava incentivando os alunos a faltarem às aulas para protestar ""contra o golpe"" (sic). Segundo eles, aqueles que ocupavam vagas em universidades estavam saindo em greve para defender a então presidente. Um ano depois, uma publicação do mesmo movimento começa assim: "DE ARREPIAR!", e conta sobre o depoimento "emocionante de um pai de dois filhos e chefe de família", em audiência do Escola Sem Partido¹¹² no interior de São Paulo, que denunciava "a doutrinação nas escolas feita por alguns professores". O pai "DETONOU (sic) a hipocrisia petista e levou a maioria da galeria À LOUCURA (sic), sob os gritos de: a nossa bandeira jamais será vermelha e dizendo o que está entalado na garganta de muito brasileiro" (MBL, abril de 2017).

Por fim, a polêmica Lei Rouanet¹¹³ é o último exemplo de programa atacado por coletivos e movimentos para compor a ideia de caos. O MBL, em junho de 2016, por exemplo, compartilhou notícia do jornal O Globo sobre um casamento em Florianópolis que foi "bancado pela Lei Rouanet" e teve até show sertanejo. O movimento celebrou a operação deflagrada pela Polícia Federal para apurar fraudes de 180 milhões de reais praticadas por meio dessa lei e recomendou como solução o seguinte: "Michel Temer tem todos os motivos para, mais uma vez, acabar com o Ministério da Cultura". É o tipo de solução simplificadora, tipicamente populista, que costuma vir como recomendação após a denúncia de algum tipo de corrupção ou ação entendida como imoral. Isso será discutido no item correspondente de resultados, na parte de "alternativas". No caso citado, a Lei Rouanet, programa criado com o intuito de democratizar o acesso à cultura e com efeitos positivos sobre a economia local por onde acontecem as ações de fomento, deveria ser simplesmente descontinuado, pois os movimentos enxergam a corrupção como regra, não como exceção. A regra é a "corrupção generalizada".

¹¹² O Escola Sem Partido (ESP) é um movimento que propõe combater o que considera "doutrinação ideológica" nas escolas brasileiras, defendendo que professores não imponham suas convicções políticas, religiosas ou morais aos alunos. Mas o que parece garantir a neutralidade política e ideológica, na verdade, espelha uma visão conservadora de educação.

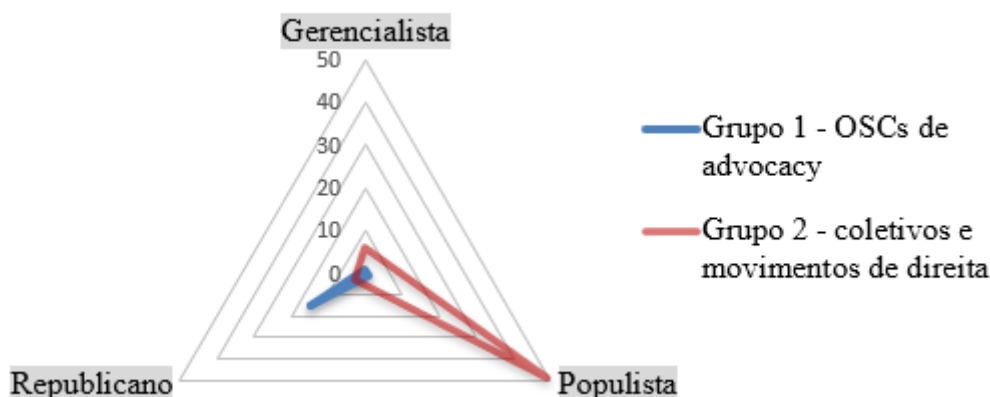
¹¹³ Lei Rouanet é uma legislação brasileira que incentiva a cultura, cujo objetivo é fomentar a produção artística no país, oferecendo incentivos fiscais para quem apoia iniciativas culturais. A legislação permite que empresas e indivíduos destinem parte de seus impostos para financiar projetos culturais.

Existem vários outros exemplos, nas centenas de publicações estudadas, que reforçam a ideia de que está tudo errado, que a nação está em completa desordem e que a corrupção é causa e consequência – não se define bem a ordem da correlação – de “tudo que está aí”. Por isso, a bandeira mais parece um grande “balaio de indignações”, absolutamente indefinido, podendo ser preenchido por qualquer conteúdo. Considerando a tese laclauniana, para quem o *significante vazio* é um ativo importante de líderes carismáticos aspirantes a projetos populistas, a corrupção como *significante vazio* pode ser um ativo que robustece o ativismo multifacetado contra o *establishment* político e, conseqüentemente, acaba favorecendo a ascensão de projetos políticos antagônicos ao que vigora, a partir da promoção de equivalências de significados diversificados – como antipetismo, anti-igualitarismo, nacionalismo demofóbico, sentimento de ressentimento e marginalização na esfera pública, entre outros.

4.3.3 As vítimas da corrupção: dos cidadãos de direitos aos cidadãos de bem

Vítimas e culpados da corrupção formam uma dupla importante e sincronizada na etapa de diagnóstico do problema. Eles vêm, em muitos momentos, conectados no mesmo *post*, na mesma estrutura narrativa, combinados para dar força aos argumentos republicanos, gerencialistas ou, principalmente, populistas. O populismo é disparado a maior chave de sentido para a demarcação das vítimas (65,8%) e dos culpados (59,4%) da corrupção, sobretudo entre os coletivos e movimentos de direita. Em números absolutos, no entanto, as vítimas aparecem demarcadas em apenas 76 publicações (pouco mais de 10%), enquanto os culpados aparecem em 320 publicações (43,2%), o que sugere que o peso da argumentação das organizações está mais na tematização do problema em si e na definição dos culpados e menos em quem sofre com a corrupção. A imagem abaixo ilustra a distribuição das vítimas demarcadas para cada enquadramento, por grupo de organizações.

Gráfico 15. Representação gráfica das “vítimas” pela corrupção para cada enquadramento, por grupo



Fonte: elaboração própria.

Alguns pontos chamam a atenção na análise das publicações estudadas, por onde emergem três tipos de “vítimas” da corrupção, a saber: i) a preferência pelo sentido republicano na designação de vítimas da corrupção pelas organizações da sociedade civil – os “cidadãos de direitos”; ii) o apagão das vítimas nos enquadramentos gerencialistas, entre os dois grupos de organizações, com apenas sete *posts* – os “cidadãos-clientes”; iii) a preponderância de vítimas de sentido populista designadas pelos coletivos e movimentos de direita, representando mais de 64% do total de publicações com vítimas designadas por esse grupo – os “cidadãos de bem”.

4.3.3.1 Vítima republicana: o cidadão de direitos

O cidadão de direitos é uma das figuras que desponta como vítima da corrupção nas publicações das organizações estudadas, principalmente das organizações do grupo 1. O cidadão de direitos é uma importante chave de sentido republicano para a designação de vítimas. Aparecem caracterizadas nas mensagens como aqueles cidadãos comuns que podem “fazer a diferença” no âmbito de uma cultura cívica, passando também por

categorias específicas – como ativistas, denunciantes, cristãos, associações civis –, grupos minoritários¹¹⁴, como indígenas e mulheres, até uma ideia abstrata de rua e povo.

No *post* de abertura da base de dados, em janeiro de 2013, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral divulgou um documentário com a história do movimento e suas conquistas no combate à corrupção: “Este vídeo não tem o Di Caprio nem a Jolie, mas fala da grande conquista dos Joões e das Marias do Brasil. Vamos divulgá-lo e comentá-lo como tantos fazem com os BBBs”. A sociedade civil, repleta de “cidadãos comuns”, é retratada, ao mesmo tempo, como vítima da corrupção e como grande entusiasta do seu combate por meio de engajamento e trânsito institucional de propostas legislativas. Foram a sociedade civil organizada e suas entidades as responsáveis pela longa campanha que deu origem à Lei da Ficha Limpa, instrumento que cria obstáculos à candidatura de políticos que tiveram suas contas públicas rejeitadas por malversação dos recursos públicos. Só que pouco tempo depois, o MCCE precisou também fazer uma série de publicações repudiando retrocessos que parlamentares estavam promovendo contra a Lei da Ficha Limpa. A vítima, nesse caso, é a “vontade manifestada por toda a sociedade brasileira, amparada em projeto de lei de iniciativa popular”, o conjunto de cidadãos que lutou para construir esse marco.

As vítimas e heróis do engajamento popular são frequentes nos *posts* de notícias sobre atos de combate à corrupção. O Instituto de Fiscalização e Controle apresentou um caso, em fevereiro de 2015, em que “centenas de moradores de [suprimido nome do município] não se incomodaram de ficar em pé, na rua, para participar da criação da ONG de combate à corrupção”. Em outra publicação, enalteceu o papel das associações civis, que “tomam as rédeas do combate à corrupção”. Para eles, “usar a força do cidadão para combater a corrupção é o grande objetivo de grupos populares, cada vez mais comuns” (IFC, novembro de 2013). O MCCE citou o caso de um município amazonense cuja população sofre com o descaso do poder público e com a corrupção: “Por causa da corrupção, milhares de famílias [suprimido nome do município] não têm moradia digna, moram em palafitas sem água, sem esgoto. Falta alimento na mesa da grande maioria”. O município

¹¹⁴ Minoritários do ponto de vista de acesso a direitos e oportunidades, não em termos de contagem populacional.

dispõe de um comitê de combate à corrupção ligado ao próprio movimento. Segundo o coordenador regional, o prefeito da cidade tem um currículo extenso de acusações de desvios e malversação de recursos públicos. Publicações como essas são comuns entre as organizações da sociedade civil, que articulam o tema da pobreza com problemas redistributivos agravados pela corrupção.

Outras categorias específicas também foram expostas como vítimas da corrupção pelas organizações da sociedade civil. O IFC denunciou: “ativista tem a vida ameaçada e precisa viver em outra cidade!”. A proteção ao denunciante é uma longa agenda de combate à corrupção pressionada por agências internacionais focadas em desenvolvimento – portanto, gerencialista –, mas que tem elementos republicanos importantes por trás, como assimetrias de poder, preservação da vida e igualdade. O Instituto Ethos trouxe o tema para um dos seminários que promoveu no âmbito do projeto #ethosintegridade, provocando a reflexão: “você denunciaria um ato de corrupção?”. Na oportunidade, foram discutidas formas de proteção ao denunciante.

O MCCE trouxe notícia sobre o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2015, da Igreja Católica, momento em que o secretário geral da CNBB “pede aos cristãos que se engajem na Campanha pela Reforma Política e Democrática e Eleições Limpas”. No discurso, o “povo de Deus” aparece como vítima da corrupção. Da mesma forma, o MCCE divulga o apoio dos indígenas na reforma política, mas vai além, conectando os temas das eleições e a defesa de agendas indígenas, como a demarcação de terras. A discussão ocorreu durante colóquio interdisciplinar sobre povos indígenas e resistência política e teve a participação do líder Guarani-kaiowa Anatácio Peralto, que afirmou: “O congresso nacional é pautado por interesses econômicos, pensa na terra como um grande negócio e incompatível com a sustentabilidade”. Assim, a articulação da pauta anticorrupção com agendas de categorias específicas e grupos minoritários acaba dando um sentido mais profundo para o próprio problema da corrupção em si, pois reivindica também uma simetria de acesso a direitos e deveres.

Na mesma linha, o Instituto Ethos promoveu uma série de reflexões republicanas sobre vítimas da corrupção, nem sempre com foco absoluto em combatê-la, mas problematizando temas correlatos, como o #ethosdireitoshumanos, um projeto importante

de humanização e responsabilização social das empresas. Por exemplo, em junho de 2016, definiu como vítimas as mulheres: “o feminicídio antes saía nas páginas policiais da imprensa. Agora é em ‘sociedade’”. Ao mesmo tempo, fica evidente que a polícia já não pode mais definir um feminicídio como crime passionai”. Em dezembro do mesmo ano, o instituto denunciou medida que dificulta o combate ao trabalho escravo e afirmou que “o país foi condenado na OEA por trabalho análogo ao escravo e foi obrigado a divulgar a ‘lista suja’ das empresas que submetem trabalhadores” a essa condição. Mesmo que o instituto tenha um potencial menor de disseminação de informações pelas redes sociais virtuais, ele é central nas redes de *advocacy* e pautou temas republicanos ao longo dos anos.

As vítimas segundo os coletivos e movimentos de direita aparecem em bem poucas mensagens com o enquadramento republicano. Em maio de 2018, por exemplo, o Movimento Brasil Livre criticou os salários dos servidores públicos federais buscando uma discussão republicana sobre privilégios. Não culpam os servidores em si, mas uma lógica desigual que prejudica os cidadãos “pagadores de impostos”. O MBL fala em “elite” e contrapõe, como vítima, “o povo brasileiro [que] sustenta uma elite com os próprios impostos”. Só que os coletivos e movimentos têm uma forma peculiar de enquadrar as vítimas no sentido republicano. Com conteúdo mais etéreo e tom convocatório, exaltam um sentimento de pertencimento e transformação via manifestação popular: “vem pra rua porque a rua é a maior arquibancada do brasil”, afirma o movimento Acorda Brasil em plena jornada de junho de 2013. Para o coletivo Vem pra Rua, em novembro de 2016, as vítimas são as milhares de pessoas que devem participar de ato: “iremos aos milhares, em mais de 75 cidades pelo Brasil. Seremos muitos, indignados, contra a corrupção e defendendo o nosso país”, e acrescenta uma conjunção adversativa: “mas de maneira ordeira e civilizada”. Esse tipo de recurso de adversidade é o que coloca as mensagens dos coletivos e movimentos numa fronteira sensível entre republicanismo e populismo, pois quase não conseguem definir a vítima ou herói sem acusar o culpado ou o anti-herói. Essa mensagem, por exemplo, contrapõe a manifestação que se pretendia fazer com a que foi feita pela oposição: “vândalos depredaram o patrimônio público e privado em Brasília”.

4.3.3.2 Vítima gerencialista: o cidadão gerente/ cliente

O cidadão gerente/ cliente, nas poucas publicações que aparece, é aquela vítima da corrupção que busca exercer controle sobre os recursos públicos, cobrar punição aos atos ilícitos e reivindicar mais integridade para o sistema político e liberdade para a sociedade. O cidadão gerente/ cliente faz reverência ao mercado e trata o Estado e a Justiça como prestadores de serviços, expondo uma visão neoliberal (economicista e legalista) sobre o problema. Os empresários e empreendedores, os cidadãos-clientes “pagadores de impostos”, além dos movimentos que defendem a liberdade econômica, figuram como vítimas no diagnóstico para o problema da corrupção.

Como exemplo, o Vem pra Rua, em dezembro de 2014, dispôs sobre a queda das ações da Petrobrás, que seria fruto “da péssima gestão, da corrupção desenfreada e da indicação política, e não técnica, para os cargos gerenciais na estatal”. E provoca a reflexão: quem paga essa conta? Segundo eles, “o trabalhador que decidiu há alguns anos atrás aplicar seu FGTS na estatal”, quem deve estar ‘amargamente arrependido’, já que perdeu a maior parte do dinheiro investido”. A vítima não está definida a partir de uma ideia de cidadania e igualdade, nem mesmo sob uma discussão de bens públicos que deveriam ser distribuídos por uma estatal, mas na lógica lucrativa dos investimentos da pessoa física. Se trata de uma visão restritiva de proteção social que negligencia o aspecto efetivamente *público* de uma empresa estatal, onde a corrupção pode ferir princípios de universalidade.

Para o MBL, existem dois tipos de empresários, e é preciso diferenciá-los. O movimento defende um tipo como vítima – aquele íntegro, produtivo, salutar ao desenvolvimento – para atacar outro: “os empresários envolvidos no Petrolão, por exemplo, não representam essa importante categoria da economia brasileira”. Segundo eles, esses empresários “são capitalistas de compadrio, ou seja, incompetentes em seus negócios e que, por isso, precisam do conchavo com governos para garantirem seus oligopólios e se manterem no mercado competitivo”. O movimento divide os tipos de empresários sem abrir mão de uma crítica indireta ao Estado, demonstrando sua contínua antipatia pelo sistema político.

A liberdade, que para os movimentos tem como valores a livre iniciativa e o livre mercado, aparece de forma pontual na demarcação das vítimas. Por exemplo, ao convocar

a sociedade para manifestação a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff e pedir doações para o movimento, em junho de 2015, o MBL estabelece como vítimas as pessoas comuns que querem um país livre: “pessoas que, assim como vocês e assim como nós, querem um Brasil mais livre. Mais uma vez, precisamos da sua doação para continuar na luta pela liberdade e defesa da república no Brasil”. Os movimentos que defendem a liberdade econômica também são vítimas: “De forma injusta, (...) são acusados de serem lenientes com empresários corruptos. O que é falso!”; e o próprio MBL, que se defende de acusações sobre ter “rabo preso com alguém” (janeiro de 2018): “o movimento mostrou mais uma vez sua independência e sua irredutível defesa dos valores da livre iniciativa e do livre mercado”.

Os coletivos e movimentos lançam mão, também, de uma ideia de justiça punitiva, como é o caso da defesa ferrenha do juiz Sérgio Moro e da Lava-Jato. A comunidade Fora Corrupção, por exemplo, replicou uma notícia da Revista Veja, em novembro de 2014, logo nos primeiros meses da operação, com a manchete: “Sérgio Moro: o juiz na mira dos acusados do Petrolão”. O MBL afirma que Moro é considerado por advogados e condenados da operação como “irredutível e duro”. Na mesma publicação, diz que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) “mina o pilar central da lava jato de que foi uma mesma quadrilha quem operou um continuo assalto a república cujo pano de fundo era um projeto de perpetuação do partido dos trabalhadores e seus aliados no poder”. O texto, compartilhado em setembro de 2015, refere-se à decisão do STF de desmembrar a investigação comandada pelo juiz Sérgio Moro para as cortes instaladas onde os supostos crimes foram cometidos. Observa-se, novamente, que heróis e vilões são apresentados *pari passu*.

O IFC também defende Moro e a operação Lava-Jato em um *post* bastante inflamado: “A primeira consequência da decisão de espalhar pedaços da Lava Jato pela Justiça nos estados será tirar parte considerável das investigações da responsabilidade do juiz Sérgio Moro e da equipe de procuradores do Ministério Público Federal do Paraná”. O instituto vai ao encontro da indignação dos movimentos sobre a decisão do STF e demonstra preocupação com o futuro da investigação sobre o Petrolão, tudo sob o mote gerencialista de investigar e punir.

4.3.3.3 Vítima populista: o cidadão de bem

As vítimas da corrupção com um sentido populista são a parte mais vultosa e significativa deste item de resultados, representando mais de 65% das vítimas designadas. O que se confirmou foi, sobretudo, a estratégia dos grupos de direita de construir uma identidade exclusivista e reivindicar a autenticidade na massa de indignados contra a corrupção, os verdadeiros “dignos”, no âmbito de uma separação moral. À primeira vista, não é o que parece. O MBL, no icônico “Manifesto por um Brasil Livre”, publicado no início do movimento, em novembro de 2014, reuniu os seus aliados e membros com uma mensagem de suposta democracia etária, de classes, racial, laboral e de gênero:

Somos adultos, adolescentes e idosos; somos brancos, negros, pardos, amarelos e até meio rosados; somos empresários, empregados, autônomos, estudantes e funcionários públicos; somos ricos, pobres, classe-média; somos homens e mulheres. Somos BRASILEIROS.

Em seguida, define as vítimas:

Acreditamos que um governo deve servir para unir o seu povo, e não criar divisões artificiais. Deve tratar as pessoas como cidadãos, e não como súditos ou peças descartáveis de um jogo de tabuleiros a serem manipuladas e manobradas.

Por quem pretende reunir, com qual mensagem de mobilização e o que defende, o manifesto se posiciona de imediato à direita do espectro ideológico. Algumas pautas são intrinsicamente de direita, como o “fim dos subsídios diretos e indiretos a ditaduras”, referindo-se ao apoio dado pelos governos do PT a alguns países de esquerda da América Latina. Quando define as vítimas, “os brasileiros”, o movimento reivindica uma ideia populista de povo que não reconhece as múltiplas diferenças sociais presentes na sociedade e se proclama representante de um suposto todo social, refutando a luta por direitos de estratos sociais específicos, minoritários do ponto de vista de direitos. A defesa da liberdade e de “cidadãos livres” também embalam a demarcação das vítimas do ponto de vista ideológico, de forma ainda mais intensa do que no arquétipo gerencialista. Em publicação contra o MST, em maio de 2015, por exemplo, o movimento defendeu que “o povo precisa de alguém que lute pela liberdade até o fim”.

Ao mesmo tempo, também proclama uma separação moral onde nem todo mundo é digno de ser considerado brasileiro, só o “cidadão de bem”. O jargão “somos todos brasileiros” logo se perde, pois o *todos* não é bem todo mundo. A busca foi por agregar em identidade os brasileiros dignos e honestos que se põem contra o sistema como um todo, mas principalmente contra o governo vigente e o Partido dos Trabalhadores. A força que se formou é agregadora por um lado, pois aglutinou uma massa desorganizada de indignados, mas disruptiva por outro, porque nem sempre esse percurso de aglutinação se dá de forma democrática.

O populismo também se organiza além da visão ideológica, a partir de estilo, estratégia e discurso. Por isso, as publicações mostram que é na sustentação permanente e deliberada do antagonismo de “nós” e “eles” que os coletivos demarcam as vítimas. Isso aconteceu durante toda a campanha de mobilização pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo. Em publicação que repudiou a ação de petistas em um dos atos, em fevereiro de 2015, o MBL afirmou que a militância do PT “agrediu cidadãos que estavam pacificamente pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff”. Em seguida, o movimento organizou uma caravana para Brasília, em julho, para pressionar deputados e senadores para que se posicionassem “com o povo”, apoiando o impedimento da então presidente. Em agosto do mesmo ano, reclamando do atraso na cassação da chapa de Dilma-Temer, afirmou: “a corrupção e a incompetência [estão] exterminando os brasileiros”, e adiciona: “Enquanto isso o Brasil sangra. CHEGA! FORA PT!”.

Na mesma linha, o coletivo Vem pra Rua também vai dando um contorno de massa aos indignados sob o manto de “nós, brasileiros”. Assim o faz, por exemplo, em fevereiro de 2015: “nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o Ministro da Justiça”, se referindo a uma reunião do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com advogados das empreiteiras e dos réus da Lava-Jato, onde teriam combinado de entregar apenas parte do que sabem sobre o envolvimento de Lula e Dilma nos esquemas de corrupção. Para o VpR, se trata de “um golpe que está sendo dado pelo próprio governo, enquanto os brasileiros curtem o Carnaval”. Em junho de 2015, publicaram a seguinte notícia: “Não tem uma notícia boa do governo federal!!! Todo dia é um escândalo!!! Os brasileiros sofrem com desemprego, inflação, recessão. Falta educação, saúde, transporte, tudo!!!”, seguido das hashtags

#vemprarua #foradilma #foralula #forapt #basta. Em janeiro de 2016, o mesmo sentido: “um povo que foi enganado e agora sofre as consequências de suas mentiras”, se referindo à falta de liderança “desta mulher”, Dilma Rousseff.

É recorrente nas exposições do MBL utilizar a ironia como gatilho para indignação e como recurso mobilizador. A composição das vítimas da corrupção não se apropria de um sentido republicano para o problema, mesmo quando aciona os temas da pobreza e da qualidade de vida, mas assume um sentido caricato e pejorativo. Como exemplo, define o Pixuleco como vítima, o boneco inflável gigante que representou Lula vestido de presidiário, cujo nome é uma gíria popular para a palavra “propina”, utilizado pelos movimentos para caricaturar o ex-presidente durante as manifestações de rua. Segundo o Vem pra Rua, em agosto de 2015, o boneco “se recupera bem após o ataque covarde que sofreu. E estará no próximo domingo na Av. Paulista (...). Venha vê-lo, preso e atrás das grades, como todos queremos (...)”.

Depois, em pleno processo de julgamento da ex-presidente Dilma, em junho de 2016, o MBL apresentou as vítimas de “monstruosos esquemas de corrupção” como:

A Dona Maria [que] vendeu sua moto para pagar as prostitutas de José Dirceu, ou para pagar a compra do sítio em Atibaia. Foi em nome das viagens de Dilma regadas a champanhe e hotéis caríssimos que o seu amigo perdeu o emprego no mês passado, ou que sua irmã teve que se desfazer do celular novo para pagar a fatura da energia elétrica que também ficou mais cara.

Na mesma linha, a ironia como linguagem provocativa também está presente em publicação de abril de 2017: “A manifestação dos ‘fascistas golpistas’ não tem quebra-quebra, não tem pneu queimado e não tem coquetel molotov voando na polícia. A manifestação dos ‘sindicalistas defensores do trabalhador’ tem tudo isso”. O movimento ironiza a si mesmo com a expressão “fascistas golpistas”, como se fosse vítima de uma conspiração da esquerda e de uma pecha injusta e inadequada.

No dia que antecedeu a eleição de Jair Bolsonaro, em 27 de outubro de 2018, o MBL publicou: “PT instalou o maior esquema de corrupção no país, tirando bilhões do povo brasileiro e colocando no próprio bolso. Isso tem que ser lembrado para todo brasileiro”. É um recado para determinar, em definitivo, o lado da trincheira que o leitor da

provocação vai escolher no dia seguinte. O Vpr, da mesma maneira, escolhe o lado de Jair Bolsonaro em contraposição ao PT e comemora sua eleição em 28 de outubro:

Recebendo cerca de 58 milhões de votos, ou 11 milhões de votos a mais que o outro candidato, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Desta maneira, o PT foi derrotado de forma democrática, através do voto. Se Haddad é Lula, e o Lula é Haddad, então ambos foram os derrotados neste último domingo. (...) Finalmente a quadrilha foi tirada do poder (Vem pra Rua, outubro de 2018).

A vítima, nesse caso? O próprio Bolsonaro, que representa milhões de brasileiros: “Após o encerramento das apurações, Haddad sequer parabenizou o novo presidente pela vitória. Que feio!”

Nas comunidades Acorda Brasil e Fora Corrupção, o sentido populista das vítimas foi além da construção de um “nós”, e utilizou apelos socioculturais para questionar ou provocar a percepção de integridade das próprias vítimas – a noção de “baixo” da política segundo Ostiguy (2017). Foi observada uma narrativa fundamental, que é bastante paradoxal: a vítima, na verdade, é a própria culpada pela situação da corrupção. Se trata de uma estrutura narrativa que se aproveita das vítimas para atacar pessoas e convocar as ruas – a defesa da vítima é o ataque. Não se trata da fixação de uma vítima legítima, mas de uma vítima irônica, que serve como um trampolim para a agressão simbólica daqueles que assistem passivos o avanço da corrupção. As vítimas são os “idiotas”, o “povo acomodado”, “quem assiste de camarote o corrupto sacar dinheiro do seu próprio bolso”, “o povo anônimo que quer manifestação pacífica”. A defesa rapidamente se converte em acusação, principalmente quando a motivação é o chamamento popular. O objetivo é provocar indignação, então o cidadão comum morde a isca e se enxerga nessa ofensa como uma parte que deve se posicionar e tomar a ação.

A comunidade Acorda Brasil define como vítima, em publicação de junho de 2013, a “sociedade honesta e trabalhadora”, mas ela se perde em um conjunto de argumentos contra a maioria penal e contra a impunidade. Se trata de um desabafo genérico e desconexo que mistura temas conservadores e coloca a vítima no meio do caos. De novo se observa como a “cesta de indignações” encontra a ideologia hospedeira, conservadora, para dar peso na designação das vítimas. Depois, ainda em plena jornada de junho de 2013, a comunidade reivindica o direito de se indignar, sugerindo que de forma violenta:

“querem nos enfiar goela abaixo que manifestação tem que ser pacífica!!!!!! Eu, cidadão anônimo, estou cansado de ser roubado todos os dias, de ser usurpado. Chega!!!!”. Em junho do ano seguinte, 2014, segue o apelo, publicando a música do grupo Legião Urbana, intitulada ironicamente de “Perfeição”: “Vamos celebrar a estupidez humana; a estupidez de todas as nações; o meu país e sua corja de assassinos; covardes, estupradores e ladrões; vamos celebrar a estupidez do povo (...)” Dá a entender que a sociedade honesta e batalhadora é estúpida e não faz nada para conter a roubalheira. Nota-se que o apelo sociocultural populista é, muitas vezes, impróprio, transgressor e preconceituoso.

Mas nenhuma ofensa se compara às publicações raivosas e irônicas da comunidade Fora Corrupção ao longo do tempo. Primeiro, curiosamente, a comunidade se coloca contra as jornadas de junho de 2013. Para o grupo, se trata de um teatrinho armado pelo próprio governo, com protestos pagos e orquestrados por ele, para pedir “o fim da polícia” e armar seus aliados (MST, CIT, sindicatos, “todos armados”). E provoca a suposta vítima: “você quer mesmo um cara de blusa vermelha com uma 9mm na mão metendo o pé na porta da sua casa daqui uns meses perguntando se você é ou não opositor ao governo???”. As jornadas também teriam sido uma desculpa para aumentar os impostos: “você acredita em almoço grátis? Eia a resposta às manifestações de junho... mais impostos. Sair às ruas exigindo mais Estado, mais governo, só porque ‘temos direitos’, afinal pagamos impostos, resultou nisso”. Já em 2014, dispara: “toma seu tapa na cara sociedade hipócrita (...) o povo brasileiro é bunda mole mesmo”. Vítimas e culpados se misturam.

A comunidade organiza outras vítimas aleatórias, com profundo toque conservador, tais como: “minha filha de 2 anos”, ao se referir à “site LGBT brasileiro [que] vende roupas para bebê com frases de pedofilia”; o *black bloc* que seria vítima do justicamento pelos partidos de esquerda; os fazendeiros, porque a “FUNAI recebe mais de 400 milhões de reais de ONGs estrangeiras anualmente para roubar terras produtivas de todo país”; crianças com câncer, porque funcionária do Ministério da Saúde foi presa no hospital onde se tratavam; o policial que dispara “para se defender” de bandidos; e por aí vai. Em março de 2017 faz uma publicação com visão perturbadora sobre a mulher no contexto da “revolução sexual [que] libertou a mulher de suas amarras culturais”. Admitindo uma “postura de total desprezo ao sexo opressor, a dona do lar passou da posição de estabilizadora para a de desestabilizadora”.

Para a comunidade, as vítimas são até mesmo os próprios “esquerdistas”, que poderiam passar por uma espécie de “programa de recuperação”. Em abril de 2013, a página publica um roteiro de como liberais e conservadores poderiam recuperar pessoas: “como se libertar do esquerdismo em 10 passos”. Os passos sugeridos são: 1. “admitir que você é um esquerdista”; 2. “dar a sua palavra de que daqui por diante vai passar a sustentar suas crenças com fatos”; 3. “reconhecer que o governo dos militares foi melhor do que o que os esquerdistas pretendiam impor no Brasil”; 4. “aprender economia”; 5. “diga NÃO ao comunismo e ao socialismo”; 6. “empresas não são malignas”; 7. “o governo é ineficiente”; 8. “a natureza não é sua ‘mãe’ e não vai acabar”; 9. “pare de fumar maconha ou de se entorpecer com o que quer que seja”; 10. “pare de deturpar a história”. O coletivo se defende atacando. Transforma a vítima rapidamente em culpada.

Os achados apresentados mostram que, na etapa de diagnóstico do problema público, a designação das vítimas da corrupção é predominantemente populista. A construção de uma noção de “povo” pelos movimentos e coletivos de direita, que estimulam a luta contra a corrupção, promove e se alimenta, ao mesmo tempo, (d)esse quadro disruptivo, exclusivista e provocativo do populismo.

A lógica do “cidadão de bem” diz muito sobre o perfil da militância política do Grupo 2, que ascende o sujeito social conservador para a caracterização das vítimas da corrupção. Como já anunciado, os grupos se distinguem essencialmente pelo sentido que atribuem à pauta, mas, ao percorrer a análise, nota-se que o mecanismo de distinção desse “nós” conservador é uma distância cultural em relação ao horizonte normativo supostamente hegemônico implementado pela esquerda e seus governos nos anos que antecederam a crise. Isso também vai ficar claro na demarcação do que se entende pelo “outro” – o opositor, no próximo item.

Essa é a tese de Camila Rocha (2018), que dispõe sobre a formação de um grupo desafiante no Brasil que, apesar de não-subalterno em sentido material e de poder¹¹⁵, se

¹¹⁵ Essa ideia contraria a divisão clássica proposta pela teoria dos movimentos sociais segundo a qual o confronto político cria antagonismos entre os chamados “detentores de poder” e os “desafiantes” subalternos (TARROW, 2009). Os coletivos e movimentos catalisam um sentimento que é subalterno apenas do ponto de vista cultural, mas elitista diante da oferta de políticas públicas do campo progressista implementadas por governos de esquerda. São, dessa maneira, uma massa de desafiantes não-subalternos,

sentia politicamente excluído e marginalizado em relação às “forças opressoras da esquerda” e, por isso, se colocava em disputa contra o que entendem por *establishment* político. Camila Rocha (2018) mostra o desenvolvimento de um contra-público ultraliberal que emergiu no Brasil a partir do auge do lulismo e constituiu um grupo coeso defensor do ideário pró-mercado, absolutamente contrário ao projeto inclusivo dos governos petistas, e que se sente marginalizado em relação ao “monopólio cultural da esquerda”. Ela afirma que eles são *culturalmente* diferentes e definem o antagonismo conflituoso não pela condição social, mas pela visão de mundo que não encontrava mais ressonância na esfera pública, ou seja, discursos e crenças de direita liberal que não cabiam no horizonte normativo que se desenhou no país nos anos compreendidos pela autora¹¹⁶.

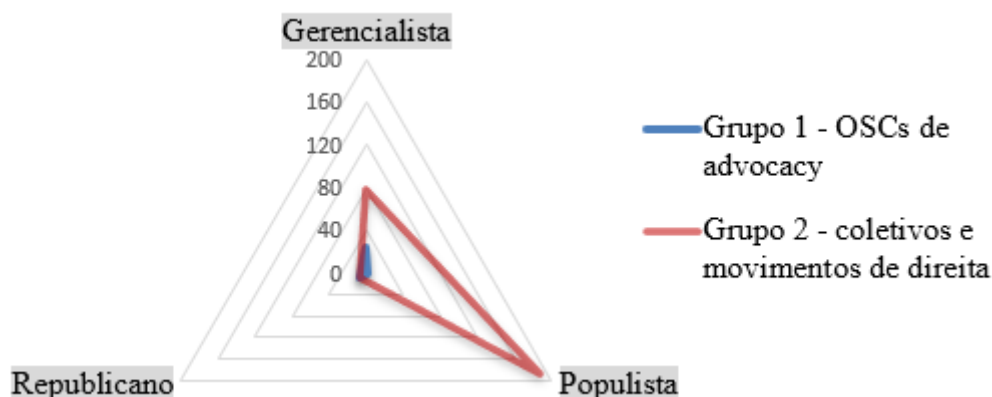
4.3.4 Os culpados pela corrupção: do adversário histórico ao inimigo da nação

O volume de culpados demarcados é expressivamente maior que o de vítimas, alcançando 43,2% de publicações. Seja em forma de adversário, inimigo, acusado, criminoso ou réu, em quase metade delas as organizações miram os responsáveis pela corrupção, principalmente aquelas do grupo 2, que representam quase 90% do total de culpados. Entre essas, 65,7% atribuem a eles um sentido populista, em tom de acusação. A imagem abaixo ilustra a distribuição dos culpados demarcados para cada enquadramento, por grupo de organizações.

isto é, ativistas que não disputam necessariamente contra as elites, mas que fazem parte dela e têm acessos ao poder político e econômico.

¹¹⁶ Algumas pesquisas realizadas nos momentos de irrupção popular em 2013, 2015 e 2016 mostraram que há ingredientes ideológicos na composição do antipetismo, como a refutação ao igualitarismo e aos programas sociais de mobilidade ascendente dos mais pobres, fenômeno que Solano chama de “ressentimento demofóbico” (SOLANO, 2019, P. 15). A discordância em relação às políticas governamentais de inclusão social, como o Bolsa Família, alcançou 77,8% dos entrevistados em Belo Horizonte (TELLES, 2019).

Gráfico 16. Representação gráfica dos “culpados” pela corrupção para cada enquadramento, por grupo



Fonte: elaboração própria.

Alguns pontos chamam a atenção na análise das publicações estudadas, por onde emergem três tipos de “culpados” pela corrupção, a saber: i) o apagão dos culpados nos enquadramentos republicanos, entre os dois grupos de organizações, com apenas oito *posts* em cada grupo (5% no total de culpados) – os “adversários históricos”; ii) a preferência pelo sentido gerencialista na designação dos culpados pela corrupção entre organizações da sociedade civil (70,6%) e o apreço por esse enquadramento também entre os coletivos e movimentos de direita (27,3%) – os “criminosos perante a lei”; iii) a preponderância dos culpados com sentido populista entre os coletivos e movimentos de direita (65,7%) – os “inimigos da nação”.

4.3.4.1 Culpado republicano: o adversário histórico

No sentido republicano para os culpados da corrupção, os poucos adversários históricos que são demarcados aparecem nas figuras do mercado, do sistema político e a partir de uma lógica de desigualdades originárias que acompanham o percurso de formação do Brasil. Em relação ao mercado, as empresas são o principal alvo das organizações da sociedade civil – lembrando que, curiosamente, empresas são enquadradas como vítimas entre os populistas-conservadores do item anterior. Entre os alertas, as OSCs dispõem contra o financiamento privado de campanha, contra a anistia do caixa 2, contra o trabalho escravo e a favor de políticas internas de direitos humanos. Como exemplo, o Movimento

Contra a Corrupção Eleitoral, em 2013, ironizou: “Você acredita que empreiteiras doam aos candidatos por amor à democracia?”, insinuando que, na verdade, as empresas investem esperando algum retorno, certamente econômico, do candidato que pode vir a assumir o cargo público. Já em 2015, o MCCE falou em “democracia sequestrada”, ao se referir ao sistema de financiamento vigente à época, porque “quem ganha (as eleições) é quem mais tem dinheiro”. O dinheiro investido em campanha, por isso, seria um ativo de promoção de desigualdade na corrida eleitoral. Durante toda a jornada do MCCE pelas eleições limpas, o movimento constrói uma ideia de financiamento democrático, que garanta condições igualitárias à competição política, e culpabiliza em partes o mercado pelas distorções nessa competição.

Curiosamente, o Instituto Ethos, que faz um trabalho justamente de defesa à integridade das empresas, reconhece a corrupção privada em algumas situações, como a “desse tipo de empreiteiro”, ao se referir às grandes corporações que edificaram os equipamentos para a Copa do Mundo de 2014, alertando: “Imagine que você é um empreiteiro que faz tudo de errado para ganhar concorrências e construir as obras para a Copa 2014: corrompe autoridades, paga por licenças e passa por cima de seus adversários”. A corrupção privada não só reflete, nesse caso, a assimetria de poder, que daria acesso desigual às concorrências públicas estatais pelas empresas, como perpetua distorções na distribuição de bens e serviços a todos na sociedade.

Já a Campanha Unidos Contra a Corrupção (UCC) desloca o alvo do mercado para os candidatos à eleição de 2018 e fez pressão para que declarassem um “passado limpo”. Os candidatos que se cadastraram na plataforma elaborada pela UCC e associados declaravam “compromisso com a democracia e apoio às novas 70 medidas”, orientando o eleitor “para que vote de forma consciente”. A campanha foi um apelo legítimo para promover a integridade indiscriminadamente, em todo o sistema político, onde todos igualitariamente poderiam ser culpados, ao mesmo tempo em que todos também poderiam fazer parte de uma transformação ética da política, do sistema e das eleições. É importante destacar que os únicos culpados atribuídos pela campanha UCC são de enquadramento republicano, então não se trata de uma campanha que busca perseguir agentes isolados ou inimigos políticos.

Por sua vez, os coletivos e movimentos de direita do Grupo 2 também anunciam alguns culpados republicanos. Denunciam desigualdades originárias que estão na essência desse enquadramento e que merecem destaque. O Movimento Brasil Livre, por exemplo, argumentou contra o foro privilegiado, criticou super salários de servidores públicos federais e denunciou caso de desembargadora que “tirou o filho da prisão”. Esse último caso aconteceu em julho de 2017. Segundo o MBL, foi uma “vergonha”: “Desembargadora passa por cima da lei e vai tirar seu filho mimado da cadeia”. Mas o tom da conversa logo muda mesmo nos poucos pronunciamentos com inspiração republicana. A verdade é que as comunidades e movimentos de direita, em toda sua campanha nas redes sociais, estão sempre flertando com o populismo. Em julho de 2016, por exemplo, a publicação do MBL opõe os trabalhadores e os “ladrões da Petrobrás”, buscando conectar os temas pobreza, desigualdade e corrupção. Aqui, o pano de fundo pode até ser uma denúncia às injustiças sociais, mas também é uma defesa da operação Lava-Jato e um ataque aos inimigos que corromperam a estatal: “Enquanto aqui um trabalhador passa anos para comprar sua casa própria, os ladrões da Petrobras compram imóveis em Londres”.

O coletivo Vem pra Rua, em março de 2018, mesmo sem citar expressamente Lula e Dilma e clamando legitimamente pela mobilização popular, acaba por fixar os inimigos, os “culpados” bem marcados pela corrupção: “Indignados e pacíficos, fomos pra rua protestar e uma presidente sofreu *impeachment*. Indignados e pacíficos, iremos pra rua protestar para que um ex-presidente pague por seus crimes”. Dessa maneira, os culpados republicanos desses coletivos estudados são menos adversários etéreos do padrão histórico-cultural brasileiro, como se discorreu no tipo ideal da corrupção republicana, e mais uma forma mais sutil de demarcar aqueles cuja eliminação do jogo político seria salutar.

4.3.4.2 Culpado gerencialista: os criminosos perante a lei

Os culpados pela corrupção no sentido gerencialista são agentes acusados, investigados ou que estão pagando por crimes que cometeram, com sanções cabíveis dentro do arcabouço legal-institucional disponível – lei da compra de votos (Lei nº9840 de 1999), lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº. 135 de 2010), lei anticorrupção (Lei nº 12.846

de 2013), entre outras. As organizações enaltecem a investigação e a punição de agentes individuais específicos, corrompidos e corruptores, do mercado ou do sistema político. E cada organização define os culpados conforme o seu foco de atuação e o seu público: o MCCE milita para a integridade do sistema político e das eleições e, por isso, define os culpados a partir deles; o Instituto de Fiscalização e Controle da mesma forma; e o Instituto Ethos fala para o mundo privado e as empresas e, então, mostra casos de corruptores atuando a partir delas. A Campanha Unidos Contra a Corrupção teve atuação maior em 2018, apenas, e as publicações que dispõem sobre culpados são todas de enquadramento republicano.

O Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e o Instituto de Fiscalização e Controle apresentam números genéricos sobre políticos cassados ou impedidos de se candidatar: "Minas e Santa Catarina têm maior número de prefeitos com mandatos cassados" (MCCE, fevereiro de 2013); "Brasil tem mais de 346 mil fichas-sujas impedidos de disputar a eleição" (MCCE, julho de 2014); "O Tribunal de Contas da União (TCU) vai entregar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma lista com 8 mil nomes de gestores condenados pela corte considerados fichas-sujas" (IFC, março de 2014); "pelas contas da Procuradoria-Geral da República (PGR), 233 mil políticos estão potencialmente barrados pela Lei da Ficha Limpa e não podem se candidatar nas próximas eleições" (IFC, junho de 2014).

E também trazem casos específicos sobre políticos investigados e cassados, algo que já foi discutido em itens anteriores de resultados, tais como: corregedoria defende que "denúncias contra parlamentares têm que ser alvo de investigação na Câmara Legislativa" (IFC, abril de 2013); o "caso do deputado Natan Donadon que, preso há mais de dois meses, escapou da cassação pela Câmara dos Deputados" (MCCE, agosto de 2013); "desembargadores votam a favor da condenação do Distrital Benedito Domingos" (IFC, outubro de 2013); deflagrada operação em município do Nordeste para apurar "fraude nas licitações (...) para contratação de atrações musicais para a festa de aniversário do município", incluindo prisões em flagrante e fuga do prefeito (IFC, abril de 2014); o prosseguimento da denúncia contra o então presidente Michel Temer (MCCE, julho de 2017). Parte dos casos apresentados são fruto de projetos das organizações. Da Caravana da Cidadania, projeto do próprio IFC, resultou-se na prisão, pela Polícia Federal, de

“quadrilheiros que desviavam recursos de Januária e Itacarambi/MG” (maio, 2013). Do projeto Adote um Distrital, também do IFC, criou-se “a Representação Colaborativa com o objetivo de propor a cassação da deputada federal Jaqueline Roriz (PNM-DF). Ela foi condenada por improbidade administrativa no esquema de corrupção conhecido como Mensalão do DEM”. Esses casos todos, quando empilhados dessa maneira, também funcionam como pílulas diárias de indignação contra a corrupção, que reforçam narrativas de descontrole e caos instaurado no Brasil, algo que foi apresentado como o “balaio de indignações” na problematização populista. Mas o foco são criminosos no geral, e passam a ideia gerencialista de que a perseguição ostensiva, policialesca e institucional é algo bom, esperado e desejado.

O Instituto Ethos, em seu turno, coloca em cheque a responsabilidade de agentes privados. Em pleno levante popular em junho de 2013, o grupo faz a seguinte chamada: “A corrupção costuma ser associada ao setor público, mas pesquisa da ICTS¹¹⁷ deixa claro que as empresas também convivem diariamente com o problema”. O recado é para seu público, para que não deixem de olhar “para dentro” nesse momento de irrupção social. Em abril do mesmo ano, comemora a aprovação, na Comissão Especial da Câmara, da Lei Anticorrupção, “um grande passo para o desenvolvimento da responsabilidade social nas empresas”. E também elenca casos de corrupção sob a hashtag #ethosintegridade, como a prisão dos dirigentes da FIFA em maio de 2015: “Oito dirigentes da Federação Internacional de Futebol, um dos quais José Maria Marin, foram presos durante uma ação conjunta entre Estados Unidos e Suíça”. E sobre os escândalos envolvendo a Siemens no Brasil, mostrando como a empresa se reergueu a partir disso: “que a Siemens no Brasil aprendeu depois do seu envolvimento em casos de corrupção?” (maio de 2017). É interessante notar o posicionamento do Ethos, que joga constantemente o alerta para as empresas, não “passa pano” para elas. Sabe que elas trazem inúmeros benefícios para a sociedade, mas que também têm grandes responsabilidades (ou deveriam ter).

Os coletivos e movimentos do Grupo 2 já definem os culpados de uma forma um pouco diferente. Como dito anteriormente, entre 2014 e 2018, o MBL e o Vem pra Rua

¹¹⁷ ICTS é uma consultoria brasileira especializada em gestão de riscos de negócios e publicou, em junho de 2013, o estudo “O Perfil Ético dos Profissionais nas Corporações Brasileiras”, mostrando que 80% dos profissionais convivem bem com a falta de ética.

acompanharam de perto o caminho institucional pelo *impeachment* de Dilma e a operação Lava-jato até a prisão do Lula, intercalando discurso e estratégia gerencialistas com populistas. As organizações apresentaram dados das investigações e notícias, sem reforçar o antagonismo como na abordagem populista, em tom supostamente neutro, mas mostraram com expectativa e entusiasmo o cerco se fechando em torno do Partido dos Trabalhadores. O MBL, dos 34 *posts* que designam os culpados pela corrupção em sentido gerencialista (dentro da amostra da base de dados), cinco citam Dilma e oito citam Lula. Na mesma linha, o VpR publicou 37 *posts* com culpados, sendo que nove citam Dilma e dez citam Lula. Dessa maneira, ainda que se alimentando de quadros gerencialistas para a corrupção, mesmo assim, essas organizações já demarcam seus alvos prioritários, os governantes do PT.

A cada publicação, os coletivos mostravam um novo passo da operação que implicava Dilma e Lula em esquemas de corrupção: "NOTÍCIA URGENTE! O promotor de Justiça (...) intimou Lula, Marisa e o empreiteiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, para prestarem depoimento sobre o triplex do Condomínio Solaris, no Guarujá" (VpR, janeiro de 2016); "Polícia Federal faz neste momento busca e apreensão em algumas gráficas que forneceram serviços para a campanha de Dilma e Temer", porque a PF "quer saber se essas empresas (a maioria delas uma pequena porta de garagem) teriam condições de entregar o equivalente a milhões de produtos gráficos para o PT"; "O Jornal Nacional de ontem dedicou 11 minutos para explicar a doação de 50 milhões para a campanha de Dilma Rousseff, pedida por Lula e intermediada por Guido Mantega, feita pela Braskem", e completa: "Um escândalo de proporções internacionais" (VpR, dezembro de 2016). O MBL também reconstituiu os eventos: "Documentos entregues pela Odebrecht ao TSE permitem reconstruir o caminho da propina que abasteceu Lula e Dilma Rousseff", e provoca: "É, ""Amigo"" (sic)... A cadeia está cada vez mais próxima!" (MBL, março de 2017).

Por todo o ano de 2017, os coletivos seguiram narrando os eventos. Em abril, o MBL reproduziu informações sobre a emblemática delação de Antonio Palocci, ex-ministro da Casa Civil no governo Dilma, quem afirmou "que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria o 'real destinatário' de metade de toda a propina supostamente reservada ao PT na Sete Brasil". Em julho de 2017, o movimento explicou em *post* com linguagem

mais técnica e jurídica sobre como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), órgão que revisa as decisões do juiz federal Sergio Moro em segunda instância, havia decidido manter “bloqueados os bens do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado a nove anos e meio de prisão na Lava Jato pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro”. Logo em seguida, o Vpr dispara: "URGENTE. Lava Jato pede que Lula devolva 87 milhões de reais à Petrobras" (VpR, julho de 2017).

Outros casos também são citados, tais como: a prisão de Marcelo Odebrecht, a delação contra José Serra, a operação contra Romero Jucá, a investigação contra Eduardo Cunha, a corrupção no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, a empresa JBS e a “maior multa do mundo”, as denúncias contra Temer, o pedido de *impeachment* de Gilmar Mendes, entre outros. À primeira vista, podem parecer casos isolados, mas analisando os detalhes, quase sempre estão indiretamente implicados na “grande corrupção do PT”. No final de setembro de 2018, o Vem pra Rua publicou uma série de *posts* citando processos contra deputados do PT e partidos aliados sob a hashtag #tchauqueridos: o deputado José Mentor (PT/SP) responde a um inquérito no STF; o deputado Aníbal Gomes (DEM/CE) responde a um processo no STF; o deputado Ronaldo Lessa (PDT/AL) responde a 1 processo no STF; e elenca outros casos.

Percebe-se um encadeamento de narrativas jurídico-gerencialistas, de investigar e punir, com boa dose de neutralidade da avaliação moral do que estava sendo exposto. Mas nem por isso os coletivos abrem mão de definir quem são “os maiores criminosos” da história. Como é recorrente, os movimentos operam sua retórica numa zona cinzenta entre os outros enquadramentos e o populismo. Isso fica ainda mais evidente nas comunidades menos articuladas, como a Fora Corrupção. Como exemplo, em junho de 2013, a página publicou sobre um caso antigo de corrupção em obras públicas, lembrando uma quadrilha que superfaturava obras do PAC. Não fez um ataque direto aos governos do PT, mas requeitou uma notícia antiga para inflamar mais a já inflamada opinião pública, em plena primavera brasileira: “Governo Dilma leva uma “”navalhada”” (sic) da Política Federal e STJ”, referindo-se à Operação Navalha deflagrada pela PF em 2007 que buscou “desbaratar esquemas de corrupção relacionados à contratação de obras públicas feitas pelo governo federal”. Em novembro de 2014, faltando uma semana para as eleições presidenciais, a comunidade comemorou uma suposta ação política-institucional contra a

Dilma: “PMDB vai derrubar Dilma em 2015?”. Explicou arquitetura do *impeachment*, um possível trânsito político-institucional para a derradeira de Dilma, que estaria sendo articulado pelo PMDB, que de vice na chapa a ser eleita passaria ao principal opositor do governo.

4.3.4.3 Culpados populistas: os inimigos da nação

Os culpados pela corrupção com um sentido populista são, de novo, a parte mais significativa deste item de resultados, representando quase 60% dos culpados designados¹¹⁸. A análise de dados evidenciou a estratégia dos grupos de direita de construir uma imagem baixa dos seus opositores, no âmbito de uma separação moral, os “não dignos”, aqueles inimigos que fazem mal à nação e que devem ser aniquilados do jogo político. Estendendo ainda mais, sua cultura, programas e ideologias também deveriam ser eliminadas. As mesmas organizações que as vezes organizam o culpado como criminoso perante a lei, são aquelas que sobem o tom e declaram guerra ao inimigo, buscando afetar esse “outro” bem marcado. Essa elevação de tom é marcada por discursos de ódio, ironias e preconceitos.

O MBL, dos 79 *posts* que designam os culpados pela corrupção em sentido populista (dentro da amostra da base de dados), 66 fazem alguma menção ao PT¹¹⁹. Da mesma forma, o VpR publicou 43 *posts* com culpados populistas, sendo que 35 citam o partido. O principal foco são, indiscutivelmente, as lideranças do PT, reforçando a divisão acentuada entre apoiadores e opositores, portanto, reforçando a polarização política. E, por extensão, o grupo também ataca a própria militância petista, as vezes até mais do que as próprias figuras políticas, como Dilma e Lula.

¹¹⁸ As únicas publicações que classifiquei com sentido populista entre as organizações da sociedade civil foram: i) o MCCE compartilhou notícia do Vaticano de junho de 2013 em que o Papa Francisco condena corruptos: os corruptos são “um perigo”, “adoradores de si mesmos”, “consolidam-se no pecado”, enquanto o próprio Para seria um “modelo de santidade”; ii) o IFC compartilhou notícia, na mesma época, que menciona “O escandaloso trem da alegria de Agnelo Queiroz”, ex-governador do Distrito Federal que se envolveu em escândalo de corrupção.

¹¹⁹ Lembrando que a variável PT (se cita algo relacionado ao Partido dos Trabalhadores = 1) foi identificada como positiva, ainda na base de dados original, a partir de uma seleção de radicais, tais como: *pt, lula, inacio, rousseff, dilma, haddad, lulis, petist, petralh, esquerd, comunis*.

Em outubro de 2015, um dirigente do MBL defendeu o movimento em CPI dos crimes cibernéticos sobre uma declaração de Kim Kataguirí em que dizia: "não tem que fazer o PT sangrar, tem que dar um tiro na cabeça do PT". Disse que era uma questão de interpretação de texto, pois a fala fazia alusão à postura pouco contundente do PSDB no caso do mensalão há alguns anos. O Vem pra Rua também não esconde sua prioridade em conter o PT, o partido que estaria no centro de todos os atos ilícitos: "Fora PT! O Brasil não quer mais políticos corruptos!" (VpR, maio de 2016). De acordo com o coletivo, "o PT é o partido mais desconectado do povo e das suas demandas. E tem trabalhado fortemente para enfraquecer a Lava Jato". As lógicas punitiva, inquisitória e persecutória se entrecruzam de várias maneiras.

Dilma Rousseff, ex-presidente impedida em 2016, é para os movimentos e coletivos de direita "despreparada em todos os campos possíveis". Seus adjetivos, quando não aparecem como desprezo e violência, vêm como motivo de chacota, em tom jocoso e de deboche. E é retratada como "mentirosa", "incompetente", uma verdadeira "fraude intelectual". Em dezembro de 2015, o Vem pra Rua publicou uma atribuição de culpa contundente:

Há quem diga que Dilma ""não tem culpa"", ""Dilma é honesta"", ""Dilma não roubou"". Estão todos bem enganados. Dilma é alta dirigente do PT há mais de 12 anos e teve sob sua responsabilidade direta ou indireta uma série de atividades que estão sendo esclarecidas e punidas pela operação Lava Jato, que investiga o maior caso de corrupção da história do país, o Petrolão (Vem pra Rua, dezembro de 2015).

E segue nesse tom por meses: "Dilma insiste em dizer que é uma vítima, nada sabe e nada fez de errado". Ela "repete que não tem conta na Suíça como se isso fosse a garantia de seu caráter e comportamento. Mentira. Dilma mente o tempo todo" (Vem pra Rua, maio de 2016). Em agosto de 2016, já afastada, o coletivo VpR segue chamando-a de arrogante e prepotente por não assumir que cometeu crime de responsabilidade: "Alguém precisa falar pra ela que quem julga é o juiz. E que ela é ré! Bem arrogante, mas ré".

A antipatia por Lula, da mesma forma, já começou a ser disseminada entre os seguidores desde a criação dos movimentos. Em fevereiro de 2015, o Vem pra Rua comparou Lula e Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, "dois ícones da truculência esquerdista sul

americana”. A publicação trouxe uma reportagem da revista *Veja* sobre como ambos os líderes ameaçam usar o exército, e “comprovam”: “Maduro é o Lula venezuelano. Lula é o Maduro brasileiro”, além de terem “O mesmo desespero. A mesma truculência”. Em outubro do mesmo ano, o VpR disparou contra o filho de Lula: “aprendeu com o pai”, ao se referir aos supostos valores levantados por ele com consultorias. E busca engajamento: “O povo brasileiro está vendo tudo isso e não admite corrupção travestida de serviços fantasmas. Na verdade, o idiota é ele. Vai parar na cadeia”.

Em 2016, em pleno processo de afastamento de Dilma, as críticas em torno de Lula ficaram mais duras e toda a tentativa de enquadrar o ex-presidente como “comandante da propinocracia” se intensificou radicalmente. O *Vem pra Rua* disparou: “Lula, não adianta mais tentar fugir (...) Agora, Amarelão (sic), você vai ter que depor sim! (...) ninguém está acima da lei” (VpR, fevereiro de 2016). Logo em seguida, em março de 2016, o MBL afirmou que a “máquina de mentiras do PT agora está agora inteiramente voltada para o juiz federal Sérgio Moro. O objetivo é claro: deslegitimar o trabalho de Moro para, assim, livrar a corja petista das investigações”. Em janeiro de 2018, o tom é de euforia para anunciar a prisão de Lula, que está mesmo próxima: “Pode chorar petistas, mas seu líder vai ser preso logo mais. E parabéns ao Luciano Hang pela postura contra essa corja”. A pressão só aumenta nas semanas seguintes, e a cada nova publicação, o MBL chama a população para ato no início de abril de 2018 “para exigir a prisão do maior bandido do país”.

Mesmo quando a notícia sobre corrupção refere-se a outros agentes, os coletivos tendem a implicar Lula na narrativa: “PF e MPF estão nas ruas cumprindo mandados de prisão e apreensão no Rio de Janeiro. (...) Hoje foi a vez de Eike Batista. O empresário, que teve seu período de glória no governo Lula, não estava em casa e é considerado foragido (VpR, janeiro de 2017). Nessa linha, o MBL criticou uma aliança de Lula e Calheiros: “Sim, a pior parte da política brasileira está se unindo para 2018. Calheiros e Lula juntos são uma aliança que já nasce com 17 inquéritos e índices de rejeição estratosféricos”, e complementa: “se não forem presos até 2018, o povo tem o dever de chutar esses dois da política”. Além disso, mesmo depois de preso, o MBL continuou a monitorar de perto a situação de Lula: “Chega de moleza pro maior bandido do país”, se referindo ao pedido ao TSE para que julgasse de imediato o registro de candidatura do “criminoso Lula”. A

história pouco tempo depois mostrou que Lula foi impedido de se candidatar, o PT perdeu as eleições e Jair Bolsonaro foi eleito.

Durante toda a mobilização pelo *impeachment* e prisão das principais figuras do Partido dos Trabalhadores, o Movimento Brasil Livre expandiu a crítica para atacar a esquerda como um todo e a militância petista, desqualificando e ironizando a integridade de quem defende os projetos do “inimigo”. Em publicação que defende Janaína Paschoal, uma das autoras do pedido de *impeachment* de Dilma, criticou os eleitores do PT: “certamente não são pessoas honestas e íntegras, mas larápios de menor potencial”, complementando, “o fato de serem pequenos ladrõezinhos faz com que se compadeçam dos grandes ladrões, até porque é isso que mantém uma cleptocracia como a que se instaurou no país” (MBL, junho de 2016). Em setembro de 2016, ironizou sobre as críticas da esquerda à truculência da Política Militar: “Parece que a tal ameaça de colocar “fogo” (sic) no país se tornou uma revolução de petistas mimados e chorões. Parabéns, caros portadores de coquetéis molotov de tubaína, vocês são verdadeiros Ernestos Guevara!”. Em agosto de 2017, afirmou que “essa extrema-esquerda é ultra violenta e espanca pessoas inocentes na rua com a cumplicidade tanto da mídia dos EUA quanto a brasileira”. E, em julho de 2018, que só acredita em medidas de combate às *fakenews* os “militontos” (sic) do PT: “Se você também leu por aí que há um estudo da USP que fala que o MBL dissemina “fake news” (sic), você também leu mentira”.

Em relação a esse último ponto, o Brasil Livre soltou uma “nota oficial sobre a perseguição ao MBL”, em que se coloca como vítima de uma conspiração com uma fala eloquente e carismática contra seus oponentes ideológicos, a imprensa e o Judiciário, dizendo que vinha sendo

alvo de uma perseguição implacável por parte de veículos viciados da grande imprensa como o Globo, Veja e Exame. (...) Estamos num momento muito perigoso no país. A velha imprensa, desesperada, tenta usar a mentira para censurar a sociedade civil. Setores do judiciário, vergonha nacional, caem como patos. A vítima dos ataques não é o MBL. Ele é apenas a ponta do iceberg. O objetivo, no final, é calar você, para que siga sua vida de marionete no grande teatro do establishment brasileiro. (MBL, março de 2018 – grifo nosso)

Vários aliados do PT também foram atacados pelo movimento. Ele disparou contra, por exemplo: Marina Silva, na formação da Rede Sustentabilidade: “Marina joga sua rede e pesca um monte de petista”. A criação do partido serve, segundo o MBL, como “porto seguro para que políticos egressos do partido mais corrupto do Brasil possam falar de “nova política” (sic)” (setembro de 2015). Também contra o jornal Folha de São Paulo, que teria agido, em caso específico, “como aquelas mais podres publicações bancadas e controladas por Nicolas Maduro na Venezuela (...)”, mantendo, assim, “sua tradição de ser um inimigo da democracia, assim como já havia feito na época da ditadura militar” (abril de 2016). Contra Pepe Mujica, que teria se perdido na história de “presidente pobretão e do bem” ao ser atingido por escândalo de corrupção. Segundo eles, a imagem do ex-presidente do Uruguai “não passava de um teatrinho para enganar incautos e impactar as contas públicas a partir da corrupção em estatais (...) No fundo, a história de José Mujica anda em par com aquelas de Lula (e Dilma)” (abril de 2016). E até mesmo contra a ONU: “Onde está a ONU para proteger nossas crianças?”. O movimento, através de seu integrante Fernando Holiday, contou que “setores da organização internacional se pronunciaram ferozmente contra [seu] mandato e o projeto Escola Sem Partido” (setembro de 2017).

Um inimigo potencial do MBL é, também, o Supremo Tribunal Federal, que representaria, segundo eles, um judiciário “acovardado”: “O condenado por corrupção e lavagem de dinheiro Lula disse hoje que precisa “democratizar” (sic) o judiciário. No dicionário petista, você sabe muito bem o que isso quer dizer”, e completa, “o programa de Lula para 2018 é transformar o Brasil em sua ditadura para que seus amigos roubem em paz sem serem investigados” (MBL, agosto de 2017). No mesmo tom, já em 2018, o Vem pra Rua apelidou de “a turma do mal” a segunda turma do STF, que queria “acabar com as decisões da Lava-Jato”: Quando o Brasil finalmente começa a ver os corruptos sendo punidos e presos, esta trinca de ministros começa a colocar tudo a perder”. A todo tempo e a qualquer aceno de aliança com o PT, os coletivos e movimentos de direita reforçam o antagonismo radical.

A comunidade Acorda Brasil teve uma atuação mais forte em 2013 e em 2014, apenas. Seus administradores também têm um *crush* no PT, os “líderes da facção criminosa mais perigosa do Brasil”, mas no geral fazem uma crítica contra todo o sistema político, contra

a Constituição Federal e outras estruturas normativas do Estado. São potencialmente antissistema. Diferentemente da comunidade Fora Corrupção, que tem obsessão pelo PT e todas as figuras, movimentos, organizações e programas de esquerda.

Em março de 2014, a Acorda Brasil disparou: “Vou dizer uma coisa, o problema não é um número ou um partido! Não existe oposição esquerda ou direita. Nossa constituição foi feita por ladrões e supervisionada por bandidos (...)”. Eles até provocam: “há (sic), mais (sic) o PT está ferrando o Brasil (...) e antes disso porque o Brasil não era melhor?”. Demonstram indignação contra o sistema político: ““Proteste nas urnas, o voto já mudou muita coisa em nosso país??? Agora eu pergunto o que foi que MUDOU???? UM MONTE DE POLÍTICO CORRUPTO FICOU MILIONÁRIO!!!!!! (sic)” (Acorda Brasil, junho de 2014). Essas passagens soam mesmo como uma crítica generalizada, que não escolhe lado, até que propõe, ironicamente, um brinde à Justiça brasileira: “Num país onde a corrupção, a criminalidade e falta de caráter crescem a galope, nada mais justo que o Escritório de Advocacia do PT, ops, o Supremo Tribunal Federal (STF) votasse pela absolvição (do crime de formação de quadrilha) dos mestres dessa arte!” (Idem, fevereiro de 2014).

A página da comunidade Fora Corrupção começou com o nome “Fora PT”, como já falado, então não dá pra esperar mesmo uma neutralidade nas publicações; o inimigo está dado de imediato. Das 57 publicações com culpados demarcados, 50 fazem associação com o PT, a maioria de forma direta. A página percorreu com bem menos entusiasmo do que o MBL e o Vem Pra Rua o processo de afastamento de Dilma e da prisão de Lula, sem expor passo a passo da investigação, das acusações, das delações, etc. Porém, adicionou um tom caricato, conspiratório, radical e bastante agressivo na configuração dos culpados.

Em um dos primeiros *posts* analisados, em janeiro de 2013, a trama já começa a se desenrolar em torno do maior inimigo. A Fora Corrupção disseminou o suposto envolvimento do PT na tragédia da Boate Kiss em Santa Maria: “PT se mobiliza para tentar esconder evidências de seu envolvimento com a tragédia da boate no RS! Há por trás da tragédia de Santa Maria algo muito mais sério e putrefato do que se imagina (...)”. Em setembro de 2013, da mesma forma, publicou a notícia sobre a conclusão do

doutorado em música por Bruce Dickinson e fez uma comparação absurda: “compare a produtividade de um sujeito raçudo e livre como o vocalista do Iron Maiden com a produtividade de um governo paternalista, inútil e corrupto (por exemplo o do PT) e entenda porque ele não gosta de dar dinheiro pro Estado”. Ainda nessa linha, em julho de 2014, publicou: “filho do Lula compra a metade de um estado por 30 bilhões de reais”, e ainda diz que a PF “investiga em sigilo”.

As publicações que não falam diretamente do PT atacam o partido indiretamente, de toda maneira, pois criticam suas bases ideológicas e programáticas (como o Bolsa Família, o subsídio às famílias de detentos, etc). São inúmeros os *posts* que dispõem radicalmente contra a esquerda, as forças progressistas e as minorias. Nesses casos, os culpados são a CUT, a FUNAI, os partidos e movimentos de esquerda, os “simpatizantes do comunismo” e por aí vai. Em dezembro de 2013, por exemplo, a Fora Corrupção disparou contra Antonio Gramsci com diversos qualificativos: “mente diabólica”, “vigarista-mor”, “fraude intelectual”, por meio de quem “os comunas baixaram as armas e invadiram os cérebros por meio das universidades/ escolas/ mídia”. O MST também recebe qualificativos, sendo chamado de “braço armado do PT”, “terroristas do PT”, “grupo guerrilheiro do PT”, que “passou os últimos 15 anos com seu grupo, invadindo propriedades, assaltando, assassinando, roubando, furtando, destruindo pelo simples prazer de destruir” (Fora Corrupção, abril de 2015).

Para a comunidade, os “‘movimentos negros’” (sic) recebem quatro aspas porque não seriam movimentos que se importam de fato com negros: “(...) enquanto os mulatos brasileiros (50% sangue de brancos) estão ocupados defendendo o PT, acusando a Polícia Federal de ‘racismo’ por usar o nome acarajé” (Idem, fevereiro de 2016). A culpada também é a própria mulher em um caso de estupro no Uber: “a sub celebridade diz que o motorista se aproveitou de sua embriaguez e suas micro roupas e lhe deu uma dedada, suposto estupro (SIC)” (Idem, agosto de 2017). E tem exemplo até de fora do país. Em dezembro de 2016, culpou a Angela Merkel “socialista” pela “invasão” de refugiados na Alemanha: “os alemães estão sendo mortos como animais por pessoas que SEMPRE os odiaram! (...)”; “Refugiado que é refugiado, não escolhe a dedo para onde quer ir”, eles têm “uma missão a cumprir, que é destruir o ocidente”.

Além disso, ao criticar as bases programáticas da esquerda como um tudo, como o programa Bolsa Família, a página Fora Corrupção reforça estigmas dos pobres: “Povo marcado, povo infeliz (...) Aqui ninguém precisa trabalhar, trabalha quem quer”, e complementa, “geladeira em 24x, fogão em 24x... trabalhar que é bom para pagar NADA! (...) E o toda a cidade aproveita para não fazer NADA o dia inteiro, gente saudável forte passa o dia tomando banho nos riachos” (Fora Corrupção, outubro de 2014). Em outro *post*, critica a concessão de benefícios às famílias de detentos, como “inversão de valores”: “se um homem for preso porque matou um cara, sua esposa recebe 900,00 por mês, porque seu marido está preso e sem poder levar sustento pra casa, mas a esposa do assassinado não ganha nada” (Fora Corrupção, março de 2014). São exemplos de culpados caricatos que ecoam o conservadorismo dos líderes e seguidores da comunidade. São populistas iliberais que faltam com os direitos humanos, além de racistas, xenófobos e preconceituosos.

Nem todos os *posts* falam do PT diretamente e nem todos os culpados são necessariamente culpados pela corrupção. Mas essa expansão dos inimigos para além do alvo e além do tema reforça o que foi mostrado no item “problema” (4.3.2) sobre o “balaio de indignações”, o significante vazio da corrupção. É crescendo o tamanho do problema no imaginário popular, mesmo que sem discutir substantivamente suas raízes, que se busca engajamento, adesão e ataque às instituições. Na lógica de se criar uma ideia de caos, para compor a pecha de nação mais corrupta do mundo, “a corrupção do PT”, os culpados são “eles”, os “outros”, todas as pessoas “não dignas” e que não se enquadram como “cidadãos de bem”.

Antes de fechar este item, um ponto que vale ser destacado sobre as publicações dos movimentos de direita é o uso dos temas da violência e da segurança pública como “essessante conservador” do debate da corrupção, ou seja, temas que engrossam o caldo do discurso conservador, reverberando o exposto no item de “problema”, além o discurso de ódio também na formação do inimigo – a violência é tema e veículo narrativo ao mesmo tempo. Eles reforçam a ideia de impunidade e injustiça contra os “cidadãos de bem”, e enquadram o problema como uma falha do Estado em controlar os bandidos. Para as comunidades, corrupção e criminalidade andam juntos, são operados por bandidos do mesmo calibre e são problemas do governo e do Estado (legislação, constituição, etc).

Ao expor o caso específico de um assalto que acabou com a morte de uma criança, a comunidade Acorda Brasil reforçou em tom bastante violento: “se acharem ele [o bandido], matem primeiro depois chama a polícia. Mas mata devagarinho e arranca os dedos e as pernas. Esse VERME não merece piedade!!!” (Acorda Brasil, julho de 2013). Na mesma linha, ao se referir ao polêmico caso de um jovem negro que foi amarrado no poste em setembro de 2014, a Fora Corrupção disparou: “É um absurdo chamar esse vagabundo de “JOVEM NEGRO” (...) Porque o negro sempre tem que ser a vítima?”. A mesma página, em janeiro de 2017, chamou de “sementinhas do mal” os jovens infratores adotados por um casal de franceses no Rio de Janeiro que supostamente haviam tramado o assassinato dos pais. E culpou o Judiciário e o socialismo em dezembro do mesmo ano por “colocar nas ruas um elemento de extrema periculosidade”: “Viva o Socialismo que prega a 2º, a 3, 4, 5, 6, 7º (sic) chance para marginal enquanto a vítima não tem nenhuma chance”.

Esse tipo de posicionamento não é exclusivo das comunidades menos estruturadas. O MBL fez alguns pronunciamentos efusivos pedindo a revogação do estatuto do desarmamento, por exemplo. Primeiro, mostrou um “quadro calamitoso” de 28 mil assassinatos no país no primeiro semestre de 2017, sendo que apenas 8% dos crimes são resolvidos, e emendou os culpados: “essa elite nojenta quer pregar desarmamento do cidadão de bem e “desencarceramento” (sic) - afinal de contas, “cadeia não resolve e lugar de bandido é na rua (sic)” (MBL, agosto de 2017). Por “essa elite nojenta” leia-se a esquerda e os sucessores do petismo com governos que bateram “recordes em homicídios e insegurança”. Em fevereiro de 2018, trouxe um caso específico para enaltecer a posse de arma dos cidadãos: “Vamos começar a semana vendo bandido se dando mal? VAMOS! Vagabundo tenta assaltar casal e é rendido por cidadãos com porte de arma em frente a clube de tiro”. E completa: “Com o cidadão desarmado, quem anda seguro por aí é o bandido!”. A premissa da liberdade individual e a culpabilidade da esquerda estão sempre presentes.

Os sujeitos que foram atacados nas publicações são os “inimigos da nação”. O foco é o Partido dos Trabalhadores, suas lideranças, alianças, programas e ideologias. Foram construídos a partir de uma separação bastante simplificada da sociedade, em grupos antagônicos, com base em uma moralidade – “dignos” e “não dignos” – mas não só.

Também teve método, estratégia e um tipo de linguagem específica para mobilizar o público, algo que será exposto com detalhes mais adiante.

4.3.5 As soluções para o problema: da mobilização democrática à alternativa salvacionista

Feita a caracterização do diagnóstico do problema, agora é a vez da caracterização do prognóstico. Este item de resultado dá sequência às etapas: i) de definição das alternativas/ soluções para o problema público segundo a sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD; 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017); e ii) de prognóstico do problema para os enquadramentos interpretativos de Snow e Benford (1988).

As alternativas são demarcadas em 450 publicações, um número elevado que só perde para as menções ao problema em si. Isso significa que, em mais de 60% das publicações estudadas, os públicos destacam alguma alternativa para conter, direcionar ou dirimir o problema da corrupção. As soluções aparecem de variadas formas, com diferentes apelos e graus de intensidade, e em raros casos dão lugar a um tipo de leniência ou conformação pelos públicos – “a corrupção é um problema que não tem jeito”. Esses achados vão ao encontro do que é defendido por Filgueiras (2009) e Campante (2019) e já eliminam, em boa medida, a ideia de que ambos os grupos podem partilhar de um enquadramento “guarda-chuva”, um *masterframe*¹²⁰ por meio do qual a corrupção seria vista como uma espécie de “maldição eterna e inescapável” da cultura brasileira, um problema público para o qual não há solução possível. O problema é, ao contrário, sujeito a mudanças, ainda que pequenas e lentas.

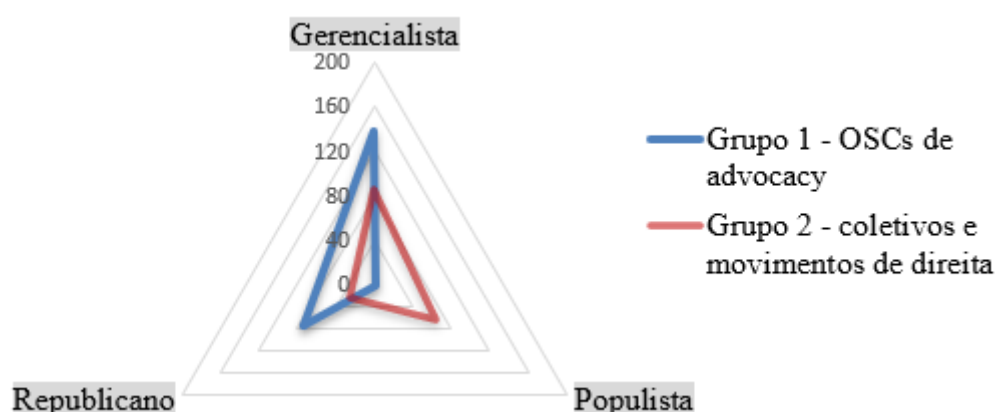
Em quase metade das menções, os grupos imputam um sentido gerencialista às alternativas, em 49,8%. Em seguida, 21,8% estabelecem soluções republicanas e, por último, 14,4% soluções populistas. É a primeira vez que o populismo perde força. Neste item, também se destaca o percentual de 11,1% de quadros misturados entre

¹²⁰ O termo *master frame* é cunhado por Snow e Benford (2000) para designar grandes quadros interpretativos compartilhados por dois ou mais movimentos, que agregam em torno de um sentido mais geral uma maior quantidade de público. É uma ampla chave de sentido de onde se derivam quadros específicos.

gerencialismo e republicanismo, que demonstram soluções combinadas entre mobilização popular e a pressão por investigar e punir.

A imagem abaixo ilustra a distribuição das alternativas para o problema para cada enquadramento, por grupo de organizações.

Gráfico 17. Representação gráfica dos sentidos das soluções para o problema por grupo de organizações



Fonte: elaboração própria.

Alguns pontos chamam a atenção na análise das publicações estudadas: i) o prognóstico republicano se manifesta, principalmente, na busca pelo engajamento de ativistas e seguidores das páginas virtuais em ações políticas promovidas pelas organizações estudadas. Isso é um propósito comum das publicações – algo já esperado pela natureza das redes sociais virtuais –, só que em que medida o engajamento tem destino cívico ou se é mais ou menos republicano varia entre o Grupo 1 e o Grupo 2. Em seguida, ii) o prognóstico gerencialista é traduzido em uma espécie de “caixa de ferramentas” onde todas as organizações, sem exceção, depositam/ oferecem soluções para o problema da corrupção, em forma de projetos, campanhas, propostas legislativas, boas práticas, etc. Para isso, se apoiam muito na legalidade, no Direito, para regular o sistema político e a ação dos indivíduos; iii) o prognóstico populista é quase exclusivo dos grupos de direita, que simplificam radicalmente a solução para a corrupção com alternativas salvacionistas e buscam enaltecer figuras de fora do sistema político ou desprestigiados (*outsiders* e discursos *anti-establishment*).

4.3.5.1 Solução republicana: o engajamento cívico

O engajamento cívico é um objetivo comum entre os grupos pesquisados, e isso tem a ver com a natureza das redes sociais virtuais como arenas de debate, mobilização e organização política (BÜLOW; DIAS, 2019). Tanto as OSCs de *advocacy* quanto os coletivos e movimentos de direita utilizam páginas virtuais para disseminar posicionamentos, opiniões e visões de mundo e também para mobilizar seguidores para os propósitos estabelecidos pelos administradores. Existe um “espírito republicano”, por assim dizer, por trás de sensibilizar, informar e conscientizar sobre determinada pauta, além de engajar, chamar para atos públicos e colocar o povo na rua. Para os públicos de A a Z, o engajamento é a grande solução colocada.

Só que há uma diferença importante no engajamento entre o Grupo 1 e o Grupo 2: enquanto no primeiro o engajamento cívico é propriamente cívico, como um fim em si mesmo, cuja participação em si já é entendida como valor em termos de cidadania e democracia, e por meio do qual os ativistas se capacitam e incidem sobre decisões; no segundo, o engajamento é mais instrumental-oportunista, quase uma “cortina de fumaça”, por meio do qual se busca alcançar um propósito maior. O segundo grupo mobiliza identidades e ideologias para gerar ressonância entre o propósito estabelecido e as percepções de realidade que são intrínsecas aos indivíduos que participam – isso vai ficar claro no enquadramento populista apresentado mais adiante.

Tendo em vista essas diferenças, nota-se que algumas publicações são menos republicanas do que outras, porque as vezes o destino final do chamamento público é derrubar ou perseguir alguém, por exemplo. Nem sempre por trás de um ato de rua existe um apelo à cidadania, à inclusão, à igualdade e à democracia, mas uma intenção disruptiva da ordem, então não dá pra chamar de republicanas todas as manifestações e protestos. Ao contrário, o transcorrer do chamamento pode vir a dividir pessoas, segregar visões de mundo, apresentar discursos de ódio e antidemocráticos. No próximo item de resultados, as diferenças entre as motivações para a ação ficarão mais claras, pois serão problematizados os repertórios de ação e o “tom” da convocação e dos chamamentos públicos.

O que merece ser destacado aqui a partir da análise das publicações é que em todo o percurso das OSCs de *advocacy* nas mídias virtuais foi exaltada a participação cívica na governança política da sociedade. Como exemplo, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, em abril de 2013, convocou, junto a dezenas de entidades do terceiro setor: “Nós estamos aqui para declarar isso [uma profunda reforma no sistema eleitoral] e convocar a sociedade para uma grande marcha democrática, cívica pela mudança das eleições no Brasil”. No mesmo ano, o IFC também exaltou a participação cívica e a articulação de entidades em prol da pauta: “Atuação em rede fortalece o combate à corrupção!” (IFC, dezembro de 2013).

Em abril de 2014, o IFC trouxe uma fala importante do integrante do Observatório Social de Belém e também membro da Rede AMARRIBO Brasil-IFC sobre como “não há outra forma de se combater a corrupção se não for através da participação do cidadão”. Para ele, “combater a corrupção passa pelo engajamento de todos. A responsabilidade para a construção de uma sociedade melhor é nossa. Podemos delegar algumas atribuições, mas a responsabilidade final dos resultados coletivos é nossa”. Como pano de fundo da fala do integrante do movimento existe uma ideia republicana de sociedade civil enquanto guardião do bem público e como ator principal na governança democrática.

Na ocasião da “Marcha Contra a Corrupção e Pela vida”, o IFC percorreu diversos municípios mobilizando a participação cidadã, com “aulas de cidadania, fiscalizações, capacitações para cidadãos e cidadãs aprenderem a fazer o CONTROLE SOCIAL (sic), auditorias cívicas em convênios e obras que estejam sendo tocadas pelos municípios” (IFC, janeiro de 2015). A mensagem é essencialmente republicana: “A participação da população por onde a Marcha passar é fundamental para o bom êxito dos trabalhos além de demonstrar grande espírito de compromisso com o que é de todos” (Ibidem, 2015). Esse “compromisso com o que é de todos” é uma forma de tratar a coisa pública tipicamente republicana, como um pacto que direciona uma boa vida a todos os sujeitos que constituem a sociedade.

Em outra ocasião, o MCCE destacou a participação de uma ativista que é exemplo de cidadania e responsabilidade cívica: a visita de dona Maria Aparecida Flausina, uma senhora de 82 anos de idade, à secretaria executiva do Comitê Nacional do MCCE,

quando entregou, em colaboração, milhares de assinaturas pelos projetos que conquistaram a Lei 9840 e a Ficha Limpa. Na publicação, ela declarou que os 82 anos de idade não são obstáculos para viver a cidadania: “Eu amo o Brasil e não posso ficar parada. Preciso trabalhar pela democracia” (MCCE, janeiro de 2015).

Já em 2016, no contexto do projeto 10 Medidas Contra a Corrupção, o IFC convidou o público ao engajamento cívico em encontros presenciais e por meio de *hashtags* #Lutepelas10medidas: “Vamos unir forças para combater a corrupção! O Brasil estará mobilizado para manifestar apoio às 10 Medidas Contra a Corrupção. (...) Você pode se unir a um grupo ou formar um em sua cidade!”. Observa-se por essa sequência de exemplos que o enquadramento republicano dado pelos administradores às convocações é de despertar um sentido genuíno para a pauta anticorrupção, conectado a um espírito cívico de engajamento – ideia de “fazer parte” de algo maior, “fazer *sua* parte” e buscar a “transformação que todos queremos”.

Do outro lado da chave, o Grupo 2 muda a intensidade e o foco do engajamento, apresentando nuances importantes no potencial cívico e republicano desses chamamentos. Em abril de 2015, durante as mobilizações pelo *impeachment*, o MBL liderou a “Marcha pela Liberdade”, uma iniciativa que começou em São Paulo e terminou em Brasília no final de maio, quando protocolaram um pedido formal de afastamento de Dilma Rousseff ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Depois, em julho do mesmo ano, o MBL divulgou e convidou o público para a “CARAVANA BRASÍLIA”, um ônibus fretado pelo movimento que seguiria para a capital: “Vamos invadir o Congresso no dia 4! A VIAGEM É POR NOSSA CONTA (sic). Mostre que o Brasil não pertence aos corruptos. Não deixe sua liberdade ser tomada. Lute! O Brasil é nosso!”. Nesse período turbulento, principalmente, o engajamento foi um meio circunstancial e direcionado para o propósito de derrubar o governo.

Em relação ao Vem pra Rua, o próprio nome do coletivo sugere o enfoque da mobilização social: a convocação é virtual, mas a questão deve ser resolvida na rua! E muitas publicações fecham com o chamamento que dá nome ao coletivo: “Mega Manifestação dia 31/07, Vem pra Rua! Ajude-nos a divulgar, convide seus amigos usando o link abaixo (...)” (VpR, junho de 2016). Mas a intenção não é neutra: “Se você não for, eles ficam!”

(grifo nosso). É interessante observar que a chamada começa genérica: “O crime só vai compensar se você deixar. Cansado? Com a sensação de que o crime compensa? Junte-se a nós! Dia 27/08 em todo o Brasil!”. E termina, como de costume, mirando um adversário: “Exigimos a saída de Temer, a prisão de Lula, e o andamento célere das condenações e prisão dos diversos bandidos que tomaram de assalto o nosso país” (VpR, junho de 2017). É contraintuitivo e paradoxal, nesse sentido, o nome originário do coletivo Vem pra Rua. Se trata de um nome republicano para uma atuação incidental e instrumental.

Na mesma linha, a comunidade Acorda Brasil apresentou uma sequência grande de *posts* que fecham com o convite: “Se revolte!”. Há, pelo menos, 15 publicações com essa chamada, apenas entre os dados amostrados. Algumas trazem temas aleatórios e têm um tom mais brando, por exemplo: “Estes são os deputados ‘raspadinhas’ (sic), que se negam a investigar o pedágio no Paraná. Estes que deram mau exemplo devem ser riscados do calendário eleitoral em 2014”. Mas mesmo assim concluem com o convite à revolta: “Entre nessa luta contra corrupção. Se revolte. Compartilhe. Curta” (Acorda Brasil, julho de 2013). Analisando os dados, portanto, notam-se os diferentes sentidos para o chamamento público e para o potencial republicano dos mesmos.

4.3.5.2 Solução gerencialista: a caixa de ferramentas

O sentido gerencialista para as alternativas e soluções fixadas para a pauta anticorrupção é a parte mais robusta dos resultados e vem em forma de “caixa de ferramentas”. Instrumentos de controle, legislação, trânsito institucional, projetos e medidas para detecção e correção do problema são o mote do combate à corrupção nesse sentido específico. Alguns grupos demonstram admiração por medidas versáteis e resolutivas e utilizam jargões gerencialistas como “pacote”, “mecanismo”, “força-tarefa”, etc. E cada organização estudada encabeça, normalmente edita, e puxa a mobilização para um dado pacote de medidas para conter o problema público. Resumidamente, para o MCCE, a solução está no sistema político íntegro e nas eleições limpas; para o IFC, a solução está no controle social, ou seja, em iniciativas de fiscalização de bens e serviços públicos pela própria sociedade; para o Instituto Ethos, a solução está em empresas mais éticas e íntegras; para a UCC, a solução está em um amplo conjunto de medidas de prevenção e

punição da corrupção, e também na consolidação de uma coalizão de instituições e movimentos apartidários; para o MBL, a solução está na “liberdade” e no “pacote anticrime”, também um conjunto de medidas de detecção e punição para a corrupção; e assim por diante.

O MCCE apresentou pelo menos 64 publicações sobre a campanha pela reforma política democrática e eleições limpas, o que é um número elevado para uma base que está amostrada. O movimento é longo: “desde 2002 discute formas de ampliar o combate à corrupção eleitoral”, por meio de “discussões que envolveram segmentos diferentes da sociedade brasileira até se chegar à construção de uma iniciativa popular que fez nascer a lei da Ficha Limpa”. É um dos projetos mais consistentes em termos de articulação técnica e política e de mobilização de entidades da sociedade civil entre todos os estudados.

O Instituto de Fiscalização e Controle, outro exemplo, promove projetos itinerantes chamados de “Caravanas da Cidadania”, que dispõem de palestras e as auditorias cívicas para o controle social, e o projeto “Adote um Distrital”, voltado ao acompanhamento societal das atividades parlamentares, além de projetos em parceria, como o “Olho Vivo no Dinheiro Público”, criado pela Controladoria-Geral da União (CGU). As Marchas Contra a Corrupção e Pela Vida, outra iniciativa do IFC em parceria com diversas ONGs e entidades locais, percorrem municípios com a ideia de “fiscalizar as obras de acordo com os relatórios e dados disponíveis no tribunal de Contas e dos convênios do Estado e da União (sic) também visitam as Câmaras para se verificar os balancetes e contas dos Executivos” (IFC, janeiro de 2015). Os projetos têm um caráter cívico importante, enaltecendo o controle social - “A população precisa atuar mais contra a corrupção. O povo tem que fazer a parte dele na fiscalização” (IFC, junho de 2015) – mas também têm como mote a investigação, a fiscalização e trâmites institucionais para a correção.

O selo “Pró-ética”, no âmbito do #ethosintegridade, do Instituto Ethos, fomenta a adesão de empresas a um conjunto de compromissos com a ética. De forma consistente, em toda a análise de dados, o Ethos imputa a responsabilidade pela corrupção também às empresas e auxilia na disseminação de soluções para empresas mais íntegras. Para o grupo, “a corrupção funciona como uma espécie de ‘efeito dominó’ na economia brasileira: se as

empresas se veem envolvidas em crimes que ferem a ética, a credibilidade de todo o setor privado se abala e a atividade econômica é fortemente prejudicada” (Ethos, julho de 2015).

Em 2018 aparece uma figura de peso na “caixa de ferramentas” contra a corrupção: a campanha Unidos Contra a Corrupção, articulação mantida pela ONG Transparência Internacional que buscava emplacar uma ampla agenda de mitigação da corrupção no Congresso Nacional. A UCC defendia mudanças estruturais a partir de 70 propostas técnicas e legislativas voltadas a fortalecer mecanismos de controle e transparência no governo. Para que chegassem ao congresso, afirmou a campanha, “o Brasil precisa se unir”, sendo que “esquerda, direita, progressistas e conservadores. Todos importam nesta luta” (UCC, junho de 2018). Articulação, engajamento cívico e endereçamento institucional se entrecruzam na jornada da Unidos Contra a Corrupção de forma única e promissora, mesclando enquadramentos republicanos e gerencialistas.

O último exemplo é o caso do Movimento Brasil Livre. O movimento de direita defende, basicamente, dois caminhos para o combate à corrupção: primeiro, a liberdade como solução - “Acreditamos que o livre mercado é um dos caminhos mais eficazes para eliminar a corrupção, pois se o Estado não tem o que barganhar, não haverá pagadores de propina” (MBL, outubro de 2015). Segundo, o pacote anticrime, que é um conjunto de medidas legislativas que foi popularizada pelo juiz Sergio Moro, da Lava-Jato, e que recebeu apoio dos coletivos de direita. Se trata de uma ampla reforma no sistema penal e processual penal brasileiro, contra a corrupção e o crime organizado, que foi criticado pelo aumento do risco de violência policial e violação de direitos. Além disso, é interessante como o coletivo coloca também a si próprio como uma solução importante para o país: “O MBL seguirá sua batalha, seja ela com quem for, para termos um Brasil mais livre, justo e próspero para cada brasileiro”, e pede contribuições: “Você pode nos ajudar nessa batalha. Entre em nosso site e selecione um plano de contribuição para que possamos continuar defendendo o que a nação realmente precisa” (MBL, janeiro de 2018).

Outra solução que merece destaque é a disseminação de práticas e de canais de denúncia, que são bem comuns entre todos os públicos estudados. Por exemplo, o MCCE fez

campanha para denunciar a compra de votos próximo às eleições de 2014: “Vender voto é crime. Não dá para aceitar - Denuncie a um promotor eleitoral” (MCCE, julho de 2014). E citou caso de município que conseguiu conter a prática: “Os bons resultados no combate à corrupção do município só foram possíveis devido ao trabalho em equipe da sociedade que denunciou” (MCCE, outubro de 2014). O MBL, outro exemplo, enalteceu um trabalho de divulgação de áudios, ligações e gravações vazadas de um município do Rio de Janeiro que acabou desbancando esquema de favorecimentos em contratos de PPPs e pagamento de propinas, que envolviam até o prefeito da cidade: “Mais um excelente trabalho do Mamaefalei junto com o MBL” (MBL, novembro de 2017).

Por fim, uma das alternativas mais debatidas e defendidas é a própria operação Lava-Jato, enquadrada pelo Grupo 2, principalmente, como uma medida única e extraordinária de combate à corrupção no país. Como já falado em itens de resultados anteriores, os coletivos e movimentos de direita acompanharam com entusiasmo o andamento das apurações e, mesmo anos depois, o Vem pra Rua seguiu defendendo a operação, já fora dos seus tempos áureos, quando as suas controvérsias começaram a aparecer: “Enfrentaremos Gilmar e sua turma, que tentarão desqualificar a Lava Jato para livrar os ‘amigos’ da cadeia. Queremos o fim do foro privilegiado para que (...) possamos passar a limpo este pedaço da história do Brasil (VpR, dezembro de 2017).

4.3.5.3 Solução populista (A): para um problema simples, uma solução simples #foraPT

Os pronunciamentos dos coletivos e movimentos de direita mostram uma tradição populista de simplificar problemas e, conseqüentemente, de simplificar soluções. Para um problema simples, uma solução simples. Problemas na Lei Rouanet? O melhor é extinguir o Ministério da Cultura (MBL, junho de 2016). Greves nas universidades? “Ainda bem que a era PT está acabando!”, o partido que incentiva as paralizações em benefício do governo (MBL, abril de 2016). Cenas lamentáveis de falta de respeito, ética e moral? Intervenção militar “para ontem” (Fora Corrupção, outubro de 2014)! A página Fora Corrupção divulgou o que chamou de uma “coletânea da mídia onde mostra que o Brasil deveria sofrer uma intervenção por FORÇAS MILITARES ONTEM!!! (sic)”, já que a “Constituição já foi usada como papel higiênico e NINGUÉM FAZ NADA!!! (sic)”.

E essa lógica se reproduz em dezenas de temas, como nesse: não se sente representado pelos partidos políticos? Vote nulo! A comunidade Acorda Brasil criticou a lógica de se escolher o “menos pior” em eleições:

Tô fora! Enquanto nenhum Partido demonstrar que tem um projeto efetivo para acabar com bandalheira da corrupção e da impunidade e propostas efetivas e viáveis para reorganizar e dar vós à sociedade brasileira, eu voto nulo (...) (Acorda Brasil, agosto de 2014).

Mais um exemplo: problemas na segurança pública? “Vamos armar a população!”. O MBL, em 2017 e 2018, apresentou algumas publicações com essa pauta, se posicionando a favor do armamento da população, da revogação do Estatuto do Desarmamento e da liberdade individual. Em uma delas, enalteceu João Dória, então prefeito de São Paulo, quem “está abandonando a agenda esquerdista da ala mais antiga do partido”, ao declarar que respeita o cidadão que quer ter armas e que incentiva o direito de escolha. “O tucanato deve estar em fúria”, provoca o *post*. E pressiona: que “Doria abandone de vez a agenda totalitária e abrace cada vez mais a luta pelo direito de escolha do indivíduo” (MBL, junho de 2017).

De todas, a solução mais recorrente apresentada pelo Grupo 2 para acabar com a corrupção era de tirar o Partido dos Trabalhadores do poder. Os *slogans* “fora PT” e “fora corrupção” eram utilizados quase como sinônimos em todo o percurso analítico, mas se intensificaram durante as mobilizações pelo *impeachment* de Dilma e, depois, para a prisão de Lula. Em fevereiro de 2015, com Dilma Rousseff recém-eleita, o MBL disparou: “o PT está morrendo de medo do fim de sua mamata. Essa é a nossa chance de acabar com esse maldito governo”. E convocou: “Dia 15 de março estaremos todo juntos pelo país inteiro mostrando que a nossa liberdade é incorruptível”. No mês seguinte, afirmou que o PT utilizava “a corrupção como instrumento para seu plano de poder” e que a solução era afastar a então presidente. O movimento chamou para nova manifestação em 12 de abril e pediu recursos: “Ajude na luta contra o PT” e “Compre nossos produtos e ajude a tirar o PT do poder” (MBL, março de 2015). Em abril do mesmo ano ainda, o MBL endureceu as críticas e divulgou o site “Marcha pela Liberdade”: “Convidamos a todos a passar esse final de semana com a Marcha pela Liberdade no interior de São Paulo (...). Precisamos pressionar o congresso para tirar essa quadrilha do poder”.

Em janeiro do ano seguinte, o coletivo Vem pra Rua fez uma chamada clara sobre como o PT é o problema e o culpado pela corrupção e sobre como tirar o partido do poder é a solução infalível:

Muito triste ver um país com tanto potencial, ter seu futuro condenado pela corrupção e má gestão do Governo do PT. Muito triste ver 1,5 milhões de pessoas perdendo seus empregos. O Brasil é o único país do mundo, entre as 12 maiores economias, que teve um PIB negativo em 2015. Estamos te dando 1,5 milhões de novas razões para você vir pra rua. Precisamos evitar que hajam (sic) mais trabalhadores desempregados. #vempraru13março (VpR, janeiro de 2016).

Tempos depois, o coletivo saiu em defesa da operação Lava-Jato e o alvo principal passou a ser Lula: "Eles só pensam numa coisa: como escapar do juiz Sérgio Moro. Mas não vão conseguir. O povo foi pras ruas exigir o fim da corrupção e voltará outras vezes, se necessário". E completam: "Chega de corrupção! Chega de impunidade!" (VpR, maio de 2016). Já em março de 2017, o Vem pra Rua comemorou a condenação de Eduardo Cunha pelo juiz Sérgio Moro e, na mesma publicação, voltou-se contra Lula: "Chegou a vez de quem foi Presidente do Executivo por 2 vezes deste país (...) O Brasil precisa de exemplos como este. Moro, estamos com você", seguido da *hashtag* #euapoioaLavaJato" (Ibidem, 2016). O MBL, em agosto de 2017, argumentou sobre como eliminar o PT trazia bons resultados: "o *impeachment* trouxe MUITAS (sic) vitórias para o país. A principal delas: o fim do projeto totalitário de poder do PT com o Foro de São Paulo", e parabenizou o apoio popular: "Parabéns a todos que foram às ruas e venceram o câncer chamado PT".

Essa sequência de ataques são exemplos de como os inimigos foram construídos e combatidos ao longo de toda a narrativa anticorrupção dos coletivos e movimentos de direita estudados. A deposição presidencial e a condenação do ex-presidente poderiam suscitar um debate importante sobre renovação política, como, por exemplo: "o caciquismo tem que acabar. A perpetuação de figuras como Lula e Temer asfixiam novas lideranças, impedindo a renovação" (VpR, novembro de 2017). A Lava-jato seria muito benéfica nesse sentido: "além de limpar o país, irá contribuir também para a renovação do quadro político brasileiro, permitindo que novas pessoas surjam no cenário. #Renovação2018" (Ibidem, 2017). Poderia ser, de fato, uma via republicana para aprofundar a democracia e aumentar a inclusão, mas os movimentos, infelizmente, miram em um efeito e acertam em outro: a ascensão de lideranças salvacionistas.

4.3.5.4 Solução populista (B): Bolsonaro, o líder salvacionista

O Partido dos Trabalhadores era do *establishment* político. Foi, em boa parte do recorte temporal, o partido incumbente. Quando os coletivos e movimentos de direita atacavam o partido, acabavam por atingir o sistema político como um todo, relativizando o papel e a atuação das instituições, além de acentuar a divisão entre apoiadores e opositores. Essa prática abre espaço para a ascensão de lideranças que se colocam como “autênticas” na defesa dos interesses do povo, como quem pode defender e manifestar uma suposta “verdadeira” ou “real” vontade popular. Diante de um cenário de descrença e polarização, a alternativa veio a galope com uma figura ao mesmo tempo carismática e absolutamente controversa: “Pela primeira vez, desde a redemocratização do país, há um político declaradamente de direita liderando as pesquisas para presidente da República. Jair Bolsonaro aparece em primeiro em um cenário sem Lula - que deve ser preso até lá”, exultou o MBL ainda em maio de 2017, mais de um ano antes das eleições.

Não parece que foi uma escolha premeditada, que Jair Bolsonaro era a figura que mais representava os anseios de todos os movimentos estudados, mas ele acabou agregando em torno de si um manto de liberdade, integridade e renovação política, e ainda fazia eco ao conservadorismo entranhado na base social. A comunidade Fora Corrupção fez um *post* emblemático e essencialmente populista colocando Bolsonaro como herói em março de 2018: “Só Bolsonaro é o autêntico Bolsonaro!!! O único dos candidatos à presidência a homenagear a policial morta”, sobre um caso de violência específico. Essa ideia de autenticidade tem um caráter ideológico por trás porque seleciona o novo líder a partir de uma *moralidade*, onde ele se coloca como puro e legítimo. Bolsonaro simplificou a sociedade e deslegitimou lutas de minorias de direitos, buscou alçar ao poder com base em apoio direto, por seguidores em redes sociais, não pelos caminhos institucionais, e o fez por meio de apelos bastante transgressores. Talvez não fosse a ideia original dos coletivos, mas os ingredientes populistas se mostraram como os adversários mais promissores contra os governos de esquerda e políticas progressistas até então vistos.

Finalmente, em outubro de 2018, o coletivo Vem pra Rua comemorou a eleição de Bolsonaro, como que concluindo um compromisso simplificador de erradicar a corrupção que começou com a deposição do PT:

Recebendo cerca de 58 milhões de votos, ou 11 milhões de votos a mais que o outro candidato, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Desta maneira, o PT foi derrotado de forma democrática, através do voto. Se Haddad é Lula, e o Lula é Haddad, então ambos foram os derrotados neste último domingo. Após o encerramento das apurações, Haddad sequer parabenizou o novo presidente pela vitória. Que feio! Finalmente a quadrilha foi tirada do poder (Vem pra Rua, outubro de 2018).

4.3.6 O quadro motivacional da ação coletiva: repertórios e linguagem na escalada do autoritarismo

Este item de resultados corresponde a um arranjo teórico importante, que vincula (a) as contribuições pragmatistas para a construção de problemas públicos, como as de Gusfield (1980) e Cefai (2017); (b) os conceitos de repertório de ação, segundo Tilly e Tarrow (2001); e (c) o componente motivacional do enquadramento interpretativo de Snow e Benford (1988), que é o chamamento para a ação a partir da criação de sistemas de significados que justificam o engajamento e a mobilização dos públicos. Esses caminham seguem um enredo próprio: as organizações e movimentos sociais, primeiro, moldam a compreensão coletiva sobre o problema da corrupção, conduzindo processos de significação (definição do problema, dos culpados, das vítimas e assim por diante). Para isso, se nutrem diferentemente dos enquadramentos de tipo ideal – republicanos, gerencialistas e populistas. E, depois, orientam as práticas políticas (o quadro motivacional para a ação).

4.3.6.1 Os repertórios de ação: de propositivos a disruptivos

Foram encontrados 270 repertórios de ação para as organizações pesquisadas – compreendidos como todas as operações de ação coletiva destinadas a reconhecer, definir ou encaminhar o problema da corrupção ou as oportunidades de encontro e debate sobre o tema, tais como projetos legislativos, notas públicas, campanhas, dias comemorativos, protestos e manifestações. Na análise fria do repertório enquanto “*forma* de ação” – inspiração tillyana –, nota-se que há uma relativa similaridade numérica (Tabela 07) e de tipo de repertório (Tabela 08), sendo que vários se repetem entre os grupos 1 e 2.

Tabela 7. Quantidade e percentual de repertórios de ação levantados por organização

Organização	Qtd.	Percentual
MCCE Ficha Limpa	85	31,48%
Unidos Contra a Corrupção	19	7,04%
Instituto Ethos	52	19,26%
Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)	17	6,30%
Comunidade Fora Corrupção*	-	-
Comunidade Acorda Brasil*	-	-
Coletivo Vem pra Rua	62	22,96%
Movimento Brasil Livre (MBL)	35	12,96%
Total	270	100%

Fonte: elaboração própria. *Não foram localizados repertórios de ação nas comunidades Fora Corrupção e Acorda Brasil – não dispõem de interações episódicas ou oportunidades de ação coletiva tangíveis, atuando fluidamente apenas como fonte de notícias e desabafos pelos seus administradores anônimos.

O Tabela 08 mostra o *ranking* dos repertórios de ação com os 10 primeiros colocados de cada grupo:

Tabela 8. Principais tipos de repertórios de ação por grupo

	Grupo 1 - tipo de repertório	Qtd.	Grupo 2 - tipo de repertório	Qtd.
1º	Campanha de engajamento	36	Manifestação	54
2º	Nota de repúdio	22	Campanha de engajamento	18
3º	Reunião	15	Twittaço	8
4º	Nota pública	13	Nota pública	3
5º	Seminário	8	Aula pública	2
6º	Carta aberta	7	Campanha de financiamento	2
7º	Manifestação	6	Nota de repúdio	2
8º	Webnário	6	Seminário	2
9º	Lançamento de cartilha	5	Ação judicial	1
10º	Ofício	5	Amicus Curiae	1

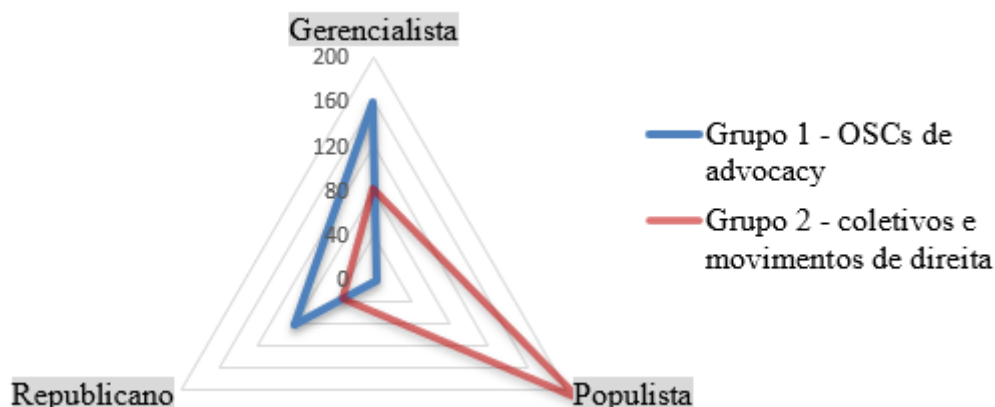
Fonte: elaboração própria.

Os coletivos e movimentos de direita têm uma preferência por repertórios de rua, como as manifestações, enquanto os repertórios do Grupo 1 mobilizam formatos mais *indoor*. No MBL, a mobilização de rua chega a representar mais de 65% dos repertórios do movimento; e no Vem pra Rua representa a metade, 50%. Mas também fazem mobilizações virtuais, como o “twittaço” e as campanhas de engajamento e financiamento, além de soltarem com frequência notas de apoio e repúdio sobre determinados temas e pessoas. As organizações da sociedade civil também fomentam campanhas virtuais e repertórios de rua, mas em menor número. As manifestações de rua perdem força e entram no lugar encontros e oportunidades presenciais, com interações

Além disso, ao nutrirem a ideia de que o país está em desordem, esses movimentos convocam ações disruptivas e punitivas, favorecendo soluções radicais como o fechamento de espaços democráticos, a intervenção militar e a armamentação da população. O clima de caos generalizado amplifica a ideia de que a corrupção é um mal absoluto e onipresente e gera sentimentos de revolta que são extravasados na oportunidade prática da ação política. Essa estratégia se traduz em práticas de incitação à ação direta e à violência, onde os discursos de "guerra" e "justiça" legitimam a violência física e simbólica contra os adversários. Em vez de buscar um debate democrático e plural, as ações dos movimentos de direita são movidas por um maniqueísmo que vê qualquer medida moderada como uma ameaça. E nesse processo, acaba por promover a ascensão de lideranças autoritárias que se apresentam como salvadoras da pátria. Assim, os grupos de direita não apenas reagem contra o suposto *status quo* progressista, mas o combatem de maneira agressiva e ostensiva, o que reforça seu caráter autoritário e violento.

A análise de enquadramento sustenta esses achados, e dá um passo além, aprofundando as nuances sobre a linguagem utilizada pelas organizações da sociedade civil e os coletivos e movimentos de direita. Na grande maioria das publicações estudadas, mais de 80%, foi possível captar e classificar um tipo de linguagem transmitida aos seguidores, se republicana, gerencialista ou populista. Foi observado o tom da mensagem, se contencioso, disruptivo, “baixo”, polido, etéreo ou intelectualizado, por exemplo. E os resultados se resumem na imagem a seguir.

Gráfico 18. Representação gráfica das linguagens mobilizadas para cada enquadramento, por grupo



Fonte: elaboração própria.

Despontam da análise três tipos de linguagens para o problema da corrupção, a saber: (i) a linguagem republicana, presente principalmente em publicações do Grupo 1, destinadas a informar e a conscientizar o público sobre o problema da corrupção, representando 19,33% do total; ii) a linguagem gerencialista, presente principalmente em publicações do Grupo 1, voltadas à vigilância, fiscalização e punição de infratores, representando 40,50% do total demarcado; e iii) a linguagem populista, radical e violenta, utilizada quase exclusivamente pelos coletivos e movimentos de direita, destinada a chocar, provocar e mobilizar seguidores, representando expressivos 36,47% do total de publicações com linguagem demarcada.

4.3.6.2 Linguagem republicana: informar e conscientizar

A linguagem republicana é a menos recorrente no total de linguagens demarcadas nas publicações estudadas, com 19,33%, e não é homogênea entre os grupos, sendo utilizada em maior medida pelo Grupo 1 (71,3%) e em menor pelo Grupo 2 (28,7%). Como forma de engajar os seguidores e fortalecer a ação coletiva, as OSCs de *advocacy*, principalmente, se valem desse quadro de linguagem para informar e conscientizar os públicos. Isso ocorre em parte, também, nos coletivos e movimentos de direita, à exceção

das comunidades Acorda Brasil e Fora Corrupção, que utilizam a linguagem violenta sem constrangimentos.

Entre as publicações estudadas, a linguagem republicana é a mais difícil de se caracterizar, pois compreende uma estratégia mais genérica e supostamente neutra de comunicação. Normalmente, está presente em *posts* com publicação de dados, replicação de notícias, fomento às campanhas anticorrupção e exposição de temas correlatos. Essa linguagem transmite menos um senso de urgência e indignação e mais de propósito e justiça, além de transmitir um espírito de trabalho coletivo e de união de forças, tudo voltado a uma transformação maior, sistêmica, cultural.

Como é uma linguagem que se diz republicana, geralmente está associada justamente a princípios e valores republicanos como igualdade, justiça, transparência, bem comum e participação democrática, trazendo, portanto, termos, conceitos, palavras e expressões ligadas a eles. Ela enfatiza a responsabilidade coletiva, o respeito às instituições e à legalidade, além de promover a cidadania ativa. Reunindo alguns textos dos *posts* com esse recorte de linguagem e aplicando análise de frequências de palavras, estima-se eles contêm um alto percentual de linguagem republicana, que alcança cerca de 40% a 50%. As palavras ou expressões associadas à linguagem republicana, que aparecem em grande quantidade em quase todos os trechos, são:

- a) Termos relacionados à igualdade e justiça social: como *igualdade, equidade, justiça, dignidade, bem comum, interesse público*.
- b) Palavras que destacam a participação democrática: como *participação cidadã, democracia, voto, representação popular, deliberação pública, controle social*.
- c) Expressões de transparência e responsabilidade: como *transparência, accountability* (responsabilização), *prestação de contas, ética pública, responsabilidade*.
- d) Vocabulário de respeito às instituições e legalidade: como *estado de direito, instituições republicanas, constituição, legalidade, governança*.
- e) Termos que evocam o compromisso com o bem comum e o interesse público: como *serviço público, compromisso republicano, solidariedade, coletividade, projeto nacional*.
- f) Palavras que ressaltam a cidadania e os deveres civis: como *cidadania, direitos civis, dever cívico, patriotismo, participação política*.

- g) Termos de combate à corrupção e promoção da integridade: como *integridade*, *combate à corrupção*, *moralidade pública*, *ética institucional*.

Olhando sob essa perspectiva, nota-se uma combinação importante entre o tema da corrupção e essas palavras e expressões fortemente republicanas e democráticas, além de uma fala espirituosa de união, de busca por direitos e de governança democrática. Embora também seja, por vezes, formal, técnica e institucional, característica de organizações da sociedade civil, ela se distingue da linguagem gerencialista por ser clara e acessível tanto a especialistas quanto ao público em geral e por dar ênfase constante na colaboração e na participação coletiva. Termos como "construir coletivamente", "unir os esforços", "parceria" e "coletividade" reforçam a importância da cooperação entre diferentes setores da sociedade para alcançar mudanças sociais. O estilo se destaca por ser neutro e polido, sem um tom agressivo ou emocional, o que reforça a credibilidade e objetividade das informações apresentadas, a fim de reforçar a seriedade das iniciativas e propostas, especialmente em temas sensíveis como transparência, participação social e combate à corrupção. A escolha da linguagem acaba por fortalecer a legitimidade desse ativismo, ao mesmo tempo que engaja o público com um tom que valoriza a democracia, a participação social e a transparência.

4.3.6.3 Linguagem gerencialista: vigiar e punir

A linguagem gerencialista é a mais recorrente entre os quadros de linguagem demarcadas nas publicações estudadas, representando 40,50% do total. É a linguagem preferida para comunicar o assunto da corrupção, com um total de 241 menções, e não é homogênea entre os grupos 1 e 2. Eles utilizam esse quadro com intensidades diferentes, em 65,38% e 34,02% do total de menções gerencialistas, respectivamente. Como forma de engajar os seguidores e fortalecer a ação coletiva, as organizações de *advocacy*, principalmente, se valem desse quadro de linguagem para engajar o público em torno de ações e projetos e aprimorar instrumentos de investigação e punição.

A linguagem gerencialista compreende uma estratégia também genérica e supostamente neutra de comunicação, e é inspirada em contextos corporativos e de gestão, focada em eficiência, resultados e otimização de recursos. Esse tipo de linguagem costuma enfatizar a soberania do mercado e sua lógica de produtividade, o enxugamento do Estado e

instrumentos de planejamento, gestão e controle de recursos e processos. Como foi dito na elaboração teórica sobre o quadro “ideal” e no item “problema” dos resultados, o gerencialismo se desdobra em uma visão legalista e economicista sobre a questão da corrupção, forçando a processá-la por caminhos institucionais. Isso leva a um senso de fiscalização, vigilância e punição de infratores, dando um tom policalesco para o combate à corrupção.

Os dados analisados estão repletos de jargões gerencialistas de vários tipos, tais como as palavras e expressões a seguir:

- a) Palavras relacionadas à eficiência e otimização: *resultados, efeitos, produtividade, eficiência, performance.*
- b) Termos de controle e monitoramento: *instrumentos, relatórios, controles, monitoramento*, e o próprio *controle social*.
- c) Expressões de planejamento e estratégia: *planejamento estratégico, objetivos, ações.*
- d) Vocabulário de processos e gestão de recursos: *gestão de pessoas e de recursos, trânsito, processos, melhorias.*
- e) Foco em resultados e crescimento: *crescimento, desenvolvimento, expansão.*
- f) Termos relacionados à liderança e tomada de decisões: *liderança, decisões, governança, accountability* (responsabilização), *avaliação, eleição.*
- g) Palavras que incentivam a ação: *propor, apresentar, implementar, executar, fazer acontecer, reunir, mobilizar, engajar.*

Reunindo alguns textos dos *posts* com esse recorte de linguagem e aplicando análise de frequências de palavras, estima-se que contém um alto percentual de linguagem gerencialista, que alcança cerca de 40%. Reconhece-se a partir de características dessa linguagem que ela tende a ser técnica, formal, pouco acessível e cheia de estrangeirismos, e que dispõe muitas vezes de jargões próprios do meio administrativo, jurídico ou do mercado, além de dizer muito sobre o trânsito político-institucional. No texto analisado, uma parte significativa possui elementos dessa linguagem, especialmente nos trechos que tratam da proposta de reforma política, por exemplo, sua tramitação, assinaturas e articulações organizacionais, encampadas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Algumas palavras e expressões se destacam nesses textos, a saber:

- Proposta: usada para se referir, sobretudo, às iniciativas dos projetos de lei, como a reforma política.
- Trabalho em rede: descreve modelos de articulação, como, por exemplo, do MCCE.
- Mobilização: referindo-se à ação organizada para coletar assinaturas, chamar manifestações, participar de campanhas, denunciar práticas ilegais e todo tipo de engajamento do público.
- Consenso: ligada à construção de acordos entre as organizações participantes e articulações com entidades da sociedade civil e a própria sociedade.
- Legitimidade: relacionada ao trânsito de propostas da sociedade civil ou da construção coletiva até a aprovação e vigência pelas instituições.
- Sistema político: enfoque na estrutura e organização da política como um sistema que pode ser reformado ou ajustado.
- Instituições democráticas: referindo-se a partidos, eleições, processos democráticos, entre outros, a partir de uma visão restrita e gerencial de democracia.

Observando essas expressões e olhando retrospectivamente para toda a narrativa dos grupos estudados ficou claro que, muitas vezes, as publicações com linguagem gerencialista trazem falas técnicas, pouco acessíveis ao público, que passam credibilidade, mas segregam o debate, transformando a audiência em passiva na comunicação. Os termos utilizados reforçam uma abordagem gerencial e organizacional no discurso, evidenciando uma preocupação com procedimentos, organização e legitimidade institucional. E também uma abordagem prática, focada em resultados mensuráveis, que são características centrais da linguagem gerencialista.

Apesar disso, porém, não cabem só críticas ao quadro gerencial. Se agregado ao discurso republicano, como acontece com frequência, torna-se uma combinação interessante e necessária. O exame da comunicação, sobretudo das organizações da sociedade civil, mostrou um trabalho necessário do ativismo de apresentar dados, propor ações, disseminar conteúdos técnicos, articular projetos, talvez não como fim, mas como meio para ampliar a democracia. Nesse ponto, a conclusão sobre esse tipo de linguagem é de um grande *gap* na expectativa entre o quadro “ideal” do gerencialismo e o que foi observado na prática. Enquanto na teoria o enquadramento gerencialista é associado ao

neoliberalismo e sofre duras críticas sobre o potencial desdemocratizante do combate à corrupção, os dados mostraram que ele não é de todo ruim.

4.3.6.4 Linguagem populista: irônica, radical e violenta

Já a linguagem populista rompe com os limites aceitáveis de uma democracia. Ela fica em segundo lugar no total de linguagens demarcadas nas publicações estudadas, representando 36,47% do total. E, diferentemente das outras abordagens, o uso dessa linguagem é completamente heterogêneo entre os grupos: o Grupo 1 apresentou apenas 3 publicações com a linguagem populista, enquanto o Grupo 2 apresentou 214 – uma diferença bem significativa de 1,38% para 98,62%, respectivamente. É, portanto, a linguagem preferida para inflamar o assunto da corrupção pelos coletivos e movimentos de direita. Assim, como forma de engajar os seguidores e catalisar a ação coletiva, esses públicos utilizam esse quadro de linguagem para desabafar sobre suas visões neoliberais e/ou conservadoras de mundo – algo que, em si, já é paradoxal –, bem como animar os aliados e seguidores e provocar ou atacar os inimigos.

O interessante sobre o exame da linguagem é que ela foi o principal ponto por onde se pôde captar “o baixo da política” no ativismo do Grupo 2 – conceito apresentado por Ostiguy (2017, p. 105) que diz respeito a apelos “transgressores, impróprios, antagônicos e se destinam a ‘chocar’ ou provocar”. No estudo em questão, o apelo populista seria uma forma particular de relacionamento entre as lideranças ou administradores dos movimentos e páginas virtuais de direita com o público, por onde se unem as dimensões estratégica e simbólica do ativismo societal, ou seja, por onde se encontram estratégia *top-down* e ressonância sociocultural *bottom-up*. A linguagem representa, então, a concertação entre essas duas dimensões, pois ela se nutre dos sentimentos, identidades e ideologias dos atores, ao mesmo tempo que os alimenta a partir dos quadros interpretativos.

A linguagem populista se dissemina a partir de três abordagens principais, que têm diferentes níveis de intensidade, caminhando do tom mais brando para o mais agressivo: a linguagem irônica, a radical e a violenta. Dessa maneira, da ironia à violência, a linguagem vai elevando o tom da indignação, espelhando uma escalada da revolta do

interlocutor, no caso, das lideranças dos movimentos (ou administradores das páginas virtuais). O Movimento Brasil Livre utiliza bastante a ironia e o ataque indireto, uma espécie de juízo oculto, buscando, muitas vezes, eufemizar as críticas e conduzir o seguidor ao seu ponto de vista de forma mais leve e sutil. O Vem pra Rua já endurece e direciona mais as críticas. Enquanto as comunidades Acorda Brasil e Fora Corrupção são bem mais livres de decore, diretas na agressão, menos preocupadas com verdade e chegam a um nível que beira o delírio. Utilizam a linguagem agressiva, chula, direta e violenta, e, recorrentemente, disseminam textos em tom de desabafo e até usam as redes como um grande diário pessoal contra a esquerda e o PT.

Em relação à ironia, alguns achados anteriores já mencionaram o papel dela na construção das vítimas pela corrupção, os “cidadãos de bem”, e dos culpados, os “inimigos da nação”. E as passagens de texto citadas deram pistas sobre como os públicos pesquisados manipulam a linguagem populista, sendo comum entre eles utilizar a ironia para simplificar e polarizar debates políticos, como gatilho para indignação e como recurso mobilizador, ou seja, como uma ferramenta mobilizadora no contexto do ativismo. Com a ironia, o tema da corrupção vai assumindo um sentido caricato e pejorativo. Reunindo alguns desses textos e aplicando análise de frequências de palavras, estima-se que a linguagem populista irônica está presente em aproximadamente 40% deles. Essa estimativa se baseia na frequência e intensidade de frases que utilizam ironia para criticar e ridicularizar adversários políticos, alimentando a narrativa simplificada de “nós contra eles” e reforçando os estereótipos sobre os “inimigos da nação” e os “cidadãos de bem”.

É possível identificar, na análise das publicações, a maioria do MBL, várias passagens, palavras e expressões onde a ironia aparece, tais como:

- "Pixuleco" e "se recupera bem após o ataque covarde": tom jocoso sobre o boneco, representando Lula como presidiário de forma caricata.
- "A Dona Maria vendeu sua moto para pagar as prostitutas de José Dirceu": provocação que exagera sobre as consequências da corrupção.
- "Manifestações dos ‘fascistas golpistas’ não tem quebra-quebra”: ironizando a acusação de que o grupo é fascista.
- "O tradicional 'não sabia de nada'": referência irônica a uma suposta desculpa de Lula.

- "Parabéns, Marina": uso da ironia ao criticar a postura de Marina Silva.
- "Esse código penal do PT facilita demais para os bandidos" e "Imagina o Fernandinho Beira-Mar entrando amanhã com Habeas Corpus e se lançando para presidente": crítica irônica sobre a justiça relacionada ao partido.
- "Infelizmente tudo isso é furto ...ops (sic) é fruto da corrupção": ironiza com trocadilhos que o maior problema é a corrupção.

Mas antes os coletivos parassem por aí. O passo seguinte na escalada da linguagem, depois da ironia, é a fala radical. Os coletivos e movimentos de direita, com frequência, utilizam uma linguagem carregada de radicalismo, com expressões de forte indignação, polarização política e apelos a ações extremas contra opositores. As vezes são construções mais elaboradas, propositalmente destinadas a chocar, mas as vezes parece um desabafo radical, um veículo para que administradores despejem seus descontentamentos individuais ou visões de mundo. Tanto o conteúdo das mensagens propriamente quanto o tom do discurso indicam uma perspectiva radical, um tom contencioso e transgressor, que visa desacreditar e demonizar adversários políticos e instituições e que acabam fomentando a indignação generalizada e o senso de urgência sobre o tema da corrupção e os citados adversários.

A breve análise de frequência de palavras a partir de alguns trechos recortados mostra que a linguagem radical está presente em mais de 60% deles e vêm todas dos movimentos do Grupo 2. Esse percentual se deve à frequência de palavras e frases que expressam descontentamento extremo, polarização e confronto, sem abertura para diálogo ou soluções moderadas. O tom geral é de frustração, indignação e exasperação, além de apelo a ações contundentes contra inimigos demarcados. Seguem alguns exemplos:

- "Eleições são manipuladas": acusações diretas de fraude e manipulação no sistema eleitoral.
- "Todos são corruptos": generalização sobre os políticos, mas que recai sobre inimigos demarcados.
- "Só escolhemos em quem vão nos roubar": descrença total no sistema político, nas eleições e na democracia.
- "Todo dia é um escândalo!!!": uso de ideia de escândalo para provocar revolta e engajamento.
- "Inimigos políticos": definição clara de adversários a serem combatidos.

- "Lepra política chamada 'intervencionismo'": uso de uma metáfora pesada e pejorativa para descrever uma ação mobilizadora.
- "Tratar como corintianos entrando na torcida do palmeiras": utilização de metáforas e jargões populares para fomentar confronto e exclusão.
- "É preciso expulsar as pessoas que falem isso, começando com coisas leves como 'não queremos vocês aqui' ou 'somos inimigos políticos'": uso de mensagem radical para dividir as pessoas.
- "A conta dessa copa adivinha quem vai pagar?": indignação direcionada às decisões políticas do governo da situação e às políticas públicas implementadas por ele.

Por fim, o passo seguinte na escalada da linguagem, depois da ironia e da fala radical, é a linguagem violenta. Geralmente é caracterizada por palavras ou expressões que transmitem agressividade, ameaça ou incitação à violência. Nesse ponto extremo, os coletivos e movimentos de direita elevam o tom, aumentam a intensidade da crítica e endurecem o discurso contra a esquerda, levando o debate público em torno do tema da corrupção a uma intensidade extraordinária e disruptiva. É uma espécie de submundo do debate anticorrupção, um debate submerso, obscuro e obsceno, onde a corrupção em si é a ponta do *iceberg*. São utilizadas palavras de ameaça ou intimidação, de ódio ou desumanização, insultos e xingamentos, de extrema aversão ou desprezo e que incitam uma ofensiva pelo uso da força, ação agressiva ou práticas de violências verbal, simbólica ou moral. São expressões que tendem a criar uma atmosfera de hostilidade e contenda pelo “baixo da política”.

Estima-se que de 70% a 80% dos textos recortados com esse tipo de linguagem de fato expressam algum tipo de violência. Todos eles, no caso, foram publicados pela comunidade Fora Corrupção, que emprega uma retórica que apela à indignação popular, combinada com sugestões de ação violenta ou descrições de possíveis represálias contra figuras políticas. O tom geral é de revolta, ataques pessoais e convocações para ações dramáticas e violentas contra quem supostamente pratica a corrupção. Fazem parte dessa linguagem populista violenta palavras e expressões tais como:

- "Executaria em praça pública": sugestão explícita de violência física e extrema.
- "Faltaria corda": alusão a enforcamentos em massa, um comentário violento e desumanizador.

- "Exército da mortadela": termo depreciativo para militantes de esquerda, usando uma metáfora de desumanização.
- "Ignorante político se masturba com seu pau mole (sic)": linguagem extremamente vulgar, chula, ofensiva e sexualizada, demonstrando desrespeito extremo.
- "Doentes e hipócritas": ataque direto e desumanizador contra opositores políticos.
- "Psicopata maluco, despreparado, desequilibrado mental": linguagem ofensiva e violenta usada para descrever um oponente político.
- "Nazista, cruzamento de Lenin com Stalin": uso de comparações extremas para desacreditar e demonizar opositores.

Essas expressões refletem uma retórica de desumanização e incentivo à violência, que caracteriza um discurso populista violento, focado em atacar inimigos políticos de forma extrema.

A exposição de exemplos evidenciou o grande salto de intensidade nas ofensas desde os quadros motivacionais republicanos até o extremo da linguagem violenta. E, considerando a preferência do Grupo 1 pelas linguagens republicanas e gerencialistas e a preferência do Grupo 2 pela linguagem populista, conclui-se sobre a heterogeneidade absoluta da luta contra a corrupção no Brasil no período pesquisado. Os grupos divergem sobre o quadro motivacional, em como chamam para a ação, não só pelo tipo de repertório de ação, mas em como o discurso ou a narrativa do problema, expressados pela linguagem analisada, mudam radicalmente. Definitivamente, mais uma vez, conclui-se sobre os diferentes sentidos acolhidos para o problema.

4.3.7 Consequências dos quadros anticorrupção para a democracia

A análise de enquadramento mostrou como as organizações e movimentos estudados constroem ideias sobre o problema da corrupção, suas vítimas e culpados, as soluções para mitigar o problema e as formas de conduzir o ativismo por meio de repertórios de ação e determinadas linguagens. Essas questões responderam à primeira chave, por assim dizer, do objetivo da pesquisa: “evidenciar as disputas de sentido em torno do tema da corrupção”. Esta subseção, por sua vez, busca responder à segunda chave do objetivo,

que é o aspecto da repercussão do ativismo societal anticorrupção na democracia nos anos estudados.

Considerando a natureza interpretativista do estudo, os efeitos esperados são simbólicos, aferidos subjetivamente, não objetivamente, revelando percepções e sentidos que emergem a partir da análise dos fenômenos estudados. Assim, o olhar não é direcionado para a repercussão normativa ou institucional do ativismo para a democracia, mas para como a ação coletiva pode incidir de diferentes maneiras, de forma mais ou menos perniciosa, sobre ideias, sentimentos, valores e percepções da sociedade. Os sentidos mobilizados para o *issue* corrupção a partir dos quadros interpretativos podem conduzir a caminhos radicalmente opostos, como pela via da democratização (educação cívica, participação e controle social, etc) ou da desdemocratização (crises, golpes e ascensão de projetos populistas de poder).

No segundo capítulo da tese, foram escritas algumas notas sobre a democracia e o conceito de crise. E também foi construído um *framework* de análise que organiza conexões possíveis entre a democracia e os enquadramentos para a corrupção. Dessa discussão foi possível destacar alguns ingredientes que o republicanismo e o gerencialismo adicionam à vitalidade democrática e, em contrapartida, alguns ingredientes que o mesmo gerencialismo e, principalmente, o populismo adicionam à crise democrática. Combinou, para isso, elementos institucionais e extrainstitucionais. O *framework* está disponível na Seção 2.3.

Ao percorrer esses conceitos e, mais ainda, após a análise dos dados, pode-se observar que os enquadramentos acabam formando um *continuum* do fenômeno “democracia” que caminha de um extremo que a fortalece – o sentido republicano –, passando por um ponto intermediário onde normalmente pode prejudicá-la, mas não só – o sentido gerencialista –, e vai até um outro extremo que promove sua erosão – o sentido populista. Essa graduação ficou mais clara depois da análise das publicações das organizações e movimentos, quando os três sentidos foram aplicados na prática. Por isso, quase sempre os resultados foram apresentados nessa ordem para cada variável (problema, vítimas, culpados, alternativas e motivação para a ação).

A tabela adiante sintetiza os tipos encontrados na análise para cada variável e a distribuição das publicações dos Grupos 1 e 2 em cada uma, ilustrando como os diferentes atores da sociedade civil apostam em diferentes sentidos para a corrupção para promover o ativismo com essa pauta.

Tabela 9. Síntese dos achados da pesquisa: os tipos encontrados por enquadramento e por variável e a distribuição das publicações de cada grupo entre eles

	Tipos encontrados na pesquisa (resultados)	Grupo 1	Grupo 2
Enquadramento republicano	Problema: Averso da República	77,88%	22,12%
	Vítima: Cidadão de direitos	83,33%	16,67%
	Culpado: Adversário histórico	50,00%	50,00%
	Solução: Engajamento cívico	74,49%	25,51%
	Linguagem: Informar e conscientizar	71,30%	28,70%
Enquadramento gerencialista	Problema: Impunidade e prejuízo	47,26%	52,74%
	Vítima: Cidadão gerente/ cliente	14,29%	85,71%
	Culpado: Criminosos perante a lei	23,53%	76,47%
	Solução: Caixa de ferramentas	61,61%	38,39%
	Linguagem: Vigiar e punir	65,98%	34,02%
Enquadramento populista	Problema: Nome e CPF ou CNPJ (o PT) e balaio de indignações (o signficante vazio)	0,00%	100,00%
	Vítima: Cidadão de bem	2,00%	98,00%
	Culpado: Inimigos da nação	1,05%	98,95%
	Solução: Solução simples (#foraPT) e líder salvacionista (Bolsonaro)	3,08%	96,92%
	Linguagem: Irônica, radical e violenta	1,38%	98,62%

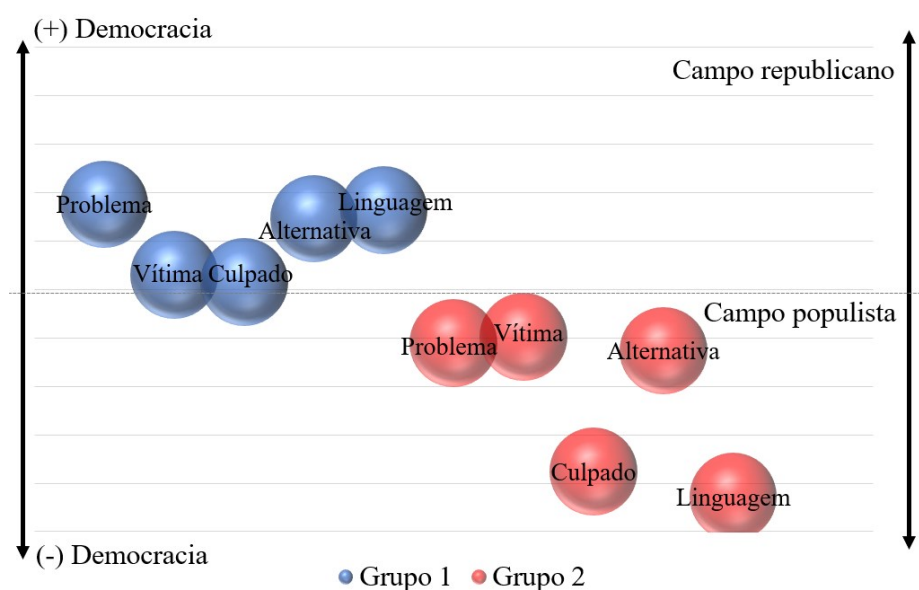
Fonte: elaboração própria. Dada uma formatação condicional, a intensidade da cor cinza varia conforme o valor percentual.

Os percentuais são preditivos dos sentidos mobilizados pelos grupos, nesse caso. Por isso, nota-se como as OSCs de *advocacy* concentram o seu ativismo no enquadramento republicano, enquanto os grupos de direita navegam mais intensamente pelo enquadramento populista. Ao mesmo tempo, ambos os grupos se valem do enquadramento gerencialista para promover a luta contra a corrupção. Como exemplo, os “cidadãos de direitos”, que são um tipo de vítima republicana, foram contemplados em mais de 80% pelo Grupo 1; os “cidadãos de bem”, vítimas populistas, apareceram em

98% da análise nas publicações do Grupo 2; o problema da corrupção que fere princípios do republicanismo é recorrente no Grupo 1 em quase 78% dos casos; e o problema simples, vazio e flutuante do populismo é exclusivo do Grupo 2 (100%).

De outra perspectiva, o gráfico abaixo elucida como as categorias de análise dos dois grupos estudados se posicionam cartesianamente acerca do tema da democracia e dos quadros interpretativos extremados.

Gráfico 19. Frequência das publicações em respectivas categorias de análise – em número absoluto – por grupo pesquisado e por enquadramento



Fonte: elaboração própria.

Conectando as pontas do estudo, a conclusão é de que o Grupo 1, composto por OSCs de *advocacy*, tem mais potencial de contribuir para fortalecer a democracia por mobilizar mais sentidos republicanos para a pauta da corrupção e seu combate; enquanto o Grupo 2, composto por coletivos e movimentos de direita, em contrapartida, tem mais potencial de contribuir para a crise democrática por manipular quadros populistas com mais intensidade.

No Grupo 1, a divergência, a polêmica e os conflitos de ideias podem até existir. O tema da corrupção pode assumir diversas faces conforme o foco de atuação de cada organização, seus objetivos, o contexto nacional ou o tipo de iniciativa que está em curso

no momento da comunicação estudada. Mas todos são circunscritos ao campo democrático, permeados por intenções republicanas.

O quadro a seguir resume os achados das seções anteriores para o sentido republicano da corrupção, por categoria da análise, e apresenta diálogos de cada ponto com a democracia.

Quadro 24. Achados da análise republicana por categoria e respectivos diálogos com a democracia

Enquadramento republicano (categorias)	Descrição dos achados	Citação que representa	Diálogos com a democracia¹²¹
Problema: Averso da República	O problema é retratado como a violação de princípios republicanos e dispõe sobre quatro pontos de atenção: (i) integridade do sistema político e das eleições; (ii) novos modelos de governança democrática; (iii) o papel das empresas e do mercado; (iv) e igualdade e justiça social.	“Precisamos mudar, não podemos mais viver sob as regras que hoje orientam as eleições”. Fonte: MCCE, sobre o manifesto Eleições Limpas. Para o governo responder às pessoas, é essencial ter uma sociedade civil vibrante e independente. Fonte: IFC, sobre encontro do OGP	Dialoga com todos os efeitos esperados do quadro republicano, sobretudo os princípios de igualdade e liberdade (sentido clássico), além de democracia como antídoto para a corrupção e o fortalecimento das instituições e da legitimidade do Estado.
Vítima: Cidadão de direitos	É retratado, ao mesmo tempo, como vítima das desigualdades geradas pela corrupção e como agente de transformação cívica (herói). Incluem categorias específicas de público como ativistas, minorias (indígenas e mulheres) e grupos vulneráveis. As vítimas são articuladas a outros temas, como de direitos humanos, feminicídio e trabalho escravo.	“Por causa da corrupção, milhares de famílias (..) não têm moradia digna, moram em palafitas sem água, sem esgoto. Falta alimento na mesa da grande maioria” Fonte: MCCE, sobre município amazonense.	Reforça ideias de participação ativa, compromisso com o bem comum e igualdade, defendendo que todos tenham acesso a bens, serviços e decisões públicas.

¹²¹ Esta coluna faz menção ao texto que foi apresentado no Capítulo 2, Seção 2.3 - Notas sobre a (crise da) democracia e *framework* de análise, onde se relacionam os efeitos esperados dos três enquadramentos interpretativos.

Culpado: Adversário histórico	É formulado a partir da crítica ao mercado, ao sistema político e às desigualdades estruturais que moldaram o Brasil. O mercado é criticado pelas distorções causadas pelo financiamento privado de campanhas e práticas corruptas de empresas, enquanto o sistema político foi desenhado para favorecer aqueles com mais dinheiro, perpetuando desigualdades.	“Democracia sequestrada” Fonte: MCCE, referindo-se ao sistema de financiamento de campanhas em 2015. “Quem ganha (as eleições) é quem mais tem dinheiro” Fonte: MCCE, sobre desigualdade na corrida eleitoral.	Reivindica os princípios de igualdade e liberdade (sentido clássico), além do fortalecimento da legitimidade do Estado enquanto defensor do interesse público.
Alternativa: Engajamento cívico	A solução dá ênfase à participação ativa da sociedade na governança democrática. O engajamento é visto como uma forma de cidadania, valorizando a inclusão e a igualdade, e também como forma de democratizar as instituições e instâncias decisórias.	“Não há outra forma de se combater a corrupção se não for através da participação do cidadão” Fonte: Rede AMARRIBO Brasil-IFC.	Reforça ideias de participação ativa e educação cívica, além da própria democratização como antídoto para a corrupção.
Linguagem: Informar e conscientizar	A linguagem tem a função de informar e conscientizar o público por meio de dados, notícias, eventos e campanhas, além de estimular um senso de “espírito cívico” de união, trabalho coletivo e transformação social.	“Eu amo o Brasil e não posso ficar parada. Preciso trabalhar pela democracia” Fonte: MCCE, janeiro de 2015. “Vamos unir forças para combater a corrupção! Fonte: IFC, 2016.	Inspira o compromisso com o bem comum, a participação ativa e a educação cívica. E valoriza a ideia clássica de liberdade – cidadania e pertencimento pleno à comunidade.

Fonte: elaboração própria.

Quando as organizações provocam o debate nesses termos, elas garantem ao ativismo um potencial democratizante, não o contrário. Elas contribuem para aprofundar a democracia com uma força a partir da sociedade e para dentro das instituições. Elas adensam o conhecimento e a sensibilização sobre o tema da corrupção sem romper com a ordem vigente. Jogar o sistema político fora em nome da integridade é como “jogar o menino fora junto com a água do banho”. Mesmo falho, depor contra ele com falas anti-*establishment* e provocar a desconfiança dos cidadãos a tudo que diz respeito ao Estado

é um erro tremendo dos grupos de direita. Quando a moldura que se dá é republicana, mesmo quando as organizações reconhecem e apontam culpados, elas escolhem adversários históricos, sistêmicos e despersonalizados, não inimigos que devem ser aniquilados. É assim com os culpados do sistema privado – as empresas corruptoras que “sequestram” a democracia por meio do financiamento privado de campanha. E com os culpados do sistema político – os políticos não íntegros, “ficha suja”, sem “passado limpo” –, que são pressionados a assumir compromissos éticos, sem perseguir agentes isolados.

As organizações de *advocacy* estão a todo tempo criticando a lógica do dinheiro que está acima de todos os princípios republicanos do bem viver, da coisa pública, da ideia de que todos os cidadãos pertencentes à comunidade devem ter os mesmos acessos, direitos e benefícios e que todos podem fazer parte de uma transformação maior. É interessante como o Instituto Ethos, por exemplo, que tem como principal público justamente as empresas, não denuncia apenas a corrupção pública, mas dá ênfase à corrupção privada, advertindo, entre outros aspectos, como as empresas se envolvem em grandes desvios de recursos públicos, como distorcem a competição política ao financiar campanhas eleitorais, ou como perpetuam desigualdades no acesso a contratos públicos. E também é interessante notar como essa discussão em tela, que poderia ser absolutamente etérea e intangível, foi traduzida pelo Grupo 1 em importantes ações de conscientização e iniciativas para o empoderamento civil. A missão dessas organizações é uma missão pela democracia e por direitos, algo que se distingue radicalmente das inspirações populistas do outro grupo.

Em outra chave de sentido, o quadro abaixo resume os achados das seções anteriores para o sentido gerencialista da corrupção, por categoria da análise, e apresenta diálogos de cada ponto com a democracia.

Quadro 25. Achados da análise gerencialista por categoria e respectivos diálogos com a democracia

Enquadramento gerencialista (categorias)	Descrição dos achados	Citação que representa	Diálogos com a democracia¹²²
Problema: Impunidade e prejuízo	O problema é retratado com viés jurídico e punitivista que demanda a investigação e a punição de agentes corruptos, com ênfase nos casos de políticos cassados, “fichas-sujas” e também as empresas corruptas. Além disso, é retratado como prejuízo a partir de um viés econômico.	"Brasil tem mais de 346 mil fichas-sujas impedidos de disputar a eleição". Fonte: MCCE	Dialoga com os efeitos negativos esperados do quadro gerencialista, especialmente a redução e o enfraquecimento do Estado. Mas também com efeitos positivos, como a atenção à transparência e aos resultados práticos.
Vítima: Cidadão gerente/ cliente	É retratado como o cidadão que busca o controle sobre os recursos públicos, a punição para os corruptos e anseia por um sistema político mais íntegro. Enxerga o Estado e a Justiça como prestadores de serviço e ignora o impacto mais amplo da corrupção sobre a sociedade. Para alguns públicos, a vítima também é o cidadão tolhido de sua liberdade.	“Quem paga essa conta? [...] o trabalhador que decidiu há alguns anos atrás aplicar seu FGTS na estatal”; “Os empresários envolvidos no Petrolão, por exemplo, não representam essa importante categoria da economia brasileira”. Fonte: MBL	Reforça ideias reducionistas de democracia, valendo-se, principalmente, da lógica do cidadão-cliente, que subverte o princípio da universalidade do acesso a direitos e serviços. Por outro lado, a racionalização também garante a gestão baseada em técnica, dados e evidências.
Culpados: Criminosos perante a lei	São identificados como agentes específicos (indivíduos ou empresas), do mundo privado, que praticam corrupção e devem ser investigados e responsabilizados conforme as leis vigentes, como a Lei da Compra de Votos, Lei da Ficha Limpa e Lei	"Caso do deputado <suprimido> que, preso há mais de dois meses, escapou da cassação pela Câmara dos Deputados". Fonte: MCCE, sobre um caso específico.	Quadro que supervaloriza a técnica, a legalidade e a racionalidade econômica, mostrando a preponderância da lógica privada nos assuntos públicos.

¹²² Idem anterior.

	Anticorrupção. Para alguns públicos que dão força à Lava-jato, os criminosos são sempre os mesmos.	“URGENTE. Lava Jato pede que Lula devolva 87 milhões de reais à Petrobras”. Fonte: Vem pra Rua.	
Alternativa: Caixa de ferramentas	Se trata de um conjunto diversificado de medidas, mecanismos e instrumentos utilizados por diferentes organizações para combater a corrupção, adaptadas ao foco de atuação de cada grupo. É vista como um pacote técnico e mais institucionalizado, com ênfase na eficiência e na implementação de reformas graduais.	Campanhas, projetos de lei, pacotes, forças-tarefa, etc. “Acreditamos que o livre mercado é um dos caminhos mais eficazes para eliminar a corrupção”. Fonte: MBL	Soluções graduais e limitadas que carregam uma visão reducionista de democracia. Mas que são necessárias e oportunas, e incentivam a inovação e a modernização do setor público.
Linguagem: Vigiar e punir	A linguagem é orientada para a vigilância e a punição dos casos de corrupção. Inspirada no ambiente corporativo, é caracterizada pelo uso de termos técnicos e jargões administrativos e economicistas, e por ser formal e pouco acessível ao público em geral.	“Entendendo corrupção como tudo aquilo que vai contra a lei”. Fonte: IFC, sobre a explicação de um professor. “Levando em conta o último PIB (...) isso equivale a, no mínimo, uma perda nominal entre 61,7 e 101,2 bilhões de reais”. Fonte: IFC. “Ex-tesoureiro do PT havia sido condenado 15 anos e 4 meses de reclusão pelo juiz Sérgio Moro”. Fonte: MBL, sobre uma absolvição em segunda instância.	Demonstra uma visão reducionista do Estado, da política e da democracia, supervalorizando a técnica, a legalidade e a racionalidade econômica. Porém, a racionalidade e a institucionalidade levam a decisões mais informadas e alinhadas aos interesses públicos.

Fonte: elaboração própria.

Os dois grupos de organizações estudadas “se encontram” nesse enquadramento, de forma geral, tanto as organizações da sociedade civil da rede de *advocacy* quanto os coletivos e movimentos sociais de direita. E alimentam e retroalimentam o ativismo com

sentidos jurídicos, economicistas e liberais do gerencialismo. Como falado na definição do problema, os públicos recorrentemente ficam nessa “zona do meio” da moldura racional porque parece dar um “conforto” normativo, jurídico e institucional para a militância contra a corrupção. Assim, os mecanismos de controle, as práticas de *accountability*, a fixação de agentes corruptos com caráter privado, entre outros aspectos, todos eles preenchem um requisito de legitimidade da pauta sem confrontar as estruturas, sem promover um conflito de ordem (pré-)revolucionária, sem inquietações que afetam a disposição geral pela democracia.

Apesar de o tema da corrupção não ser tratado de forma tão densa e aprofundada como nas publicações com sentido republicano, o debate nos termos apresentados acima não tem um potencial tão desdemocratizante quanto parecia anunciado na teoria. Na teoria, a crítica é muito mais efusiva e contundente do que de fato os dados mostraram. Aspectos como da “descontextualização”, que diz respeito à adoção de modelos estrangeiros inadequados ao contexto brasileiro e latino-americano, que geram soluções superficiais e ineficazes, não apareceram. Ao contrário, tais soluções, a “caixa de ferramentas”, dão especial atenção à transparência e aos resultados das ações públicas, além da profissionalização do controle, inovação e modernização para o endereçamento da corrupção. Também trazem boas combinações com formas republicanas de disseminar conteúdo, conscientizar e mobilizar o público, e isso reflete uma abordagem multifacetada e colaborativa para o enfrentamento da corrupção, com a mobilização de diferentes segmentos da sociedade. São medidas não só adequadas como necessárias de projetos, propostas, cadastros, “selos”, entre outros, para enfrentar a corrupção. Os grupos buscam proporcionar mudanças graduais, em perspectiva reformista, sem muitas vezes atingir propriamente as raízes do problema, mas também sem ferir a ordem democrática vigente.

É importante destacar, entretanto, três questões que estão presentes na narrativa do combate à corrupção dos coletivos e movimentos de direita que podem prejudicar a democracia. Primeiro, há um apelo à liberdade econômica. Movimentos como o MBL defendem abertamente a liberdade de mercado e a iniciativa privada, pedindo apoio popular para “continuar lutando” por elas. Segundo, definem empresas como vítimas da corrupção: diferenciam empresários íntegros e “capitalistas de compadrio”, criticando

estes últimos por dependerem de conchavos políticos; e expõem empresários e cidadãos pagadores de impostos como vítimas da má gestão e corrupção no Estado, especialmente no caso da Petrobrás e do escândalo do Petrolão. E, por fim, algo já bem falado, a narrativa punitivista se concentra em atores específicos: durante o período de 2014 a 2018, o MBL e o Vem pra Rua apoiaram abertamente as investigações contra figuras do PT, como Dilma Rousseff e Lula, alinhando-se com a narrativa policialesca de investigação e prisão de membros do partido. Por essas razões, conclui-se, também, que os sentidos que os públicos de direita imputam à pauta são mais intensos, por assim dizer, do que os sentidos da rede de *advocacy*. Levam a uma intensidade extraordinária o espírito gerencialista a ponto de prejudicar o sistema.

Para finalizar, resta, então, analisar o enquadramento populista e eventuais reflexos sobre a democracia. O quadro abaixo resume os achados das seções anteriores e apresenta os diálogos entre esses temas ponto por ponto.

Quadro 26. Achados da análise populista por categoria e respectivos diálogos com a democracia

Enquadramento populista (categorias)	Descrição dos achados	Citação que representa	Diálogos com a democracia ¹²³
Problema 1: Corrupção tem nome e CPF (ou CNPJ)	Perspectiva que simplifica e personaliza o problema ao vinculá-lo diretamente ao PT e seus líderes, como Lula e Dilma Rousseff. Ideia utilitarista e oportunista voltada a desacreditar o partido e governos progressistas, instrumentalizando o tema para fins políticos e antidemocráticos.	"Muito triste ver um país com tanto potencial, ter seu futuro condenado pela corrupção e má gestão do Governo do PT". Fonte: Vem pra Rua. "A guerra contra o PT não é uma mera divergência política... SE TRATA DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (sic) que tomou o Estado brasileiro de assalto". Fonte: MBL	Reforça a erosão do pluralismo político, promove a perseguição à oposição, estimula a polarização social e a criação de inimigos.
Problema 2: Corrupção e o balaio de indignações	É compreendido como um "significante vazio", isto é, um conceito que pode ser preenchido com diversas	"Somos terminantemente contra o comunismo, contra o socialismo, contra os	Reforça a deslegitimação das instituições, a manipulação

¹²³ Idem anterior.

	demandas populares não atendidas, convergindo sentimentos de caos, desordem e indignação contra o sistema político. Bandeira carismática capaz de agregar essas indignações a partir da ressonância de uma ideologia hospedeira, conservadora.	partidos que apoiam esse regime totalitário, ditador e corrupto”; Diga “não a essa quadrilha de terroristas que se entranhou em nosso solo”. Fonte: comunidade Fora Corrupção.	de regras democráticas, e a polarização social extrema.
Vítima: Cidadão de bem	É retratado como vítima a partir de um conceito excludente que cria o antagonismo de “nós contra eles” e uma identidade moralmente superior, como os “brasileiros dignos e honestos”, refletindo o conservadorismo e colocando-o em oposição ao sistema político vigente e à esquerda.	"A corrupção e a incompetência [estão] exterminando os brasileiros”. Fonte: MBL, em <i>post</i> contra o MST. "Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o Ministro da Justiça”. Fonte: Vem pra Rua	Reforça a erosão do pluralismo político, promove a perseguição à oposição, estimula a polarização social e a criação de inimigos.
Culpados: Inimigos da nação	Os culpados são tratados como inimigos que devem ser combatidos e aniquilados, declarando guerra a esse “outro”, os “não dignos” bem marcados, especialmente as lideranças do PT e públicos de esquerda ou progressistas. São alvos de ironia, chacota, preconceitos e discursos de ódio.	“Certamente não são pessoas honestas e íntegras, mas larápios de menor potencial”. Fonte: MBL, sobre militância petista. “Braço armado do PT”, “grupo guerrilheiro do PT”; e “mente diabólica”, “vigarista-mor” e “fraude intelectual” Fonte: Fora Corrupção, sobre o MST e Gramsci, respectivamente.	Reforça a erosão do pluralismo político, promove a perseguição à oposição, estimula a polarização social e a criação de inimigos.
Alternativa 1: Solução simples (#foraPT)	Se trata de uma solução simples para um problema que se entende como simples: remover o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder. Esse nível de simplificação ignora problemas complexos.	“O PT está morrendo de medo do fim de sua mamata. Essa é a nossa chance de acabar com esse maldito governo”. Fonte: MBL.	Reforça a erosão do pluralismo político, promove a perseguição à oposição, estimula a polarização

			social e a criação de inimigos.
Alternativa 2: Líder salvacionista (Bolsonaro)	É retratada por meio da figura de Jair Bolsonaro, que surge como uma alternativa ao sistema político tradicional, é apresentado como um defensor "autêntico" da vontade popular e alguém que promete renovar a política brasileira, combatendo a corrupção e deslegitimando as políticas progressistas. Sua vitória nas eleições é celebrada como a conclusão de uma longa luta contra o PT.	“Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Desta maneira, o PT foi derrotado de forma democrática, através do voto”. Fonte: Vem pra Rua.	Estimula a deslegitimação das instituições, a concentração de poder, a manipulação de regras democráticas, o enfraquecimento de freios e contrapesos, além da polarização política.
Linguagem: Irônica, radical e violenta	A linguagem reflete o “baixo da política” com apelos transgressores e impróprios. A ironia é usada para diminuir e ridicularizar adversários, enquanto a radicalização e a violência escalam a indignação e promovem um discurso agressivo contra os inimigos demarcados	“O tradicional 'não sabia de nada'”. Fonte: MBL, referência irônica a uma desculpa de Lula. “Executaria em praça pública”. Fonte: Fora Corrupção, sugestão explícita de violência física.	Estimula a erosão do pluralismo político, a perseguição à oposição, a diminuição da participação política e a polarização extrema.

Fonte: elaboração própria.

Os dois grupos de organizações estudadas “se afastam” completamente nesse enquadramento. Os sentidos populistas para a corrupção são mobilizados quase que exclusivamente pelos coletivos e movimentos sociais de direita. E, quando avaliados em profundidade, fica claro que a presença dos seus conteúdos virais teve um potencial bem destrutivo para a democracia no período estudado. A tematização do problema foi, de fato, instrumental e oportunista, o que traduzo pela apropriação da bandeira para fins que não sejam propriamente combatê-la, em sua origem e raízes sistêmicas, mas porque foi subvertida por grupos para alcançar objetivos políticos específicos.

No Brasil, como foi visto na parte histórica, é recorrente o seu uso discursivo para desacreditar governos, normalmente mais populares. E foi justamente o que aconteceu entre 2013 e 2018: a simplificação do problema, o significante vazio, o cidadão de bem,

o inimigo da nação e as soluções apresentadas (também simples e salvacionistas), todas elas passam pelo fim dos governos petistas. Para todos os sentidos retroalimentados a resposta seria o *impeachment*, a prisão e, se possível, o desaparecimento total das lideranças, projetos, ideologias ou de qualquer coisa relacionada ao campo progressista. Cabe até um *continuum* também dentro dessa análise, pois os movimentos populistas crescem em radicalidade, nessa ordem: Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, Acorda Brasil e Fora Corrupção.

O problema da corrupção é abordado pelo Grupo 2 de maneira caricata e superficial, ora pelo esvaziamento da temática, não promovendo uma discussão substantiva, ora como uma ideia de que ela está em tudo e em todos os lugares. São duas narrativas extremas, mas que convergem para o mesmo alvo. A análise do “balaio de indignações” do sujeito conservador confirmou a teoria de que o significante vazio agrega em torno de si, em um processo de encadeamento de equivalências, uma série de demandas populares não atendidas. As jornadas de junho, as mobilizações pelo *impeachment*, a greve dos caminhoneiros, a prisão de Lula e tantos momentos de efervescência da sociedade civil fizeram explodir na opinião pública uma série de frustrações que, comandadas pelo ativismo populista, foram direcionadas em desfavor da política institucional vigente, ou seja, os governos do PT.

Mas antes fosse só isso. A construção de sentidos não parou na repercussão institucional da militância política. Os movimentos forçaram uma divisão na sociedade, fomentando a polarização, e romperam salvaguardas não só institucionais, mas também cívicas, que ferem a premissa máxima de uma República, que é a garantia do reconhecimento igualitário e a direção de uma boa vida a todos os sujeitos que constituem a sociedade. Os grupos romperam com o pluralismo democrático, primeiro, ao definir o sujeito conservador, o “cidadão de bem”, como vítima da corrupção. Por meio dessa marca estabeleceram uma distância cultural em relação ao horizonte normativo implementado pela esquerda – inspirado em Rocha (2018). Essa marca, combinada com a presença forte de uma militância não-subalterna do ponto de vista material e de direitos nas marchas populares (jornadas de junho e mobilizações pelo *impeachment* de Dilma), reforça o nacionalismo de direita e bloqueia a expansão de valores do multiculturais e inclusivos

característicos do horizonte cultural do oponente – inspirado em Klandermans e Mayer (2006).

Segundo, romperam com o pluralismo também ao definir o pária da sociedade, o “inimigo da nação”, como os culpados pela corrupção. Romperam com o PT, suas lideranças, alianças, programas e ideologias a partir de uma separação bastante simplificada da sociedade, em grupos antagônicos, com base em uma moralidade – “dignos” e “não dignos”. A ruptura foi, sim, pela moralidade, mas também foi na forma, na estratégia e em um tipo de linguagem chocante – o “baixo da política”. É na linguagem que o potencial antidemocrático do ativismo anticorrupção atinge o seu ápice. Falas absurdas foram proferidas em nome da integridade e da ética, com conteúdo chulo, debochado, ignorante e violento, destinado a atacar, desacreditar, desumanizar e aniquilar os inimigos.

Os movimentos a todo tempo se justificam, falam em renovação política, pregam a participação da sociedade, mas erram. Miram em um efeito e acertam outro: a ascensão de uma liderança salvacionista e populista em 2018. Diante do cenário de descrença e polarização, a alternativa veio a galope com uma figura ao mesmo tempo carismática e absolutamente controversa. Para parte dos movimentos, como o próprio MBL, Jair Bolsonaro não era o plano original, mas para derrubar o PT valia a pena o esforço de enquadramento. Humanizaram uma figura sem requinte e delicadeza alguma, que pouco liberal era. Mas a corrupção foi o elo engajador de conservadores e liberais, pois o manto de liberdade, integridade e renovação política que Bolsonaro vestia constituía-se como o adversário mais radical e promissor contra a esquerda. A corrupção, então, uniu projetos. O combate à corrupção foi a bandeira agregadora de sentidos populistas que contribuiu para a crise da democracia, mas só deu sentido populista para ela os grupos do ativismo de direita, e essas são conclusões muito importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que aconteceu no Brasil a partir de 2013 que fez do movimento contra a corrupção um adversário à democracia vigente?” – questionei-me na introdução. Considerando outros momentos da história em que a bandeira anticorrupção teve um potencial democratizante, por que a esperança de uma democracia consolidada deu lugar ao seu colapso desolador em 2018? Percorridas muitas páginas de discussão e análise, combinando arranjos teóricos e diferentes metodologias, e mergulhando em variadas dimensões do debate público, concluo que foi um sentido específico conferido para o problema público da corrupção, o sentido populista, que gerou consequências negativas para a democracia. Encontrei, no percurso analítico, uma coleção de organizações e movimentos de vários tipos que promovem a luta contra a corrupção e uma distância radical entre elas em relação aos sentidos atribuídos ao problema. Enquanto um grupo originário da rede de *advocacy* segue associando a pauta a princípios republicanos, um grupo emergente de movimentos de direita constrói um sentido populista conservador para a temática que fere os princípios democráticos mais básicos, como o pluralismo político, o direito à oposição e a legitimidade das instituições políticas.

Esses achados respondem ao objetivo central da tese de “*analisar o ativismo contra a corrupção no Brasil recente (2013-2018)*” e às duas chaves analíticas que se desdobram a partir dele, ou seja, “*as disputas de sentido em torno do tema da corrupção*” e “*eventuais consequências para a democracia*”. Além disso, também permitem inferir a respeito das premissas utilizadas para engajar a discussão desde o início: de que existem “*movimentos e movimentos*” e de que “*nem todo movimento...*”. A primeira confirma que há dois perfis principais de públicos anticorrupção na sociedade civil e que eles divergem genuinamente em como conduzem o ativismo. E a segunda mostra como nem todo movimento pode ser responsabilizado pelo cenário de crise que vivenciamos no período estudado, ou como não é todo movimento que produz crises democráticas e alternâncias forçadas de poder. Nesse sentido, pude confrontar uma visão elitista a respeito dos movimentos sociais segundo a qual haveria um suposto “componente natural” do ativismo em atentar contra o regime, evidenciando, ao contrário, que a ele não cabe generalizações. Afirmar que a bandeira do combate à corrupção contribuiu para erodir a

democracia a partir de 2013 no Brasil é uma verdade apenas em parte, e requer um olhar cuidadoso para as nuances da militância política.

Sobre a literatura utilizada, foi num lugar de convergência entre a disciplina de análise política pré-decisional, da Ciência Política, e a filosofia pragmatista onde promovi a filiação teórica da tese. Inspirei-me, principalmente, no pragmatismo político e na sociologia dos problemas públicos (DEWEY, 1927 [1946]; MEAD, 1934; GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ, 2017). E, tendo essas disciplinas como base, defendi desde o Capítulo 1 que o assunto se configura como um problema público em diversos momentos, confirmado com o histórico da corrupção e seu enfrentamento. Isso porque, entre outras razões: constitui-se de públicos (ação coletiva) e em público (publicização); seus significados são tematizados, contestados e disputados em arenas públicas; sua “propriedade” é ameaçada, ou seja, a autoridade para falar sobre ele está sempre em disputa, nas mãos de novos e diversificados atores; é uma situação “de carreira”, ou seja, sempre presente, mas com interpretações flutuantes, que podem sofrer variações ao longo do tempo; é uma situação que demanda resolução ou endereçamentos que não passam necessariamente pelo trânsito institucional ou que se desdobram em agenda governamental. Há um cardápio imenso de iniciativas para sua resolução, que variam de mecanismos de *enforcement* e controles punitivos a formas de radicalização política que buscam alterações forçadas de poder.

A tese desviou o olhar das instituições de *accountability*, das operações especiais como a Lava-Jato, da Lei Anticorrupção e de outros expedientes burocráticos de combate à corrupção e centrou o estudo no papel da sociedade civil. E disciplinou sobre uma “virada societal” na resolução do problema público, evidenciando a relevância dessa luta por públicos da sociedade civil, uma luta política que é da ação e do discurso, do mundo físico e virtual, e de atores originais e emergentes, portanto complexa e genuinamente cheia de controvérsias. Ficou claro que esses públicos não são meros expectadores, que observam com apatia o problema da corrupção enquanto forças-tarefas de controle policiais e políticos profissionais buscam endereçar o problema para o bem ou para o mal. Eles são protagonistas, na verdade, porque vão moldando percepções coletivas sobre o problema social em questão e podem, a depender de como organizam os sentidos e efetivam sua militância política, contribuir para fortalecer ou colapsar o regime democrático.

O mapeamento das unidades de análise no terceiro capítulo identificou os públicos anticorrupção atuantes no Brasil no período estudado, que compõem um conceito abrangente de “ativismo societal”, e embasou a escolha dos principais grupos para a análise em profundidade do capítulo seguinte. Foram encontradas cerca de 500 organizações de vários tipos e perfis, em duas arenas principais: i) as redes de *advocacy* e promoção da integridade por onde organizações da sociedade civil empenham articulações cooperativas e propositivas; e ii) o universo digital por onde movimentos sociais, sobretudo de direita, viralizam conteúdos e buscam engajar o público. Na primeira arena, a análise de rede social destacou organizações mais centrais, longevas, de grande importância na rede de *advocacy*, com mais potencial de alcance, mobilização e disseminação de ideias, que são elas: o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Campanha Unidos Contra a Corrupção, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto de Fiscalização e Controle. Já na segunda arena, a análise de popularidade digital destacou os primeiros lugares nos *rankings* de engajamento geral, anual, mensal ou por período específico (eventos específicos como as jornadas de junho e o *impeachment* de Dilma). São eles: as comunidades Fora Corrupção e Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil, o coletivo Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre.

Um dos achados interessantes desse levantamento, para além de mapear, posicionar e analisar os diversos públicos, foi de identificar que houve uma verdadeira “dança das cadeiras” nas lideranças societais da luta anticorrupção ao longo do tempo, o que corresponde ao conceito teórico de quebra de “propriedade” do problema público. Aconteceu o rompimento da problematização para além do círculo original de discussão e do monopólio exclusivo dos públicos originalmente responsáveis por sua promoção, em diálogo com Cefaï (2017) e Fuks (2000), respectivamente. Quem no passado ocupou a discussão original da temática no Brasil, as autoridades societais investidas para falar sobre o tema, não deixaram de pertencer a ela, mas perderam força nos anos estudados. Desde a Constituinte até a primeira década dos anos 2000, o movimento pela ética na política, as comunidades de base, os partidos de esquerda e outras organizações da sociedade civil protagonizaram o debate público sobre o combate à corrupção no Brasil. Esse “proprietário” originário do problema teve que se recolocar em outro tipo de esfera

pública, sobrevivendo à ascensão das redes sociais, e foi perdendo o protagonismo a partir de 2013. Por sua vez, os grupos de direita emergentes, com ação política majoritariamente virtual, foram rompendo com o monopólio do discurso crítico da corrupção associado às elites e à profunda desigualdade social e passando a associá-la ao partido da situação e ao sistema político como um todo. Os dois grupos ainda figuram no cenário nacional, disputando não entre si, mas a partir da própria retórica, os diferentes sentidos para o problema.

A tese lançou mão dos conceitos de enquadramento interpretativo para realizar a análise empírica, especialmente os de Snow e Benford (1988), para quem os quadros são esquemas de interpretação que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’”. No modelo, que é recomendado para o estudo dos movimentos sociais, os autores dispõem três componentes para os quadros interpretativos: diagnóstico, prognóstico e motivacional. Esses foram organizados nas seguintes categorias de análise: (i) definição do problema, das vítimas e dos culpados (diagnóstico); (ii) definição de soluções/alternativas (prognóstico); e (iii) configuração da ação, por meio de repertórios de ação e linguagem (motivacional). A análise dos quadros na pesquisa serviu para mostrar como os públicos se informam diferentemente sobre o problema, reconhecendo que a forma como a corrupção é enquadrada define também a forma como a ação será problematizada e endereçada, e em como a ação coletiva será desenhada. Mas, para não analisar a corrupção no vazio conceitual, mas de forma dedutiva, foram formulados três enquadramentos de “tipo ideal” para o tema – os enquadramentos republicano, gerencialista e populista –, explorando conceitos e determinadas configurações de significados para a corrupção que geram diferentes experiências reflexivas nos públicos e, dessa maneira, incidem na dimensão simbólica da democracia de forma positiva ou negativa.

O último capítulo confrontou esse arcabouço teórico-metodológico com os dados empíricos das oito organizações selecionadas para a análise em profundidade, seus documentos, repertórios de ação e, em maior volume, suas publicações nas redes sociais. E os resultados mostraram, antes de tudo, que existem duas faces do ativismo societal anticorrupção, representadas por dois grupos de públicos que se distinguem essencialmente pelos sentidos imputados à pauta – os públicos da rede de *advocacy* e os

públicos da arena digital, composto majoritariamente por movimentos de direita. Os grupos divergem, em parte, em sua natureza constitutiva, na originalidade da discussão, no *locus* de atuação e na ideologia; e não divergem no conflito com outros mobilizadores da pauta – não são, a princípio, contrapúblicos. Esses fatores contribuem, mas não são determinantes para a separação dos grupos. O que os divide é, como dito, os significados que emergem do seu ativismo sobre o *issue* corrupção: um significado republicano mobilizado pelas publicações das OSCs de *advocacy* em percentuais de 71 a 83%; e um significado populista ainda mais expressivo, de 98 a 100% das publicações dos movimentos de direita, para as categorias estudadas.

Os dados dos grupos foram a todo tempo confrontados com os enquadramentos para a corrupção e as categorias de análise da pesquisa. Os resultados demonstram, primeiro, um apreço da rede de *advocacy* pelo enquadramento republicano, tendo em vista cinco achados principais: (i) a definição do problema público como o “avesso da República”, problematizando a integridade do sistema político e das eleições, novos modelos de governança democrática, o papel das empresas e do mercado e a questão da igualdade e justiça social; (ii) a designação das vítimas como os “cidadãos de direitos”, que são grupos mais vulneráveis da sociedade, vítimas das desigualdades geradas pela corrupção e heróis de uma transformação cívica; (iii) a designação dos culpados enquanto “adversários históricos”, como uma crítica ao mercado, ao sistema político e às desigualdades estruturais que moldaram o Brasil; (iv) a aposta da solução para o problema público a partir do engajamento da sociedade, fortalecendo iniciativas para a democratização da esfera pública, educação cívica e participação ativa; e (v) o uso de uma linguagem inspiradora destinada a informar e conscientizar o público sobre o problema da corrupção e que aventa um espírito cívico, coletivo e transformador.

Em segundo lugar, os resultados mostraram o uso em larga escala do enquadramento gerencialista, nos dois grupos de públicos estudados, a partir de cinco achados principais: (i) a definição da corrupção como “impunidade e prejuízo”, priorizando um olhar jurídico, punitivista e economicista sobre o problema, além do caráter privado, focado na investigação e na punição de agentes corruptos; (ii) a designação das vítimas como os “cidadãos-clientes”, em uma lógica de mercado, que enxergam o Estado e a Justiça como prestadores de serviço e ignoram o impacto mais amplo da corrupção sobre a sociedade;

(iii) a designação dos culpados como “criminosos perante a lei”, ou seja, agentes específicos (indivíduos ou empresas), do mundo privado, que praticam corrupção e devem ser investigados e responsabilizados conforme as leis vigentes; (iv) a aposta da solução para o problema como uma espécie de “caixa de ferramentas” onde todas as organizações depositam projetos, campanhas, propostas legislativas, boas práticas, entre outras alternativas; e, ainda, (v) o uso de uma linguagem formal, com termos técnicos e jargões administrativos, voltada à vigilância, fiscalização e punição de infratores.

Por fim, os resultados mostraram um apreço dos movimentos sociais de direita pelo enquadramento populista, a partir de cinco achados principais: (i) a definição da corrupção como um problema personificado no Partido dos Trabalhadores e suas lideranças e, em outra perspectiva, um problema indefinido que funciona como um agregado de indignações da sociedade, que chamei de “balaio de indignações”; (ii) a designação das vítimas como os “cidadãos de bem”, que são considerados como honestos e íntegros, além de “dignos” e superiores conforme uma divisão moral e conservadora da sociedade; (iii) a designação dos culpados pela corrupção como os “inimigos da nação”, que são os “não dignos” e moralmente inferiores, aqueles que devem ser combatidos e aniquilados do jogo político e da sociedade; (iv) o prognóstico populista que simplifica radicalmente a solução para a corrupção com alternativas salvacionistas e busca enaltecer figuras de fora do sistema político ou desprestigiados (*outsiders* e discursos *anti-establishment*); e (iv) o uso de uma linguagem irônica, radical e violenta, destinada a chocar, provocar e mobilizar seguidores.

Entre o primeiro e o último resultado notou-se um *continuum* simbólico do fenômeno “democracia” cujos extremos são, de um lado, seu fortalecimento, e, de outro, o seu colapso. Quando as organizações da rede de *advocacy* provocam o debate valendo-se de um sentido republicano, elas garantem ao ativismo um potencial democratizante, não o contrário, pois os princípios republicanos disciplinam e engajam justamente o compromisso com o bem comum, a participação social, a educação cívica, a igualdade, a liberdade (em sentido clássico), além de Estado e instituições democráticas fortes. Essa militância contribui para aprofundar a democracia com uma força a partir da sociedade e para dentro das instituições. O republicanismo retroalimenta a democracia, e a bandeira anticorrupção é um dos veículos temáticos para isso, pois a partir dela pode-se

problematizar, por exemplo, a pobreza, a desigualdade social, a subversão do interesse público, o patrimonialismo. As organizações que utilizam esse enquadramento adensam o conhecimento e a sensibilização sobre a corrupção sem romper com a ordem vigente, mas transformando essa ordem em algo que garanta justiça e dignidade a todos que vivem na sociedade.

O debate dentro de quadros gerencialistas, por sua vez, não tem um potencial tão desdemocratizante quanto parecia anunciado na teoria. Muitas das críticas não se sustentaram na análise empírica. Assim, apesar de o tema da corrupção não ser tratado de forma tão densa e aprofundada como nas publicações com sentido republicano, a mobilização gerencialista é extremamente necessária para “colocar a bola no chão” na hora de endereçar o problema. Esses quadros são partilhados pelos dois grupos de públicos, tanto as OSCs de *advocacy* quanto os coletivos e movimentos de direita. O conforto normativo, jurídico e econômico dessa moldura mais racional é um ponto de encontro entre esses grupos, que formulam estratégias concretas para o problema – a “caixa de ferramentas”. Essas estratégias foram responsáveis por grandes marcos normativos no Brasil e preenchem um requisito de legitimidade da pauta sem confrontar as estruturas, sem promover um conflito de ordem (pré-)revolucionária ou inquietações que afetam a disposição geral pela democracia. As publicações que depõem contra o Estado, que desvalorizam a política, que impõem uma lógica neoliberal ou que tratam o cidadão como cliente – e que, portanto, poderiam prejudicar a democracia no âmbito do seu *continuum* simbólico – são minoritárias no todo desse ativismo.

Por fim, a problematização da corrupção a partir do enquadramento populista é quase exclusivo dos movimentos de direita. É nesse ponto que os grupos se distanciam radicalmente. Quando os públicos do segundo grupo provocam o debate valendo-se do enquadramento populista, elas garantem ao ativismo um potencial de erosão da democracia, pois disparam conteúdos discursivos e repertórios de ação disruptivos que ferem o pluralismo político e a participação política, deslegitimam as instituições democráticas, enfraquecem os mecanismos de controle, perseguem a imprensa e a oposição, estimulam a concentração de poder, entre outros princípios desdemocratizantes. E, infelizmente, foi o enquadramento predominante no cenário nacional nos anos estudados, pela projeção que ganhou o grupo emergente de direita, com a retórica forte e

eloquente, e com o potencial de alcance e disseminação dos seus conteúdos e posicionamentos, como mostrou o mapeamento na arena digital.

O diagnóstico populista desses grupos ou simplifica e personaliza o problema da corrupção vinculando-o diretamente ao PT e seus líderes, ou canaliza várias demandas populares não atendidas para dentro da bandeira, deixando-a maior do que é. Assim, vai convergindo sentimentos de caos, desordem e indignação contra o sistema político ou mesmo contra aqueles que seriam os responsáveis pelo problema. Além disso, os grupos de direita definem vítimas e culpados da corrupção sob um viés conservador, dividindo sujeitos morais e fomentando a segregação social conforme uma predisposição à exclusão já inerente da própria sociedade, ou seja, como ressonância de uma ideologia hospedeira conservadora.

No prognóstico populista, esses públicos simplificaram a solução para a corrupção com o mote #foraPT e buscaram substituir esse *establishment* na época com algum projeto que fosse competitivo diante do legado e das forças de esquerda. Para acabar com a corrupção, então, bastaria tirar o PT do poder, assim como bastaria eleger um “político honesto”. A alternativa salvacionista veio a galope com o aparecimento de um político, não bem um *outsider*, mas de baixa projeção e até então desprestigiado, capaz de articular os descontentamentos e convergir aspirações de conservadores e liberais, criando uma aliança em torno de um ideal comum. Jair Bolsonaro foi essa figura, para o desespero dos republicanistas. A imagem que ele projetava, envolto por um manto moral de liberdade, integridade e renovação política, o posicionava como o adversário mais contundente e promissor contra a esquerda. Foi esse potencial que acabou por unir diferentes projetos e também deu coesão a uma narrativa compartilhada.

Só que para enquadrar Bolsonaro como um presidenciável possível e humanizar sua figura tosca, os movimentos romperam qualquer tipo de decoro e bom senso. Fizeram vista grossa às declarações, visões de mundo e, se pode dizer assim, “projetos” antidemocráticos que ele apresentou logo em 2018, antes ainda de se consolidar uma ideia de “bolsonarismo”: posições autoritárias e ameaças à democracia, como a nostalgia em torno da Ditadura Militar e a manifestação de desejos em fechar instituições democráticas; histórico de declarações misóginas, racistas e homofóbicas – a deputada

que "não merecia ser estuprada" por ser "muito feia" é uma declaração desse tipo, assim como os quilombolas pesados em arroba, ou o filho que preferia ver morto a homossexual; ameaças ao meio ambiente e aos povos indígenas; o discurso violento e o recrudescimento das políticas de segurança pública – a máxima "bandido bom é bandido morto" e "vamos metralhar a petralhada"; o posicionamento anti-ciência e anti-vacina e o negacionismo, que já se anunciavam antes mesmo da chegada da pandemia; a relação com grupos extremistas e milícias; o desprezo por problemas sociais e políticas de direitos humanos; entre outras aberrações antirrepublicanas.

Uma figura dessas chegar a ser cogitada como presidente em 2018 não é como uma *red flag* da crise que começara em 2013, como diriam Levitsky e Ziblatt (2018)? Penso que sim, e concluo que a bandeira contra a corrupção foi unindo projetos paralelos cujas sobrevivências dependiam da ruptura com o horizonte cultural da esquerda. Não foi em prol de um debate autêntico sobre a origem, cultura e raízes sistêmicas da corrupção que os grupos de direita se movimentaram, mas porque era uma bandeira carismática, mobilizadora e altamente promissora para forçar alternância de poder, como visto em algumas passagens na história. É paradoxal pensar que, nas eleições de 2018, os mesmos grupos da direita que batalhavam contra o *establishment* foram ocupando espaços de poder no sistema político, como a eleição de Kim Katagiri para deputado, o jovem de apenas 23 anos à época, líder do MBL, ou, mais paradoxal ainda, o caso de Sérgio Moro, juiz que foi algoz de Lula na operação Lava-Jato, responsável pela sua prisão, e que deixou a magistratura para assumir cargo de Ministro da Justiça, também no governo Bolsonaro. Foi questionado em suas motivações políticas e acusado de parcialidade.

Polarização política radical, uma sociedade dividida, instituições políticas enfraquecidas e cláusulas democráticas e republicanas inegociáveis sendo quebradas. Foi assim que saímos desse recorte temporal. E a corrupção *playing an important role*: toda a construção subjetiva e controversa de sentidos sobre ela que começou na primavera brasileira de 2013 desaguou nas eleições de 2018. Passados alguns anos, o uso não autêntico dessa bandeira se confirmou ainda mais: o tema "esfriou" de novo depois que Bolsonaro assumiu o poder. O tema perdeu a importância e a centralidade no debate público. A corrupção teria desaparecido? Ou apenas o mote político do seu enfrentamento não era mais necessário? Claro que é a segunda opção. Houve o uso instrumental, oportunista e

autoritário do problema público, e uma apropriação da bandeira para fins que não eram propriamente combatê-la, mas dar vazão a novos projetos políticos específicos. Mais uma vez, cabe ressaltar as fronteiras no ativismo: o significado populista dessa pauta foi moldado e retroalimentado exclusivamente pelos grupos de ativismo de direita.

Para fechar em definitivo a tese, não posso deixar de mencionar algumas questões que podem receber atenção especial em futuros trabalhos:

- *Repertórios de ação*: a análise dos repertórios de ação pode ser aprofundada em alguns aspectos, tais como: (i) novas coletas e análises de dados para o recorte temporal estudado, a partir do levantamento das articulações, vínculos, documentos e até entrevistas com integrantes dos públicos –; (ii) investigação de outros momentos em que o problema público da corrupção foi proeminente, principalmente o papel da sociedade civil e eventuais consequências para a democracia – um estudo histórico comparativo; (iii) inferências aprofundadas sobre como os sentidos passaram do discurso para a prática, resultando em repertórios autoritários e violentos.
- *O papel da ideologia na construção de sentidos*: a ideologia é um elemento heurístico e preditivo para a atuação dos grupos de direita que não pode e não deve ser ignorado. Novas leituras sobre a ascensão da nova ou extrema-direita podem fundamentar os achados sobre os sentidos empregados pelos públicos de direita à corrupção.
- *A (crise da) democracia*: no texto, foram redigidas algumas notas sobre a crise da democracia que apenas tangenciam o tema; problematizar o próprio conceito de democracia utilizado pelos públicos, aspecto em si controverso nessa literatura, é um estudo interessante; também é interessante aprofundar os conceitos de crise e estratégias de operacionalização, estabelecendo um conjunto de efeitos normativos e indicadores que podem constar em *framework* e servir de referência para a análise de dados.
- *Apelos gerencialistas e direitistas radicais*: responder por que o associativismo cívico brasileiro conta com perfis e ideias mais gerencialistas e populistas, e por que eles têm maior apelo do que os republicanos, não só na bandeira anticorrupção mas em outros assuntos quentes da opinião pública; suponho que o dilema entre “elementos contestatórios” *versus* “elementos ressonantes” das molduras interpretativas (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017) responda parte das questões, uma vez que as mobilizações que não alteram o *status quo* da sociedade tendem a ganhar mais adeptos e projeção. Uma eventual discussão republicana poderia atribuir uma ordem (pré)revolucionária ao ativismo que quase nenhum movimento está disposto a encarar.

Espero que esses motores para futuras pesquisas reflitam um avanço propiciado por este trabalho nos estudos sobre corrupção e sociedade civil, cumprindo com a responsabilidade original de incluir o olhar para a sociedade civil organizada e suas múltiplas formas de ação coletiva no acervo de pesquisas majoritariamente institucionalistas nas ciências sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 73, p. 33-37, 2005.
- ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. As manifestações de junho: estratégia em rede para resistência civil. In: MENDONÇA, R.; PEREIRA, M.; FILGUEIRAS, F. (Org.). *Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 475-496.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ALONSO, Ângela. A Política das Ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. *Novos Estudos*, p. 49, 2017.
- ALONSO, Ângela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- ALVES, Márcio Moreira. Introdução: O sistema da impunidade. In: CARVALHOSA, Modesto (Org.). *O livro negro da corrupção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 29-34.
- ANDION, C.; RONCONI, L.; MORAES, R.L.; GONSALVES, A.K.R.; SERAFIM, L.B.D.S. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.
- ANTUNES, Henrique Fernandes. Sobre momentos críticos, problemas públicos e arena pública: contribuições do pragmatismo Francês. *Revista Aurora*, v. 13, n. 2, p. 53-76, 2020.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ASLANIDIS, Paris. Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. *Political Studies*, v. 64, n. 1_suppl, p. 88-104, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017.
- AVRITZER, Leonardo et al. (Ed.). *Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil*. Projeto República UFMG, 2019.

AVRITZER, Leonardo. *O Pêndulo da Democracia no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 359-393, 2017.

BAGGIO, Katia G. Brasil atual: o processo de desestabilização da democracia (2013-2018). In: AVRITZER, Leonardo; STARLING, Heloisa; BRAGA, Pauliane; ZANANDREZ, Priscila (Org.). *Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República, 2019. p. 39-60.

BAPTISTA, Érica Anita et al. Mídia e escândalos políticos: efeitos sobre a percepção da corrupção. *Media e Jornalismo*, p. 179-197, 2015.

BAPTISTA, Erica Anita. *Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff*. 2017.

BARROS, Antonio Teixeira de; LEMOS, Cláudia Regina Fonseca. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *Opinião Pública*, v. 24, p. 291-327, 2018.

BARROSO, Luís Roberto. Dez anos da Constituição de 1988 (Foi bom pra você também?). *Revista Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 2014, p. 1-25, out./dez. 1998.

BATESON, Gregory. *An ecology of mind*. New York: Ballentine, 1972.

BATISTA, Mariana. INCENTIVOS DA DINÂMICA POLÍTICA SOBRE A CORRUPÇÃO. Reelection, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 87-106, 2013.

BECKER, Camila et al. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (Org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 247-276.

BENEVIDES, Maria Victoria. 64, Um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss). *Lua Nova*, n. 58, p. 255-262, 2003.

BENFORD, R.D.; SNOW, D.A. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, A.D.; MUELLER, C.M. (Eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New York: Yale University Press, 1992.

BENFORD, R.D.; SNOW, D.A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, 2000. DOI: 10.1146/annurev.soc.26.1.611.

BETZ, Hans-Georg. The Radical Right and Populism. In: REDGREN, J. (Ed.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. New York: Oxford University Press, 2018.

- BIGNOTTO, Newton. Republicanismo. In: AVRITZER, L. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 103-109.
- BONIFÁCIO, Robert; FUKS, Mario. Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, p. 27-52, 2017.
- BORBA, Julian et al. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 27, p. 105-137, 2018.
- BORGATTI, S. P.; HALGIN, D. S. Analyzing Affiliation Networks. In: CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J. (Eds.). *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. SAGE Publications, 2011. p. 411-427.
- BRANDÃO, Marcílio Dantas. Como um problema se torna público? Anotações pragmatistas a partir da Marcha da Maconha no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 25, 2019.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. O processo de agenda-setting para os estudos das Políticas Públicas. *RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, n. 1, 2015.
- BREI, Zani Andrade. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. *Revista de Administração Pública*, v. 30, n. 3, p. 103-115, 1996.
- BULLA, Beatriz. Valdemar Costa Neto é autorizado a ir para prisão domiciliar. *Estadão, Política*, 10 nov. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,valdemar-costa-neto-e-autorizado-a-ir-para-prisao-domiciliar,1590796>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- CAIANI, M.; DELLA PORTA, D.; WAGEMANN, C. Mobilizing on the Extreme Right: Germany, Italy, and the United States. New York: Oxford University Press, 2012.
- CAIANI, M.; DELLA PORTA, D. The Radical Right as Social Movement Organizations. In: RYDGREN, J. (Ed.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. New York: Oxford University Press, 2018.
- CAIANI, Manuela. Social Network Analysis. In: *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford University Press, 2014. p. 368-396.
- CALDAS, Olavo Venturim; COSTA, Cristiano Machado; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 2, p. 237-264, 2016.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. *Patrimonialismo no Brasil: Corrupção e Desigualdade*. Belo Horizonte: Editora CRV, 2019.

CANDIDO, Marcia Rangel. Cartografia das pioneiras da ciência política no Brasil. In: *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Unicamp, 2020. p. 325-356.

CARDON, Dominique. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, R.; PEREIRA, M.; FILGUEIRAS, F. (Org.). *Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 287-306.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção à brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHO, José Murilo. Brasil não soube assimilar entrada do povo na vida política, diz historiador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 maio 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/05/1887642-a-instabilidade-de-governos-e-o-feijao-com-arroz-da-politica-nacional.shtml>. Acesso em: 17 out. 2022.

CARVALHOSA, Modesto (Org.). *O livro negro da corrupção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2021.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. Candidatos corruptos são punidos?: accountability na eleição brasileira de 2006. *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 26-48, 2014.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, v. 36, p. 187-213, 2017.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: UfPR, 2016.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

CORTÊS, Celina. Gênese da corrupção no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2019/02/979831-genese-da-corruptao-no-brasil.html?fbclid=IwAR3BnK68jOIbnsC3trNgWTIUzjcsIZ8Gqa0Mi3jcuaxsALitpDdg0u1CJtg>. Acesso em: 14 out. 2022.

COUTINHO, Iluska; OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: uma análise do enquadramento do caso Petrolão nos

noticiários de emissoras pública e comercial. *Media & Jornalismo*, v. 14, n. 26, p. 149-166, 2015.

DAGNINO, Evelina et al. Cultura democrática e cidadania. *Opinião Pública*, v. 5, n. 1, p. 20-71, 1998.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004.

DAMGAARD, Mads. Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 114-143, 2018.

DAS GRAÇAS RUA, Maria. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para o Programa de Apoio a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desenvolvimento: INDES, 1997.

DE CASTRO, Julio Cesar Lemes. Mídia hegemônica, blogs progressistas e disputa de enquadramento. In: Anais do Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 4 a 2015.

DE SOUZA CAMPOS, Marilene. Considerações Teóricas sobre a Construção Social de Problemas Públicos: Contexto Competitivo e Ordem Simbólica. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia | RBGE | ISSN 2237-1664*, n. 18.01, p. 01-17, 2018.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social Movements*. The SAGE Handbook of Social Movements. SAGE, 1999. p. 656.

DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt and Co., 1927. [citado a partir de reedição: Chicago Gateway Books, 1946].

DIANI, Mario. The concept of social movement. *Sociological Review*, Keele, UK, n. 40, 1992.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 220-249, jan.-jul., 2010 [2004].

DIAS, Tayrine dos Santos. "É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/27412>. Acesso em: 17 out. 2022.

DOS SANTOS, Andreia. Entrevista com a Professora Marlise Matos. *Em Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 12-28, 2020.

DOS SANTOS, Carlos Eduardo Ferreira. Inconstitucionalidade por corrupção, desvio de finalidade legislativa e fraude constitucional. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 34, n. 1, p. 48-63, 2022.

DOS SANTOS, Renato Almeida; DE HOYOS GUEVARA, Arnoldo Jose; AMORIM, Maria Cristina Sanches. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção

moral segundo gênero, idade e grau de instrução. *Revista de Administração*, v. 48, n. 1, p. 53-66, 2013.

DYE, Thomas. *Understanding Public Policy*. Glenwood Cliffs, NJ: Pearson, 2013. [originalmente publicado em 1972].

FARIA, Cláudia Feres; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Formação de agenda na política de assistência social: o papel das conferências como um sistema integrado de participação e deliberação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 36., 21 a 25 out. 2012, Águas de Lindoia. *Anais [...]*. Águas de Lindoia: Hotel Majestic; Monte Real Resort, 2012.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde em Debate*, v. 40, p. 176-185, 2016.

FERNANDES, Eduardo Georjão. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* na luta pela (i) legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. 2016.

FERNANDES, Eduardo Georjão; TEIXEIRA, Alex Niche. Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. *Sociedade e Estado*, v. 33, p. 915-937, 2018.

FERREIRA, Cristina; COSTA, Leandro Lopes. René Dreifuss e o livro “1964: A conquista do Estado”: estudos sobre a relação entre Estado e sociedade. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Associação Nacional de História do Paraná, 2016.

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Relatório – Corrupção: custos econômicos e propostas de combate. Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec), São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 209-218.

FILGUEIRAS, Fernando. A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, v. 11, n. 34, p. 11-34, 2006.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, v. 15, p. 386-421, 2009.

FILGUEIRAS, Fernando. Interesses. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 155-161.

FILGUEIRAS, Fernando; ARANHA, Ana Luiza Melo. Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 349-387, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando; AVRITZER, Leonardo. Corrupção e controles democráticos no Brasil. In: CUNHA, Alexandre dos Santos; MEDEIROS, Bernardo Abreu de; AQUINO, Luseni Maria C. de (Org.). *Estado, instituições e democracia: República*. Brasília, DF: IPEA, 2010.

FISCHER, Frank. Citizens and Experts: Democratizing Policy Deliberation. In: FISCHER, Frank. *Reframing Public Policy. Discursive Politics and Deliberative Practices*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FONSECA, Thiago do Nascimento. Nem Indicação Política, Nem Cooperação: A Importância da Autonomia do TCU no Controle de Recursos Públicos Federais Transferidos aos Municípios. *Dados*, v. 62, n. 3, p. 561-582, 2019.

FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo; SAMPAIO, Rafael. Petrolão na mídia: o enquadramento de 18 meses da Operação Lava Jato nas revistas impressas. *Agenda Política*, v. 4, n. 3, p. 238-266, 2016.

FORTINI, Cristiana; SHERMAN, Ariane. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 5, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2018.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 49, p. 79-94, 2000.

FURTADO, Lucas Rocha. *As raízes da corrupção no Brasil: estudo de casos e lições para o futuro*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

GAMSON, W. Goffman's Legacy to Political Sociology. *Theory and Society*, v. 14, n. 5, p. 605-622, 1985. DOI: 10.1007/bf00160018

GAMSON, W.; FIREMAN, B.; RYTINA, S. *Encounters with Unjust Authorities*. Illinois: The Dorsey Press, 1982.

GARCIA, Leice Maria; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Limits of Brazilian public accounting and control systems to address the systemic corruption problem: lessons from the Swedish and Italian cases. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 1, p. 79-98, 2020.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University, 1974.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.

GOMES, Wilson. “Nós somos a rede social!. O protesto político entre as ruas e as redes”. In: MENDONÇA, R.; PEREIRA, M.; FILGUEIRAS, F. (Org.). *Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 367-390.

GONDIM, Linda MP. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 44, p. 53-72, 2016.

GOODMAN, Leo A. Snowball sampling. *The Annals of Mathematical Statistics*, v. 32, p. 148-170, 1961.

GRANOVETTER, Mark. A construção social da corrupção. *Política & Sociedade*, v. 5, n. 9, p. 11-38, 2006.

GUIMARÃES, Juarez. Interesse público. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 173-178.

GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola. *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

GUIMARÃES, Thiago. A luta pela visibilidade na campanha Ficha Limpa: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BZGGQQ>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GUSFIELD, Joseph R. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.

HELCIAS, Ricardo. Para EUA, Odebrecht praticou ‘maior caso de suborno da história’. *Revista Veja*, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/para-eua-odebrecht-praticou-maior-caso-de-suborno-da-historia/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur. *América Latina Hoy*, n. 49, p. 51-72, 2008.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PEARL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUNTINGTON, Samuel Phillips; LEMOS, Pinheiro. *A ordem política nas sociedades em mudança*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. [1968].

- JAIN, Arvind K. (Ed.). *The political economy of corruption*. London: Routledge, 2001.
- JOHNSON, Timothy P. Snowball sampling: introduction. In: WILEY STATSREF: STATISTICS REFERENCE ONLINE, 2014.
- JOHNSTON, Michael. *Syndromes of corruption: wealth, power, and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KALTWASSER, Cristóbal Rovira et al. (Ed.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KALTWASSER, Cristóbal. From the right populism in the 1990's to left populism in the 2000's – and back again? In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal (Ed.). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2014. p. 71-93.
- KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: Uma abordagem institucional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 105, p. 255-286, 2018.
- KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *A política no banco dos réus: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- KLANDERMANS, Bert; MAYER, Nonna. Right-wing extremism as a social movement. In: KLANDERMANS, Bert; MAYER, Nonna (Ed.). *Extreme right activists in Europe. Through the magnifying glass*. London: Routledge, 2006. p. 3-15.
- LACLAU, Ernesto. Why do empty signifiers matter in politics? In: LACLAU, Ernesto. *Emancipations*. London: Routledge, 1994. p. 36-58.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LANÇA, Isabel Babo. A construção dos problemas públicos: elementos para uma análise do caso Timor. 2000. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.
- LARANJA, Anselmo Laghi. Negócios públicos, riquezas privadas: o escândalo dos “Anões do Orçamento” (1993-1994). 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). About Americas Barometer. 2019. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/about-americasbarometer.php>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Ed.). *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.
- LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 207-227, 2000.

LINDEKILDE, Lasse. Discourse and frame analysis: in-depth analysis of qualitative data in social movement research. In: BENTE, M. et al. (Org.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 195-227.

LOCH, Dietmar; MAZZOLENI, O. Conceptualizing the relationship between populism and the radical right in Europe. *European Journal of Political Research*, 2017. p. 1-19.

LOPES, João Teixeira. “Movimentos ou momentos? Algumas notas sobre ‘novíssimos movimentos sociais’”. In: MENDONÇA, R.; PEREIRA, M.; FILGUEIRAS, F. (Org.). *Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 333-344.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Ed.). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 75-119, 2016.

LYNN, Laurence E.; GOULD, Stephanie G. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Monterey: Goodyear Publishing Company, 1980.

MACEDO, Fausto. Após Bolsonaro dizer que ‘acabou com a Lava Jato’, Transparência Internacional aponta ‘progressivo desmanche do arcabouço legal e institucional anticorrupção’ no Brasil. *Estadão. Política*, [S. l.], 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/apos-bolsonaro-dizer-que-acabou-com-a-lava-jato-transparencia-internacional-aponta-progressivo-desmanche-do-arcabouco-legal-e-institucional-anticorrupcao-no-brasil/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MARIN, Alexandra; WELLMAN, Barry. Social network analysis: An introduction. In: JANNSEN, Jan (Ed.). *The SAGE handbook of social network analysis*. London: SAGE, 2011. v. 11, p. 25-45.

MARTINS, José Antonio. *Corrupção*. São Paulo: Globo, 2008.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. *Gl. Política*, [S. l.], 12 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 76, n. 76, p. 11-48, 2009 [1996].

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society*. MORRIS, C. W. (Ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEAD, Lawrence. Public policy: vision, potential, limits. *Policy Currents (Newsletter of the Public Policy Section, APSA)*, v. 68, n. 3, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral. Pernambuco no Período Colonial. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Ed.). *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 219-226.

MELO, Felipe Luiz Neves Bezerra de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; OLIVEIRA, Renato Lima de. Corrupção burocrática e empreendedorismo: uma análise empírica dos estados brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, p. 374-397, 2015.

MELO, Larissa. Treze anos de protestos contra a corrupção no Brasil (2003-2016). 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 17, p. 49-66, jun. 1989 [1983].

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando. (Ed.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MENON, Gustavo; BACHINI, Natasha. Fake news e o uso do Facebook na eleição presidencial brasileira de 2018: ideologias, pós-verdade e aparelhos ideológicos de dominação. *Economic Analysis of Law Review*, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2021.

MIGUEL, Luiz F. Há solução sem uma revolução? In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Org.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina, 2019. p. 103-121.

MOFFIT, Benjamin. *The Global Rise of Populism*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MONTEVECHI, Camila. Ativismo Anticorrupção no Brasil e a Teoria dos Movimentos Sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 31, p. 123-141, 2021.

MORAES, Rubens Lima; ANDION, Carolin; PINHO, Josiani Lúcia. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 4, p. 846-876, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395154831>. Acesso em: 14 set. 2022.

MORAES, Rubens Lima; ANDION, Carolina; PINHO, Josiani Lúcia. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, p. 846-876, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil Republicano (1954-1964). In: AVRITZER, Leonardo et al. (Ed.). *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 237-242.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Movimento Brasil Livre* (2019). Disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MOVIMENTO CONTRA A CORRUPÇÃO. Objetivos do Movimento. Guarulhos, 2013. Disponível em: <http://www.contracorrupcao.org/p/objetivos-do-movimento.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MOVIMENTO CONTRA A CORRUPÇÃO. Nossa História. Guarulhos, 14 ago. 2018. *Facebook: Movimento Contra a Corrupção @MCCGuarulhos*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MCCGuarulhos/about/?ref=page_internal. Acesso em: 27 jun. 2019.

MUDDE, Cas. *An ideational approach*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOOY, W.; BATAGELJ, V.; MRVAR, A. *Exploratory Social Network Analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Cap. 5.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. *Observatório Social do Brasil* (2019). Disponível em: <http://osbrasil.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 44, p. 27-54, 1998.

OLIVIERI, Cecília et al. Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 1, p. 169-179, 2018.

OSTIGUY, Pierre et al. A socio-cultural approach. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira et al. (Ed.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 73-97.

PADULA, Ana Julia Akaishi; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo. Corrupção governamental no mercado de capitais: um estudo acerca da operação Lava Jato. *Revista de Administração de Empresas*, v. 58, p. 405-417, 2018.

PARKER, Charlie; SCOTT, Sam; GEDDES, Alistair. Snowball sampling. In: *SAGE research methods foundations*, 2019.

PELLICANI, Aline D. O impacto da corrupção nas decisões de investimento das firmas brasileiras de capital aberto. *Revista Brasileira de Economia*, v. 71, p. 195-215, 2017.

PEREIRA, Marcus Abílio; SANTOS, P. P. Violência coletiva e o Facebook: os protestos de junho de 2013 no Brasil. In: MENDONÇA, Ricardo Fabiano; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 419-448.

PERIN, Laiara. Ativismo e engajamento cidadão nos meios digitais: um estudo comparativo do uso de mídias sociais por movimentos políticos da juventude brasileira.

2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. *Planeta Estratégia*, 2019.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento. 2018. 143 f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018).

PINTO, Céli R. J. A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PINTO, Céli R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 100, p. 119-155, 2017.

PINTO, Céli R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 15-53.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

PRAÇA, Sérgio. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 137-162, jun. 2011.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, n. 38, p. 45-49, 2013.

RENNÓ, Lucio. Bolsonaro e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 147-163, 2022.

RENNÓ, Lucio; AMES, Barry. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 1-25, 2014.

RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. Acción-estructura y génesis organizacional: la posición de emprendedores públicos en netdoms. *Estudios Sociológicos*, v. 40, n. 118, p. 149-186, 2022.

RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. Mudança e estabilidade em campos institucionais: estudo de um estilo inovador no campo de fiscalização e promoção da transparência pública. 2016. 123 f. (Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016).

RIBEIRO, Antônio Carlos; HIGGINS, Sílvio Salej; RAMOS, Gabriel. La interacción entre los mecanismos de rendición de cuentas bajo el prisma del análisis de redes sociales:

un estudio sobre la red de monitoreo ciudadano del Proyecto A1M. *Foro Internacional*, v. 54, p. 425-457, 2014.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: uma gênese da Nova Direita brasileira (2006-2018). 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGU, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 123-146.

ROCHA, Camila. Imposto é roubo! A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In: ROCHA, C.; SOLANO, E. (org.). *A direita nas redes e nas ruas*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. Jair Bolsonaro and the dominant counterpublicity. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, p. 1-20, 2021.

ROCHA, Leonardo Andrade et al. Corrupção e Crescimento: os impactos da corrupção ponderados pelos diferentes graus de eficiência entre as firmas. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 46, p. 783-822, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Porto Alegre, RS: Coleção L&PM, 2009.

RUEDIGER, M. A. (Coord.) et al. “O Dilema do Brasileiro: entre a descrença no presente e a esperança no futuro”. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2017. Disponível em: <https://www.fgv.br/dapp>. Acesso em: 25 out. 2022.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

RUZZA, Carlo. The populist radical right and social movements. In: *Political Populism*. Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG, 2021. p. 93-110.

SAFFON, Maria Paula; GONZÁLEZ-BERTOMEU, Juan F. Latin American populism: an admissible trade-off between procedural democracy and equality? *Constellations*, Oxford, v. 24, n. 3, p. 416-431, 2017.

SANTOS JR, Marcelo Alves dos. Vai Pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Democracia. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 125-130.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. *Redes, sociedades e territórios*, v. 2, p. 29-50, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. *Vida em rede*, p. 65, 2011.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Corrupção no Brasil Império. In: AVRITZER, Leonardo et al. *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 227-236.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Ed.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SECCHI, Leonardo. Formação da Agenda: método de Policy Advocacy para ensino de Políticas Públicas. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 4, n. 1, p. 32-47, 2012.
- SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antônio Carlos; HIGGINS, Sílvia Salej. Social Network Analysis. In: ERCAN, Selen A. et al. (Ed.). *Research Methods in Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 143-164, 2017.
- SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e Contramovimentos Sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 26-49, set.-dez. 2020.
- SILVA, Marcelo Kunrath; FERREIRA, Cristiano Nicola. Transformações no debate público sobre a política de drogas (2003-2016): uma análise a partir das publicações do jornal *Zero Hora*. *Opinião Pública*, v. 29, p. 123-150, 2023.
- SILVA, Valéria Calvi Amaral. Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em duas organizações feministas. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção. In: MENDONÇA, Ricardo Fabiano; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 345-366.
- SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal and Horizontal Controls: Two Cases of a Fritful Relationship. In: MAINWARING, Scott; WELNA, Cristopher (org.). *Democratic Accountability in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 309-331.
- SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, n. 1, p. 197-217, 1988.
- SNOW, David A. Framing processes, ideology and discursive fields. In: SNOW, David A. et al. (Ed.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 380-412.

SNOW, David A.; VLIEGENTHART, Rens; CORRIGALL-BROWN, Catherine. Framing the French riots: a comparative study of frame variation. *Social Forces*, v. 86, n. 2, p. 385-415, 2007.

SOLANO, Esther. 'Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil': escutando os eleitores de Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; MURGEL, Heloisa; BRAGA, Pauline (org.). *Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 119-131.

SOLANO, Esther. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DE FREIXO, Adriano (org.). *Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina, 2019. v. 1, p. 83-99.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 148-169, 2003.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Ditadura Militar. In: AVRITZER, Leonardo et al. *Corrupção: Ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 237-242.

SUSAN, Rose-Ackerman; PALIFKA, Bonnie J. *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TARROW, Sidney. Modular collective action and the rise of the social movement: why the French revolution was not enough. *Politics & Society*, v. 21, n. 1, p. 69-90, 1993.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009 [2004].

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V. et al. (org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 155-180.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-89.

TELLES, M. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: ROCHA, C.; SOLANO, E. (org.). *A direita nas redes e nas ruas*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TEREZINHA, Silva. Comunicação e mobilização: o movimento 'Não Foi Acidente' e a campanha em torno de um problema público no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 37, p. 113-132, 2014.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, 2010 [2009].

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - Brasil. Transparência internacional denuncia a comitê da OCDE retrocessos no combate à corrupção no Brasil. 09 mar. 2022.

Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-internacional-denuncia-a-comite-da-ocde-retrocessos-no-combate-a-corrupcao-no-brasil/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. Índice de Percepção da Corrupção 2018. Disponível em: <https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. 2019. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

TV BRASIL. Portal EBC. Combate à corrupção era uma das maiores preocupações dos constituintes. Brasília: Portal EBC, 8 jun. 2018. 1 vídeo (2 min). Série *Constituição Cidadã – 30 anos*. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/constituicao-cidada-30-anos/2018/06/combate-corrupcao-era-uma-das-maiores-preocupacoes-dos>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UOL; ESTADÃO. No JN, Bolsonaro nega corrupção, mas governo acumula escândalos; veja. *Uol Notícias*. [on-line], 23 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/23/no-jn-bolsonaro-negou-corrupcao-mas-governo-acumula-casos-veja.htm?fbclid=IwAR3hpcclzrMeWBeDY2D344m3SG6u26h1bDh7femFgzLyeHXQmWz6ceE-cQ>. Acesso em: 20 nov. 2022.

URBINATI, Nadia. Political theory of populism. *Annual Review of Political Science*, v. 22, p. 111-127, 2019.

VIEIRA, Oscar Vilhena; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Do compromisso maximizador à resiliência constitucional. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 37, n. 3, p. 375-393, set.-dez. 2018.

WARREN, Mark E. *Democracy and Association*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WARREN, Mark E. What does corruption mean in a democracy? *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 328-343, 2004.

WARNER, Michael. *Publics and Counterpublics*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Tradução de Gabriel Cohn.

WEYLAND, Kurt. *A Political-Strategic Approach*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2006.

APÊNDICE I - O PROBLEMA PÚBLICO DA CORRUPÇÃO E AS INFLEXÕES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL (1930 – 2018)

“Atendendo ao notório desinteresse, e demonstração de fiel vassalagem, que vem de tributar à Minha Real Pessoa Elias António Lopes, negociante da Praça desta Capital, no oferecimento que me fez de um prédio situado em São Cristóvão de distinto e reconhecido valor em benefício da minha Real Coroa, e desejando fazer-lhe honra e mercê como ele merece por esta ação voluntária de repartir com o Estado os lucros adquiridos pelo seu comércio: Hei por bem fazer-lhe mercê de uma Comenda da Ordem de Cristo, que vagar podendo usar logo da Insígnia de Comendador (...)”

A mensagem é de D. João, príncipe regente durante os 13 anos de sua permanência no Brasil (1808 – 1821), como retribuição a um dos maiores traficantes de escravos da época, o português Elias António Lopes, por dividir com a corte portuguesa os lucros dos seus negócios. Elias doou à família real a melhor casa de campo disponível no Rio de Janeiro no século XVIII, onde o príncipe instalou o Palácio da Quinta da Boa Vista, atual Museu Nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2015; CÔRTEZ, 2019). Esse episódio é um dos casos mais antigos de corrupção citados nos livros de história nacional, que põe em evidência a origem duvidosa e desonesta do Palácio e a relação assombrosa da coroa com a escravidão. O incêndio que acometeu recentemente o Museu Nacional, em 2018, completa a metáfora perfeita sobre a natureza escusa das relações de poder que vieram se forjando no país desde sua origem.

Um caso ainda mais antigo merece menção. Aconteceu em Pernambuco, em 1666, quando o governador Jerônimo de Mendonça Furtado “[...] acabou preso, em plena luz do dia, no meio da rua de São Bento em Olinda” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 134). O grupo que organizou a conspiração era formado por membros da elite proprietária de terras e teve o apoio da população. A razão do descontentamento foi a corrupção e a exorbitância do poder das autoridades locais. Mas, quando essa motivação vinha combinada ao peso dos tributos, era sinal de que uma tempestade poderia desabar bruscamente em qualquer ponto do território da colônia. A essa altura já se nota, portanto, como o problema da corrupção se combina a outros para fazer eclodir uma indignação popular, interpelando a sensibilidade moral do povo brasileiro e se agravando a partir da percepção de uma questão de ordem prática, isto é, o valor que se paga aos governos.

No Brasil colonial, a prática de manter ganhos paralelos era não apenas tolerada, como esperada, pois havia certa concordância tácita do soberano. As trocas de favores eram o *modus operandi* das relações que se formavam no suposto período civilizatório. Não havia à época uma lógica burocrática para o cumprimento das funções dos servidores públicos como conhecemos hoje, e os cargos eram distribuídos pelo monarca, pois a ele pertenciam. O contingente desses “funcionários régios” cresceu muito no período em que a família real se instalou no Brasil, uma vez que os recém-chegados “reclamavam sua subsistência”. Conforme a máquina pública inchava e novos membros, famílias e comparsas passavam a depender do Estado, mais impostos eram gerados por todo o território para cobrir as despesas com pessoal (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Além das trocas de favores toleradas, “tampouco se firmara, ao tempo da colonização do Brasil, a dicotomia entre público e privado” (FIGUEIREDO, 2008, p. 211)¹²⁴. A corrupção não era algo “[...] tangível no vocabulário da época, no qual [...] aparece significando deterioração material e moral, sem o emprego objetivo do termo para se referir às condutas ilícitas de oficiais régios” (Ibidem, p. 213). Apesar desse diferente sentido imputado, a corrupção não era plenamente aceita, pelo contrário, a população denunciava, ainda que em tom de brincadeira, a apropriação indevida de recursos públicos: “Quem furta pouco é ladrão; quem furta muito é barão; quem mais furta e esconde; passa de barão a visconde” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 181). A prática da corrupção era condenável e foi alvo de sátiras, sermões (como os de Padre Antônio Vieira), crônicas e cartas. Mas, por não haver uma determinada configuração de significados, apenas uma situação indeterminada, não se caracterizava ainda como problema público.

No Brasil Império, a visão que se tinha sobre corrupção também era etérea, de acordo com Schwarcz (2008). Normalmente, nos termos atuais, está “vinculada a um tipo de Estado cuja lógica advém da ideia de igualdade de direitos”, um modelo de governo bastante distinto do praticado e reconhecido na época – aquele “nunca abriu mão do poder

¹²⁴ Por essas e outras marcantes diferenças entre o que era esperado antes e o que é esperado hoje do funcionalismo régio, do papel do Estado e da concepção de corrupção, Figueiredo (2008, p. 209) recomendou cautela para a interpretação da corrupção na época colonial, sob o risco de cair em armadilhas de “[...] anacronismo, simplificação e teleologia”.

moderador: um quarto poder – de exclusividade do monarca – e que anulava os demais” (Ibidem, p. 227). Entretanto, isso não impediu que durante o Segundo Reinado surgissem os primeiros sinais de oposição direta ao regime. A partir da década de 1880, ergueram-se acusações diretas à “idoneidade do sistema”: “se o conceito de corrupção está vinculado ao ato de ‘corromper’, e à ação de ‘subornar’, o fato é que pela primeira vez o regime seria caracterizado por esse tipo de prática” (Ibidem, p. 228). Nesse momento, manifestações de descontentamento tornaram-se públicas, se constituindo como “demarcadores poderosos a sinalizar os limites deste sistema, crescentemente associado a expedientes que implicavam subornar funcionários e cidadãos, ou evitar que a lei vingasse” (Ibidem, p. 229), questionando também o poder do monarca e os limites entre público e privado.

Schwarcz (2008) narra em seu texto um episódio emblemático da corrupção no Império, que ficou conhecido como o “roubo das joias da coroa”. O que marcou esse momento não foi propriamente o furto, mas as manchetes folhetinescas da imprensa na época lançaram luz às falácias morais do governo, que mostrou certa conivência com a prática ilícita e não adotou medidas punitivas. Como D. Pedro resolveu encerrar o caso e não houve punição para os autores do roubo, a imprensa ficou indignada: “a Gazeta de Notícias bradava que ‘no Brasil não havia legalidade (...) era uma folia organizada’” (Ibidem, p. 232). As joias da coroa acabaram sendo encontradas num lamaçal – com esse lugar sugestivo, a crítica veio pronta: “Assim como as joias, a justiça do Império havia sido ‘enterrada’ e que tudo não passava de ‘um mar de lama’” (SCHWARCZ, 2008, p. 232).

Figura 18. Recorte do folhetim da época: “Roubo, lama e mistério”



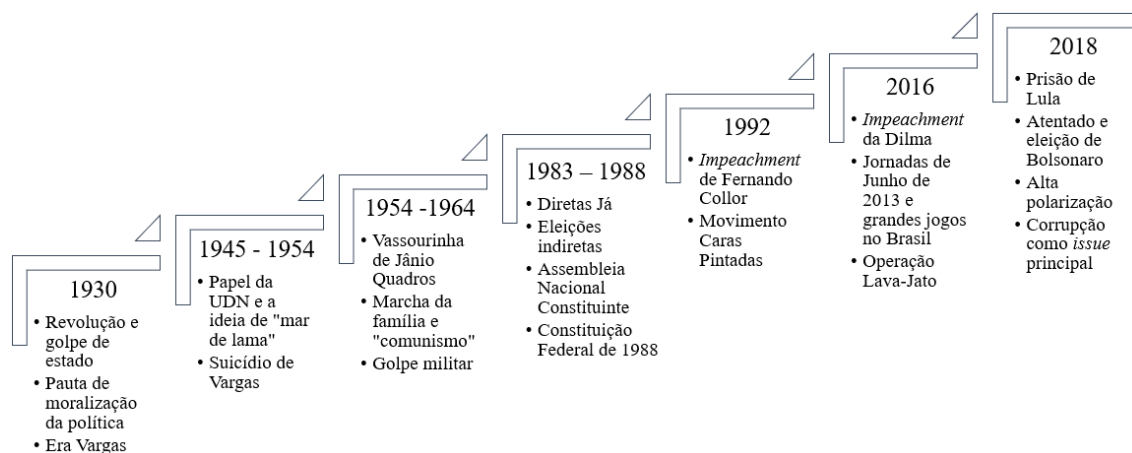
Fonte: SCHWARCZ, 2008, p. 234.

Citar casos tão remotos cumpre a função de ilustrar aquilo que parece óbvio: a corrupção sempre existiu no Brasil. De fato, sua presença pode ser destacada em toda a história, e isso será discutido ao longo das próximas páginas. No século XX, a bandeira contra a corrupção esteve no “mar de lama” de Getúlio Vargas, na vassourinha da campanha de Jânio Quadros, no fantasma comunista e no golpe militar de 1964, no *impeachment* do Collor (1992) e da Dilma (2016), no escândalo do Mensalão, na “Primavera Brasileira” de 2013, na prisão do ex-presidente Lula e em alguns outros casos.

Porém, além de demarcar essa presença na história, é importante recontar episódios em que a imagem, sempre de desordem indeterminada, passa a ser percebida em maior escala e fomenta uma experiência reflexiva da sociedade, que exige atenção pública e resolução. Ou seja, é importante recontar como o tema irrompe e se organiza de tempos em tempos como “problema público” (GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2009; 2017). Passa a um *status* de significação geral contra o interesse público sobre o qual deve-se agir, normalmente contenciosamente. O tema é modulado e, por vezes, manipulado por grupos disruptivos e forjados na opinião pública, e vem à tona em momentos de inflexão da democracia brasileira, especialmente nos séculos XX e XXI. Ao mesmo tempo em que está presente em toda a história – não escapa uma única gestão a apresentar denúncias e escândalos de corrupção, nem mesmo durante os anos de repressão (1964-1985) –, não é sempre que esses casos contribuem para retrocessos democráticos. Tem um uso pendular no decorrer dos séculos recentes, num *looping* de “aquece e esfria” a depender o humor de quem quer tomar o poder: “pode-se dizer que a corrupção era quase um mantra para destronar os ocupantes do poder ou derrubar um regime” (PINHO; SACRAMENTO, 2018, p. 181).

O olhar panorâmico pela história do Brasil entre os anos de 1930 e 2018 – claro, nesse recorte temático específico da corrupção – mostra uma coincidência notória entre os ciclos alternados de vitalidade e recessão democrática, em um movimento que Avritzer (2019) chama de “pêndulo da democracia”, e os momentos em que a luta anticorrupção teve proeminência, inclusive sendo utilizada por vezes como bandeira para desafiar governos. Os momentos de maior coincidência são pontuados no esquema a seguir:

Figura 19. Linha do tempo das coincidências entre a proeminência da bandeira contra a corrupção e as inflexões democráticas



Fonte: Elaboração própria, com base nas referências utilizadas na seção.

No século XX, começa-se destacando os movimentos tenentistas da década de 1920, que antecedem a ascensão de Getúlio Vargas. O mais relevante, a Coluna Prestes, exigia, dentre outras demandas, a moralização da política. Esses movimentos “[...] enxergavam no regionalismo e na corrupção a origem e os motivos do que havia de errado no Brasil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 347). O levante, já nessa época, era dado por grupos rebeldes que “acreditavam que, diante da corrupção atávica das elites civis e da presumida passividade das classes populares (...), caberia aos militares a condição de árbitros supremos da sociedade”. Diante de uma sociedade civil ainda incipiente, coube aos militares, “fundamentalmente autoritários”, rejeitar a ação política dos partidos e apoiar a revolução “como única forma possível de promover uma mudança efetiva” (NETO, 2012, p. 219).

Esses movimentos perderam força pela ausência de uma sociedade civil pujante. Segundo José Murilo de Carvalho (2022), assim como outras revoltas urbanas que ocorreram na Primeira República (1889 a 1930), como a Revolta da Vacina, de Canudos, do Contestado, as messiânicas e as greves operárias nas grandes cidades, os movimentos aconteceram “à margem do sistema representativo”, muito em razão de uma ideia de povo e de participação popular bastante esvaziadas: “a Primeira República não tinha povo. Nela, apenas 5% da população votava” (2022, s/p); “a elite era pequena, o povo político, diminuto, o Estado, raquítico” (2008, p. 242).

Paradoxalmente, para o autor, foi justamente a “entrada em massa do povo na política e a expansão da máquina estatal iniciados em 1930, mas acelerados após 1945, que abriram as portas para o florescimento da corrupção na forma de clientelismo, patrimonialismo, nepotismo ou simples gatunagem de dinheiro público”. Ou seja, o crescimento do que chama de povo político e a expansão do Estado foram os catalizadores de modelos e práticas de corrupção que entendemos como vigentes hoje. Assim, “quanto maior o Estado, quanto mais recursos ele controlar, maiores as oportunidades de corrupção”. O efeito contrário também pode ser apontado: sociedade civil e participação popular também aquecem os discursos, protestos e esquemas de *combate* à corrupção, algo que ficará claro ao longo das passagens seguintes. Essa é a dinâmica do Brasil a partir de 1930.

O tema da corrupção está presente na Revolução de 1930, que marcou o rompimento da política do café com leite. O então presidente Washington Luiz não apoiou o sucessor por Minas Gerais, mas o candidato por São Paulo, Júlio Prestes, o que impulsionou a formação da Aliança Liberal – uma aliança opositora composta pelos estados de MG, RS, PB e RJ com propostas amplas e de apelo social – que lançava Getúlio Vargas e João Pessoa como presidente e vice-presidente, respectivamente. Esse rompimento foi embalado por um contexto maior de miséria e fome da população, com um ideário comunista pairando os ânimos populares desde a Revolução Russa. Depois de eleito, uma acusação de corrupção eleitoral pela oposição de Júlio Prestes foi a justificativa para o golpe perpetrado por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal. Mas o estopim da revolução foi o assassinato de João Pessoa, atribuído à Júlio Prestes. O citado movimento tenentista acabou engrossando o caldo da narrativa golpista com a campanha pelo voto secreto e as pautas da moralidade nas eleições. Pela manchete a seguir vê-se, controversamente, dilemas de moralidade também no interior dos setores revolucionários.

Figura 20. Manchete de um dia antes da Revolução de 1930



Fonte: sítio educacional – disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/era-vargas-tempo-do-nacional-estatismo/xyz/>

O caminho de Vargas pelo poder se prolongou de 1930 a 1954 e teve muitas facetas políticas. Passou pelo Governo Provisório (1930-1934), pela Revolução Constitucionalista de 1932, pelo Governo Constitucional (1934-1937), pela Intentona Comunista (1935-1936), pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) e acabou no mandato que supostamente duraria de 1951 a 1956. Esse último, embora democrático pelas vias eleitorais, quando derrotou a União Democrática Nacional (UDN) e sucedeu a Eurico Gaspar Dutra, foi um mandato polêmico, cheio de controvérsias, com denúncias de corrupção e que culminou no suicídio de Vargas em agosto de 1954.

Figura 21. Manchete da Tribuna da Imprensa, de 1954, pouco antes do suicídio de Getúlio Vargas



Fonte: sítio da Boitempo editorial – disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/25/brasil-sonhos-e-pesadelos-em-2015/>

A corrupção entendida como malversação de recursos públicos foi, segundo Motta (2008, p. 243-244), “um tema candente no debate político brasileiro dos anos de 1950 e 1960, ecoando, principalmente, na imprensa e nas disputas parlamentares”. O Brasil da Quarta República foi, ao mesmo tempo, um período de elevado crescimento econômico, industrialização e modernização, e também de pressão em torno de Vargas devido às supostas irregularidades do seu governo (PINHO; SACRAMENTO, 2018). Para envolver todo o governo e causar a impressão de que estava tomado pela corrupção, a dura oposição cunhou, à época, a expressão “mar de lama”.

Não eram comuns as denúncias muito diretas ao próprio Vargas, mas críticas pesadas “[...] dirigiram-se ao grupo palaciano em torno do presidente”, destacando-se “a máquina sindical corporativista criada por Vargas, considerada pelos liberais um antro de favorecimentos ilícitos” (MOTTA, 2008, 243-244). A aproximação do presidente com a classe trabalhadora foi latente em toda a sua vida política e incomodava a oposição. O trabalhismo se via protegido por Vargas desde o Estado Novo (Figura 22) e, já no período de desgaste político, um reajuste exorbitante de 100% no valor do salário mínimo descontentou classes empreendedoras e militares, que organizaram um protesto público

em oposição à medida, evento que culminou na queda de João Goulart como ministro do trabalho.

Figura 22. Protesto durante a ditadura do Estado Novo mostra relação estreita dos trabalhadores com Getúlio Vargas



Fonte: sítio educacional – disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/era-vargas-tempo-do-nacional-estatismo/xyz/>

A oposição liberal, notadamente o partido político da UDN, fomentou denúncias generalizadas sobre práticas políticas e administrativas corruptas por parte do grupo varguista (MOTTA, 2008). Uma das mais importantes foi a que envolveu o jornal Última Hora, cujo dono foi acusado por Carlos Lacerda de receber recursos do Banco do Brasil para prestar continuamente apoio ao governo. Mas o maior desgaste político do presidente veio em seguida com o episódio conhecido como o “atentado da Rua Tonelero”, que feriu Carlos Lacerda, principal oponente de Vargas, e matou o major-aviador Rubens Vaz. O crime foi apurado pelo alto comando da aeronáutica com relativa autonomia, por meio de um inquérito policial militar, chamado de “República do Galeão”, que acabou atribuindo a membros da guarda pessoal de Vargas a responsabilidade pelo atentado. A pressão pela renúncia de Getúlio era generalizada à essa altura, sendo aconselhado a se licenciar da presidência até mesmo pelo seu corpo de ministros. O desfecho, no entanto, foi o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954.

O episódio do atentado da Rua Tonelero importa ao tema da corrupção não só pelos desdobramentos na crise política, mas sobretudo porque, pouco tempo depois da morte de Getúlio, foi trazido à público o relatório do Inquérito do Galeão, popularizado como “O Livro Negro da Corrupção”. A edição extraordinária publicada pelo jornal O Globo trouxe, além dos resultados da investigação sobre o referido atentado, um compilado de problemas internos da gestão: “um mergulho nos bastidores do governo, não apenas do atentado da Tonelero”, com denúncias que envolviam grandes figuras varguistas¹²⁵. Com 32 páginas, as manchetes diziam, entre outras: "A Corrupção gerou a revolta"; "Um Sindicato de Assassinos e Ladrões Tomou Conta do Poder"; "Banqueiro de Bicho sustentava Gregório"; "Fim de uma era negra da história de um povo desafortunado"; "A Pátria Degradada"; "Valente recebeu ordem (e dinheiro) de Gregório para dar fuga a Climério"; "Victor Costa dava dinheiro a Gregório"; "Atingidas a integridade e a autoridade do Governo"; etc.

Figura 23. Capa do Livro Negro da Corrupção, publicado pelo O Globo em 25 de setembro de 1954



Fonte: edição “Memória” do Jornal O Globo – disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/bastidores-da-crise-8903235>

¹²⁵ Principalmente, Gregório Fortunato, amigo pessoal e chefe da segurança de Getúlio Vargas, e Climério Euribes de Almeida, também membro da guarda do presidente e suposto atirador no atentado.

Grande parte da motivação das denúncias feitas pelos udenistas conservadores vinha para justificar suas sucessivas derrotas eleitorais, como em 1945, em 1950, e naquela que deu vitória à Juscelino Kubitschek em 1955, um candidato justamente do campo getulista. A oposição permaneceu vigorosa quando do governo de JK, que já se iniciou sob acusação de “[...] tolerante com a corrupção e o comunismo” (MOTTA, 2008, p. 244). As grandes obras que marcaram o projeto desenvolvimentista de JK foram, portanto, obviamente, alvo de denúncias de corrupção. Empreendimentos de grande vulto econômico, sob o nada modesto lema “cinquenta anos em cinco”, não passaram longe dos holofotes, como a construção da capital em Brasília, das usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias e de milhares de quilômetros de rodovias transregionais.

Nas eleições seguintes, de 1960, toda a campanha do candidato Jânio Quadros “foi estruturada à base da promessa de acabar com a corrupção no país, discurso que atraiu os votos dos setores sensíveis à maré de críticas contra o trabalhismo/ varguismo” (MOTTA, 2008, p. 244). A vassourinha que prometia varrer o país da corrupção (Figura 24) teve boa receptividade, assim como o discurso intransigente, contrário à negociação e de aversão à classe política, levando Jânio a ser eleito com 48% dos votos. A UDN, que apoiou a candidatura, foi finalmente vencedora nesse pleito, mas o vice, João Goulart, por outro lado, gerava frustração: “[...] o retorno da aliança PTB-PSD ao poder com Goulart significava, aos olhos de tais grupos [os que relacionavam o varguismo à corrupção], que o problema não fora resolvido” (Ibidem, p. 245).

Figura 24. Imagens e jingles da campanha de Jânio Quadros de 1960



Fonte: busca por imagens na internet – respectivamente: blog Ferrareto (<http://www.radionors.jor.br/2014/03/varre-varre-vassourinha-e-as-lembrancas.html>); canal Delzymar Dias (<https://www.youtube.com/watch?v=dQYygcIuDPA>); Canal Guia de Mídia do Brasil (<https://www.youtube.com/watch?v=cMo2cZHLJfo>).

Uma nova crise política rapidamente se instalou com a renúncia precoce de Jânio Quadros, apenas sete meses após assumir a presidência, sem explicação que contentasse a sigla que levou tempo para se eleger. Além de não ter o espaço devido no governo, restou à UDN se conformar com a ascensão de um vice alinhado à esquerda. Mas isso, como esperado, não ocorreu sem resistência. João Goulart, então, fez uma passagem tumultuada pelo poder, incluindo acusações de proximidade com o comunismo, troca de regime do parlamentarismo para o presidencialismo e isolamento político, enquanto promovia marchas pelas reformas de base: “pela emancipação econômica, pela justiça econômica e ao lado do povo, pelo progresso do Brasil” (13 de março de 1964). Para Ferreira e Costa (2016), inspirados em Dreiffus (1981), o ponto crítico que motivou o golpe militar foi “[...] o claro alinhamento de Goulart com as esquerdas” (p. 6) demonstrado em dois discursos proferidos por ele em março de 1964, em que o então

presidente radicalizou seu discurso em defesa das reformas de base. Porém, como exemplo, em um cenário de desacordo entre esquerdas e direitas por onde sua ação estava imbricada, “[...] Goulart não encontrou condições políticas para enviar ao Congresso Nacional um projeto de Reforma Agrária” (FERREIRA, 2003, p. 350 apud FERREIRA; COSTA, 2016, p. 5).

Sobre o que motivou o golpe militar, o alinhamento do então presidente João Goulart com as esquerdas e seus projetos era um ponto mais oculto para a opinião pública, embora latente no meio golpista. Por sua vez, o combate à corrupção e a presumida infiltração comunista foram as duas grandes bandeiras explícitas do golpe militar de 1964 – “combater a corrupção e derrotar o comunismo: os dois propósitos serviram de conduto para articular em uma retórica comum as diversas conspirações que fermentavam no meio militar, às vésperas do golpe que derrubou o Governo João Goulart, em março de 1964” (STARLING, 2008, p. 251). Aqui se destaca mais um episódio na história brasileira em que a corrupção se torna um problema público, um tema central articulado a outros, mas nunca acessório, orientado para a virada de regime político. Os militares começaram sua movimentação no dia 31 de março e, sem reação contrária de João Goulart, assumiram o poder, consolidando o golpe em 02 de abril de 1964.

Conforme Dreifuss (1981, p. 398 *apud* FERREIRA; COSTA, 2016, p. 6), apesar do grande protagonismo dado aos militares, suas ações só foram possíveis por meio do “[...] amplo respaldo de diversos setores da sociedade civil: empresários, políticos, igreja, entre outros. Houve a congruência de atores em torno de um novo projeto de poder, desta vez com uma sociedade mais complexa em termos econômicos, políticos e sociais. Trata-se, portanto, de golpe civil-militar, ‘altamente político e civil em sua formação e execução’, e não ‘um mero golpe militar’”. Sob a denúncia da ameaça comunista, havia uma horda de atores advindos dos setores conservadores da sociedade, dispondo de uma articulação entre partidos políticos como a UDN, a imprensa, as classes médias urbanas, além dos próprios militares (Figura 25). Foi nesse momento que o problema encontrou ressonância na cultura, mobilizando valores morais dos brasileiros.

Figura 25. Manchete do jornal Estado de S. Paulo, de 3 de abril de 1964, designando os golpistas como “democratas”



Fonte: matéria do Núcleo Paratininga de Comunicação – disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/nao-nos-esquecamos-estadao-apoiou-o-golpe-de-1964/>

As pautas moralistas entoaram e popularizam o golpe por meio de respostas às ações de base de Jango, em ações amplamente financiadas pela elite empresarial, como a emblemática “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Nela, onde supostamente haveria o protagonismo de organizações femininas de classe média (Figura 26), no entanto, havia mesmo por trás uma imensa articulação entre civis e militares homens para derrubar o governo em exercício constitucional. Esses eventos e atores foram fundamentais para agravar a crise política e acirrar os ânimos nesses anos.

Figura 26. Manchete sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada em São Paulo em 19 de março de 1964



Fonte: matéria da Rede Brasil Atual – disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/ha-50-anos-elite-empresarial-que-queria-derrubar-jango-financiou-marcha-9585/>

Pareado à “infiltração comunista”, o combate à corrupção ganhou centralidade na narrativa golpista, cujos líderes apelavam à opinião pública com o objetivo de liquidar o inimigo duplo: se tratava de uma “operação limpeza [que] tinha em mira expurgar do país esse mal duplo e, é importante referir, para alguns deles tratava-se do mesmo problema, pois enxergavam comunismo e corrupção imbricados um no outro” (MOTTA, 2008, p. 247-248). Na noção assimilada pelas forças armadas, a corrupção estaria vinculada diretamente ao regime nacional-desenvolvimentista praticado pelos presidentes antecessores, com vícios quase naturais de uma “vida política de baixa qualidade moral” (STARLING, 2008, p. 251-252). A visão era igualmente elitista acerca da democracia e da sociedade civil¹²⁶. Os militares não conseguiam enxergar a sociedade como capaz de solucionar o problema da corrupção, portanto, “[...] os políticos desonestos podiam trocar de cargos, mas continuavam os mesmos; a democracia não alcançava destituí-los” (Ibidem, p. 251-252).

¹²⁶ Interessante mencionar a crítica de Ferreira e Costa (2016) à avaliação de Dreifuss sobre o golpe militar, para quem “a concepção de ‘participação civil’ [...] tende a sobrevalorizar o aspecto doutrinário e manipulador da ‘burguesia’, sobre uma classe média tida como passiva e alienada” (FERREIRA; COSTA, 2016, p. 9)

No primeiro mandato da Ditadura Militar, com Castello Branco no poder, a promessa era de expurgar os corruptos. O presidente prometeu trazer à público as provas de corrupção praticadas nos governos anteriores, em outros regimes, numa espécie de versão repaginada do “Livro negro da corrupção”, chamada de “Livro branco da corrupção”. Entretanto, nunca o fez seja porque seria necessário admitir os casos de corrupção dos militares, seja porque “[...] desde o início o regime militar fracassou no combate à corrupção”. Segundo Heloisa Starling, esse fracasso se deve, em grande medida, a um pressuposto equivocado de como evitar a corrupção: para eles, “[...] mantido o ponto de vista moral, o vício é sempre público, a virtude sempre privada e nada chega à política”. Esse pressuposto reduz o político ao que, segundo a autora, ele não é, ou seja, a definição da moral individual ou a alternativa salvacionista. Foi isso que “definiu o desastre da estratégia de combate à corrupção do regime militar” (STARLING, 2008, p. 252-253).

Na tentativa de valorização do que chamavam de decência pessoal, alguns dos generais se privavam até mesmo da aquisição de bens pessoais, o que, no entanto, deu “[...] poucos resultados para a vida pública do país” (STARLING, 2008, p. 253). A corrupção estava tanto nas figuras políticas que circulavam pelas estruturas de poder há anos quanto nas oportunidades de circular fortunas a partir de obras como a construção da ponte Rio-Niterói e da Transamazônica. Muitos escândalos de corrupção vieram à tona durante o regime, driblando a censura, como o caso do complexo naval da SUNAMAM, do Instituto Brasileiro do Café, do Hanna Mining Company, do que envolvia Assis Paim e Delfin Neto, do projeto Jari e da operação agropecuária Capemi” (ALVEZ, 1995; STARLING, 2008). Outro caso interessante é o de bancos públicos absorvendo os privados e algumas financeiras que andavam mal das pernas. Foi assim que o BANERJ incorporou o Banco Halles. Não há dados concretos a respeito do rombo nos cofres públicos, mas estima-se que tenha ultrapassado o bilhão de dólares (ALVEZ, 1995).

Na ditadura militar, “[...] até mesmo o Serviço Nacional de Informação, organismo de investigações que deveria ter, entre as suas funções, combater a corrupção, entrou em negociatas”. Foi o que ocorreu com o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que operou diretamente com uma corretora para realizar a venda de um grande pacote de ações da Vale do Rio Doce (ALVEZ, 1995, p. 30). Ele montou um esquema de divulgação por meio da revista O Cruzeiro que terminou em assassinato de um jornalista; envolveu-

se em um negócio de desflorestamento militar que terminou por falir; e contou com dois de seus agentes sendo eleitos deputados federais, o major Sebastião Curió, que recebeu dinheiro no esquema PC Farias e é acusado de assassinato, e o major Gustavo Farias, um dos envolvidos no escândalo Capemi e que teve que renunciar para não ser cassado, por roupar dinheiro do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) (Ibidem, 1995).

Figura 27. Manchete do Jornal do Estado de 23 de junho de 1983 dá evidência à corrupção, em plena Ditadura Militar



Fonte: página do Bem Paraná – disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/mar-de-lama-desde-sempre/>

O tema do combate à corrupção também foi a justificativa para o surgimento da linha dura do regime. Seus aliados (militares e civis), desgostosos com a proteção inicial que Castello Branco deu a Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo acusado de corrupção, bem como a recusa dos tribunais a aceitar denúncias de corrupção envolvendo JK, alimentaram a alegação de que era necessário “[...] restringir as liberdades e garantias individuais e aumentar o poder discricionário do Estado”. Motta alerta que o Ato Institucional nº 5, notório instrumento de repressão da Ditadura Militar, teve como

motivação justamente isso: “aumentar o poder do Estado para retirar os entraves à desejada limpeza do país” (MOTTA, 2008, p. 249). É interessante notar, portanto, que o combate à corrupção foi não só o subterfúgio para o golpe militar em si, mas pretexto para o endurecimento do regime no seu curso, mantendo-o em vias mais rígidas de repressão e perseguição.

Tem um componente mais estrutural na falha do combate à corrupção durante a ditadura denunciado por Starling (2008, p. 257-258) que diz respeito à natureza anti-democrática e mórbida do próprio regime, que o corrompe em essência. A corrupção estaria associada, primeiro, “[...] à incapacidade institucional de permitir a participação dos indivíduos na vida pública [...]”; “ela desata o processo da vida política que destrói a coisa pública” (p. 257). E, segundo e mais importante, segundo a autora, o componente da tortura seria a maior das transgressões, como “[...] o máximo de corrupção de nossa natureza humana”. Ela se constituía como uma forma política de governar, algo inseparável das práticas de corrupção: “Uma sustentava a outra. Quando tortura e corrupção se juntaram, o regime militar elevou o torturador à condição de intocável”. Para a tortura existir, era necessário que diversos outros mecanismos fossem corrompidos, como processos, confissões, laudos e autópsias falsas ou fraudadas.

Os ares da Nova República superaram, por assim dizer, essa face sangrenta da corrupção, mas o tema continuou sendo articulado de tempos em tempos como problema público e importante para a ascensão ou a queda de figuras e regimes políticos. O desgaste do autoritarismo consolidou um ambiente propício à reemergência da sociedade civil como ator desafiante e potente, conduzindo-a às “Diretas Já”, um movimento político de cunho popular de grande vulto que reivindicava a volta das eleições diretas para a Presidência da República no Brasil. Como sucesso parcial dessa marcha, foram realizadas eleições indiretas por colégio eleitoral em 1985, que alçaram Tancredo Neves ao poder, tendo como vice José Sarney. Após a cansativa agenda de campanha, no entanto, Tancredo começou a se sentir doente até que foi internado no dia 14 de março de 1985, um dia antes de tomar posse como presidente. E nunca assumiu o cargo. Tancredo Neves faleceu em 21 de abril, assumindo então o civil José Sarney. Segundo Barroso (1998, p. 4), Sarney assumiu em “[...] momento difícil e anticlimático” e, à exceção do efêmero sucesso de combate à inflação do Plano Cruzado, seu governo foi marcado “por crescente

insatisfação política e social, para a qual não deixaram de contribuir a personalidade do presidente, os desacertos econômicos e as denúncias persistentes de corrupção e favorecimentos”.

Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. O processo constituinte que se estendeu de 1985 a 1988 foi devolvendo aos poucos ao Brasil parte da normalidade democrática perdida nos longos anos de Ditadura Militar, mas não foi perfeito. Apesar de ter o famoso caráter descentralizador, no que diz respeito à votação em plenário, foi mais centralizador (VIEIRA; BARBOSA, 2018). A falta de confiança na classe política, tanto por parte da sociedade quanto por parte dos próprios políticos, terminou por ampliar demasiadamente a participação, o que fez com que as temáticas de discussão da agenda constitucional fossem determinadas por meio de amplas disputas políticas. A Constituinte absorveu, assim, as mais diversas demandas sociais, e as mobilizações se estenderam aos movimentos sociais e ao movimento sindical. Todavia, não escapou de “interesses específicos de natureza corporativista, patrimonialista ou desenvolvimentista”, como a proteção às empresas e monopólios econômicos e às prerrogativas de classes de servidores públicos, “enraizados na cultura política brasileira e nas estruturas do Estado” (VIEIRA; BARBOSA, 2018, p. 383).

O combate à corrupção foi abordado com dramaticidade por Ulysses Guimarães (MDB) na solenidade de promulgação da Constituição de 1988 (TV BRASIL, 2018). Além do fortalecimento do Ministério Público, a Constituinte acolheu as reivindicações e explicitou no texto o combate à corrupção, como no Art. 5º, em que o cidadão pode propor ação popular contra atos que lesem o patrimônio público¹²⁷. Além dessa prerrogativa, também foi criado o dispositivo da lei de iniciativa popular (Art. 14) que, entre outros avanços, permitiu durante a década seguinte a promulgação da Lei da Compra de Votos, alterando a principal referência legal disponível até então, o Código Eleitoral. Com ela, ficou coibida a compra de votos e permitiu-se a cassação de candidatos que praticassem

¹²⁷ Art. 5º da CF: “LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência” (BRASIL, 2020 [1988]).

o uso indevido da máquina administrativa para campanhas eleitorais (MORAES; ANDION; PINHO, 2017).

O Governo Sarney implementou um programa de privatizações que gerou obstinada oposição, mas o que foi considerado por alguns como desmonte do Estado brasileiro perdurou nos governos seguintes até o governo de Fernando Henrique Cardoso como uma marcha pela racionalização de gastos públicos sob uma lógica gerencialista e de austeridade fiscal. O debate que caracteriza os esforços de privatização como desmonte chegam a argumentar que esta seria uma forma de apropriação do público pelo privado (LARANJA, 2005). Esse é um longo debate que permeia o período de incorporação, pelo Estado brasileiro, de modelos internacionais da *New Public Management* (NPM) durante a década de 90. A NPW dá os contornos do enquadramento gerencialista para a corrupção, algo que foi apresentado ao longo da tese.

Antes ainda de iniciar esse período, em 1989, o povo brasileiro foi finalmente às urnas votar para presidente depois de quase 30 anos sem exercer o voto. Dos mais de 20 candidatos a presidente, destacavam-se já Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), além de outras figuras como Paulo Maluf, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Afif Domingos e Mário Covas (BATISTA, 2017). O então governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, saiu vitorioso no pleito presidencial sobre Luiz Inácio Lula da Silva – a primeira das três derrotas consecutivas de Lula à presidência da República. Tendo a família proprietária de diversos meios de comunicação, Collor começou a se destacar como candidato da preferência de grande parte da mídia nacional. Baptista (2017) recorreu à análise que Fonseca (2015) fez de quatro jornais diários de circulação nacional – Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo –, e encontrou que “[...] a participação de importantes veículos da grande mídia no apoio à campanha de Collor e como as formas de construir esse apoio, via estratégias midiáticas, foi importante na inserção e credenciamento do candidato na opinião pública” (BAPTISTA, 2017, p. 95). A vitória de Collor pode ser atribuída, então, ao grande apoio de setores relevantes da sociedade e à imagem construída em torno dele: i) “o novo” na política, que se contrapõe aos políticos tradicionais, suposto *outsider*; ii) aquele que combate à corrupção;

iii) aquele que busca varrer privilégios dos servidores públicos do alto escalão. A imagem embalou o *slogan* amplamente difundido: “O caçador de marajás” (Figura 28).

Figura 28. Manchete da revista Veja de 1989, quando apoiou a candidatura de Fernando Collor, e manchete de 1992, quando apoiou o seu impeachment



Fonte: respectivamente, notícia do Pragmatismo Político (<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/03/revista-veja-e-condenada-a-pagar-r-500-mil-a-fernando-collor.html>); portal de educação da Veja (<https://veja.abril.com.br/educacao/enem-protestos-historicos-no-brasil-diretas-ja-impeachment-de-collor-e-atuais-manifestacoes/>)

O mandato de Collor, no entanto, não seguiu o curso normal e também decepcionou os apoiadores. Com o fim do estado de exceção, as críticas ao governo, a revolta quanto às medidas financeiras e administrativas tomadas pelo presidente e os escândalos de corrupção eram mais duros e mais publicizados. Tudo isso culminou em uma sequência de acusação de crime de responsabilidade, levante popular, processo de *impeachment* e renúncia. Assim que assumiu, Collor confiscou as poupanças e investimentos financeiros da população com a justificativa de controlar a inflação. E, poucos meses após sua posse, apareceram as primeiras denúncias de corrupção em seu governo, uma combinação de fatos que desgostou a opinião pública. O quadro se agravou até atingir o seu ápice em outubro de 1990, no caso de corrupção que envolveu Paulo César Farias, o PC Farias, ex-tesoureiro de campanha e um dos braços direitos de Collor (BATISTA, 2017; PINHO; SACRAMENTO, 2018). Na CPI que foi instaurada sobre o caso, conhecida como a “CPI do PC”, em 1992, foi apurado que Paulo César Farias utilizava sua intimidade com o presidente e agia em seu nome, intermediando “interesses de particulares junto ao

Governo [...] mediante extorsão e recebimento de propinas” (CARVALHOSA, 1995, p. 7).

No mesmo ano de 1992, ano fatídico da renúncia de Collor, seu irmão, Pedro Mello, deu uma entrevista emblemática à Revista Veja em que afirmava que PC Farias seria “testa de ferro” de Collor e, ainda, que um jornal e um apartamento de PC pertenceriam, na verdade, a Collor. A mesma imprensa que esculpiu a imagem de Collor, curiosamente, participou ativamente do seu *impeachment*, desde a veiculação de tal entrevista “até a transmissão da sessão da Câmara dos Deputados durante a votação pela admissibilidade do *impeachment*”. O compromisso de dar publicidade aos fatos foi cumprido, mas é inegável a atuação da imprensa enquanto ator político quando os veículos passaram a publicar em “editoriais seus posicionamentos sobre a permanência ou não de Fernando Collor à frente da Presidência do Brasil” (BATISTA, 2017, p. 97-98).

Além disso, havia uma grande pressão popular, refletida no movimento “Caras Pintadas” (Figura 29), que resumiu “a indignação dos brasileiros contra o presidente envolvido em corrupção diante de um país com uma situação econômica sensível” (BATISTA, 2017, p. 99-100). Os “Caras Pintadas” foram um movimento, sobretudo estudantil, composto por jovens secundaristas e universitários e mobilizado no bojo da sociedade civil por organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes (UBES), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Uma série de partidos de centro-esquerda, como o PT, e, depois, até os de centro-direita, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), acompanharam o movimento. As manifestações estampavam um público com o rosto pintado de verde e amarelo – daí o nome “Caras Pintadas” – e, em 25 de agosto de 1992, alcançaram aproximadamente 400 mil participantes. Enfim, a governabilidade de Collor estava por um fio até que em 29 de dezembro de 1992 foi determinado seu afastamento pelo Senado, o que o levou à renúncia do cargo. Parece que essa era havia inaugurado, por assim dizer, desde o processo de redemocratização com a Constituinte até o movimento “Caras Pintadas”, sobretudo em relação ao problema público da corrupção, uma conjuntura de ativismo societal marcadamente de massa e progressista, menos instrumental-populista do que em marchas prévias.

Figura 29. Registro do movimento Caras Pintadas de 15 de setembro de 1992



Fonte: acervo O Globo – disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/jovens-de-caras-pintadas-9666114>; créditos foto: Custódio Coimbra

Quem assumiu a presidência a partir de 1992 foi o vice de Collor, Itamar Franco. Porém, segundo Carvalhosa (1995, p. 8), a “tranquilidade almejada durou pouco”, aproximadamente um ano. Nessa época despontou uma das grandes crises éticas na década de 90, o caso dos “Anões do Orçamento”, escândalo que, dentre outras justificativas, se nomeia devido ao fato de os parlamentares envolvidos não serem politicamente muito relevantes no cenário nacional. Durante a investigação de assassinado da esposa de José Carlos Alves dos Santos “[...] ex-funcionário do Senado Federal, que dirigia o Departamento de Orçamento da União a convite do ex-Presidente Collor” (Ibidem, p. 8), e que era principal suspeito, veio à tona, por meio do próprio acusado, a existência de atividade corrupta envolvendo membros do Governo, parlamentares, empreiteiras (incluindo a Odebrecht), entidades assistenciais e instituições de ensino. A operação inadequada do orçamento e os desvios de recursos públicos se manifestaram de várias formas, entre elas, por um esquema que se iniciava no Departamento de Orçamento da União, exatamente na elaboração do projeto de Lei Orçamentária, onde eram incluídas as verbas que interessavam à quadrilha, e envolviam ambos os poderes, Executivo e Legislativo, para realocar esses recursos. “Criou-se, portanto, uma grande estrutura montada para fraudar o orçamento, embora existisse um grupo menor de parlamentares que funcionava como um guia para a efetivação dos esquemas” (LARANJA, 2005, p. 100). “As emendas de relator-geral foram, no período dos ‘Anões do Orçamento’, um dos pilares do esquema de corrupção organizado por esses parlamentares” (Ibidem, p. 152).

Houve reação de movimentos sociais e entidades encabeçada pela OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e movimentos populares, o que motivou a instauração de duas operações importantes de investigação: a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) implementada a pedido do então senador Eduardo Suplicy e a Comissão Especial de Investigações (CEI), entidade constituída unicamente por representantes da sociedade civil, “inaugurando no Brasil a primeira experiência do gênero, ou seja, o controle social e, portanto, externo da corrupção, em contraposição ao ‘controle corporativo’ (interno) até então vigente e ineficiente” (Ibidem, p. 10). Segundo o relator da CPMI, o deputado Roberto Magalhães, o esquema tinha ares de corrupção sistêmica: “quando um Estado se encontra infeccionado, é difícil que essa infecção se limite a um só de seus poderes” (Ibidem, p. 9). A CPMI durou três meses e investigou 43 parlamentares. Destes, quatro renunciaram e seis foram cassados.

O desenrolar do caso aconteceu durante o governo de Itamar Franco, mas foi Fernando Henrique Cardoso, o FHC, então Ministro da Economia, e não o presidente em exercício, que ganhou os holofotes nesse período. Nada tinha a ver com os escândalos de corrupção, mas foi quem lançou o “Plano Real”, reconhecido pela opinião pública como uma manobra relativamente bem-sucedida para enfrentar a crise econômica. FHC se tornou candidato à presidência e venceu as eleições de 1994. Durante a campanha, “não houve escândalos de corrupção nos partidos ou envolvendo os principais candidatos, mas a condenação do comportamento corrupto foi natural aos concorrentes” (BATISTA, 2017, p. 99-100).

A corrupção, nesse sentido, foi trabalhada na opinião pública para além de um defeito incidental, trazido à tona para desqualificar figuras políticas a partir de escândalos demarcados, e, segundo Baptista (2017), recuperando Telles (2015), passou a ser interpretada e usada como “valência” – isto é “como questões neutrais e sobre as quais existe consenso, tais como a paz, o desenvolvimento econômico etc” (TELLES, 2015, p. 34 *apud* BAPTISTA, 2017, p. 100). Falar sobre corrupção, sobre a importância de combatê-la, sobre como é um mal etéreo a ser enfrentado, virou a narrativa “arroz com feijão” dessa e de algumas das transições seguintes, que coincidem, diga-se de passagem, com transições que foram marcadamente democráticas (Figura 30). Quando a corrupção adquire uma configuração de valência, dificilmente haverá grandes abalos no consenso

moral e cognitivo da sociedade a ponto de tornar o problema de fato um problema público, à luz de Gusfield (1981), sobre o qual se contesta e impõe nova configuração de significados, impulsos à ação contenciosa e resolução imediata.

Figura 30. Cerimônia de posse, respectivamente, de FHC (1995), de Lula (2003) e de Dilma Rousseff (2011)



Fonte: arquivo Veja Brasil (<https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/itamar-franco-1930-2011/>); Guia do Estudante Revista Abril (<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/fhc-e-lula-uma-historia-de-mais-de-40-anos/>); O Globo (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/16/lula-substitui-jaques-wagner-na-casa-civil.htm>).

Apesar da atmosfera de normalidade e dos ânimos políticos mais contidos, o governo de Fernando Henrique Cardoso não passou imune às práticas e denúncias de corrupção. Sob o manto do gerencialismo e da contingência de gastos, foi revelado logo no início da gestão uma denúncia de tráfico de influências no contrato que custearia a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Também veio à tona um dossiê que compilava suposto financiamento de campanhas políticas em 1990 por um banco do Nordeste, momento em que ainda era proibido o financiamento privado de campanhas. O financiamento se deu sob esquema de Caixa 2, ou seja, por meio de verbas eleitorais não declaradas. Já no segundo mandato, despontou um caso de corrupção ligado às privatizações, o escândalo dos grampos do BNDES: “as gravações revelaram um esquema de corrupção para favorecer a privatização do Sistema Telebrás, por um consórcio que uniria o banco de investimentos *Opportunity*, de Daniel Dantas, e a Telecom-Itália” (BAPTISTA, 2017, p. 104). A CPI do primeiro caso acabou sem

conclusão, enquanto o segundo escândalo foi indiciado pela Polícia Civil, mas arquivado pelo Procurador-Geral da República do governo FHC (BAPTISTA, 2017). O combate à corrupção, portanto, nesse momento em que o governo queria imprimir uma marca de planejamento público primoroso, mostrou inação, silenciamento e buscou ser feito às margens da opinião pública. O último caso, dos grampos do BNDES, foi o que implicou e desgastou mais a imagem do presidente.

É importante ressaltar, porém, que a tentativa de escantear a sociedade civil na mobilização pela integridade pública não se concretizou. Um dos temas que ganhou os holofotes na opinião pública foi a corrupção eleitoral (MORAES; ANDION; PINHO, 2017). Em 1998, durante a 36ª Assembleia Geral dos Bispos Católicos do Brasil, assembleia organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi elaborado um texto em que um dos cinco principais desafios a serem enfrentados era o de “vencer a corrupção eleitoral” (ALMEIDA, 1998 *apud* MORAES; ANDION; PINHO, 2017, p. 855). Além disso, na esteira dessa Assembleia, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) mapeou as causas da corrupção eleitoral e, como resultado desse mapeamento, a CBJP propôs à CNBB um projeto de lei que se consolidou no PL n. 1.517/1999¹²⁸, que propunha nova redação ao artigo 41 da Lei 9.504/1997, a Lei das Eleições. A partir da metade da década de 1990, dessa maneira, aumentou-se a publicização da corrupção eleitoral, a partir de figuras importantes como a Igreja Católica, especialmente a CNBB, e outros grupos ligados à sociedade civil que emergiram a partir do mesmo debate ajudando a constituir um significado mais republicano do problema da corrupção eleitoral, atribuindo sentidos para essa temática.

Percebe-se o início da maturação de um debate que se configurou, já na década de 2000, na necessidade de mudanças relativas à questão do controle democrático, algo que embalou sobremaneira a difusão de novas articulações voltadas ao controle social e práticas de *advocacy* pela sociedade civil, como é o caso do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE) e da Amarribo. No caso do primeiro, Lei da Compra de Votos repercutiu na década de 2000 e, a partir de um coletivo formado, entre outras, pela

¹²⁸ O PL se tornou a Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999 que ficou conhecida como a Lei da Compra de Votos.

Faculdade de Direito e a Pastoral Universitária da PUC – Campinas, surge o primeiro comitê do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE). Os comitês do MCCE tiveram como função a fiscalização da aplicação da Lei da Compra de Votos, e, também, desenvolver atividades educativas com relação à importância do voto¹²⁹. Reunindo 35 entidades, dentre elas a CNBB e a OAB, o MCCE começou a se tornar um ator muito relevante a partir de 2006, quando pressionou a Câmara dos Deputados a rever um PL que abrandaria a Lei 9.840/1999. O que pode ser considerado o auge de sua atuação, no entanto, se deu em 2008, com a Campanha da Ficha Limpa, que resultou, dois anos depois, na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa. Além do MCCE, também surgiu nesse período, em 1999, a Associação Amigos de Ribeirão Bonito (Amarribo), criada por cidadãos da sociedade civil da cidade de Ribeirão Bonito que “[a]o tentar empreender projetos de interesse social, a organização se deparou com grande descaso por parte da administração pública e com indícios fortes de desvio de recursos públicos” (AMARRIBO, c2023) e se tornou grande referência de atuação da sociedade civil no combate à corrupção.

Voltando às transições de governo, as eleições em 1998 foram muito pouco midiaticizadas justamente porque não era do interesse do favorito da disputa, FHC, e dos setores que o apoiavam, como a Rede Globo – “um quase-monopólio de televisão, consciente de seu poder e disposta a exercê-lo”. Miguel (1999, s/p) chamou atenção para a “invisibilidade do processo eleitoral” e “a ausência quase completa da campanha política no noticiário”, ao analisar a cobertura pelo Jornal Nacional. A ideia foi de não atrair muita atenção ao processo eleitoral, entre outras razões, para tornar “a novidade da reeleição um processo mais natural” (BAPTISTA, 2017, p. 103). Fernando Henrique ganhou, como esperado, as eleições sobre Luiz Inácio Lula da Silva. O Partido dos Trabalhadores chegou a pressionar a renúncia ao final do mandato de FHC em razão da grave crise econômica, com quatro pedidos de *impeachment*, e convocar manifestantes às ruas para pedir o “Fora FHC”, mas o embate entre situação e oposição seguiu o curso democrático.

¹²⁹ “Em reportagem sobre o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Souza (2007) afirma que os ‘Comitês 9840’, levantaram 1.349 processos recebidos nos TRES e que 421 políticos tiveram seu mandato cassado desde 2000. Nesse mesmo ano, uma atualização do levantamento, mostrou que 623 políticos, entre governadores, prefeitos e parlamentares, além de suplentes e vices, tiveram seu mandato cassado” (MORAES; ANDION; PINHO, 2017, p. 860).

O jogo “PSDB x PT” virou em 2002. A imagem construída em torno de Lula durante sua carreira política, até então sem ascender a nenhum cargo eletivo, foi a de um sindicalista despreparado, agressivo, que tinha pretensões político-econômicas desastrosas para a “entidade mercado” e nutria relações duvidosas com figuras e fóruns (às vezes imaginários) socialistas e comunistas internacionais. Era, portanto, uma figura que causava “medo”. Por trás disso, havia uma carga de preconceito demofóbico, xenofóbico e de classe sofrido pelo candidato devido à sua origem pobre e nordestina e à forma como se construiu politicamente no seio da classe trabalhadora. Essa imagem mudou em 2002 e tornou-se a de alguém então possível, esperado e até desejado para o país. A expressão popularizada em torno da sua eventual ascensão foi: “a esperança venceu o medo”. E assim caminhou a transição, com FHC entregando a faixa a Lula em janeiro de 2003. A esquerda havia conquistado, finalmente, seu espaço no maior cargo da República.

André Singer inicia “Os Sentidos do Lulismo” (2012) com algo que sintetiza a passagem de Lula pelo poder nas duas primeiras décadas do século XXI: “O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. Sem abrir mão da crítica, Singer sabia que o processo estava ainda em curso. E estava: em 2014 a sucessora de Lula foi reeleita, em 2016 ela caiu, em 2018 Lula foi preso e em 2022 ele foi eleito presidente pela terceira vez. O lulismo definitivamente se forjou em viradas contraditórias e em todas elas, pode-se dizer, o tema da corrupção foi o grande combustível desestabilizador da “ordem”, ultra processado pelas instituições e pela mídia e utilizado para inflamar a opinião pública. A imagem a seguir ilustra a contradição referida por Singer, mas sob a ótica elitista e liberal da revista *Veja* Abril. Com o título “Derrota Histórica”, a imagem compara o Lula de 2002, eleito “o primeiro presidente de origem popular”, e o Lula de 2018, condenado pela operação Lava-Jato: “A condenação de Lula é o mais significativo capítulo da desgraça político-policial que o Brasil vive, mas é também evidência de maturidade institucional”.

Figura 31. Imagem da matéria “Derrota Histórica” mostra um antes e depois de Lula



Fonte: matéria da Revista Veja – disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/derrota-historica/>

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com Singer (2012), representou um encontro da sua figura de liderança com um estrato politicamente desprivilegiado da sociedade, o sub-proletariado. O governo foi mudando pela extensão dos mandatos, até mesmo em sua base social, mas se ateuve com relativa coerência ao propósito de reduzir a pobreza e acabar com a miséria no país – sem, para isso, “confrontar os interesses do capital” (SINGER, 2012, p. 16).

Em relação à corrupção, Lula passou por um grande choque já em 2005, com o escândalo do Mensalão. Se tratava de um caso de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor dos projetos do governo no Congresso, que veio à público em maio por meio de reportagem da revista Veja. Em junho, foi a vez do Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson (PTB), revelar o caso, em entrevista à Folha de S. Paulo. Alguns meses mais tarde, formalizou-se a denúncia pelo Ministério Público Federal e o caso começou a ser investigado. Seu julgamento só começou em 2 de agosto de 2012, mas “[...] os anos de 2005 e 2006 foram marcados por intensa cobertura midiática do Mensalão” (BAPTISTA, 2017, p. 109). Foi um caso amplamente levado à sociedade civil e debatido pela opinião pública. Por meio da análise feita por Miguel e Coutinho (2007), Baptista (2017, p. 109-110) afirmou que “[d]e um total de 1803 editoriais analisados, 26,2% trataram sobre o escândalo do Mensalão. [...] Os jornais em questão julgaram e trouxeram soluções ao caso, fazendo as vezes de um tribunal”.

Ainda assim, o tema não teve a dimensão societal necessária para se tornar um problema público, no âmbito da constituição de públicos, do conflito e da controvérsia, elementos que são imprescindíveis para convocar a ação coletiva. Uma efêmera movimentação surgiu no contexto pós acidente do voo 3054 da TAM em 2007, mobilizado por João Dória e outros empresários paulistas com o intuito de homenagear as famílias das vítimas e protestar contra o caos aéreo e a “corrupção aérea”. A princípio não havia qualquer relação com o caso do Mensalão, mas o chamado movimento “Cansei”, que se dizia uma iniciativa cívica e apartidária, acabou por puxar o coro “Fora Lula” e fomentar a mobilização contra o governo, ampliando a agenda temática inicial para uma insatisfação geral contra o governo da situação. O movimento em si acabou tendo pouca expressão no cenário nacional e fracassou naquele momento, mas pode ser considerado um dos embriões da nova direita que surgiu organizada anos mais tarde. A partir do “Cansei”, uma expressão da elite empresarial paulistana passou a reunir simpatizantes sobretudo em comunidades nas recém-popularizadas mídias sociais (ROCHA, 2018).

Em 2006, apesar de a corrupção ter se tornado central no debate midiático, Lula foi reeleito, ganhando de Geraldo Alckmin (PSDB). Mesmo com uma cobertura “intensa e negativa a respeito do Mensalão, [...] seus efeitos nas urnas não foram sentidos pelo PT” (MUNDIM, 2010 *apud* BAPTISTA, 2017, p. 113). Outros casos de corrupção irromperam durante o segundo mandato e foram repercutidos extensamente pela imprensa na eleição seguinte, em 2010, entre eles: i) o caso Erenice Guerra, então ministra da Casa Civil, que foi acusada de tráfico de influência; ii) as supostas quebras de sigilo de contas de pessoas ligadas a José Serra (PSDB), candidato da oposição, levando a crer que a campanha de Dilma Rousseff teria tido acesso às declarações de imposto de renda de Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB, e de Verônica Serra, filha de José Serra. Também foi aventado à época pelo deputado Índio da Costa, então candidato à vice na chapa de Serra, que o Partido dos Trabalhadores tinha relações estreitas com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Em 2006 e em 2010, o tema da corrupção teve mais força na disputa eleitoral do que em 2002, na primeira eleição do PT. O desgaste do Mensalão e demais escândalos deixou o partido mais fragilizado institucionalmente, mas não foi suficiente para se configurar como problema público, menos ainda para gerar instabilidade democrática. Graças às

políticas de ascensão econômica e afirmativas ainda bem avaliadas pelos cidadãos e à boa situação econômica do país, a corrupção era mais tolerada pelos brasileiros (CALVET, 2013). Mas isso, claro, não impediu que tanto Dilma quanto Serra usassem a corrupção como forma de ataque aos oponentes no pleito de 2010. Telles (2019), dispondo novamente do conceito de valência, contrapôs o prestígio de Lula de um lado, fundamental para a eleição de Dilma, e de outro uma maior fragilidade econômica que teria fomentado as ebulições populares seguintes: com a economia crescendo mais lentamente, a responsabilização ao PT pelas obras da Copa superfaturadas ou incompletas e a ausência de Lula facilitaram com que a corrupção se tornasse a valência do momento.

No ano de 2012 se iniciou o julgamento do caso do Mensalão que provocou grande entusiasmo sobre o tema da corrupção. Na prática, segundo Baggio (2019, p. 40), o julgamento da Ação Penal 470, “foi um espetáculo midiático, intensamente explorado pelas corporações de mídia, com sessões longuíssimas televisionadas ao vivo pela TV Justiça e por redes como a GloboNews”. A autora entendeu que o Judiciário também tem responsabilidade sobre a espetacularização do escândalo, uma vez que “[...] teve por base a articulação estreita entre o Judiciário e as corporações de mídia” (Ibidem, p. 41). Mas isso não chegou a prejudicar a imagem de Dilma (que recebeu avaliação boa ou ótima de 62% dos entrevistados), nem o pleito municipal, no qual, em comparação com 2008, o PT elegeu apenas dois prefeitos a menos, mas foi o partido mais votado.

Os maiores desafios de Dilma Rousseff, todavia, estavam por vir, sendo aquecidos por uma sociedade de direita ainda oculta, que se posicionaria radicalmente (e diria definitivamente) no cenário político nos anos seguintes. A presidente enfrentaria, adiante: i) em 2013, as chamadas “jornadas de junho”, um conjunto de grandes manifestações populares ocorridas num curto espaço de tempo e que, pela sua abrangência e impacto, foi chamada de “Primavera Brasileira”¹³⁰; ii) em 2014, uma forte reação contrária à sua reeleição, com o despertar de setores extremistas travando guerra contra o partido, a sua figura pessoal e o projeto de país supostamente hegemônico de esquerda; iii) ainda em

¹³⁰ Em referência às “primaveras” internacionais, isto é, o despertar de outras mobilizações em massa ocorridas em outros países, a partir de 2011, tais como a Primavera Árabe (Tunísia, Egito etc), os Indignados na Europa (Grécia, Espanha, Portugal etc), *Occupy* partindo dos EUA, a Geração à Rasca em Portugal, a wikiconstituição na Islândia, mobilizações dos estudantes no Chile, as manifestações na Praça Taksim, na Turquia (GOHN, 2015; LOPES, 2016).

2014, o escândalo da Petrobrás – o Petrolão – e uma reação institucional ostensiva e enviesada às práticas de corrupção traduzida na operação Lava-Jato; iv) em 2015 e 2016, pressão popular e um processo de *impeachment*, que efetivou seu afastamento da Presidência da República.

Dos gritos de ordem dos manifestantes das jornadas de junho de 2013 ao pronunciamento acalorado de parlamentares na maior plenária da história, em abril de 2016, quando a Câmara aprovou o relatório favorável ao impedimento da presidente, lá estava a indignação sobre o suposto maltrato dos recursos públicos. Todas essas passagens têm fortes, se não o protagonismo, da pauta anticorrupção. Para Silveira (2016, p. 354), a bandeira contra a corrupção representava, na verdade, “a vingança de parte das elites econômicas contra dirigentes-alvo do PT, em uma operação de destruição simbólica de forças da esquerda”. A essa altura, a corrupção, intensamente tematizada sob novos enquadramentos, entre eles de que ela era fruto do projeto progressista supostamente hegemônico da esquerda (ROCHA, 2018), imersa em um processo político contencioso com novos e poderosos públicos dispostos nas arenas públicas, teve uma ressonância retumbante na cultura conservadora brasileira.

Os episódios de 2013 iniciaram com a manifestação de grupos de esquerda insatisfeitos com o aumento da tarifa do transporte público, o Movimento Passe Livre (MPL), mas o coletivo perdeu o controle da pauta e o levante atingiu em cheio o governo Dilma (ver sequência de imagens – Figura 32). As manifestações tomaram uma direção diferente do que o previsto pelas convocações originais, se tornando “[...] eventos contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo, os serviços públicos (PINTO, 2019, p. 25-26). Esse contexto representou a “quebra de ‘propriedade’ do problema” ou uma “expansão da percepção do problema para além dos círculos originários”, dos quais se referem Gusfield (1981) e Cefaï (2017), respectivamente, imputando à corrupção, núcleo cognitivo e de significância central das denúncias e reivindicações, o *status* de problema público.

Figura 32. Manifestações de junho de 2013 – pautas difusas, contra a corrupção e contra o PT



Fonte: sítio institucional Escola Educação (<https://escolaeducacao.com.br/jornadas-de-junho-de-2013/>); matéria Gazeta do Povo (<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/manifestacoes-de-junho-de-2013-nao-tiveram-impacto-nas-eleicoes-cfo0emoq6si7q5aerwi8tpxla/>); matéria Brasil de Fato (<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/10/livro-recem-publicado-analisa-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/>)

Os manifestantes começaram por alvejar objetos variados nos seus repertórios de ação, como a Federação Internacional de Futebol (FIFA) – em razão dos grandes jogos que se avizinhavam, sendo sediados no Brasil –, os bancos e os governos em três níveis (PEREIRA; SANTOS, 2016), mas o descontentamento com o sistema político e o sentimento antipartidário rapidamente se converteram em antipetismo. Com discursos de ódio e “imagens eloquentes com jovens queimando ou mordendo as bandeiras do PT”, as manifestações expressaram hostilidade a militantes petistas (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201; MONTEVECHI, 2021). A fragmentação discursiva que caracterizou os primeiros protestos foi, assim, se encadeando para um objetivo anti-*establishment*, mobilizando para tal, substancialmente, a temática da corrupção.

Pinto (2019, p. 26-27) resume a diversidade de pessoas que ocupavam as ruas, que revela “uma flagrante fragmentação discursiva”:

Estavam nas ruas: O Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT. Os Black Blocs, com performances violentas de ação direta,

autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da TV Globo defendendo o direito do ‘cidadão de bem’ se manifestar” (PINTO, 2019, p. 26-27).

As jornadas de junho de 2013, seguindo Baggio (2019), tiveram resultados em duas direções. Na primeira, menos disruptiva, houve “[...] um importante crescimento da consciência política e da valorização dos coletivos por uma parcela da juventude [...]” (p. 42) que, por fim se organizou em movimentos estudantis nos anos posteriores. Já a segunda foi sentida pelo regime democrático vigente anos seguintes, como combustível para rompimento da ordem: o crescimento vertiginoso de grupos de extrema-direita no país. Enquanto hipótese, Baggio (2019, p. 46-47) defendeu que “[...] muitas das pautas de junho de 2013 foram intencionalmente estimuladas por setores do Ministério Público e da mídia oligopolista e antipetista” e que, citando Nassif (2016), “as manifestações de 2013 ‘teriam comprovado que a opinião pública brasileira estaria suficientemente madura para apoiar ações anticorrupção’”.

No ano de 2014 foi revelado o esquema de corrupção envolvendo a estatal Petrobrás. O esquema e a operação especial montada para apurá-lo entrariam para a história como, ao mesmo tempo, o maior caso de corrupção e a maior experiência de combate à corrupção conhecida. A Operação Lava-Jato consistiu em uma investigação conduzida pela Polícia Federal, iniciada em 2014 pela Justiça Federal de Curitiba, em torno do esquema que envolvia o pagamento de propina feito por empreiteiros a altos executivos da Petrobrás. Os esquemas de corrupção envolviam lideranças políticas importantes e os maiores partidos da política brasileira (MENON; BACHINI, 2021). Os números que a Lava-Jato acumulou ao longo dos anos são realmente impressionantes. De acordo com o sítio institucional do Ministério Público Federal, na primeira instância, em Curitiba, foram deflagradas 79 operações, com 130 denúncias, 179 ações penais, mais de 200 acordos de colaboração (ou delações premiadas) e 174 condenados. Foram mais de 200 conduções coercitivas, 553 denunciados e 723 pedidos de cooperação internacional. O rombo previsto pelo esquema é de 14.7 bilhões de reais, sendo que 4.3 bilhões foram devolvidos aos cofres públicos. Em apenas um dos esquemas, o emblemático caso da Odebrecht, o

grupo empresarial fechou acordo de leniência com autoridades americanas e concordou em pagar 3,5 bilhões de dólares. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos designou o esquema como “o maior caso de suborno internacional da história” (HELCIAS, 2016).

Ocorre que os procedimentos e efeitos da Lava-Jato são considerados bastante controversos e enviesados por parte da comunidade acadêmica em razão de aspectos como o impacto extraordinário na opinião pública, a hipertrofia das instituições e dos mecanismos de controle, o processo de judicialização da política e a disseminação do sentimento anti-*establishment* extremamente perigoso para a vitalidade democrática (AVRITZER; MORONA, 2017; BAPTISTA, 2017; MENON; BACHINI, 2021; KERCHE; MARONA, 2022). No primeiro ponto, seguindo Baptista (2017, p. 135), o que norteou a produção jornalística da corrupção foi a sua transformação em escândalo político¹³¹, marcado “pelo viés denunciante e de atribuição de culpa” (BAPTISTA, 2017, p. 135), com enfoque nos agentes envolvidos – não em discussões mais profundas a respeito da corrupção e de seus efeitos na sociedade (BAPTISTA, 2017 *apud* CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; MIGUEL, COUTINHO, 2007). A cultura do escândalo valoriza uma “observação moral dos políticos”, contrapondo a expectativa prévia de uma figura ilibada e virtuosa e a decepção posterior com uma série de comportamentos reprováveis (BAPTISTA, 2017 *apud* TELLES *et al*, 2014).

O segundo aspecto importante percebido a partir da Lava-Jato, seguindo Baggio (2019, p. 49), aponta efeitos para além da opinião pública: são “efeitos deletérios na economia [...] na política e na estrutura do Estado, com repetidos abusos de poder por parte de integrantes do sistema de Justiça – com o uso, inclusive, de mentiras e manipulações”. Para a autora, esses efeitos contribuem para a “contaminação das instituições por uma perspectiva punitivista e autoritária, e com consequente crescimento da descrença na democracia”. Por trás do caça às bruxas, havia não o espírito de combater a “promiscuidade entre interesses de empresas privadas, funcionários de estatais, servidores públicos e políticos”, mas, sim, de “destruir um projeto político nacional-

¹³¹ Buscando avaliar a dimensão da visibilidade dada à corrupção por parte da mídia, Baptista (2018) analisou as capas de quatro revistas de circulação nacional (Carta Capital, Época, Isto é e Veja) entre os anos de 2014 e 2016 e constatou “[...] que 45,1% das capas cedeu lugar a chamadas sobre casos de corrupção” (Ibidem, p. 137). Com relação às notícias relacionadas ao tema, a autora constatou que a corrupção esteve presente em 66,12% nas 168 edições analisadas.

desenvolvimentista e de inclusão social” (Ibidem, p. 48). Esse conjunto bem articulado de efeitos contribuiu para a instabilidade democrática desencadeada nos anos seguintes. Kerche e Marona (2022) são enfáticos ao dizer que a operação ultrapassou as fronteiras constitucionais e debilitou a democracia no país¹³².

Foi nesse contexto, portanto, de escândalos políticos, pressão popular e das instituições de controle e descontentamento generalizado com o sistema político que Dilma foi reeleita em 2014. Mesmo com a avaliação positiva do governo de Dilma “que variou entre 31% e 38%, de junho a setembro” (BAPTISTA, 2017, p. 121), em disputa acirrada contra Aécio Neves (PSDB), seu principal oponente, Dilma foi eleita no segundo turno com 51,64% dos votos. As campanhas eleitorais daquele ano enfatizaram o tema da corrupção e, em muitas ocasiões, os programas de Dilma tiveram que se orientar para responder a matérias de jornais e revistas que versavam sobre o escândalo de corrupção – eles traziam o argumento de que o partido e a presidenta sabiam dos casos (BAPTISTA, 2017). Dilma ganhou, afinal, mas a longevidade do governo foi colocada a prova imediatamente depois, quando Aécio Neves deu declarações públicas¹³³ questionando o resultado das urnas, o que encontrou eco, obviamente, nos setores de direita aglomerados e empoderados a partir de 2013. Logo após as eleições, assim, “o discurso anti-Dilma tomou imediatamente o *impeachment* como seu conteúdo central” (PINTO, 2019, p. 45).

A corrupção continuou sendo tema na mídia e por parte dos opositores ao governo no ano de 2015, contribuindo para que se fomentasse o antipartidarismo e a desconfiança dos cidadãos no sistema político como um todo. De acordo com Telles (2019, p. 72), “a exposição permanente desse foco nos enunciados dos líderes oposicionistas e na mídia alargou os sentimentos dos cidadãos de que o sistema político é o reino da falsificação e da prebenda”. Mas foi a preocupação com a economia que estreitou a tolerância do

¹³² Para os autores, dentre os efeitos deletérios da Operação Lava Jato está a retração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. “Em relação aos efeitos deletérios da Lava Jato, como era de se esperar, eles extrapolaram o sistema político brasileiro para se estender para o campo econômico, em especial nas cadeias de petróleo e gás e na construção civil” (KERCHE; MARONA, 2022, p. 141).

¹³³ As declarações das lideranças do PSDB, concomitantes a auditorias às urnas, solicitadas à Justiça pelo partido, alteraram a percepção do eleitorado. De 9% em 2014, a preocupação com a corrupção saltou para 21% em janeiro de 2015 e a aprovação da presidenta caiu 19 pontos percentuais em comparação com o mês de dezembro do ano anterior. A maioria dos brasileiros (52%) acreditava que Dilma sabia dos casos de corrupção na Petrobrás e que deixou que acontecesse (TELLES, 2019).

eleitorado e estimulou o antipartidarismo reativo. Os brasileiros passaram a sentir os efeitos da crise econômica mundial e o governo a adotar políticas de austeridade: “com a diminuição do poder de compra, da produção e aumento do desemprego, logo grande parte da população passou a associar a crise econômica à crise política”, buscando culpados pela situação no campo político (MENON; BACHINI, 2021, p. 144). Para Telles (2019, p. 72), “a retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular, dando vazão à intolerância à corrupção, pois os cidadãos se inclinam a responsabilizar a piora de sua situação pessoal aos desvios de recursos públicos promovidos pelo poder público”. Ainda que, segundo a autora, a intolerância à corrupção nem sempre altere as atitudes políticas, foi, à época, um “tema capaz de agrupar cidadãos que saíram às ruas protestando e exigindo a saída da presidenta” (Ibidem, p. 83).

E foi assim que a sociedade civil brasileira se tornou parte importante do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, tomando as ruas com as maiores manifestações já registradas no Brasil, incluindo a de 15 de março de 2015, com 1 milhão de participantes, e, no ano seguinte, em 13 de março de 2016, com 1.4 milhões de participantes, considerada o maior protesto da história da cidade de São Paulo, superando as Diretas Já (1984) (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2017). Ocorreu uma sequência combinatória de práticas disruptivas e ritos institucionais na cronologia do *impeachment* (Figura 33), revezando de forma coesa as manifestações nas ruas e o processo para o afastamento de Rousseff nas casas legislativas – ambos embalados pelo coro empático da mídia¹³⁴. As arenas públicas, com seus respectivos atores, estavam em polvorosa. Enquanto, por exemplo, uma comissão na Câmara dos Deputados emitia relatório favorável ao impedimento da presidente, grupos como o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On-line se destacavam nas convocações populares (PINTO, 2019; TELLES, 2019). Depois, a sessão em plenário da Câmara que decidiu por aprovar tal relatório por 367 votos a 137, em 15 e 16 de abril de 2016, foi

¹³⁴ A Rede Globo de televisão teve um papel importante nas manifestações de 2013 e de 2015. Nas primeiras, a “[...] a emissora construiu um discurso que dividia os manifestantes entre vândalos, aqueles que eram violentos e portavam palavras de ordem contra os jornalistas da emissora, e os ‘cidadãos de bem’, que tinham o direito de se manifestar” (PINTO, 2019, p. 27), mas conforme as manifestações foram atingindo um caráter anti-governo, a Globo começou a mudar o tom, cobrir cada vez mais os eventos e até mudar a sua programação para tal. No ano de 2015 a emissora foi “[...] francamente a favor dos protestos, fazendo cobertura completa das manifestações pró-*impeachment* da presidenta da República” (Ibidem, p. 27).

seguida por um protesto em 17 de abril de 2016. Era um movimento compassado, exercido sob molduras interpretativas em tripla dimensão: estratégica, contenciosa e simbólica-identitária, e de forma mais ideológica do que nas jornadas de junho de 2013. O MBL, por exemplo, além do poder convocatório para as ruas, incendiou as redes sociais e atizou a polarização da sociedade em uma ampla disputa discursiva “contra tudo que está aí” (MONTEVECHI, 2021).

Figura 33. Impeachment nas ruas e nas instituições



Fonte: ambas do portal de notícias do UOL (<https://noticias.uol.com.br/album/2016/03/22/crise-politica-manifestacoes-contra-o-governo-dilma-rousseff.htm?foto=170>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/04/16/sessao-da-camara-tem-tumulto-e-principio-de-briga-entre-deputados.htm>)

As pesquisas mobilizadas ainda durante os atos mostram os números da indignação e a efervescência do tema da corrupção: 88% dos entrevistados pelo Datafolha¹³⁵ na Avenida Paulista afirmaram que a saída para o Brasil era eleger um “político honesto” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015); em Belo Horizonte, nas pesquisas conduzidas pelo grupo Opinião Pública¹³⁶, os temas mais relevantes indicados pelos entrevistados foram a corrupção (36% dos entrevistados), a insatisfação com a política (18%) e a demanda da saída de Dilma e do PT (16%). O que os uniu, de fato, foi o

¹³⁵ Pesquisa realizada no ato de 16 de agosto de 2016.

¹³⁶ Resultados de *survey* realizado na cidade de Belo Horizonte, em 12 de abril de 2015, pelo Grupo Opinião Pública. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B1_d2uNS-ZSvLURXdTdiSTNLY3M/view?pli=1. Acesso em: 04 mar. 2022

antipetismo: “[...] 91% declararam que o PT fez um grande mal ao país e 82% deram nota zero ao PT”, além disso “81% consideram que Lula é um dos principais malfeitores do país, 82% concordam que Dilma também é uma das malfeitoras e 24% afirmaram que Jair Bolsonaro poderia ser um bom presidente para o Brasil”. E, ainda, 81% dos manifestantes entrevistados haviam votado em Aécio Neves (PSDB) para presidente no pleito anterior (TELLES, 2019, p. 60).

A operação Lava-Jato tem um papel fundamental na atmosfera disruptiva do *impeachment* uma vez que agravou sobremaneira a desconfiança dos cidadãos na política (KERCHE; MARONA, 2022). A investigação revelou “a participação de diversos importantes e tradicionais nomes da política brasileira, de muitos partidos políticos, a despeito da orientação ideológica e a atuação de renomadas empresas do setor privado” (BAPTISTA, 2017, p. 127-128). Só que essa insatisfação acabou sendo canalizada para o governo da situação, do PT. Mesmo sem evidências da participação direta da presidente no esquema da Petrobrás, a desconfiança generalizada recaiu sobre ela, dado que a Lava-Jato procedeu a acusações e até prisões de membros ou aliados do seu governo. No fim das contas, as acusações à presidente nada tinham a ver com a operação, pois foi acusada de crime de responsabilidade por supostas pedaladas fiscais.

No dia 2 de dezembro de 2015, o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB) acatou o pedido de *impeachment* ante alegações. No momento seguinte, quando da aprovação do relatório da comissão favorável ao impedimento de Dilma, na maior plenária da história da casa, o discurso dos congressistas foi absolutamente destoante: ao invés de justificar a voto a favor do *impeachment* em razão das supostas pedaladas, foco das alegações de crime de responsabilidade, eles se apoiaram em Deus, na sua base eleitoral, na sua família e, claro, na ideia de “corrupção generalizada do PT”. Segundo análise desses discursos por Prandi e Carneiro (2018), entre os 517 deputados, 66 justificaram o voto favorável expressamente “contra a corrupção e os corruptos, contra a ladroagem, os ladrões do patrimônio nacional, contra os bandidos”; enquanto 34 justificaram “pela operação Lava-Jato, pelo juiz Sérgio Moro, pela ética no governo, por

um governo ético, pela república de Curitiba”¹³⁷. Jair Bolsonaro, figura até então caricata da extrema-direita, dedicou seu voto “pela memória do Coronel Brilhante Ustra”, prestando sua homenagem ao homem que torturou Dilma Rousseff durante a Ditadura Militar. O Brasil cruzaria, nesse momento, uma linha invisível e perigosa da decência política, a fronteira do aceitável no jogo político, e abraçaria uma narrativa radical e fascista.

A condenação de Dilma tramitou ainda no Senado, tendo como relator Antônio Anastasia, do PSDB, que emitiu parecer favorável ao impedimento da presidente em 21 de abril de 2016. Entre maio e agosto ocorreu o processo de julgamento, contestação, apresentação de provas e alegações de defesa, acompanhado de novos protestos nas ruas que mantinham ativas a indignação popular e a militância pelo fim da era PT. Em 12 de maio Dilma foi afastada da presidência e em 29 de agosto se defendeu das acusações pessoalmente no Senado. Com a emblemática frase “Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes”, ela se apresentou de forma inédita em meio ao rito de afastamento e resistiu à sessão de defesa por 14 horas, buscando mostrar aos senadores que não havia crime de responsabilidade e que a democracia estava sentada ao lado dela no banco dos réus. Disse Dilma: “Sras. e Srs. senadores, a verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira”. Havia, mesmo, um grande pacto. O destino da presidente já estava traçado e, por fim, em 31 de agosto de 2016, o Senado anunciou a cassação do seu mandato¹³⁸.

Longe de colocar fim à crise política, o afastamento definitivo de Dilma da Presidência da República levantou debates e debates sobre a controvérsia de todo o processo. Para Pinheiro-Machado e Freixo (2019, p. 14), “a maneira como foi conduzido esse processo explicitou que, apesar da tentativa do parlamento, do judiciário e da mídia empresarial de travesti-lo de uma aparência de legalidade e institucionalidade, o que estava em

¹³⁷ O estudo não dá ênfase à temática da corrupção, mas sim ao posicionamento evangélico no *impeachment*, chamando a atenção para as menções à Deus e temas correlatos – o título do artigo é “Em nome do pai”. As principais justificam encontradas foram menções pela base eleitoral do deputado, pelo Brasil e pela família e parentes do deputado (PRANDI; CARNEIRO, 2018).

¹³⁸ O plenário do Senado condenou Dilma Rousseff à perda de seu cargo por 61 votos a 20, sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Em seguida, o Senado rejeitou, por 42 votos a 36, a inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos por oito anos, conforme previa a constituição, mantendo-a elegível.

andamento era um golpe jurídico-parlamentar”. O golpe teve apoio, segundo os atores, “da maior parte da elite empresarial e dos principais grupos de mídia”. O *impeachment*, que é um recurso democrático a ser usado com cautela e em caráter de excepcionalidade (BIANCHI, 2019), não se caracterizou como tal no caso da deposição de Dilma Rousseff, pois foi combinado com uma manobra oportunista para a redistribuição forçada de poder político que ignorou o voto de mais de 54 milhões de brasileiros.

Os ânimos, como era de se esperar, não se aquietaram nos anos seguintes. A extrema-direita que vinha se consolidando foi ficando mais forte até que, surpreendentemente, em 2018, tornou-se “possível” eleitoralmente e palatável no campo midiático a figura de Jair Bolsonaro, um candidato inábil, impolido, sem sucesso na trajetória política e com ideais não só controversos como criminosos em vários aspectos, que acumulava um currículo enorme de declarações racistas, homofóbicas, xenófobas e machistas. Além disso, o ano de 2018 foi inegavelmente rico para a temática da corrupção. Desse ponto de vista, o tema ganhou centralidade na disputa eleitoral, com batalhas de narrativas, entre outras, acerca dos culpados pelos casos no Brasil, da suposta imoralidade genuína de lideranças de esquerda e, de outro lado, de um suposto manto moral do bolsonarismo, que viria a combater qualquer vestígio da malversação de recursos públicos. Porém, não foi isso ainda que mais chamou atenção: o estopim foi a prisão, em abril de 2018, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de corrupção¹³⁹ no caso da Petrobrás pela operação Lava-Jato, e então candidato favorito a ganhar o pleito presidencial naquele ano.

Lula seguiu em primeiro lugar nas pesquisas até que Fernando Haddad, também do PT, assumisse a candidatura. Havia uma fragmentação das forças políticas de esquerda e “estratégias eleitorais bastante discutíveis” (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 18) que acabavam por fragilizar o partido na disputa. Somou-se a isso um novo acontecimento

¹³⁹ Lula foi preso em 7 de abril de 2018 após condenação em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro, e em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem sucesso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no pedido de *habeas corpus* preventivo, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso conhecido como “Triplex do Guarujá”. Lula se entregou à Polícia Federal na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC diante de uma multidão de militantes petistas que mostravam apoio ao presidente, e ficou preso por 580 dias até 8 de novembro de 2019, quando o STF mudou a prerrogativa de prisão de condenados após a segunda instância e Lula foi liberado.

absolutamente disruptivo: em 6 de setembro, em plena disputa e às vésperas do feriado da Independência do Brasil, o candidato Bolsonaro sofreu uma facada em um ato de campanha em Juiz de Fora, o que mudaria em definitivo os rumos da corrida eleitoral. Sem participar dos debates, em meio a grande comoção nacional, abdicando da mediação da mídia tradicional, propagando informações falsas em massa – difamatórias contra o PT – e com relativa inércia das campanhas adversárias, como do próprio PSDB, Bolsonaro tornou-se favorito à Presidência da República em 2018. A campanha por fim deu uma guinada com o apoio decisivo “do bispo Edir Macedo – e de toda a máquina religiosa e midiática da Igreja Universal” (Ibidem, p. 18).

Bolsonaro foi eleito em 28 de outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos e deu início à era bolsonarista que é maior que sua própria figura. O bolsonarismo, para Pinheiro-Machado (2018, p. 19), é um fenômeno político que impõe “uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno dos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica ‘patriótica’”. Para Rennó (2022, p. 147), se trata de um “alinhamento ideológico de direita no Brasil”, que é marcado por “reações culturais contrárias a avanços sociais progressistas em matérias relativas a direitos de gênero e LGBTQIA+; a defesa de políticas duras de combate ao crime e à corrupção; crítico a políticas sociais de reversão de desigualdades baseadas em ação afirmativa”, além de pautas convergentes com a agenda da direita liberal, “como a redução da presença do Estado na economia, sintetizadas na defesa das privatizações, e a ideia de que indivíduos são responsáveis por seu sucesso pessoal” (LUNA; ROVIRA-KALTWASSER, 2014 *apud* RENNO, 2022, p. 147). Para ambos os autores, o fenômeno tem uma retórica crítica enfática à esquerda, ao projeto político de esquerda ou qualquer alinhamento mínimo ao campo progressista.

O governo que tanto se promoveu com a pauta anticorrupção logo mostrou sua face corrupta, seja com casos envolvendo a própria família Bolsonaro, seja com medidas que são verdadeiros atentados contra as instituições de *accountability* e de controle do país. Entre as primeiras “canetadas” do recém-empossado presidente, duas atentam diretamente contra princípios de integridade e controle social: i) o Decreto 9.690, de 24 de janeiro de 2019, que alterava regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação, facilitando a designação de altos graus de sigilo das informações públicas; e ii) o Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019 (no bojo do pacote de medidas para marcar os 100 dias do

governo Bolsonaro), que pretendia diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) – programas criados pela Dilma Rousseff, em 2014, que também seriam extintos.

Apesar de ter sido eleito sob a pecha de *outsider*, Bolsonaro tinha anos de trajetória dentro do sistema político como deputado eleito pelo Rio de Janeiro e diversas conexões com políticos tradicionais¹⁴⁰, mas era um político sem projeção e desprestigiado. O primeiro caso de corrupção veio dessa estrutura pregressa de relacionamento e estourou em dezembro de 2018, antes mesmo da posse de Bolsonaro. O Ministério Público do RJ investigava se Fabrício Queiroz, ex-policial e amigo da família, seria o operador do esquema de “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro, filho mais velho do presidente. O ex-funcionário recebeu R\$ 2 milhões por meio de 483 depósitos de dinheiro em espécie feitos por 13 assessores ligados ao gabinete. Entre as beneficiadas estariam, inclusive, Michelle Bolsonaro, esposa do presidente.

Diversos outros casos de corrupção vieram à tona durante o governo, entre eles: em junho de 2021, na pasta da Saúde, em plena pandemia, o presidente e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuelo, foram acusados de compra de vacina de COVID-19 por um preço 1000% maior do que o praticado por outras empresas que haviam sido ignoradas pela Presidência – a aquisição foi suspensa após investigação da CGU; em março de 2022, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi acusado de priorizar a liberação de recursos para prefeitos ligados à Igreja Assembleia de Deus, por interferência dos pastores Gilmar dos Santos e Arilton Moura – Ribeiro foi preso pela Polícia Federal por envolvimento com o caso; de maio de 2021 à eleição de 2022, o escandaloso “orçamento secreto” foi

¹⁴⁰ Após eleito, Jair Bolsonaro permaneceu por menos de um ano no partido que o elegeu, o Partido Social Liberal (PSL), devido a atritos internos com o presidente do partido, Luciano Bivar (MAZUI; RODRIGUES, 2019). O então presidente tinha a intenção de transformar a organização de extrema-direita, Aliança pelo Brasil, em um partido que abrigasse o presidente, o que não aconteceu pois não foram cumpridos os requisitos mínimos expressos em lei para a criação de um novo partido político. Bolsonaro ficou sem legenda durante a metade de seu mandato, de novembro de 2019 a novembro de 2021, quando se filiou ao Partido Liberal (PL) para disputar a reeleição. O atual presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, foi um dos condenados na Ação Penal 470, o julgamento do mensalão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O político foi preso no ano de 2013 e ficou na prisão até o ano seguinte, quando foi autorizado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do STF, a cumprir o restante da pena em prisão domiciliar (BULLA, 2014). Valdemar da Costa Neto é, hoje, inelegível.

trazido à tona e esmiuçado à opinião pública, que é um esquema que premiava parlamentares que apoiavam o governo federal com recursos para emendas a serem gastos em seus redutos eleitorais. As chamadas emendas do relator permitiam que parlamentares destinassem recursos diretamente dos cofres da União sem dar transparência para onde iria o dinheiro. Em 15 de dezembro de 2022, o STF julgou o mecanismo inconstitucional.

No ano de 2020, Bolsonaro afirmou ter acabado com a Lava Jato, insinuando que haveria desmanchado a operação porque em seu governo não havia casos de corrupção. A organização Transparência Internacional prontamente lançou relatório rebatendo a provocação do presidente, enumerando graves retrocessos brasileiros no combate à corrupção naquele ano. O relatório afirma haver “[...] um progressivo desmanche do arcabouço legal e institucional anticorrupção que o Brasil levou décadas para consolidar e que permitiram os avanços que o país vinha demonstrando no enfrentamento da corrupção e da impunidade” (MACEDO, 2020). Além das denúncias aos retrocessos, o documento, ainda “[...] traz denúncias sobre os ataques do Presidente da República e outras autoridades às organizações da sociedade civil, academia e jornalistas investigativos, que além de enfraquecer o controle social da corrupção, deterioram gravemente a democracia brasileira” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2022). A mesma organização, em outubro de 2022, divulgou uma nota de repúdio sobre o apoio de Sérgio Moro e Deltan Dellagnol, protagonistas da operação Lava-Jato, à reeleição de Bolsonaro. A ONG afirma em nota que “associar a luta contra a corrupção ao apoio ao candidato Jair Bolsonaro é prestar um imenso desserviço à causa e desvirtuar o que ela fundamentalmente representa”.

Nessa passagem no tempo se encerra o resgate histórico proposto aqui, mas com a certeza de que a “carreira” da corrupção segue a toda prova. Os casos de corrupção sempre existiram, mas a problematização da questão e suas interpretações são flutuantes, variando ao longo do tempo e apontando para diferentes práticas e efeitos da/*contentious politics*. Nem sempre a sensação de desordem indeterminada passa a ser percebida em maior escala a ponto de mover a sociedade civil à ação, com tamanha indignação que cobra resolução que pode ir além de projetos legislativos, por vezes buscando uma alteração brusca na “ordem”. Nem sempre o tema incomoda a ponto de derrubar governos. Nesses casos, o endereçamento ganha outra proporção, como foi a

deposição de Dilma Rousseff. Os ânimos por integridade do sistema e o nível de tolerância à corrupção parecem depender de qual “projeto político”¹⁴¹ (DAGNINO *et al*, 1998; 2004) está no poder, pois o que motiva a ação coletiva, no fim das contas, parece ser o grau com que um problema gera ressonância na cultura brasileira, com disputas altamente subjetivas que podem construir novos sentidos para o problema em si. Quando o sentido da corrupção está associado a um suposto avanço e projeto de dominação da esquerda, o tema gera uma ressonância radical e inescapável às forças conservadoras que, em boa medida, caracterizam a sociedade brasileira. Claro que são impressões a partir do resgate histórico e da revisão teórica, que serão devidamente confrontadas na análise em profundidade do último capítulo.

¹⁴¹ Para Dagnino (2004, p. 144), projetos políticos se referem a “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. Tendo como estrutura basilar o vínculo indissolúvel entre cultura e política, para a autora, os projetos políticos não se reduzem “a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (Ibidem, p. 144).